2025

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Concelho de Lagoa

Diagnóstico Social do Concelho de Lagoa 2025

O presente documento consubstancia o Diagnóstico Social do Concelho de Lagoa, elaborado pela Associação OFICINA em estreita colaboração com a Unidade de Ação Social do Município de Lagoa.

Equipa Técnica do Município de Lagoa

Coordenação técnica: Anabela Simão

Equipa: Sofia Santos, Tânia Bernardo, Miriam Martins, Mafalda Rocha e Tiago Encarnação

Lagoa | Setembro de 2025

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Luís Encarnação

Caras/os Lagoenses,

No contexto contemporâneo da administração pública local, os municípios assumem um papel absolutamente determinante enquanto instâncias privilegiadas de promoção do desenvolvimento integrado, coeso e sustentável dos territórios. Enquanto estruturas de proximidade, os governos locais são, hoje mais do que nunca, chamados a desempenhar funções que transcendem a mera gestão administrativa, assumindo-se como verdadeiros catalisadores de transformação social. O Município de Lagoa corporiza esta visão, orientando a sua ação política e estratégica por princípios de conhecimento profundo da realidade local, participação ativa da comunidade e compromisso com a excelência dos serviços públicos.

A comunidade Lagoense, enquanto entidade viva e em constante mutação, reflete dinâmicas complexas que exigem respostas cada vez mais qualificadas e integradas. Os desafios do passado não correspondem às exigências atuais, e estas, por sua vez, não serão comparáveis às contingências futuras. Neste quadro de permanente transformação, impõe-se à governação local uma postura de antecipação estratégica, de adaptação contínua e de ação informada, sempre com vista à melhoria efetiva das condições de vida da população residente e dos que, por diversas razões, elegem o nosso concelho como território de pertença, de visita ou de investimento.

É neste enquadramento que se insere o presente Diagnóstico Social, instrumento central no âmbito da Rede Social de Lagoa e documento estruturante da política social municipal. Para além de refletir um exercício rigoroso de auscultação, planeamento e sistematização técnica, esta publicação representa, sobretudo, o reflexo de uma vontade coletiva de promover a inclusão, combater a desigualdade e garantir um futuro mais justo e sustentável para todos os que habitam ou interagem com o território de Lagoa.

O desenvolvimento social deve ser entendido, não apenas como um imperativo ético, mas também como uma estratégia inteligente e indispensável para o progresso harmonioso e

duradouro dos territórios. Só através da construção de comunidades justas, solidárias e participativas se poderá assegurar um futuro inclusivo, coeso e sustentável.

Nesta ocasião, cumpre-me expressar um agradecimento institucional a todos os técnicos, parceiros, organizações e cidadãos que, com elevado sentido de missão e responsabilidade, contribuíram para a elaboração e atualização deste documento. O seu envolvimento é reflexo de um compromisso partilhado com o bem comum e com a construção de um concelho mais justo e preparado para os desafios do futuro.

Mensagem da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Anabela Simão

Caras/os Lagoenses,

O concelho de Lagoa caracteriza-se por uma elevada heterogeneidade territorial e sociocultural, sendo atualmente palco de significativas transformações nas suas dinâmicas demográficas e sociais. Não obstante estas mudanças, mantém traços estruturais comuns aos territórios de baixa densidade populacional, refletindo realidades complexas e contrastantes no seio da mesma unidade administrativa.

Nos últimos anos, tem-se verificado um incremento demográfico, potenciado sobretudo pela fixação de população migrante em idade ativa. Este fenómeno tem contribuído para o rejuvenescimento relativo da população residente e para uma reconfiguração da estrutura social do território. Contudo, subsistem dinâmicas de envelhecimento populacional acentuado, associadas a uma dispersão geográfica significativa e à prevalência de situações de isolamento social, particularmente nas zonas rurais mais periféricas.

O território de Lagoa encerra, assim, múltiplos contextos sociais, exigindo abordagens diferenciadas e integradas que considerem a complexidade dos fatores em presença e a crescente velocidade das transformações em curso. Este cenário coloca desafios exigentes ao nível da formulação e operacionalização de políticas públicas que respondam, de forma equitativa e eficiente, às necessidades concretas da população.

Neste enquadramento, o acesso a informação sistematizada e ao conhecimento aprofundado sobre a realidade social do concelho reveste-se de importância estratégica. A análise das dinâmicas populacionais, com particular atenção aos segmentos mais vulneráveis — crianças e jovens, pessoas idosas, migrantes e cidadãos com deficiência e/ou incapacidade —, bem como a avaliação dos domínios da economia e rendimento, educação, formação e qualificação profissional, habitação, saúde, segurança e intervenção social, constituem pilares essenciais para o delineamento de políticas fundamentadas e para a definição criteriosa de prioridades de investimento.

O presente Diagnóstico Social resulta de um processo colaborativo e participativo que envolveu os diversos parceiros da Rede Social de Lagoa, permitindo reunir uma perspetiva plural e transversal sobre os principais

desafios e potencialidades do território. Este esforço conjunto visa, em última instância, promover uma distribuição equitativa de recursos, serviços e respostas sociais, assegurando a inclusão e o bem-estar de toda a população.

O conhecimento consolidado neste documento constitui o alicerce fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas de cariz social. O Diagnóstico Social assume-se, por conseguinte, como o instrumento estratégico de referência para a construção do novo Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Lagoa, no qual assenta uma visão prospetiva, um plano de ação articulado e um compromisso coletivo com o desenvolvimento sustentável, coeso e inclusivo do território.

Índice

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa i
Mensagem da Vice-Presidente Câmara Municipal de Lagoa ii
Índice ii
Índice de Gráficos v
Índice de Tabelas ix
Índice de Mapas xiii
Índice de Figuras xiii
Siglas, acrónimos e abreviaturas xiv
Introdução 1
Metodologia 5
1. Dinâmicas Demográficas 6
1.1. Evolução e distribuição da População Residente 7
1.2. Estrutura Etária da População Residente, Envelhecimento e Dependência 14
1.3. Natalidade e Mortalidade: os seus efeitos na sustentabilidade demográfica 24
1.4. Nupcialidade e Dinâmicas Conjugais 40
1.5. População Estrangeira: Tendências Migratórias e Implicações Territoriais 47
1.6. Agregados e Núcleos Familiares 57
1.7. Projeções Demográficas 65
Síntese das Dinâmicas Demográficas 81
Análise SWOT sobre as dinâmicas demográficas 84
2. Dinâmicas Socioeconómicas 86
2.1. Condição perante o trabalho 86
2.2. Relação entre Rejuvenescimento e Sustentabilidade Potencial: Desafios para o Equilíbrio Demográfico e Económico 92
2.3. Tecido laboral e dinâmicas de emprego 95
2.4. Ganho médio mensal 105
2.5. Tecido Empresarial 115
2.6. Movimentos Pendulares 117
2.7. Distribuição Fiscal, Desigualdade de Rendimento e Poder de Compra 119
Síntese das Dinâmicas Socioeconómicas 124
Análise SWOT sobre as Dinâmicas Socioeconómicas 126
3. Problemáticas Sociais e Grupos Vulneráveis 128
3.1. População desempregada 128
3.1.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para a população desempregada 146

3.2. A imigração: o seu papel no aumento populacional e possíveis fragilidades 148
3.2.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para a população migrante 152
3.3. Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade 157
3.3.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade 163
3.4. Famílias monoparentais 166
3.5. População Beneficiária de RSI 169
3.6. Pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade 175
3.6.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para Pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade 183
3.7. Vítimas de violência doméstica 185
3.7.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para vítimas de violência doméstica 188
3.8. População em situação de Sem-Abrigo 197
3.9. Criminalidade 206
Síntese das problemáticas sociais e grupos vulneráveis 212
4. Crianças e Jovens 214
4.1. Risco de pobreza e exclusão social no Algarve 214
4.2. Crianças e jovens com deficiência e/ou dificuldades 219
4.3. Crianças e Jovens migrantes ou de minorias étnicas 224
4.4. Crianças e jovens com situações familiares vulneráveis 225
Síntese das crianças e jovens 237
5. Saúde 239
5.1. Profissionais de enfermagem e medicina 239
5.2. Indicadores de Mortalidade 244
5.3. Beneficiários do Subsídio de doença 252
5.4. A saúde mental em Portugal e no Algarve 255
5.5. Estrutura local de saúde 258
5.6 Utentes e seu perfil 265
5.7. Incidência de problemas na população 269
5.8. Pessoas com comportamentos aditivos 275
Síntese da saúde 279
Análise SWOT sobre a Saúde 281
6. Educação 283
6.1. Caracterização da rede escolar 283
6.2. Pré-escolarização e Escolarização 287

6.3. Níveis de Escolaridade 291
6.4. Analfabetismo 297
Síntese da educação 305
Análise SWOT sobre a Educação 306
7. Habitação 307
7.1. Parque habitacional 307
7.2. Alojamentos sobrelotados e edifícios com necessidades de reparação 313
7.3. Setor do Alojamento Local 317
7.4. Estratégia local de habitação de Lagoa 318
7.5. Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para Famílias Carenciadas 322
Síntese da Habitação 325
8. Programas e Apoios Sociais Específicos do Município 326
8.1. Gabinete de Apoio ao Trabalhador 326
8.2. Gabinete de apoio social de proximidade 326
8.3. Gabinete de Apoio à Demência - protocolo com a Associação Alzheimer Portugal 327
8.4. FES - Fundo de Emergência Social 328
8.5. Bolsas de estudo 330
8.6. Programa de Incentivo à Natalidade 331
8.7. Protocolo com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor 333
8.8. Protocolo com os Amigos dos Pequeninos de Silves 333
8.9. Protocolo com a AEDMADA (Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve) – Apoio diabético 334
8.10. Gabinete de Apoio à Pessoa Reclusa - Protocolo do Município com a Associação “O Companheiro” 335
9. Respostas e Equipamentos Sociais 336
9.1. Infância e Juventude 336
9.2. População adulta 340
9.3. Família e Comunidade 343
9.4. Outras respostas e programas 345
9.5. Investimentos em Curso 348
9.6. Projeto Radar Social 350
Conclusão 351
Análise SWOT global 359

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Taxas de Variação da População Residente (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 9
Gráfico 2 - Densidade populacional (N.º/ km^2) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2022 11
Gráfico 3 - Evolução do saldo natural (N.º) e saldo migratório (N.º) em Lagoa, entre 2011 e 2023 13
Gráfico 4 – Pirâmides Etárias (N.º) da População Residente em Lagoa, 2011 e 2021 16
Gráfico 5 - População residente (N.º) em Lagoa, quanto ao sexo, 2011 e 2021 17
Gráfico 6 - Relação de masculinidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 18
Gráfico 7 - Relação de Masculinidade (N.º) por grupo etário em Lagoa, 2011-2023 19
Gráfico 8 - Idade média (Anos) da população residente em Portugal, Algarve e Lagoa, 1991-2021 20
Gráfico 9 - Índice de Envelhecimento (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e freguesias, 2011 e 2021 22
Gráfico 10 - Índice de Longevidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 24
Gráfico 11 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 27
Gráfico 12 - Taxa de fecundidade geral (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 28
Gráfico 13 - Índice sintético de fecundidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 30
Gráfico 14 - Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social (N.º) por sexo em Lagoa, 2014-2023 33
Gráfico 15 - Valor processado do subsídio parental inicial, da segurança social (€) em Lagoa, 2014-2023 34
Gráfico 16 - Taxa Bruta de Mortalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 38
Gráfico 17 - Taxa bruta de nupcialidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 41
Gráfico 18 - Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 44
Gráfico 19 - Taxa bruta de divórcio (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 46
Gráfico 20 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 48
Gráfico 21 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 49
Gráfico 22 - Quociente de localização da população residente estrangeira (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 51
Gráfico 23 - Top 10 dos países com maior número de estrangeiros em Lagoa, em 2011 e 2021 54
Gráfico 24 - População residente em Lagoa que entrou em Portugal após 2010 (N.º) e o motivo de entrada em Portugal, 2021 56
Gráfico 25 - Dimensão média dos agregados domésticos privados (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 61
Gráfico 26 - Proporção (%) de Agregados domésticos privados unipessoais em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 62
Gráfico 27 – População residente (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 66
Gráfico 28 - Taxa de variação (%) da população residente no município por cenários das projeções demográficas, 2021-2031 67
Gráfico 29 – Índice de Envelhecimento no município por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 70
Gráfico 30 - Projeções do Índice de Juventude por Freguesia, entre 2021 e 2041 72
Gráfico 31 – Nados-vivos (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 . 76
Gráfico 32 - Taxa de variação (%) dos nados-vivos no município por cenários das projeções demográficas, entre 2021-2031 76
Gráfico 33 - Taxa de natalidade (‰) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 78
Gráfico 34 – Projeção da taxa de natalidade (‰) por freguesia, entre 2021 e 2041 79
Gráfico 35 – Índice Sintético de Fecundidade (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 80
Gráfico 36 - Taxa de atividade (%) da população residente em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 87
Gráfico 37 - Taxa de atividade feminina (%) da população residente em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 88

Gráfico 38 - Taxa de atividade jovem (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2001, 2011 e 2021 89
Gráfico 39 - População residente com 15 e mais anos de idade (%) em Portugal, Algarve e Lagoa por Condição perante o trabalho, 2011 e 2021 90
Gráfico 40 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 93
Gráfico 41 - População empregada por conta de outrem (%) em Lagoa, segundo o setor de atividade (CAE-Ver.3), 2013-2023 98
Gráfico 42 - População empregada por conta de outrem (%) em Lagoa por nível de educação, 2013-2023..... 101
Gráfico 43 - Proporção de população empregada por conta de outrem em estabelecimentos de empresas com menos de 10 trabalhadores (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023 103
Gráfico 44 - Ganho médio mensal (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023 106
Gráfico 45 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o Sexo, 2013-2023 107
Gráfico 46 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o setor de atividade económica (CAE Rev. 3), 2013-2023 . 109
Gráfico 47 - Saldo natural (N.º) das empresas em Lagoa, por forma jurídica, 2011-2023 117
Gráfico 48 - Proporção da população empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 118
Gráfico 49 - Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) em Lagoa e concelhos limítrofes (%) 119
Gráfico 50 - Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) entre 2015 e 2022, Portugal, Algarve e Lagoa 121
Gráfico 51 - Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) entre 2018 e 2022, Freguesias de Lagoa 122
Gráfico 52 - Poder de compra per capita (N.º) no Algarve e Lagoa, 2011-2021 123
Gráfico 53 - Evolução da Taxa de Desemprego (%) nas Freguesias do Concelho de Lagoa, 2011-2021..... 130
Gráfico 54 - Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 133
Gráfico 55 - Nº de inscritos no IEFP quanto ao sexo em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025 134
Gráfico 56 - Nº de inscritos no IEFP por tempo de inscrição, em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025..... 135
Gráfico 57 - Nº de inscritos no IEFP por situação face à procura de emprego em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025 136
Gráfico 58 - Nº de inscritos no IEFP segundo o grupo etário em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025..... 137
Gráfico 59 - Nº de inscritos no IEFP por nível de escolaridade em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025..... 138
Gráfico 60 - Nº de inscritos no IEFP em Lagoa, efeito de sazonalidade 139
Gráfico 61 - Duração média do subsídio de desemprego da segurança social (Dia) por sexo, em Lagoa, 2014-2023 142
Gráfico 62 – Evolução dos Jovens com idade entre os 16 e os 34 anos (milhares) não empregados que não estão em educação ou formação no Algarve, entre 2011 e 2024 145
Gráfico 63 – Atendimentos no Gabinete de Inserção Profissional de 2022 a 2024, nº 148
Gráfico 64 - Residentes de nacionalidade estrangeira (N.º) em Lagoa quanto à sua tipologia, 2011-2021 150
Gráfico 65 - Nados-vivos segundo o local de residência e a nacionalidade da mãe (N.º) em Lagoa, 2011-2023..... 152
Gráfico 66 - Proporção (%) de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos 160
Gráfico 67 – Processos ativos (N.º) do Cartão Lagoa Social – Serviço Teleassistência, por freguesia..... 166
Gráfico 68 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011 e 2021 167
Gráfico 69 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023 171
Gráfico 70 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por sexo, em Lagoa, 2014-2023 172
Gráfico 71 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por escalão etário, em Lagoa, 2014-2023 173
Gráfico 72 - Agregados domésticos privados (N.º) em Lagoa e Freguesias por Grupo etário (indivíduo com dificuldades), 2021 175
Gráfico 73 - Dificuldades da população residente (N.º), com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, 2021 176
Gráfico 74 - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da Segurança Social (N.º) em Lagoa, por Sexo, 2019-2023 179

Gráfico 75 - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º) em Lagoa, por grupo etário, 2019-2023 180
Gráfico 76 - Valor processado da prestação social para a inclusão da Segurança Social (€) em Lagoa, 2019-2023 .. 181
Gráfico 77 - Utentes (N.º) do Projeto LACUS da APEXA, 2021-2023 183
Gráfico 78 – Crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (N.º) registados pelas autoridades policiais em Lagoa, 2014-2024..... 186
Gráfico 79 – Atendimentos (N.º) no GAV em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023 188
Gráfico 80 - Utentes (N.º) do GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 189
Gráfico 81 – Sexo da vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registado pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 190
Gráfico 82 - Nacionalidade da Vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 192
Gráfico 83 - Tipo da Vitimação de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 194
Gráfico 84 - Local de Crime e de Outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 195
Gráfico 85 - Local de apresentação de queixa/denúncia de Crime e de Outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023..... 196
Gráfico 86 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) em Lagoa por Sexo e Tipo de Situação, 2022-2024 200
Gráfico 87 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) em Lagoa por Nacionalidade, 2022-2024 .. 201
Gráfico 88 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por Nível de Ensino, 2022-2024 . 202
Gráfico 89 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por Situação face ao Emprego, 2022-2024 203
Gráfico 90 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por fonte de rendimento, 2022 - 2024 204
Gráfico 91 - Taxa de criminalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2021-2024 207
Gráfico 92 - Evolução dos crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Lagoa, 2021-2024 210
Gráfico 93 - Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) em Portugal e NUTS II, 2023 e 2024 215
Gráfico 94 - Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) em Portugal quanto ao Grupo etário, 2022 e 2023 216
Gráfico 95 - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) em Portugal e NUTS II, 2022 e 2023 217
Gráfico 96 - Taxa de privação material e social (%) e taxa de privação material e social severa (%) em Portugal e Algarve, 2022 - 2024 218
Gráfico 97 - População residente em Lagoa com dificuldades (N.º), dos 5 aos 24 anos, que não conseguem executar a ação, 2021 220
Gráfico 98 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, 2021-2023 222
Gráfico 99 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, quanto ao perfil etário, 2021-2023 223
Gráfico 100 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, quanto ao diagnóstico, 2021-2023 223
Gráfico 101 - Alunos/as com nacionalidade estrangeira (N.º) a frequentar a rede de ensino público em Lagoa– Agrupamentos de Escolas de Lagoa 225
Gráfico 102 - Entrada de processos na CPCJ em Lagoa (N.º), 2020-2023 227
Gráfico 103 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por sexo, 2020-2023..... 229
Gráfico 104 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por idade, 2020-2023 230
Gráfico 105 - Processos instaurados pela CPCJ Lagoa (N.º) por Freguesia, 2020-2023 231
Gráfico 106 - Medidas de promoção e proteção em execução e acompanhamento pela CPCJ Lagoa (N.º), 2020-2023 232
Gráfico 107 - N.º de Titulares de Garantia para a infância do abono de família referente a fevereiro de 2025, residentes no concelho de Lagoa, por sexo 235
Gráfico 108 - Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023..... 240
Gráfico 109 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023..... 242

Gráfico 110 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023 244
Gráfico 111 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2022 245
Gráfico 112 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2022 249
Gráfico 113 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2022 250
Gráfico 114 - Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2022 251
Gráfico 115 - Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes em Portugal e no Algarve em 2022 (n.º) 257
Gráfico 116 – Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, (nº), 2025 266
Gráfico 117 - Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, quanto ao sexo, (nº), 2025 266
Gráfico 118 - Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, quanto ao perfil etário, (nº), 2025 266
Gráfico 119 - Utentes Ativos e Utentes Novos no Concelho de Lagoa, 2021-2023 277
Gráfico 120 – Utentes (N.º) em acompanhamento nas Equipas de Tratamento do CRI do Algarve, residentes em Lagoa, quanto ao perfil etário, 2021-2023 277
Gráfico 121 - Oferta educativa por nível de ensino e natureza jurídica no Concelho de Lagoa, no ano letivo 2023/2024 286
Gráfico 122 - Taxa bruta de Escolarização (%) no Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário em Portugal, Algarve e Lagoa 289
Gráfico 123 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) em Lagoa por Nível de ensino 290
Gráfico 124 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%) em Portugal, Algarve e Lagoa 291
Gráfico 125 - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Nível de escolaridade mais elevado completo em Lagoa e Freguesias 292
Gráfico 126 - Proporção da população residente com ensino superior completo (%) quanto ao sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 294
Gráfico 127 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias 295
Gráfico 128 - Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por Sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 299
Gráfico 129 - Taxa de analfabetismo (%) por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 300
Gráfico 130 - Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 302
Gráfico 131 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Nível de ensino, em Portugal, Algarve e Lagoa, 2021 303
Gráfico 132 - Alojamentos familiares clássicos (Parque habitacional - N.º) em Lagoa, 2011-2022 308
Gráfico 133 - Alojamentos familiares clássicos (%) segundo a Forma de ocupação em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 310
Gráfico 134 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2020-2024 312
Gráfico 135 – Proporção (%) de alojamentos sobrelotados em Portugal, Algarve, Lagoa e respetivas freguesias, 2021 314
Gráfico 136 - Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e respetivas freguesias, 2021 315
Gráfico 137 - Registo de Alojamento Local (N.º) em Lagoa, 2016-2025 318
Gráfico 138 - Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para famílias carenciadas em Lagoa, 2022-2024 323

Índice de Tabelas

Tabela 1 - População Residente (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 1991-2021 7
Tabela 2 - Densidade populacional (N.º/ km^2) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 10
Tabela 3 - Taxas de crescimento efetivo, migratório e natural (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 .. 12
Tabela 4 - População residente (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias quanto ao grupo etário, 2001, 2011 e 2021 15
Tabela 5 - Índices de dependência total, de jovens e de idosos (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e freguesias, 2011 e 2021 21
Tabela 6 - Nados-vivos (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011-2023 25
Tabela 7 - Taxas de fecundidade específicas (‰) por grupo etário em Lagoa, 2011-2023 29
Tabela 8 - Nados-vivos segundo a filiação (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 32
Tabela 9 - Duração da licença parental inicial, da segurança social (Dia), por sexo, em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2014 35
Tabela 10 - Óbitos (N.º) e óbitos com menos de 1 ano de idade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 36
Tabela 11 - Taxas de mortalidade por grupos etários (‰) em Lagoa, 2011-2023..... 39
Tabela 12 - Beneficiárias/os do subsídio de funeral da segurança social (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023 40
Tabela 13 - Valor processado do subsídio de funeral da segurança social (€-milhares) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023..... 40
Tabela 14 - Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges (N.º), Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 43
Tabela 15 - Proporção de casamentos católicos e civis (entre pessoas de sexo oposto - %) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023 45
Tabela 16 - População residente (N.º e %) segundo a nacionalidade em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 52
Tabela 17 - População residente estrangeira (N.º) segundo o continente de origem em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021..... 53
Tabela 18 - População estrangeira residente em Lagoa quanto ao sexo e ao grupo etário, 2021 57
Tabela 19 - Agregados domésticos privados (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 58
Tabela 20 - Agregados domésticos privados (N.º), por dimensão em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021..... 60
Tabela 21 - Agregados domésticos privados unipessoais (N.º) por grupo etário e sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 63
Tabela 22 - Indicadores relacionados com os núcleos familiares em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021..... 65
Tabela 23 - Projeções da população residente (N.º) por Freguesia, entre 2021 e 2041 67
Tabela 24 - Projeções da população residente (N.º) com saldo migratório por Freguesia, entre 2021 e 2041 68
Tabela 25 - População residente (%) por grupo etário, no município, por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 69
Tabela 26 - Projeções do Índice de Envelhecimento por Freguesia, entre 2021 e 2041 71
Tabela 27 – Índice de dependência total, de jovens e de idosos, no município, por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041 73
Tabela 28 – Projeção do índice de dependência total, de jovens e de idosos por Freguesias, entre 2021 e 2041 74
Tabela 29 - Projeções dos nados-vivos (N.º) por Freguesia, entre 2021 e 2041 77
Tabela 30 - Matiz SWOT sobre as dinâmicas demográficas 84
Tabela 31 - Estrutura da População (%) Inativa de Lagoa e Freguesias em 2021 91
Tabela 32 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) e o Índice de sustentabilidade potencial (N.º), por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 94

Tabela 33 - Pessoal ao serviço (N.º e %) das Empresas em Lagoa por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2016 e 2023 96
Tabela 34 - População empregada por conta de outrem (n.º) em Lagoa por Sexo, 2013-2023 97
Tabela 35 - População empregada por conta de outrem (N.º) em Lagoa segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2013-2023 99
Tabela 36 - População empregada (N.º) em Lagoa e Freguesias segundo a Situação na profissão, 2021..... 104
Tabela 37 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o nível de educação, 2013-2023 110
Tabela 38 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2013-2023..... 112
Tabela 39 - Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos, sectores de atividade, níveis de habilitação e profissões - %) da população empregada por conta de outrem em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023 .. 114
Tabela 40 - Empresas (N.º) em Lagoa segundo o Escalão de pessoal ao serviço, 2021 116
Tabela 41 - Agregados fiscais (N.º) em Lagoa segundo os Escalões de rendimento bruto declarado, 2015-2022 120
Tabela 42 - Matriz SWOT sobre as Dinâmicas Socioecónomicas 126
Tabela 43 - População Desempregada (N.º) e a Taxa de desemprego (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 129
Tabela 44 - Taxa de desemprego (%) quanto ao sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021 132
Tabela 45 - Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), segundo o sexo e a idade em Lagoa, 2014-2023 141
Tabela 46 - Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social (€/ N.º) por Sexo em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023 143
Tabela 47 - Valor (€) e Período (Dia) processado de subsídios de desemprego da segurança social (€) segundo o sexo, em Lagoa, 2014-2023 144
Tabela 48 - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) e População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) em Lagoa, 2011-2023 149
Tabela 49 - Assunto do atendimento (N.º) no CLAIM Lagoa 153
Tabela 50 - Género dos utentes do CLAIM Lagoa e média de idades..... 154
Tabela 51 - Distribuição dos utentes do CLAIM Lagoa por freguesia 155
Tabela 52 - Situação dos utentes do CLAIM Lagoa face ao trabalho 155
Tabela 53 - Distribuição dos utentes do CLAIM Lagoa por Continentes 156
Tabela 54 - População residente (N.º) com 65 ou mais anos em Lagoa e Freguesias, 2001, 2011 e 2021 158
Tabela 55 - População Residente (N.º) por três grandes grupos de idosos e sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 159
Tabela 56 - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º) em Lagoa, 2014-2023 161
Tabela 57 - Pensionistas da segurança social (N.º) em Lagoa, 2014-2023..... 162
Tabela 58 - Pensões da segurança social (€) em Lagoa, 2014-2023 163
Tabela 59 - Dados dos utentes do GAPI Lagoa, 2021-2023..... 164
Tabela 60 - Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 168
Tabela 61 – Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 169
Tabela 62 - Valor processado do rendimento social de inserção da segurança social (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023..... 174
Tabela 63 - Famílias em situação de vulnerabilidade apoiadas pela Equipa RSI Lagoa, 2022 e 2023 174
Tabela 64 – Dificuldades (N.º) da população residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, quanto ao sexo, 2021 177
Tabela 65 – Dificuldades (N.º) da população residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, e condição perante o trabalho, 2021 178
Tabela 66 - Subsídio por assistência de terceira pessoa da segurança social (N.º e €) em Lagoa, 2014-2023 182
Tabela 67 - Utentes (N.º) do Projeto LACUS da APEXA segundo o diagnóstico, 2021-2023 184

Tabela 68 - Crimes e outras Formas de Violência (N.º e %) registados pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 190
Tabela 69 - Faixas Etárias das Vítimas de Crimes e outras Formas de Violência (N.º, %) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 191
Tabela 70 - Faixa etária do/a autor/a de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 192
Tabela 71 - Relação entre Autor/a e Vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023 193
Tabela 72 - População residente sem teto (N.º) segundo o sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 198
Tabela 73 - Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) nos concelhos do Algarve, 2021-2023 199
Tabela 74 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por fatores que conduziram à situação de sem abrigo, 2022 - 2024 205
Tabela 75 - Taxa de criminalidade (‰) em Lagoa por Categoria de crime, 2021-2024 208
Tabela 76 – Evolução dos crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Lagoa, segundo a Categoria de crime, 2021-2024 211
Tabela 77 - Evolução dos/as alunos/as com medidas seletivas e adicionais (N.º), entre os anos letivos 2018/2019 e 2023/2024 221
Tabela 78 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por problemáticas comunicadas, 2020-2023 228
Tabela 79 - Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º e €) em Lagoa, 2021-2023.... 233
Tabela 80 - Número de alunos/as abrangidos/as pela ação social escolar (N.º), por nível de ensino no ano letivo de 2023/24 236
Tabela 81 - Enfermeiras/os (N.º) que trabalham em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023 241
Tabela 82 - Médicas/os (N.º) residentes em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023 243
Tabela 83 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) nos Concelhos do Algarve, 2014-2022 247
Tabela 84 - Subsídios por doença da Segurança Social em Lagoa segundo o sexo, 2019-2023 253
Tabela 85 - Duração média (Dia) e valor médio (€/ N.º) do subsídio de doença da segurança social em Lagoa, 2019-2023 254
Tabela 86 - ULS E.P.E. – Barlavento/Centro de Saúde de Lagoa – Unidades Funcionais de Saúde – Ano: 2025 260
Tabela 87 - Recursos Humanos afetos aos Cuidados de Saúde Primários de Lagoa, 2025 262
Tabela 88 – Consultas, projetos e programas inerentes a cada Unidade Funcional, 2025 263
Tabela 89 – Evolução do número de utentes com e sem médico em lagoa de 2021 a 2024, (nº) 268
Tabela 90 – Utentes por médico no concelho de Lagoa, (nº), 2025 269
Tabela 91 – Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho circulatório, (n.º), dezembro de 2024 270
Tabela 92 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, psicológico, (n.º), dezembro de 2024 272
Tabela 93 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho respiratório, (n.º), dezembro de 2024 273
Tabela 94 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho endócrino, metabólico e nutricional, (n.º), dezembro de 2024 274
Tabela 95 – Utentes (N.º) em acompanhamento nas Equipas de Tratamento do CRI do Algarve, residentes em Lagoa, quanto à substância principal, 2021-2023 278
Tabela 96 - Matriz SWOT sobre a Saúde 281
Tabela 97 - Rede escolar no Concelho de Lagoa no ano letivo 2023/2024 284
Tabela 98 - Procura educativa por nível de ensino e natureza jurídica (N.º) no concelho de Lagoa 287
Tabela 99 - População residente com 65 ou mais anos (N.º) por Nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021 296
Tabela 100 - Matriz SWOT sobre a Educação 306

Tabela 101 - Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2020-2024 311
Tabela 102 - Edifícios (N.º) quanto à Dimensão da necessidade de reparação, em Lagoa e Freguesias, 2021 316
Tabela 103 - Pessoas e famílias quanto ao tipo de situação habitacional indigna (n.º,%) no Concelho de Lagoa 319
Tabela 104 - Parque habitacional de Lagoa 320
Tabela 105 - Procura de habitação social em Lagoa 321
Tabela 106 - Medidas complementares de apoio ao acesso à habitação (N.º) em Lagoa, 2021-2023 324
Tabela 107 - Localidades onde os GASP estão instalados 326
Tabela 108 - Perfil dos utentes (N.º) do GAD de Lagoa, 2021-2023 328
Tabela 109 - Apoio / serviços (N.º) prestados do GAD de Lagoa, 2021-2023 328
Tabela 110 – N.º de apoios (N.º) disponibilizados pelo Município de Lagoa através do FES, 2021-2023 329
Tabela 111 - Distribuição por tipo de apoio (N.º) pelo Município de Lagoa através do FES, 2021-2023 330
Tabela 112 - Atribuição de Bolsas de Estudo (N.º) a Estudantes do Ensino Superior, 2021-2023 331
Tabela 113 - Dados do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, 2021-2023 332
Tabela 114 - Perfil dos/as utentes (N.º) acompanhados/as pela Associação O Companheiro, 2021 e 2022 335
Tabela 115 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a crianças e jovens no Concelho de Lagoa, 2025 336
Tabela 116 - Outros serviços dirigidos a crianças e jovens no Concelho de Lagoa, 2025 339
Tabela 117 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a pessoas idosas no Concelho de Lagoa, 2025 340
Tabela 118 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a pessoas em situação de dependência, 2025 342
Tabela 119 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida à família e comunidade no Concelho de Lagoa, 2025 344
Tabela 120 - Listagem de outros serviços, iniciativas e programas por problemática social dirigida à família e comunidade no Concelho de Lagoa, 2025 345
Tabela 121 - Investimento em curso por tipo de resposta social no Concelho de Lagoa 349
Tabela 122 – Análise SWOT global 359

Índice de Mapas

Mapa 1 - Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%) dos Concelhos do Algarve 8
Mapa 2 - Índice de envelhecimento (N.º) nos Concelhos do Algarve, 2021 23
Mapa 3 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) nos Concelhos do Algarve, 2021 50
Mapa 4 - Taxa de desemprego (%) nos Concelhos do Algarve, 2021 131
Mapa 5 - Crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (N.º) registados pelas autoridades policiais nos Concelhos do Algarve, 2024 187
Mapa 6 - Taxa de criminalidade (‰) nos Concelhos do Algarve, 2024 209

Índice de Figuras

Figura 1 - Matriz Organizacional e Funcional do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve II – Barlavento 258

Siglas, acrónimos e abreviaturas

AAAF- Atividades de Animação e Apoio à Família

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

AEDMADA - Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve

AEPAMO - Agrupamento de Escolas Padre António Martins Oliveira

AERA - Agrupamento de Escolas Rio Arade

AL – Alojamento local

AMU – Área mediamente urbana

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEXA - Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve

APR - Área predominantemente rural

APU - Área predominantemente Urbana

ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

ASE - Ação Social Escolar

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI - Centro de Respostas Integradas

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

ELH - Estratégia Local de Habitação

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

ERPI - Estrutura Residencial População Idosa

FEAC - Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas

FES – Fundo de Emergência Social

GAD – Gabinete de Apoio na Demência

GAP – Gabinete de Apoio ao Trabalhador

GAPI – Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa

GASP – Gabinete de Apoio Social de Proximidade

GAV - Gabinete de Apoio à Vítima

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GIS – Gabinete de Intervenção Social

GNR – Guarda Nacional Republicana

GP - Gabinete do Cidadão

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPI - Intervenção Precoce na Infância

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

ISP - Índice de Sustentabilidade Potencial

MP – Ministério Público

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NEET - Not in Education, Employment, or Training

NLGPI - Núcleo Local da Garantia para a Infância

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAGPI – Plano de Ação da Garantia para a Infância

PJ – Polícia Judiciária

PJM - Polícia Judiciária Militar

PM - Polícia Marítima

PNRCAD 2030 - Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030

PSC - Pessoas na situação de sem casa

PSI - Prestação social para a inclusão

PSP – Polícia de Segurança Pública

PSSA - Pessoas em situação de sem abrigo

PST - Pessoas na situação de sem teto

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEFstat - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, estatísticas

SNS - Serviço Nacional de Saúde

TBE – Taxa bruta de escolarização

UAG - Unidade de Apoio à Gestão

UCC - Unidades de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

UF – União de Freguesias

ULS - Unidades Locais de Saúde

URAP - Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados

USF - Unidades de Saúde Familiar

USP - Unidade de Saúde Pública

Introdução

Situado no barlavento algarvio, o município de Lagoa integra os dezasseis concelhos do distrito de Faro. Confina a Norte e a Leste com o concelho de Silves, a oeste com o concelho de Portimão - sendo o rio Arade o elemento natural que marca essa divisão - e tem a sua fronteira a sul banhada pelo oceano Atlântico. Com uma área de 88,3 km^2 e uma população residente em 2021 de 23.725 habitantes, o concelho organiza-se administrativamente em quatro freguesias e uniões de freguesias: a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal, bem como as freguesias de Porches e de Ferragudo.

O presente documento constitui o Diagnóstico Social do concelho de Lagoa, elaborado no âmbito da Rede Social, com o propósito de proporcionar uma leitura aprofundada da realidade social, demográfica, económica e territorial do município, destacando as transformações ocorridas, sobretudo, na última década (2011–2021).

Na sequência do diagnóstico social realizado em 2024 e face às contínuas mudanças demográficas, a Rede Social de Lagoa levou a cabo, em 2025, a atualização aprofundada do retrato social do concelho. Esta revisão decorre da necessidade de compreender as dinâmicas sociais emergentes e de ajustar as estratégias e políticas públicas às exigências atuais da população.

O diagnóstico de 2025 propõe uma análise comparativa com os dados anteriores, incluindo uma leitura alargada que integra os contextos regional e nacional. Esta abordagem comparativa permite aferir semelhanças e disparidades, potenciando intervenções mais informadas, adaptadas e eficazes. Ao alinhar a realidade local com as tendências mais amplas, o município reafirma o seu compromisso com o bem-estar da comunidade, promovendo um desenvolvimento social sustentável, inclusivo e territorialmente equitativo. Um exemplo da aplicação prática deste conhecimento é o Projeto Radar Social de Lagoa que se reveste de uma relevância estratégica e operacional no âmbito da intervenção social local.

Estruturado em diversos capítulos temáticos, o diagnóstico visa identificar as principais dinâmicas locais, desafios sociais emergentes e recursos disponíveis, constituindo uma base essencial para o planeamento estratégico proporcionando, assim, uma visão clara sobre os desafios e oportunidades que o município enfrenta.

A análise desenvolvida assenta numa abordagem multidimensional, articulando dados estatísticos, informação qualitativa e instrumentos de planeamento municipal, com especial atenção às

desigualdades sociais, à vulnerabilidade de determinados grupos populacionais e à distribuição territorial dos recursos e oportunidades.

Este documento encontra-se estruturado em nove capítulos, cada um dedicado a um tema específico, culminando numa síntese final que integra uma matriz SWOT:

Capítulo 1 – Dinâmicas Demográficas: Este capítulo explora as principais transformações demográficas no concelho de Lagoa, com especial enfoque na evolução da população residente, a composição etária, a distribuição espacial da população, o fenómeno do envelhecimento demográfico, os fluxos migratórios e o papel crescente da imigração, assim como as alterações nas estruturas familiares e nos agregados domésticos.

Capítulo 2 - Dinâmicas Socioeconómicas: Analisa a evolução recente do concelho ao nível social e económico, destacando os principais indicadores ligados ao emprego, desemprego, educação, saúde, proteção social, atividade económica, tecido empresarial e turismo. Pretende fornecer uma leitura integrada das transformações ocorridas no território, identificando os desafios e potencialidades que marcam o desenvolvimento socioeconómico local.

Capítulo 3 – Problemáticas Sociais e Grupos Vulneráveis: Identificar e analisar as principais problemáticas sociais e os grupos vulneráveis, com base nos indicadores disponíveis. A análise incide sobre questões como o desemprego, a imigração, o envelhecimento da população, a monoparentalidade, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade, situações de violência doméstica, população em situação de sem-abrigo e fenómenos de criminalidade - fatores que afetam diferentes segmentos da população.

Capítulo 4 – Crianças e Jovens: Analisar a situação das crianças e jovens, com enfoque na sua proteção, inclusão e bem-estar, à luz dos direitos consagrados nacional e internacionalmente. A abordagem é multidimensional, cruzando indicadores sociais, educativos, económicos e de saúde, no sentido de compreender as condições de vida e os desafios enfrentados por este grupo etário.

Capítulo 5 - Saúde: Explorar o estado de saúde da população e o acesso aos cuidados de saúde, com base em indicadores estatísticos e informação institucional. Procura identificar tendências de saúde pública, respostas existentes e necessidades emergentes, em particular no contexto do envelhecimento populacional e da desigualdade no acesso a cuidados, destacando o papel dos determinantes sociais da saúde.

Capítulo 6 - Educação: Caracterizar o sistema educativo, analisando a sua estrutura, dinâmicas, recursos e resultados, bem como os principais desafios associados à demografia escolar, equidade no acesso, sucesso educativo e respostas de apoio social. Através da análise de dados estatísticos e da realidade local, pretende-se compreender como a educação contribui para o desenvolvimento social e para a coesão territorial.

Capítulo 7 - Habitação: Analisar a situação habitacional, identificando os principais desafios, dinâmicas e políticas locais em matéria de acesso à habitação condigna. Através da observação do parque habitacional, dos modos de ocupação, do mercado de arrendamento e das condições de habitabilidade, o capítulo pretende fundamentar estratégias públicas eficazes e socialmente justas, num território marcado por pressão turística e desigualdades habitacionais.

Capítulo 8 – Programas e Apoios Sociais Específicos do Município: Apresenta e analisa o conjunto de respostas sociais promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal de Lagoa, destinadas a prevenir, mitigar e acompanhar situações de vulnerabilidade social no concelho. Através da descrição dos diversos gabinetes municipais, protocolos com instituições parceiras e medidas de apoio direto, este capítulo evidencia o papel ativo do município na construção de uma rede local de proteção social, com enfoque na proximidade, personalização e integração dos serviços.

Capítulo 9 - Respostas Sociais: Expõe e caracteriza a rede de respostas sociais existentes no concelho de Lagoa, destacando a capacidade instalada e a taxa de utilização dos equipamentos disponíveis para diferentes grupos da população - crianças e jovens, pessoas idosas, famílias, pessoas em situação de dependência e vulnerabilidade. Para além da caracterização da rede existente, o capítulo aborda também investimentos em curso, programas complementares e iniciativas inovadoras em áreas como a saúde mental, o apoio psicossocial e a capacitação comunitária, evidenciando o compromisso local com a promoção da coesão social e territorial.

A conclusão final sintetiza os resultados mais relevantes e destaca as principais tendências e mudanças demográficas observadas ao longo da análise.

Num contexto marcado por mudanças demográficas, pressões habitacionais, desafios ambientais e transformações socioeconómicas, este diagnóstico assume-se como uma ferramenta estratégica fundamental para a definição de respostas integradas, participadas e territorialmente equitativas, promovendo o desenvolvimento social sustentável e a coesão do concelho de Lagoa.

A análise procura não apenas ilustrar o panorama atual, mas também identificar tendências e necessidades futuras, de modo a auxiliar gestores, decisores políticos e outras partes interessadas

a tomar decisões informadas e a promover intervenções eficazes que beneficiem a comunidade local.

Metodologia

A metodologia utilizada assenta numa abordagem quantitativa e qualitativa, com vista à construção de uma leitura integrada, fundamentada e territorialmente ajustada da realidade social do concelho de Lagoa. Para o efeito, foram utilizados dados provenientes de fontes oficiais e atualizadas, nomeadamente: Instituto Nacional de Estatística (INE) – dados dos Censos, estatísticas demográficas, habitação, educação, emprego e proteção social; Plataformas institucionais como a Segurança Social, IEFP, DGEEC, DGS e Direção-Geral das Autarquias Locais; informação interna do município e das freguesias, relativa a programas, serviços e respostas sociais em curso. Estes dados permitiram identificar tendências, comparar indicadores a nível nacional, regional e local, e caracterizar a realidade social em múltiplas dimensões.

Sempre que possível, os dados foram desagregados por freguesia, permitindo captar as assimetrias intra-concelhias, essenciais para definir prioridades de intervenção. A análise territorial foi combinada com a leitura das dinâmicas sociodemográficas, possibilitando uma interpretação mais fina das vulnerabilidades e recursos locais.

Foi feita uma análise crítica de documentos estratégicos relevantes, nomeadamente, a Estratégia Local de Habitação; Planos de desenvolvimento social e territorial; Relatórios de atividades de entidades parceiras e respostas sociais; Programas municipais e comunitários em execução (ex. CLDS, HART, 1.º Direito), bem como programas regionais que constituem uma base para a elaboração dos documentos locais, a título de exemplo, o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve e o Algarve 2030. Esta componente permitiu alinhar o diagnóstico com as políticas públicas em vigor e identificar pontos de articulação entre diagnóstico e planeamento.

Embora o documento tenha um carácter técnico, integrou contributos provenientes de parcerias locais, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), entidades da economia social, serviços públicos e estruturas municipais, assegurando o conhecimento direto do território e das realidades concretas. Em alguns casos, esta auscultação permitiu clarificar dados quantitativos e validar situações de vulnerabilidade.

A articulação destas abordagens permitiu desenvolver um diagnóstico rigoroso, orientado por evidência e sensível ao território, constituindo uma base sólida para a definição de políticas sociais mais eficazes, participadas e ajustadas à diversidade da população de Lagoa.

1. Dinâmicas Demográficas

O Concelho de Lagoa passou por transformações demográficas significativas entre 2011 e 2021. Por um lado, constatou-se que o crescimento populacional no município não se distribui de forma homogénea entre as freguesias. Ao mesmo tempo, a estrutura etária da população aponta para desafios associados ao envelhecimento demográfico, com um aumento expressivo da proporção de idosos e um índice de envelhecimento em crescimento.

A diversidade demográfica é ainda intensificada pela presença de uma comunidade estrangeira em expansão, o que evidencia a atratividade de Lagoa como destino residencial. Além disso, a análise das dinâmicas familiares e domésticas destaca especificidades que refletem tanto tendências nacionais quanto características únicas do território, apontando desafios e oportunidades para o futuro a nível social, económico e urbanístico.

As secções seguintes analisam a evolução demográfica verificada no concelho de Lagoa, com particular atenção ao período correspondente à última década censitária (2011-2021). Sempre que possível, estabelece-se uma comparação entre os dados a nível nacional (Portugal), regional (Algarve) e local (Município de Lagoa), complementada por uma análise desagregada por freguesias.

Esta análise é fundamental para compreender de forma aprofundada as dinâmicas populacionais que têm caracterizado o concelho de Lagoa nos últimos anos. A comparação com os dados nacionais e regionais possibilita perceber em que medida as dinâmicas locais acompanham - ou divergem - das tendências globais, fornecendo uma base sólida para a definição de políticas públicas ajustadas à realidade específica do território.

Por sua vez, a análise desagregada por freguesias permite detetar assimetrias internas e dinâmicas particulares dentro do próprio concelho, oferecendo uma leitura mais detalhada, essencial para um planeamento estratégico mais eficiente e para a promoção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado e inclusivo.

Desta forma, destacam-se as principais componentes que influenciaram a variação da população ao longo do tempo e oferece-se uma visão aprofundada sobre as mudanças na estrutura demográfica e os fatores que moldaram a distribuição da população ao longo das últimas décadas.

1.1. Evolução e distribuição da População Residente

A caracterização da evolução e distribuição da população residente é fundamental para compreender as necessidades sociais do território, antecipar desafios demográficos e apoiar a definição de políticas públicas sustentáveis. Assim, procedeu-se a uma análise das principais tendências populacionais no concelho de Lagoa entre 1991 e 2023, com base em dados dos Censos e em estimativas anuais da população residente.

Entre 1991 e 2021, a população em Portugal aumentou de 9.867.147 para 10.562.178 habitantes, evidenciando um crescimento populacional ao longo desse período (Tabela 1). Contudo, na última década (2011-2021), essa tendência inverteu-se, com uma perda de 219.112 pessoas (-2,1%), reduzindo o total para 10.343.066 habitantes. Este decréscimo deve-se à continuação do processo de envelhecimento demográfico, refletido na redução da percentagem de população entre os 0 e os 14 anos e no aumento gradual da população com 65 ou mais anos, aliado a um saldo natural negativo, fatores determinantes para a interrupção do crescimento populacional observado nas décadas anteriores.

Tabela 1 - População Residente (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 1991-2021

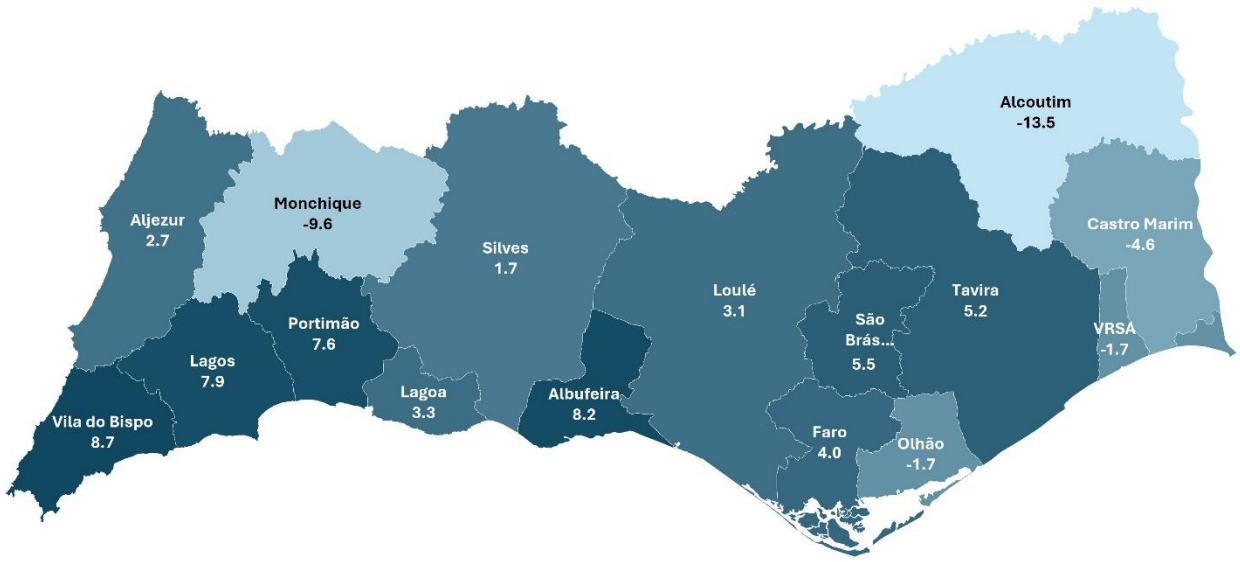
Unidade territorial	População Residente (HM)					
	1991	2001	2011	2021	Variação 2011-2021	
					Nº	%
Portugal	9867147	10356117	10562178	10343066	-219112	-2.1
Algarve	341404	395218	451006	467343	16337	3.6
Lagoa	16780	20651	22975	23725	750	3.3
Ferragudo	1937	1866	1973	1973	0	0.0
Porches	1521	1902	2011	2250	239	11.9
UF de Estômbar e Parchal	6617	8036	9004	9361	357	4.0
UF de Lagoa e Carvoeiro	6705	8847	9987	10141	154	1.5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

O concelho de Lagoa também registou um crescimento da população residente entre 1991 e 2021. De acordo com os Resultados Definitivos dos Censos 2021, o número de habitantes no município passou de 22.975, em 2011, para 23.725, em 2021, refletindo um aumento de 3,3% (+750 pessoas). Este aumento acompanha a tendência de crescimento regional, embora seja ligeiramente inferior à média de crescimento do Algarve (3,6%). Em 2021, Lagoa ocupava a 9.ª posição entre os municípios

mais populosos do Algarve, correspondendo a 0,2% da população total de Portugal e 5,1% da população algarvia (Mapa 1).

Mapa 1 - Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%) dos Concelhos do Algarve



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

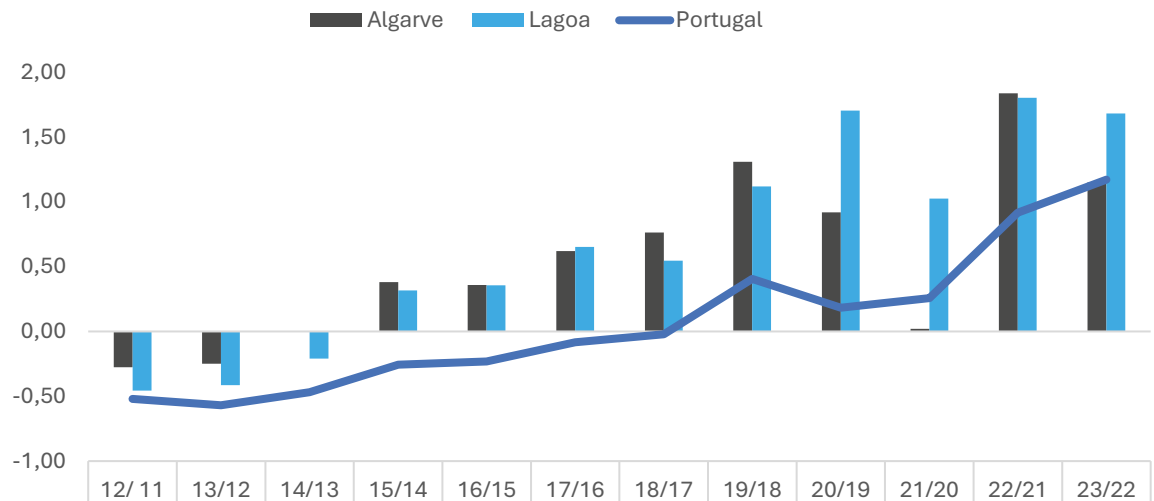
A análise desagregada por freguesias permite perceber que o acréscimo populacional observado no Município de Lagoa desde 1991 se refletiu em todas as freguesias, à exceção de Ferragudo, cuja população se manteve inalterada entre 2011 e 2021. Nesta última década censitária, a freguesia de Porches teve um aumento de 11,9% (mais 239 habitantes), seguida pela União das Freguesias de Estômbar e Parchal, que cresceu 4% (mais 357 habitantes), e pela União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, com um crescimento de 1,5% (mais 154 habitantes). Lagoa e Carvoeiro continua a ser a freguesia mais populosa do concelho, apresentando uma concentração significativa da população (cerca de 42,7% do total do concelho, totalizando 10.141 indivíduos), seguindo-se a união das freguesias de Estômbar e Parchal, com 9.361 habitantes, correspondendo a 39,5%.

A região do Algarve e o município de Lagoa destacam-se de forma positiva em comparação com o declínio populacional nacional (-2,1%), refletindo um cenário regional favorável, possivelmente impulsionado pelo turismo e a imigração. Contudo, a análise também indica um padrão de

crescimento desigual entre as freguesias de Lagoa, demonstrando variações no desenvolvimento socioeconómico da região.

O gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de variação da população residente em Portugal, Algarve e Lagoa entre 2011 e 2023. A análise desta taxa é fundamental para compreender as dinâmicas demográficas de um território ao longo do tempo, pois esta apresenta a diferença percentual da população entre dois períodos consecutivos e ajuda a analisar as tendências de crescimento ou o declínio populacional.

Gráfico 1 - Taxas de Variação da População Residente (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



	12/ 11	13/12	14/13	15/14	16/15	17/16	18/17	19/18	20/19	21/20	22/21	23/22
Algarve	-0,27	-0,25	0,00	0,38	0,36	0,62	0,76	1,31	0,92	0,02	1,84	1,15
Lagoa	-0,46	-0,42	-0,21	0,32	0,36	0,65	0,55	1,12	1,70	1,02	1,80	1,68
Portugal	-0,52	-0,57	-0,47	-0,26	-0,23	-0,08	-0,02	0,41	0,18	0,26	0,92	1,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE - Estimativas anuais da população residente

No geral, Portugal registou uma redução populacional entre 2011 e 2017, conseguindo, no entanto, inverter essa tendência a partir de 2018, ainda que com um crescimento menos expressivo face ao observado no Algarve e em Lagoa. Por outro lado, estas duas regiões cresceram de forma mais acelerada do que a média nacional e a maior taxa de crescimento ocorreu entre 2021 e 2022, refletindo a recuperação pós-pandemia e o impacto de novos fluxos migratórios. A partir de 2023, o crescimento mantém-se positivo, mas a um ritmo ligeiramente mais baixo, sugerindo uma estabilização demográfica.

Para além da variação absoluta da população, é relevante observar a forma como esta se distribui espacialmente, através da densidade populacional (Tabela 2). Este indicador representa o número de habitantes por quilómetro quadrado (hab/km^2) e é um indicador fundamental para avaliar o grau de ocupação e a pressão demográfica sobre um determinado território.

Tabela 2 - Densidade populacional (N.º/ km^2) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	Tipologia	Densidade populacional (N.º/ km^2)	
		2011	2021
Portugal	-	114.53	112.15
Algarve	-	90.26	93.53
Lagoa	-	260.34	268.84
Ferragudo	AMU	364.7	364.7
Porches	APR	128.58	143.86
União das freguesias de Estômbar e Parchal	AMU	320.77	333.49
União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro	APU	255.23	259.16

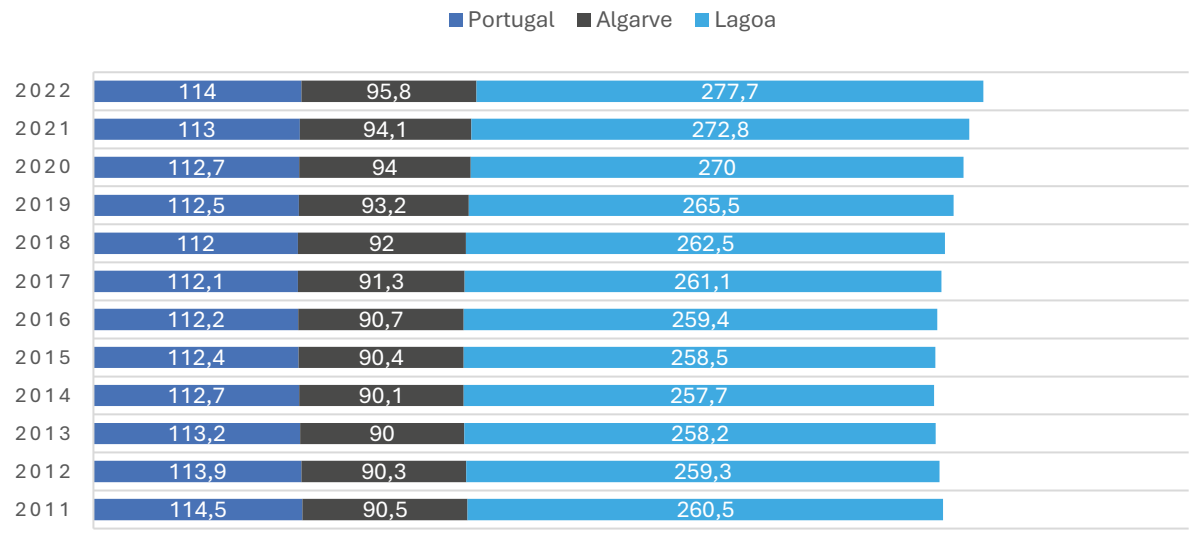
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Em 2021, Lagoa apresentava uma densidade de 268,84 hab/km^2, superior à do Algarve (93,53 hab/km^2) e de Portugal (112,15 hab/km^2), ocupando a sexta posição entre os valores mais altos da região algarvia. Porches foi a freguesia que mais aumentou a sua densidade, enquanto Ferragudo se manteve estável. É de salientar ainda que segundo a tipologia das áreas urbanas definida pelo INE (2014), a união das freguesias de Lagoa e Carvoeiro é predominantemente urbana (APU). As freguesias de Ferragudo e a união de Estômbar e Parchal são classificadas como mediamente urbanas (AMU), enquanto a freguesia de Porches possui uma natureza predominantemente rural (APR).

A evolução da densidade populacional entre 2011 e 2022 confirma a tendência crescente em Lagoa, que atingiu 277,7 hab/km^2 em 2022, mantendo-se como um dos concelhos mais densamente povoados do Algarve (Gráfico 2). A recuperação é especialmente notória a partir de 2015, e acentuada desde 2019. Em Portugal, a densidade populacional passou de 114,5 hab/km^2, em 2011, para 114 hab/km^2 em 2022, tendo registado um decréscimo entre 2011 e 2018, atingindo o valor mais baixo de 112 hab/km^2 nesse ano. A partir de 2019, verificou-se uma recuperação gradual, embora pouco expressiva. No Algarve, a densidade populacional cresceu de 90,5 hab/km^2 em 2011

para 95,8 hab/km^2 em 2022. O crescimento foi lento até 2016, mas a partir de 2017 acelerou consideravelmente.

Gráfico 2 - Densidade populacional (N.º/ km^2) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2022



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

No que diz respeito à análise das taxas de crescimento efetivo, migratório e natural em Lagoa, os dados demonstram que o crescimento populacional observado nos últimos anos foi impulsionado essencialmente pela imigração, especialmente no Algarve e em Lagoa (Tabela 3).

A taxa de crescimento efetivo reflete a variação global da população, considerando tanto os movimentos migratórios como o saldo natural. Portugal apresentou valores negativos até 2018, atingindo o ponto mais baixo em 2013 (-0,57%). A partir de 2019, registou uma recuperação contínua, atingindo 1,16% em 2023. Por outro lado, o Algarve teve um crescimento irregular até 2014, mas a partir de 2015 a tendência tornou-se positiva e contínua, atingindo o valor mais alto em 2022 (1,82%), antes de uma ligeira descida em 2023 (1,14%).

O Concelho de Lagoa destaca-se por apresentar taxas de crescimento efetivo superiores às médias nacional e regional em quase todos os anos analisados, o que reflete uma dinâmica populacional positiva. Em 2023, a taxa de crescimento efetivo em Lagoa foi de 1,67%, revelando um padrão de crescimento positivo e consistente, com exceções pontuais em anos como 2011, 2012, 2013 e 2014, onde apresentou valores negativos (-0,15%, -0,46%, -0.42% e -0.21%, respetivamente), embora ainda semelhantes ao contexto nacional e regional.

Em 2023, o município registou uma taxa de crescimento migratório de 1,87%, acima do Algarve (1,47%) e de Portugal (1,41%). Esta tendência de crescimento migratório consistente, sobretudo nos últimos anos, reflete a atratividade do município, provavelmente devido a fatores como qualidade de vida e oportunidades económicas ou turísticas.

Em contraste com o crescimento migratório, a taxa de crescimento natural (diferença entre nascimentos e óbitos) em Lagoa é negativa ao longo de todo o período analisado, embora ligeiramente menos desfavorável em relação às médias nacional e regional. Apesar de algumas flutuações, o município manteve um saldo natural negativo, com a maior queda registada em 2022 (-0,45%), antes de uma ligeira recuperação em 2023 (-0,21%). Este padrão reflete uma estrutura demográfica envelhecida, com mortalidade superior à natalidade, ainda que a situação em Lagoa seja ligeiramente mais equilibrada.

Tabela 3 - Taxas de crescimento efetivo, migratório e natural (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

Anos	Taxa de crescimento efetivo			Taxa de crescimento migratório			Taxa de crescimento natural		
	Portugal	Algarve	Lagoa	Portugal	Algarve	Lagoa	Portugal	Algarve	Lagoa
2011	-0.29	0.01	-0.15	-0.24	0.03	-0.15	-0.06	-0.01	0
2012	-0.52	-0.28	-0.46	-0.35	-0.13	-0.29	-0.17	-0.15	-0.17
2013	-0.57	-0.25	-0.42	-0.34	-0.02	-0.18	-0.23	-0.23	-0.24
2014	-0.47	0.00	-0.21	-0.25	0.21	0.07	-0.22	-0.21	-0.28
2015	-0.26	0.38	0.32	-0.03	0.55	0.40	-0.22	-0.17	-0.08
2016	-0.23	0.36	0.35	-0.01	0.59	0.50	-0.23	-0.23	-0.14
2017	-0.08	0.62	0.65	0.14	0.85	0.77	-0.23	-0.23	-0.13
2018	-0.02	0.76	0.55	0.23	0.97	0.76	-0.25	-0.21	-0.21
2019	0.40	1.30	1.11	0.65	1.45	1.24	-0.24	-0.15	-0.12
2020	0.18	0.92	1.69	0.56	1.15	1.96	-0.37	-0.23	-0.28
2021	0.26	0.02	1.02	0.69	0.39	1.17	-0.43	-0.37	-0.15
2022	0.91	1.82	1.79	1.30	2.19	2.24	-0.39	-0.37	-0.45
2023	1.16	1.14	1.67	1.47	1.41	1.87	-0.31	-0.27	-0.21

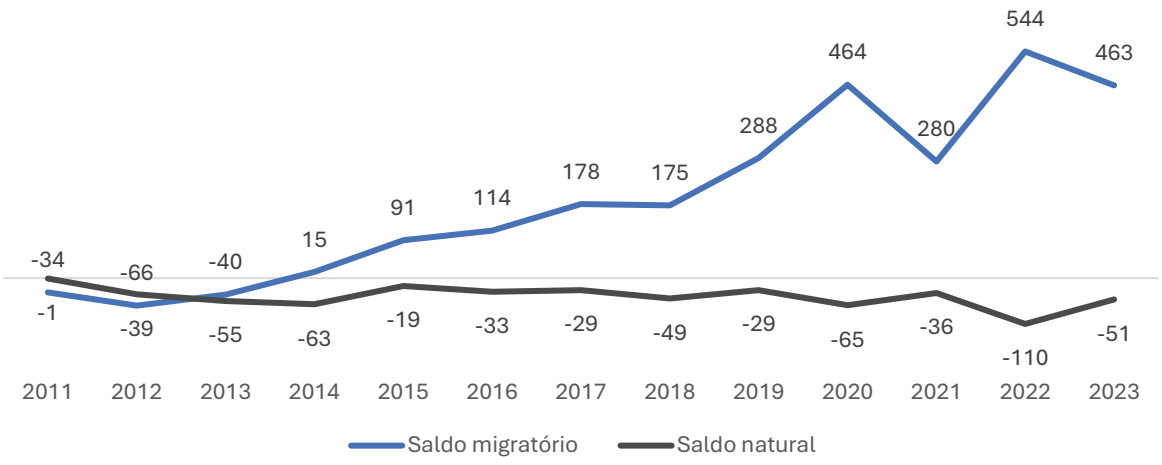
Fonte: INE, estimativas anuais da população residente

Os dados referentes ao saldo natural e saldo migratório no concelho de Lagoa, entre 2011 e 2023, revelam dinâmicas demográficas distintas: a imigração surge como o principal motor de crescimento populacional, em contraste com o saldo natural persistentemente negativo, resultante de um número de óbitos superior ao de nascimentos (Gráfico 3).

Ao longo de todo o período analisado, o saldo natural (diferença entre nascimentos e mortes) manteve-se negativo, o que indica que o número de óbitos tem sistematicamente superado o número de nascimentos em Lagoa. Este défice agravou-se particularmente a partir de 2020, com valores como -65 em 2020, -110 em 2022 e -51 em 2023, refletindo os efeitos cumulativos do envelhecimento populacional, da baixa natalidade e, possivelmente, do impacto direto e indireto da pandemia de COVID-19.

Por oposição, o saldo migratório - correspondente à diferença entre entradas e saídas de população por via migratória - tem registado uma evolução claramente positiva, assumindo-se como o principal impulsionador do crescimento demográfico em Lagoa. Após valores negativos ou muito reduzidos até 2013, o saldo migratório começa a crescer de forma consistente a partir de 2014, atingindo 544 em 2022, o valor mais elevado do período analisado, e mantendo-se elevado em 2023 (463). Esta evolução reflete o crescente atrativo do concelho para população estrangeira - tanto em idade ativa como em idade de reforma - associada à procura de melhores condições de vida, oportunidades laborais e oferta imobiliária.

Gráfico 3 - Evolução do saldo natural (N.º) e saldo migratório (N.º) em Lagoa, entre 2011 e 2023



Fonte: INE, estimativas anuais da população residente

A divergência entre os dois saldos mostra que, em Lagoa, a estabilidade ou o crescimento populacional não se deve a dinâmicas naturais, mas sim à imigração. Além disso, tanto a região do Algarve como o município consolidaram-se como áreas de forte atração populacional, refletindo um dinamismo migratório positivo que compensou a perda populacional por fatores naturais.

1.2. Estrutura Etária da População Residente, Envelhecimento e Dependência

A análise da estrutura etária da população constitui um eixo central na compreensão dos desafios sociais e territoriais. O envelhecimento, a perda de população jovem e o aumento da dependência têm implicações diretas na sustentabilidade dos sistemas de saúde, educação, cuidados e proteção social. Este subcapítulo analisa a evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Lagoa, comparando-a com as tendências regionais e nacionais, e identificando dinâmicas locais relevantes ao nível das freguesias.

Entre 2001 e 2021 verificou-se uma diminuição da população em todos os grupos etários, à exceção da faixa etária com 65 ou mais anos, cuja proporção aumentou (Tabela 4). Em Portugal, a percentagem da população jovem (até 14 anos) caiu de 16,0%, em 2001, para 12,9%, em 2021. No Algarve, a tendência é semelhante, embora com valores ligeiramente inferiores à média nacional (de 14,6% para 13,4%). No concelho de Lagoa e nas suas freguesias, a redução também é evidente, com destaque para Ferragudo, onde a população jovem passou de 13,1%, em 2001, para apenas 9,0%, em 2021, evidenciando um envelhecimento mais acentuado. Por outro lado, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta valores relativamente mais altos, apesar da redução de 17,0% para 15,0%.

A faixa etária dos 15-24 anos também apresentou uma descida acentuada. Em Portugal esta população representava 14,3% em 2001, descendo para 10,5% em 2021. No Algarve, os valores seguiram a mesma tendência, passando de 13,1% para 9,8%. No concelho de Lagoa, a diminuição é semelhante, verificando-se que todas as freguesias perderam representatividade nesta faixa etária, com destaque para Ferragudo, que registou uma queda expressiva de 14,1% para 8,2%.

O grupo etário dos 25 aos 64 anos manteve-se relativamente estável, mas com ligeiras oscilações. Em Portugal, este grupo etário registou um aumento entre 2001 e 2011 (de 53,4% para 55,2%), seguido de uma ligeira redução para 53,2% em 2021. No Algarve observou-se uma evolução idêntica, passando de 53,6% para 55,6% em 2011 e diminuindo para 53,0% em 2021. Nas freguesias do concelho de Lagoa, a diminuição foi mais significativa em Ferragudo, onde passou de 50,9% para 50,2%, e em Lagoa, com uma descida de 55,2% para 52,6%.

Tabela 4 - População residente (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias quanto ao grupo etário, 2001, 2011 e 2021

Unidade territorial	Grupo Etário (%)											
	0-14			15-24			25-64			65+		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	16.0	14.9	12.9	14.3	10.9	10.5	53.4	55.2	53.2	16.4	19.0	23.4
Algarve	14.6	14.8	13.4	13.1	10.1	9.8	53.6	55.6	53.0	18.6	19.5	23.7
Lagoa	16.2	15.7	13.6	13.1	10.6	10.4	55.2	55.9	52.6	15.5	17.8	23.4
Ferragudo	13.1	12.0	9.0	14.1	8.5	8.2	50.9	56.1	50.2	21.9	23.5	32.6
Porches	14.1	13.1	12.9	13.3	11.4	9.2	56.4	56.3	53.9	16.2	19.1	24.0
UF de Estômbar e Parchal	17.0	16.4	15.0	13.5	11.0	10.8	56.0	56.5	52.8	13.6	16.1	21.5
UF de Lagoa e Carvoeiro	16.5	16.2	13.3	12.6	10.5	10.8	55.1	55.3	52.6	15.8	18.0	23.3

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021

O envelhecimento populacional é a tendência mais marcante neste período. Em Portugal, a população com 65 ou mais anos passou de 16,4% em 2001 para 23,4% em 2021, mostrando um aumento significativo. O Algarve apresenta valores ainda mais elevados, passando de 18,6% para 23,7% no mesmo período. No concelho de Lagoa e freguesias, a tendência de envelhecimento é evidente, com Ferragudo a apresentar o crescimento mais expressivo, onde a população idosa passou de 21,9% em 2001 para 32,6% em 2021.

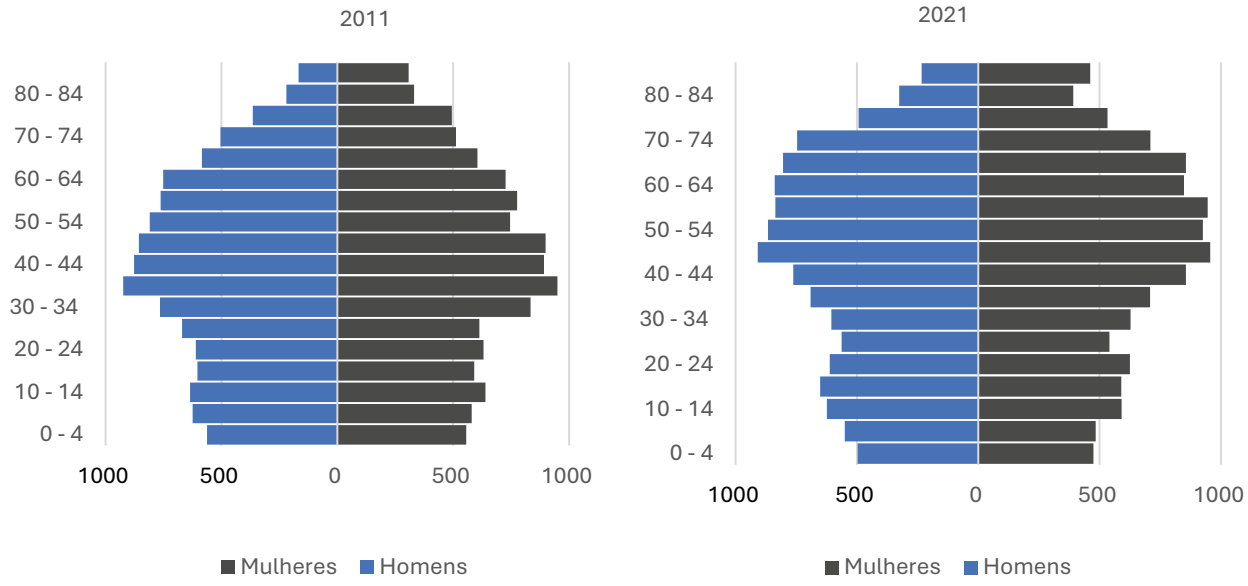
As pirâmides etárias da população residente no Concelho de Lagoa (Gráfico 4) permitem observar a evolução da estrutura demográfica da população residente no concelho entre os anos de 2011 e 2021. As alterações na estrutura etária da população revelam um processo de envelhecimento demográfico, refletido no alargamento das idades mais avançadas e pela redução dos grupos etários mais jovens.

Em 2011, a pirâmide etária apresentava uma base relativamente larga, indicando uma presença ainda considerável de crianças e jovens, embora já existissem sinais de redução nestes grupos. A maior parte da população era constituída pela faixa etária dos 25 aos 64 anos, o que revelava uma predominância da população em idade ativa. No topo da pirâmide, verificava-se um alargamento progressivo das faixas etárias mais idosas (65 ou mais anos), mas ainda sem um peso expressivo quando comparado com 2021.

Por sua vez, a pirâmide etária de 2021 revela mudanças significativas. A base da pirâmide, correspondente aos grupos etários mais jovens (0-14 anos), tornou-se mais estreita, confirmando a

diminuição da natalidade e a diminuição da população mais jovem. Por outro lado, os grupos etários mais elevados (65 ou mais anos) apresentam um alargamento expressivo, sinalizando um envelhecimento populacional acentuado. Outro aspeto relevante é a maior representatividade das mulheres nas faixas etárias mais idosas, o que confirma a tendência geral de maior longevidade feminina. Esta diferença de género torna-se mais evidente a partir dos 65 anos e acentua-se significativamente nos grupos dos 80 ou mais anos.

Gráfico 4 – Pirâmides Etárias (N.º) da População Residente em Lagoa, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021

A evolução da pirâmide etária entre 2011 e 2021 demonstra a transição demográfica em curso no concelho de Lagoa, caracterizada por: uma diminuição da população jovem, resultado da quebra na taxa de natalidade; redução da população em idade ativa (25-64 anos), com possíveis repercussões na economia local e no mercado de trabalho; e um aumento significativo da população idosa (65 ou mais anos), o que implica a necessidade de desenvolver novas respostas no apoio ao envelhecimento, nos cuidados de saúde e na área da ação social.

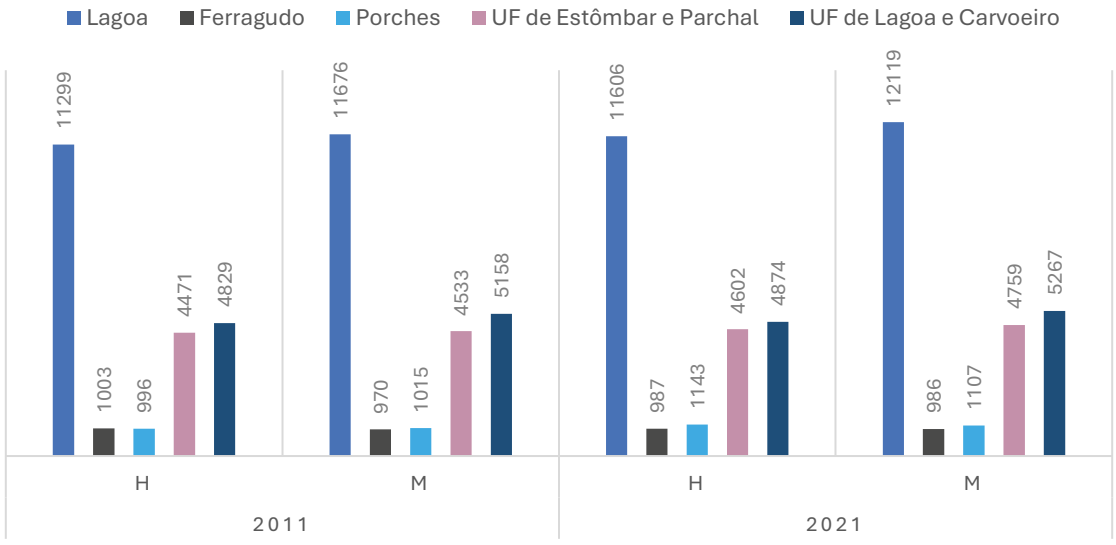
Através da análise da distribuição da população residente no concelho de Lagoa, nos anos de 2011 e 2021 (Gráfico 5), observa-se uma relativa estabilidade na distribuição da população por sexo, com um ligeiro crescimento na maioria das freguesias, especialmente entre as mulheres. No ano de 2011, o número de mulheres (11.676) era ligeiramente superior ao de homens (11.299). Após dez

anos, essa diferença manteve-se, com a população feminina a aumentar para 12.119 e a masculina para 11.606. Em termos percentuais, registou-se uma pequena redução da representatividade masculina, passando de 49,2% para 48,9%, enquanto a proporção de mulheres subiu de 50,8% para 51,1%.

Uma análise desagregada por freguesia permite perceber que:

- Em Ferragudo, o número de homens registou um ligeiro decréscimo, passando de 1.003 para 987, enquanto o de mulheres praticamente se manteve, passando de 996 para 986.
- Na freguesia de Porches, a população masculina aumentou de 970 para 1.143 e a feminina subiu de 1.015 para 1.107, evidenciando um crescimento mais significativo.
- Na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, o número de homens subiu de 4.471 para 4.602, enquanto a população feminina aumentou de 4.533 para 4.759.
- Na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, também se verificou um crescimento, com o número de homens a passar de 4.829 para 4.874 e o de mulheres a aumentar de 5.158 para 5.267.

Gráfico 5 - População residente (N.º) em Lagoa, quanto ao sexo, 2011 e 2021



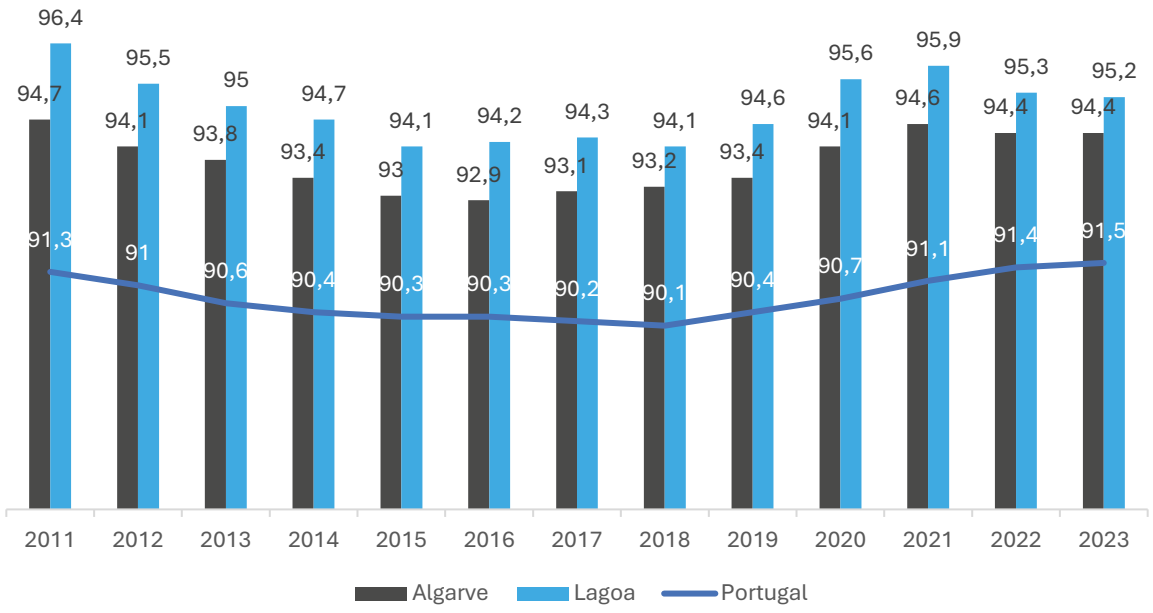
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021

A relação de masculinidade que representa o número de homens por cada 100 mulheres, apresenta diferenças significativas entre Portugal, Algarve e Lagoa (Gráfico 6). A nível nacional, esta relação manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado, registando uma ligeira descida entre 2011 (91,3) e 2018 (90,1), seguida de um crescimento gradual, atingindo 91,5 em 2023.

No Algarve, os valores foram sempre superiores à média nacional, variando entre 94,7 em 2011 e 93,0 em 2015, recuperando para 94,4 em 2023. No município de Lagoa, a relação de masculinidade foi consistentemente mais elevada do que nas outras regiões analisadas, começando em 96,4 em 2011, diminuindo ligeiramente até 94,1 em 2016, e voltando a subir para 95,2 em 2023.

De um modo geral, Portugal apresenta uma relação de masculinidade inferior à da região algarvia e de Lagoa. O Algarve mantém valores mais elevados em comparação com Portugal, mas com oscilações que sugerem mudanças demográficas e migratórias, possivelmente associadas aos fluxos de população estrangeira. O município de Lagoa mantém-se acima da média nacional e regional, demonstrando uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres ao longo dos anos.

Gráfico 6 - Relação de masculinidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

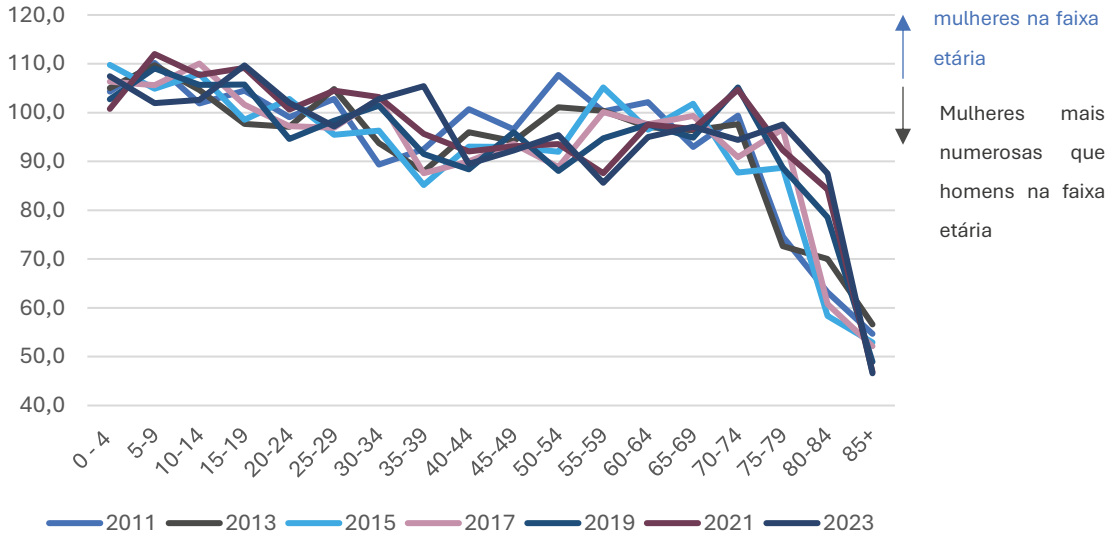


Fonte: INE - estimativas anuais da população residente

A relação de masculinidade por grupo etário mostra que a relação de masculinidade é consistentemente superior a 100 nas idades mais jovens (até aos 24 anos), indicando que há mais homens do que mulheres nestas idades (Gráfico 7). Na faixa etária dos 25 até aos 44 anos, os valores oscilam entre ligeiramente superiores e inferiores a 100, refletindo um equilíbrio entre homens e mulheres nestas idades.

No entanto, nas faixas etárias mais avançadas (45-49 anos em diante), a relação de masculinidade começa a cair progressivamente, tornando-se inferior a 100, especialmente a partir dos 50 anos, o que indica um maior número de mulheres devido à maior esperança de vida. A partir dos 80 anos a relação de masculinidade desce significativamente, atingindo os valores mais baixos na faixa etária dos 85 e mais anos, onde há um número substancialmente menor de homens em comparação com as mulheres.

Gráfico 7 - Relação de Masculinidade (N.º) por grupo etário em Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

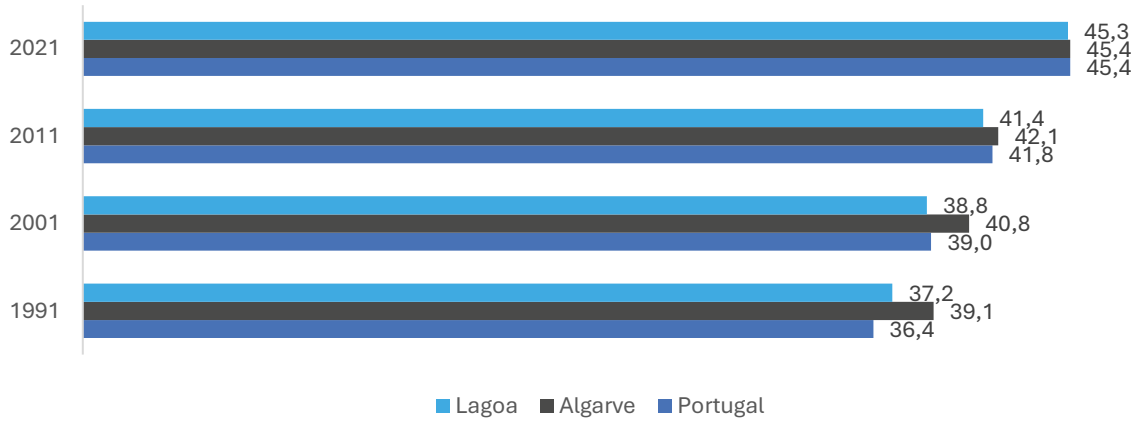
A evolução da idade média da população residente em Portugal, no Algarve e em Lagoa entre 1991 e 2021 revela um claro processo de envelhecimento demográfico. O gráfico 8 destaca esta tendência de envelhecimento, com Lagoa e o Algarve a acompanharem este fenómeno, apresentando valores ligeiramente acima da média nacional.

De acordo com os dados censitários, em 1991, a idade média da população era mais baixa, situando-se nos 37,2 anos em Lagoa, 39,1 anos no Algarve e 36,4 anos em Portugal. Nas décadas

seguintes, registou-se um aumento gradual, atingindo em 2021 os 45,3 anos em Lagoa e 45,4 anos no Algarve e em Portugal. Em 1991 e 2001, o Algarve apresentava uma idade média superior à do país, indicando uma população relativamente mais envelhecida. No entanto, em 2021, tanto o Algarve como Lagoa praticamente convergiram para a média nacional, refletindo um processo generalizado de envelhecimento.

O período entre 2011 e 2021 registou a subida mais acentuada na idade média da população, fenómeno associado à redução da taxa de natalidade e ao aumento da esperança de vida.

Gráfico 8 - Idade média (Anos) da população residente em Portugal, Algarve e Lagoa, 1991-2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

As mudanças na composição etária da população, observadas em todo o território nacional, ainda que a diferentes ritmos, tiveram impacto no nível de envelhecimento e na relação de dependência entre as faixas etárias. A Tabela 5 apresenta a análise dos índices de dependência total, de jovens e de idosos entre 2011 e 2021, permitindo identificar várias tendências demográficas relevantes.

Em Portugal, entre 2011 e 2021, o índice de dependência total passou de 51,3 jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa para 57,0. Este aumento resultou da conjugação de dois fatores: a redução do índice de dependência de jovens, que passou de 22,5 para 20,2 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa, e o aumento do índice de dependência de idosos, que subiu de 28,8 para 36,8 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

O Algarve segue esta tendência, com um aumento expressivo da dependência de idosos e uma ligeira redução da dependência de jovens. Entre 2011 e 2021, a região registou um aumento do índice de dependência total, passando de 52,2 para 59,2, refletindo uma maior proporção de população

dependente em relação à população ativa. O índice de dependência de jovens diminuiu ligeiramente, de 22,6 para 21,4, indicando uma redução na proporção de jovens em relação à população ativa. Por contraste, o índice de dependência de idosos aumentou de 29,6 para 37,8, demonstrando um crescimento significativo da proporção de idosos.

No Concelho de Lagoa, o índice de dependência total aumentou de 50,3 em 2011 para 58,7 em 2021, refletindo um crescimento da população dependente (jovens e idosos) em relação à população ativa. De forma geral, observou-se que este índice cresceu em todas as freguesias, com Ferragudo a registar o maior valor em 2021 (71,3), seguido de Porches (58,5) e das Uniões de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (57,7) e Estômbar e Parchal (57,3).

O índice de dependência de jovens diminuiu no município de Lagoa, passando de 23,5 em 2011 para 21,5 em 2021, indicando uma redução na proporção de jovens em idade escolar face à população ativa. Considerando os valores para 2021, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresentaram valores ligeiramente superiores, 23,6 e 21,0, respetivamente. Por outro lado, Ferragudo teve o menor índice de dependência de jovens (15,4), o que sugere uma menor presença de crianças e jovens.

Tabela 5 - Índices de dependência total, de jovens e de idosos (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	Índices de Dependência (N.º)					
	Jovens		Idosos		Total	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	22.5	20.2	28.8	36.8	51.3	57.0
Algarve	22.6	21.4	29,6	37.8	52.2	59.2
Lagoa	23.5	21.5	26,8	37.1	50.3	58.7
Ferragudo	18.5	15.4	36.3	55.9	54.9	71.3
Porches	19.3	20.4	28.2	38.0	47.5	58.5
UF de Estômbar e Parchal	24.3	23.6	23.8	33.7	48.1	57.3
UF de Lagoa e Carvoeiro	24.7	21.0	27.3	36.7	52.0	57.7

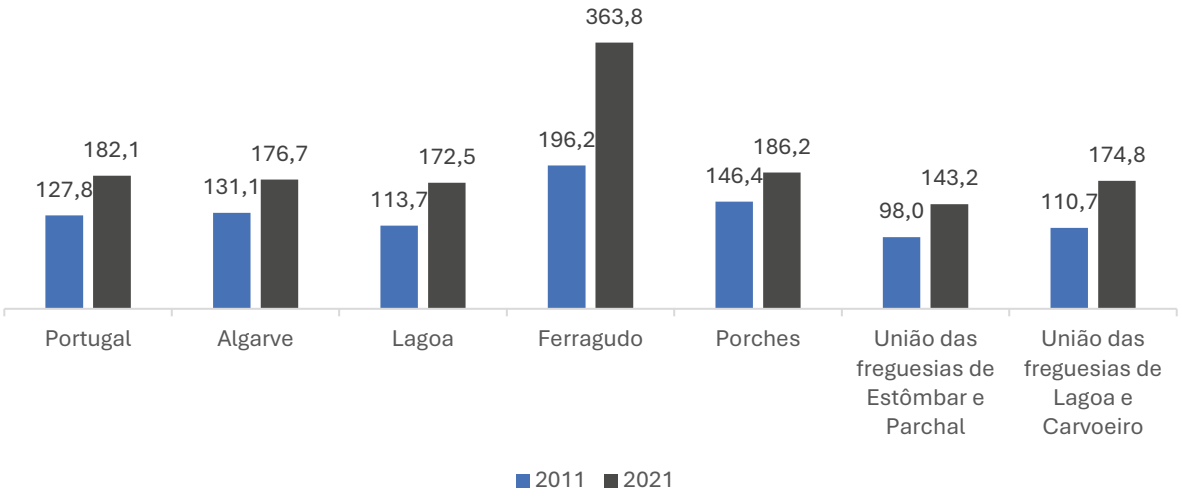
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021

Em relação ao índice de dependência de idosos, este aumentou significativamente em Lagoa, como concelho, passando de 26,8 em 2011 para 37,1 em 2021. A freguesia de Ferragudo destaca-se com

o maior valor (55,9 em 2021), indicando uma população predominantemente idosa. Porches (38,0) e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (36,7) também registaram valores elevados.

De acordo com os Censos 2021, o índice de envelhecimento é menos acentuado em Lagoa (172,5), comparativamente ao Algarve (176,7), sendo que em 2011, era de 113,7 (Gráfico 9). Embora se observe o aumento do índice de envelhecimento, os valores em Lagoa são menores que a média nacional, que passou de 127,8 em 2011 para 182,1 em 2021, destacando-se a tendência de envelhecimento demográfico. A única exceção é a União de Freguesias de Estômbar e Parchal, com um índice de envelhecimento abaixo da média do concelho (143,2), indicando uma população relativamente mais jovem, enquanto Ferragudo apresenta o maior índice (363,8), valores muito acima das outras freguesias e das médias regional e nacional.

Gráfico 9 - Índice de Envelhecimento (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e freguesias, 2011 e 2021



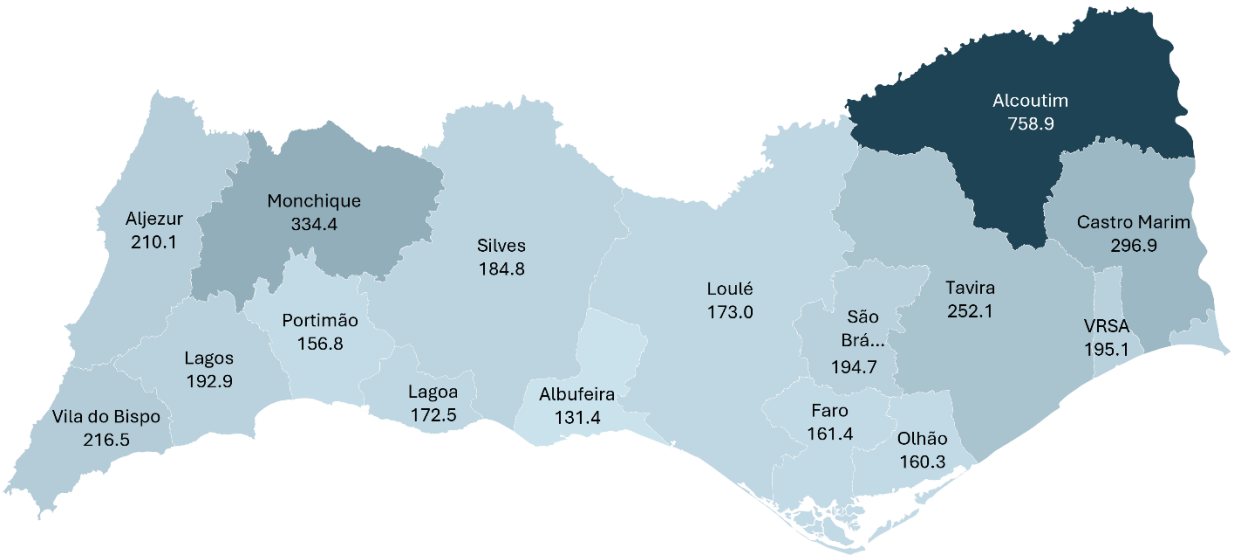
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021

Esta análise revela um quadro de envelhecimento generalizado, com Ferragudo como a freguesia mais envelhecida enquanto a União de Freguesias de Estômbar e Parchal se destaca pela presença de uma população mais jovem e ativa. Em síntese, a população residente no Concelho de Lagoa acompanha a tendência de envelhecimento observada a nível nacional e regional, embora de forma menos pronunciada em comparação com a média do país.

No contexto regional, Lagoa é o 12.º concelho mais envelhecido do Algarve (Mapa 2). Em sentido contrário, em Faro, Olhão, Portimão e Albufeira verificaram-se os valores mais baixos. Foi no

Concelho de Alcoutim que se registou os valores mais elevados neste indicador (760 idosos por cada 100 jovens), um valor muito acima do valor nacional e regional.

Mapa 2 - Índice de envelhecimento (N.º) nos Concelhos do Algarve, 2021



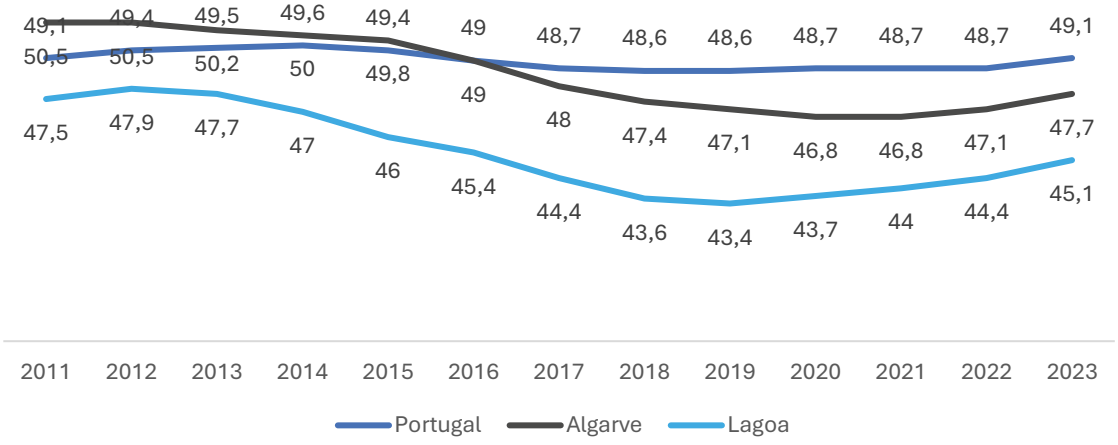
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Entre 2011 e 2023, o índice de longevidade - indicador que traduz o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos - seguiu uma tendência de crescimento gradual a nível nacional, espelhando o progressivo envelhecimento da população portuguesa (Gráfico 10). Em Portugal, este índice manteve-se relativamente estável até 2014 (49,6), iniciando a partir daí uma ligeira descida até 2018, para valores próximos dos 48,6. No entanto, a partir de 2019 observa-se uma recuperação gradual, culminando em 49,1 em 2023, o mesmo valor registado em 2011.

No Algarve, a trajetória do índice é semelhante à nacional até 2014, mas a partir desse ano regista uma redução mais acentuada, passando de 49,8 em 2015 para 46,8 em 2020 e 2021, mantendo-se

ligeiramente abaixo dos valores nacionais durante quase todo o período. Ainda assim, entre 2021 e 2023, o Algarve evidencia uma recuperação do índice, atingindo os 47,7 em 2023.

Gráfico 10 - Índice de Longevidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

O concelho de Lagoa revela uma realidade distinta, marcada por uma queda mais acentuada do índice de longevidade entre 2013 e 2019, passando de 47,9 para 43,4. Esta evolução indica uma diminuição relativa do peso da população idosa face à população jovem, o que contraria a tendência nacional marcada pelo envelhecimento demográfico. A partir de 2020, observa-se uma inversão dessa tendência, com o índice a subir progressivamente até aos 45,1 em 2023. Portanto, a evolução do índice de longevidade em Lagoa evidencia um percurso diferente face ao Algarve e a Portugal, caracterizado por uma fase de declínio marcado até 2019, seguida de uma recuperação lenta.

1.3. Natalidade e Mortalidade: os seus efeitos na sustentabilidade demográfica

A análise da natalidade e mortalidade procura compreender a evolução demográfica local à luz das tendências regionais e nacionais. Através de indicadores como o número de nascimentos, taxas de fecundidade e de mortalidade, são identificadas dinâmicas relevantes que influenciam o crescimento populacional, a estrutura etária e a sustentabilidade demográfica do território.

Entre 2011 e 2023, os dados relativos aos nascimentos em Lagoa e nas suas freguesias apresentam uma tendência relativamente estável, embora com algumas oscilações, seguindo em parte a tendência verificada a nível nacional e regional, mas com particularidades locais que merecem destaque (Tabela 6).

Em Portugal regista-se uma tendência de decréscimo acentuado do número de nascimentos desde 2011 (96.856 nascimentos) até 2021 (mínimo de 79.582), com uma ligeira recuperação nos anos seguintes. Este comportamento reflete os problemas demográficos identificados anteriormente, o envelhecimento da população e a diminuição da natalidade. Na região do Algarve, observa-se igualmente uma descida entre 2011 (4.561 nascimentos) e 2021 (4.119), com uma recuperação ligeira até 2023 (4.436).

Tabela 6 - Nados-vivos (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011-2023

Anos	Portugal	Algarve	Lagoa	Ferragudo	Porches	UF de Estômbar e Parchal	UF de Lagoa e Carvoeiro
2011	96856	4561	220	14	21	92	93
2012	89841	4159	196	13	16	77	90
2013	82787	3728	166	14	12	46	64
2014	82367	3760	179	14	15	71	79
2015	85500	4071	219	12	26	94	87
2016	87126	4175	201	19	25	76	81
2017	86154	4236	209	9	14	83	103
2018	87020	4334	222	13	15	83	111
2019	86579	4408	215	17	11	89	98
2020	84530	4330	200	13	21	80	86
2021	79582	4119	224	10	22	88	104
2022	83671	4064	191	7	11	76	97
2023	85699	4436	216	19	18	93	86

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

No município de Lagoa, o número de nascimentos variou entre um máximo de 224 em 2021 e um mínimo de 166 em 2013. Apesar de algumas flutuações, os dados revelam uma certa consistência ao longo do tempo, com os valores a situarem-se, na sua maioria, entre os 190 e os 220 nascimentos

por ano. Em 2023, contabilizaram-se 216 nascimentos, um dos totais mais elevados no período em análise.

Ao nível das freguesias, é na União de Freguesias de Estômbar e Parchal e na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro que se regista o maior número de nascimentos, assumindo assim um peso mais significativo no total de nascimentos do município. Por outro lado, Ferragudo apresenta variações ligeiras, com um mínimo de 7 nascimentos em 2022 e um máximo de 19 (2016 e 2023), mantendo-se relativamente estável. Porches mostra uma tendência semelhante, com números entre os 11 e os 26 nascimentos por ano. Em contraste, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal revela uma expressão demográfica mais significativa, com valores a situarem-se entre os 46 nascimentos em 2013 e 94 em 2015. Já a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta igualmente números consistentes, com um máximo de 111 nascimentos em 2018 e os registos mais baixos na ordem dos 60, nomeadamente em 2013.

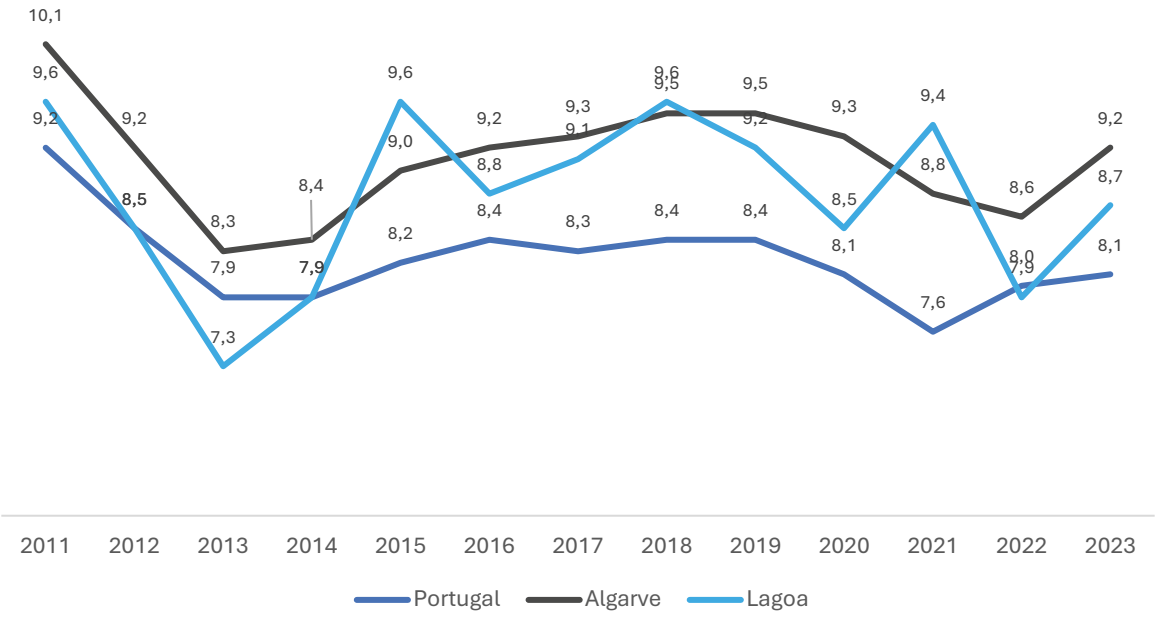
A taxa bruta de natalidade, que mede o número de nascimentos por cada 1000 habitantes, revela uma variação mais acentuada em Lagoa face à média nacional, embora os valores do concelho se mantenham, na maioria dos anos, em linha com os da região do Algarve (Gráfico 11). Ainda assim, Lagoa apresenta, em diversos momentos do período analisado, taxas superiores à média do país, o que representa um indicador demográfico favorável e deve ser considerado no desenvolvimento de estratégias e respostas ao nível social e de infraestruturas.

Em 2011, a taxa bruta de natalidade em Portugal situava-se nos 9,2 nados-vivos por 1000 habitantes. Nos anos de 2013 e 2014, observou-se uma redução, atingindo os 7,9 nados-vivos por 1000 habitantes, refletindo-se num recuo na natalidade. A partir de 2015 registou-se uma recuperação gradual. No entanto, esta tendência positiva foi interrompida em 2020, culminando em 2021 com o valor mais baixo do período analisado: 7,6 nados-vivos por mil habitantes. Desde então, verificou-se uma ligeira subida, com a taxa a alcançar os 8,1‰ em 2023.

No Algarve, a taxa bruta de natalidade segue um padrão semelhante ao nacional, embora com valores ligeiramente mais elevados na maioria dos anos. Destacam-se os valores de 9,5‰ em 2018 e 2019, com um declínio gradual a partir de 2020 até 2022, ano em que atinge 8,6‰. Em 2023, observa-se uma recuperação para 9,2‰. Lagoa apresenta flutuações mais acentuadas ao longo do período analisado, com uma quebra significativa em 2013 (mínimo de 7,3‰) e vários máximos, nomeadamente em 2015 e em 2018 (9,6‰) e, 2021 (9,4‰), valores superiores à média nacional e

regional nesses anos. Contudo, em 2022, verifica-se uma queda abrupta para 7.9‰, seguida de uma recuperação em 2023 para 8.7‰, ultrapassando novamente a média nacional.

Gráfico 11 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

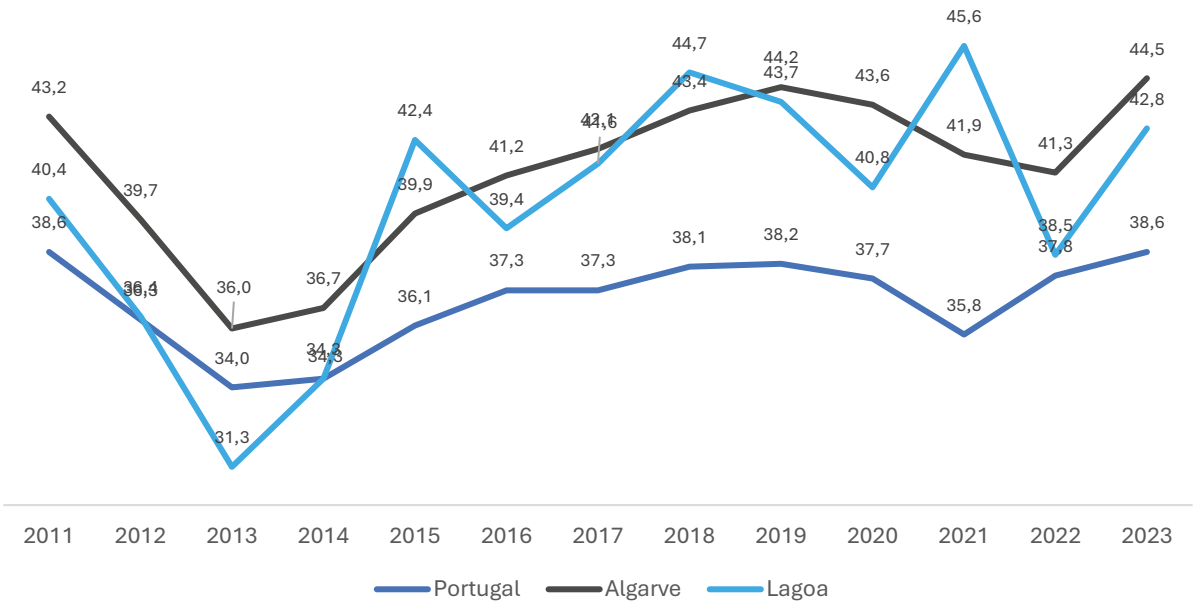
A análise da taxa de fecundidade geral - nados-vivos por mil mulheres em idade fértil (15 a 49 anos de idade) - entre 2011 e 2023 (Gráfico 12), indica que Lagoa, apesar das oscilações mais acentuadas, tem vindo a apresentar valores de fecundidade consistentemente superiores à média nacional, refletindo uma realidade local mais dinâmica no que diz respeito à maternidade.

A nível nacional, verifica-se uma tendência de descida entre 2011 (38,6‰) e 2013 (34,0‰), seguida de uma recuperação gradual até 2019 (38,2‰). A partir de 2020, há uma diminuição, com um mínimo de 35,8‰ em 2021, voltando a subir para 38,6‰ em 2023. Por outro lado, o Algarve apresenta um padrão semelhante ao nacional, embora com valores geralmente mais elevados. A taxa de fecundidade geral desce até 2013 (36,0‰), recupera até 2019 (44,2‰), e regista depois uma quebra em 2021 (41,9‰). Em 2023, volta a aumentar, atingindo 44,5‰, mantendo-se acima da média nacional.

O concelho de Lagoa revela uma maior instabilidade ao longo do período analisado, registando o valor mais baixo em 2013 (31,3‰) e um dos mais elevados em 2021 (45,6‰), destacando-se dos

valores nacionais e regionais em vários momentos. Também em 2023, Lagoa mantém um nível elevado de fecundidade (44,8‰), acima das médias do Algarve e de Portugal.

Gráfico 12 - Taxa de fecundidade geral (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

A observação das taxas de fecundidade por grupo etário em Lagoa, entre 2011 e 2023, permite observar as dinâmicas da maternidade ao longo das diferentes faixas etárias das mulheres em idade fértil (Tabela 7). Observa-se, então, uma reconfiguração do padrão etário da maternidade, marcada pela diminuição dos nascimentos em idades mais jovens e pela maior incidência de nascimentos entre os 25 e os 34 anos, a par de um ligeiro aumento da fecundidade em idades mais avançadas.

Durante o período em análise, verifica-se uma tendência de adiamento da maternidade, com uma diminuição da fecundidade nos grupos etários mais jovens e um aumento nos grupos de idade mais avançada. O grupo dos 20-24 anos, que em 2011 apresentava uma taxa de 82,4‰, regista uma descida contínua ao longo dos anos, fixando-se nos 49,3‰ em 2023. O grupo dos 15-19 anos acompanha esta tendência decrescente, com uma redução significativa após 2011 (15,5‰), atingindo o mínimo de 4,9‰ em 2022, antes de subir ligeiramente para 11,2‰ em 2023. Estas variações sugerem uma menor incidência de maternidade precoce no concelho, associada a uma maior frequência de percursos escolares prolongados, instabilidade laboral ou mudança nas prioridades de vida das gerações mais jovens.

Tabela 7 - Taxas de fecundidade específicas (‰) por grupo etário em Lagoa, 2011-2023

Grupo etário	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
10-14	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.7	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
15-19	15.5	8.6	15.3	13.1	11.3	17.8	14.5	14.6	13.3	16.8	11.7	4.9	11.2
20-24	82.4	54.8	53.3	42.3	51.9	52.9	67.6	56.3	46.6	57.7	54.6	48.9	49.3
25-29	78.0	84.6	58.5	71.3	93.4	98.2	82.3	107.7	129.0	102.7	110.1	80.9	82.1
30-34	76.0	76.1	65.9	68.7	94.1	88.1	80.1	92.5	101.0	96.3	94.9	80.3	105.9
35-39	40.1	36.6	36.2	50.2	58.1	42.4	67.2	66.9	47.0	39.1	74.4	65.7	58.0
40-44	5.8	10.2	6.6	10.8	13.8	10.3	13.3	14.6	11.9	12.3	10.7	14.9	20.8
45-49	0.0	0.0	1.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	1.1	2.1	1.0	0.0

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Em contrapartida, observa-se um reforço da fecundidade nos grupos entre os 25 e os 34 anos, atualmente os mais férteis no concelho. As taxas de fecundidade no grupo dos 25-29 anos aumentaram de 78,0‰ em 2011 para valores de destaque em anos posteriores, como 129,0‰ em 2019, mantendo-se elevadas nos últimos anos (82,1‰ em 2023). Já o grupo dos 30-34 anos, que iniciava o período com uma taxa de 76,0‰, ultrapassa os 100‰ em vários momentos, com o valor mais alto em 2023 (105,9‰). Estes dados confirmam o adiamento da idade da maternidade para a terceira década de vida, com o valor máximo da fecundidade a deslocar-se dos 20-24 anos para os 30-34 anos.

Também se verifica um ligeiro aumento da fecundidade nos grupos dos 35-39 e 40-44 anos, sobretudo nos últimos anos. Em 2023, o grupo dos 35-39 anos regista 58,0‰ e o dos 40-44 anos atinge o valor mais elevado do período (20,8‰). Por outro lado, os grupos etários mais extremos - 10-14 anos e 45-49 anos - apresentam valores nulos ou residuais ao longo de todo o período, sendo pouco significativos em termos estatísticos e demográficos, o que está de acordo com os padrões naturais de fecundidade.

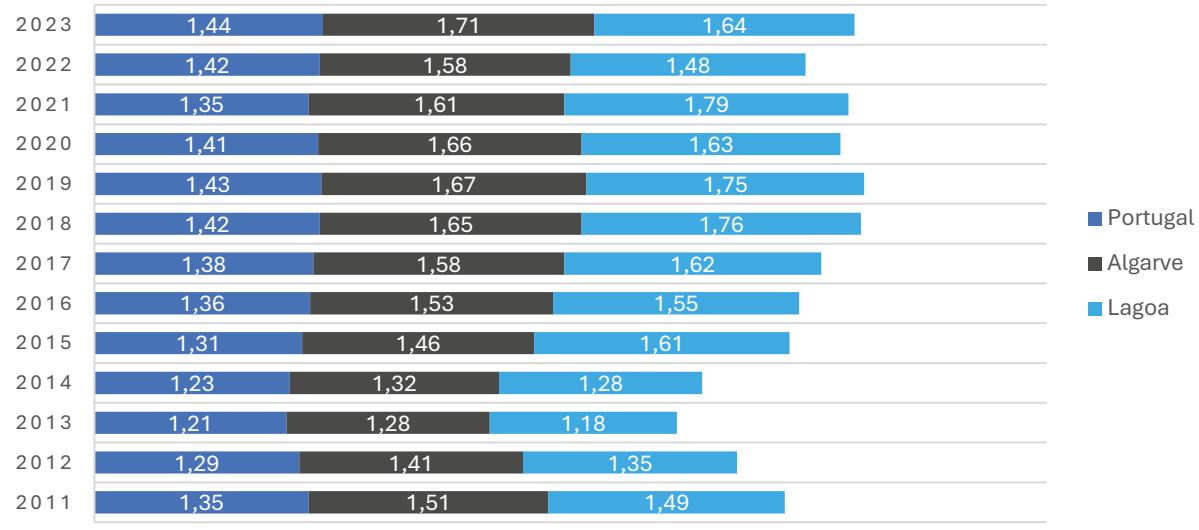
O Gráfico 13 apresenta o índice sintético de fecundidade (ISF) entre 2011 e 2023 para Portugal, Algarve e Lagoa. Este indicador é usado para medir a fecundidade das mulheres e estima o número médio de crianças por mulher em idade fértil. Trata-se de um indicador essencial para avaliar o potencial da renovação das gerações, sendo o valor de referência para garantir essa substituição de cerca de 2,1 filhos por mulher.

Em Portugal, o ISF manteve-se sempre abaixo do limiar da renovação populacional, variando entre 1,21 (valor mais baixo em 2013) e 1,44 (valor mais elevado em 2023). Depois de uma tendência de descida entre 2011 e 2014, o índice começou a recuperar lentamente, com alguma oscilação, revelando uma ligeira melhoria da fecundidade a partir de 2015, mas ainda sem alcançar níveis suficientes para assegurar a sustentabilidade demográfica.

Na região do Algarve, o comportamento do índice foi semelhante ao nacional, mas com valores consistentemente mais elevados, o que revela uma maior propensão à maternidade na região. O ISF algarvio atingiu o valor mínimo em 2014 (1,32) e registou o seu máximo em 2023, com 1,71 filhos por mulher, evidenciando uma evolução positiva e mais expressiva do que a média nacional nos últimos anos.

O concelho de Lagoa destaca-se de forma particular neste panorama, com valores do ISF frequentemente superiores aos de Portugal e do Algarve, sobretudo a partir de 2015. Após um mínimo de 1,18 em 2013, observou-se uma subida acentuada nos anos seguintes, alcançando o valor máximo de 1,79 em 2021, o mais elevado no período analisado. Embora tenha registado um ligeiro decréscimo em 2022 (1,48), o índice voltou a crescer em 2023, atingindo 1,64 filhos por mulher.

Gráfico 13 - Índice sintético de fecundidade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Em relação à análise dos nados-vivos segundo a filiação em Portugal, Algarve e Lagoa, entre 2011 e 2023, os dados demostram uma redefinição dos modelos familiares associados à natalidade, com um recuo claro do casamento como estrutura predominante para a constituição de família. Em contrapartida, observa-se a consolidação da coabitação informal como forma legítima de parentalidade e um aumento expressivo da diversidade das configurações familiares (Tabela 8).

A nível nacional, verifica-se uma tendência contínua de diminuição dos nascimentos dentro do casamento, que passaram de 57,2% em 2011 para 40,5% em 2023. Em contrapartida, os nascimentos fora do casamento - sobretudo os resultantes de casais em coabitação - têm vindo a crescer de forma consistente, passando de 31,9% em 2011 para 43,2% em 2023. Esta evolução aponta para a crescente normalização da parentalidade fora do casamento formal, em contexto de união de facto. Os nascimentos sem coabitação parental aumentaram ligeiramente até meados da década, estabilizando depois à volta dos 16%, o que poderá refletir situações de monoparentalidade, relações instáveis ou ausência de um dos progenitores.

No Algarve, esta transição é ainda mais visível. A percentagem de nados-vivos dentro do casamento era já inferior à média nacional em 2011 (41,7%) e continua a manter-se em níveis mais baixos, situando-se nos 33,2% em 2023. A região assinala, ao longo de todo o período, uma das maiores proporções de nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais - 47,6% em 2023, evidenciando a predominância de modelos familiares alternativos ao casamento tradicional. A proporção de nados-vivos sem coabitação parental mantém-se relativamente estável, com ligeiras oscilações, situando-se em torno dos 19%.

Em Lagoa, a tendência segue os padrões regionais, mas com características próprias. Em 2011, a proporção de nascimentos dentro do casamento era de 40,0%, caindo para 29,6% em 2014 e recuperando ligeiramente para 29,6% em 2023, mantendo-se sempre abaixo das médias nacional e regional. Simultaneamente, verifica-se um predomínio consistente dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais, com valores superiores a 40% durante todo o período e com valores máximos que ultrapassaram os 49%, nomeadamente nos anos de 2014 e 2020.

Tabela 8 - Nados-vivos segundo a filiação (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

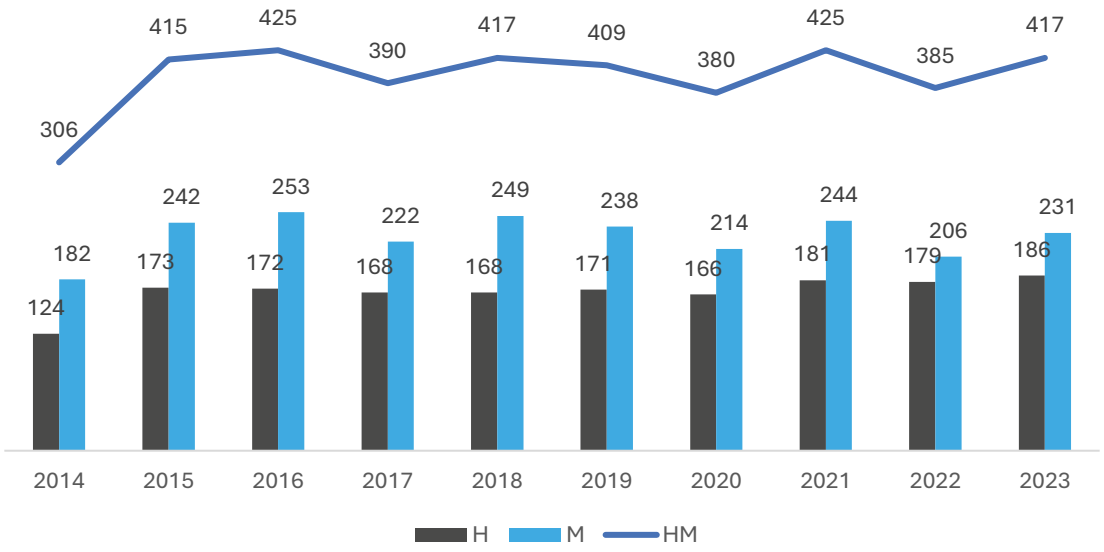
Ano	Portugal			Algarve			Lagoa		
	Dentro do Casamento	Fora do casamento		Dentro do Casamento	Fora do casamento		Dentro do Casamento	Fora do casamento	
		Com coabitação dos pais	Sem coabitação		Com coabitação dos pais	Sem coabitação		Com coabitação dos pais	Sem coabitação
2011	57.2	31.9	10.9	41.7	43.8	14.5	40.0	44.1	15.9
2012	54.4	32.8	12.8	41.1	42.1	16.8	38.8	41.3	19.9
2013	52.4	33.0	14.7	38.5	42.1	19.3	32.5	48.8	18.7
2014	50.7	33.6	15.8	37.3	42.4	20.3	29.6	49.7	20.7
2015	49.3	34.4	16.3	34.5	41.7	23.7	31.1	39.3	29.7
2016	47.2	35.7	17.1	33.5	43.2	23.3	29.4	39.8	30.8
2017	45.1	36.8	18.1	33.0	43.0	24.0	28.7	42.1	29.2
2018	44.1	37.2	18.7	32.6	42.8	24.6	21.6	49.5	28.8
2019	43.2	38.3	18.5	32.5	43.1	24.4	26.5	42.3	31.2
2020	42.1	39.4	18.5	31.1	45.2	23.7	20.0	50.0	30.0
2021	40.0	42.3	17.8	31.2	44.8	24.0	25.9	47.3	26.8
2022	39.8	43.3	16.9	31.8	46.7	21.5	24.6	40.8	34.6
2023	40.5	43.2	16.3	33.2	47.6	19.2	29.6	47.7	22.7

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

O grupo de nados-vivos sem coabitação também apresenta valores relevantes, atingindo 34,6% em 2022, o valor mais elevado do período analisado, e fixando-se em 22,7% em 2023, o que poderá traduzir uma maior incidência de situações de monoparentalidade, contextos familiares mais frágeis ou relações não duradouras.

O gráfico 14 mostra a evolução do número de beneficiários/as de licença parental inicial no concelho de Lagoa, entre 2014 e 2023, destacando uma participação regularmente superior das mulheres face aos homens. Embora o total de beneficiários tenha oscilado ao longo do período, com valores máximos em 2016 e 2021 (ambos com 425 casos), observa-se nos últimos anos uma aproximação entre os géneros, refletindo uma possível tendência de maior partilha da responsabilidade parental. Em 2023, o número de homens beneficiários atingiu o seu valor mais elevado, aproximando-se do número de mulheres, o que sugere progressos em termos de equidade de género neste domínio.

Gráfico 14 - Beneficiárias/os de licença parental inicial, da segurança social (N.º) por sexo em Lagoa, 2014-2023



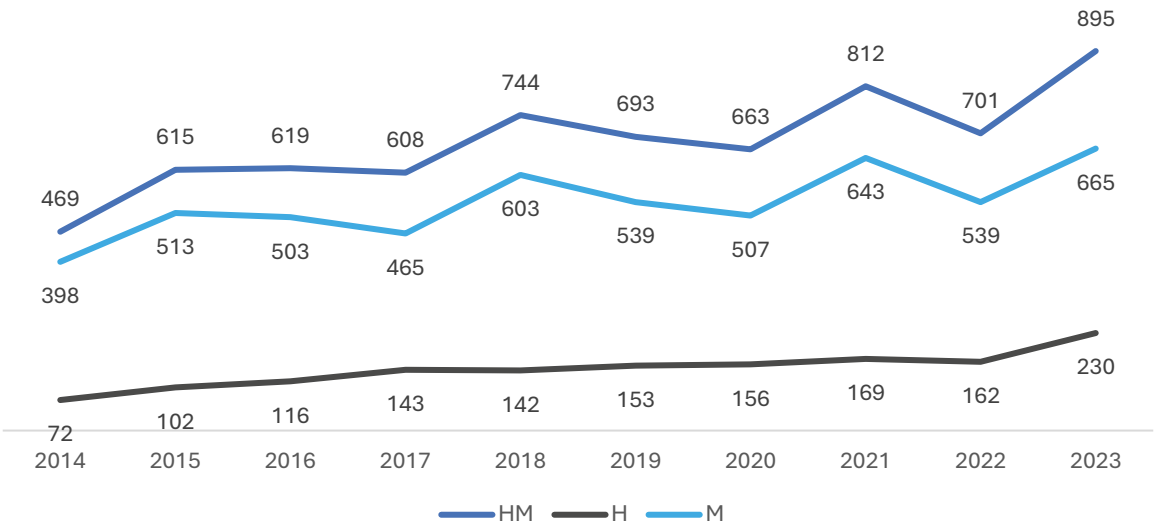
Fonte: INE - Instituto de Informática

Em relação ao valor processado do subsídio parental inicial da segurança social no Concelho de Lagoa, observou-se uma tendência geral de crescimento dos montantes processados, com algumas flutuações, sobretudo no caso das mulheres (Gráfico 15), entre 2014 e 2023. Em 2014, o valor total processado foi de 469 mil euros, dos quais 398 mil corresponderam a mulheres e apenas 72 mil a homens. Desde então, os montantes atribuídos aos beneficiários masculinos têm vindo a crescer

de forma progressiva e sustentada, atingindo os 230 mil euros em 2023, o valor mais elevado do período. Este aumento reflete a crescente participação dos homens no usufruto da licença parental e uma maior igualdade na partilha dos cuidados parentais.

No caso das mulheres, os valores processados oscilaram mais ao longo dos anos. Após um crescimento até 2018 (603 mil euros), registou-se uma descida entre 2019 e 2020, com um novo aumento em 2021 (643 mil euros) e nova quebra em 2022 (539 mil euros). Em 2023, contudo, houve uma recuperação, com o valor a atingir 665 mil euros. Esta variação pode estar relacionada com oscilações na natalidade ou com alterações no perfil das beneficiárias e nas durações das licenças requeridas.

Gráfico 15 - Valor processado do subsídio parental inicial, da segurança social (€) em Lagoa, 2014-2023



Fonte: INE - Instituto de Informática

A tabela 9 mostra uma evolução distinta na duração da licença parental inicial entre homens e mulheres, entre 2011 e 2023, com um aumento expressivo do número de dias usufruídos por homens e uma redução entre as mulheres. A nível nacional, os homens aumentaram em 73,65% o número de dias de licença, enquanto as mulheres registaram uma diminuição de 10,19%. Esta tendência verifica-se também no Algarve e em Lagoa, embora com menor intensidade. Em Lagoa, a duração da licença entre os homens cresceu 51,72%, enquanto entre as mulheres desceu 9,44%. Estes dados apontam para uma maior partilha da responsabilidade parental, acompanhando mudanças nas dinâmicas familiares e sociais, ainda que com alguma assimetria entre regiões.

Tabela 9 - Duração da licença parental inicial, da segurança social (Dia), por sexo, em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2014

Anos	Homens			Mulheres		
	Portugal	Algarve	Lagoa	Portugal	Algarve	Lagoa
2011	1858289	84427	4509	11185571	533665	28547
2012	1769215	77148	3438	10347032	486804	21422
2013	1678807	68366	3062	9575795	434254	22610
2014	1675786	70652	2749	9262697	435304	19810
2015	1867098	79652	4331	9839814	476121	27280
2016	2208590	96321	4545	10200031	506481	26518
2017	2330947	100773	5449	9944977	490748	23136
2018	2502249	105924	4823	10197594	510155	27511
2019	2629855	114414	5348	10331319	521805	25828
2020	2674902	118303	5044	10108138	518110	23787
2021	2553370	111817	5546	9483612	488631	27795
2022	2731089	112123	5231	9864123	474268	22885
2023	3226899	141103	6841	10046154	501125	25851
Taxa de variação 2011-2023	73.65	67.13	51.72	-10.19	-6.10	-9.44

Fonte: INE - Instituto de Informática

A análise dos dados relativos ao número de óbitos totais e óbitos de menores de 1 ano em Portugal, no Algarve e no concelho de Lagoa, entre 2011 e 2023, permite compreender a evolução da mortalidade geral e infantil nestes territórios, refletindo tanto o envelhecimento populacional como os avanços nas condições de saúde e bem-estar infantil (Tabela 10).

No seu conjunto, os dados analisados mostram uma tendência crescente de mortalidade total, especialmente marcada a partir de 2020, refletindo não só o envelhecimento populacional, mas também o impacto do COVID-19. Em contrapartida, a mortalidade infantil permanece residual e controlada, evidenciando o grau de desenvolvimento dos sistemas de saúde pública, prevenção e acompanhamento neonatal nos diferentes territórios.

A nível nacional, o número total de óbitos em Portugal variou entre cerca de 102 mil e 124 mil por ano, com um aumento acentuado a partir de 2020, ano em que se registaram 123.396 óbitos, coincidente com o impacto da pandemia de COVID-19. Esse valor foi superado em 2021, com 124.841 óbitos, o valor mais elevado de todo o período. A partir de 2022, observou-se uma ligeira descida, mas os números mantiveram-se ainda acima dos registados em 2011. Quanto aos óbitos de crianças com menos de 1 ano, os valores mantêm-se relativamente baixos e estáveis ao longo dos anos, oscilando entre 193 e 303 por ano.

Tabela 10 - Óbitos (N.º) e óbitos com menos de 1 ano de idade (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

Ano	Portugal				Algarve				Lagoa			
	HM	H	M	Com menos de 1 ano	HM	H	M	Com menos de 1 ano	HM	H	M	Com menos de 1 ano
2011	102848	52544	50301	302	4619	2477	2142	12	221	115	106	0
2012	107612	54473	53139	303	4834	2571	2263	20	235	133	102	0
2013	106554	54184	52369	243	4781	2474	2307	10	221	112	109	1
2014	104843	53233	51610	236	4695	2607	2088	11	242	140	102	0
2015	108539	54175	54364	250	4818	2577	2241	9	238	132	106	0
2016	110573	55626	54947	282	5224	2793	2431	11	234	119	115	0
2017	109758	55088	54670	229	5298	2781	2517	10	238	136	102	0
2018	113051	56728	56322	287	5308	2849	2459	18	271	144	127	1
2019	111843	55869	55974	249	5121	2762	2359	12	244	118	126	0
2020	123396	61395	62001	206	5408	2848	2560	14	265	148	117	2
2021	124841	62728	62113	193	5875	3111	2764	7	261	146	115	0
2022	124361	61739	62621	219	5851	3192	2659	8	302	165	137	1
2023	118295	59261	59034	210	5741	3046	2695	15	267	150	117	1

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

No Algarve, o padrão é semelhante, com um aumento gradual do número de óbitos totais, passando de 4.619 em 2011 para 5.741 em 2023. Esta tendência crescente reflete o envelhecimento da população e, novamente, os efeitos da pandemia, com um aumento expressivo em 2020 e 2021. Os óbitos de crianças com menos de 1 ano mantêm-se muito reduzidos e relativamente estáveis, com valores anuais entre 7 e 20, o que demonstra uma taxa de mortalidade infantil baixa, comparável à média nacional.

No concelho de Lagoa, os números são naturalmente mais reduzidos, devido à menor dimensão populacional, mas permitem identificar algumas tendências relevantes. O número total de óbitos oscilou entre 221 em 2011 e 302 em 2022, provando igualmente uma tendência de crescimento,

mais acentuada nos últimos anos. Tal como a nível nacional, verifica-se uma subida clara a partir de 2020, coincidente com o impacto da pandemia.

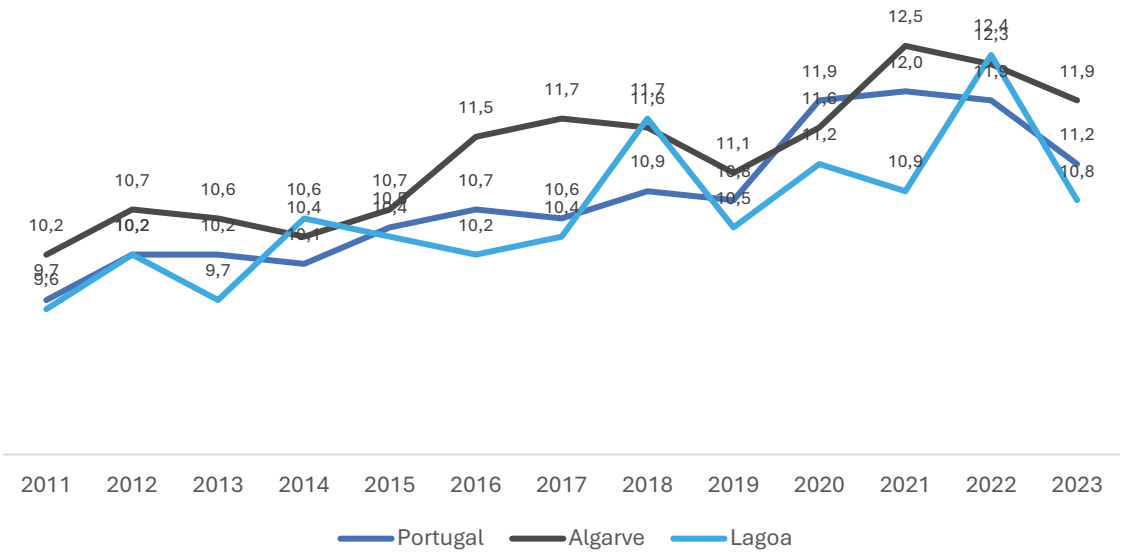
No que respeita aos óbitos com menos de 1 ano, os valores são muito baixos, com registos nulos em vários anos, e apenas alguns casos isolados, como em 2013, 2018, 2020, 2022 e 2023, com 1 ou 2 óbitos por ano. Esta reduzida mortalidade infantil confirma a eficácia dos serviços de saúde locais na resposta às necessidades da primeira infância, mesmo num contexto de pressão sanitária como a pandemia Covid-19.

A evolução da Taxa Bruta de Mortalidade entre 2011 e 2023 em Portugal, no Algarve e no concelho de Lagoa demonstra um crescimento progressivo da mortalidade, em linha com o envelhecimento da população e o impacto da pandemia de COVID-19 a partir de 2020 (Gráfico 16). A nível nacional, Portugal apresentava em 2011 uma taxa de 9,7‰, valor que se manteve relativamente estável até 2014. A partir de 2015, observa-se um aumento gradual, atingindo 12,0‰ em 2021, o valor mais elevado do período, seguido de uma ligeira descida para 11,2‰ em 2023. Esta evolução reflete o efeito combinado do envelhecimento demográfico estrutural do país, com uma população cada vez mais idosa, e dos impactos diretos da pandemia, que provocou um acréscimo súbito na mortalidade nos anos de 2020 e 2021.

Na região do Algarve a taxa iniciou em 10,2‰ em 2011 e atingiu o máximo em 2021, com 12,5‰, valor ligeiramente superior ao nacional no mesmo ano. Em 2023, a taxa desceu para 11,9‰, acompanhando o abrandamento geral da mortalidade pós-pandemia.

No caso de Lagoa, a taxa bruta de mortalidade é mais volátil, refletindo a menor dimensão populacional do concelho, o que tende a amplificar variações anuais. Iniciando o período com 9,6‰ em 2011, a taxa aumentou progressivamente, com algumas oscilações, atingindo 12,4‰ em 2022, ligeiramente acima das médias nacional e regional. Em 2023, observa-se uma descida para 10,8‰, regressando a valores mais próximos dos registados antes da pandemia. Esta flutuação revela tanto o impacto de fenómenos conjunturais como a crescente pressão demográfica associada ao envelhecimento local.

Gráfico 16 - Taxa Bruta de Mortalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

As taxas de mortalidade específicas ou por grupos etários procuram medir a frequência dos acontecimentos que ocorrem em frações da população, determinadas em função da idade ou de outra duração. Em relação às taxas brutas, apresentam a vantagem de não serem perturbadas pelos efeitos de estrutura que tendem a distorcer os resultados obtidos através de taxas brutas.

Através da observação das taxas de mortalidade por grupos etários em Lagoa, entre 2011 e 2023, percebe-se a concentração da mortalidade nos escalões etários mais elevados, um reflexo direto do envelhecimento demográfico do concelho (Tabela 11). Os valores mais expressivos ao longo de todo o período em análise situam-se nas faixas dos 80-84 anos e 75-79 anos, com valores máximos observáveis em anos como 2013 (75,9‰ para 80-84 anos) e 2021 (39,9‰ para 75-79 anos). A faixa dos 85 anos e mais também apresenta valores elevados e consistentes, com a taxa a situar-se acima dos 13‰ em todos os anos, alcançando os 16,7‰ em 2022.

Este padrão revela uma população significativamente envelhecida, onde o risco de mortalidade se concentra sobretudo a partir dos 70 anos, com valores particularmente acentuados a partir dos 75 anos. As oscilações em alguns anos, como o aumento em 2021 nas faixas 75-79 e 85 e mais anos, podem estar associadas aos efeitos da pandemia de COVID-19, que afetou especialmente os idosos.

Nos grupos etários mais jovens, as taxas de mortalidade são residuais ou nulas, sobretudo abaixo dos 30 anos, o que confirma a manutenção de níveis muito baixos de mortalidade infantil e juvenil. Apenas a partir dos 45 anos se começam a observar valores mais consistentes, aumentando de forma progressiva com o avanço da idade.

Tabela 11 - Taxas de mortalidade por grupos etários (‰) em Lagoa, 2011-2023

Grupo etário	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
0-4	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	2.0	1.0	0.0	1.9	0.0	0.9	0.9
5-9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
10-14	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.8
15-19	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.0	0.8
20-24	0.8	0.8	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0
25-29	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	1.8	0.0	0.0	0.0	0.0	1.7
30-34	0.6	0.7	0.0	1.5	0.8	1.6	0.8	0.0	0.8	0.8	0.0	0.0	0.8
35-39	1.1	1.6	1.1	0.6	1.2	0.7	1.4	0.7	1.5	1.4	1.4	2.8	1.4
40-44	5.2	0.6	2.3	0.6	0.5	3.2	1.6	1.7	1.7	1.8	2.5	0.7	0.6
45-49	3.4	5.0	5.1	2.9	4.6	2.3	2.3	1.7	2.2	2.7	2.7	1.6	1.1
50-54	5.8	6.4	4.3	6.0	4.6	3.9	3.3	6.1	2.8	6.1	4.5	3.9	2.2
55-59	8.2	9.4	5.9	7.7	7.6	6.9	6.7	7.1	5.2	6.1	8.2	8.2	6.0
60-64	3.7	7.1	11.1	8.2	10.7	6.5	8.9	8.0	8.4	7.1	8.2	6.4	8.6
65-69	9.6	17.2	13.2	17.3	11.3	15.6	88	14.3	14.6	11.8	12.8	15.1	8.9
70-74	20.8	20.1	16.2	13.0	19.2	18.5	23.0	25.7	15.4	18.6	18.2	16.8	23.0
75-79	23.5	44.4	17.3	40.6	30.1	31.1	27.6	35.5	28.6	39.9	29.0	34.7	27.2
80-84	71.4	58.3	75.9	76.3	79.5	56.5	65.0	66.1	71.0	69.8	54.3	64.0	55.1
85 e +	16.8	13.6	14.1	14.5	13.4	14.7	14.9	15.3	13.8	12.6	13.5	16.7	13.8

Fonte: Elaboração própria com base no INE - Estimativas anuais da população residente

Em relação ao número de beneficiárias/os do subsídio de funeral da Segurança Social entre 2014 e 2023, os dados revelam uma tendência nacional de diminuição, seguida por uma leve recuperação (Tabela 12). No Algarve e em Lagoa, apesar das variações anuais, observa-se um aumento recente, possivelmente relacionado com dinâmicas locais de envelhecimento populacional, maior procura pelos apoios sociais ou alteração nos critérios de acesso.

Entre 2014 e 2023, o número de beneficiários diminuiu significativamente em Portugal, passando de 11.241 para 7.755, apesar de uma ligeira recuperação nos dois últimos anos. No Algarve, registou-se uma evolução irregular, mas com um aumento acentuado a partir de 2020, culminando no valor

mais elevado do período em 2023 (437). Em Lagoa, os números mantiveram-se baixos e instáveis, refletindo a dimensão do território, com oscilações pontuais e uma recuperação evidente após o mínimo de 2021.

Tabela 12 - Beneficiárias/os do subsídio de funeral da segurança social (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023

Unidade territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	11241	10220	8774	8486	8712	8131	7905	7864	7906	7755
Algarve	324	376	356	407	401	356	323	369	390	437
Lagoa	12	14	13	16	17	11	8	5	13	17

Fonte: INE, Instituto de Informática

Entre 2014 e 2023, o valor processado do subsídio de funeral registou uma redução significativa em Portugal, com uma recuperação ligeira nos últimos dois anos, embora sem atingir os níveis de 2014 (Tabela 13). No Algarve, os valores mantiveram-se relativamente estáveis, com um crescimento progressivo a partir de 2020, atingindo em 2023 o montante mais elevado do período. Em Lagoa, os montantes processados foram reduzidos e irregulares, mas também evidenciam um ligeiro aumento recente. Estas variações podem refletir mudanças no número de beneficiários, na elegibilidade ou no valor do apoio atribuído.

Tabela 13 - Valor processado do subsídio de funeral da segurança social (€-milhares) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023

Unidade territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	2432	2213	1898	1841	1925	1809	1764	1758	1792	1879
Algarve	70	81	77	88	88	78	71	82	86	102
Lagoa	3	3	3	3	4	2	2	1	3	4

Fonte: INE, Instituto de Informática

1.4. Nupcialidade e Dinâmicas Conjugais

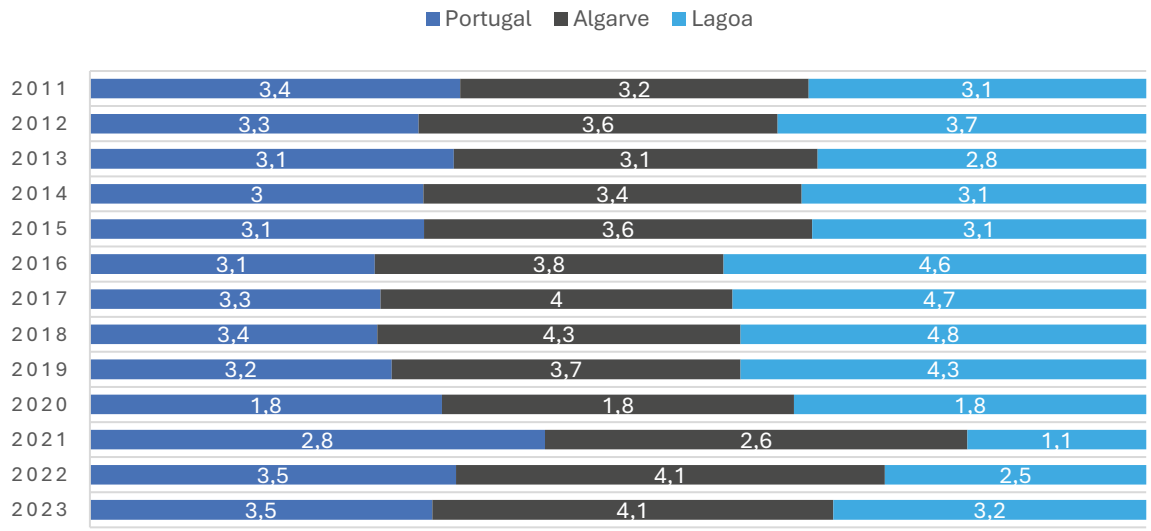
Entre 2011 e 2023, a taxa bruta de nupcialidade (‰) em Portugal, no Algarve e em Lagoa apresentou oscilações significativas, influenciadas por contextos sociais e económicos, incluindo os impactos da pandemia de COVID-19 em 2020 (Gráfico 17). A nível nacional, a taxa manteve-se relativamente estável entre 2011 e 2019, variando entre 3,0‰ e 3,4‰. No entanto, em 2020, observou-se uma quebra abrupta para 1,8‰, refletindo as restrições impostas pela pandemia. A recuperação foi

gradual, com uma subida para 2,8‰ em 2021 e um regresso aos níveis pré-pandemia em 2022 e 2023 (3,5‰).

No Algarve, a tendência foi semelhante, embora com valores geralmente mais altos do que a média nacional. Entre 2011 e 2019, a taxa variou entre 3,1‰ e 4,3‰, com um máximo em 2018. Em 2020, também se registou uma descida acentuada para 1,8‰, seguida por uma recuperação para 4,1‰ em 2022 e manutenção desse valor em 2023, evidenciando uma retoma mais acentuada do que a média nacional.

Por sua vez, Lagoa destacou-se por uma maior variabilidade ao longo do período. Após uma subida expressiva de 3,1‰ em 2011 para 4,8‰ em 2018, os valores começaram a decrescer, atingindo um mínimo de 1,1‰ em 2021 - o mais baixo entre os três territórios analisados. A recuperação foi visível, mas menos pronunciada: 2,5‰ em 2022 e 3,2‰ em 2023, sem, no entanto, recuperar ainda os valores anteriores a 2019.

Gráfico 17 - Taxa bruta de nupcialidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

A análise da taxa bruta de nupcialidade é complementada ao incluir-se a observação da evolução dos casamentos de acordo com a nacionalidade dos cônjuges (Tabela 14). No concelho de Lagoa, o número total de casamentos manteve-se relativamente reduzido entre 2011 e 2023, variando entre um mínimo de 27 em 2021 (em plena pandemia) e um máximo de 112 em 2018. Destes, destaca-se a proporção significativa de casamentos envolvendo pelo menos um cônjuge estrangeiro.

Em vários anos, mais de metade dos casamentos registados incluíam uniões mistas (um cônjuge português e outro estrangeiro) ou casamentos entre dois cidadãos estrangeiros, o que sublinha o peso da componente migrante na dinâmica populacional local. Entre 2011 e 2023, os casamentos entre cônjuges portugueses aumentaram de 42 para 54, com quebras acentuadas durante a pandemia, especialmente em 2021 (18 casamentos). Os casamentos mistos mantiveram-se relativamente estáveis, variando entre 4 e 19 por ano, com 13 registados em 2023. Já os casamentos entre estrangeiros apresentaram maior variabilidade, com valores mais elevados em anos como 2018 (50 casamentos), descidas como em 2022 (5) e uma ligeira recuperação em 2023 (13).

Quando comparado com o Algarve, onde o número de casamentos com pelo menos um cônjuge estrangeiro é tradicionalmente elevado, Lagoa apresenta um perfil semelhante, mas proporcionalmente mais acentuado. Em 2023, por exemplo, mais de 30% dos casamentos em Lagoa envolviam cidadãos estrangeiros (em contraste com cerca de 45% no Algarve), o que confirma a importância demográfica desta população.

A nível nacional, o padrão é bastante diferente: os casamentos entre cidadãos portugueses continuam a representar a esmagadora maioria, embora também se observe um crescimento gradual das uniões mistas e de casamentos entre estrangeiros. Em 2023, a nível nacional, cerca de 20% dos casamentos envolveram pelo menos um cônjuge estrangeiro, percentagem claramente inferior à registada em Lagoa.

Tabela 14 - Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges (N.º), Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

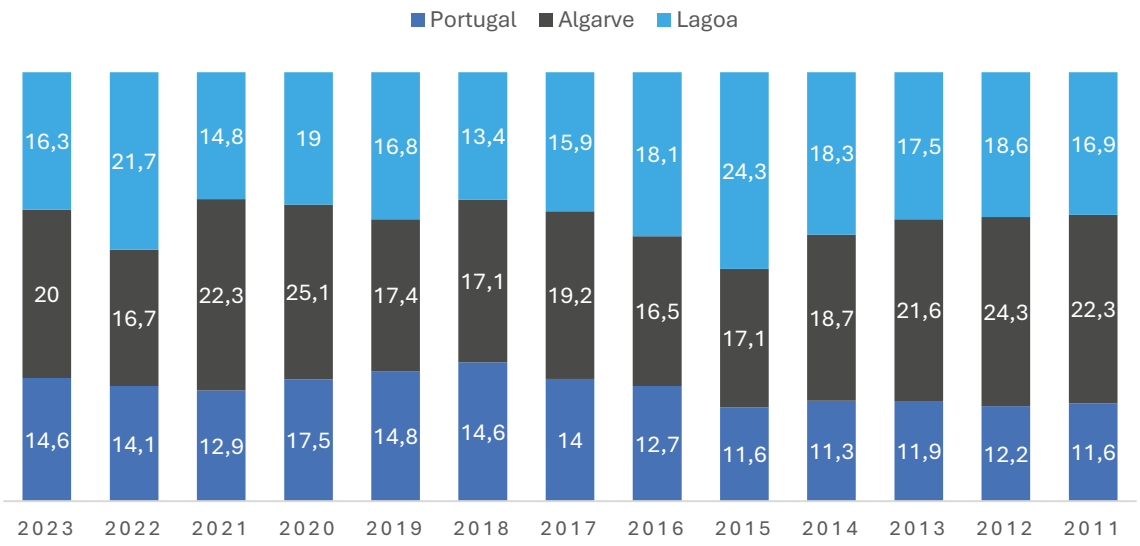
Unidade territorial	Nacionalidade dos cônjuges	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	Total	36035	34423	31998	31478	32393	32399	33634	34637	33272	18902	29057	36952	36980
	Ambos os cônjuges portugueses	31073	29410	27422	27068	27573	27202	27676	28202	26941	14865	24315	29857	29408
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	4175	4216	3809	3554	3763	4115	4700	5056	4922	3315	3749	5213	5409
	Ambos os cônjuges estrangeiros	787	797	767	856	1057	1082	1258	1379	1409	722	993	1882	2163
Algarve	Total	1464	1604	1396	1514	1611	1735	1840	1973	1729	850	1239	1933	1957
	Ambos os cônjuges portugueses	896	942	831	890	872	905	895	998	879	507	743	1048	1071
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	327	390	301	283	276	286	353	338	300	213	276	323	391
	Ambos os cônjuges estrangeiros	241	272	264	341	463	544	592	637	550	130	220	562	495
Lagoa	Total	71	86	63	71	70	105	107	112	101	42	27	60	80
	Ambos os cônjuges portugueses	42	61	44	45	38	52	39	47	47	28	18	44	54
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	12	16	11	13	17	19	17	15	17	8	4	13	13
	Ambos os cônjuges estrangeiros	17	9	8	13	15	34	51	50	37	6	5	3	13

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

A análise da proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira sugere que os casamentos entre portugueses e estrangeiros são uma realidade consolidada, especialmente no Algarve e em Lagoa, regiões onde a presença estrangeira é marcante. Os impactos da pandemia de COVID-19 parecem ter amplificado temporariamente a proporção destes casamentos, especialmente em 2020, com uma posterior normalização dos valores (Gráfico 18).

Assim, observa-se que Portugal apresentou uma tendência de crescimento ligeiro até 2019, com valores a oscilar entre 11,3% (2014) e 14,8% (2019). Em 2020, regista-se um aumento súbito para 17,5% e nos anos seguintes o valor fixa-se nos 14,6% em 2023. No Algarve, a proporção é significativamente mais elevada do que a média nacional em todos os anos analisados, o que é coerente com o elevado número de residentes estrangeiros na região. Os valores atingem máximos de 25,1% em 2020 e 24,3% em 2012, verificando-se, no entanto, uma quebra assinalável em 2022 (16,7%), seguida de nova subida em 2023 (20,0%).

Gráfico 18 - Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Em Lagoa, observam-se igualmente valores elevados, embora com oscilações ainda mais marcadas. Em 2015, regista-se um valor particularmente elevado de 24,3%, em linha com o Algarve, mas entre 2016 e 2019 os valores decrescem até aos 13,4% (2018). Tal como a região envolvente,

Lagoa regista um acréscimo expressivo em 2020 (19,0%) e um valor muito significativo em 2022 (21,7%), refletindo a atratividade da zona para casais binacionais. Em 2023, contudo, há uma nova descida para 16,3%, indicando alguma instabilidade na tendência.

Entre 2011 e 2023, a análise da proporção de casamentos católicos e civis celebrados entre pessoas de sexo oposto em Lagoa revela uma prevalência clara pelas cerimónias civis, tendência que se acentua ao longo do período e se mostra mais expressiva do que nos contextos nacional e regional (Tabela 15).

Tabela 15 - Proporção de casamentos católicos e civis (entre pessoas de sexo oposto - %) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023

Ano	Portugal		Algarve		Lagoa	
	Casamentos católicos (%)	Casamentos civis (%)	Casamentos católicos (%)	Casamentos civis (%)	Casamentos católicos (%)	Casamentos civis (%)
2011	39.5	60.2	21.2	78.4	17.1	81.4
2012	38.0	61.5	20.1	79.4	22.4	76.5
2013	36.5	62.9	19.2	80.5	15.9	84.1
2014	35.9	63.6	20.7	78.2	22.9	75.7
2015	35.9	63.6	19.2	80.1	16.2	83.8
2016	35.3	64.2	19.5	80.1	15.8	84.2
2017	33.7	65.8	18.7	80.8	15.9	84.1
2018	32.5	67.1	17.0	82.7	9.2	90.8
2019	30.8	68.7	14.8	84.5	13.7	86.3
2020	12.3	87.2	4.7	94.5	0.0	100.0
2021	28.4	71.3	11.6	88.1	0.0	100.0
2022	26.7	73.0	13.8	85.8	20.0	80.0
2023	21.9	77.8	10.7	89.0	13.9	86.1

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

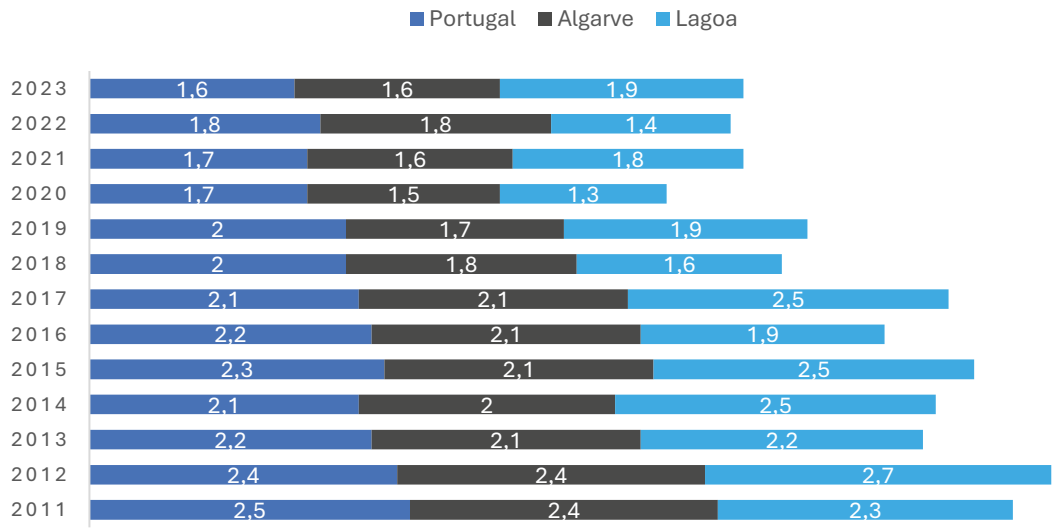
No município, os casamentos civis representaram sempre a maioria das uniões, com percentagens superiores a 75% em todos os anos analisados. A partir de 2018, verifica-se um reforço ainda mais evidente deste padrão, com o valor máximo de 90,8% em 2018 e valores de 100% nos anos de 2020 e 2021 - coincidindo com o impacto da pandemia - período em que não se registaram casamentos

católicos no concelho. Em 2023, 86,1% dos casamentos continuavam a ser civis, enquanto apenas 13,9% ocorreram segundo a religião católica.

Comparativamente, no Algarve observa-se igualmente uma tendência marcada para a predominância dos casamentos civis, embora com proporções ligeiramente inferiores às de Lagoa. Em Portugal, o padrão é mais equilibrado, mas com um decréscimo progressivo dos casamentos católicos, que passaram de 39,5% em 2011 para 21,9% em 2023.

Entre 2011 e 2023, a evolução da taxa bruta de divórcio em Lagoa apresenta uma tendência geral de descida, embora com algumas oscilações, seguindo de forma geral a linha observada em Portugal e no Algarve (Gráfico 19). No início do período, Lagoa registava valores elevados, com 2,3‰ em 2011 e um máximo de 2,7‰ em 2012. Entre 2014 e 2017, a taxa manteve-se estável nos 2,5‰, voltando depois a descer, atingindo 1,3‰ em 2020 e 1,4‰ em 2022. Em 2023, registou-se um ligeiro aumento para 1,9‰.

Gráfico 19 - Taxa bruta de divórcio (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Em comparação com o Algarve e com Portugal, verifica-se que Lagoa apresenta frequentemente taxas mais altas nos primeiros anos do período analisado, refletindo uma maior instabilidade conjugal à escala local. No entanto, nos anos mais recentes, as taxas em Lagoa convergem com as médias regionais e nacionais, todas situadas em torno de 1,6‰ a 1,9‰ em 2023. Esta convergência

poderá indicar um abrandamento da incidência de divórcios, associado a mudanças nos padrões de relação, envelhecimento populacional ou alterações legislativas.

1.5. População Estrangeira: Tendências Migratórias e Implicações Territoriais

A crescente presença de população estrangeira no município de Lagoa representa uma transformação profunda da realidade social e demográfica do concelho. Esta diversidade cultural, embora traga oportunidades de dinamização económica e revitalização social - sobretudo em contextos de envelhecimento e baixa renovação populacional - levanta também importantes desafios em termos de integração linguística, acesso justo a serviços públicos, habitação e participação cívica.

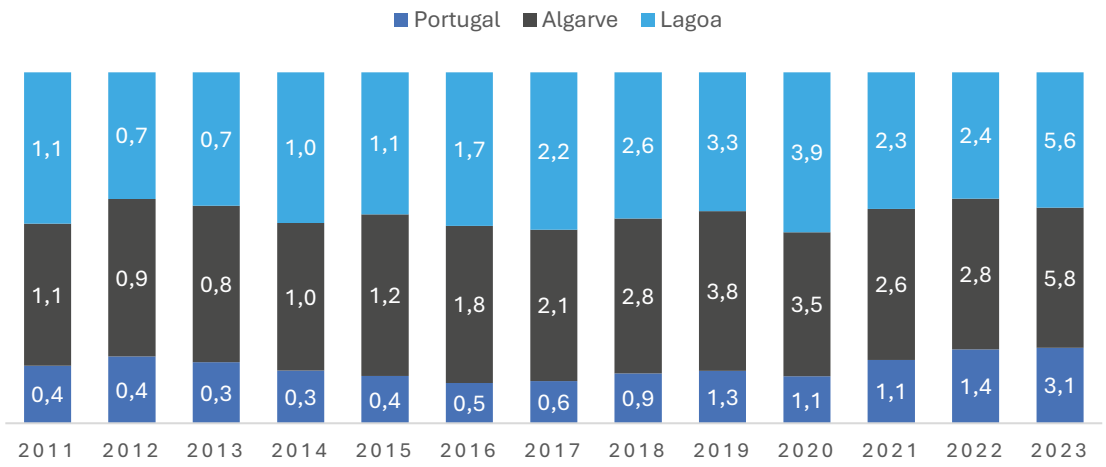
Entre 2011 e 2023, a população estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes registou uma trajetória crescente em Portugal, com particular intensidade no Algarve e em Lagoa (Gráfico 20). A nível nacional, os valores mantiveram-se relativamente baixos até 2017, variando entre 0,3 e 0,6 por 100 habitantes. A partir de 2018, iniciou-se uma subida progressiva, passando de 0,9 nesse ano para 1,3 em 2019. Após um ligeiro recuo em 2020 e 2021 (1,1), o indicador voltou a aumentar, atingindo 3,1 por 100 habitantes em 2023, valor significativamente superior ao início do período.

No Algarve, os números foram sempre superiores à média nacional, refletindo a forte atratividade da região para população estrangeira. Em 2011, o valor era de 1,1 e, após alguma oscilação nos anos seguintes, registou um crescimento contínuo a partir de 2016. Entre 2016 e 2019, os valores duplicaram, passando de 1,8 para 3,8. Embora tenha havido um abrandamento temporário entre 2020 e 2022, o valor atingiu 5,8 em 2023, o mais elevado do período para a região.

Em Lagoa, o padrão é semelhante ao do Algarve, com valores consistentemente altos desde 2011, ano em que se situavam nos 1,1 por 100 habitantes. A evolução foi relativamente contida até 2016, mas a partir daí verifica-se um crescimento progressivo, com destaque para os anos de 2019 (3,3) e 2020 (3,9). Após uma pequena quebra entre 2021 e 2022, o valor voltou a aumentar em 2023, atingindo 5,6 por 100 habitantes.

.

Gráfico 20 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

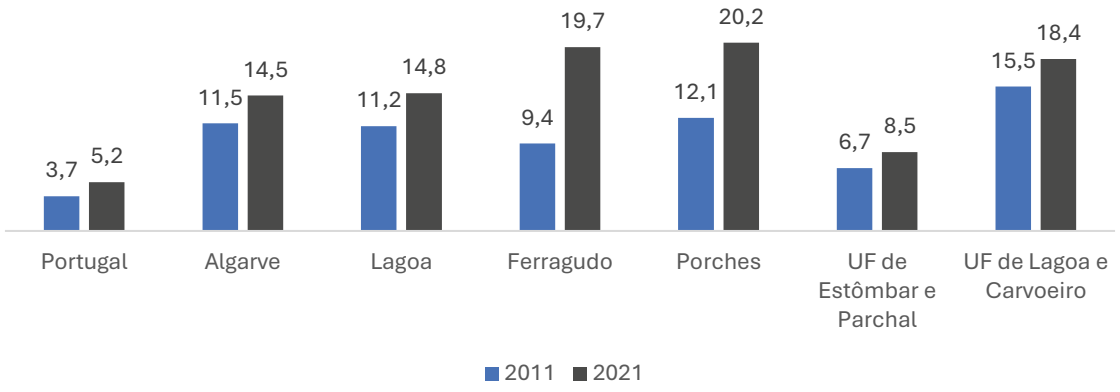
A análise da proporção da população residente de nacionalidade estrangeira entre 2011 e 2021 revela um aumento expressivo em Lagoa, tanto a nível municipal como ao nível das freguesias, consolidando a imagem do concelho como um dos destinos mais atrativos para residentes estrangeiros em Portugal (Gráfico 21). Esta tendência acompanha o crescimento observado no Algarve, mas com valores geralmente superiores à média regional, reforçando a singularidade do território no contexto nacional.

Em 2011, a proporção de residentes estrangeiros em Lagoa era de 11,2%, valor já substancialmente superior à média nacional (3,7%) e próximo da média algarvia (11,5%). Uma década depois, em 2021, este valor aumentou para 14,8%, enquanto Portugal atingia os 5,2% e o Algarve os 14,5%. Estes dados evidenciam que Lagoa não só manteve como reforçou a sua atratividade, ultrapassando ligeiramente a média regional e continuando muito acima da média nacional. Esta evolução tem implicações diretas em termos de diversidade cultural, necessidades sociais e estratégias de integração.

A análise por freguesia permite identificar dinâmicas diferenciadas dentro do concelho. Por exemplo, em Porches e Ferragudo, os aumentos foram particularmente significativos: Porches passou de 12,1% para 20,2%, e Ferragudo de 9,4% para 19,7%. A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, que já apresentava a proporção mais elevada em 2011 (15,5%), registou também um crescimento até aos 18,4% em 2021. Estes números confirmam a forte presença de residentes

estrangeiros, possivelmente ligada ao setor turístico e à aquisição de habitação por cidadãos de outros países europeus. Já a União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta valores mais moderados (6,7% em 2011 e 8,5% em 2021), ainda assim superiores à média nacional.

Gráfico 21 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

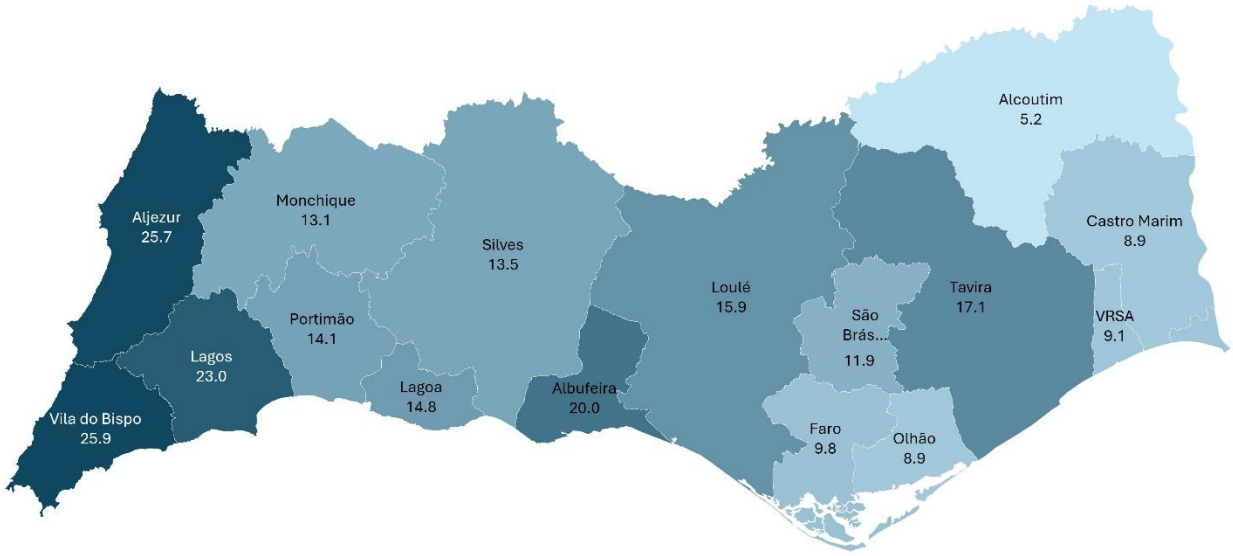


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

A nível regional, os concelhos com maior percentagem de população estrangeira são Vila do Bispo (25,9%), Aljezur (25,7%) e Lagos (23,0%), seguidos por Albufeira (20,0%) e Tavira (17,1%) (Mapa 3). Estes territórios, maioritariamente costeiros e com forte vocação turística e imobiliária, confirmam-se como polos atrativos para residentes estrangeiros.

O concelho de Lagoa está entre os valores mais expressivos da região, acima de concelhos como Faro (9,8%) e Portimão (11,9%). Por outro lado, concelhos do interior como Alcoutim (5,2%) e Castro Marim (8,9%) apresentam valores significativamente mais baixos, e por outro, Olhão (8,9%) – um concelho do litoral - refletindo uma menor atratividade para a fixação de estrangeiros, o que pode estar relacionado com fatores como o isolamento geográfico, menor oferta de serviços ou limitada presença de redes migratórias estabelecidas.

Mapa 3 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) nos Concelhos do Algarve, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

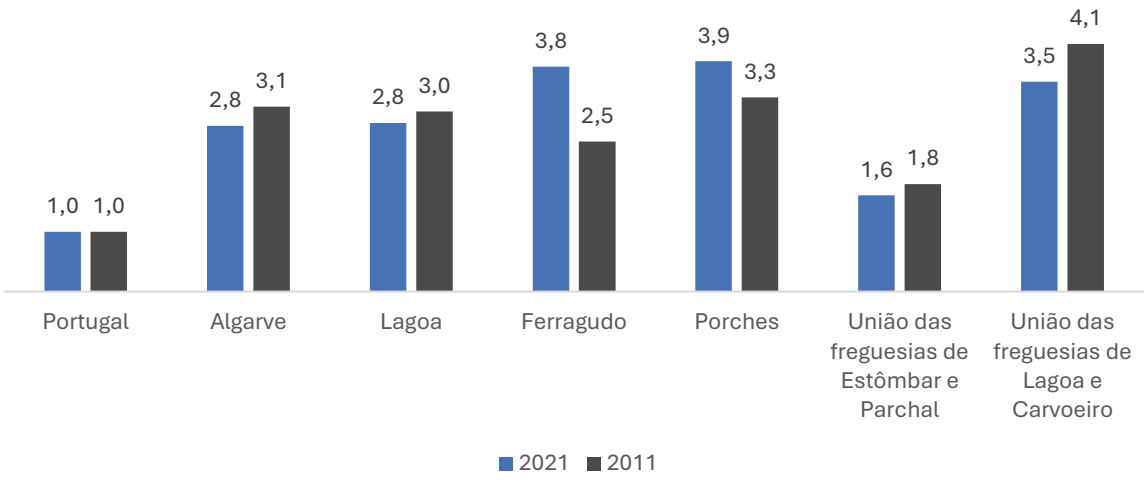
O quociente de localização da população residente estrangeira é um indicador que mede o grau de concentração relativa de população estrangeira num determinado território, comparando-o com a média nacional. Um valor superior a 1 indica que essa população está mais representada na área em causa do que no conjunto do país; valores inferiores a 1 indicam o contrário. A análise do quociente de localização confirma o forte peso da população estrangeira em Lagoa, superior à média regional e nacional, com especial incidência em freguesias mais ligadas ao turismo e ao mercado habitacional de curta ou longa duração (Gráfico 22).

No caso do concelho de Lagoa, este indicador revela uma presença significativamente acima da média nacional, tanto em 2011 como em 2021. Em 2011, o quociente de localização da população estrangeira em Lagoa era de 3,0, descendo ligeiramente para 2,8 em 2021. Estes valores indicam que, em ambos os anos, a população estrangeira estava cerca de três vezes mais representada em Lagoa do que na média nacional, onde o indicador se manteve constante em 1,0.

A nível regional, o Algarve também apresenta valores elevados: 3,1 em 2011 e 2,8 em 2021. A ligeira descida em ambos os territórios entre 2011 e 2021 pode refletir uma redistribuição territorial da população estrangeira, ou o crescimento da população total nacional, que dilui o peso relativo da população estrangeira nestas zonas tradicionalmente mais atrativas para migrantes, sobretudo europeus.

Dentro do concelho de Lagoa, o quociente de localização varia consideravelmente entre freguesias, refletindo diferentes dinâmicas territoriais. Em 2021, as freguesias de Ferragudo (3,8) e Porches (3,9) registaram os valores mais elevados, seguidas da União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (3,5), todas com uma presença estrangeira muito acima da média nacional. Já a União das Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta valores mais baixos: 1,8 em 2011 e 1,6 em 2021. Embora continue acima da média nacional, a diferença relativamente às restantes freguesias de Lagoa é notória, indicando uma distribuição desigual da população estrangeira dentro do concelho.

Gráfico 22 - Quociente de localização da população residente estrangeira (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

A análise da população residente segundo a nacionalidade, com base nos dados de 2021, revela uma crescente diversidade demográfica no concelho de Lagoa, com uma proporção de residentes estrangeiros significativamente superior à média nacional e em convergência com os valores regionais do Algarve (Tabela 16).

No contexto nacional, os residentes de nacionalidade estrangeira representavam apenas 5,2% da população total, enquanto no Algarve essa proporção ascendia a 14,5%. Lagoa, com 14,8% de população estrangeira, posiciona-se acima da média nacional e ligeiramente acima da média regional, confirmando a forte atratividade do concelho para a fixação de estrangeiros, quer temporariamente, quer em processos de residência permanente.

Ao desagregar os dados por freguesia, observam-se assimetrias significativas no interior do próprio concelho. Freguesias como Porches e Ferragudo apresentam os valores mais elevados de residentes estrangeiros, com 20,2% e 19,7%, respetivamente. Estes dados indicam que cerca de um em cada cinco residentes nestes territórios é estrangeiro, refletindo uma elevada densidade de população internacional.

Também a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta uma percentagem significativa (18,4%), confirmando o peso da população estrangeira em áreas com uma forte componente turística e presença consolidada de comunidades expatriadas. Em contraste, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal regista uma percentagem mais baixa (8,4%), embora ainda superior à média nacional, o que sugere alguma diversidade nas dinâmicas de atração e fixação de estrangeiros dentro do próprio concelho.

Tabela 16 - População residente (N.º e %) segundo a nacionalidade em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Total	Portuguesa		Estrangeira		Apátrida	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	10343066	9800752	94.8	542165	5.2	149	0.0
Algarve	467343	399398	85.5	67921	14.5	24	0.0
Lagoa	23725	20221	85.2	3502	14.8	2	0.0
Ferragudo	1973	1584	80.3	389	19.7	0	0.0
Porches	2250	1796	79.8	454	20.2	0	0.0
União das freguesias de Estômbar e Parchal	9361	8570	91.6	791	8.4	0	0.0
União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro	10141	8271	81.6	1868	18.4	2	0.0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

A composição da população residente estrangeira segundo o continente de origem, com base nos dados censitários de 2021, permite compreender com maior profundidade as dinâmicas migratórias em Lagoa e a forma como estas se distinguem dos padrões nacionais e regionais (Tabela 17). A nível nacional, a maioria da população estrangeira residente em Portugal tem origem no continente

americano (41%), seguido pela Europa (28,7%) e África (18%). Este perfil contrasta com a realidade algarvia, onde a predominância é claramente europeia (59,5%), refletindo a atração que a região exerce sobre cidadãos da União Europeia, especialmente do Norte da Europa, muitas vezes associados ao turismo residencial, à reforma e à mobilidade intraeuropeia.

O concelho de Lagoa apresenta uma proporção ainda mais expressiva de residentes estrangeiros oriundos da Europa, com 67,9% do total, acima da média regional. Este indicador reforça a perceção de Lagoa como um destino privilegiado para migrantes europeus, quer em regime de longa duração, quer temporário, frequentemente associados a perfis de maior rendimento e procura por qualidade de vida. Em contraste, apenas 5,9% da população estrangeira em Lagoa é oriunda de África, e 17,7% da América - números significativamente mais baixos do que a média nacional, o que denota uma composição menos diversificada em termos intercontinentais.

Dentro do concelho, observa-se alguma variação. Ferragudo destaca-se com a percentagem mais elevada de residentes estrangeiros europeus (82,5%), enquanto a União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta uma maior diversidade, com 10,6% da população estrangeira oriunda de África e 21% da América, revelando uma maior presença de fluxos migratórios não europeus. Esta diferenciação pode estar relacionada com as dinâmicas locais de habitação, emprego e redes comunitárias estabelecidas, refletindo diferentes tipos de inserção social e económica dos migrantes. A presença de pessoas originárias da Ásia e da Oceânia é residual em todos os territórios analisados.

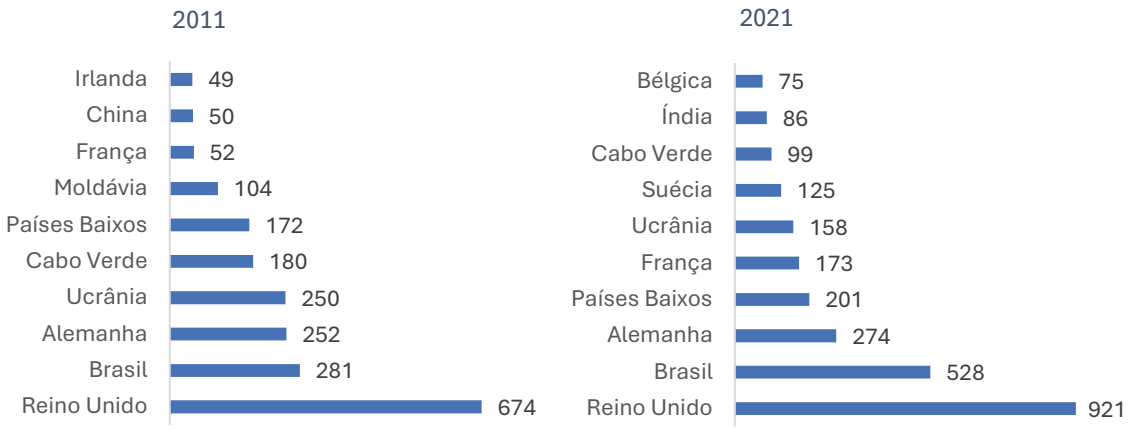
Tabela 17 - População residente estrangeira (N.º) segundo o continente de origem em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Total	Europa		África		América		Ásia		Oceânia	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	542165	155854	28.7	97542	18.0	222455	41.0	65564	12.1	750	0.1
Algarve	67921	40400	59.5	4407	6.5	17009	25.0	5928	8.7	177	0.3
Lagoa	3502	2378	67.9	206	5.9	621	17.7	289	8.3	8	0.2
Ferragudo	389	321	82.5	4	1.0	43	11.1	18	4.6	3	0.8
Porches	454	289	63.7	34	7.5	73	16.1	58	12.8	0	0.0
UF de Estômbar e Parchal	791	503	63.6	84	10.6	166	21.0	35	4.4	3	0.4
UF de Lagoa e Carvoeiro	1868	1265	67.7	84	4.5	339	18.1	178	9.5	2	0.1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Em 2011, a comunidade estrangeira residente em Lagoa era maioritariamente composta por migrantes provenientes do Reino Unido, com 674 residentes, constituindo um grupo com forte peso relativo, frequentemente associado ao turismo residencial, à reforma e à procura por qualidade de vida em contextos mediterrânicos (Gráfico 23). Seguiam-se o Brasil (281), a Alemanha (252) e a Ucrânia (250), revelando já alguma diversidade de proveniências, com origem tanto europeia como americana e de países da Europa de Leste.

Gráfico 23 - Top 10 dos países com maior número de estrangeiros em Lagoa, em 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Ao longo da década seguinte, estes padrões mantêm-se em parte, mas com alterações quantitativas e qualitativas relevantes. Em 2021, o Reino Unido reforça ainda mais a sua posição dominante, atingindo os 921 residentes, o que representa um crescimento de cerca de 37% face a 2011. O Brasil também regista um aumento significativo, com 528 residentes, o que pode ser associado ao aumento dos fluxos migratórios brasileiros para Portugal nos últimos anos, motivados por razões políticas, económicas e culturais.

A presença de migrantes oriundos da Alemanha, Países Baixos e França mantém-se relevante, evidenciando a continuidade da atratividade de Lagoa para cidadãos da Europa Ocidental. Contudo, verifica-se também uma renovação no perfil das nacionalidades presentes. Em 2021 surgem novos países no top 10, como a Índia, a Bélgica e a Suécia, enquanto desaparecem da lista países como a China, a Moldávia ou a Irlanda. Esta mudança aponta para a diversificação das comunidades migrantes e para novas dinâmicas de mobilidade e instalação.

A presença da Ucrânia, embora em ligeira descida numérica (de 250 para 158), mantém-se significativa, e poderá ter sofrido uma inversão após 2022, com a eclosão da guerra e o consequente aumento de refugiados ucranianos. Também a comunidade cabo-verdiana, tradicionalmente associada a fluxos migratórios de longa duração e redes familiares, vê o seu número diminuir (de 180 para 99).

Por outro lado, a análise dos motivos de entrada em Portugal da população residente em Lagoa que imigrou após 2010, com base nos dados de 2021, permite aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas migratórias recentes e as razões subjacentes à fixação de estrangeiros neste território (Gráfico 24). Entre os principais motivos declarados, destaca-se a categoria "outro motivo", que representa o grupo mais numeroso, com 1.057 pessoas (534 homens e 523 mulheres). Esta categoria ampla poderá incluir situações como mudança por motivos de reforma, mobilidade intraeuropeia, clima ou qualidade de vida, aspetos frequentemente associados à atração de Lagoa para estrangeiros, especialmente oriundos da Europa Ocidental.

Em segundo lugar, surge o "estabelecimento de residência" (707 pessoas), seguido do motivo "trabalho" e "retorno após período de emigração", com 384 e 382 pessoas, respetivamente. No caso do trabalho, verifica-se um predomínio masculino (272 homens face a 112 mulheres), o que sugere a prevalência de fluxos migratórios laborais com forte componente masculina, possivelmente em setores como a construção civil, turismo e agricultura. Já o retorno após emigração - que poderá incluir cidadãos portugueses ou lusodescendentes - apresenta uma distribuição de género mais equilibrada, indicando a relevância de trajetos migratórios circulares e de regresso voluntário.

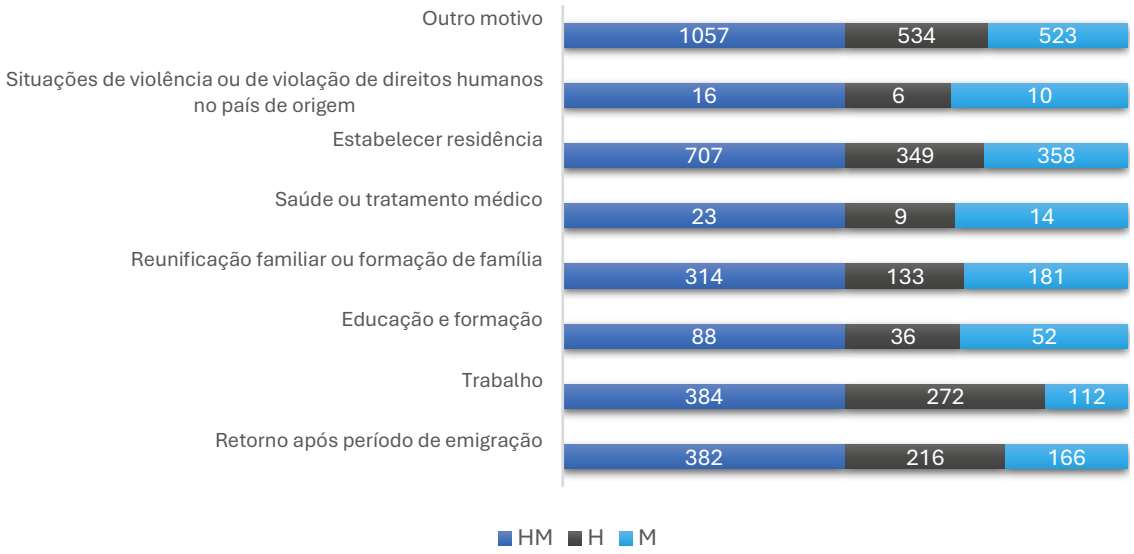
A "reunificação familiar ou formação de família" surge como outro motivo relevante, com 314 pessoas (133 homens e 181 mulheres), com uma ligeira predominância feminina, o que poderá refletir padrões migratórios associados à estabilização familiar e à chegada de cônjuges e filhos, posteriormente à instalação inicial do elemento familiar migrante.

Outros motivos com menor expressão, mas ainda significativos, incluem a "educação e formação" (88 pessoas), sendo mais comum entre mulheres (52 face a 36 homens), o que poderá indicar trajetos de jovens estudantes estrangeiros, particularmente em contextos de ensino superior ou formação profissional.

Os motivos relacionados com "situações de violência ou violação de direitos humanos no país de origem" e "saúde ou tratamento médico" apresentam valores bastante reduzidos (16 e 23 pessoas,

respetivamente), o que sugere que Lagoa não tem sido um destino prioritário de refugiados ou migrantes forçados, ao contrário de outras áreas urbanas mais centrais.

Gráfico 24 - População residente em Lagoa que entrou em Portugal após 2010 (N.º) e o motivo de entrada em Portugal, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A distribuição da população estrangeira residente em Lagoa por sexo e grupo etário em 2021 evidencia uma estrutura demográfica envelhecida, mas também marcada pela diversidade de perfis etários, com algumas diferenças significativas entre freguesias e entre homens e mulheres (Tabela 18). O grupo etário dos 25 aos 64 anos constitui a maioria da população estrangeira em Lagoa, com 1.949 pessoas, refletindo a predominância de migrantes em idade ativa. Este segmento é composto de forma relativamente equilibrada por sexo, com 952 homens e 997 mulheres, e está particularmente representado na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (1.026), o que poderá estar associado à fixação de casais ativos, trabalhadores qualificados ou famílias com percurso migratório consolidado.

Segue-se o grupo dos 65 e mais anos, com 1.042 residentes estrangeiros, evidenciando o peso significativo da população idosa estrangeira, muitas vezes associada à reforma, à mobilidade intraeuropeia e à procura de qualidade de vida. Este grupo representa uma proporção elevada no total da população estrangeira, sendo maioritariamente masculino (483 mulheres e 559 homens) e concentrado sobretudo em Lagoa e na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (556).

Os grupos etários mais jovens apresentam números bastante reduzidos. O grupo dos 15 aos 24 anos totaliza 244 pessoas, com ligeira predominância masculina, enquanto o grupo dos 0 aos 14 anos conta apenas 267 crianças e jovens, também com um número um pouco superior do género masculino. A baixa representatividade destas faixas etárias reflete uma dinâmica migratória menos centrada em famílias com crianças ou uma migração ainda recente, sem processos de reunificação familiar totalmente consolidados. Destaca-se, contudo, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal, que apresenta maior diversidade etária e concentra a maioria dos jovens e crianças estrangeiros (69 com 0-14 anos e 71 com 15-24), o que pode indicar a presença de migrantes com perfis laborais e familiares distintos dos registados noutras freguesias do concelho.

Tabela 18 - População estrangeira residente em Lagoa quanto ao sexo e ao grupo etário, 2021

Unidade territorial	0 - 14 anos			15 - 24 anos			25 - 64 anos			65 e mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Lagoa	267	142	125	244	130	114	1949	952	997	1042	559	483
Ferragudo	23	15	8	15	8	7	214	102	112	137	82	55
Porches	20	9	11	27	16	11	288	152	136	119	68	51
UF de Estômbar e Parchal	69	35	34	71	40	31	421	196	225	230	118	112
UF de Lagoa e Carvoeiro	155	83	72	131	66	65	1026	502	524	556	291	265

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

1.6. Agregados e Núcleos Familiares

A evolução positiva no número de agregados domésticos privados em Lagoa revela uma mudança significativa na ocupação habitacional do concelho. Esta tendência está provavelmente relacionada com a combinação de três fatores principais: (1) crescimento da população estrangeira residente, (2) reconfiguração dos modelos familiares e (3) investimento imobiliário. Ao mesmo tempo, esta realidade coloca novos desafios no acesso à habitação, na pressão sobre os serviços e infraestruturas, e na necessidade de garantir políticas públicas que respondam à crescente diversidade socioeconómica e demográfica dos agregados.

Entre 2011 e 2021, o número de agregados domésticos privados registou um crescimento significativo no concelho de Lagoa, superando tanto a média nacional como a média regional do Algarve (Tabela 19). Esta evolução demonstra não apenas uma transformação quantitativa, mas

também mudanças qualitativas na estrutura e dinâmica habitacional do território, com implicações diretas no planeamento social, a gestão de recursos e a oferta de serviços públicos. A nível nacional, Portugal registou um aumento de 2,6% no número de agregados domésticos privados ao longo da década, passando de cerca de 4.043.726, em 2011, para 4.149.096, em 2021. No Algarve, esse crescimento foi mais expressivo, com uma variação de 6,3%, refletindo uma dinâmica regional de atratividade populacional, fortemente influenciada por fluxos migratórios e mobilidade interna.

No concelho de Lagoa, o crescimento dos agregados foi ainda mais acentuado, situando-se nos 6,7%, com um aumento de 9071 para 9675 agregados. Este acréscimo é particularmente relevante quando comparado com a tendência nacional e regional, confirmando Lagoa como um território de fixação crescente, quer de população residente nacional, quer de estrangeiros, em linha com o saldo migratório positivo que o concelho registou na última década.

Tabela 19 - Agregados domésticos privados (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	Agregados domésticos privados		Variação 2011-2021 (%)
	2011	2021	
Portugal	4043726	4149096	2,6
Algarve	182776	194192	6,3
Lagoa	9071	9675	6,7
Ferragudo	861	884	2,7
Porches	812	943	16,1
UF de Estômbar e Parchal	3391	3672	8,3
UF de Lagoa e Carvoeiro	4007	4176	4,2

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise por freguesia revela dinâmicas distintas no interior do concelho. Destaca-se o caso de Porches, que apresenta um crescimento de 16,1% no número de agregados, o mais elevado entre todas as unidades territoriais analisadas. Este aumento pode estar associado à valorização imobiliária da freguesia, ao crescimento do turismo residencial e à fixação de população estrangeira com maior capacidade económica.

A União de Freguesias de Estômbar e Parchal também registou um crescimento expressivo, de 8,3%, refletindo uma expansão habitacional moderada e consistente. Já a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro registou um crescimento mais contido, de 4,2%, mas ainda assim acima da média nacional. Esta freguesia, tradicionalmente associada a população mais envelhecida e a residentes

estrangeiros reformados, poderá estar a consolidar um padrão de ocupação mais estável, com menos variação estrutural ao nível dos agregados.

A análise da dimensão dos agregados domésticos privados no concelho de Lagoa entre 2011 e 2021, em comparação com o Algarve e Portugal, permite identificar mudanças importantes nas estruturas familiares e nas formas de ocupação residencial, com implicações relevantes para o planeamento social e habitacional do território (tabela 20).

Entre 2011 e 2021, observa-se uma redução no número de agregados unipessoais em todas as escalas territoriais. Em Portugal, o número de agregados com uma só pessoa diminuiu de cerca de 1.027.871 para 866.827 (uma redução de 15,7%), enquanto no Algarve passou de 52.913 para 45.493 (redução de 14%). Em Lagoa, essa diminuição foi ainda mais acentuada em termos proporcionais: de 2.497 para 2.103, o que representa uma quebra de aproximadamente 15,8%, evidenciando uma possível transformação nas estratégias residenciais e nos perfis de ocupação, com menor prevalência de indivíduos a residirem sozinhos.

Em contrapartida, os agregados com 3 e 4 pessoas aumentaram ligeiramente em Lagoa, passando de 1.921 para 2.026 e de 1.383 para 1.492, respetivamente. Esta tendência sugere uma reconfiguração da estrutura familiar, com maior número de lares compostos por casais com filhos ou por famílias reconstituídas. Ainda que os valores absolutos se mantenham relativamente estáveis, este ligeiro crescimento pode refletir uma maior estabilidade familiar ou uma nova composição populacional influenciada por fluxos migratórios mais jovens e em idade reprodutiva.

Apesar disso, os agregados com 5 ou mais pessoas diminuíram em Lagoa (de 570 para 497), acompanhando a tendência nacional e regional, o que continua a apontar para um padrão de redução do tamanho médio das famílias. Este fenómeno pode ser explicado pela baixa natalidade, pelo envelhecimento populacional, pelo aumento do número de agregados monoparentais e pelo custo crescente da habitação, que limita o alargamento familiar.

A análise ao nível das freguesias reforça estas tendências. A União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta ainda valores relativamente elevados de agregados com 3 ou mais pessoas – em 2021 existiam 852 agregados com 3 pessoas e 643 com 4 -, sugerindo a presença de famílias mais numerosas, possivelmente associadas a perfis socioeconómicos distintos ou maior presença de famílias migrantes. Por outro lado, a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro continua a apresentar um número relevante de agregados com apenas uma ou duas pessoas, o que poderá estar

relacionado com a presença de população mais envelhecida e residentes estrangeiros reformados, frequentemente a residir sozinhos ou em casal.

Em termos comparativos, o concelho de Lagoa reflete, de forma nítida, a tendência nacional para a fragmentação dos agregados e diversificação das formas de coabitação, mas com algumas especificidades locais. A presença crescente de estrangeiros, a concentração de população idosa em determinadas freguesias e o ligeiro rejuvenescimento em outras, como Estômbar e Parchal, revelam a necessidade de políticas sociais e habitacionais diferenciadas, adaptadas à heterogeneidade das famílias e às transformações demográficas em curso.

Tabela 20 - Agregados domésticos privados (N.º), por dimensão em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	Dimensão									
	Com 1 pessoa		Com 2 pessoas		Com 3 pessoas		Com 4 pessoas		Com 5 ou mais pessoas	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	1027871	866827	1382996	1277558	894451	965781	611861	671066	231917	262494
Algarve	52913	45493	66719	60708	38397	40600	25823	26387	10340	9588
Lagoa	2497	2103	3304	2953	1921	2026	1383	1492	570	497
Ferragudo	275	253	346	300	141	172	86	93	36	43
Porches	272	201	339	275	164	170	94	118	74	48
UF de Estômbar e Parchal	848	648	1167	1055	818	852	613	643	226	193
UF de Lagoa e Carvoeiro	1102	1001	1452	1323	798	832	590	638	234	213

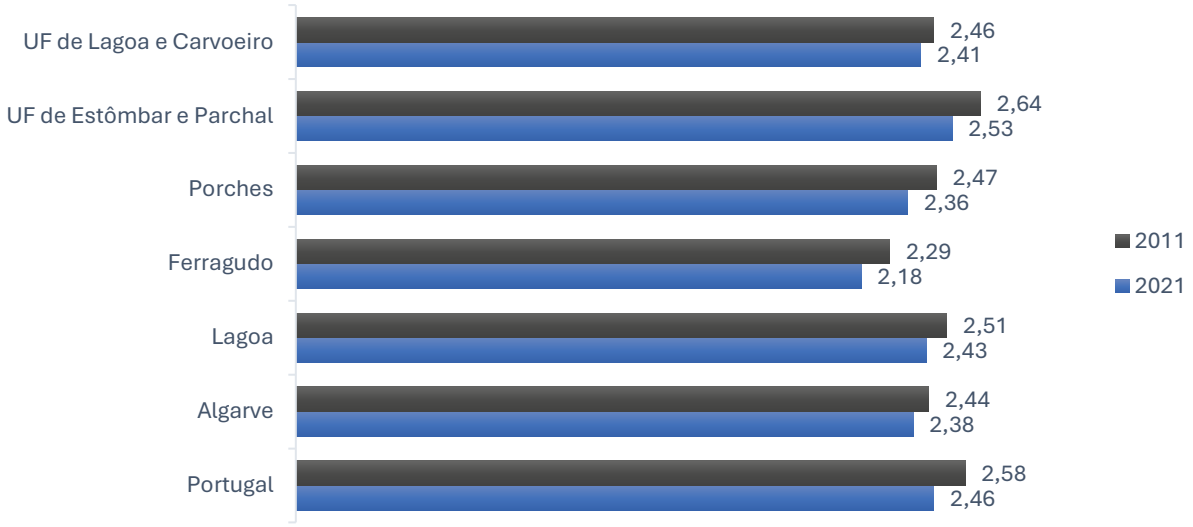
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico 25, sobre a dimensão média dos agregados domésticos privados, sedimenta a análise anterior. Entre 2011 e 2021, registou-se uma diminuição generalizada da dimensão média dos agregados domésticos privados no concelho de Lagoa, acompanhando a tendência verificada no Algarve e em Portugal. Em 2011, a média nacional situava-se nos 2,58 indivíduos por agregado, reduzindo-se para 2,46 em 2021. O Algarve manteve um comportamento semelhante, passando de 2,44 para 2,38. Lagoa, apesar de apresentar valores ligeiramente superiores aos da região, também viu a sua média decrescer de 2,51 para 2,43.

Analisando o território concelhio em maior detalhe, verifica-se que todas as freguesias de Lagoa registaram uma redução na dimensão dos agregados, embora com variações. A União das Freguesias de Estômbar e Parchal, que apresentava a média mais elevada em 2011 (2,64), manteve essa posição em 2021 (2,53), apesar da diminuição. Porches e Ferragudo, com médias mais baixas em ambos os anos, apresentam os valores mais reduzidos em 2021, com 2,36 e 2,18

respetivamente. A União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro registou uma ligeira descida (de 2,46 para 2,41), posicionando-se ainda assim acima da média algarvia.

Gráfico 25 - Dimensão média dos agregados domésticos privados (N.º) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

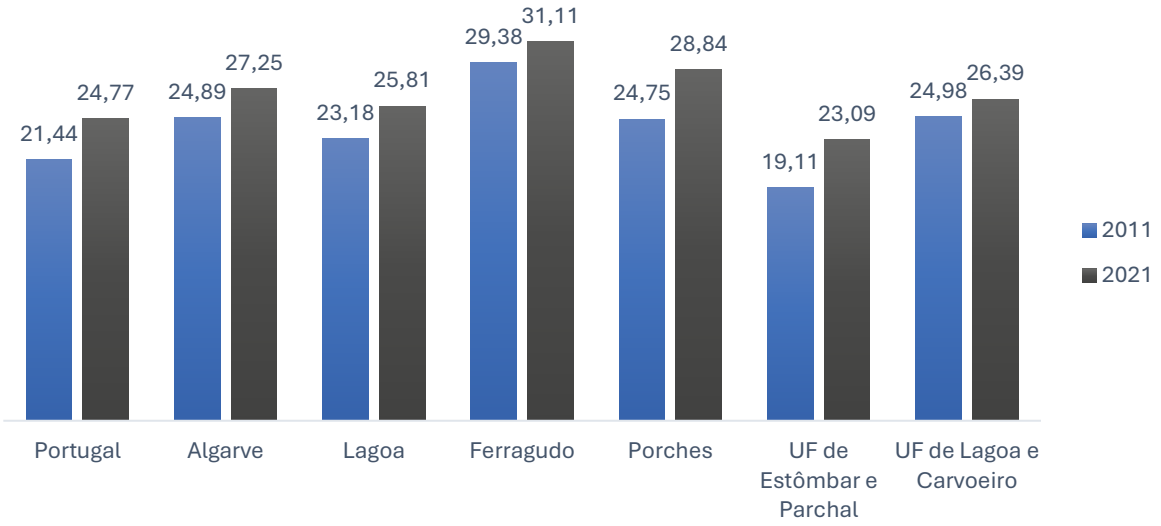


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Por outro lado, a proporção de agregados domésticos privados unipessoais aumentou significativamente entre 2011 e 2021 em todo o território analisado, refletindo uma maior individualização dos modos de vida (Gráfico 26). A nível nacional, esta proporção subiu de 21,44% para 24,77%, enquanto no Algarve passou de 24,89% para 27,25%. O concelho de Lagoa acompanhou esta evolução, com um acréscimo de 23,18% para 25,81% no mesmo período.

No contexto intra-concelhio, Ferragudo apresenta os valores mais elevados tanto em 2011 (29,38%) como em 2021 (31,11%), destacando-se como a freguesia com maior prevalência de pessoas a viverem sós. Por sua vez, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal, apesar de também registar um aumento (de 19,11% para 23,09%), continua a apresentar a proporção mais baixa do concelho. A União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro registou igualmente uma subida moderada, de 24,98% para 26,39%, alinhando-se com os valores nacionais e regionais. Porches, com um crescimento de 24,75% para 28,84%, evidencia também uma dinâmica notória neste tipo de agregados.

Gráfico 26 - Proporção (%) de Agregados domésticos privados unipessoais em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A caracterização da distribuição dos agregados domésticos privados unipessoais por grupo etário e sexo no concelho de Lagoa, em 2021, mostra uma predominância clara de pessoas idosas a viverem sós, especialmente mulheres, o que reflete tanto o envelhecimento populacional como dinâmicas específicas de género e residenciais (Tabela 21). Esta realidade, observada também ao nível regional e nacional, deve ser considerada prioritária, dadas as implicações em termos de isolamento, vulnerabilidade e necessidade de apoio social e comunitário.

A nível nacional, entre os 1.027.871 agregados unipessoais, a esmagadora maioria corresponde a pessoas com 65 ou mais anos (517.146), sendo particularmente elevada a proporção de mulheres nesta faixa etária (379.573 face a 137.573 homens). No Algarve, observa-se o mesmo padrão: dos 52.913 agregados unipessoais, 25.309 pertencem a pessoas com 65 ou mais anos (dos quais 16.603 são mulheres). Este padrão repete-se em Lagoa, onde, dos 2.497 agregados unipessoais, 1.216 são de pessoas com 65 ou mais anos, e destes, 778 são mulheres, o que representa mais de três quartos dos unipessoais idosos no concelho.

Esta análise revela de forma clara que o isolamento na velhice, especialmente feminino, constitui uma realidade social relevante em Lagoa, exigindo atenção reforçada nas políticas de proximidade, combate à solidão, serviços domiciliários, monitorização da saúde e integração comunitária. Os

agregados unipessoais jovens e adultos (até aos 64 anos) têm um peso muito reduzido em todas as freguesias, o que reforça a ideia de que a residência unipessoal em Lagoa é maioritariamente uma realidade da terceira idade.

Nas freguesias, a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro destaca-se com o maior número de agregados unipessoais idosos (541), dos quais 361 são mulheres, confirmando a presença de uma população estrangeira e portuguesa envelhecida e a viver só, muitas vezes em contextos de reforma. Por contraste, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta 406 famílias unipessoais com 65 ou mais anos, também com maior prevalência feminina, mas com uma estrutura etária ligeiramente mais diversificada, possivelmente ligada à presença de famílias migrantes e dinâmicas demográficas distintas.

Freguesias como Ferragudo e Porches, embora com menos expressão numérica, mantêm igualmente o padrão de forte envelhecimento nos agregados unipessoais, com destaque para mulheres idosas a residirem sozinhas.

Tabela 21 - Agregados domésticos privados unipessoais (N.º) por grupo etário e sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Total	Grupo etário								
		Menos de 25			25-64			65 ou mais		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	1027871	14966	7224	7742	495759	251720	244039	517146	137573	379573
Algarve	52913	685	339	346	26919	14463	12456	25309	8706	16603
Lagoa	2497	26	17	9	1255	721	534	1216	438	778
Ferragudo	275	2	1	1	132	79	53	141	65	76
Porches	272	2	2	0	142	89	53	128	59	69
UF de Estômbar e Parchal	848	14	9	5	428	248	180	406	134	272
UF de Lagoa e Carvoeiro	1102	8	5	3	553	305	248	541	180	361

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Estes dados apontam para um desafio estruturante: a solidão no envelhecimento em contexto residencial independente. A tendência, reforçada por fatores como a maior esperança média de vida das mulheres, o afastamento geográfico da rede familiar e a mobilidade internacional, exige uma atuação integrada que combine respostas sociais formais e informais, tecnologias de apoio, programas de vizinhança ativa e políticas habitacionais adaptadas.

A evolução dos indicadores relacionados com os núcleos familiares em Lagoa entre 2011 e 2021 revela alterações estruturais nas formas de organização familiar, alinhadas com as tendências nacionais e regionais, mas com algumas particularidades (Tabela 22). Os dados refletem um enfraquecimento progressivo do modelo tradicional de família nuclear com filhos e o crescimento de arranjos familiares mais diversos, como as famílias monoparentais e reconstituídas.

Em 2021, a proporção de núcleos familiares compostos por casais com filhos em Lagoa era de 53,7%, abaixo da média nacional (55,6%) e próxima da média algarvia (51,9%). Esta percentagem representa uma quebra face a 2011 (56,7%), sinalizando uma tendência para o decréscimo da configuração tradicional da família. Esta redução é ainda mais acentuada em freguesias como Ferragudo (de 49,1% para 41,5%) e Porches (de 53,0% para 49,1%), refletindo alterações demográficas locais, como o envelhecimento, a menor natalidade e o crescimento de novas formas familiares.

Por outro lado, verifica-se um aumento significativo dos núcleos familiares monoparentais em todas as unidades territoriais. Em Lagoa, estes passaram de 16,1% em 2011 para 20,1% em 2021, superando a média nacional (18,5%) e alinhando-se com a regional (20,3%). Este crescimento é ainda mais expressivo na UF de Lagoa e Carvoeiro (de 17,2% para 20,6%) e em Porches (de 16,3% para 20,4%), sugerindo um aumento de situações de parentalidade isolada, que podem estar associadas a divórcio, separação ou estratégias migratórias familiares em que apenas um dos progenitores se fixa com os filhos. Esta realidade levanta desafios sociais específicos, nomeadamente em termos de apoio à conciliação entre vida profissional e familiar, acesso à habitação, rendimento e serviços de apoio à infância.

Destaca-se ainda a subida expressiva da proporção de núcleos familiares reconstituídos, que em Lagoa passou de 9,3% para 12,9%, acima da média nacional (8,8%) e também da algarvia (12,3%). Este aumento é transversal a todas as freguesias e é particularmente evidente em Porches (de 6,3% para 11,7%) e na UF de Lagoa e Carvoeiro (de 9,5% para 13,3%). As famílias reconstituídas, resultantes de novos casamentos ou uniões após separações ou divórcios, refletem transformações culturais profundas e exigem uma atenção diferenciada na formulação de políticas públicas que garantam a inclusão, estabilidade e proteção das crianças em contextos familiares diversos.

Tabela 22 - Indicadores relacionados com os núcleos familiares em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	Proporção de núcleos familiares de casais com filhos (%)		Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)		Proporção de núcleos familiares reconstituídos (%)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	58.8	55.6	14.9	18.5	6.6	8.8
Algarve	54.5	51.9	16.4	20.3	10.2	12.3
Lagoa	56.7	53.7	16.1	20.1	9.3	12.9
Ferragudo	49.1	41.5	16.4	18.1	6.3	11.7
Porches	53.0	49.1	16.3	20.4	11.3	13.6
UF de Estômbar e Parchal	60.3	58.4	14.7	20.0	9.2	12.5
UF de Lagoa e Carvoeiro	55.7	52.7	17.2	20.6	9.5	13.3

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Em síntese, o concelho de Lagoa apresenta uma redução dos modelos familiares tradicionais e um alargamento da diversidade nas formas de organização familiar, marcada pelo aumento de famílias monoparentais e reconstituídas. Estas mudanças devem ser integradas na formulação de estratégias locais que promovam respostas adaptadas à realidade atual, assegurando a igualdade de oportunidades, o acesso universal aos serviços sociais e educativos e a valorização da diversidade familiar como expressão da evolução social.

1.7. Projeções Demográficas

A antecipação da evolução da dinâmica demográfica constitui uma ferramenta estratégica essencial para a gestão dos sistemas de saúde, educação, habitação e serviços sociais, permitindo adaptar as políticas públicas às necessidades futuras da população. As projeções populacionais têm, por isso, um papel central no planeamento territorial e na definição de respostas sustentadas a nível local.

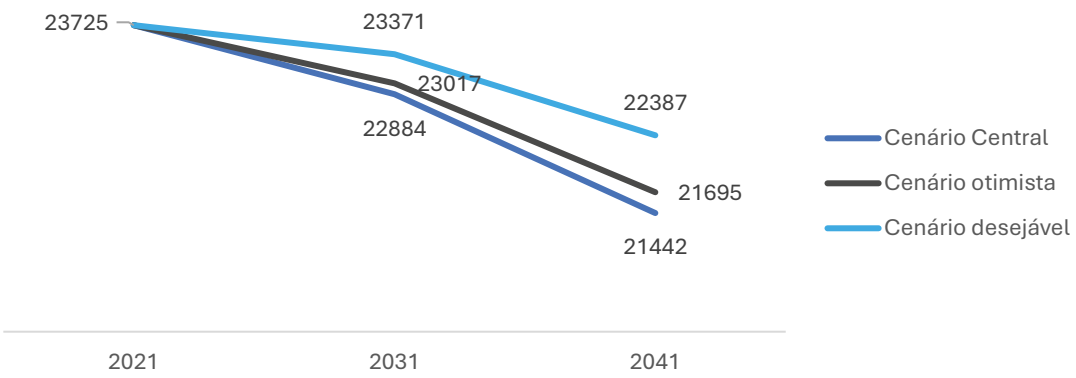
Neste sentido, foi realizado um exercício de projeções da população residente entre 2021 e 2041 para o concelho de Lagoa e respetivas freguesias, com base no método das componentes por

coortes[1]. Este modelo permite estimar a população futura agrupada por sexo e grupos etários, com base em quatro componentes: população de referência (2021), fecundidade, mortalidade e migrações.

Foram considerados três cenários com diferentes hipóteses de fecundidade: um cenário central (manutenção dos níveis atuais), um cenário otimista (ligeiro aumento) e um cenário desejável (substituição de gerações com 2,1 filhos por mulher). As restantes variáveis (mortalidade e migração) foram mantidas constantes com base nas tendências recentes.

Independentemente do cenário adotado, todas as projeções apontam para uma redução da população residente no concelho de Lagoa até 2041, com diferentes graus de intensidade (Gráfico 27). No cenário central, a população desce de 23.725 habitantes em 2021 para 22.884 em 2031 e 21.442 em 2041, traduzindo uma perda de 2.283 pessoas (-9,6%). O cenário otimista aponta para uma descida menos acentuada (-8,6%), enquanto o cenário desejável projeta a quebra menos severa (-5,6%), mesmo considerando um nível de fecundidade mais favorável.

Gráfico 27 – População residente (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041



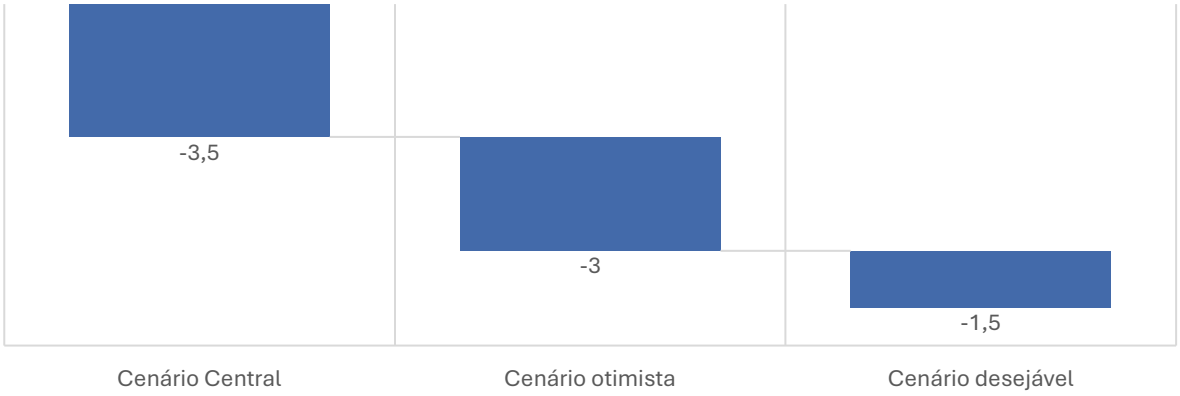
Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Por outro lado, no período entre 2021 e 2031, o cenário central regista uma variação de -3,5%, o cenário otimista -3,0% e o cenário desejável -1,5% (Gráfico 28). Estes resultados indicam que

[1] Para uma informação mais detalhada sobre a metodologia utilizada no exercício das projeções da população residente para o município de Lagoa e Freguesias, 2021-2041, consultar a Carta Educativa de Lagoa (2024).

mesmo um aumento significativo da fecundidade não será suficiente, por si só, para inverter o declínio populacional, revelando a importância das migrações na sustentação demográfica.

Gráfico 28 - Taxa de variação (%) da população residente no município por cenários das projeções demográficas, 2021-2031



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Para além da análise ao nível do concelho, importa compreender como estas tendências se refletem de forma diferenciada nas suas freguesias. Com base no cenário central, verifica-se uma trajetória de declínio populacional em todas as unidades territoriais (Tabela 23). Ferragudo destaca-se pela quebra mais expressiva: -8,1% até 2031 e -20,4% até 2041. Seguem-se a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (-8,6%) e a União de Freguesias de Estômbar e Parchal (-9,1%), com perdas mais moderadas em Porches (-7,0%).

Tabela 23 - Projeções da população residente (N.º) por Freguesia, entre 2021 e 2041

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041	Variação 2021-2031		Variação 2021-2041	
						n.º	%	n.º	%
Ferragudo	1973	1898	1813	1707	1570	-160	-8,1	-403	-20,4
Porches	2250	2235	2206	2156	2092	-44	-1,9	-158	-7,0
UF de Estômbar e Parchal	9361	9220	9021	8785	8513	-340	-3,6	-848	-9,1
UF de Lagoa e Carvoeiro	10141	10029	9844	9583	9267	-297	-2,9	-874	-8,6
Total	23725	23382	22884	22231	21442	-841	-3,5	-2283	-9,6

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Contudo, ao considerar o saldo migratório, os padrões populacionais revelam evoluções distintas (Tabela 24). Porches destaca-se como a única freguesia a apresentar um crescimento demográfico contínuo no período de 2021 a 2041 (+5,8%), ao passo que Ferragudo evidencia um aumento pontual

na primeira década (+2,6% até 2031), seguido de um decréscimo populacional na década posterior. A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro e a União de Freguesias de Estômbar e Parchal mantêm valores negativos, embora mais atenuados.

Tabela 24 - Projeções da população residente (N.º) com saldo migratório por Freguesia, entre 2021 e 2041

Freguesia	2021	2031	2041	Variação 2021-2031		Variação 2021-2041	
				n.º	%	n.º	%
Ferragudo	1973	2025	1782	52	2,6	-191	-9,7
Porches	2250	2495	2381	245	10,9	131	5,8
UF de Estômbar e Parchal	9361	9328	8820	-33	-0,3	-541	-5,8
UF de Lagoa e Carvoeiro	10141	10205	9628	64	0,6	-513	-5,1
Total	23725	24053	22611	328	1,4	-1114	-4,7

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

As projeções para o concelho de Lagoa apontam para um declínio populacional generalizado nas próximas duas décadas, mesmo nos cenários mais favoráveis. A situação favorável de Porches evidencia o papel que as dinâmicas migratórias podem ter na revitalização demográfica. Neste contexto, torna-se urgente promover políticas diferenciadas de atração e fixação de população, que combinem incentivos à natalidade, estratégias de acolhimento migratório e valorização dos territórios, de modo a contrariar o envelhecimento demográfico e garantir a sustentabilidade social do município.

A análise da evolução percentual da população residente no município de Lagoa, no horizonte temporal de 2021 a 2041, segmentada por grupos etários, revela dinâmicas diferenciadas de envelhecimento populacional e transformações na estrutura etária, particularmente nos segmentos mais jovens e em idade ativa (Tabela 25).

Os três cenários projetados para o futuro - central, otimista e desejável - convergem na previsão de um envelhecimento demográfico acentuado, traduzido no crescimento contínuo da proporção de indivíduos com 65 ou mais anos e na retração da população em idade economicamente ativa, independentemente das variações observadas nas camadas etárias mais jovens. A inversão ou abrandamento desta tendência parece depender de medidas eficazes de incentivo à natalidade e à fixação de população mais jovem, tal como antecipado no cenário desejável.

Tabela 25 - População residente (%) por grupo etário, no município, por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041

Grupos etários	2021	Cenário central			Cenário otimista			Cenário desejável		
		2031	2041	Variação 2021-2031 (p.p.)	2031	2041	Variação 2021-2031 (p.p.)	2031	2041	Variação 2021-2031 (p.p.)
0-14 anos	13.6	13.2	13.8	-0.4	13.8	14.6	0.2	15.1	16.4	1.5
15-24 anos	10.4	9.8	9.4	-0.6	9.8	9.6	-0.7	9.6	10.2	-0.8
25-64 anos	52.6	48.8	45.3	-3.8	48.5	44.8	-4.1	47.8	43.4	-4.8
65 e mais anos	23.4	28.2	31.5	4.8	27.9	31	4.5	27.5	30	4.1

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

No cenário central, observa-se um ligeiro decréscimo na proporção da população jovem (0-14 anos), que passa de 13,6% em 2021 para 13,2% em 2031, recuperando ligeiramente para 13,8% em 2041, o que representa uma variação negativa de 0,4p.p. na primeira década. A população jovem-adulta (15-24 anos) também diminui, de 10,4% para 9,8% em 2031 e 9,4% em 2041, com uma variação de -0,6p.p. entre 2021-2031. A maior redução verifica-se no grupo etário dos 25-64 anos, que desce de 52,6% para 48,8% em 2031 e 45,3% em 2041, com uma quebra de -3,8p.p. até 2031. Em contrapartida, o grupo dos 65 e mais anos cresce significativamente, de 23,4% para 28,2% em 2031 e 31,5% em 2041, com um aumento de 4,8p.p. na primeira década.

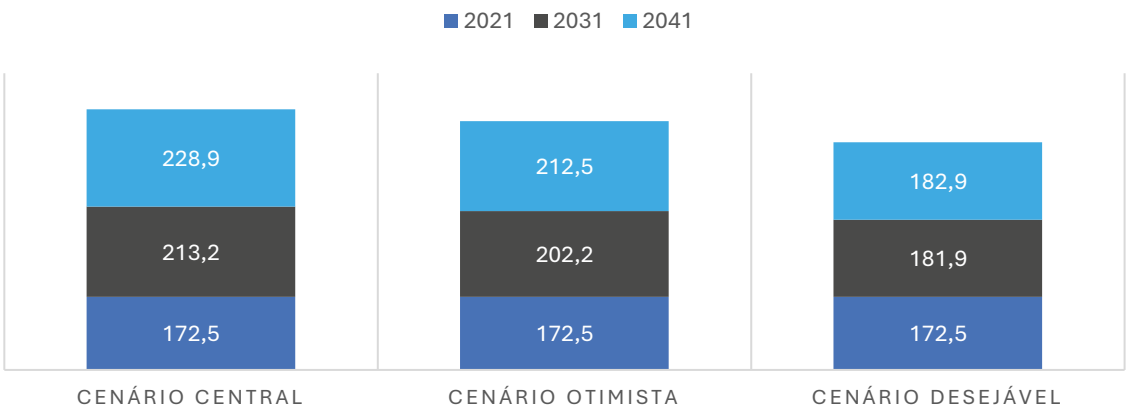
O cenário otimista mostra uma trajetória semelhante, embora ligeiramente menos acentuada. O grupo dos 0-14 anos mantém-se estável (13,8% em 2031), com um leve crescimento para 14,6% em 2041, traduzindo-se numa variação positiva de apenas 0,2p.p. até 2031. A faixa dos 15-24 anos mantém a tendência de decréscimo (de 10,4% para 9,8% em 2031), com uma variação de -0,7p.p.. A população em idade ativa (25-64 anos) decresce de forma mais acentuada que no cenário central, com -4,1p.p., passando para 48,5% em 2031 e 44,8% em 2041. Tal como nos restantes cenários, o grupo de pessoas idosas regista um aumento relevante, subindo para 27,9% em 2031 e 31% em 2041, o que representa um crescimento de 4,5p.p. entre 2021 e 2031.

Já no cenário desejável, que pressupõe políticas demográficas mais ativas e eficazes, há um crescimento mais expressivo da população jovem (0-14 anos), passando para 15,1% em 2031 e 16,4% em 2041, com uma variação positiva de 1,5p.p. na primeira década. No entanto, a faixa dos 15-24 anos continua a registar um decréscimo, atingindo os 9,6% em 2031 e 10,2% em 2041, com uma variação de -0,8p.p. até 2031. A população ativa (25-64 anos) apresenta o maior declínio entre

os cenários, com uma quebra de 4,8p.p., refletindo 47,8% em 2031 e 43,4% em 2041. Mesmo neste cenário, a proporção da população com 65 ou mais anos cresce, ainda que de forma ligeiramente menos intensa (de 23,4% para 27,5% em 2031 e 30% em 2041), com uma variação de 4,1p.p. entre 2021-2031.

Os resultados do índice de envelhecimento para o município de Lagoa confirmam a tendência clara de envelhecimento demográfico, com um crescimento significativo da população idosa face à população jovem ao longo das duas décadas (Gráfico 29). A dimensão deste fenómeno varia consoante os pressupostos de cada cenário, sendo mais intensa no cenário central e menos acentuada no cenário desejável, que prevê intervenções políticas mais eficazes ao nível do rejuvenescimento populacional.

Gráfico 29 – Índice de Envelhecimento no município por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Em 2021, o valor do índice é constante em todos os cenários, fixando-se nos 172,5 idosos por cada 100 jovens. No entanto, as projeções até 2041 evidenciam um agravamento progressivo deste rácio em todos os cenários, embora com intensidades distintas. No cenário central, o índice sobe para 213,2 em 2031 e atinge os 228,9 em 2041, refletindo um envelhecimento populacional acentuado. O cenário otimista apresenta uma trajetória semelhante, embora ligeiramente menos pronunciada, com o índice a aumentar para 202,2 em 2031 e 212,5 em 2041. Já o cenário desejável, ainda que também revele um aumento do índice, evidencia uma evolução mais moderada, com os valores a situarem-se em 181,9 em 2031 e 182,9 em 2041.

Seguindo a mesma tendência do município, a projeção para as freguesias revela uma tendência generalizada de envelhecimento demográfico, ainda que com dinâmicas distintas entre os territórios, refletindo um desequilíbrio crescente na estrutura etária (Tabela 26). Em 2021, Ferragudo destaca-se já com o índice mais elevado (363,8), valor que se acentua de forma expressiva até 2031 (477,8), antes de registar um ligeiro decréscimo até 2041 (412,0), o que poderá indicar uma eventual estabilização ou reconfiguração da sua estrutura etária mais envelhecida.

Porches apresenta igualmente uma trajetória ascendente, iniciando com 186,2 em 2021 e atingindo os 231,9 em 2041, num crescimento progressivo, mas mais moderado. A União de Freguesias (UF) de Estômbar e Parchal parte de um índice relativamente mais baixo (143,2 em 2021), mas projeta um crescimento significativo até 2041, atingindo os 212,4. Por sua vez, a UF de Lagoa e Carvoeiro regista também uma trajetória de envelhecimento sustentado, passando de 174,8 em 2021 para 219,4 em 2041.

Tabela 26 - Projeções do Índice de Envelhecimento por Freguesia, entre 2021 e 2041

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041
Ferragudo	363.8	468.9	477.8	435.9	412.0
Porches	186.2	207.5	223.3	224.4	231.9
UF de Estômbar e Parchal	143.2	168.9	188.2	200.4	212.4
UF de Lagoa e Carvoeiro	174.8	193.5	201.3	204.2	219.4
Total	172.5	199.0	213.2	218.1	228.9

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

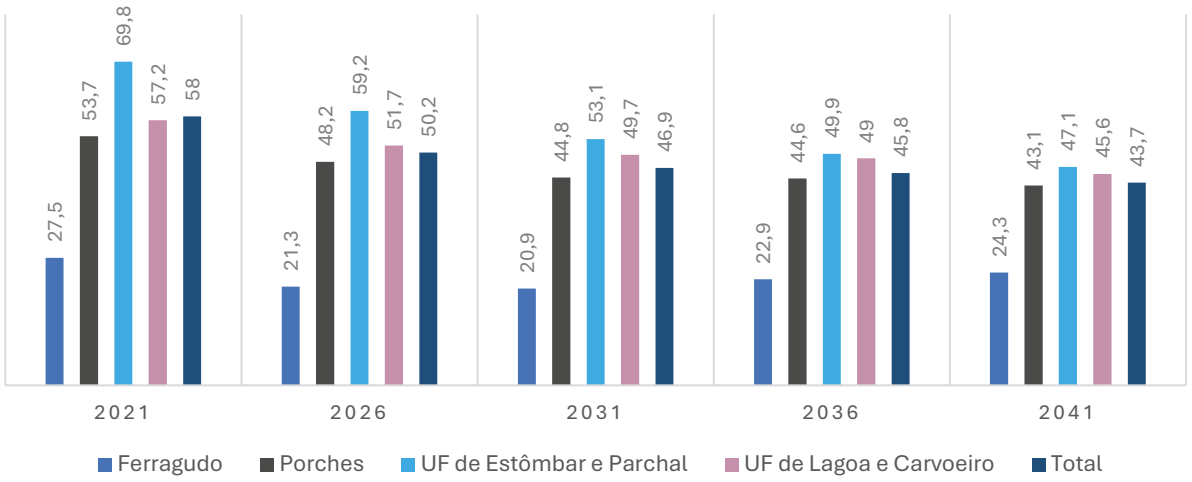
A análise das projeções para o índice de Juventude por freguesia no município de Lagoa, entre 2021 e 2041, revela uma tendência de decréscimo generalizado deste indicador ao longo do período considerado (Gráfico 30). O índice de juventude, que corresponde à relação entre a população jovem (0-14 anos) e a população idosa (65 e mais anos), expressa o grau de rejuvenescimento da população e permite aferir a capacidade de renovação demográfica dos territórios.

Em 2021, a freguesia de Ferragudo apresenta o valor mais baixo (27,5), contrastando fortemente com a UF de Estômbar e Parchal, que exibe o índice mais elevado (69,8), sinalizando uma população relativamente mais jovem. No entanto, ao longo das duas décadas, observa-se uma convergência decrescente entre todas as freguesias. Em 2041, os valores situam-se entre os 24,3 em Ferragudo e os 47,1 em Porches, revelando um envelhecimento transversal em todas as freguesias do município. Destaca-se a queda particularmente acentuada nas freguesias inicialmente com maiores índices,

como Estômbar e Parchal, que desce de 69,8 para 45,6, e Lagoa e Carvoeiro, que passa de 57,2 para 43,1.

O município segue esta tendência descendente, diminuindo de 58 em 2021 para 43,7 em 2041. Esta redução sistemática do índice de juventude evidencia não só o envelhecimento populacional, mas também a insuficiência de renovação geracional, colocando desafios significativos à sustentabilidade demográfica e social do concelho.

Gráfico 30 - Projeções do Índice de Juventude por Freguesia, entre 2021 e 2041



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Relativamente às projeções do índice de dependência no município de Lagoa, entre 2021 e 2041, estas demonstram um aumento progressivo da pressão sobre a população em idade ativa, com destaque para a crescente dependência da população idosa (Tabela 27). As projeções confirmam um agravamento da carga demográfica sobre a população ativa, sobretudo por via do aumento da dependência associada ao envelhecimento.

O índice de dependência total, que agrega os dependentes jovens (0-14 anos) e idosos (65 e mais anos) em relação à população em idade ativa (15-64 anos), parte de um valor de 58,7 em 2021 e apresenta uma subida contínua em todos os cenários. No cenário central, esse índice atinge 70,6 em 2031 e 82,8 em 2041, o que representa um aumento de 11,9 pontos percentuais na primeira década. O cenário otimista segue uma trajetória similar, com o índice a chegar a 71,6 em 2031 e 83,7 em 2041, enquanto o cenário desejável projeta uma subida ainda mais expressiva, alcançando os 74,2 em 2031 e os 86,7 em 2041 - uma variação de 15,6%, a mais acentuada entre os três cenários.

Tabela 27 – Índice de dependência total, de jovens e de idosos, no município, por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041

Índices	2021	Cenário central			Cenário otimista			Cenário desejável		
		2031	2041	Variação 2021-2031 (%)	2031	2041	Variação 2021-2031 (%)	2031	2041	Variação 2021-2031 (%)
Índice de dependência total	58.7	70.6	82.8	11.9	71.6	83.7	12.9	74.2	86.7	15.6
Índice de dependência de Jovens	21.5	22.5	25.2	1.0	23.7	26.8	2.2	26.3	30.7	4.8
Índice de dependência de idosos	37.1	48.0	57.6	10.9	47.9	56.9	10.8	47.9	56.1	10.8

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Desagregando o índice total, verifica-se que o contributo do índice de dependência dos idosos é o principal motor desta evolução. Em 2021, o valor inicial situa-se nos 37,1, e sobe para 48,0 (cenário central), 47,9 (cenário desejável) e 47,9 (cenário otimista) em 2031, aproximando-se dos 57 pontos percentuais em 2041 em todos os cenários. A variação percentual entre 2021 e 2031 ronda os 10,8 a 10,9%, denotando um envelhecimento populacional marcado e um peso crescente da população idosa na estrutura etária.

Por contraste, o índice de dependência de jovens regista apenas uma ligeira oscilação. Parte de 21,5 em 2021 e sobe modestamente até 22,5 no cenário central, 23,7 no cenário otimista e 26,3 no desejável em 2031, o que representa variações percentuais entre 1,0% e 4,8%. Esta evolução mais contida reflete a persistência de baixos níveis de natalidade e uma dinâmica limitada de rejuvenescimento, mesmo nos cenários mais favoráveis.

A projeção por freguesias indica um aumento generalizado da pressão demográfica sobre a população em idade ativa (ver Tabela 28) devido, sobretudo, ao envelhecimento da população. Ferragudo sobressai pelo aumento acentuado da proporção de idosos, ao passo que Estômbar e Parchal continuam a apresentar a menor pressão relativa neste indicador.

Tabela 28 – Projeção do índice de dependência total, de jovens e de idosos por Freguesias, entre 2021 e 2041

Índices	Anos	Ferragudo	Porches	UF de Estômbar e Parchal	UF de Lagoa e Carvoeiro
Índice de dependência total	2021	71.3	58.5	57.3	57.7
	2026	92.6	66.6	59.5	62.5
	2031	109.7	76.1	63.0	70.8
	2036	123.4	85.2	67.2	78.6
	2041	121.1	88.1	73.5	85.4
Índice de dependência de jovens	2021	15.4	20.4	23.6	21.0
	2026	16.3	21.7	22.1	21.3
	2031	19.0	23.5	21.8	23.5
	2036	23.0	26.3	22.4	25.8
	2041	23.7	26.5	23.5	26.7
Índice de dependência de idosos	2021	55.9	38.0	33.7	36.7
	2026	76.4	44.9	37.3	41.2
	2031	90.7	52.6	41.1	47.3
	2036	100.4	59.0	44.8	52.8
	2041	97.5	61.5	49.9	58.7

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Ferragudo regista os valores mais elevados ao longo de todo o período, com o índice de dependência total a aumentar de 71,3 em 2021 para um valor máximo de 123,4 em 2036, ligeiramente atenuado para 121,1 em 2041. Este crescimento é impulsionado sobretudo pelo índice de dependência de idosos, que sobe de 55,9 para 97,5, traduzindo um envelhecimento muito acentuado da sua população. A dependência de jovens mantém-se baixa, embora com um ligeiro acréscimo, passando de 15,4 para 23,7.

Porches apresenta também um aumento significativo do índice de dependência total, de 58,5 em 2021 para 88,1 em 2041, com destaque para o crescimento contínuo tanto da dependência de jovens (de 20,4 para 26,5) como da de idosos (de 38,0 para 61,5), refletindo um perfil demográfico duplamente dependente.

A União de Freguesias de Estômbar e Parchal regista a evolução mais moderada no índice total, que sobe de 57,3 para 73,5 em 2041. Esta estabilidade resulta de uma dependência de jovens

relativamente constante (23,6 para 23,5) e de uma progressão gradual do índice de dependência de idosos, que passa de 33,7 para 49,9. Apesar do envelhecimento, esta freguesia mantém uma estrutura etária mais equilibrada em comparação com as restantes.

Por fim, a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta uma trajetória de crescimento expressivo no índice de dependência total, de 57,7 para 85,4, sustentada por um aumento tanto na dependência jovem (de 21,0 para 26,7) como na dependência de idosos (de 36,7 para 58,7).

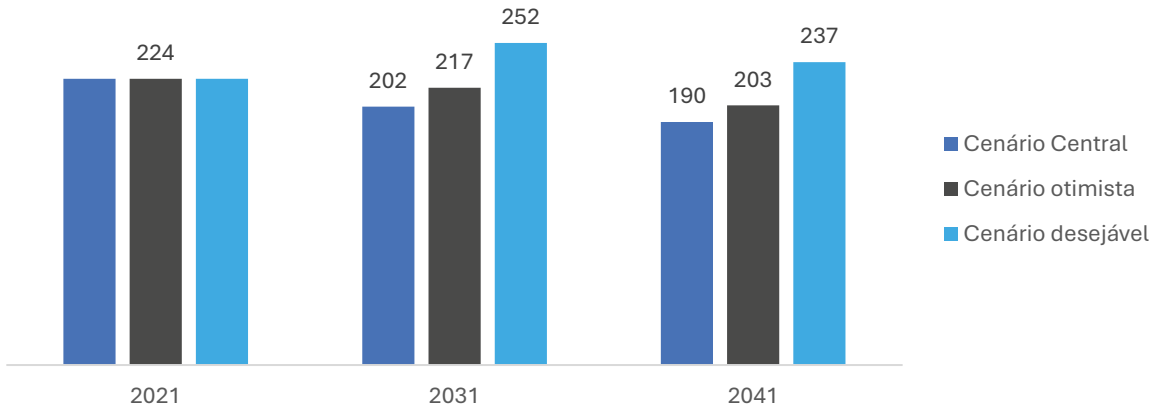
As projeções demográficas confirmam o aprofundamento do envelhecimento e da dependência no concelho de Lagoa até 2041, com implicações significativas para a sustentabilidade social. Mesmo nos cenários mais favoráveis, a renovação geracional será insuficiente sem políticas públicas consistentes de apoio à natalidade, retenção de jovens e envelhecimento ativo. A diferenciação territorial observada reforça a necessidade de respostas locais ajustadas ao perfil etário de cada freguesia, numa lógica de coesão e sustentabilidade intergeracional.

As projeções para a evolução do número de nados-vivos, entre 2021-2041, indicam que, sem intervenção, o município enfrentará uma diminuição da natalidade, com potenciais implicações para o equilíbrio demográfico e a sustentabilidade futura. Apenas o cenário desejável, alicerçado na implementação de medidas de incentivo à fecundidade e à fixação de jovens, apresenta sinais de reforço da renovação geracional a médio prazo (Gráfico 31).

Em 2021, o número de nados-vivos é idêntico em todos os cenários, situando-se nos 224. No entanto, até 2031, observam-se trajetórias divergentes: o cenário central projeta uma diminuição para 202 nados-vivos, enquanto o cenário otimista prevê uma ligeira redução para 217. Por contraste, o cenário desejável antecipa um crescimento para 252 nados-vivos, o que reflete a possibilidade de reversão da tendência atual mediante políticas eficazes de estímulo à natalidade.

Em 2041, os valores projetados voltam a convergir em direção ao declínio, ainda que com diferenças significativas. O cenário central aponta para um novo recuo, com 190 nados-vivos, o mais baixo entre os três cenários. O cenário otimista estabiliza em 203, enquanto o cenário desejável, embora também registe uma redução face a 2031, mantém um valor mais elevado, com 237 nados-vivos.

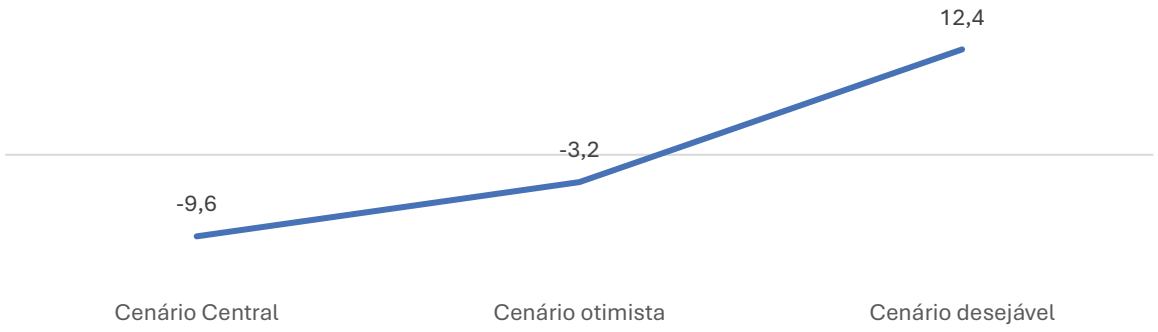
Gráfico 31 – Nados-vivos (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

A projeção da taxa de variação dos nados-vivos, entre 2021-2031, reforça a importância de estratégias demográficas diferenciadas para contrariar o declínio natural e promover a renovação geracional no município de Lagoa (Gráfico 32).

Gráfico 32 - Taxa de variação (%) dos nados-vivos no município por cenários das projeções demográficas, entre 2021-2031



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

No cenário central, observa-se uma quebra acentuada da natalidade, com uma variação negativa de -9,6%, refletindo uma tendência de declínio continuado no número de nascimentos. Por outro lado, o cenário otimista apresenta uma redução menos expressiva, com uma taxa de variação de -3,2%, o que sugere uma ligeira contenção da queda face ao cenário base, mas ainda assim sem inversão da tendência. Em contraste, o cenário desejável projeta uma recuperação positiva, com um

crescimento de 12,4% no número de nados-vivos, resultado de políticas ativas de incentivo à natalidade e de atração de população jovem em idade fértil.

A análise das projeções do número de nados-vivos por freguesia mostra uma tendência global de decréscimo da natalidade, embora com algumas exceções territoriais. (Tabela 29). Os dados confirmam uma tendência demográfica de envelhecimento e redução da renovação natural da população no município, particularmente evidente nas freguesias mais populosas, sendo expectável que tal evolução tenha implicações a longo prazo na dinâmica social, escolar e económica do território.

Tabela 29 - Projeções dos nados-vivos (N.º) por Freguesia, entre 2021 e 2041

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041	Variação 2021-2031		Variação 2021-2041	
						n.º	%	n.º	%
Ferragudo	10	12	12	12	10	2	20,0	0	0,0
Porches	22	21	20	20	19	-2	-9,1	-3	-13,6
UF de Estômbar e Parchal	88	80	77	77	76	-11	-12,5	-12	-13,6
UF de Lagoa e Carvoeiro	104	95	93	90	85	-11	-10,6	-19	-18,3
Total	224	208	202	199	190	-22	-9,8	-34	-15,2

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Ferragudo é a única freguesia que apresenta uma ligeira variação positiva entre 2021 e 2031, com um aumento de dois nados-vivos, o que corresponde a um crescimento de 20%. No entanto, entre 2021 e 2041, o número mantém-se estável em 10 nados-vivos.

Porches regista uma redução contínua ao longo do período, passando de 22 nados-vivos em 2021 para 19 em 2041, o que representa uma quebra de 13,6%, idêntica à observada na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, que desce de 88 para 76 nados-vivos no mesmo intervalo. A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro evidencia a maior queda em termos absolutos e percentuais, passando de 104 para 85 nados-vivos entre 2021 e 2041, uma diminuição de 19 nascimentos, o que equivale a -18,3% de quebra.

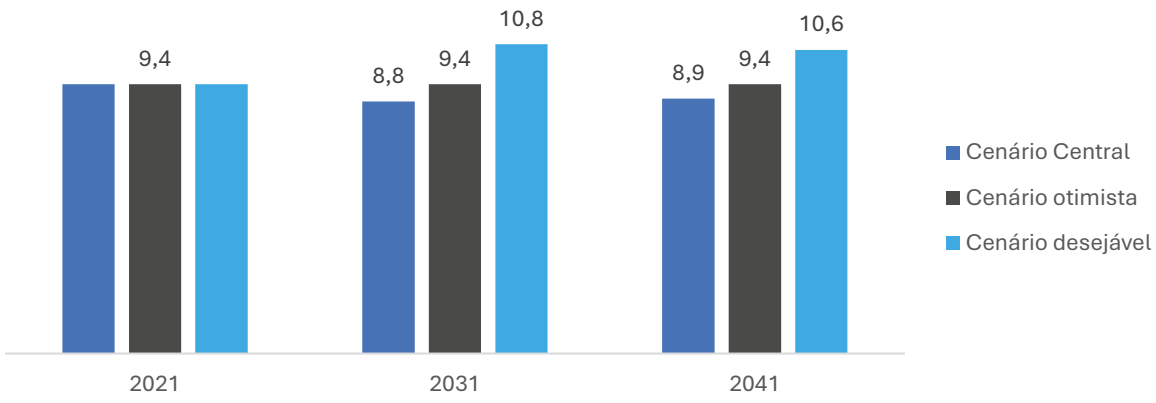
Os resultados das projeções da taxa de natalidade para o município de Lagoa mostram que enquanto os cenários central e otimista sugerem uma tendência de manutenção ou ligeira descida

da natalidade, o cenário desejável destaca-se como o único que antecipa um reforço sustentado da dinâmica reprodutiva, essencial para a renovação geracional e o equilíbrio demográfico do município (Gráfico 33).

No cenário central, a taxa sofre uma ligeira descida para 8,8‰ em 2031, recuperando ligeiramente para 8,9‰ em 2041, mantendo-se abaixo do valor inicial e evidenciando uma tendência de estabilização em níveis mais baixos. No cenário otimista, a variação é menos acentuada: a taxa mantém-se estável em 9,4‰ tanto em 2031 como em 2041, refletindo um cenário com ligeira contenção da quebra da natalidade, mas sem crescimento efetivo.

Já o cenário desejável projeta uma evolução distinta, com um aumento da taxa para 10,8‰ em 2031 e 10,6‰ em 2041, superando os níveis de 2021. Este comportamento traduz o impacto positivo de políticas demográficas ativas, como o incentivo à natalidade, o apoio à parentalidade e a atração de jovens em idade fértil.

Gráfico 33 - Taxa de natalidade (‰) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

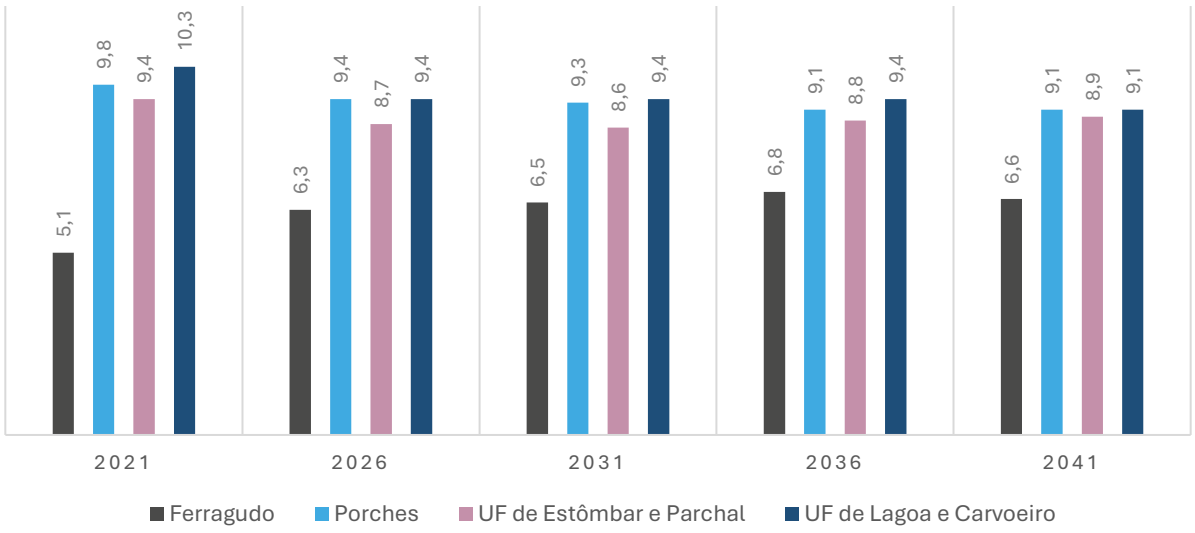
A análise por freguesia, considerando o cenário central, sublinha uma tendência de estabilização, com algumas variações territoriais relevantes ao longo do período projetado (Gráfico 34). No geral, estas projeções apontam para uma manutenção de níveis moderados de natalidade, com ligeiras flutuações, mas sem sinais de crescimento expressivo. A tendência é de consolidação de um padrão de fecundidade relativamente baixo, sendo Ferragudo a freguesia com maior margem para investimento em políticas de estímulo à natalidade, dada a sua base mais reduzida. A

homogeneização progressiva das taxas entre freguesias até 2041 poderá refletir um alinhamento gradual dos perfis demográficos, embora persistam assimetrias estruturais.

Em 2021, verifica-se uma clara disparidade entre freguesias: Ferragudo apresenta a taxa de natalidade mais baixa (5,1‰), enquanto a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro regista o valor mais elevado (10,3‰), seguida de Porches (9,8‰) e da UF de Estômbar e Parchal (9,4‰). Esta diferença inicial reflete padrões demográficos e estruturas etárias distintas, com Ferragudo a evidenciar um maior envelhecimento da população.

Ao longo da projeção, a taxa de natalidade tende a aumentar ligeiramente em Ferragudo, subindo para 6,6‰ em 2041, o que revela uma ligeira recuperação, embora permaneça como a freguesia com o valor mais baixo. Nas restantes freguesias, as variações são menos acentuadas: Porches mantém-se relativamente estável entre 9,4‰ e 9,1‰; Estômbar e Parchal mantém-se entre 9,4‰ e 8,9‰; e Lagoa e Carvoeiro, apesar de uma ligeira descida, estabiliza em torno dos 9,1‰ até 2041.

Gráfico 34 – Projeção da taxa de natalidade (‰) por freguesia, entre 2021 e 2041



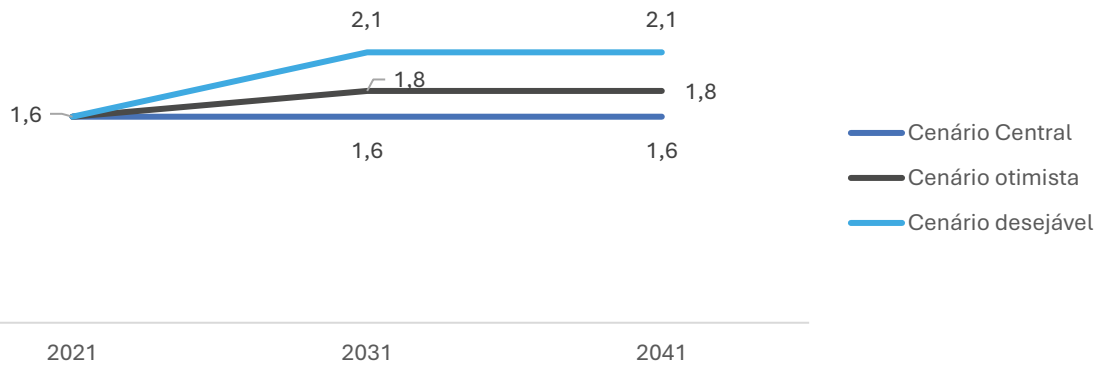
Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

As projeções para o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) mostram que este permanece abaixo do nível de reposição em dois dos três cenários, reforçando a necessidade de uma intervenção política eficaz para alterar a trajetória demográfica do município (Gráfico 35). Apenas no cenário desejável se antecipa um contexto de recuperação da fecundidade capaz de equilibrar a dinâmica populacional.

No cenário central, o valor do ISF mantém-se constante ao longo de todo o período, sem qualquer progresso até 2041, o que indica uma persistência de padrões de fecundidade baixos, com implicações diretas no declínio natural da população. O cenário otimista apresenta uma ligeira melhoria, com o índice a subir para 1,8 em 2031 e a manter-se nesse nível até 2041. Este crescimento moderado poderá refletir um contexto mais favorável à conciliação entre vida profissional e familiar ou o reforço de medidas de apoio à parentalidade, embora continue insuficiente para assegurar a reposição da população a longo prazo.

Em contraste, o cenário desejável projeta um aumento significativo do ISF, atingindo o valor de 2,1 já em 2031 e mantendo-o em 2041. Este é o único cenário que garante a substituição de gerações, pressupondo a adoção de políticas eficazes e sustentadas de incentivo à natalidade, com impacto direto na reversão do envelhecimento e declínio populacional.

Gráfico 35 – Índice Sintético de Fecundidade (N.º) no município de Lagoa por cenários das projeções demográficas, entre 2021 e 2041



Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Síntese das Dinâmicas Demográficas

(1) O município de Lagoa apresenta um crescimento populacional positivo de 3,3% entre 2011 e 2021, superando a média nacional, que registou um declínio de 2,1%. No entanto, o aumento verificado em Lagoa é inferior à média do Algarve, que foi de 3,6%.

(2) A distribuição do crescimento populacional entre as freguesias é desigual, com destaque para Porches (11,9%) e a União de Freguesias de Estômbar e Parchal (4,0%), enquanto Ferragudo manteve-se estável. A freguesia de Lagoa e Carvoeiro continua a ser a mais populosa, concentrando 42,7% da população do concelho, seguida por Estômbar e Parchal, com 39,5%.

(3) A proporção de pessoas com 65 ou mais anos aumentou de forma expressiva, enquanto os grupos etários mais jovens diminuíram. A população em idade ativa (25-64 anos) continua a ser a mais representativa, embora tenha começado a evidenciar uma tendência de diminuição. As pirâmides etárias evidenciam o estreitamento da base (jovens) e o alargamento do topo (idosos), sendo notória a predominância feminina nas faixas etárias mais avançadas.

(4) O índice de dependência total (jovens e idosos face à população ativa) cresceu, sobretudo devido ao aumento da dependência de idosos. Ferragudo destaca-se como a freguesia mais envelhecida, enquanto Estômbar e Parchal apresentam uma estrutura etária mais jovem. A idade média da população também aumentou, confirmando o envelhecimento demográfico.

(5) A relação de masculinidade é mais equilibrada em Lagoa face ao país, embora tenda a diminuir nas faixas etárias superiores devido à maior longevidade feminina. O índice de envelhecimento e o índice de longevidade indicam uma transição demográfica em curso, com implicações sociais, económicas e com impacto no planeamento de políticas públicas.

(6) Embora existam algumas variações ao longo dos anos, os nascimentos em Lagoa mantêm-se relativamente constantes, em contraste com a tendência de diminuição observada no país. As freguesias mais populosas, como Estômbar e Parchal, e Lagoa e Carvoeiro, concentram a maioria dos nascimentos no concelho

(7) A fecundidade geral manteve-se elevada, especialmente nos grupos etários dos 25-34 anos, refletindo o adiamento da maternidade e o ISF ultrapassou sistematicamente os valores nacionais, atingindo 1,79 em 2021 e situando-se em 1,64 em 2023.

(8) A análise da filiação dos nados-vivos mostra uma quebra acentuada dos nascimentos dentro do casamento, com predomínio de uniões de facto e uma diversidade crescente nas estruturas familiares.

(9) A mortalidade total aumentou, sobretudo a partir de 2020, devido ao envelhecimento da população e ao impacto da pandemia de COVID-19, concentrando-se nas faixas etárias mais avançadas, com valores particularmente elevados a partir dos 75 anos.

(10) A evolução dos casamentos e da taxa bruta de nupcialidade, em Lagoa foi marcada por flutuações acentuadas. Além disso, os casamentos civis representam mais de 75% das uniões entre 2011 e 2023.

(11) Há uma expressiva presença de casamentos com pelo menos um cônjuge estrangeiro, refletindo a diversidade populacional do concelho.

(12) A taxa bruta de divórcio em Lagoa apresentou uma tendência de descida, passando de 2,3‰ em 2011 para 1,9‰ em 2023. Apesar de registar valores superiores nos primeiros anos, a taxa convergiu com os valores nacional e regional nos anos mais recentes.

(13) Entre 2011 e 2023, Lagoa registou um aumento significativo de residentes estrangeiros, com taxas de crescimento superiores às médias nacional e regional, reforçando o concelho como destino atrativo para migrantes.

(14) A maioria dos residentes estrangeiros é originária da Europa Ocidental, especialmente do Reino Unido, Alemanha e Países Baixos, associados a perfis com maior poder económico e motivados pela qualidade de vida.

(15) Freguesias como Porches, Ferragudo e Lagoa-Carvoeiro concentram percentagens elevadas de população estrangeira (cerca de 1 em cada 5 residentes), ao contrário de Estômbar e Parchal, onde os valores são mais baixos.

(16) A presença migrante está a contribuir para a renovação populacional e a alteração da estrutura etária, embora a população estrangeira idosa tenha ainda um peso relevante.

(17) Lagoa registou um aumento de 6,7% no número de agregados domésticos privados entre 2011 e 2021, acima da média nacional e regional, refletindo a atratividade do território e o impacto de fluxos migratórios.

(18) A dimensão média dos agregados desceu de 2,51 para 2,43 pessoas, acompanhando a tendência nacional de fragmentação familiar e envelhecimento populacional.

(19) Cerca de 25,8% dos agregados em Lagoa são unipessoais, dos quais 12,6% são compostos por pessoas com 65 ou mais anos - com forte predominância feminina, revelando uma realidade marcada pela solidão no envelhecimento.

(20) Verifica-se um declínio dos modelos tradicionais (casais com filhos) e um aumento das famílias monoparentais (20,1%) e reconstituídas (12,9%), refletindo novas dinâmicas sociais e culturais.

(21) As projeções demográficas para o município de Lagoa para o período 2021 - 2041, apontam para uma tendência consistente de redução populacional. Mesmo nos cenários mais favoráveis, como o otimista e o desejável, a população deverá continuar a diminuir, ainda que de forma mais moderada. Apenas num cenário com saldo migratório positivo se antevê um ligeiro crescimento.

(22) Prevê-se ainda uma quebra no número de nascimentos e um acentuado envelhecimento da população, com o índice de envelhecimento a aumentar significativamente, passando de 172

idosos por cada 100 jovens em 2021 para 228 em 2041.

Análise SWOT sobre as dinâmicas demográficas

Tabela 30 - Matiz SWOT sobre as dinâmicas demográficas

Forças	Fraquezas
- Crescimento populacional de 3,3% entre 2011 e 2021, superando a média nacional, que teve um declínio de 2,1%. - Concentração populacional em áreas urbanas e semiurbanas, facilitando a prestação de serviços públicos e infraestruturas. - Densidade populacional elevada no contexto regional, contribuindo para a vitalidade socioeconómica local. - A população estrangeira cresceu significativamente, representando 14,8% da população total, acima da média do Algarve. - Taxas de fecundidade e natalidade superiores à média nacional, e taxa de mortalidade inferior à média regional e nacional.	- Envelhecimento demográfico acentuado, com aumento da população com 65 ou mais anos. - Saldo natural consistentemente negativo – o número de óbitos supera o de nascimentos. - Desigualdades entre freguesias, com variações no crescimento e envelhecimento populacional. - Redução da população jovem e em idade ativa, afetando o dinamismo económico a médio e longo prazo. - Índices de dependência total e de idosos em crescimento, implicando uma maior pressão sobre os sistemas de saúde e proteção social.
Oportunidades	**Ameaças**
- Diversidade migratória como motor de crescimento económico. - Desenvolvimento de políticas voltadas para a população idosa, focadas na promoção do envelhecimento ativo, como forma de enfrentar os desafios do aumento progressivo da idade média da população. - Implementação de políticas habitacionais e sociais que estimulem a atração e fixação de jovens e famílias, especialmente em Estômbar e Parchal. - Aproveitar o potencial atrativo do município para captar residentes e turistas estrangeiros, contribuindo para o fortalecimento do turismo e das atividades económicas relacionadas.	- As diferenças na dinâmica populacional entre as freguesias podem acentuar as desigualdades dentro do Concelho. - A dependência dos fluxos migratórios para compensar o declínio natural pode ser uma ameaça caso ocorram mudanças nas dinâmicas migratórias. - A concentração de idosos em agregados unipessoais, especialmente em Ferragudo, pode gerar necessidades sociais específicas e aumentar os desafios relacionados com a solidão e integração social.

	- O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo.

2. Dinâmicas Socioeconómicas

Este capítulo apresenta uma análise detalhada das mudanças sociais e económicas que tiveram impacto no concelho de Lagoa na última década. Entre 2011 e 2022, o município enfrentou desafios importantes, mas também registou progressos em áreas como o mercado de trabalho, a composição da força de trabalho e os padrões de mobilidade populacional. A análise destaca preocupações demográficas, como a diminuição da capacidade de renovação da população ativa, ao mesmo tempo em que evidencia avanços consideráveis na qualificação profissional, no aumento dos salários médios e na redução das desigualdades salariais.

Além disso, a evolução do tecido empresarial, caracterizada por um aumento significativo no número de empresas e pela diversificação económica, destaca o potencial do município como impulsionador do desenvolvimento local. Contudo, desafios como a dependência de municípios limítrofes para trabalhar e estudar, assim como as disparidades no poder de compra e na competitividade, evidenciam a importância de implementar políticas que favoreçam um maior equilíbrio e sustentabilidade.

2.1. Condição perante o trabalho

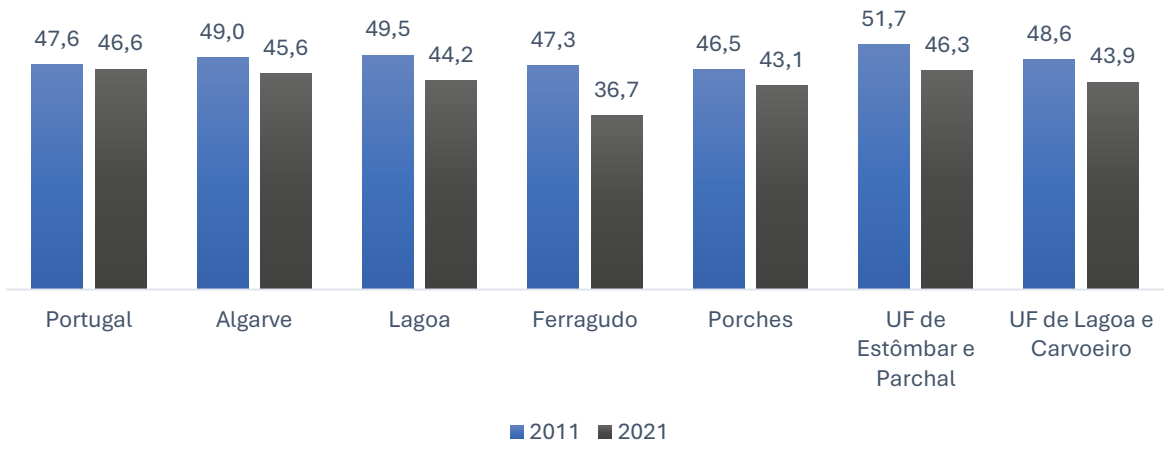
A caracterização da população em função da sua condição perante o trabalho constitui uma dimensão central para a compreensão das dinâmicas socioeconómicas de um território. Este subcapítulo analisa não só a evolução da taxa de atividade, mas também a população ativa em termos gerais, assim como segmentos específicos como a população feminina e jovem, evidenciando as tendências de retração da participação no mercado de trabalho. Complementarmente, examina-se a estrutura da população inativa, destacando o peso crescente dos reformados e as implicações demográficas e sociais desse fenómeno.

O Gráfico 36 ilustra a evolução da taxa de atividade geral, que corresponde à proporção entre a população ativa e a população residente, no período entre 2011 e 2021. Os resultados representam a evolução do desenvolvimento económico e social em Portugal, afetando de forma direta a capacidade competitiva das empresas e dos territórios, além de influenciar a capacidade de gerar emprego e riqueza, fatores fundamentais para assegurar a qualidade de vida das populações.

Todas as regiões analisadas mostram uma diminuição na taxa de atividade ao longo da última década, indicando fatores como o envelhecimento da população, transformações no mercado de trabalho ou um aumento da inatividade em algumas faixas etárias. Em Portugal, a taxa caiu ligeiramente de 47,6% em 2011 para 46,6% em 2021. No entanto, no Algarve, a redução foi mais acentuada em comparação com a média nacional, passando de 49% para 45,6%, o que reflete um declínio mais pronunciado na região.

O concelho de Lagoa apresenta uma diminuição significativa na taxa de atividade geral entre 2011 e 2021, passando de 49,5% para 44,2%. Esse decréscimo, mais acentuado do que a média nacional e regional, reflete desafios estruturais específicos. As freguesias de Lagoa, sem exceção, registaram quedas na taxa, com destaque para Ferragudo, que teve a maior redução (47,3% para 36,7%). Apesar disso, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal manteve a maior taxa de atividade do concelho, tanto em 2011 (51,71%) quanto em 2021 (46,30%).

Gráfico 36 - Taxa de atividade (%) da população residente em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

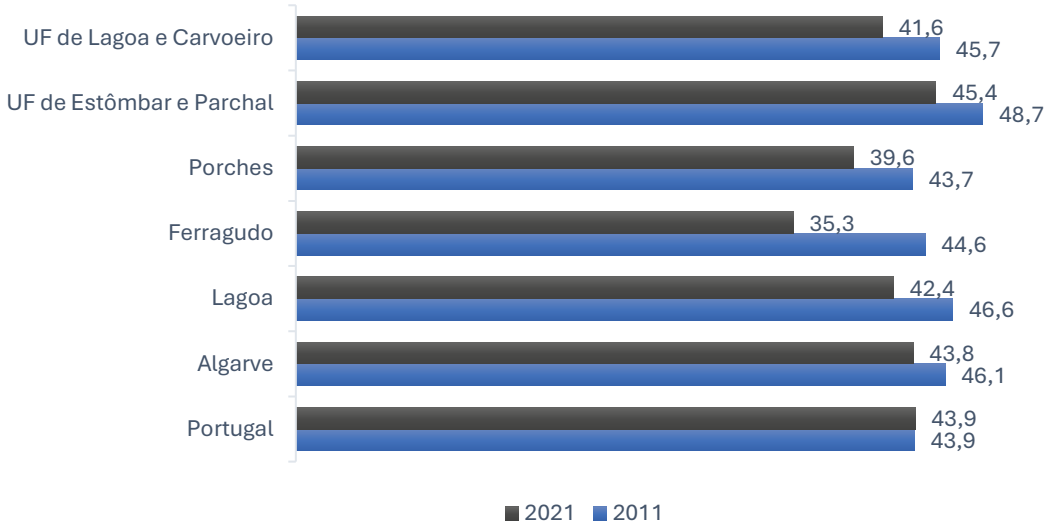
A análise da taxa de atividade feminina da população residente entre 2011 e 2021 revela um ligeiro decréscimo no envolvimento das mulheres no mercado de trabalho, particularmente no concelho de Lagoa e nas suas freguesias, contrastando com a estabilidade observada a nível nacional (Gráfico 37). Em Portugal, a taxa manteve-se inalterada nos 43,9%, enquanto no Algarve se registou uma ligeira descida, de 46,1% para 43,8%.

No concelho de Lagoa, a taxa de atividade feminina desceu de 46,6% para 42,4%, o que representa uma diminuição significativa. Esta tendência é ainda mais evidente em Ferragudo, onde a taxa caiu de 44,6% para apenas 35,3%, tornando-se a freguesia com o valor mais baixo em 2021. Por sua vez, Porches passou de 43,7% para 39,6%, refletindo também uma quebra expressiva.

A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro registou uma descida de 45,7% para 41,6%, enquanto a União de Freguesias de Estômbar e Parchal, embora mantendo o valor mais elevado entre as freguesias do concelho, também apresentou uma quebra, passando de 48,7% para 45,4%.

A tendência de diminuição generalizada da taxa de atividade feminina no concelho de Lagoa e respetivas freguesias entre 2011 e 2021, poderá estar relacionada com o envelhecimento da população, a redução do número de pessoas em idade ativa e, eventualmente, com constrangimentos estruturais no acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Esta realidade reforça a necessidade de uma abordagem mais focada no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a igualdade de género e incentivem a criação e manutenção de oportunidades de emprego a nível local.

Gráfico 37 - Taxa de atividade feminina (%) da população residente em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

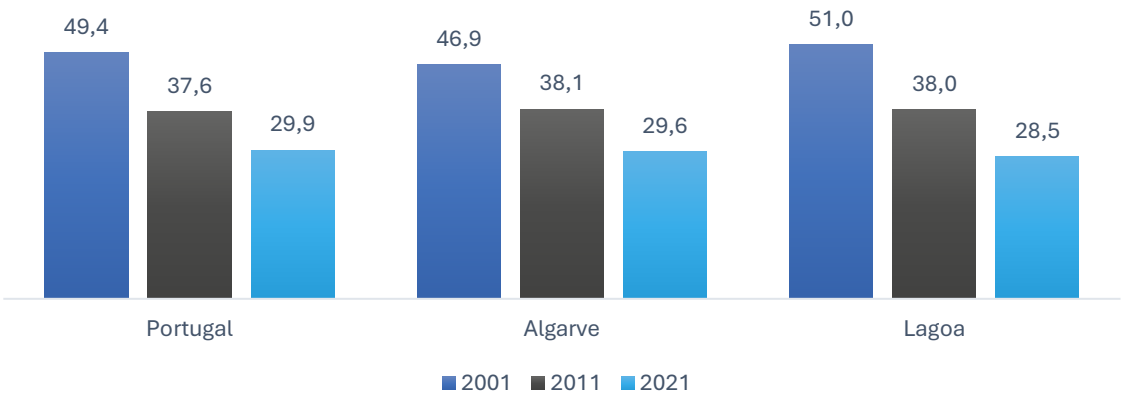
A taxa de atividade Jovem reflete a participação da população jovem no mercado de trabalho, representando a percentagem de pessoas em idade economicamente ativa que estão empregadas

ou à procura de emprego. A análise desta taxa entre 2001 e 2021 evidencia uma tendência acentuada de diminuição, tanto a nível nacional como regional, e particularmente no concelho de Lagoa (Gráfico 38). Em Portugal, esta taxa passou de 49,4% em 2001 para 37,6% em 2011, e para apenas 29,9% em 2021. No Algarve, a trajetória foi semelhante, com uma descida de 46,9% para 38,1%, e depois para 29,6% no mesmo período.

No concelho de Lagoa, a redução foi ainda mais expressiva: a taxa de atividade jovem caiu de 51,0% em 2001 para 38,0% em 2011, e para 28,5% em 2021. Esta quebra representa uma das mais significativas entre os três territórios analisados, refletindo não só o prolongamento da permanência dos jovens no sistema educativo, mas também possíveis dificuldades de inserção no mercado de trabalho local, falta de oportunidades adequadas à faixa etária ou desajuste entre qualificações e necessidades do tecido económico.

Esta tendência revela um enfraquecimento da integração dos jovens no mercado de trabalho, que poderá ter implicações diretas na sua autonomia, nas dinâmicas familiares e na sustentabilidade económica e demográfica do concelho. Assim, a promoção de medidas específicas de apoio à empregabilidade jovem e à articulação entre formação e oportunidades de trabalho surge como um eixo prioritário no âmbito das políticas sociais e de desenvolvimento local.

Gráfico 38 - Taxa de atividade jovem (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2001, 2011 e 2021



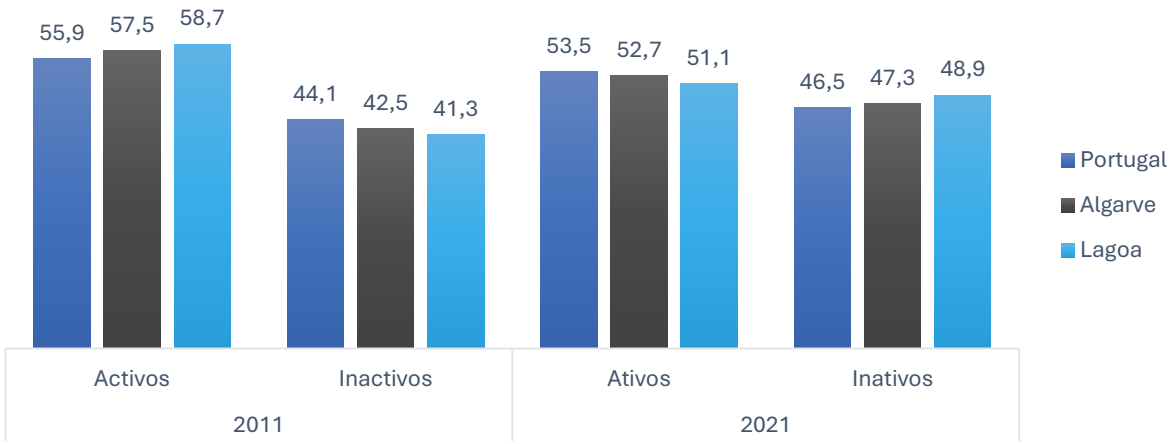
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Recenseamento da população e habitação

Entre 2011 e 2021, verifica-se uma alteração relevante na condição perante o trabalho da população residente com 15 e mais anos em Lagoa, refletindo dinâmicas semelhantes às observadas no Algarve e em Portugal (Gráfico 39). De um modo geral, a análise demonstra a necessidade de

políticas de revitalização económica, de atração e retenção de população em idade ativa e de estímulo à participação no mercado de trabalho, especialmente junto dos segmentos mais vulneráveis ou afastados da atividade laboral.

Comparativamente à região do Algarve (57,5%) e Portugal (55,9), Lagoa apresentava uma proporção mais elevada de população ativa (58,7%) em 2011. Contudo, ao longo da década seguinte, esta percentagem desceu para 51,1%, sinalizando uma redução mais acentuada do que a verificada a nível regional (52,7%) e nacional (53,5%). Paralelamente, a percentagem de inativos em Lagoa aumentou de 41,3% em 2011 para 48,9% em 2021, ultrapassando os valores do Algarve (47,3%) e de Portugal (46,5%) no mesmo ano. Este crescimento da inatividade reforça a perceção de uma crescente pressão sobre os ativos, num contexto em que se torna cada vez mais desafiante garantir a sustentabilidade social e económica do território.

Gráfico 39 - População residente com 15 e mais anos de idade (%) em Portugal, Algarve e Lagoa por Condição perante o trabalho, 2011 e 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Recenseamento da população e habitação

A tabela 31 mostra a composição da população inativa no município de Lagoa e freguesias em 2021, destacando cinco categorias: estudantes, domésticos(as), reformados(as), incapacitados(as) permanentes para o trabalho e outros casos. Verifica-se um predomínio claro dos reformados/as, que representam mais de metade da população inativa em todas as unidades territoriais. Este grupo atinge valores especialmente elevados em Ferragudo (67,0%) e mantém-se também muito expressivo em Lagoa (56,2%) e na União de Freguesias de Estômbar e Parchal (56,6%), confirmando a tendência de envelhecimento já identificada no território.

Por outro lado, o grupo classificado como “outros casos” - que pode incluir pessoas em transição para a reforma, em formação não escolar, ou inativas por outras razões - assume um peso considerável, com destaque para Porches (27,3%) e Lagoa (21,2%). A maior proporção de estudantes é registada na União de Freguesias de Estômbar e Parchal (16,6%) e na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (15,4%), valores que indicam a presença de uma população jovem ainda em idade escolar, sobretudo nestas zonas. Em contraste, Ferragudo apresenta a menor percentagem de estudantes (8,8%), o que reforça o seu perfil mais envelhecido.

O grupo das pessoas dedicadas às tarefas domésticas representa uma parcela menor, variando entre 4,3% em Ferragudo e 7,0% em Porches, sendo relativamente homogéneo no território. Já os incapacitados/as permanentes para o trabalho têm uma expressão reduzida, oscilando entre 1,8% e 2,9%.

Tabela 31 - Estrutura da População (%) Inativa de Lagoa e Freguesias em 2021

Unidade territorial	Estudantes	Domésticos/as	Reformados/as	Incapacitados/as permanentes para o trabalho	Outros casos
Lagoa	14.7	5.4	56.2	2.5	21.2
Ferragudo	8.8	4.3	67.0	1.8	18.2
Porches	10.9	7.0	52.7	2.1	27.3
UF de Estômbar e Parchal	16.6	4.9	56.6	2.9	19.0
UF de Lagoa e Carvoeiro	15.4	5.8	54.0	2.3	22.5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise realizada evidencia uma retração significativa da população ativa no concelho de Lagoa entre 2011 e 2021, acompanhada por um aumento expressivo da população inativa, com especial incidência do grupo dos reformados. Estes dados traduzem um processo de envelhecimento demográfico acelerado, agravado por constrangimentos no acesso ao emprego, particularmente entre os jovens e as mulheres.

Para contrariar estas tendências, torna-se fundamental promover estratégias integradas que incentivem a permanência da população jovem no território, nomeadamente através do reforço da articulação entre formação e mercado de trabalho, e da criação de condições para o emprego qualificado. Simultaneamente, importa desenvolver medidas que favoreçam a conciliação entre a vida profissional e familiar, combatendo os obstáculos à participação feminina no mercado laboral.

A valorização do envelhecimento ativo e a requalificação de pessoas em idade ativa afastadas do trabalho são igualmente prioridades, no sentido de assegurar uma maior coesão social e a sustentabilidade do tecido económico local.

2.2. Relação entre Rejuvenescimento e Sustentabilidade Potencial: Desafios para o Equilíbrio Demográfico e Económico

Num contexto de envelhecimento populacional e desafios à coesão social, a capacidade de renovação da população ativa e a relação entre gerações tornam-se dimensões centrais na avaliação da sustentabilidade dos territórios. Esta secção analisa a relação entre o índice de rejuvenescimento (ou renovação da população em idade ativa) e o índice de sustentabilidade potencial, enquanto indicadores que permitem aferir o equilíbrio demográfico e económico no concelho de Lagoa, em comparação com a região do Algarve e o país.

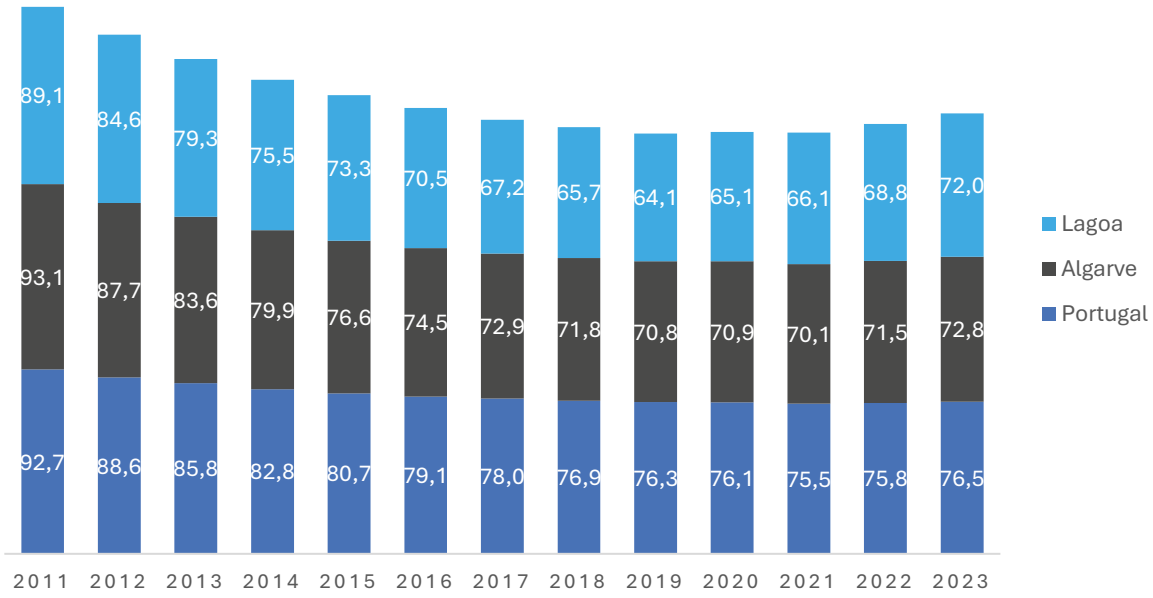
O índice de renovação da população em idade ativa, que mede a relação entre a população que potencialmente está a entrar (idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos) e a que está a sair do mercado de trabalho (idades entre os 55 e os 64 anos), encontra-se diretamente relacionado com o índice de sustentabilidade potencial, que avalia a capacidade da população ativa de sustentar a população dependente (idosos e jovens). Regiões com baixos índices de renovação demográfica enfrentam dificuldades crescentes para assegurar a substituição geracional, o que pode comprometer a força de trabalho futura e aumentar a pressão sobre os sistemas de proteção social. Assim, a análise conjunta destes dois indicadores é essencial para compreender as dinâmicas demográficas e os seus impactos na sustentabilidade económica e social.

Segundo as estimativas da população, entre 2011 e 2023, o índice de renovação da população em idade ativa registou uma tendência decrescente em Portugal, no Algarve e, com maior intensidade, no concelho de Lagoa (Gráfico 40). Esta evolução reflete o envelhecimento progressivo da população e a insuficiente reposição geracional no seio da força de trabalho.

Em 2011, Lagoa apresentava um índice de 89,1 jovens por cada 100 pessoas em fim de carreira, abaixo do valor do Algarve (93,1) e da média nacional (92,7). Considera-se que há renovação geracional quando este índice supera os 100. Entre 2011 e 2019, o indicador agravou-se em todos os territórios analisados, atingindo em Lagoa o seu ponto mais baixo (64,1), o que significa que, por

cada 100 pessoas a sair do mercado de trabalho, apenas 64 ingressavam. A partir de 2021, assiste-se a uma ligeira recuperação, com o índice a atingir os 72,0 em 2023. Ainda assim, esta quebra foi mais acentuada em Lagoa do que na região e no país.

Gráfico 40 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Para além da evolução ao longo do tempo, importa analisar com detalhe a situação atual nas diferentes freguesias, com base nos Censos 2021. A análise conjunta do índice de renovação da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade potencial revela assimetrias territoriais e de género relevantes no concelho (Tabela 32). Em 2021, Lagoa apresentava um índice de renovação de 67,47, inferior à média do Algarve (70,88) e de Portugal (76,11), sinalizando uma menor entrada de jovens para compensar a saída da população mais envelhecida.

Esta fragilidade é particularmente evidente em Ferragudo, onde o valor total (35,86) e os desagregados por sexo (31,66 nas mulheres e 40,44 nos homens) revelam uma situação crítica de desequilíbrio demográfico. Por contraste, Porches (72,19) e a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (71,95) apresentam valores acima da média concelhia, ainda que com uma diferença

acentuada entre homens e mulheres - grupo que, em quase todas as freguesias, apresenta os valores mais baixos de renovação.

Quanto ao índice de sustentabilidade potencial - que mede a relação entre a população em idade ativa (15–64 anos) e a população idosa (65 ou mais anos) - Lagoa regista em 2021 um valor de 269, próximo da média nacional (272) e ligeiramente superior à do Algarve (265). No entanto, persistem disparidades internas: Ferragudo surge novamente como a freguesia mais vulnerável (178,88), confirmando a pressão demográfica exercida pelo envelhecimento. Em oposição, a União de Freguesias de Estômbar e Parchal destaca-se com o valor mais elevado (296,36), sugerindo uma estrutura etária mais equilibrada e potencialmente mais resiliente.

Tabela 32 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) e o Índice de sustentabilidade potencial (N.º), por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Índice de renovação da população em idade ativa			Índice de sustentabilidade potencial		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	76.11	82.58	70.43	271.83	308.76	244.23
Algarve	70.88	76.25	66.03	264.64	282.14	249.79
Lagoa	67.47	70.15	64.97	269.26	281.82	258.18
Ferragudo	35.86	40.44	31.66	178.88	181.85	176.06
Porches	72.19	84.81	61.11	262.96	265.44	260.45
União das freguesias de Estômbar e Parchal	70.54	74.28	66.97	296.36	312.25	282.41
União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro	71.95	70.9	72.92	272.3	288.58	258.64

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A evolução observada em Lagoa indica uma crescente dificuldade em garantir a substituição da população ativa que se encontra em fim de carreira, o que levanta preocupações quanto à sustentabilidade económica e social do território. Em conjunto, os dois indicadores analisados refletem os efeitos do envelhecimento demográfico e da insuficiente renovação geracional, sublinhando a urgência de medidas que promovam a fixação de população jovem, a atração de novos residentes em idade ativa e o apoio à natalidade. Neste contexto, a articulação entre políticas de habitação, emprego jovem, valorização das carreiras e incentivo à natalidade assume-se como essencial para garantir a sustentabilidade social e económica do concelho a médio e longo prazo.

2.3. Tecido laboral e dinâmicas de emprego

Esta secção analisa o tecido laboral de Lagoa entre 2013 e 2023, procurando identificar as principais tendências de evolução do emprego, a sua distribuição por setores e perfis sociodemográficos, e os desafios que se colocam à sustentabilidade do mercado de trabalho local. Através da caracterização setorial, estrutural e formativa da população empregada por conta de outrem, pretende-se compreender as transformações no mercado de trabalho local e os seus impactos na coesão socioeconómica do território.

A tabela 33 apresenta o número de pessoas ao serviço nas empresas no concelho de Lagoa por atividade económica, entre 2016 e 2023, segundo a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE Rev. 3). O total de trabalhadores registados nas empresas passou de 9.421 em 2016 para 13.779 em 2023, o que representa um crescimento de cerca de 46%, refletindo a retoma e expansão da atividade económica no pós-crise e pós-pandemia.

O setor do alojamento, restauração e similares (Categoria I) manteve-se como o principal empregador, agregando 38,0% do total de trabalhadores em 2023. Este peso confirma a centralidade do turismo na economia local, mas também revela a vulnerabilidade do território face à sazonalidade e a fatores externos adversos. Por sua vez, o setor do comércio (Categoria G) diminuiu a sua representatividade de 14,7% para 11,0%, sugerindo transformações nas dinâmicas comerciais locais. A construção (Categoria F) registou um crescimento de 11,4% para 12,1%, associado ao dinamismo imobiliário, e as atividades administrativas e de serviços de apoio (Categoria N) duplicaram o seu peso, de 6,4% para 10,1%, sinalizando uma maior diversificação económica.

Apesar de ainda representarem uma fatia menor do emprego, setores como as atividades artísticas, recreativas, informação e comunicação (Categoria R) mostraram sinais de crescimento, sugerindo a emergência de novos perfis profissionais. Em contraste, áreas como a educação (Categoria P) e a saúde humana (Categoria Q) registaram um decréscimo percentual, embora com ligeiro aumento absoluto, sugerindo um crescimento menos acentuado face ao total da economia.

No seu conjunto, estes dados evidenciam uma economia em expansão e progressiva diversificação, com efeitos diretos na estrutura e distribuição da população ativa.

Tabela 33 - Pessoal ao serviço (N.º e %) das Empresas em Lagoa por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2016 e 2023

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	2016		2023	
	N.º	%	N.º	%
Total	9421	100	13779	100
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	234	2.5	373	2.7
B - Indústrias extrativas	4	0.0	3	0.0
C - Indústrias transformadoras	356	3.8	427	3.1
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7	0.1	12	0.1
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	34	0.4	57	0.4
F - Construção	1077	11.4	1666	12.1
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1381	14.7	1522	11.0
H - Transportes e armazenagem	140	1.5	255	1.9
I - Alojamento, restauração e similares	3502	37.2	5236	38.0
J - Atividades de informação e de comunicação	78	0.8	153	1.1
L - Atividades imobiliárias	430	4.6	659	4.8
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	425	4.5	628	4.6
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	607	6.4	1397	10.1
P - Educação	345	3.7	349	2.5
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	233	2.5	303	2.2
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	289	3.1	436	3.2
S - Outras atividades de serviços	279	3.0	303	2.2

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A tabela 34 mostra que o número de pessoas empregadas por conta de outrem no concelho de Lagoa, entre 2013 e 2023, registou um crescimento expressivo, passando de 4.495 para 7.485 trabalhadores, o que corresponde a um aumento de cerca de 66%. Esta tendência de crescimento foi interrompida temporariamente em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, com uma quebra acentuada que reduziu o total para 5.562 trabalhadores, recuperando progressivamente nos anos seguintes.

Em termos de distribuição por sexo, verifica-se uma evolução positiva tanto entre os homens como entre as mulheres, embora com um ligeiro predomínio masculino ao longo de todo o período. Em

2013, os homens representavam 2.285 trabalhadores por conta de outrem e as mulheres 2.210 - uma diferença relativamente equilibrada. No entanto, até 2023, o número de homens aumentou para 4.120, enquanto o número de mulheres atingiu os 3.365, refletindo uma aceleração mais acentuada do emprego masculino no período pós-pandemia. Ainda assim, o crescimento do emprego feminino é significativo e contribui para o reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. A quebra registada em 2020 afetou ambos os sexos, mas teve um impacto ligeiramente mais pronunciado entre as mulheres, cuja recuperação foi também mais lenta.

Em conclusão, estes dados demonstram uma dinâmica positiva no emprego por conta de outrem em Lagoa, refletindo a recuperação e expansão da atividade económica local após a crise pandémica. No entanto, persistem assimetrias de género na evolução do emprego, que devem ser acompanhadas por medidas de promoção da igualdade no acesso ao trabalho e na valorização das trajetórias profissionais femininas. Este reforço da empregabilidade e da inclusão no mercado de trabalho é essencial para a sustentabilidade económica e demográfica do concelho.

Tabela 34 - População empregada por conta de outrem (n.º) em Lagoa por Sexo, 2013-2023

Sexo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	4495	4745	5433	5834	6213	6732	6891	5562	6053	6499	7485
Homens	2285	2474	2789	3015	3330	3614	3685	3101	3316	3484	4120
Mulheres	2210	2271	2644	2819	2883	3118	3206	2461	2737	3015	3365

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

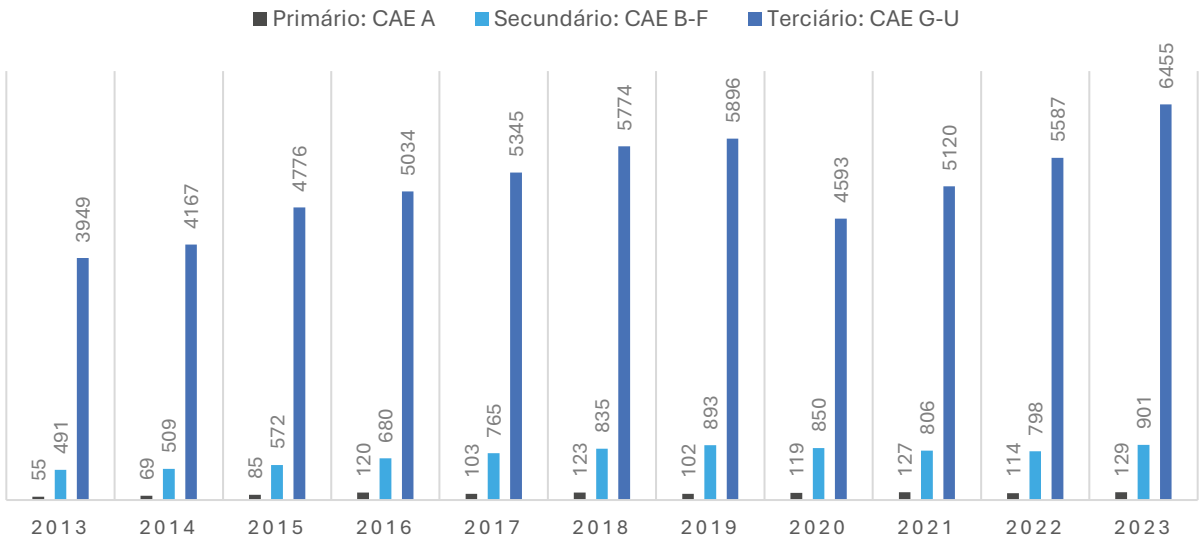
O gráfico 41 reflete a população empregada por conta de outrem no município, segundo o setor de atividade, destacando o papel predominante do setor terciário no mercado de trabalho de Lagoa, reforçado por uma recuperação significativa após o período pandémico.

Entre 2013 e 2023, a estrutura setorial da população empregada por conta de outrem no concelho de Lagoa manteve-se amplamente dominada pelo setor terciário (CAE G–U), refletindo a forte vocação do território para as atividades ligadas aos serviços, com destaque para o turismo, o comércio, a restauração e os serviços sociais e culturais. Ao longo da década, o número de trabalhadores no setor terciário cresceu de 3.949 em 2013 para 6.455 em 2023, reforçando a sua preponderância e recuperando após a quebra registada em 2020, motivada pelo impacto da pandemia na atividade económica local.

O setor secundário (CAE B–F), embora com um peso significativamente menor, revelou uma trajetória de crescimento mais moderada, mas consistente. Passou de 491 trabalhadores em 2013 para 901 em 2023, sendo este crescimento impulsionado sobretudo pelas atividades da construção e, em menor grau, pelas indústrias transformadoras, o que poderá estar associado ao aumento da procura habitacional e à recuperação do setor imobiliário no concelho.

Já o setor primário (CAE A), que integra a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, mantém uma expressão residual ao longo do período analisado. Apesar de um ligeiro aumento em termos absolutos - de 55 trabalhadores em 2013 para 129 em 2023 -, este setor continua a representar uma fração muito pequena do emprego por conta de outrem, evidenciando a progressiva marginalização das atividades tradicionais e rurais na estrutura económica local.

Gráfico 41 - População empregada por conta de outrem (%) em Lagoa, segundo o setor de atividade (CAE-Ver.3), 2013-2023



Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Para além da análise por setor de atividade, importa considerar também a distribuição da população empregada por conta de outrem de acordo com o escalão de pessoal ao serviço (Tabela 35). Observa-se, então, uma tendência de crescimento generalizado em quase todos os segmentos, com especial destaque para as empresas de maior dimensão, entre 2013 e 2023. Este crescimento reflete a expansão e consolidação do tecido económico local, traduzindo não só a retoma após os efeitos da pandemia, como também a atração de investimentos em setores com maior capacidade

de absorção de mão de obra. Por outro lado, o aumento do número de trabalhadores por conta de outrem, particularmente nas grandes empresas, traduz uma consolidação do tecido empresarial local e uma maior capacidade de geração de emprego.

As empresas com 1 a 9 pessoas empregadas registaram uma evolução positiva, passando de 1.312 trabalhadores em 2013 para 1.696 em 2023. No entanto, é nos escalões superiores que se observa um crescimento mais expressivo e estruturante. As entidades com 100 a 249 trabalhadores duplicaram praticamente a sua capacidade, de 566 em 2013 para 1.283 em 2023. Ainda mais significativa foi a evolução das unidades com 500 ou mais pessoas ao serviço, que passaram de 229 para 1.081 trabalhadores no mesmo período, revelando um reforço da presença de grandes empregadores no concelho.

Tabela 35 - População empregada por conta de outrem (N.º) em Lagoa segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2013-2023

Anos	1 a 9 pessoas	10 a 19 pessoas	20 a 49 pessoas	50 a 99 pessoas	100 a 249 pessoas	250 a 499 pessoas	500 ou mais pessoas
2013	1312	546	720	684	566	438	229
2014	1324	666	750	491	862	417	235
2015	1478	747	864	657	854	596	237
2016	1607	731	837	560	1248	614	237
2017	1604	883	762	666	1086	463	749
2018	1683	867	930	778	964	677	833
2019	1640	918	1086	670	973	727	877
2020	1525	694	886	701	513	392	851
2021	1567	866	907	441	930	407	935
2022	1564	753	1152	486	1008	537	999
2023	1696	961	1104	751	1283	609	1081

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Paralelamente, também os escalões intermédios - entre 20 e 99 trabalhadores - cresceram, reforçando a ideia de um tecido económico em diversificação e profissionalização. O escalão dos 20 a 49 trabalhadores passou de 720 para 1.104 pessoas empregadas, e o dos 50 a 99 trabalhadores manteve uma trajetória de estabilização com ligeiras flutuações.

Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, verifica-se uma contração pontual em vários escalões, nomeadamente nos de 10 a 49 trabalhadores. Contudo, a rápida recuperação nos anos seguintes demonstra a resiliência do mercado laboral de Lagoa e a sua capacidade de resposta às diferentes crises.

Outro aspeto relevante prende-se com o nível de educação da população empregada por conta de outrem no município, entre 2013 e 2023 (Gráfico 42). Ao longo da última década, observa-se uma transformação significativa na estrutura de qualificação da população ativa do concelho, revelando um aumento progressivo da escolarização e uma redução clara dos níveis mais baixos de escolaridade entre os trabalhadores.

Em 2013, uma parte significativa da população empregada possuía apenas o ensino básico, sendo que o 1.º ciclo representava 16,4%, o 2.º ciclo 13,6% e o 3.º ciclo 31,0%. Em conjunto, estes três níveis de ensino básico totalizavam 61% da população empregada, o que revela uma força de trabalho com baixos níveis de qualificação. Já o ensino secundário representava 27,0% e o ensino superior 10,7%. Contudo, ao longo do período em análise, verifica-se uma tendência acentuada de valorização das qualificações, com destaque para o aumento contínuo da percentagem de trabalhadores com ensino secundário e, sobretudo, com ensino superior:

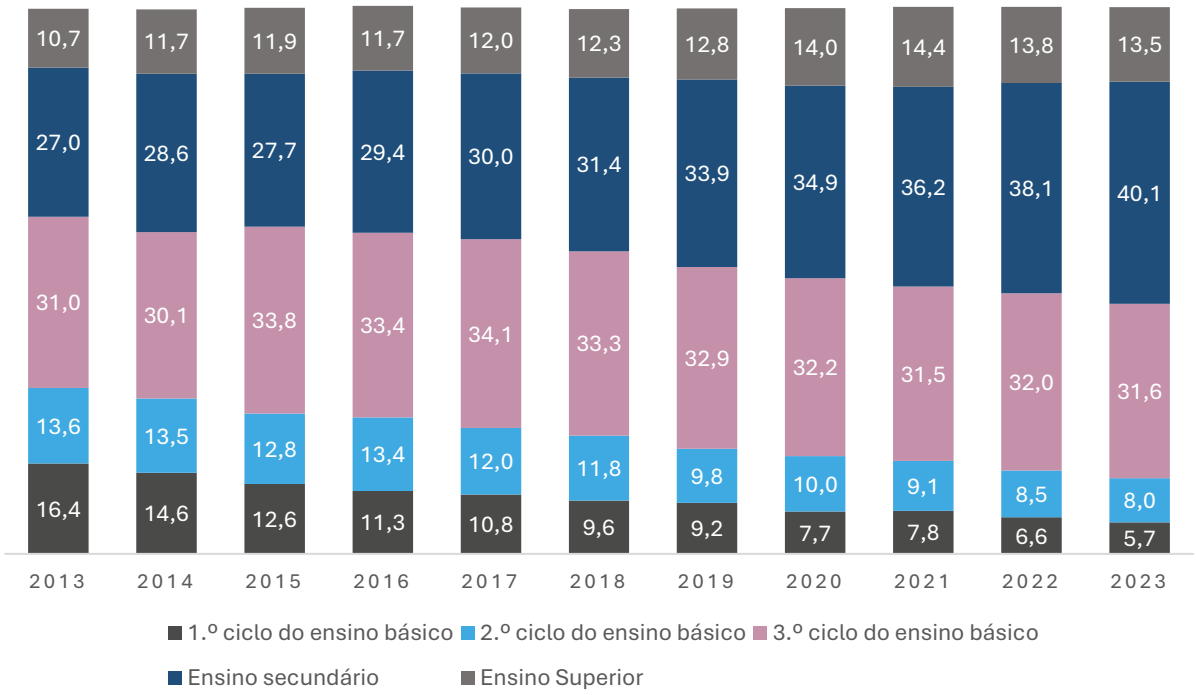
- Em 2023, o grupo com ensino secundário passou a representar 40,1% da população empregada - um aumento de mais de 13 pontos percentuais face a 2013 - e o grupo com ensino superior subiu para 13,5%, refletindo uma valorização mais modesta, mas ainda assim constante.
- Paralelamente, regista-se uma redução significativa dos trabalhadores com apenas o ensino básico. O 1.º ciclo caiu drasticamente para 5,7% em 2023 (menos 10,7 pontos percentuais face a 2013), e o 2.º ciclo desceu para 8,0% (menos 5,6 pontos). O 3.º ciclo também reduziu ligeiramente, embora de forma menos expressiva, situando-se nos 31,6% em 2023.

Esta evolução demonstra uma clara requalificação da força de trabalho em Lagoa, com uma transição marcada da predominância do ensino básico para o ensino secundário como principal nível de escolaridade dos trabalhadores por conta de outrem. Ainda que o crescimento do ensino superior seja visível, o seu peso relativo continua a ser mais modesto comparativamente ao ensino

secundário, o que poderá indicar barreiras no acesso a estudos superiores ou uma estrutura económica ainda centrada em atividades que não exigem formação universitária.

Em suma, as principais tendências reveladas no gráfico incluem a redução expressiva dos níveis mais baixos de escolaridade, o forte crescimento do ensino secundário como o novo padrão dominante e um crescimento gradual do ensino superior, traduzindo uma melhoria geral nas qualificações da população empregada e potencialmente maior resiliência e capacidade de adaptação do mercado de trabalho local.

Gráfico 42 - População empregada por conta de outrem (%) em Lagoa por nível de educação, 2013-2023



Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Por sua vez, a análise da proporção de população empregada por conta de outrem em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores, entre 2015 e 2023, mostra uma clara tendência de redução deste tipo de emprego em Portugal, enquanto Lagoa e o Algarve apresentam uma trajetória marcada por flutuações acentuadas (Gráfico 43). É possível estruturar as conclusões em torno de quatro eixos principais, apresentados de seguida:

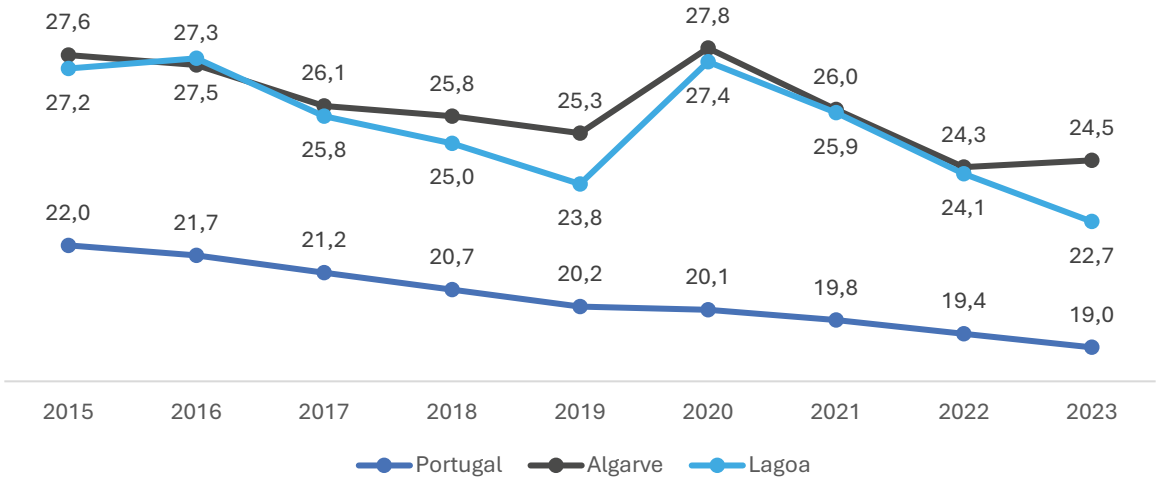
- Superioridade de Lagoa em relação ao Algarve e Portugal: em 2015, Lagoa apresentava um valor de 27,2%, muito próximo da região algarvia (27,6%) e acima de Portugal (22,0%).

Contudo, em 2016, a proporção em Lagoa aumentou para 27,5%, superando tanto o Algarve como Portugal, o que poderá indiciar um fortalecimento do tecido empresarial de pequena escala no concelho nesse período.

- Tendência geral de diminuição: a partir de 2017, assiste-se a uma tendência de descida tanto em Lagoa como nas restantes regiões, embora com diferenças de intensidade. Lagoa desce de forma mais acentuada, atingindo 23,8% em 2019. Este decréscimo poderá refletir alterações na estrutura empresarial local, nomeadamente o crescimento de empresas com maior dimensão ou uma transição do emprego para outras modalidades (como trabalho independente ou empregos no setor público).
- Aumento expressivo: Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, verifica-se um aumento abrupto em Lagoa para 27,4%, contrastando com uma subida semelhante no Algarve (27,8%). Este valor excecionalmente elevado pode dever-se a alterações conjunturais no mercado de trabalho, como despedimentos em empresas maiores e um refúgio no emprego em unidades de menor dimensão, que são frequentemente mais flexíveis em períodos de crise.
- Nova tendência de descida: a recuperação após 2020 mostra uma nova tendência de descida, particularmente pronunciada em Lagoa, onde a proporção baixa para 24,1% em 2022 e 22,7% em 2023. Esta redução contrasta com uma ligeira recuperação do Algarve (de 24,3%, em 2022, para 24,5%, em 2023).

Enquanto Portugal segue uma tendência relativamente estável de descida gradual na proporção de população empregada em microempresas, Lagoa evidencia uma maior instabilidade ao longo do período, marcada por um valor atípico em 2020, seguido de um recuo notório até 2023. Este comportamento poderá estar relacionado com especificidades do tecido económico local, como a dependência de setores sazonais (ex. turismo), a estrutura das empresas sediadas no concelho, ou a mobilidade laboral da população. Por sua vez, o Algarve acompanha parcialmente estas oscilações, mas mantendo-se acima de Lagoa e Portugal.

Gráfico 43 - Proporção de população empregada por conta de outrem em estabelecimentos de empresas com menos de 10 trabalhadores (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023



Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

A tabela 36 apresenta a distribuição da população empregada no concelho de Lagoa e nas suas freguesias, segundo a situação na profissão, com base nos dados censitários de 2021. A análise permite caracterizar a estrutura do emprego no território, distinguindo entre empregadores, trabalhadores por conta própria ou isolados, trabalhadores por conta de outrem e outras situações.

No total do concelho de Lagoa, a esmagadora maioria da população empregada enquadra-se na categoria de trabalhador por conta de outrem (6299 pessoas), representando aproximadamente 70% da população empregada local. Este padrão é transversal às freguesias, embora com ligeiras variações percentuais. A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta o valor mais elevado neste grupo (2604), seguida da União de Freguesias de Estômbar e Parchal (2830).

A segunda categoria mais expressiva corresponde aos trabalhadores por conta própria ou isolados, com 1192 indivíduos a nível concelhio. Esta forma de inserção profissional é particularmente visível nas freguesias de Porches e da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, com 128 e 519 trabalhadores, respetivamente. Esta dimensão evidencia uma presença relevante de atividades autónomas, provavelmente associadas a setores como o comércio, restauração, serviços ou profissões liberais.

No que se refere aos empregadores, a maioria encontra-se à frente de microempresas com menos de 10 empregados (873 no total), o que confirma a predominância de estruturas empresariais de pequena dimensão no concelho. Apenas 480 empregadores têm 10 ou mais trabalhadores ao seu encargo, número relativamente reduzido à escala concelhia. A União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro concentra a maior proporção destes empregadores com empresas de maior escala (192), enquanto as restantes freguesias apresentam valores bastante mais baixos.

A categoria "Outra situação" representa uma franja residual da população empregada, totalizando 191 pessoas em Lagoa. A sua dispersão pelas freguesias é limitada, não tendo peso significativo na estrutura geral.

Tabela 36 - População empregada (N.º) em Lagoa e Freguesias segundo a Situação na profissão, 2021

Unidade territorial	Total	Empregador/ patrão com menos de 10 empregados	Empregador/ patrão com 10 ou mais empregados	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Lagoa	9035	873	480	1192	6299	191
Ferragudo	651	98	80	78	381	14
Porches	783	91	57	128	484	23
UF de Estômbar e Parchal	3785	276	151	467	2830	61
UF de Lagoa e Carvoeiro	3816	408	192	519	2604	93

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Em síntese, o perfil do emprego no concelho de Lagoa em 2021 caracteriza-se por uma forte predominância de trabalhadores por conta de outrem, coexistindo com uma presença expressiva de profissionais por conta própria e de empregadores, maioritariamente com pequenas unidades empresariais. Esta configuração revela um tecido económico de base local, fortemente ancorado em estruturas empresariais de pequena escala e em formas de trabalho autónomo, que refletem as características socioeconómicas do concelho.

2.4. Ganho médio mensal

A análise do ganho médio mensal constitui um indicador fundamental para a compreensão da estrutura remuneratória local e das dinâmicas do mercado de trabalho no concelho de Lagoa. Ao longo da última década, os dados evidenciam uma trajetória de valorização dos rendimentos, com variações significativas entre diferentes grupos da população empregada por conta de outrem.

A evolução dos salários é examinada em função de múltiplas variáveis, nomeadamente o sexo, o setor de atividade, o nível de escolaridade, a dimensão das entidades empregadoras e a profissão, permitindo uma leitura desagregada das desigualdades salariais e das tendências de convergência ou diferenciação interna. A comparação com os contextos regional (Algarve) e nacional (Portugal) complementa a análise, possibilitando avaliar o posicionamento de Lagoa face a padrões mais amplos de remuneração e disparidade salarial.

O gráfico 44 mostra a evolução do ganho médio mensal em Lagoa entre 2015 e 2023, verificando-se um aumento geral nos salários médios, passando de 911,5 euros em 2015 para 1264,0 euros em 2023. Este crescimento representa uma valorização dos salários em cerca de 352,5 euros ao longo do período em análise. Esta tendência acompanha, em linhas gerais, a dinâmica observada tanto no Algarve como no território nacional.

Em termos comparativos, Lagoa iniciou o período de análise com um ganho médio mensal ligeiramente inferior ao da média regional do Algarve (926,1 euros) e consideravelmente abaixo da média nacional (1094,1 euros). Esta disparidade manteve-se ao longo dos anos, embora com uma redução gradual do diferencial regional. Em 2019, o ganho médio em Lagoa (1029,4 euros) situava-se ligeiramente acima da média algarvia (1029,0 euros), ultrapassando pela primeira vez a média regional. No entanto, continua abaixo da média nacional, que em 2023 se fixou nos 1460,8 euros - ou seja, 196,8 euros de diferença face ao valor registado em Lagoa.

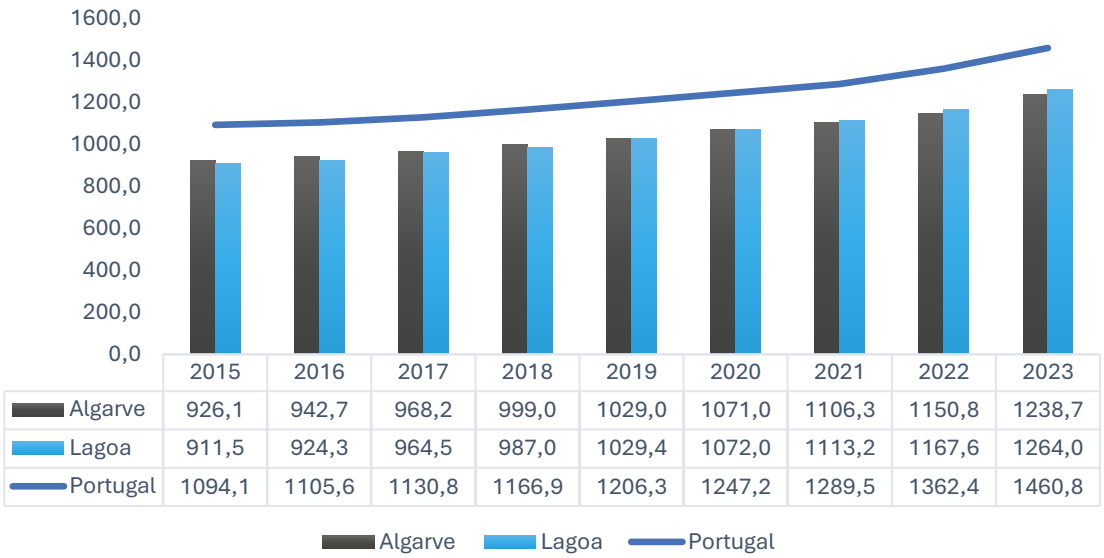
A análise da trajetória temporal permite identificar dois períodos distintos:

- Entre 2015 e 2019, os ganhos em Lagoa aumentaram de forma moderada, mas consistente, de 911,5 para 1029,4 euros, com variações anuais na ordem dos 30 a 40 euros. A partir de 2020, o ritmo de crescimento acentuou-se, com um salto para 1072,0 euros nesse ano - coincidindo com o início da pandemia de COVID-19. Este crescimento mais marcado no período pandémico e pós-pandémico repete-se em todas as regiões analisadas, sugerindo

possíveis impactos de ajustamentos salariais, políticas de apoio ao rendimento, ou reconfiguração do mercado de trabalho.

- Entre 2020 e 2023, Lagoa continuou a registar aumentos expressivos, atingindo valores acima dos 1100 euros em 2021 e superando os 1200 euros em 2023. Neste último ano, o concelho regista o valor mais elevado do período, com um diferencial positivo em relação ao Algarve de 25,3 euros, o que poderá refletir uma revalorização relativa do mercado de trabalho local, eventualmente associada ao aumento de qualificações, valorização de setores económicos mais robustos ou maior pressão salarial.

Gráfico 44 - Ganho médio mensal (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Algarve	926,1	942,7	968,2	999,0	1029,0	1071,0	1106,3	1150,8	1238,7
Lagoa	911,5	924,3	964,5	987,0	1029,4	1072,0	1113,2	1167,6	1264,0
Portugal	1094,1	1105,6	1130,8	1166,9	1206,3	1247,2	1289,5	1362,4	1460,8

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

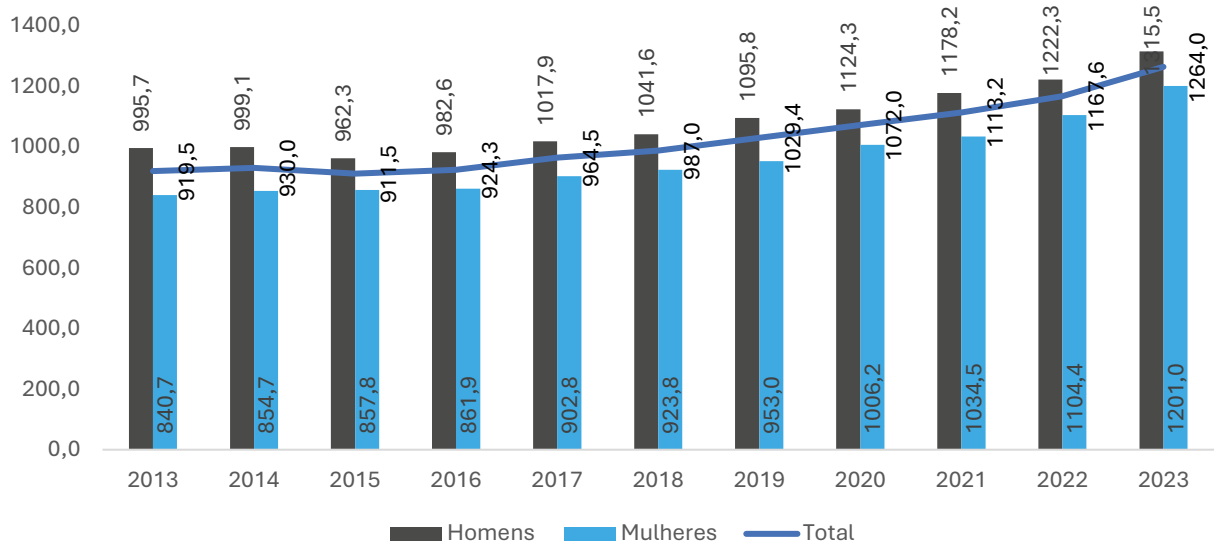
Em termos gerais, os dados indicam que, apesar de Lagoa continuar a apresentar ganhos médios mensais inferiores à média nacional, o concelho aproximou-se progressivamente da média regional algarvia e acabou por superá-la em 2023. Este desempenho revela uma tendência de convergência no contexto regional e sugere uma possível dinamização do mercado laboral local, ainda que subsista um desfasamento face ao panorama nacional.

A análise do ganho médio mensal desagregada por sexo, entre 2013 e 2023, em Lagoa apresenta uma trajetória de crescimento expressivo para ambos os sexos, embora com valores sistematicamente superiores para os homens ao longo de todo o período analisado (Gráfico 45).

Esta evolução confirma a manutenção de desigualdades salariais entre homens e mulheres, apesar de alguns sinais de aproximação em termos percentuais.

Em 2013, os homens auferiam, em média, 995,7 euros, enquanto as mulheres recebiam 840,7 euros, correspondendo a uma diferença de 155 euros. Em 2023, essa diferença mantinha-se, fixando-se nos 114,5 euros (com ganhos médios de 1315,5 euros para os homens e 1201,0 euros para as mulheres). Esta redução do diferencial absoluto entre 2013 e 2023, de cerca de 40 euros, reflete um ajustamento lento nas disparidades salariais. Em termos relativos, a diferença passou de cerca de 15,6% em 2013 para 8,7% em 2023, sinalizando um movimento de convergência progressiva.

Gráfico 45 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o Sexo, 2013-2023



Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Durante o período em análise, os ganhos médios dos homens cresceram 32,1%, enquanto os das mulheres aumentaram 42,9%, o que evidencia um acréscimo mais expressivo entre estas últimas. Esta variação mais acentuada do rendimento feminino poderá resultar de fatores como alterações no perfil de qualificação, maior integração em setores de atividade com remunerações mais elevadas ou ajustamentos decorrentes de políticas de igualdade salarial.

Entre 2013 e 2017, os aumentos salariais foram relativamente graduais. A partir de 2018, observa-se uma aceleração mais marcada dos rendimentos, com aumentos consecutivos até 2023. Para os homens, o ganho médio passou de 1041,6 euros em 2018 para 1315,5 euros em 2023, enquanto

para as mulheres o valor subiu de 923,8 euros para 1201,0 euros no mesmo intervalo. Este crescimento mais rápido nos anos mais recentes poderá refletir dinâmicas económicas locais favoráveis, bem como o impacto de medidas nacionais de valorização salarial, como o aumento do salário mínimo ou a atualização de contratos coletivos.

A análise evidencia, assim, uma evolução positiva dos ganhos médios em Lagoa ao longo da última década, com melhorias substanciais para ambos os sexos. No entanto, a persistência de um diferencial salarial entre homens e mulheres continua a marcar o panorama local, ainda que este se revele em diminuição progressiva. O ritmo de crescimento mais acelerado do rendimento médio das mulheres, a par da redução da diferença percentual, constitui um indicador relevante de transformação, sugerindo progressos na aproximação salarial entre sexos.

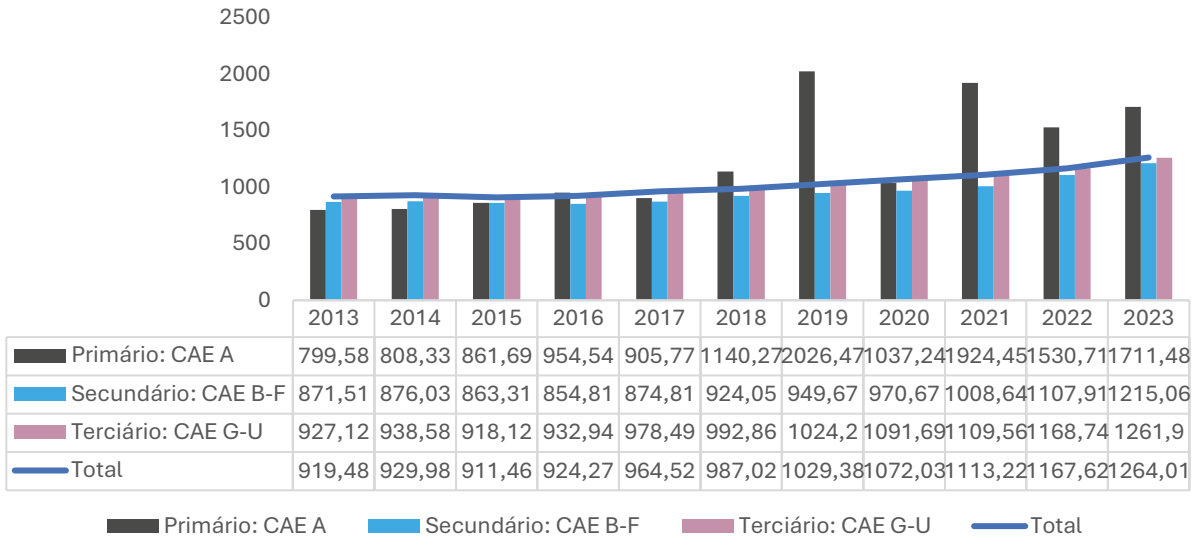
Quanto à evolução do ganho médio mensal no concelho de Lagoa segundo os setores de atividade económica, este registou uma trajetória de crescimento em todos os setores, entre 2013 e 2023, embora com comportamentos distintos (Gráfico 46). O setor terciário manteve-se, ao longo de todo o período, como aquele com os valores médios salariais mais elevados. Em 2013, o ganho médio era de 927,1 euros, aumentando de forma gradual até atingir 1261,9 euros em 2023, o que representa uma variação acumulada de 36,1%. Esta evolução revela uma valorização contínua das atividades ligadas aos serviços, que têm um peso relevante no concelho, nomeadamente nas áreas do turismo, comércio e serviços de proximidade.

O setor secundário, que inclui as indústrias transformadoras, construção e atividades extrativas, apresentou uma trajetória menos linear. Em 2013, o ganho médio era de 871,5 euros e, após algumas flutuações iniciais, os valores começaram a crescer de forma mais sustentada a partir de 2018. Em 2023, o rendimento médio mensal atingiu os 1215,1 euros, o que corresponde a uma variação acumulada de 39,5%. Este aumento poderá estar associado à escassez de mão de obra qualificada, à atualização de convenções coletivas ou ao reforço de investimento em determinadas áreas industriais e de construção civil.

Já o setor primário registou uma evolução mais irregular. Em 2013, o ganho médio era de 799,6 euros, subindo para 1140,3 euros em 2018, mas apresentando uma variação atípica em 2019, com um valor excecional de 2026,5 euros. Esta ocorrência, bastante acima da tendência, poderá ser explicada por um fenómeno estatístico derivado da amostra ou por uma concentração pontual de remunerações elevadas num subconjunto de trabalhadores. Nos anos seguintes, o rendimento

médio reduziu-se para 1037,2 euros em 2020 e oscilou até 1711,5 euros em 2023, mantendo-se, ainda assim, com valores superiores aos registados no início do período. No total, a variação acumulada entre 2013 e 2023 foi de 114,1%, sendo a mais elevada entre os três setores.

Gráfico 46 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o setor de atividade económica (CAE Rev. 3), 2013-2023



	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Primário: CAE A	799,58	808,33	861,69	954,54	905,77	1140,27	2026,47	1037,24	1924,45	1530,71	1711,48
Secundário: CAE B-F	871,51	876,03	863,31	854,81	874,81	924,05	949,67	970,67	1008,64	1107,91	1215,06
Terciário: CAE G-U	927,12	938,58	918,12	932,94	978,49	992,86	1024,2	1091,69	1109,56	1168,74	1261,9
Total	919,48	929,98	911,46	924,27	964,52	987,02	1029,38	1072,03	1113,22	1167,62	1264,01

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Em termos relativos, o setor primário ultrapassou os ganhos do setor secundário em vários anos, particularmente no final do período analisado, o que é pouco habitual no panorama económico nacional. Esta inversão poderá estar relacionada com a valorização de atividades agrícolas especializadas, a escassez de mão de obra ou subsídios pontuais integrados nos rendimentos declarados. No entanto, a forte oscilação anual nesta categoria sugere que os dados devem ser lidos com precaução, dadas as possíveis variações amostrais e sazonais.

Em resumo, a evolução dos ganhos médios em Lagoa entre 2013 e 2023 comprova uma valorização generalizada dos rendimentos nos três setores, com o terciário a liderar em termos de valor absoluto e o primário a destacar-se em termos de variação percentual. Esta dinâmica reforça a importância crescente dos serviços no concelho, enquanto aponta para transformações económicas no setor primário e um reforço progressivo no setor secundário.

A tabela 37 apresenta a evolução do ganho médio mensal em Lagoa segundo o nível de educação, entre 2013 e 2023. Os dados indicam que, ao longo do período analisado, os trabalhadores com

níveis mais elevados de escolaridade continuam a auferir salários superiores, sendo esta diferença particularmente acentuada nas qualificações de ensino superior.

No grupo com nível de escolaridade inferior ao 1.º ciclo do ensino básico, o rendimento médio mensal passou de 743,3 euros em 2013 para 1036,2 euros em 2023, o que representa um acréscimo de 39,4%. Esta variação é comparável à observada nos restantes níveis do ensino básico. Por exemplo, para indivíduos com o 1.º ciclo completo, os ganhos aumentaram de 759,2 euros para 1119,7 euros, enquanto para os que completaram o 2.º ciclo, a variação foi de 767,8 euros para 1147,2 euros. Já no caso do 3.º ciclo do ensino básico, o rendimento passou de 835,4 euros para 1136,0 euros, mantendo-se ao longo do tempo como o nível com maior remuneração entre os que não concluíram o ensino secundário (com exceção de 2021 e 2023).

Por sua vez, o ensino secundário representou, em 2023, um ganho médio de 1230,8 euros, face a 999,2 euros em 2013, resultando numa variação de 23,2%. Este nível de ensino demarca-se dos anteriores, quer pelo valor absoluto, quer pela tendência de crescimento relativamente mais gradual até 2018, após o qual se registaram aumentos mais expressivos.

Tabela 37 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o nível de educação, 2013-2023

Nível de educação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Inferior ao 1.º ciclo	743,3	723,4	798,3	793,6	797,8	908,3	857,0	831,2	893,8	838,5	1036,2
1.º ciclo do ensino básico	759,2	774,8	772,4	795,1	828,7	846,2	906,2	927,2	988,3	1025,2	1119,7
2.º ciclo do ensino básico	767,8	781,9	777,5	796,4	825,1	849,7	938,0	915,4	1038,5	1042,0	1147,2
3.º ciclo do ensino básico	835,4	857,3	839,8	859,7	886,9	898,5	929,5	958,3	1016,0	1047,6	1136,0
Ensino secundário	999,2	976,9	953,1	942,3	996,8	1002,3	1029,1	1078,4	1094,6	1155,2	1230,8
Ensino Superior					846,2					1296,9	1504,8
Bacharelato	1678,4	1640,3	1568,6	1659,8	1679,0	1638,5	1657,6	1686,2	1793,9	1874,8	2000,1
Licenciatura	1363,2	1354,4	1287,0	1298,8	1329,4	1407,1	1434,4	1493,9	1448,2	1613,9	1780,6
Mestrado	1503,4	1129,1	1237,0	1287,0	1414,5	1444,5	1453,1	1591,4	1652,2	1674,8	1866,4
Doutoramento	1587,8			1719,4		1627,0	1799,0	2249,1	2259,1	2289,1	2172,9

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Os maiores rendimentos encontram-se nos níveis de ensino superior, com destaque para as formações de grau académico. Em 2023, os titulares de doutoramento auferiram, em média, 2172,9 euros, face a 1587,8 euros em 2013, o que equivale a um acréscimo de 36,8%. Os detentores de mestrado viram os seus rendimentos passar de 1503,4 euros para 1866,4 euros, enquanto os com licenciatura passaram de 1363,2 euros para 1780,6 euros, correspondendo a variações de 24,1% e 30,6%, respetivamente. No caso do bacharelato, o ganho médio foi de 2000,1 euros em 2023, representando uma subida de 19,2% face a 2013.

A análise por grau académico confirma que as formações superiores continuam a ser determinantes no acesso a rendimentos mais elevados, com as categorias de doutoramento e mestrado a destacarem-se no topo da hierarquia salarial. Ainda assim, observa-se um crescimento transversal dos ganhos médios em todos os níveis de escolaridade, indicando um alargamento geral das remunerações no concelho ao longo da década.

A diferenciação salarial entre níveis educativos manteve-se estável, com ganhos crescentes à medida que o grau de instrução aumenta. No entanto, o diferencial entre os níveis mais baixos e mais altos agravou-se em termos absolutos. Por exemplo, a diferença entre o ganho médio de um trabalhador com menos do 1.º ciclo e um doutorado era de 844,5 euros em 2013 e aumentou para 1136,7 euros em 2023, sugerindo um aprofundamento das desigualdades salariais associadas à qualificação académica.

Por fim, quanto à evolução do ganho médio mensal segundo o escalão de pessoal ao serviço, este aumentou em todos os escalões mantendo-se a relação positiva entre a dimensão das entidades empregadoras e o nível de remuneração (Tabela 38). Em geral, os estabelecimentos com maior número de trabalhadores apresentam salários médios mais elevados, tendência que se manteve estável entre 2013 e 2023.

No escalão das microempresas (1 a 9 pessoas), o rendimento médio passou de 731,6 euros em 2013 para 1103,8 euros em 2023, o que representa um acréscimo de 50,9%. Já nas entidades com 10 a 19 trabalhadores, os ganhos evoluíram de 869,3 euros para 1186,0 euros, com uma variação de 36,4%. Estes dois escalões apresentam, historicamente, os rendimentos mais baixos, embora com melhorias progressivas.

Nas empresas de 20 a 49 trabalhadores, o rendimento médio cresceu de 853,8 euros em 2013 para 1211,1 euros em 2023, enquanto nas de 50 a 99 pessoas o valor passou de 1022,3 euros para 1321,0 euros, mantendo-se acima dos escalões anteriores ao longo de todo o período.

Nos escalões superiores, os ganhos são ainda mais expressivos. As entidades com 100 a 249 trabalhadores viram os rendimentos médios aumentarem de 998,3 euros em 2013 para 1371,4 euros em 2023, e nas empresas com 250 a 499 pessoas, os valores subiram de 1236,4 euros para 1365,5 euros, embora com oscilações intermédias. Por fim, nas entidades com 500 ou mais trabalhadores, o rendimento médio passou de 1214,3 euros em 2013 para 1414,6 euros em 2023, mantendo-se ao longo do período como um dos escalões com remunerações mais elevadas.

Tabela 38 - Ganho médio mensal (€) em Lagoa segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2013-2023

Anos	1 a 9 pessoas	10 a 19 pessoas	20 a 49 pessoas	50 a 99 pessoas	100 a 249 pessoas	250 a 499 pessoas	500 ou mais pessoas
2013	731,6	869,3	853,8	1022,3	998,3	1236,4	1214,3
2014	739,0	877,0	865,7	1034,1	1031,8	1227,0	1243,4
2015	749,5	860,0	856,2	971,0	1021,4	1116,7	1207,9
2016	767,3	843,0	886,7	914,2	1039,8	1153,5	1194,0
2017	795,0	885,9	920,1	981,0	1086,4	1014,6	1243,1
2018	834,5	927,6	968,3	1000,5	1077,1	1053,0	1207,2
2019	873,4	941,0	1058,1	1008,8	1092,3	1068,5	1291,6
2020	926,6	969,8	1051,2	1068,0	1254,1	1130,6	1304,3
2021	945,5	1060,3	1057,6	1274,5	1188,0	1208,8	1305,2
2022	1017,8	1132,9	1110,1	1232,3	1279,2	1237,1	1313,3
2023	1103,8	1186,0	1211,1	1321,0	1371,4	1365,5	1414,6

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

A análise destaca que, apesar do crescimento transversal dos rendimentos, as disparidades salariais entre os diferentes escalões de dimensão empresarial permanecem estáveis. As empresas de maior dimensão tendem a oferecer salários superiores, o que pode refletir fatores como maior capacidade financeira, práticas de gestão estruturadas, presença de contratos coletivos mais favoráveis ou maior valorização de competências específicas. A hierarquia salarial observada entre os escalões mantém-se praticamente inalterada ao longo da década, confirmando a associação entre a dimensão do empregador e o nível de rendimento auferido no concelho.

A Tabela 39 apresenta a evolução da disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem em Portugal, no Algarve e em Lagoa, considerando três fatores de diferenciação: sexo, setor de atividade, nível de habilitação e profissão. Os resultados apontam para uma redução gradual da desigualdade salarial no concelho, em particular quando comparado com os valores nacionais e regionais.

No que respeita à disparidade entre sexos, Lagoa apresentou valores sistematicamente inferiores aos verificados em Portugal e no Algarve. Em 2015, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 5,7% em Lagoa, face a 10,9% no país e 7,5% na região. Ao longo dos anos seguintes, este indicador manteve-se relativamente estável, com oscilações ligeiras, atingindo 4,5% em 2023, o valor mais baixo do período. Este desempenho sugere um nível de diferenciação salarial por sexo mais atenuado no concelho, quando comparado com os contextos nacional e regional, onde em 2023 a disparidade ainda se situava nos 8,3% e 5,0%, respetivamente.

A disparidade entre setores de atividade económica foi, no caso de Lagoa, geralmente reduzida até 2018, mas com um valor excecionalmente elevado em 2019, atingindo os 12,1%, muito acima dos 0,9% registados no Algarve e dos 4,9% a nível nacional. A partir desse ano, os valores voltaram a descer, estabilizando em 4,8% em 2023, abaixo da média nacional (5,2%) e significativamente acima da média regional (0,6%). Esta oscilação sugere que, embora o concelho tenha tendido para uma distribuição salarial mais próxima entre setores, existem variações pontuais que podem estar relacionadas com dinâmicas conjunturais da economia local.

Quanto à disparidade entre níveis de habilitação, Lagoa apresenta, ao longo de todo o período, os valores mais baixos das três unidades territoriais. Em 2015, esta diferença situava-se nos 18,8%, enquanto no Algarve era de 22,5% e em Portugal de 34,9%. Esta tendência manteve-se até 2023, ano em que a disparidade em Lagoa foi de 17,7%, comparando com 18,4% no Algarve e 30,8% a nível nacional. Esta diferença mais reduzida pode indiciar uma menor segmentação salarial por nível de escolaridade no concelho, possivelmente associada à concentração em atividades com estruturas remuneratórias menos diferenciadas.

Por fim, a disparidade entre profissões em Lagoa tem-se mantido relativamente estável entre 2015 e 2023, oscilando entre os 26,3% e os 27,3% nos primeiros anos e descendo gradualmente para 26,7% no final do período. Embora inferior ao padrão nacional (que oscilou entre 42,1% em 2015 e 36,3% em 2023), e também ligeiramente abaixo do Algarve (que terminou o período com 23,6%),

este indicador continua a evidenciar diferenças relevantes na estrutura salarial interna ao concelho, associadas à segmentação funcional dos postos de trabalho.

Tabela 39 - Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos, sectores de atividade, níveis de habilitação e profissões - %) da população empregada por conta de outrem em Portugal, Algarve e Lagoa, 2015-2023

Ano	Unidade territorial	Disparidade no ganho médio mensal			
		Entre sexos	Entre sectores de Atividade	Entre níveis de habilitação	Entre profissões
2015	Portugal	10.9	5.9	34.9	42.1
	Algarve	7.5	2.0	22.5	29.3
	Lagoa	5.7	2.0	18.8	27.7
2016	Portugal	10.4	5.7	34.2	41.4
	Algarve	7.0	2.1	22.0	28.8
	Lagoa	6.5	2.7	18.4	28.0
2017	Portugal	9.9	5.4	33.1	40.3
	Algarve	6.5	2.4	21.5	28.4
	Lagoa	6.0	3.6	18.3	26.3
2018	Portugal	9.6	5.1	32.4	39.4
	Algarve	6.1	2.2	20.7	27.6
	Lagoa	5.9	3.1	18.7	27.3
2019	Portugal	9.2	4.9	31.8	38.4
	Algarve	6.2	0.9	20.3	27.0
	Lagoa	6.9	12.1	17.3	26.4
2020	Portugal	8.6	5.4	31.7	38.0
	Algarve	5.8	2.3	20.6	26.8
	Lagoa	5.5	4.1	18.5	26.9
2021	Portugal	8.5	5.3	31.3	37.4
	Algarve	6.0	1.1	19.8	25.9
	Lagoa	6.4	11.1	15.5	25.4
2022	Portugal	8.6	5.3	31.2	36.9
	Algarve	5.7	0.7	19.3	24.9
	Lagoa	5.0	4.5	17.4	26.1
2023	Portugal	8.3	5.2	30.8	36.3
	Algarve	5.0	0.6	18.4	23.6
	Lagoa	4.5	4.8	17.7	26.7

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Concluindo, Lagoa apresenta níveis de disparidade salarial inferiores à média nacional em todas as dimensões analisadas, e em várias delas também inferiores à média regional do Algarve. Os resultados mais expressivos observam-se ao nível da disparidade entre sexos e entre níveis de habilitação, sugerindo um grau relativamente elevado de homogeneidade salarial na estrutura económica local. A evolução verificada ao longo da década aponta para uma tendência de aproximação entre grupos, embora persistam diferenças salariais relevantes entre profissões e, em determinados anos, entre setores de atividade.

2.5. Tecido Empresarial

A caracterização do tecido empresarial permite compreender a estrutura produtiva local, a dinâmica de criação e extinção de empresas e a sua relação com o emprego e a qualificação da população ativa. Pretende-se analisar a evolução do número de empresas por escalão de pessoal ao serviço, bem como o saldo natural das empresas por forma jurídica, demonstrando o papel predominante das microempresas e dos empresários em nome individual na configuração económica do território.

Em 2021, o número total de empresas no concelho de Lagoa ascendia a 4216, distribuídas de forma desigual pelos diferentes escalões de pessoal ao serviço (Tabela 40). A esmagadora maioria das empresas - 4075 unidades, o que representa 96,7% do total - encontrava-se no escalão de menos de 10 pessoas ao serviço, confirmando o peso significativo do tecido empresarial de microescala na estrutura económica local.

As empresas com 10 a 49 trabalhadores totalizavam 128, correspondendo a cerca de 3% do total, enquanto os escalões superiores eram representados por números bastante reduzidos: 10 empresas com 50 a 249 trabalhadores e 3 empresas com 250 ou mais trabalhadores. Esta distribuição evidencia uma clara predominância de empresas de pequena dimensão e uma presença residual de estruturas empresariais médias e grandes.

A análise destes dados reforça a ideia de que o tecido económico de Lagoa é composto maioritariamente por unidades empresariais de reduzida dimensão, característica típica de economias locais com forte especialização em atividades como o comércio, restauração, turismo e serviços de proximidade. Esta composição empresarial afeta diretamente o perfil do emprego, os níveis de remuneração e a estrutura de qualificações exigidas, e deve ser considerada em estratégias

de desenvolvimento económico local, nomeadamente no que respeita à diversificação produtiva e ao estímulo à consolidação empresarial.

Tabela 40 - Empresas (N.º) em Lagoa segundo o Escalão de pessoal ao serviço, 2021

Escalão de pessoal ao serviço	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	3010	2800	2786	2987	3646	3878	4068	4242	4441	3822	4216	5105	5558
Menos de 10 pessoas	2893	2687	2674	2877	3516	3740	3935	4101	4294	3690	4075	4946	5381
10 - 49 pessoas	105	102	100	99	116	126	119	126	130	118	128	144	160
50 - 249 pessoas	11	10	11	10	12	10	11	12	14	11	10	12	14
250 e mais pessoas	1	1	1	1	2	2	3	3	3	3	3	3	3

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

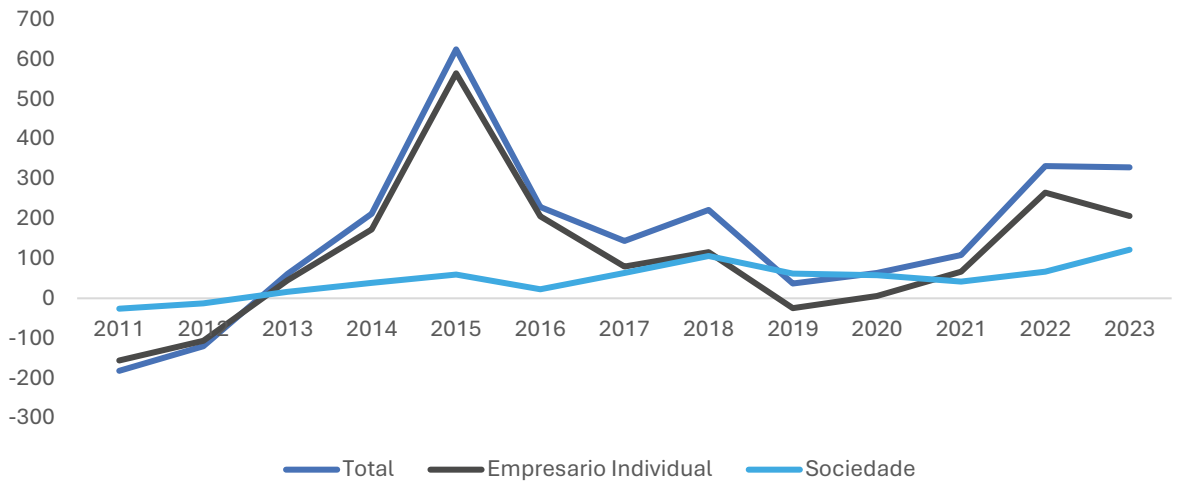
Entre 2011 e 2023, o saldo natural das empresas em Lagoa - definido pela diferença entre constituições e dissoluções - apresenta uma trajetória globalmente positiva, com variações por tipo de forma jurídica (Gráfico 47). O período inicial, entre 2011 e 2012, foi marcado por saldos negativos, com -182 empresas em 2011 e -120 em 2012. Esta evolução reflete um contexto económico adverso, coincidente com a crise financeira e as medidas de austeridade.

A partir de 2013, observa-se uma inversão da tendência, com o saldo natural a tornar-se positivo e a registar um crescimento progressivo até 2015, ano em que se assinala o maior acréscimo do período (+625 empresas). Este aumento foi sobretudo impulsionado pela forma jurídica empresário individual, com +565 unidades, representando mais de 90% do total nesse ano. As sociedades também contribuíram positivamente, mas com valores mais reduzidos.

Nos anos seguintes, até 2018, os saldos mantêm-se positivos, embora com oscilações. Em 2019, regista-se um abrandamento acentuado, com o saldo total a descer para +37 empresas, resultado de um valor negativo nos empresários individuais (-25), compensado por um saldo positivo de +62 nas sociedades.

Em 2020, apesar do impacto da pandemia, o saldo natural mantém-se positivo em +64 empresas, com um ligeiro crescimento nas sociedades (+58) e um valor praticamente nulo nos empresários individuais (+6). Entre 2021 e 2023, observa-se uma recuperação acentuada, com valores superiores a +100 empresas por ano, atingindo +329 em 2023. Neste último ano, o contributo dos empresários individuais voltou a ser dominante (+207), embora as sociedades tenham igualmente registado um saldo expressivo (+122), o mais elevado do período.

Gráfico 47 - Saldo natural (N.º) das empresas em Lagoa, por forma jurídica, 2011-2023



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE - Demografia das empresas

A partir da análise efetuada anteriormente pode-se concluir que o dinamismo empresarial em Lagoa assenta maioritariamente na figura do empresário individual, com contributos crescentes das sociedades nos anos mais recentes. A recuperação observada após 2020 sugere um ambiente mais favorável à criação de empresas, acompanhado de uma diminuição da taxa de encerramentos. Esta evolução reflete mudanças no contexto económico local e, possivelmente, o efeito de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo.

2.6. Movimentos Pendulares

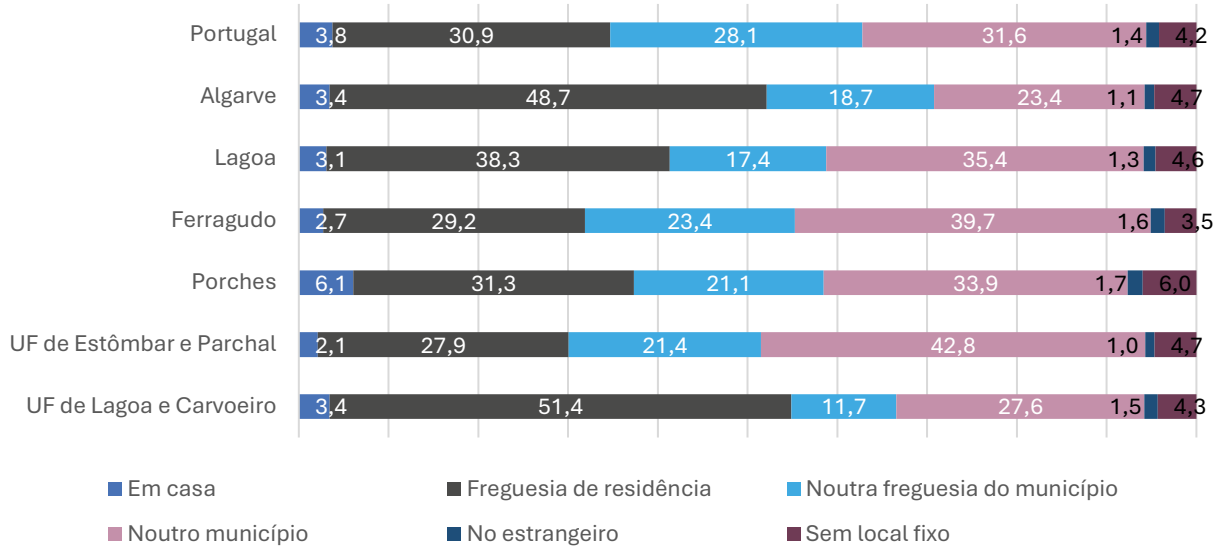
Os movimentos pendulares são fundamentais para a organização territorial, contribuindo para as dinâmicas económicas, sociais e espaciais ao interligar zonas residenciais, locais de trabalho e de estudo, com impacto na integração e no crescimento equilibrado das regiões.

Neste sentido, o gráfico 48 apresenta a distribuição percentual da população residente empregada ou estudante em 2021, de acordo com o local onde trabalha ou estuda. Os dados estão desagregados por Portugal, Algarve, Lagoa e freguesias e refletem as diferenças na mobilidade populacional destacando-se variações significativas entre áreas urbanas e rurais.

No Algarve e em Lagoa, é mais frequente que a população trabalhe ou estude na freguesia onde reside. Contudo, em Lagoa, uma proporção considerável da população (35,4%) desloca-se para

outros municípios, evidenciando uma dependência de áreas vizinhas para atividades económicas e educativas. A União das Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta a maior dependência externa (42,8%), sugerindo uma menor disponibilidade de oportunidades locais de trabalho e estudo. Além disso, a mobilidade dentro do próprio município é mais reduzida em Lagoa (17,4%) e no Algarve (18,7%), comparativamente à média nacional (28,1%). Por outro lado, o trabalho ou estudo realizado em casa permanece baixo em todas as regiões, refletindo a predominância do modelo presencial.

Gráfico 48 - Proporção da população empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011



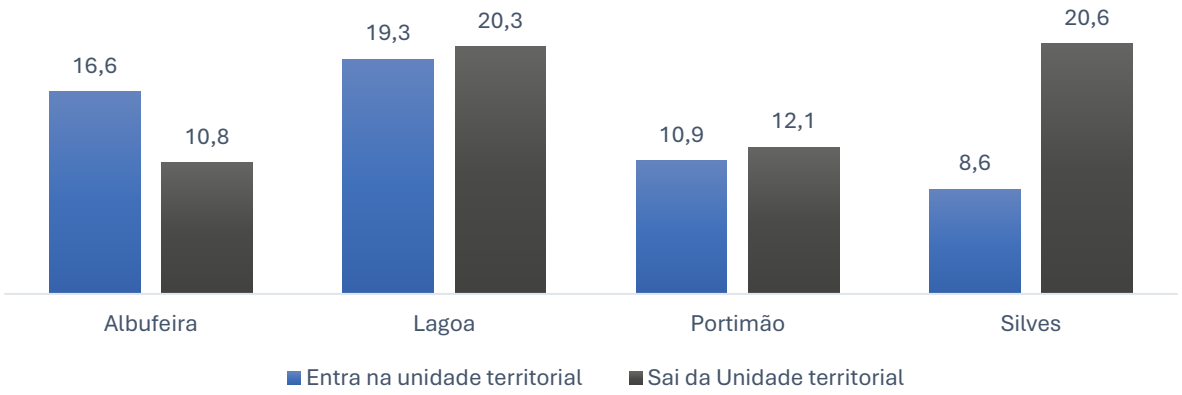
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A partir do gráfico 49 pode-se observar a proporção de população residente que entra e sai de diferentes unidades territoriais (movimentos pendulares) em Lagoa e nos concelhos limítrofes: Albufeira, Portimão e Silves. Os movimentos analisados refletem deslocações diárias, principalmente por motivos de trabalho e estudo.

No geral verifica-se que todos os concelhos analisados apresentam uma maior proporção de movimentos de saída do que de movimentos de entrada, indicando que são predominantemente emissores de população para outras áreas. Lagoa e Silves destacam-se como os concelhos com elevada dependência externa, evidenciada pela alta proporção de movimentos de saída. Por outro lado, Lagoa tem uma dinâmica mais equilibrada, atraindo um número considerável de pessoas de outras localidades (19,3%), enquanto Silves permanece como um território eminentemente

emissor. Portimão demonstra uma maior capacidade de retenção, com movimentos de entrada e saída mais equilibrados, indicando uma maior autonomia como centro económico e social. Albufeira tem uma mobilidade menor, sendo o concelho que menos depende de dinâmicas externas em comparação com os outros.

Gráfico 49 - Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) em Lagoa e concelhos limítrofes (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

2.7. Distribuição Fiscal, Desigualdade de Rendimento e Poder de Compra

Esta secção analisa a evolução recente da distribuição dos rendimentos, das desigualdades fiscais e do poder de compra no concelho de Lagoa. Através da desagregação por escalões de rendimento, coeficiente de Gini e indicadores de capacidade económica per capita, procura-se identificar as principais dinâmicas distributivas do território entre 2015 e 2022, avaliando a progressiva recomposição dos agregados fiscais, a evolução da desigualdade e a posição relativa de Lagoa em termos de poder de compra. Esta abordagem proporciona uma compreensão localizada das condições económicas da população do concelho, bem como das dinâmicas associadas à distribuição dos rendimentos e à sua evolução ao nível local.

Entre 2015 e 2022, verifica-se em Lagoa uma alteração gradual na distribuição dos agregados fiscais pelos escalões de rendimento bruto declarado, marcada por uma diminuição acentuada nos

escalões de rendimentos mais baixos e um crescimento progressivo nos escalões intermédios e superiores (Tabela 41). O número de agregados com rendimentos inferiores a 5 000 euros reduziu-se de 2465 para 1484, o que representa uma quebra de cerca de 40%. A faixa entre 5 000 e menos de 10 000 euros também registou uma diminuição, ainda que menos expressiva, passando de 3781 para 3296 agregados, o que indica uma redução da concentração nos níveis mais baixos de rendimento.

Paralelamente, os escalões superiores revelaram um crescimento significativo. O número de agregados com rendimentos entre 10 000 e menos de 13 500 euros aumentou de 1632 para 2420, enquanto os situados entre 13 500 e menos de 19 000 euros passaram de 1427 para 2018. Também o grupo entre 19 000 e menos de 32 500 euros evidenciou uma subida considerável, de 1468 para 2390 agregados. Finalmente, o escalão mais elevado — 32 500 euros ou mais — aumentou de 896 para 1670 agregados, reforçando a presença de rendimentos mais elevados no concelho.

Estes dados refletem uma valorização generalizada dos rendimentos declarados e uma reconfiguração da estrutura distributiva, com diminuição do peso das faixas mais baixas e reforço das faixas intermédias e superiores, sinalizando melhorias na situação económica dos agregados fiscais residentes.

Tabela 41 - Agregados fiscais (N.º) em Lagoa segundo os Escalões de rendimento bruto declarado, 2015-2022

Escalões de rendimento bruto declarado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Menos de 5 000 euros	2465	2453	2264	1702	1633	1990	1821	1484
De 5 000 a menos de 10 000 euros	3781	3839	3989	3803	3688	3506	3455	3296
De 10 000 a menos de 13 500 euros	1632	1715	1833	1952	2101	2086	2160	2420
De 13 500 a menos de 19 000 euros	1427	1477	1613	1628	1733	1696	1772	2018
De 19 000 a menos de 32 500 euros	1468	1591	1748	1830	1955	1877	2011	2390
32 500 euros ou mais	896	1009	1064	1132	1248	1201	1369	1670

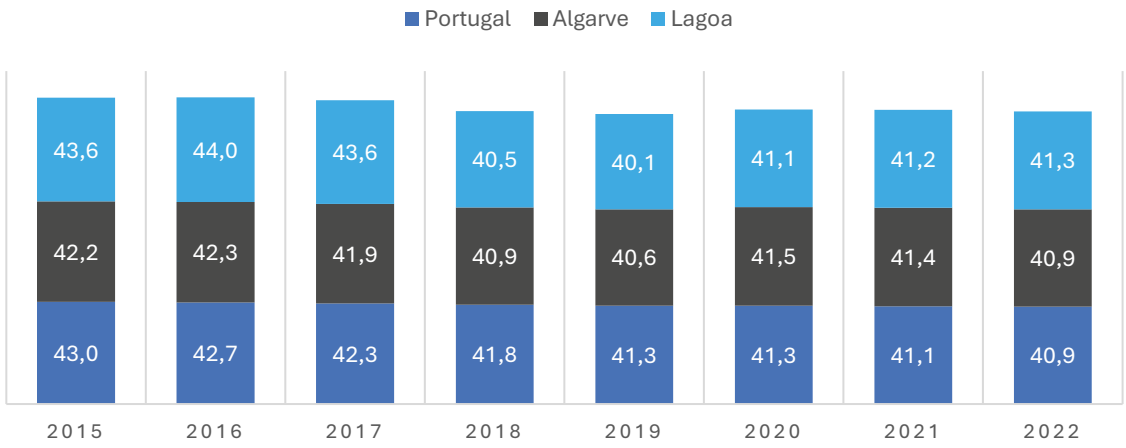
Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Gráfico 50 apresenta a evolução do coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado, já deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, em Portugal, no Algarve e em Lagoa, entre 2015 e 2022. Este coeficiente mede o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos, condensando essa informação num único valor. Os seus resultados variam entre 0 e 100, onde 0 corresponde a

uma distribuição totalmente igualitária e 100 a uma situação de desigualdade extrema, em que todo o rendimento está concentrado numa só pessoa. Assim, quanto mais elevado for o coeficiente, maior a desigualdade, e quanto mais baixo, mais equilibrada é a distribuição dos rendimentos.

Em Lagoa, este indicador registou, entre 2015 e 2022, uma trajetória de ligeira redução da desigualdade. O valor inicial de 43,6% em 2015 era superior ao registado em Portugal (43,0%) e no Algarve (42,2%). A partir de 2018, observou-se uma descida progressiva, atingindo 40,1% em 2020. Em 2022, o coeficiente fixou-se em 41,3%, ainda inferior ao valor de 2015 e próximo das médias nacional e regional (ambas de 40,9%). A descida de 2,3 pontos percentuais em Lagoa foi ligeiramente superior à verificada em Portugal e no Algarve, o que sugere um ajustamento mais pronunciado na distribuição dos rendimentos declarados no concelho.

Gráfico 50 - Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) entre 2015 e 2022, Portugal, Algarve e Lagoa



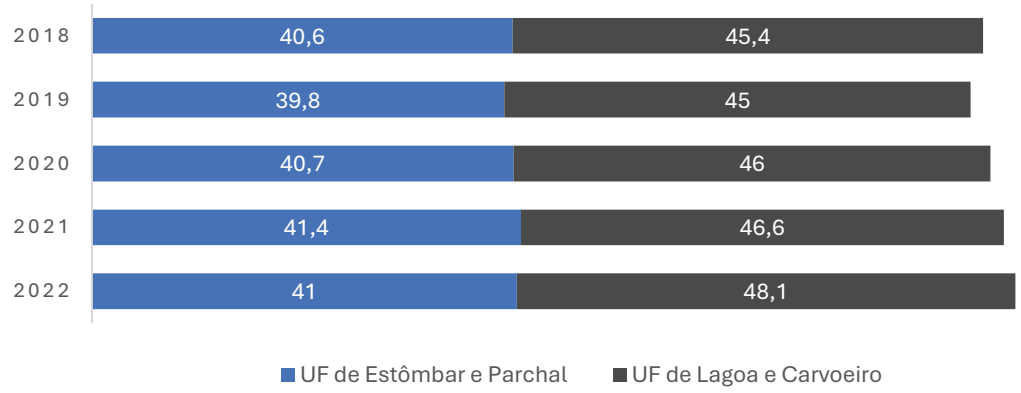
Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

A análise desagregada por freguesias do coeficiente de Gini, só é possível para a União das freguesias de Estômbar e Parchal e União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro, (Gráfico 51). Esta confirma a existência de disparidades internas. Na União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, o coeficiente de Gini subiu de 45,4% em 2018 para 48,1% em 2022, evidenciando um agravamento da desigualdade, possivelmente associado à concentração de rendimentos mais elevados.

Já na União das Freguesias de Estômbar e Parchal, os valores oscilaram entre 39,8% e 41,4%, estabilizando em 41% em 2022, o que aponta para uma distribuição de rendimentos mais

equilibrada. A diferença entre as duas freguesias manteve-se entre 5 e 7 pontos percentuais, refletindo padrões socioeconómicos distintos, nomeadamente ao nível da estrutura de emprego, qualificação da população e perfil dos agregados familiares.

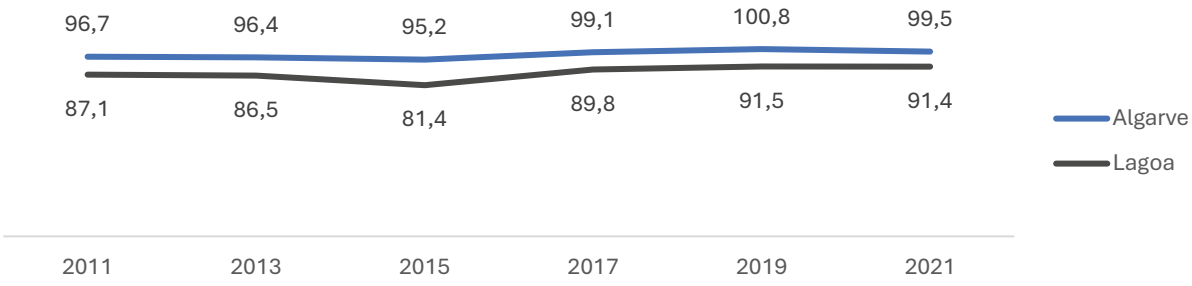
Gráfico 51 - Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) entre 2018 e 2022, Freguesias de Lagoa



Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

No que respeita ao poder de compra per capita, os dados relativos ao período 2011-2021 mostram uma tendência global de crescimento, embora com valores sistematicamente superiores no Algarve face a Lagoa (Gráfico 52). Em 2011, o índice do Algarve era de 96,7, contra 87,1 em Lagoa. Ambos os territórios registaram um ligeiro decréscimo até 2015, ano em que Lagoa atingiu o seu valor mais baixo (81,4). A partir daí, observou-se uma recuperação gradual. Em 2019, o Algarve ultrapassou a média nacional (100,8), enquanto Lagoa atingiu 91,5. Em 2021, os valores estabilizaram em 99,5 e 91,4, respetivamente. Esta evolução traduz uma melhoria do poder de compra per capita no concelho, ainda que permaneça abaixo da média regional, refletindo diferenças estruturais na capacidade económica das populações residentes.

Gráfico 52 - Poder de compra per capita (N.º) no Algarve e Lagoa, 2011-2021



Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

Síntese das Dinâmicas Socioeconómicas

(1) A análise sobre a condição na profissão revela uma redução da população ativa entre 2011 e 2021, com especial impacto entre os jovens e as mulheres. A diminuição da taxa de atividade geral e feminina, bem como a quebra acentuada da taxa de atividade jovem, refletem não só o envelhecimento demográfico, mas também constrangimentos estruturais no acesso ao emprego.

(2) Verifica-se um aumento significativo da população inativa, com predominância dos reformados, o que acentua a pressão sobre os grupos em idade ativa. Observam-se ainda desigualdades territoriais entre freguesias, tanto ao nível da renovação da população ativa como da sustentabilidade intergeraconal.

(3) Entre 2011 e 2023, Lagoa registou uma acentuada quebra na capacidade de renovação da sua população ativa, com os valores mais baixos em 2019 (64,1), refletindo um défice na reposição geracional. Embora se observe uma ligeira recuperação a partir de 2021, os valores mantêm-se abaixo da média nacional e regional. Adicionalmente, os resultados dos Censos 2021 revelam disparidades internas significativas no concelho, com freguesias como Ferragudo a apresentar indicadores críticos de envelhecimento e fraca renovação, contrastando com valores mais equilibrados na União de Freguesias de Estômbar e Parchal. Esta análise evidencia também desigualdades de género, sendo os índices de renovação sistematicamente mais baixos entre as mulheres.

(4) Observa-se um aumento expressivo do emprego por conta de outrem, crescimento da dimensão média das empresas e um reforço progressivo das qualificações da população ativa. O setor terciário mantém-se como pilar dominante da economia local, com forte incidência do turismo, mas a sua preponderância revela igualmente vulnerabilidades estruturais, como a dependência da sazonalidade e de fatores externos.

(5) Apesar dos progressos verificados, subsistem desafios relevantes, nomeadamente as assimetrias de género no emprego, a persistência de um segmento da população com baixas qualificações e o peso ainda reduzido de setores emergentes mais inovadores.

(6) Entre 2013 e 2023, o ganho médio mensal em Lagoa registou uma evolução positiva em todas as dimensões analisadas. O concelho aproximou-se progressivamente da média regional do Algarve, embora continue abaixo da média nacional.

(7) Verificaram-se aumentos salariais para ambos os sexos, com uma redução gradual da disparidade de género. O setor terciário manteve os rendimentos mais elevados, enquanto o setor primário apresentou a maior variação percentual. Os rendimentos aumentaram com o grau de escolaridade e com a dimensão das entidades empregadoras, confirmando a valorização do capital humano e a associação entre estrutura organizacional e nível salarial.

(8) A desigualdade salarial em Lagoa é, de modo geral, inferior à registada a nível nacional, com especial destaque para as menores disparidades entre sexos e níveis de habilitação.

(9) O tecido empresarial de Lagoa caracteriza-se por uma predominância de microempresas, que representam mais de 95% do total. Entre 2011 e 2023, o número de empresas aumentou de forma expressiva, com destaque para o período pós-2020.

(10) O saldo natural das empresas foi maioritariamente positivo, impulsionado sobretudo pelo crescimento do número de empresários individuais, embora as sociedades tenham ganho relevância nos anos mais recentes.

(11) Em 2021, Lagoa apresentava uma elevada proporção de população que se desloca diariamente para outros municípios, revelando dependência externa em termos de emprego e educação. A mobilidade interna é limitada e o trabalho em casa mantém-se residual. Apesar de ser um território maioritariamente emissor, Lagoa também atrai população de concelhos vizinhos, evidenciando uma dinâmica pendular relativamente equilibrada no contexto regional.

(12) Entre 2015 e 2022, Lagoa registou uma redistribuição dos agregados fiscais, com redução nas faixas de rendimento mais baixas e aumento nas faixas intermédias e superiores.

(13) A desigualdade na distribuição de rendimentos, medida pelo coeficiente de Gini, diminuiu ligeiramente, aproximando-se das médias regional e nacional. O poder de compra per capita aumentou ao longo da década, embora Lagoa se mantenha abaixo da média do Algarve, refletindo disparidades estruturais na capacidade económica dos agregados residentes.

Análise SWOT sobre as Dinâmicas Socioeconómicas

Tabela 42 - Matriz SWOT sobre as Dinâmicas Socioecónomicas

Forças	Fraquezas
- Crescimento do ganho médio mensal e redução das disparidades salariais entre níveis de escolaridade e entre géneros. - Expansão do número de empresas e diversificação do tecido empresarial. - Aumento do número de trabalhadores com ensino secundário e superior e diminuição do número de trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos. - A Categoria Alojamento e Restauração impulsionou o aumento do emprego, seguido por um crescimento significativo nas áreas de transportes e serviços administrativos. - Diminuição das disparidades de rendimentos, refletida no Coeficiente de Gini, e crescimento expressivo de escalões médios e altos em termos de agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado.	- Redução na taxa de atividade geral, especialmente em Ferragudo, com declínio significativo na participação jovem no mercado de trabalho. - Índices de Renovação da População Ativa e ISP abaixo das médias nacional e regional. - Predomínio de reformados(as) na população inativa, sobretudo em Ferragudo. - Setores como educação, saúde e agricultura perderam relevância, gerando maior concentração no turismo e serviços relacionados. - Apesar da recuperação, Lagoa ainda apresenta valores abaixo da média nacional e regional no poder de compra per capita. - Cerca de 35,4% da população depende de municípios vizinhos para trabalhar ou estudar, com mobilidade interna abaixo da média nacional.
Oportunidades	**Ameaças**
- Expansão contínua do tecido empresarial, com potencial para fortalecer a economia local e atrair investimentos. - Oportunidade para desenvolver setores em ascensão, como o Alojamento e Restauração, e diversificar a economia para além do turismo. - Potencial para consolidar a redução das disparidades salariais, promovendo uma maior competitividade no mercado de trabalho.	- O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo. - O poder de compra abaixo da média nacional e regional pode limitar o crescimento económico e a atração de novos investimentos. - A instabilidade económica visível nas microempresas. - A dependência em relação a outros municípios para trabalhar e estudar pode dificultar o

- Investimento na formação e capacitação da força de trabalho para atender às necessidades do mercado de trabalho. - Possibilidade de criar políticas de mobilidade e cooperação intermunicipal para reduzir a dependência de outros concelhos.	fortalecimento da economia local e a retenção de talentos.

3. Problemáticas Sociais e Grupos Vulneráveis

Em Portugal, as problemáticas sociais abrangem um vasto leque de desafios que afetam diferentes grupos da população, especialmente os mais vulneráveis. Entre os principais problemas estão a pobreza persistente, a exclusão social, o desemprego e a precariedade laboral, que atingem de forma desproporcional idosos, crianças, pessoas com deficiência, migrantes e minorias étnicas. Além disso, questões como o acesso desigual à educação, saúde e habitação acentuam as desigualdades, dificultando a inclusão e o bem-estar de muitas pessoas. A pandemia de COVID-19 agravou estas fragilidades, expondo a necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas para proteger os direitos fundamentais e promover a equidade social.

3.1. População desempregada

Embora o desemprego seja, na maioria das vezes, uma condição temporária, tende a estar associado a algum estigma social. Esta realidade torna-se ainda mais preocupante quando afeta pessoas em idades mais avançadas ou quando se prolonga no tempo, transformando-se em desemprego de longa duração. Nestes casos, pode efetivamente agravar a vulnerabilidade económica e social dos indivíduos, dificultando a sua reintegração no mercado de trabalho e o acesso a condições de vida dignas. Neste contexto, a análise da taxa de desemprego é fundamental na avaliação do desempenho económico local e regional, permitindo aferir o nível de inclusão no mercado de trabalho e identificar territórios com maiores fragilidades socioeconómicas.

O INE define como desempregadas as pessoas com idades entre os 15 e os 74 anos que, no período em análise, reuniam cumulativamente três condições: não exerciam qualquer atividade profissional, procuraram ativamente trabalho (remunerado ou não) durante o período de referência ou nas três semanas anteriores, e encontravam-se disponíveis para iniciar uma atividade laboral, também remunerada ou não.

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma redução significativa do desemprego a nível nacional, regional e local (Tabela 43). Em Portugal, a população desempregada diminuiu 40,9%, passando de 662.180 para 391.517 pessoas. A taxa de desemprego nacional desceu de 13,18% para 8,13%. No Algarve, esta taxa recuou de 15,74% para 11,80%, refletindo uma diminuição de 27,6% no número de desempregados. Apesar desta tendência, a região continuou a apresentar valores superiores à

média nacional, o que evidencia a vulnerabilidade do Algarve face a flutuações económicas, em parte devido à dependência de setores sazonais como o turismo e a construção civil. No concelho de Lagoa, o desemprego acompanhou a tendência descendente, com uma redução de 25,8% entre 2011 e 2021 (de 1.943 para 1.442 pessoas). Ainda assim, a taxa de desemprego em 2021 (13,76%) manteve-se acima da média nacional e regional.

Tabela 43 - População Desempregada (N.º) e a Taxa de desemprego (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2011		2021		Taxa Variação (2011-2021)
	N.º	%	N.º	%	
Portugal	662180	13.18	391517	8.13	-40.9
Algarve	34770	15.74	25167	11.80	-27.6
Lagoa	1943	17.07	1442	13.76	-25.8
Ferragudo	143	15.31	73	10.08	-49.0
Porches	198	21.15	187	19.28	-5.6
União das freguesias de Estômbar e Parchal	785	16.86	549	12.67	-30.1
União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro	817	16.82	633	14.23	-22.5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

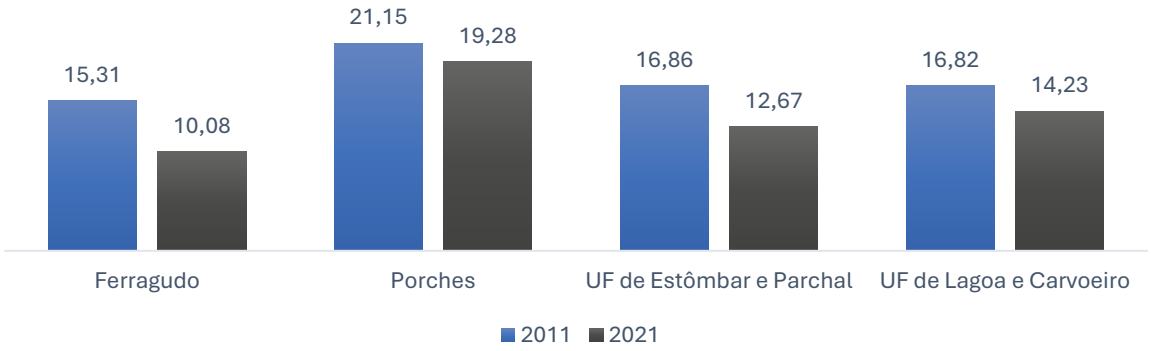
Quanto à análise por freguesias, registou-se uma diminuição da taxa de desemprego ao longo da última década, acompanhando a tendência verificada a nível nacional e regional. Como se pode observar no gráfico 53, a redução não foi homogénea:

- A freguesia de Ferragudo foi a que registou a descida mais acentuada da taxa de desemprego, passando de 15,31% em 2011 para 10,08% em 2021. Esta variação representa uma redução próxima de 5,2 pontos percentuais e pode indicar algum dinamismo económico local ou uma reconfiguração do mercado de trabalho, eventualmente associada à reabilitação urbana e à valorização turística da zona ribeirinha.
- Por sua vez, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal viu a sua taxa de desemprego descer de 16,86% para 12,67%, mantendo, ainda assim, um valor relativamente elevado. Tal poderá estar relacionado com a maior dependência desta área de atividades sazonais e pouco qualificadas.
- Na União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a taxa de desemprego registou igualmente uma diminuição - de 16,82% para 14,23% - embora o valor de 2021 continue a refletir uma

realidade desfavorável, face à média nacional. Este território é fortemente condicionado pela sazonalidade do turismo e da restauração, o que contribui para uma menor estabilidade no emprego e para a manutenção de níveis de desemprego relativamente elevados ao longo do tempo.

- A freguesia de Porches constitui um caso singular por ser a única onde a diminuição da taxa de desemprego foi pouco significativa, reduzindo-se apenas de 21,15% em 2011 para 19,28% em 2021. Apesar da ligeira melhoria, esta freguesia continua a apresentar a taxa de desemprego mais alta do concelho.

Gráfico 53 - Evolução da Taxa de Desemprego (%) nas Freguesias do Concelho de Lagoa, 2011-2021

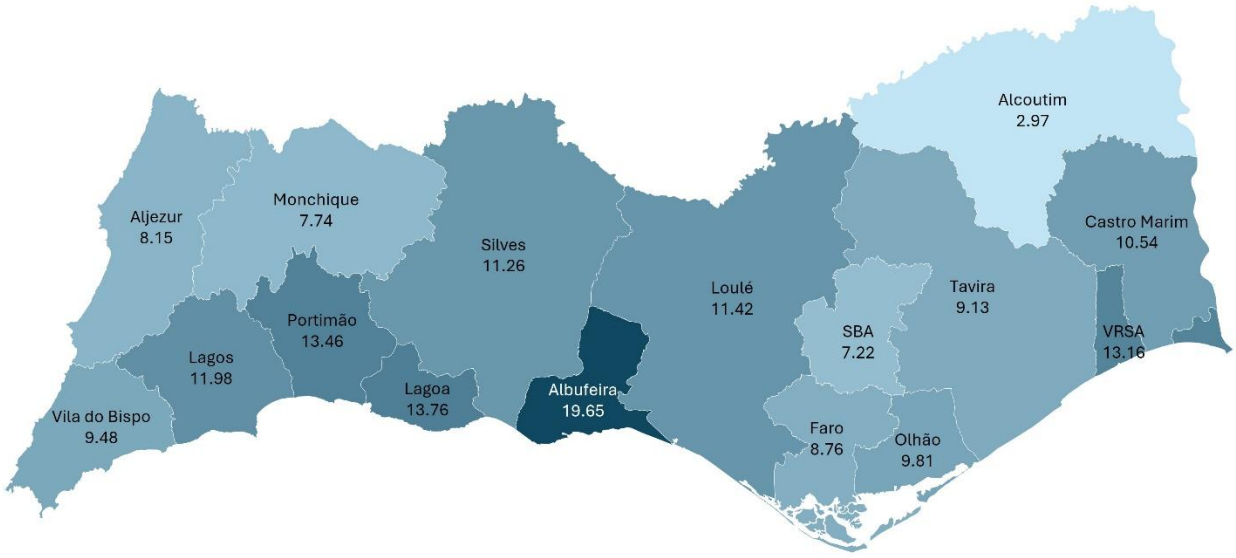


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A comparação das taxas de desemprego entre os concelhos do Algarve evidencia diferenças marcadas no panorama regional (mapa 4). Lagoa destaca-se como um dos concelhos com níveis de desemprego mais elevados, sendo apenas superado por Albufeira, que em 2021 registou o valor mais alto da região, com 19,65%. No extremo oposto, Alcoutim apresenta a taxa de desemprego mais baixa, com apenas 2,97%.

Lagoa, com uma taxa de desemprego de 13,76%, apresenta uma das situações mais preocupantes da região. Quando comparada com os concelhos limítrofes, como Silves (11,26%) ou Portimão (13,46%), a taxa de desemprego em Lagoa permanece acima da média. Por outro lado, concelhos como Faro (8,76%), Tavira (9,13%) ou Loulé (11,42%) apresentam valores mais moderados. Mesmo concelhos interiores como São Brás de Alportel (7,22%) e Monchique (7,74%) registam taxas mais baixas do que Lagoa, sugerindo que os fatores estruturais do mercado de trabalho no Concelho merecem atenção e intervenção específica.

Mapa 4 - Taxa de desemprego (%) nos Concelhos do Algarve, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ao analisar-se a taxa de desemprego por sexo em Portugal, observa-se uma redução generalizada entre 2011 e 2021: nos homens, a taxa passou de 12,58% para 7,35%, enquanto nas mulheres desceu de 13,83% para 8,92% (Tabela 44). A região do Algarve acompanhou esta tendência, ainda que com valores superiores à média nacional em ambos os anos. Em 2011, a taxa no Algarve era de 15,97% nos homens e 15,48% nas mulheres, descendo para 10,8% e 12,82%, respetivamente, em 2021, o que evidencia uma maior vulnerabilidade laboral das mulheres no contexto regional.

No concelho de Lagoa, em 2011, as taxas de desemprego eram superiores às registadas a nível nacional e regional, atingindo 17,25% nos homens e 16,87% nas mulheres. Em 2021, embora se tenha verificado uma melhoria, os valores mantinham-se elevados: 12,49% nos homens e 15,08% nas mulheres. Tal como no Algarve, a taxa de desemprego feminina superava a masculina.

Tabela 44 - Taxa de desemprego (%) quanto ao sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021

Unidade territorial	2011		2021	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Portugal	12.58	13.83	7.35	8.92
Algarve	15.97	15.48	10.8	12.82
Lagoa	17.25	16.87	12.49	15.08
Ferragudo	15.57	15.01	8.51	11.78
Porches	20.12	22.3	18.42	20.32
UF de Estômbar e Parchal	17.16	16.52	11.18	14.16
UF de Lagoa e Carvoeiro	17.11	16.52	13.02	15.47

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

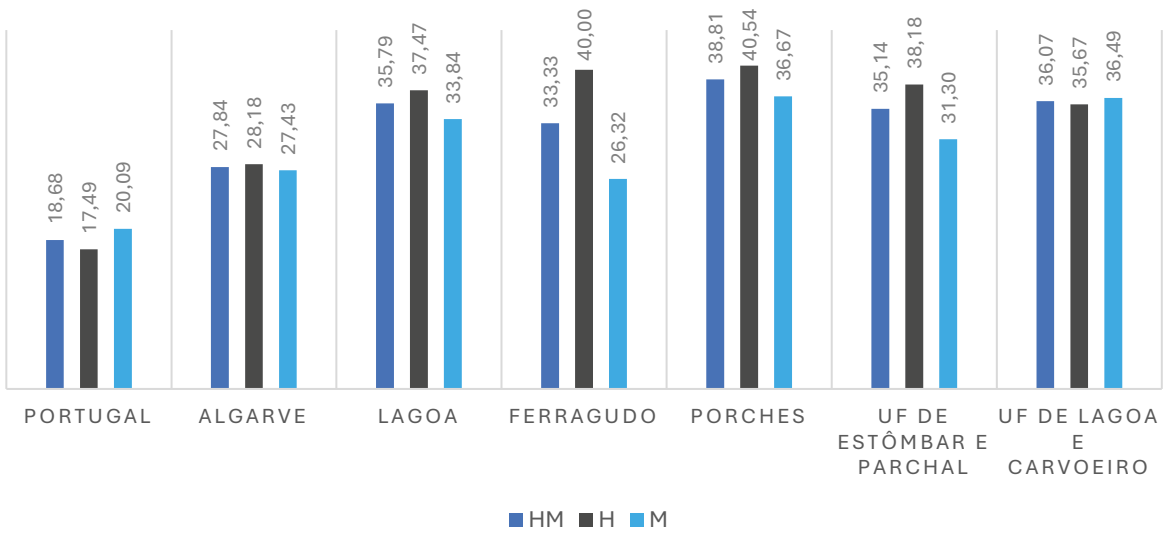
A análise desagregada por freguesia mostra desigualdades internas significativas:

- Em Ferragudo, entre 2011 e 2021, as taxas de desemprego diminuíram de forma mais expressiva no sexo masculino (de 15,57% para 8,51%) do que no feminino (de 15,01% para 11,78%).
- Por sua vez, Porches registou os valores mais elevados em ambos os anos e em ambos os sexos, com destaque para a taxa de desemprego feminina que se manteve acima dos 20% em 2021 (22,3% em 2011 e 20,32% em 2021).
- Na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, em 2021, as taxas foram de 11,18% nos homens e 14,16% nas mulheres, descendo face aos valores de 2011 (17,16% e 16,52%, respetivamente).
- Já na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a taxa masculina passou de 17,11% para 13,02%, enquanto a feminina desceu ligeiramente de 16,52% para 15,47%.

A análise da taxa de desemprego entre a população ativa residente, com idades entre os 15 e os 24 anos, por sexo, em 2021, mostra desigualdades marcadas tanto entre os territórios como entre géneros. Estas diferenças são particularmente notórias no concelho de Lagoa e nas suas freguesias, quando comparadas com os valores observados a nível nacional e regional (Gráfico 54). No panorama nacional, a taxa de desemprego jovem fixou-se nos 18,68%, com uma ligeira vantagem para os homens (17,49%) face às mulheres (20,09%). Já no Algarve, esta taxa foi significativamente mais elevada, alcançando os 27,84%, com os homens a registarem 27,43% e as mulheres 28,18%,

o que reflete um contexto regional mais adverso para os jovens em comparação com o conjunto do país.

Gráfico 54 - Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No concelho de Lagoa, os valores ultrapassam as médias nacional e regional, com uma taxa total de 35,79%. A taxa entre os homens foi de 37,47%, enquanto nas mulheres foi de 33,84%, revelando maior incidência do desemprego jovem masculino neste território. Este padrão repete-se em quase todas as freguesias do concelho, embora com variações importantes.

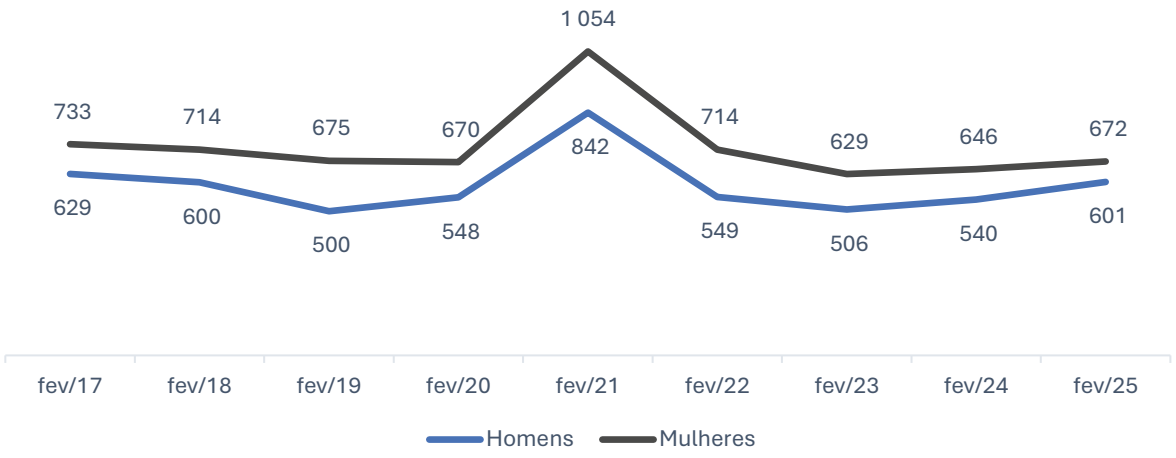
Em Ferragudo, a taxa total foi de 33,33%, sendo a mais elevada entre os homens (40,00%) e consideravelmente mais baixa nas mulheres (26,32%). Porches apresenta uma das taxas mais elevadas do concelho, com 38,81% no total, 40,54% nos homens e 36,67% nas mulheres, o que reflete um cenário de desemprego jovem particularmente acentuado e equilibrado entre os sexos. Na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, a taxa foi de 35,14%, com 38,18% entre os homens e 31,30% entre as mulheres. Já na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a taxa registada foi de 36,07%, com valores muito semelhantes entre homens (35,67%) e mulheres (36,49%).

Estes dados revelam que o concelho de Lagoa, e em particular as suas freguesias, apresenta níveis de desemprego jovem bastante superiores aos valores nacionais e regionais, afetando ambos os

sexos e levantando questões estruturais relacionadas com o mercado de trabalho local, a transição da escola para o emprego e a adequação das qualificações às necessidades do tecido económico.

A evolução do número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no concelho de Lagoa, entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2025, revela que as mulheres se mantiveram sistematicamente em número superior face aos homens entre os inscritos no IEFP. Como se pode observar no gráfico 55, em 2017, o número total de inscritos era de 1.362, repartido entre 629 homens e 733 mulheres. Nos anos seguintes, registou-se uma diminuição progressiva, atingindo em 2019 o valor mais reduzido do período, com um total de 1.175 inscritos (500 homens e 675 mulheres).

Gráfico 55 - Nº de inscritos no IEFP quanto ao sexo em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025

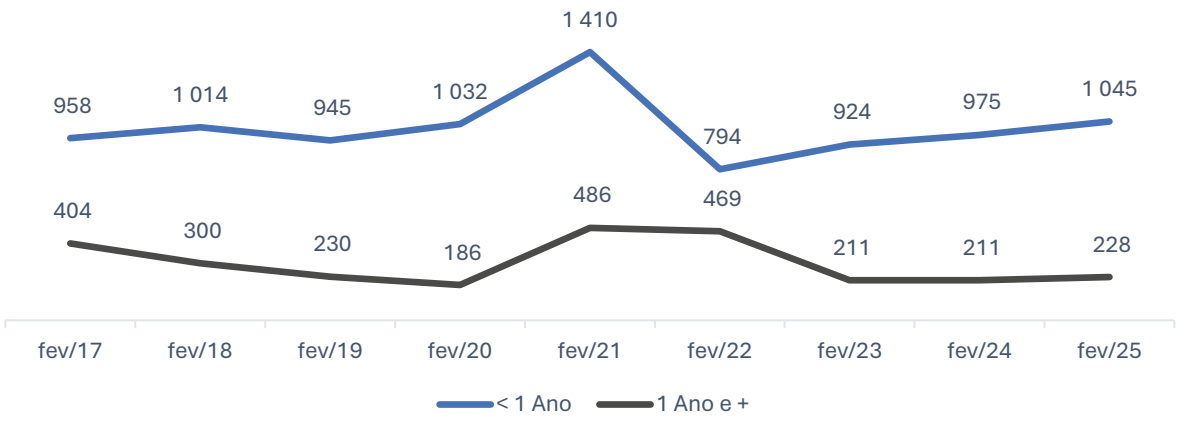


Fonte: IEFP

A partir de 2020, iniciou-se um movimento de crescimento nos registos, intensificado em 2021, ano em que se verificou o valor mais elevado do período, com um total de 1.896 inscritos, dos quais 842 eram homens e 1.054 mulheres. Este aumento refletiu os impactos económicos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho local, afetando ambos os sexos, embora com maior expressão no feminino. Em 2022, o número total de inscritos diminuiu para 1.263 (549 homens e 714 mulheres), tendência que se manteve em 2023, com um registo de 1.135 desempregados (506 homens e 629 mulheres). Em 2024 e 2025 verificou-se um ligeiro acréscimo, com totais de 1.186 e 1.273 inscritos, respetivamente. Em fevereiro de 2025, estavam registados 601 homens e 672 mulheres.

Relativamente ao tempo de inscrição, observa-se que, ao longo do período em análise, o número total de desempregados registados oscilou entre um mínimo de 1.135 indivíduos (em 2023) e um máximo de 1.896 (em 2021), atingindo este valor mais elevado no contexto dos impactos socioeconómicos da pandemia de COVID-19 (Gráfico 56). Em fevereiro de 2017, estavam inscritos 958 desempregados com menos de um ano de inscrição e 404 com um ano ou mais. Nos anos seguintes, o número de desempregados de curta duração registou ligeiras variações - 1.014 em 2018 e 945 em 2019 - diminuindo para 1.032 em 2020, antes de registar um aumento acentuado em 2021, com 1.410 inscritos. Este crescimento foi acompanhado por um aumento significativo dos desempregados de longa duração, que passaram de 186 em 2020 para 486 em 2021, evidenciando o agravamento das dificuldades de reintegração no mercado de trabalho durante a crise pandémica.

Gráfico 56 - Nº de inscritos no IEFP por tempo de inscrição, em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025



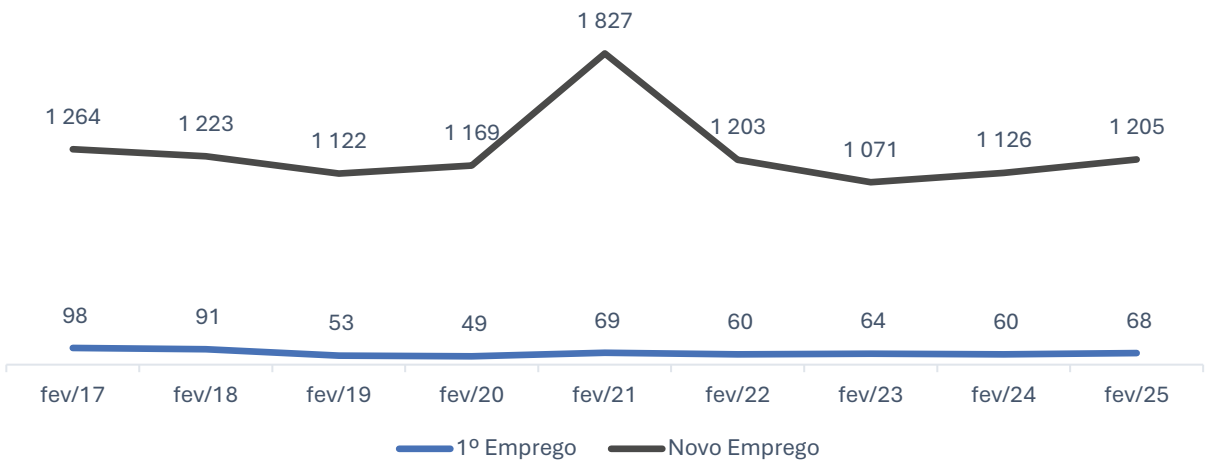
Fonte: IEFP

A partir de 2022, observou-se uma redução significativa no número de desempregados com menos de um ano de inscrição, que desceu para 794 indivíduos, enquanto os casos de longa duração se mantiveram relativamente estáveis, com 469 registos. Nos anos seguintes, os valores tenderam a estabilizar, registando-se apenas variações ligeiras. Em 2025, contabilizaram-se 1.045 desempregados inscritos há menos de um ano e 228 com um tempo de inscrição igual ou superior a um ano. Esta trajetória demonstra uma configuração do desemprego predominantemente assente em ciclos de curta duração, refletindo a sazonalidade da economia local, fortemente ancorada nos setores do turismo e dos serviços.

Entre 2017 e 2025, o número de inscritos no IEFP em Lagoa revela que a maioria dos desempregados procurava um novo emprego, indicando experiência profissional prévia (Gráfico 57). Em fevereiro de 2017, estavam registados 1.264 candidatos nesta situação, número que desceu até 2020 (1.169), mas voltou a subir significativamente em 2021 (1.827) devido à instabilidade económica. A partir de 2022, os valores voltaram a descer, estabilizando-se em 1.205 em 2025.

Por sua vez, os candidatos à procura do primeiro emprego mantiveram-se em números bastante inferiores, com uma tendência ligeiramente descendente até 2020 (49 inscritos) e oscilações ligeiras nos anos seguintes, totalizando 68 em 2025. Esta evolução sugere um mercado de trabalho marcado pela rotatividade e contratos de curta duração, refletindo a sazonalidade da economia local, enquanto a reduzida presença de candidatos ao primeiro emprego pode apontar para dificuldades de inserção de jovens e de quem está em transição para o mercado laboral.

Gráfico 57 - Nº de inscritos no IEFP por situação face à procura de emprego em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025



Fonte: IEFP

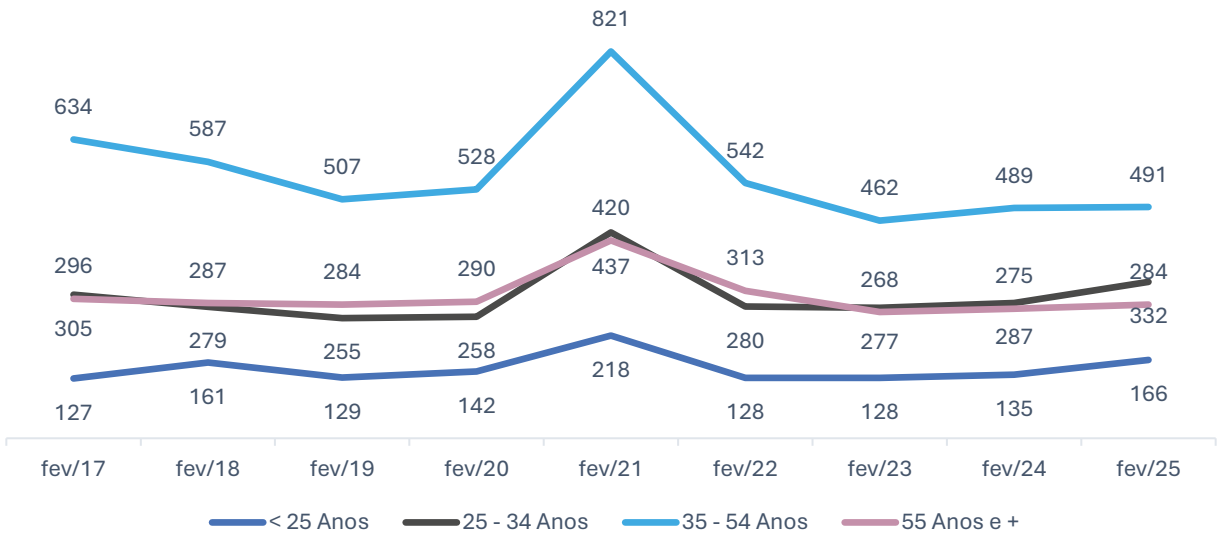
A evolução do número de inscritos no IEFP em Lagoa, entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2025, segundo os grupos etários, demonstra a predominância do grupo dos 35 aos 54 anos ao longo de todo o período (Gráfico 58). Em fevereiro de 2017, este grupo registava 634 inscritos, valor que desceu progressivamente até 2019 (507) e voltou a aumentar em 2021 para 821. Após essa subida, os valores diminuíram, fixando-se em 491 em 2025.

Os indivíduos entre os 55 anos e mais anos apresentaram uma trajetória crescente entre 2017 e 2021, com um valor máximo de 437 inscritos nesse último ano. Seguiu-se uma redução até 2023

(268), com uma ligeira recuperação nos dois anos seguintes, atingindo 332 inscritos em 2025. Este grupo posicionou-se como o segundo mais representado a partir de 2020, superando os mais jovens.

Por outro lado, o grupo etário dos 25 aos 34 anos manteve uma presença relativamente estável, com ligeiras oscilações ao longo do período. Em 2017, registavam-se 296 inscritos nesta faixa, número que se manteve próximo desse valor até 2020. Em 2021, registou-se um aumento para 420, seguido de um decréscimo nos anos seguintes e uma nova subida para 284 em 2025. O grupo com menos de 25 anos apresentou os valores mais baixos em todos os anos, variando entre 127 inscritos em 2017 e 166 em 2025. Embora tenha registado um aumento em 2021 (218), os números mantiveram-se significativamente inferiores aos dos restantes grupos.

Gráfico 58 - Nº de inscritos no IEFP segundo o grupo etário em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025

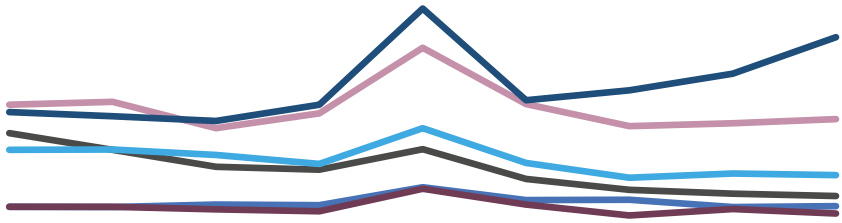


Fonte: IEFP

Esta distribuição etária evidencia que o desemprego em Lagoa afeta de forma mais expressiva a população em idade ativa intermédia e os indivíduos em fase mais avançada da vida profissional. A presença significativa de desempregados com 55 anos ou mais sugere dificuldades acrescidas de reintegração no mercado de trabalho para esta faixa etária, enquanto o número reduzido de jovens pode indicar menor volume de procura ativa de emprego ou absorção mais rápida em setores de entrada.

Em relação ao nível de escolaridade, os dados apontam para uma estrutura do desemprego ainda fortemente concentrada nos níveis médios de escolaridade, com uma tendência de redução entre os menos qualificados e uma maior expressão relativa dos detentores do ensino secundário (Gráfico 59). Em 2017, a maior parte dos desempregados apresentava o ensino secundário (352 inscritos) ou o 1.º ciclo do ensino básico (277 inscritos). No entanto, ao longo do período, observaram-se variações significativas, sobretudo entre os indivíduos com níveis mais baixos de escolaridade. Os inscritos com apenas o 1.º ciclo diminuíram de forma expressiva, passando de 277 para 112 em 2025, o que representa uma redução de cerca de 60%. Esta tendência poderá refletir não só um envelhecimento deste grupo e uma progressiva saída do mercado de trabalho, mas também um possível reforço das qualificações mínimas ao longo do tempo.

Gráfico 59 - Nº de inscritos no IEFP por nível de escolaridade em Lagoa, fevereiro 2017 a fevereiro 2025



	fev/17	fev/18	fev/19	fev/20	fev/21	fev/22	fev/23	fev/24	fev/25
< 1º Ciclo EB	84	83	90	88	135	101	102	83	85
1º Ciclo EB	277	233	189	181	235	157	128	118	112
2º Ciclo EB	233	234	220	196	290	199	160	171	167
3º Ciclo EB	352	359	290	329	501	353	295	303	314
Secundário	332	321	309	352	604	363	389	433	529
Superior	84	84	77	72	131	90	61	78	66

Fonte: IEFP

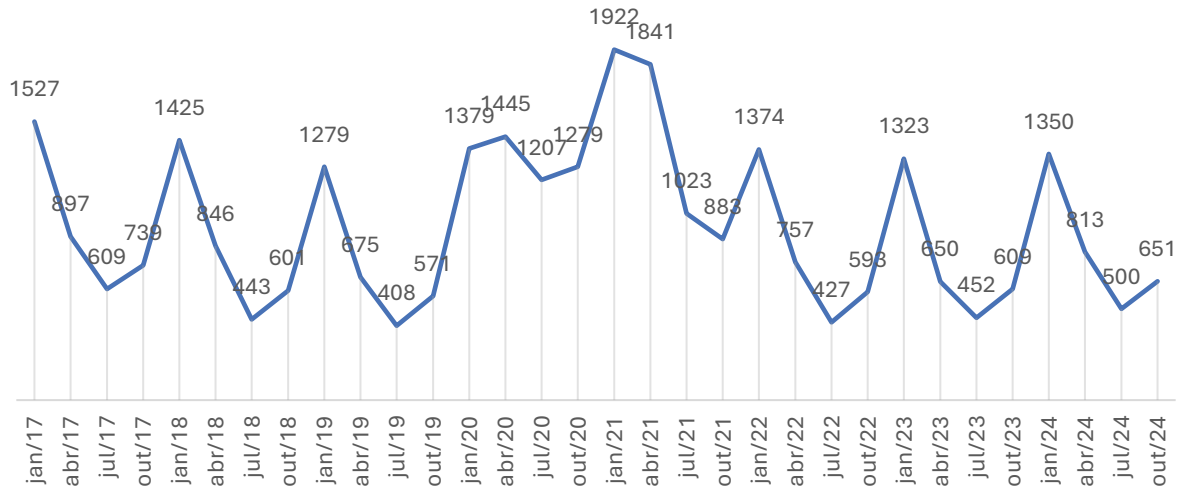
A redução foi igualmente expressiva entre os desempregados com o 2.º ciclo do ensino básico (de 233 para 167) e com o 3.º ciclo (de 332 para 314), embora de forma menos acentuada. Estas variações sugerem uma lenta transição na estrutura de qualificações da população desempregada, em linha com a maior exigência do mercado de trabalho em termos de competências técnicas e escolares.

Em contrapartida, o número de inscritos com o ensino secundário aumentou de forma significativa entre 2017 e 2025, passando de 352 para 529 indivíduos. Esta evolução poderá estar associada ao

facto de esta qualificação ser atualmente uma das mais comuns entre os trabalhadores de setores como a hotelaria, comércio e restauração, que apresentam maior exposição à rotatividade contratual e à instabilidade provocada por fatores económicos externos. Já os indivíduos com ensino superior, embora representem uma minoria no total de desempregados, registaram um decréscimo de 21,4% no período em análise, passando de 84 para 66 inscritos.

A evolução mensal do número de inscritos no IEFP entre janeiro de 2017 e outubro de 2024 mostra um padrão marcado por variações cíclicas regulares, diretamente associadas à forte sazonalidade do mercado de trabalho no Concelho de Lagoa (Gráfico 60). Este comportamento reflete o peso significativo do setor do turismo e das atividades associadas, que geram flutuações acentuadas na procura e oferta de emprego ao longo do ano.

Gráfico 60 - Nº de inscritos no IEFP em Lagoa, efeito de sazonalidade



Fonte: IEFP

Observa-se, de forma recorrente, um aumento dos desempregados nos meses de inverno, com valores mais elevados registados sobretudo em janeiro, seguido de uma diminuição progressiva durante a primavera e verão, à medida que se intensificam as contratações para a época turística. Esta dinâmica acentua-se em anos como 2017, 2018 e 2019, com variações marcadas entre o início e o meio do ano. Em 2020 e 2021, nota-se um agravamento dos números nos meses de inverno, com valores particularmente elevados em janeiro de 2021, consequência direta do impacto da pandemia

de COVID-19, que afetou profundamente o setor turístico e provocou quebras significativas na atividade económica local.

Nos anos seguintes, os dados apontam para uma recuperação, ainda que com alguma instabilidade. Os valores mantêm o padrão sazonal, mas com amplitudes menos acentuadas do que nos anos anteriores à pandemia. Em 2023 e 2024, embora os registos voltem a crescer no início do ano, as descidas nos meses de verão tornam-se visíveis, sugerindo uma retoma parcial da normalidade no comportamento do mercado de trabalho.

A tabela 45 mostra os/as beneficiárias/os de subsídios de desemprego no Concelho de Lagoa distribuídos por sexos e grupos etários. Entre 2014 e 2023, o número de beneficiários/as registou uma tendência global de diminuição, passando de 1.982 em 2014 para 1.443 em 2023. Esta redução corresponde a uma variação negativa de 27,2%, refletindo mudanças no perfil do desemprego, bem como a evolução do mercado de trabalho local.

Do ponto de vista do sexo, as mulheres representaram a maioria dos beneficiários ao longo do período analisado. No entanto, tanto entre homens como entre mulheres, registou-se uma diminuição do número total de beneficiários, mais acentuada no caso dos homens, cuja redução foi de 34,2%, face aos 21,1% verificados no caso das mulheres. A proporção de novos/as beneficiários/as também diminuiu para ambos os sexos, embora de forma ligeira, o que poderá indicar uma maior permanência no desemprego ou um abrandamento da entrada de novos desempregados no sistema de proteção social.

Em termos etários, as maiores reduções registaram-se entre os grupos de 30 a 39 anos (com uma quebra de 63,3%) e de 55 anos ou mais (menos 57,6%), o que poderá refletir tanto fenómenos de saída do mercado de trabalho como dificuldades de reinserção. Por outro lado, os grupos mais jovens, nomeadamente os menores de 25 anos e os indivíduos entre os 25 e os 29 anos, aumentaram a sua representatividade, com variações positivas de 19,1% e 40%, respetivamente. Este crescimento poderá estar associado a dificuldades acrescidas na inserção inicial no mercado de trabalho, num contexto de elevada sazonalidade e de contratos de curta duração, característicos do setor turístico predominante na região.

Destaca-se ainda o crescimento do grupo dos 50–54 anos, com um aumento de 19,6% entre 2014 e 2018, o que poderá apontar para uma maior vulnerabilidade desta faixa etária à instabilidade laboral,

particularmente num contexto de reestruturação de empresas ou de renovação geracional nos setores com maior rotatividade.

Tabela 45 - Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), segundo o sexo e a idade em Lagoa, 2014-2023

Anos	Total	H		M		Grupos etários					
		Total	Novos Beneficiários	Total	Novas Beneficiárias	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
2014	1982	928	353	1054	393	126	220	536	518	245	337
2015	1843	825	320	1018	453	129	219	455	492	229	319
2016	1775	750	340	1025	496	139	212	422	468	217	317
2017	1616	658	268	958	394	125	207	360	421	211	292
2018	1523	616	298	907	420	135	176	371	363	190	288
2019	1540	621	322	919	442	153	166	367	354	196	304
2020	1935	822	465	1113	539	202	266	458	429	223	357
2021	1778	751	230	1027	270	140	354	226	445	405	208
2022	1343	552	276	791	350	105	286	157	334	307	154
2023	1443	611	348	832	460	150	308	197	352	293	143
Taxa de variação 2014-2018	-27.19	-34.16	-1.42	-21.06	17.05	19.05	40.00	-63.25	-32.05	19.59	-57.57

Fonte: INE, Instituto de Informática

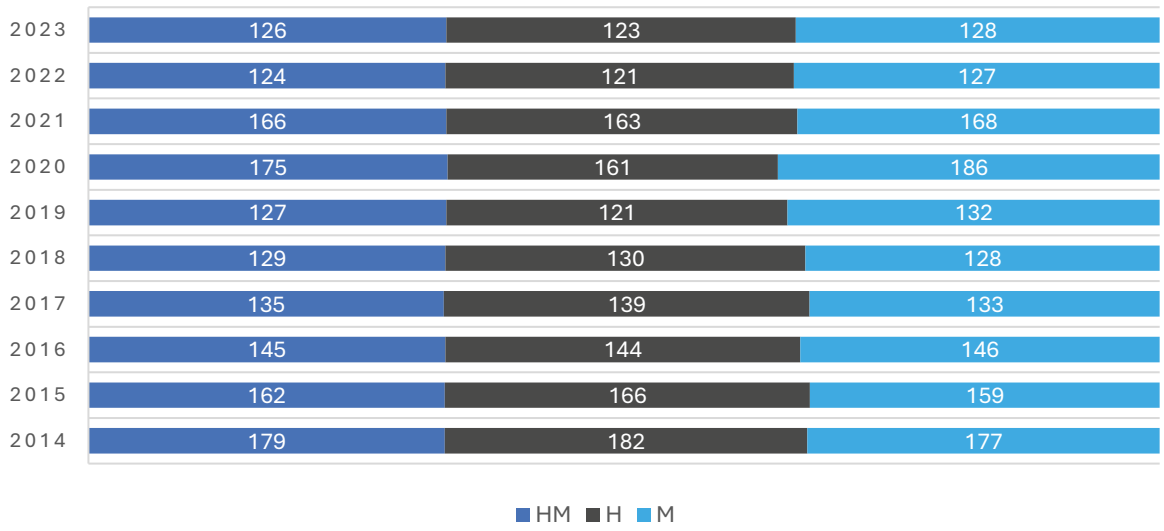
Entre 2014 e 2023, a duração média do subsídio de desemprego da segurança social em Lagoa apresentou uma tendência global de redução, tanto para o total da população beneficiária como por sexo (Gráfico 61). Em 2014, a duração média era de 179 dias, diminuindo progressivamente até atingir os 126 dias em 2023. Esta descida representa uma redução de 53 dias no período analisado, o que poderá indicar uma recuperação mais rápida do emprego ou alterações nos critérios de atribuição e duração das prestações.

No caso dos homens, a duração média passou de 182 dias em 2014 para 123 dias em 2023. Já entre as mulheres, o valor diminuiu de 177 para 128 dias. Apesar de ambos os sexos registarem variações próximas, observa-se que, em vários anos, as mulheres apresentaram uma duração média ligeiramente superior à dos homens, nomeadamente em 2019, 2020 e 2021.

O aumento temporário na duração média em 2020 e 2021 para ambos os sexos (em resposta ao impacto económico da pandemia de COVID-19) destaca a influência de fatores conjunturais na

extensão do período de desemprego. Nos anos seguintes, os valores voltaram a decrescer, voltando a níveis próximos aos registados antes da crise pandémica.

Gráfico 61 - Duração média do subsídio de desemprego da segurança social (Dia) por sexo, em Lagoa, 2014-2023



Fonte: INE, Instituto de Informática

Em relação à evolução dos valores médios do subsídio de desemprego entre 2014 e 2023, verifica-se um ajustamento progressivo do subsídio às condições do mercado de trabalho, refletindo as dinâmicas salariais e contratuais específicas de cada território (Tabela 46). Em termos gerais, confirma-se uma recuperação gradual dos valores médios a partir de 2017, após um período de decréscimo entre 2014 e 2016. Esta trajetória acompanha a valorização progressiva das remunerações médias no país, refletindo-se nos montantes de referência para o cálculo do subsídio.

Em 2014, o valor médio do subsídio em Lagoa situava-se nos 2.694 euros anuais, inferior à média nacional (3.391 euros) e à do Algarve (2.751 euros). Esta diferença manteve-se ao longo do período, ainda que com oscilações, evidenciando disparidades territoriais que se relacionam com a estrutura salarial local e o peso significativo de empregos sazonais e de curta duração na economia do concelho. Contudo, em 2023, o valor médio do subsídio no Concelho ascendeu a 3.209 euros, aproximando-se da média do Algarve (3.475 euros), embora continuando abaixo da média nacional (3.325 euros). Esta evolução revela uma convergência parcial a nível regional, mas mantém-se um desfasamento face ao contexto nacional.

Por sexo, os homens registam, em média, valores mais elevados do que as mulheres, tanto em Portugal como no Algarve e em Lagoa. Em 2023, o valor médio para os homens em Lagoa foi de 2.309 euros, face a 2.215 euros nas mulheres. Esta diferença é recorrente ao longo do período analisado e poderá estar associada a desigualdades salariais estruturais, à maior prevalência de mulheres em setores com remunerações mais baixas e à maior frequência de vínculos laborais precários.

Tabela 46 - Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social (€/ N.º) por Sexo em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023

Unidade territorial	HM			H			M		
	Portugal	Algarve	Lagoa	Portugal	Algarve	Lagoa	Portugal	Algarve	Lagoa
2014	3391	2751	2694	3636	2993	2879	3135	2535	2531
2015	3038	2383	2343	3262	2540	2529	2813	2252	2192
2016	2904	2164	2105	3121	2267	2223	2695	2084	2019
2017	2826	2042	2006	3033	2152	2194	2643	1962	1877
2018	2949	2070	1990	3145	2139	2092	2791	2021	1920
2019	2984	2127	2030	3159	2162	2024	2850	2102	2034
2020	3147	2911	2819	3268	2895	2678	3050	2923	2923
2021	3200	2757	2725	3364	2783	2747	3074	2737	2709
2022	3181	2225	2076	3368	2291	2110	3037	2174	2053
2023	3325	3475	3209	2319	2332	2309	2221	2230	2215

Fonte: INE, Instituto de Informática

Entre 2014 e 2023, os valores processados dos subsídios de desemprego da segurança social em Lagoa, bem como o respetivo período em dias, registaram oscilações que refletem variações nas dinâmicas de desemprego local (Tabela 47). Em termos de valor processado, observa-se uma redução progressiva entre 2014 (5,34 milhões de euros) e 2019 (3,13 milhões de euros), seguida de um aumento significativo em 2020 (5,46 milhões), ano fortemente condicionado pela pandemia de COVID-19, com impacto direto na perda de emprego e consequente aumento do recurso a prestações sociais. A partir de 2021, os valores diminuem novamente, atingindo 3,21 milhões de euros em 2023, valor ainda abaixo dos níveis registados no início do período analisado.

Desagregando por sexo, verifica-se que, até 2019, os homens recebiam valores globais inferiores aos das mulheres, apesar de oscilarem de forma paralela. Esta diferença torna-se mais marcada em 2020, com 3,25 milhões de euros processados para mulheres e 2,20 milhões para homens. Em anos

subsequentes, a tendência mantém-se, com as mulheres a concentrarem maior volume de apoio financeiro, o que poderá refletir uma maior duração média de desemprego ou uma maior proporção de beneficiárias no universo total.

Relativamente ao período processado em número de dias, segue-se um padrão semelhante. Em 2014, foram processados 355.535 dias de subsídio, número que vai diminuindo até 2019 (196.293 dias), com uma inversão abrupta em 2020, atingindo 338.469 dias. Esta evolução é explicável pelo aumento do número de desempregados e pela maior duração do desemprego durante o contexto pandémico. Posteriormente, o total de dias volta a diminuir, situando-se em 181.473 em 2023.

Tabela 47 - Valor (€) e Período (Dia) processado de subsídios de desemprego da segurança social (€) segundo o sexo, em Lagoa, 2014-2023

Anos	Valores Processados			Período processado		
	HM	H	M	HM	H	M
	€ (milhares)			Dias		
2014	5340	2672	2668	355535	168486	187049
2015	4318	2086	2232	298986	137176	161810
2016	3736	1667	2069	257273	107867	149406
2017	3242	1444	1799	218246	91286	126960
2018	3030	1289	1742	196460	79915	116545
2019	3126	1257	1869	196293	75293	121000
2020	5455	2202	3253	338469	131987	206482
2021	4845	2063	2782	295389	122476	172913
2022	2788	1165	1624	167107	67043	100064
2023	3205	1362	1843	181473	74901	106572

Fonte: INE, Instituto de Informática

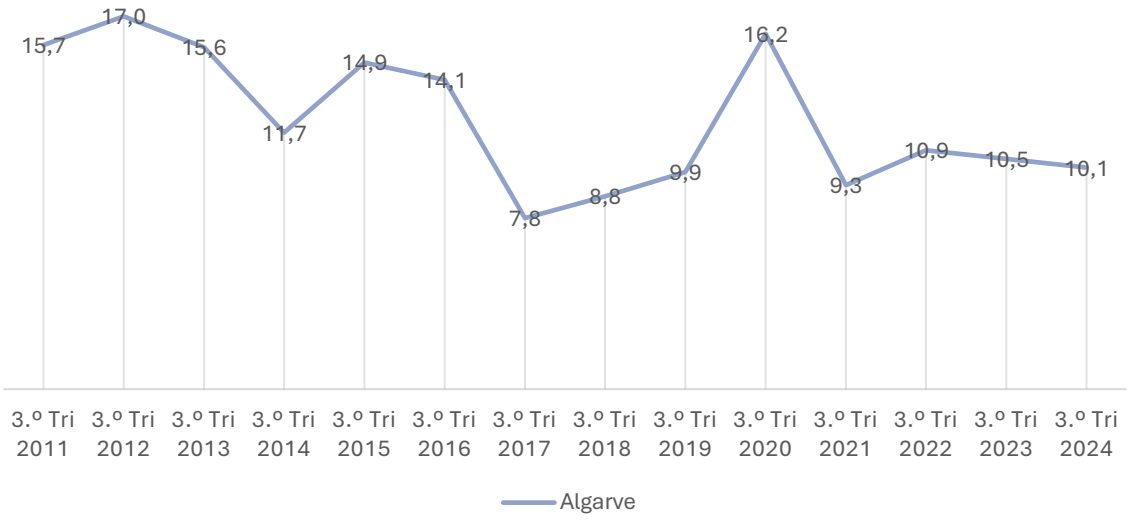
A análise por sexo evidencia que, em todos os anos, o número de dias processados foi superior para as mulheres. Em 2020, por exemplo, foram atribuídos 206.482 dias às mulheres e 131.987 aos homens. Esta diferença mantém-se ao longo do período, ainda que com variações, podendo estar relacionada com diferentes padrões de reinserção profissional, maior prevalência de vínculos precários entre as mulheres ou menor rotatividade no desemprego feminino.

Em termos globais, os dados indicam uma diminuição dos valores e do tempo associados ao subsídio de desemprego até 2019, uma inversão temporária em 2020 e uma nova fase de redução até 2023.

Os jovens NEET - (Not in Education, Employment, or Training)

Neste contexto, torna-se essencial enquadrar a situação dos jovens NEET. Apesar da inexistência de dados detalhados ao nível NUTS III, o que limita uma análise mais precisa à escala concelhia, os indicadores disponíveis para o Algarve, representados no gráfico abaixo, permitem uma leitura relevante sobre a extensão desta problemática na região (Gráfico 62).

Gráfico 62 – Evolução dos Jovens com idade entre os 16 e os 34 anos (milhares) não empregados que não estão em educação ou formação no Algarve, entre 2011 e 2024



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Em 2011, o número de jovens NEET situava-se nos 15,7 mil, aumentando para o valor mais elevado do período até então, com 17 mil em 2012, ano marcado pelo impacto da crise económica. A partir daí, observa-se uma ligeira descida até 2014, seguindo-se uma quebra acentuada em 2016, atingindo os 7,8 mil - o valor mais baixo do período em análise. Este declínio pode refletir uma melhoria nas oportunidades de emprego e formação, bem como um esforço institucional de reintegração destes jovens.

No entanto, a partir de 2017 nota-se uma nova tendência de crescimento, culminando num valor excecionalmente elevado em 2020, com 16,2 mil jovens NEET. Este aumento coincide com o impacto da pandemia de COVID-19, que afetou intensamente o mercado de trabalho e a frequência escolar/formativa, especialmente em regiões fortemente dependentes do turismo, como o Algarve.

Após esse valor máximo, os números voltam a descer em 2021 para 9,3 mil, mas estabilizam em torno dos 10 mil entre 2022 e 2024. Esta estabilização, embora inferior ao registo de 2020, mantém ainda assim valores significativamente acima dos observados em 2016, o que pode indicar que parte dos jovens afetados pelas perturbações recentes ainda não conseguiu reinserir-se plenamente.

A análise destes dados é fundamental porque o grupo NEET representa um dos segmentos mais vulneráveis da população jovem, estando frequentemente associado a riscos de exclusão social, instabilidade emocional, precariedade económica e até marginalização. No caso do Algarve, a sazonalidade do emprego e a forte dependência de setores como o turismo podem agravar a vulnerabilidade deste grupo, dificultando a estabilidade laboral e a continuidade de percursos educativos ou formativos.

Perceber a evolução dos jovens NEET permite, por isso, ajustar políticas públicas de apoio à juventude, de incentivo à qualificação, e de combate à exclusão social. Mais ainda, ajuda a antecipar os desafios futuros relacionados com o desenvolvimento sustentável da região, com a coesão territorial e com a capacidade de fixar jovens ativos e qualificados no Algarve.

3.1.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para a população desempregada

Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional de Lagoa (GIP) é uma iniciativa promovida pelo IEFP em articulação com o Município de Lagoa, com o objetivo de apoiar jovens e adultos desempregados na construção dos seus percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Este gabinete dirige-se a pessoas inscritas nos serviços de emprego e sinalizadas por estes, em particular a indivíduos em situação de desfavorecimento face ao mercado laboral, bem como aos

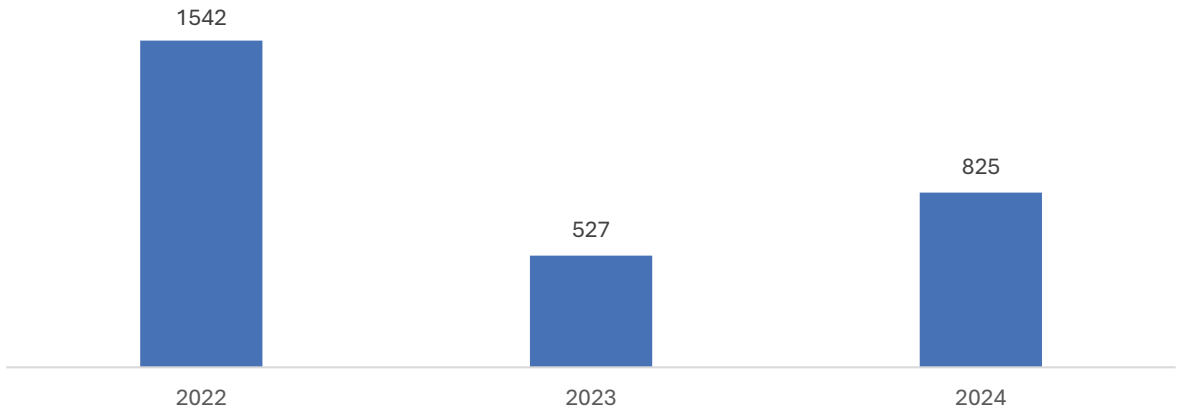
jovens NEET - jovens entre os 15 e os 29 anos que não se encontram a estudar, trabalhar ou em formação. Estes jovens podem ser encaminhados através da plataforma Garantia Jovem ou recorrer diretamente ao GIP.

Este gabinete desenvolve o seu trabalho em estreita cooperação com entidades empregadoras do concelho, procurando captar ofertas de emprego e promover medidas de apoio à contratação. Entre os seus principais objetivos, destacam-se a complementaridade com o serviço público de emprego, a promoção de oportunidades de educação e formação, o reforço do apoio ao desenvolvimento profissional dos desempregados e o estímulo a uma postura empreendedora na abordagem ao mercado de trabalho.

As atividades desenvolvidas pelo GIP incluem o apoio à procura ativa de emprego, a divulgação de ofertas e medidas de apoio à empregabilidade, o encaminhamento para ações de desenvolvimento de competências e empreendedorismo, bem como o fornecimento de informação sobre serviços e apoios da segurança social. Adicionalmente, presta ainda suporte na inscrição online de candidatos a emprego.

Os dados fornecidos quanto ao número de atendimentos realizados pelo GIP entre 2022 e 2024 revelam uma elevada procura em especial no ano de 2022 com 1.542 atendimentos, algo que poderá estar ligado ao processo de retoma laboral pós pandemia e ao elevado número de inscritos no IEFP decorrente desse período específico. De 2022 para 2023 registou-se um decréscimo acentuado para 527 atendimentos – menos 1015 em termos absolutos a que corresponde uma taxa de variação negativa de 66%. No último período em análise, registou-se novo aumento nos atendimentos, para 825, ou seja, mais 298 face a 2022 – uma variação positiva de 57%. No entanto, apesar deste aumento, o valor de 2024 fica ainda muito abaixo do registado em 2022, o que sugere uma retoma para valores mais moderados, mas que ainda assim corroboram a importância deste tipo de apoio, dada a elevada procura.

Gráfico 63 – Atendimentos no Gabinete de Inserção Profissional de 2022 a 2024, nº



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

3.2. A imigração: o seu papel no aumento populacional e possíveis fragilidades

A análise da evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente e da população que solicitou esse estatuto no concelho de Lagoa, entre 2011 e 2023, revela um crescimento expressivo e contínuo da presença migrante, que se torna um elemento central no diagnóstico social do território, com implicações diretas no planeamento de políticas públicas, serviços e estratégias de integração (Tabela 48).

Em 2011, Lagoa contava com 4.033 estrangeiros com estatuto legal de residente, número que se manteve relativamente estável até 2015, oscilando entre os 3.200 e os 4.000 residentes. Contudo, a partir de 2016, dá-se um crescimento mais acentuado, atingindo 6.187 residentes em 2023, o que representa um aumento de mais de 50% numa década. Esta tendência reflete uma intensificação dos fluxos migratórios e a crescente atratividade do concelho, quer por razões económicas, turísticas ou de qualidade de vida.

De forma paralela, também o número de novos pedidos de estatuto de residente apresenta uma trajetória de crescimento clara. Entre 2011 e 2015, o número anual de solicitações manteve-se abaixo dos 250, mas a partir de 2016 regista-se um aumento significativo: de 393 pedidos em 2016 para 1.377 em 2023, com destaque para os anos pós-2019, nos quais os valores ultrapassam consistentemente os 500 pedidos anuais. O ano de 2023 marca o valor mais elevado do período

analisado, o que pode estar associado a fatores como a retoma da mobilidade internacional após a pandemia, a instabilidade em alguns países de origem e a continuidade do investimento estrangeiro na região.

Tabela 48 - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) e População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) em Lagoa, 2011-2023

Ano	População estrangeira com estatuto legal de residente			População estrangeira que solicitou estatuto de residente		
	HM	H	M	HM	H	M
2011	4033	2038	1995	259	128	131
2012	3668	1829	1839	160	77	83
2013	3328	1655	1673	159	89	70
2014	3231	1588	1643	221	111	110
2015	3229	1600	1629	245	132	113
2016	3483	1731	1752	393	204	189
2017	3811	1897	1914	506	260	246
2018	4160	2106	2054	610	329	281
2019	4776	2429	2347	772	399	373
2020	5407	2801	2606	919	515	404
2021	5459	2855	2604	553	323	230
2022	5574	2897	2677	569	309	260
2023	6187	3194	2993	1377	720	657

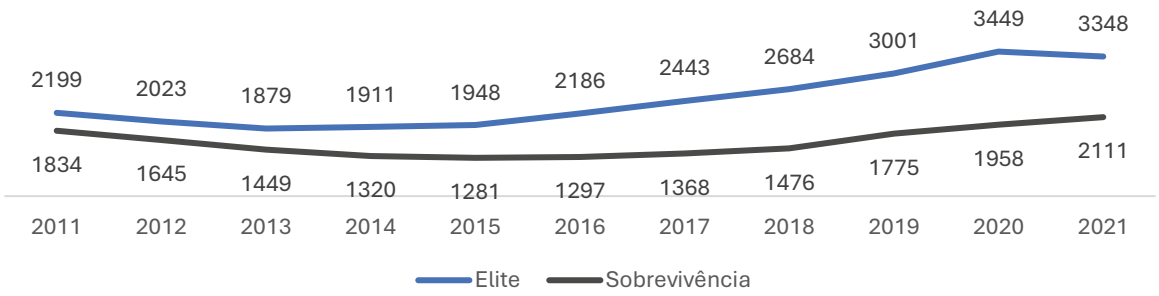
Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Em termos de distribuição por sexo, os dados revelam um equilíbrio geral ao longo do período, com uma ligeira predominância de mulheres até 2016, invertida nos anos mais recentes, particularmente em 2023, quando os homens ultrapassam as mulheres tanto no número de residentes legais (3.194 homens, 2.993 mulheres) como nos pedidos de estatuto (720 homens, 657 mulheres). Esta mudança pode indicar uma maior mobilidade laboral masculina ou um padrão de migração mais familiar nos anos anteriores, em que as mulheres tinham um papel de maior relevo.

Com o objetivo de compreender melhor o perfil dos indivíduos que têm escolhido Lagoa como destino para viver, foi realizado um exercício de extrapolação que distingue dois grandes grupos de migrantes (Gráfico 64). Por um lado, os originários dos países mais desenvolvidos da Europa e de outros continentes são classificados como tendo um perfil de elite. Estes indivíduos tendem a

valorizar aspetos associados à qualidade de vida no território de acolhimento - como o clima, a gastronomia, a habitação e a segurança - e, frequentemente, trazem consigo capacidade de investimento, nomeadamente em negócios com potencial de criação de emprego. Por outro lado, os migrantes oriundos de países com menores recursos são enquadrados num perfil de sobrevivência, procurando Lagoa sobretudo como um local de trabalho e de melhoria das suas condições económicas.

Gráfico 64 - Residentes de nacionalidade estrangeira (N.º) em Lagoa quanto à sua tipologia, 2011-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados SEFstat e INE

Por norma, as pessoas em migração de sobrevivência ou económica, tendem a ser mais jovens e a trazer consigo as famílias, incluindo crianças, o que potencialmente poderá contribuir para uma renovação populacional. Desta forma, o que se conclui é que o tipo de imigração presente em Lagoa é predominantemente de elite. Ambos os tipos de migrações apresentam comportamento semelhante no período que decorre de 2011 a 2021, apresentando um ligeiro decréscimo até 2015 e uma recuperação até 2021. Por último, importa referir que o gap entre ambas tem tido tendência a aumentar, uma vez que a proporção de imigração de sobrevivência era de 45% em 2011, e apenas 39% em 2021. No que concerne às nacionalidades:

- Os países mais representativos em termos de imigração de elite são o Reino Unido e Alemanha;
- Relativamente à imigração de sobrevivência, os países de origem são maioritariamente o Brasil e Índia.
- As pessoas provenientes de contextos de migração de sobrevivência são naturalmente mais vulneráveis, enfrentando vários desafios, tais como: barreira linguística e cultural,

dificuldade em obter habitação digna, precariedade laboral, discriminação com base na nacionalidade e/ou raça, integração das crianças na escola, etc.

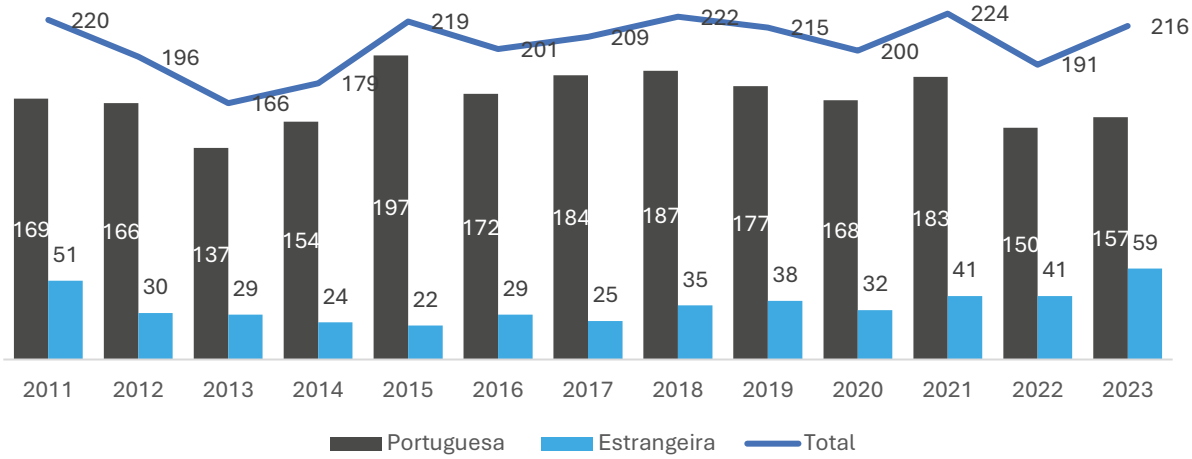
Estas tendências apontam para uma dualização do fenómeno migratório em Lagoa, com a convivência de dois perfis muito distintos de residentes estrangeiros: por um lado, uma elite internacional com capacidade de aquisição de habitação e investimento; por outro, populações migrantes mais vulneráveis, com necessidades acrescidas em termos de acolhimento, integração e acesso a direitos.

Outro dado importante a ter em atenção são os nados-vivos de mães estrangeiras, que apesar de algumas oscilações, têm tido um peso cada vez mais significativo no total de nascimentos, em especial a partir de 2020, representando mais de ¼ dos nascimentos em 2023, ou seja, 27,3% (Gráfico 65). Este crescimento traduz não apenas o aumento da presença de cidadãos estrangeiros no concelho, mas também a sua crescente integração e contributo direto para a renovação demográfica local.

Durante o período em análise, o número total de nascimentos oscilou entre um mínimo de 166 nados-vivos em 2014 e um máximo de 224 em 2021, mantendo-se, na generalidade, acima dos 200 nascimentos por ano. Apesar destas flutuações, é notória a estabilidade relativa dos nascimentos de mães de nacionalidade portuguesa, que representaram sempre a maioria dos nascimentos no concelho. No entanto, a evolução mostra uma ligeira tendência de diminuição, especialmente nos anos mais recentes, com 150 nascimentos em 2022 e 157 em 2023, valores abaixo da média registada nos anos anteriores.

Por contraste, os nascimentos de mães estrangeiras, que em 2011 representavam 51 casos, têm vindo a ganhar expressão, com uma tendência de crescimento progressivo a partir de 2015. Após um decréscimo até 2015 (mínimo de 22 nados-vivos), o número de nascimentos associados a mães estrangeiras começou a aumentar de forma mais acentuada, com particular destaque para os anos mais recentes - 41 em 2021 e 2022, e 59 em 2023, valor que constitui o mais elevado de todo o período.

Gráfico 65 - Nados-vivos segundo o local de residência e a nacionalidade da mãe (N.º) em Lagoa, 2011-2023



Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

Esta evolução sublinha a importância de políticas públicas locais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural, especialmente nas áreas da saúde, educação e apoio à parentalidade, de forma a responder às necessidades das mães estrangeiras e promover a coesão social no concelho.

3.2.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para a população migrante

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Lagoa

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Lagoa foi criado em 2016, através de um protocolo entre o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e o Município de Lagoa, constituindo-se como um espaço de acolhimento, informação e apoio às pessoas migrantes. Funciona nas instalações da Unidade de Ação Social e tem como missão apoiar a integração de pessoas migrantes, prestando informação, orientação e encaminhamento em áreas como documentação, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, emprego, educação, formação, empreendedorismo e associativismo. Esta parceria visa reforçar a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

Os dados da tabela 49 apontam para uma intensificação da atividade da CLAIM de Lagoa, com destaque para os processos de legalização e estabilização das famílias migrantes. A forte procura por renovação de títulos e reagrupamento familiar, bem como a crescente solicitação de informação, mostram uma população cada vez mais integrada e interessada em garantir os seus direitos e regularizar a sua situação.

Como se depreende com a tabela abaixo, as questões relacionadas com a residência e vistos são as que mais motivam a procura pelo CLAIM, seguindo-se as questões relacionadas com a família e crianças. No que concerne aos apoios básicos, apesar de alguma expressão têm demonstrado uma tendência decrescente. Dentro destes, destacam-se os pedidos de apoio habitacional. Outra tendência interessante está relacionada com a divulgação de informação, que registou um elevado crescimento de 2023 para 2024 (apesar de os dados deste último ano estarem incompletos).

Tabela 49 - Assunto do atendimento (N.º) no CLAIM Lagoa

Tipologia de Atendimento	2022 (nov. e dez.)	2023	2024 (até set.)
Obtenção de título de residência	34	367	422
Renovação de título de residência	24	731	671
Registo de menores - credencial de saúde	14	58	46
Apoio alimentar	12	6	2
Reagrupamento Familiar	2	263	218
Divulgação de informação	0	92	405

Fonte: CLAIM Lagoa

Os atendimentos realizados pelo CLAIM podem ser organizados em cinco novas categorias, conforme a natureza das necessidades apresentadas pelas pessoas migrantes:

- Residência e Vistos: englobam os processos relacionados com a regularização da situação legal no país, como a obtenção e renovação do título de residência, pedidos ou prorrogações de visto, bem como a emissão ou renovação de passaporte.
- Família e Crianças: diz respeito às situações que envolvem a unidade familiar e os menores, nomeadamente os pedidos de reagrupamento familiar e o registo de menores para efeitos de acesso ao sistema nacional de saúde (credencial de saúde).
- Apoios Básicos: referem-se à resposta a necessidades imediatas e essenciais, como o apoio alimentar, o apoio habitacional e a ajuda na aquisição de medicação.

- Integração e Educação: abrange medidas que promovem a inclusão plena na sociedade, como o apoio à integração no mercado de trabalho, o reconhecimento ou equivalência de habilitações escolares e o acesso ao ensino da língua portuguesa.
- Informação e Documentos: inclui ações ligadas à disponibilização de informação relevante sobre direitos e serviços, bem como procedimentos administrativos como a atualização ou alteração de dados pessoais.

Estes resultados demonstram, por um lado, a necessidade de disponibilizar a informação de forma clara e acessível, e por outro, uma evidência das dificuldades sentidas no que concerne às questões relacionadas com os títulos de residência (obtenção e renovação) e vistos.

Entre novembro de 2022 e 2024, o CLAIM Lagoa registou um aumento acentuado no número de utentes em 2023, seguido de uma ligeira diminuição em 2024 (Tabela 50). Verificou-se um equilíbrio entre os géneros ao longo dos anos, com ligeira predominância masculina a partir de 2023. A média de idades dos utentes desceu progressivamente, de 48 anos em 2022 para 42 em 2024, refletindo um rejuvenescimento do perfil dos utentes.

Tabela 50 - Género dos utentes do CLAIM Lagoa e média de idades

Período	Utentes			Média de idades
	Masculino	Feminino	Total	
2022 (nov. e dez.)	28	35	63	48
2023	435	428	863	43
2024	331	320	651	42

Fonte: CLAIM Lagoa

A análise da distribuição dos utentes por freguesia revela uma evolução significativa no número de atendimentos, com variações entre freguesias. Em termos globais, a tabela 51 mostra uma maior concentração de utentes nas áreas urbanas centrais do concelho, acompanhada por um crescimento geral até 2023 e uma ligeira descida em 2024.

A União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro sobressai como a que acolheu o maior número de utentes ao longo dos três anos analisados, aumentando de 41 em 2022 para 281 em 2023 e 304 em 2024, evidenciando um crescimento constante. Também a União das freguesias de Estômbar e Parchal registou um crescimento significativo em 2023, com 109 utentes, embora tenha havido uma ligeira diminuição no ano seguinte, com 82. Ferragudo e Porches apresentaram valores mais baixos,

mas com alguma estabilidade entre 2023 e 2024. Destaca-se ainda o elevado número de utentes classificados como pertencentes a "Outra freguesia", que atingiu os 377 em 2023 - superando todas as outras categorias - mas que reduziu para 183 em 2024, o que poderá refletir mudanças no registo de morada ou mobilidade territorial. A categoria "Sem informação" surge apenas em 2023, com 16 registos, deixando de constar em 2024, o que pode indicar uma melhoria na recolha e tratamento dos dados.

Tabela 51 - Distribuição dos utentes do CLAIM Lagoa por freguesia

Freguesia	2022 (nov. e dez.)	2023	2024
Ferragudo	3	36	40
Porches	5	44	42
União das Freguesias de Estômbar e Parchal	9	109	82
União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	41	281	304
Outra freguesia	4	377	183
Sem informação	0	16	0
Total	62	863	651

Fonte: CLAIM Lagoa

No que diz respeito à situação laboral dos utentes do CLAIM Lagoa entre novembro de 2022 e 2024, verifica-se que a maioria se encontrava integrada no mercado de trabalho ou a frequentar o sistema de ensino, com um número igualmente expressivo de pessoas reformadas (Tabela 52). Durante este período, predominavam os indivíduos empregados por conta de outrem, seguidos por estudantes e reformados. O ano de 2023 destacou-se por um crescimento significativo no número de pessoas desempregadas, valor que registou uma quebra considerável em 2024. Os trabalhadores por conta própria mantiveram uma presença relativamente constante, enquanto os casos associados a maior vulnerabilidade, como situações de incapacidade para o trabalho ou trabalho informal, foram pouco representativos.

Tabela 52 - Situação dos utentes do CLAIM Lagoa face ao trabalho

Situação face ao trabalho	2022 (nov. e dez.)	2023	2024
Desempregado/a	7	118	40
Empregado/a por conta de outrem	19	229	206

Empregado/a por conta própria	2	91	87
Estudante	5	128	99
Realiza trabalho informal	1	4	10
Incapacitado/a para o trabalho	2	7	4
Reformado/a	18	194	155
Integrado/a em resposta pré-escolar	0	8	6
Sem informação	8	61	25
Não aplicável	1	23	19
Total	63	863	651

Fonte: CLAIM Lagoa

A tabela 53 mostra a distribuição dos utentes por continente de origem revelando uma expressiva maioria de cidadãos europeus, representando aproximadamente metade do total (756 em 1582). Entre os países europeus, destacam-se o Reino Unido (140 utentes), Alemanha (93), França (83), Países Baixos (64) e Ucrânia (59). Em segundo lugar surge a América do Sul, com 357 utentes, onde o Brasil assume um peso significativo com 317 utentes. Segue-se o continente africano, que contabiliza 246 utentes, com maior incidência de cidadãos oriundos de Cabo Verde (97) e da Guiné-Bissau (43). A Ásia também se faz notar com 178 utentes, enquanto a América do Norte (29 utentes) e a América Central e Caraíbas (6 utentes) têm presença mais reduzida. A Oceânia regista apenas um utente. Adicionalmente, há 9 casos em que não consta informação sobre o continente de origem.

Tabela 53 - Distribuição dos utentes do CLAIM Lagoa por Continentes

Países	Utentes
África	246
América Central e Caraíbas	6
América do Norte	29
América do Sul	357
Ásia	178
Europa	756
Oceânia	1
Sem informação	9
Total	1582

Fonte: CLAIM Lagoa

As informações recolhidas pelo CLAIM Lagoa, nomeadamente sobre género, idade, situação face ao trabalho, freguesia de residência e continente de origem, permitem traçar um retrato detalhado dos utentes e identificar tendências como o rejuvenescimento da população migrante e a sua crescente dispersão territorial. Ao mesmo tempo, constata-se uma evolução positiva nos serviços prestados pelo CLAIM, tanto em volume como em diversidade, o que reforça a importância de estruturas locais de proximidade no apoio à integração. Neste contexto, torna-se fundamental continuar a investir em estratégias inclusivas e adaptadas às especificidades dos diferentes grupos migrantes, reconhecendo as suas vulnerabilidades, mas também o seu contributo ativo para o desenvolvimento social e demográfico do concelho.

3.3. Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade

Embora Lagoa tenha registado um crescimento populacional entre 2011 e 2021, tal como observado na região do Algarve e em contraste com a tendência nacional, o concelho continua a evidenciar um processo de envelhecimento demográfico. Esta realidade reflete uma dinâmica típica das sociedades contemporâneas, caracterizada por um saldo natural negativo desde 2011 - ou seja, com mais óbitos do que nascimentos -, situação que apenas tem sido contrariada por um saldo migratório positivo a partir de 2015. Paralelamente, verifica-se um aumento progressivo do índice de envelhecimento, conforme analisado no capítulo 1.

Neste sentido, as pessoas idosas são consideradas um grupo vulnerável prioritário devido à combinação de fatores tanto físicos como económicos, sociais e psicológicos que afetam a sua autonomia e bem-estar. O envelhecimento está frequentemente associado a problemas de saúde, dependência, baixos rendimentos e isolamento social, aumentando a necessidade de serviços de apoio social e de saúde. A solidão, a fragilidade económica e o risco de abuso ou negligência tornam visível a importância de respostas multidisciplinares que incluam cuidados de saúde, apoio social, combate ao isolamento e promoção do envelhecimento ativo.

Os dados censitários de 2001, 2011 e 2021, demonstram um aumento contínuo e significativo da população idosa em Portugal, refletindo o envelhecimento demográfico do país (Tabela 54). Entre 2001 e 2021, o número de pessoas com 65 ou mais anos cresceu mais de 40%, tanto a nível nacional como no Algarve. No concelho de Lagoa, este crescimento foi ainda mais acentuado, com um aumento de 27,49% entre 2001 e 2011 e de 35,77% na década seguinte. As freguesias de Porches,

Ferragudo e a União das Freguesias de Estômbar e Parchal registaram as maiores taxas de crescimento entre 2011 e 2021, todas superiores a 38%, confirmando a forte intensificação do envelhecimento populacional no território.

Tabela 54 - População residente (N.º) com 65 ou mais anos em Lagoa e Freguesias, 2001, 2011 e 2021

Unidade territorial	População com 65 ou mais anos			Taxa de variação	
	2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
Portugal	1693493	2010064	2423639	18.69	20.58
Algarve	73613	87769	110949	19.23	26.41
Lagoa	3208	4090	5553	27.49	35.77
Ferragudo	408	463	644	13.48	39.09
Porches	308	385	540	25.00	40.26
União das freguesias de Estômbar e Parchal	1092	1448	2008	32.60	38.67
União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro	1400	1794	2361	28.14	31.61

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001, 2011 e 2021

A tabela 55 permite analisar a distribuição da população residente com 65 ou mais anos em 2021, segmentada em três grandes grupos etários - idosos jovens (65-74 anos), idosos velhos (75-84 anos) e idosos muito velhos (85 ou mais anos) - e por sexo. Os dados mostram que a maioria da população idosa se concentra no grupo dos idosos jovens, tanto a nível nacional como regional e local. Em Portugal, este grupo representa mais de 1,2 milhões de pessoas, enquanto no Algarve são cerca de 59 mil e, no concelho de Lagoa, 3.115 indivíduos.

No concelho de Lagoa, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres no grupo dos idosos jovens, com 1.550 homens e 1.565 mulheres. No entanto, à medida que a idade avança, torna-se evidente a predominância feminina, especialmente no grupo dos idosos com 85 ou mais anos, onde se registam 461 mulheres face a 233 homens, totalizando 694 pessoas. Esta tendência repete-se em todos os níveis territoriais, refletindo uma maior longevidade feminina.

Nas freguesias de Lagoa, destaca-se a União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro, que apresenta o maior número absoluto de idosos em todos os grupos etários, com 1.321 idosos jovens, 741 idosos velhos e 299 com 85 ou mais anos. A União das freguesias de Estômbar e Parchal segue-lhe em importância, com 1.127 idosos jovens e 643 idosos velhos, embora apresente um número inferior

de pessoas com 85 ou mais anos (238). Ferragudo e Porches registam valores mais reduzidos, mas com a mesma distribuição etária típica: maior concentração nos grupos mais jovens e forte predominância de mulheres nas idades mais avançadas.

Tabela 55 - População Residente (N.º) por três grandes grupos de idosos e sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

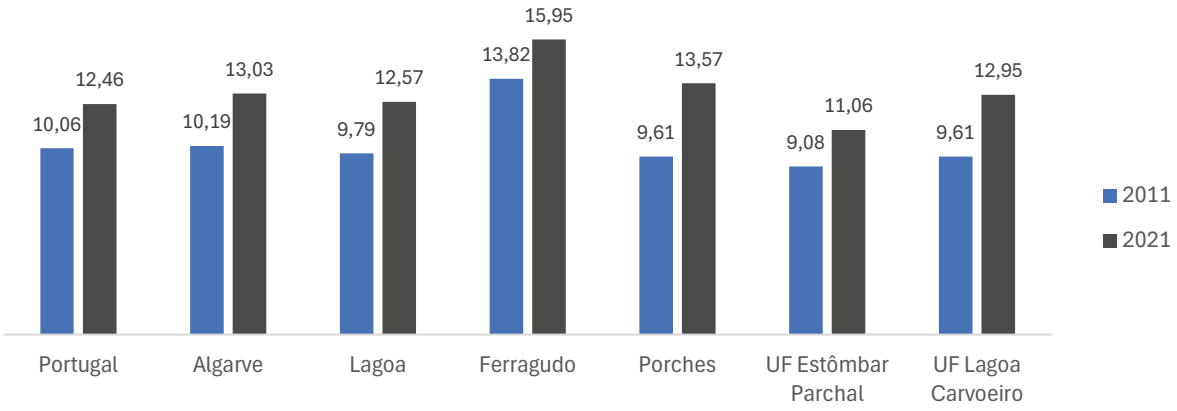
Unidade territorial	Idosos jovens (65 -74)			Idosos velhos (75 - 84)			Idosos mais velhos (85+ anos)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Portugal	570294	673732	1244026	348392	478235	826627	118102	234884	352986
Algarve	28818	30376	59194	16479	19679	36158	5626	9971	15597
Lagoa	1550	1565	3115	819	925	1744	233	461	694
Ferragudo	195	175	370	90	102	192	29	53	82
Porches	162	135	297	85	83	168	25	50	75
UF de Estômbar e Parchal	554	573	1127	306	337	643	79	159	238
UF de Lagoa e Carvoeiro	639	682	1321	338	403	741	100	199	299

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Não se podendo entender só por si o envelhecimento como fator de vulnerabilidade, existem aspetos que poderão contribuir para aumentar essa condição. Uma das tendências a ter em atenção consiste no aumento generalizado de agregados domésticos privados unipessoais de pessoas com mais de 65 anos. Os dados seguintes demonstram essa evolução em todos os contextos territoriais (Gráfico 66).

Lagoa (12,57%) apresenta em 2021, um indicador ligeiramente mais positivo que o Algarve (13,03%), mas pior que a média nacional (12,46%). Quanto às freguesias, o fenómeno é mais expressivo em Ferragudo (15,95%) e Porches (13,57%). Esta realidade implica uma necessidade de monitorização e desenvolvimento de atividades e projetos que promovam por um lado a autonomia e o envelhecimento saudável, e por outro, a socialização e participação ativa da população mais idosa. Por outro lado, é necessária uma forte aposta numa cultura e alteração da mentalidade no sentido de valorizar o envelhecimento e dignificá-lo, promovendo o convívio entre gerações e capitalizando as vivências e saberes da população idosa.

Gráfico 66 - Proporção (%) de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Para além das questões do envelhecimento saudável e da manutenção da autonomia e qualidade de vida é importante avaliar a vulnerabilidade económica da população idosa, uma vez que a realidade nacional é na grande maioria pautada por baixas pensões, o que implica em alguns, ou muitos casos, sérias dificuldades para fazer face às despesas mensais (habitação, alimentação, medicação, etc.). A tabela 56, sobre o valor médio das pensões da Segurança Social, discriminado por tipo de pensão - invalidez, velhice e sobrevivência – demonstra um crescimento contínuo do valor médio das pensões em todas as categorias, refletindo um ajustamento progressivo nos montantes atribuídos. Além disso, verifica-se que:

- Entre 2014 e 2023, o valor médio total das pensões aumentou 26,04%, passando de 4.674 euros para 5.891 euros. Este crescimento foi mais acentuado nas pensões por invalidez, que registaram um aumento de 33,05%, subindo de 4.711 euros para 6.268 euros. Seguem-se as pensões de sobrevivência, com uma variação de 33,28%, e as pensões de velhice, cujo crescimento foi mais moderado (23,42%).
- Apesar da evolução positiva ao nível dos valores atribuídos aos pensionistas, as diferenças entre tipos de pensão mantêm-se ao longo dos anos, sendo as pensões de invalidez e velhice sistematicamente superiores às de sobrevivência.

Tabela 56 - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º) em Lagoa, 2014-2023

Anos	Tipo de pensão			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2014	4674	4711	5439	2653
2015	4664	4759	5400	2701
2016	4762	4957	5483	2760
2017	4863	5149	5549	2885
2018	5006	4976	5739	2995
2019	5244	5777	5967	3115
2020	5342	5856	6053	3213
2021	5397	5859	6136	3270
2022	5677	6106	6472	3431
2023	5891	6268	6713	3536
Taxa de variação 2014-2023	26.04	33.05	23.42	33.28

Fonte: INE, Instituto de Informática

A evolução dos dados relativos ao número de pensionistas no concelho de Lagoa entre 2014 e 2023 revela uma tendência global de aumento, com destaque para o crescimento das pensões de velhice, enquanto as restantes categorias apresentam variações mais ligeiras ao longo do período (Tabela 57). No total, registou-se um crescimento de 9,29% no número geral de pensionistas, passando de 5.675 em 2014 para 6.202 em 2023. A maioria dos pensionistas recebe pensão por velhice, com um crescimento de 12,48% no total de pensões atribuídas nesta categoria ao longo do período. O número de pensionistas por velhice passou de 3.766 em 2014 para 4.236 em 2023, sendo esta também a categoria com maior número de beneficiários.

Em contraste, observa-se uma diminuição no número de pensionistas por invalidez, que caiu 11,55% entre 2014 e 2023. O total de pensões por invalidez passou de 476 para 421, acompanhada de uma redução no número de pensionistas ativos nesta categoria (de 458 para 406), o que poderá refletir alterações nos critérios de elegibilidade, integração noutras categorias, ou melhoria na inclusão de pessoas com deficiência em contextos de vida ativa. As pensões de sobrevivência também registaram um crescimento, embora mais moderado, com um aumento de 7,82% no total de pensões e de 7,31% no número de pensionistas entre 2014 e 2023.

Tabela 57 - Pensionistas da segurança social (N.º) em Lagoa, 2014-2023

Anos	Tipo de pensão							
	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.
2014	5675	5426	476	458	3766	3614	1433	1354
2015	5779	5515	488	468	3832	3679	1459	1368
2016	5831	5561	473	459	3904	3754	1454	1348
2017	5845	5614	450	441	3959	3815	1436	1358
2018	5882	5564	429	375	4001	3823	1452	1366
2019	5908	5636	418	410	4020	3856	1470	1370
2020	5943	5664	407	392	4076	3899	1460	1373
2021	6038	5785	423	407	4099	3935	1516	1443
2022	6178	5850	419	406	4194	3988	1565	1456
2023	6202	5918	421	406	4236	4059	1545	1453
Taxa de variação 2014-2023	9.29	9.07	-11.55	-11.35	12.48	12.31	7.82	7.31

Fonte: INE, Instituto de Informática

Relativamente à evolução do valor das pensões da Segurança Social, verifica-se um crescimento acentuado entre 2014 e 2023 do montante global atribuído em pensões, com um aumento total de 37,74%, passando de 26.527 mil euros em 2014 para 36.537 mil euros em 2023 (Tabela 58). As pensões por velhice representam a maior fatia do total, tendo registado uma subida de 38,82% no valor atribuído, o que reflete não só o aumento de beneficiários como também uma atualização dos montantes médios pagos. O número de pensionistas por velhice também cresceu significativamente, passando de 20.146 em 2014 para 28.004 em 2023.

No caso das pensões de sobrevivência, o crescimento foi ainda mais expressivo, com um aumento de 43,69% no valor total e de 43,60% no número de pensionistas, evidenciando a importância crescente deste tipo de apoio, muitas vezes associado a situações de maior vulnerabilidade social, como o falecimento do cônjuge. As pensões por invalidez, apesar de registarem um crescimento mais moderado (17,71% no valor total e 17,86% no número de beneficiários), mantêm uma

expressão relevante no conjunto dos apoios atribuídos, ainda que com menor dinamismo face às restantes categorias.

Tabela 58 - Pensões da segurança social (€) em Lagoa, 2014-2023

Anos	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.
2014	26527	26081	2242	2217	20483	20146	3802	3718
2015	26955	26477	2322	2270	20692	20358	3940	3848
2016	27764	27336	2345	2324	21406	21097	4014	3915
2017	28427	28005	2317	2296	21967	21654	4143	4055
2018	29445	28930	2135	2120	22962	22553	4349	4258
2019	30980	30526	2415	2400	23986	23649	4579	4477
2020	31746	31214	2383	2354	24672	24264	4690	4596
2021	32589	32002	2478	2451	25153	24693	4957	4859
2022	35071	34410	2558	2530	27143	26637	5369	5242
2023	36537	35955	2639	2613	28434	28004	5463	5339
Taxa de variação 2014-2023	37.74	37.86	17.71	17.86	38.82	39.01	43.69	43.60

Fonte: INE, Instituto de Informática

3.3.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade

Grupo de Apoio à Pessoa Idosa de Lagoa

O Grupo de Apoio à Pessoa Idosa de Lagoa (GAPI) é uma estrutura de intervenção direcionada a pessoas com 65 ou mais anos, residentes no concelho, que se encontrem em situação de isolamento, vulnerabilidade física, emocional ou social, ou ainda em contextos de negligência e maus-tratos. O grupo integra representantes de várias entidades locais, nomeadamente da GNR (Guarda Nacional Republicana), Segurança Social, unidades de saúde, instituições de apoio social e associações, incluindo a Alzheimer Portugal.

O principal objetivo do GAPI é promover os direitos e a proteção da população idosa, assegurando condições de bem-estar, dignidade e qualidade de vida. Para tal, atua ao nível da articulação de respostas locais, identificação de necessidades, sensibilização da comunidade, prevenção de situações de risco e combate à exclusão social. Paralelamente, procura reforçar a responsabilização das famílias, fomentar relações interpessoais e retardar institucionalizações desnecessárias, promovendo uma resposta integrada e centrada na pessoa idosa.

Os dados relativos aos utentes acompanhados pelo GAPI Lagoa, entre 2021 e 2023, evidenciam um reforço progressivo e contínuo da sua intervenção (Tabela 59). Verifica-se um aumento expressivo no número de famílias apoiadas entre 2021 e 2022, passando de 9 para 21, valor que se manteve estável em 2023. De forma semelhante, o número total de utentes acompanhados cresceu de 10 em 2021 para 22 em 2022, registando-se uma ligeira estabilização no ano seguinte, com 21 utentes.

No que respeita à distribuição por género, observa-se uma predominância feminina entre os utentes: das 53 pessoas acompanhadas no total dos três anos, 33 são mulheres e 20 são homens. Esta diferença poderá estar relacionada com a maior longevidade feminina e uma maior incidência de situações de dependência entre mulheres idosas, como também é comum em outros contextos sociais e demográficos. Outro dado relevante é o número de pessoas idosas em situação de isolamento. Em 2021 e 2022 foi identificada uma pessoa isolada em cada ano, mas em 2023 este número aumentou para quatro, totalizando seis pessoas ao longo do período. Esta evolução reforça a importância do papel do GAPI no combate ao isolamento social da população idosa, que representa uma das principais vulnerabilidades associadas ao envelhecimento.

Tabela 59 - Dados dos utentes do GAPI Lagoa, 2021-2023

Período	N.º de famílias	N.º de utentes	Género		N.º de pessoas isoladas
			Feminino	Masculino	
2021	9	10	5	5	1
2022	21	22	15	7	1
2023	21	21	13	8	4
Total	51	53	33	20	6

Fonte: GAPI Lagoa

De forma geral, os dados refletem um aumento do alcance e da resposta do GAPI nos últimos anos, com destaque para o número crescente de pessoas acompanhadas e a prevalência de utentes do

sexo feminino, bem como para a identificação de casos de isolamento que exigem atenção prioritária nas políticas sociais locais.

Neste sentido, e segundo dados fornecidos pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP), o Destacamento Territorial de Silves indica que, no concelho de Lagoa, estão atualmente a ser acompanhadas 206 pessoas idosas com 65 ou mais anos de idade.

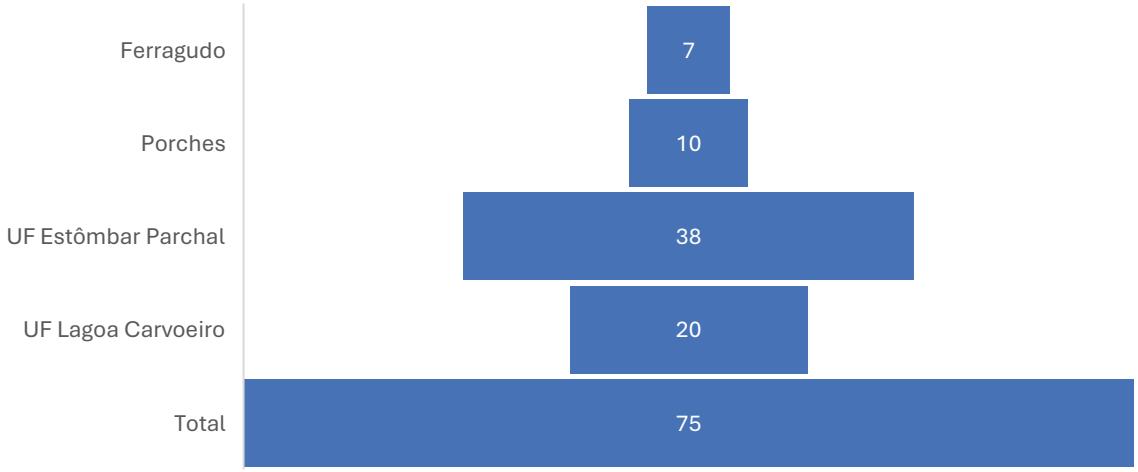
Lagoa Social (Serviço de Teleassistência)

O Cartão Lagoa Social é um apoio disponibilizado pelo Município de Lagoa, destinado a munícipes em situação de vulnerabilidade social, seja por velhice, doença, incapacidade, mobilidade reduzida ou baixos rendimentos, definindo-se como beneficiárias/os aqueles cujo rendimento mensal per capita seja inferior a 80% do IAS (Indexante de Apoios Sociais). Este apoio é regulado pelo edital n.º 838/2014 e aplica-se a residentes no concelho de Lagoa há, pelo menos, três anos, a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, a indivíduos com menos de 65 anos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida comprovada e a elementos de agregados familiares com filhos menores de 25 anos, desde que dependentes e em situação económica vulnerável.

Entre os benefícios proporcionados pelo Cartão Lagoa Social inclui-se o serviço de teleassistência. Este serviço é prestado pela empresa Helpphone, que opera 24 horas por dia e 365 dias por ano, sem obrigatoriedade de fidelização e compatível com todas as redes móveis e fixas. Este serviço inclui ainda a disponibilização de um botão de pânico à prova de água e a emissão de relatórios mensais de acompanhamento. O Município de Lagoa celebrou um contrato de prestação de serviços com esta empresa, disponibilizando duas modalidades de acesso: teleassistência fixa, pelo valor de 12,50€ mensais, e teleassistência móvel, através de um terminal adaptado, pelo valor de 15,50€ mensais.

Verifica-se, assim, que a União de Freguesias de Estômbar e Parchal concentra o maior número de processos ativos, com 38 beneficiários, representando mais de metade do total registado. Segue-se a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, com 20 processos, e a freguesia de Porches, com 10 processos. A freguesia de Ferragudo apresenta o número mais reduzido, com apenas 7 processos ativos.

Gráfico 67 – Processos ativos (N.º) do Cartão Lagoa Social – Serviço Teleassistência, por freguesia



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

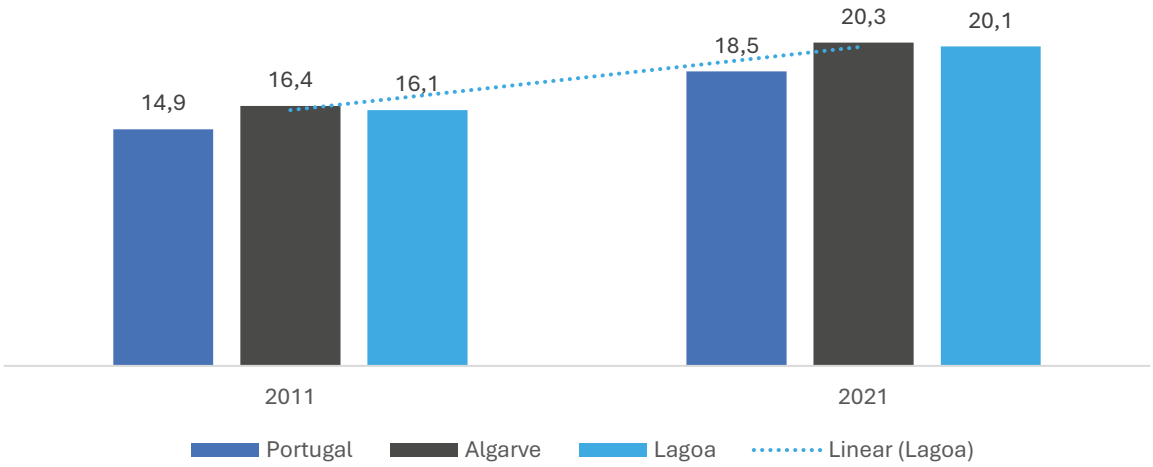
3.4. Famílias monoparentais

Uma das dinâmicas demográficas mais evidentes no território entre 2011 e 2021 é o aumento do número de agregados familiares, que, aliado ao crescimento populacional, sugere uma diminuição da dimensão média das famílias. Neste subcapítulo, o foco incide particularmente sobre a evolução das famílias monoparentais - aquelas em que apenas um adulto assume a responsabilidade parental por crianças.

Embora esta condição, por si só, não determine automaticamente uma situação de vulnerabilidade, é certo que estas famílias estão mais suscetíveis a ela, devido à concentração de responsabilidades numa única pessoa. Tal situação pode levar a maiores dificuldades a nível económico, social e emocional. É comum enfrentarem baixos rendimentos, empregos pouco estáveis e obstáculos na conciliação entre a vida profissional e os cuidados parentais, agravados pela escassez de redes de apoio. Esta conjuntura pode gerar instabilidade emocional, com impacto tanto no adulto como nas crianças. Embora existam mecanismos de apoio, estes revelam-se muitas vezes insuficientes, reforçando a necessidade de políticas públicas dirigidas que promovam a inclusão social e a equidade de oportunidades para estas famílias.

Os dados expostos no gráfico seguinte evidenciam um aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais em todos os territórios em análise, de 2011 a 2021. Lagoa regista uma proporção muito próxima à da região algarvia, ainda que ligeiramente inferior quer em 2011, quer em 2021. Contudo, o fenómeno é mais expressivo no Algarve e em Lagoa face à realidade nacional.

Gráfico 68 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise dos núcleos familiares monoparentais em Lagoa e nas suas freguesias, em 2021, evidencia a persistência de assimetrias de género na responsabilidade parental (Tabela 60). Em Portugal, os núcleos monoparentais com mães representam a esmagadora maioria (496.342), face a 83.629 núcleos com pais. No Algarve, verifica-se a mesma tendência: 24.469 mães com filhos e 4.269 pais. No concelho de Lagoa, entre os 1.455 núcleos monoparentais registados, 1.227 (cerca de 84%) são compostos por mães com filhos, enquanto apenas 228 (16%) correspondem a pais com filhos, uma distribuição que reflete a norma nacional e regional.

Esta realidade revela não só a feminização da parentalidade a solo, mas também o impacto das desigualdades de género na estrutura familiar. A maior carga de cuidados atribuída às mulheres, aliada a eventuais fragilidades económicas, expõe este grupo a riscos acrescidos de vulnerabilidade socioeconómica, especialmente quando acumulam responsabilidades parentais e laborais sem redes de suporte eficazes.

Tabela 60 - Núcleos familiares monoparentais, por tipo de núcleo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Total	Pai com filhos			Mãe com filhos		
		Total	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos	Total	Com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Com filhos tendo o mais novo 25 ou mais anos
Portugal	579971	83629	48551	35078	496342	309276	187066
Algarve	28738	4269	2662	1607	24469	16010	8459
Lagoa	1455	228	151	77	1227	837	390
Ferragudo	110	14	7	7	96	59	37
Porches	135	23	18	5	112	65	47
UF de Estômbar e Parchal	573	92	59	33	481	351	130
UF de Lagoa e Carvoeiro	637	99	67	32	538	362	176

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente à idade dos filhos, em Lagoa, a maioria dos núcleos monoparentais - tanto de mães como de pais - são compostos por famílias com pelo menos um filho com menos de 25 anos. No caso das mães, são 837, enquanto os pais representam 151. Já os núcleos onde o filho mais novo tem 25 anos ou mais totalizam 390 (mães) e 77 (pais). Esta distribuição evidencia a longevidade dos vínculos de coabitação familiar, sobretudo entre mães e filhos adultos, uma característica cada vez mais comum em contextos marcados por dificuldades no acesso à habitação e à autonomia económica dos jovens.

Ao nível das freguesias, a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro concentra o maior número de núcleos monoparentais do concelho (637), com 538 mães e 99 pais. Segue-se a União de Freguesias de Estômbar e Parchal, com 573 núcleos (481 mães e 92 pais). Estes dados reforçam a ideia de que estas freguesias acolhem maior diversidade e densidade populacional, nomeadamente famílias em idade ativa, muitas das quais em situação de monoparentalidade. Já Ferragudo e Porches apresentam números mais reduzidos, ainda que com o mesmo padrão de predominância feminina.

No que respeita à escolaridade, os dados dos Censos 2021 indicam que a nível nacional, a maior percentagem de famílias monoparentais encontra-se no escalão do ensino secundário (23,3%), seguindo-se o 1.º ciclo (21,2%) e o 3.º ciclo (17,8%) (Tabela 61). No Algarve, esta realidade é ainda mais acentuada, com uma percentagem superior de famílias com escolaridade máxima ao nível do ensino secundário (26,8%) e do 3.º ciclo (20,4%). Em Lagoa, o padrão é semelhante: 26,0% dos

núcleos monoparentais têm como grau mais elevado o ensino secundário, e 22,1% o 3.º ciclo. No entanto, apenas 14,5% atingem o ensino superior, valor inferior à média nacional (18,9%) e regional (17,5%).

A análise desagregada por freguesia mostra variações internas no concelho. Ferragudo apresenta a proporção mais elevada de famílias com ensino secundário (28,2%), enquanto Porches destaca-se com 27,4% no 3.º ciclo e apenas 10,4% no ensino superior, o valor mais baixo entre todas as freguesias analisadas. A União das Freguesias de Estômbar e Parchal tem a maior percentagem no ensino secundário (27,6%) e apenas 14,3% no ensino superior, valor semelhante ao da União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (15,5%).

Tabela 61 – Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Nenhum	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Portugal	7.7	21.2	9.8	17.8	23.3	1.2	18.9
Algarve	7.6	18.0	8.3	20.4	26.8	1.5	17.5
Lagoa	6.7	19.2	10.1	22.1	26.0	1.3	14.5
Ferragudo	7.3	21.8	4.5	22.7	28.2	0.9	14.5
Porches	7.4	19.3	8.1	27.4	25.9	1.5	10.4
UF de Estômbar e Parchal	6.1	18.3	11.7	20.6	27.6	1.4	14.3
UF de Lagoa e Carvoeiro	7.1	19.5	10.0	22.3	24.3	1.3	15.5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os dados analisados demostram que a maioria das famílias monoparentais nos territórios analisados apresentam níveis de escolaridade até ao ensino secundário, sendo reduzida a proporção com formação superior. Esta realidade reforça a relação entre baixos níveis de escolaridade e maior vulnerabilidade social, e aponta para a importância de políticas públicas orientadas para a qualificação e capacitação deste grupo.

3.5. População Beneficiária de RSI

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio dirigido a pessoas em situação de pobreza extrema, composto por uma prestação monetária que assegura a satisfação das necessidades

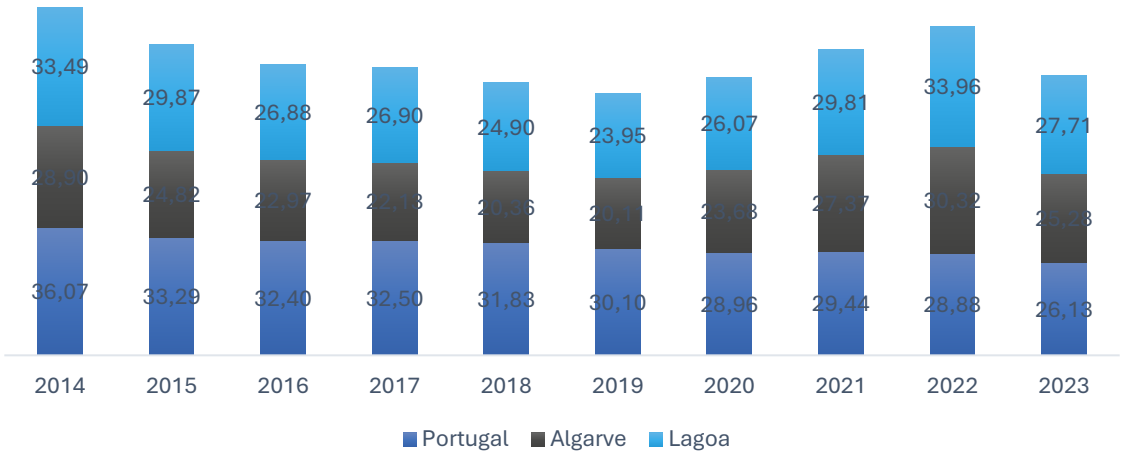
básicas e por um contrato de inserção adaptado às especificidades de cada agregado familiar, com o objetivo de promover a sua integração gradual a nível social, profissional e comunitário. Conhecer a população beneficiária de RSI permite identificar as situações de maior vulnerabilidade e exclusão social no concelho. Esta informação ajuda a caracterizar melhor o perfil socioeconómico da população, a reconhecer os principais desafios sociais e a definir estratégias mais eficazes de intervenção e apoio, quer a nível municipal, quer em articulação com outras entidades locais.

Face aos dados do INE, que apresentam o número de pessoas beneficiarias do RSI por 1000 habitantes em idade ativa, entre 2014 e 2023, verifica-se a nível nacional, uma tendência de diminuição gradual ao longo do período analisado: em 2014, havia 36,07 beneficiárias/os por 1000 habitantes, valor que foi descendo de forma consistente até atingir 26,13 em 2023 (Gráfico 69).

No Algarve, a tendência é semelhante, mas com valores sistematicamente inferiores aos do país. Em 2014, registavam-se 28,90 beneficiárias/os por 1000 habitantes, baixando para 20,11 em 2019, o valor mais baixo do período analisado. No entanto, entre 2019 e 2022, verifica-se uma inversão desta tendência, com um aumento para 30,32 em 2022, relacionado com os impactos socioeconómicos da pandemia de COVID-19 na região, particularmente afetada devido à forte dependência do turismo. Em 2023, regista-se nova diminuição para 25,28 beneficiários.

Em Lagoa, o comportamento é semelhante ao da região até 2019, com uma redução de 33,49 em 2014 para 23,95 em 2019. No entanto, a partir de 2020, o município apresenta uma evolução distinta: embora tenha subido ligeiramente em 2020 (26,07) e 2021 (29,81), o aumento em 2022 é mais acentuado, atingindo 33,96 beneficiários, ultrapassando inclusive os níveis de 2014. Em 2023, o número volta a diminuir para 27,71, mas continua superior ao observado em anos anteriores, antes da pandemia. Os dados indicam que Lagoa, em particular, enfrentou maiores dificuldades na recuperação social e económica quando comparado com a média nacional.

Gráfico 69 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2023



Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

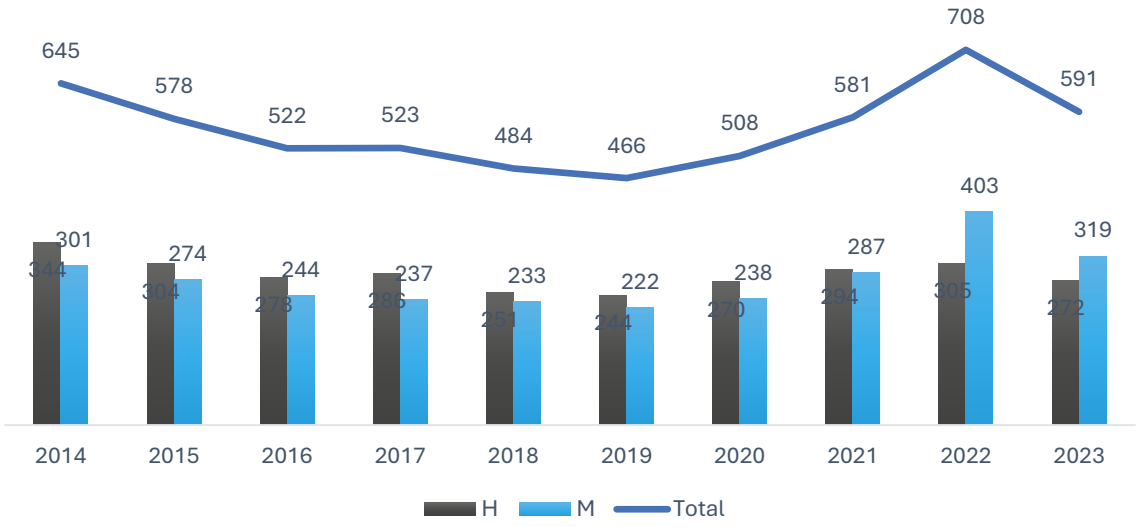
O gráfico 70 apresenta a evolução do número de beneficiárias/os do RSI no Concelho de Lagoa, desagregados por sexo, entre 2014 e 2023. A análise revela não só oscilações no número total de pessoas beneficiárias do RSI, mas também mudanças significativas na distribuição por sexo, indicando um aumento da vulnerabilidade feminina em períodos mais recentes.

No total, observa-se uma tendência de diminuição do número de beneficiárias/os entre 2014 e 2019, passando de 645 indivíduos em 2014 para 466 em 2019. Esta descida é visível tanto entre os homens como entre as mulheres: no caso dos homens, de 344 para 244, e no caso das mulheres, de 301 para 222. A partir de 2020, no entanto, a tendência inverte-se, registando-se um aumento no número total de beneficiárias/os, que passa para 508 em 2020 e sobe para 581 em 2021. O ano de 2022 representa o valor mais elevado deste crescimento, atingindo os 708 beneficiárias/os, antes de voltar a reduzir ligeiramente em 2023 para 591.

A análise desagregada por sexo mostra que durante todo o período analisado, o número de homens beneficiários foi, de forma geral, superior ao de mulheres até 2021. No entanto, em 2022 e 2023, esta situação inverte-se: em 2022, o número de mulheres beneficiárias (403) ultrapassa claramente o número de homens (305), tendência que se mantém em 2023, com 319 mulheres beneficiárias face a 272 homens. Esta informação indica um agravamento das condições socioeconómicas das

mulheres residentes no concelho de Lagoa, tornando-se especialmente visível após os efeitos da pandemia de COVID-19.

Gráfico 70 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por sexo, em Lagoa, 2014-2023



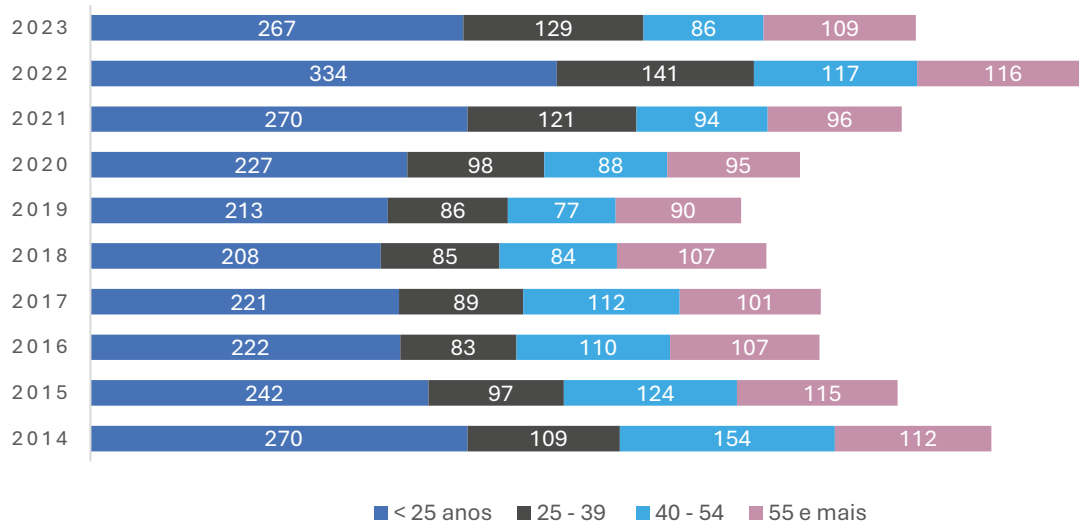
Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

Em relação à distribuição do RSI por grupo etário, verifica-se que as oscilações mais marcadas ocorreram nas faixas etárias mais jovens, particularmente entre os menores de 25 anos, destacando uma vulnerabilidade acrescida desta população face às crises económicas recentes (Gráfico 71). Por outro lado, os grupos com maior idade revelam maior estabilidade, ainda que persistam necessidades de apoio. De forma geral, pode constatar-se:

- uma tendência de quebra em todas as faixas etárias até 2019 e consequente agravamento durante a fase da pandemia de COVID-19, de 2020 a 2023, seguindo-se novo cenário de queda;
- < 25 anos: apresenta sistematicamente o maior número de beneficiárias/os. Em 2014, eram 270 jovens nesta situação, número que desce novamente para 267 em 2023;
- 25-39 anos: o número de beneficiárias/os passou de 109 em 2014 para 129 em 2023;
- 40-54 anos: houve uma descida de 154 para 77 beneficiários entre 2014 e 2019, com uma recuperação menos expressiva após 2020, alcançando 117 em 2022 e voltando a baixar para 86 em 2023.

- 55 e mais anos: comportamento relativamente estável, com um ligeiro decréscimo de 112 beneficiárias/os em 2014, para 109 em 2023.

Gráfico 71 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por escalão etário, em Lagoa, 2014-2023



Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

No que diz respeito ao valor processado do RSI, observa-se que, em Portugal, este se manteve relativamente estável entre 2019 e 2023, com oscilações pouco significativas: de 316.811€ em 2019, acabou por subir para 322.242€ em 2023 (Tabela 62). No Algarve, o comportamento foi diferente, com uma tendência clara de crescimento do valor processado ao longo dos anos. Em 2019, o valor processado foi de 8.962€, aumentando para 14.342€ em 2023. Este aumento significativo reflete o agravamento das condições sociais na região, muito afetada pela quebra do turismo e pelas consequências económicas da pandemia, que terão conduzido a um maior número de beneficiárias/os e a um reforço do apoio financeiro.

Em Lagoa, observa-se igualmente um aumento contínuo do valor processado entre 2019 e 2023. Em 2019, o montante era de 587 mil euros, subindo em 2023 para os 805 mil euros. Este crescimento, embora em menor escala absoluta do que nos níveis regional e nacional, acompanha a tendência verificada no Algarve e confirma o aumento das necessidades sociais no concelho, particularmente após 2020.

Tabela 62 - Valor processado do rendimento social de inserção da segurança social (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023

Unidade territorial	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	316811	313399	324260	312881	322242
Algarve	8962	10410	12762	14055	14342
Lagoa	587	634	745	772	805

Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

A tabela 63 apresenta dados relativos às famílias em situação de vulnerabilidade apoiadas pela Equipa de RSI de Lagoa, nos anos de 2022 e 2023. É importante salientar que os dados de 2022 correspondem apenas ao período de abril a dezembro, uma vez que a transferência de competências ocorreu nesse ano. Em 2022, foram apoiadas 215 famílias, totalizando 532 utentes. Em termos de género, havia 276 mulheres e 256 homens entre os beneficiários. No que respeita às pessoas isoladas - ou seja, aquelas que vivem sozinhas - registou-se um total de 93 casos.

No ano de 2023, observa-se um aumento em todos os indicadores. O número de famílias apoiadas cresceu para 255, correspondendo a um acréscimo de 40 famílias relativamente a 2022. Da mesma forma, o número de utentes subiu para 598, com a distribuição por género a revelar 310 mulheres e 288 homens. Registou-se também um aumento considerável no número de pessoas isoladas, que passou para 119.

Tabela 63 - Famílias em situação de vulnerabilidade apoiadas pela Equipa RSI Lagoa, 2022 e 2023

Ano	N.º de famílias	N.º de utentes	Género		N.º de pessoas isoladas
			Feminino	Masculino	
2022	215	532	276	256	93
2023	255	598	310	288	119

Fonte: Equipa RSI Lagoa

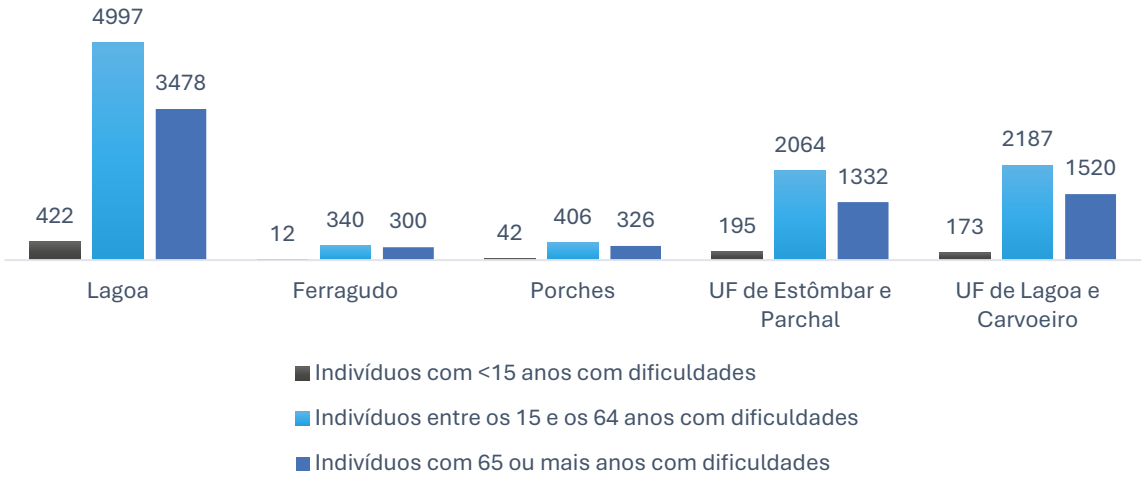
A comparação entre os dois anos permite concluir que, com a consolidação da transferência de competências e provavelmente um conhecimento mais aprofundado do território e das necessidades locais, houve um crescimento na identificação e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Este aumento poderá também refletir o agravamento das condições socioeconómicas de algumas famílias, exigindo uma resposta social mais abrangente e estruturada.

3.6. Pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade

A análise das dificuldades funcionais da população do município de Lagoa é essencial para sustentar um diagnóstico social rigoroso e orientar políticas públicas mais eficazes. Permite identificar limitações motoras, sensoriais, cognitivas ou mentais que condicionam a autonomia e o acesso a direitos, quantificar necessidades específicas de apoio e detetar desigualdades territoriais. Esta abordagem transversal ajuda a identificar grupos em situação de maior vulnerabilidade, como idosos, pessoas com deficiência e crianças, fundamentando a criação de estratégias integradas que promovam a inclusão, a equidade e a coesão social no concelho.

O Gráfico 72 apresenta o número de agregados domésticos privados no concelho de Lagoa, em 2021, distribuído por freguesia e por grupo etário de indivíduos com dificuldades funcionais. De forma geral, verifica-se que estas dificuldades são mais comuns na população adulta e, particularmente, entre os idosos, refletindo a tendência de envelhecimento demográfico. As freguesias com maior concentração populacional registam também o maior número de indivíduos com limitações, o que salienta a necessidade de reforçar as respostas sociais e de saúde nestas áreas.

Gráfico 72 - Agregados domésticos privados (N.º) em Lagoa e Freguesias por Grupo etário (indivíduo com dificuldades), 2021



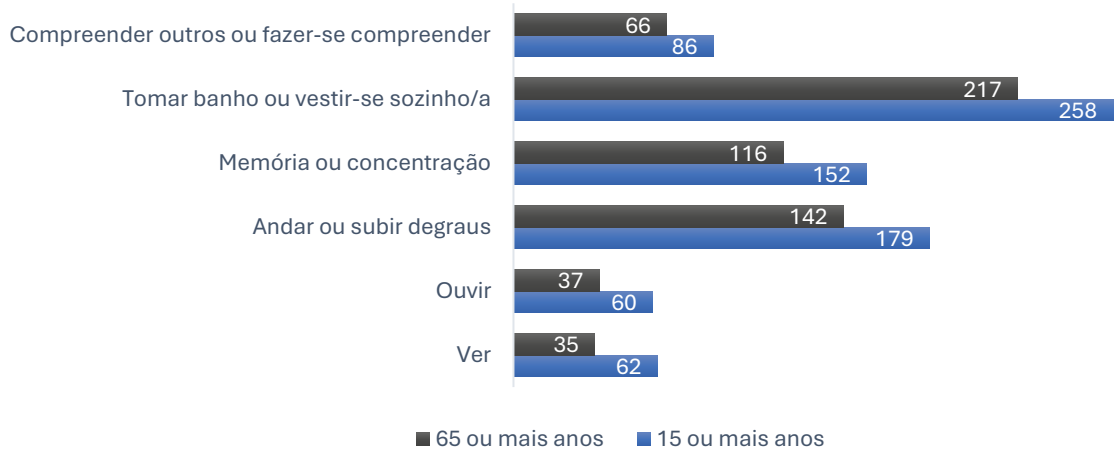
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

As Uniões de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro e de Estômbar e Parchal apresentam um número elevado de indivíduos com dificuldades funcionais nos grupos etários dos 15 aos 64 anos e dos 65 ou mais anos. Apesar do número mais reduzido de crianças com limitações, este continua a ser superior ao observado em Ferragudo e Porches.

Estas duas últimas freguesias, registam, de facto, os valores mais baixos em todos os grupos etários. Em Ferragudo, apenas 12 crianças e jovens com menos de 15 anos apresentam dificuldades, enquanto entre os adultos e idosos os números aumentam para 340 e 300, respetivamente. Em Porches, os valores são ligeiramente mais elevados do que em Ferragudo, contabilizando-se 42 crianças e jovens, 406 adultos e 326 idosos com dificuldades, mas ainda assim representam números reduzidos no contexto global do concelho.

Em relação às dificuldades da população residente que não consegue executar a ação, verifica-se que, embora existam dificuldades em ambos os grupos etários - 15 ou mais anos e 65 ou mais anos -, estas são claramente mais pronunciadas entre a população idosa, o que é consistente com a progressiva perda de funcionalidade associada à idade (Gráfico 73).

Gráfico 73 - Dificuldades da população residente (N.º), com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A ação em que se verifica maior número de dificuldades é "tomar banho ou vestir-se sozinho/a", com 258 indivíduos com 65 ou mais anos e 217 indivíduos entre os 15 e os 64 anos a reportarem dificuldades. Seguem-se as dificuldades em "andar ou subir degraus" (179 idosos e 142 adultos

mais jovens) e em "memória ou concentração" (152 idosos e 116 adultos). As dificuldades em "compreender outros ou fazer-se compreender" também se revelam significativas, afetando 86 idosos e 66 adultos. No entanto, as ações "ouvir" e "ver" apresentam os números mais baixos em ambos os grupos, ainda que se mantenham mais acentuadas entre os mais velhos (60 dificuldades auditivas e 62 visuais em idosos, contra 37 e 35 respetivamente nos adultos mais jovens).

A tabela 64 mostra a distribuição das várias dificuldades, no ano de 2021, segundo o sexo dos indivíduos, relativamente à incapacidade de realizar determinadas ações do quotidiano. De um modo geral, observa-se que as mulheres registam números mais elevados de dificuldades em comparação com os homens em todas as ações analisadas. As maiores diferenças entre os sexos surgem na ação "tomar banho ou vestir-se sozinho/a", onde 147 mulheres relatam dificuldades face a 111 homens, evidenciando uma diferença significativa. Também na ação "andar ou subir degraus", as mulheres apresentam um número superior (100 mulheres contra 79 homens), confirmando uma tendência de maior prevalência de dificuldades funcionais entre a população feminina.

Tabela 64 – Dificuldades (N.º) da população residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, quanto ao sexo, 2021

Unidade territorial	Sexo	Tipo de dificuldade					
		Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Lagoa	H	30	26	79	57	111	41
	M	32	34	100	95	147	45
	Total	62	60	179	152	258	86

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que respeita às dificuldades de "memória ou concentração", a diferença também é notória, com 95 mulheres e 57 homens a reportarem limitações nesta capacidade. Quanto às dificuldades de "compreender os outros ou fazer-se compreender", os números são mais próximos, embora ainda superiores nas mulheres (45 mulheres face a 41 homens). Por outro lado, as ações "ver" e "ouvir" apresentam os valores mais equilibrados entre os sexos, sendo que, para a dificuldade de visão, se registam 32 mulheres e 30 homens, e para a audição, 34 mulheres e 26 homens.

A análise demonstra, portanto, que as mulheres em Lagoa, em 2021, enfrentavam, de forma geral, mais dificuldades funcionais do que os homens, o que poderá estar associado a fatores como a maior esperança média de vida feminina, a maior incidência de doenças crónicas e o envelhecimento mais acentuado neste grupo.

A tabela seguinte explora a relação entre a condição perante o trabalho e o grau de dificuldades funcionais, nomeadamente no que diz respeito à incapacidade para realizar determinadas atividades do dia a dia. Observa-se que as limitações são mais acentuadas entre os indivíduos reformados, aposentados ou na reserva, destacando-se as dificuldades em "tomar banho ou vestir-se sozinho/a", com 198 casos registados, e em "andar ou subir degraus", com 122 casos.

Tabela 65 – Dificuldades (N.º) da população residente, com 15 e mais anos de idade, em Lagoa, que não consegue executar a ação, e condição perante o trabalho, 2021

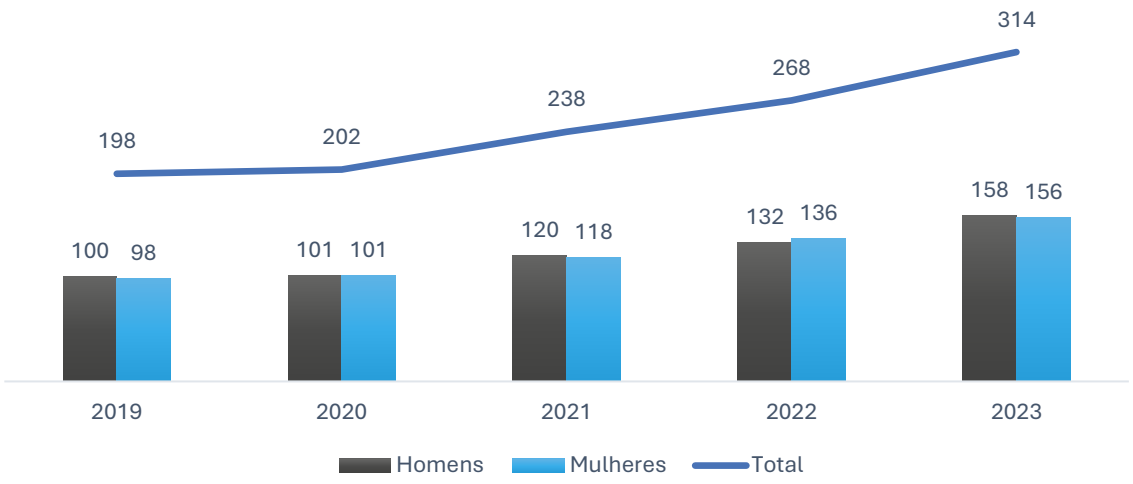
Tipo de dificuldades	Condição perante o trabalho		
	Empregados	Reformados, aposentados ou na reserva	Incapacitados permanentes para o trabalho
Ver	16	30	5
Ouvir	13	33	4
Andar ou subir degraus	14	122	28
Memória ou concentração	16	102	19
Tomar banho ou vestir-se sozinho	12	198	33
Compreender os outros ou fazer-se compreender	2	61	18

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Entre os incapacitados permanentes para o trabalho, os números também são elevados, sobretudo nas ações de "tomar banho ou vestir-se sozinho/a" (33 casos) e "andar ou subir degraus" (28 casos), o que evidencia a gravidade das limitações físicas neste grupo. Por outro lado, entre os indivíduos empregados, os valores de dificuldades são bastante inferiores em todas as categorias, o que é expectável dado que a condição de empregabilidade pressupõe, na maioria dos casos, um nível funcional mais elevado. Ainda assim, registam-se algumas dificuldades, nomeadamente em "memória ou concentração" (16 casos) e em "ver" (16 casos), sugerindo a presença de limitações menos severas que, contudo, podem comprometer o desempenho laboral.

O gráfico 74 refere-se ao número de beneficiárias/os da prestação social para a inclusão (PSI) da Segurança Social no Concelho de Lagoa. A PSI é uma prestação atribuída aos cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas, residentes legalmente em Portugal e que tenham uma deficiência da qual resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Entre 2019 e 2023, o número de beneficiárias/os em Lagoa registou um crescimento progressivo e consistente. Em 2019, o total era de 198 pessoas, com uma distribuição bastante equilibrada entre homens (100) e mulheres (98). No ano seguinte, em 2020, observou-se uma ligeira subida para 202 beneficiárias/os, mantendo-se a igualdade entre os sexos (101 homens e 101 mulheres).

Gráfico 74 - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da Segurança Social (N.º) em Lagoa, por Sexo, 2019-2023

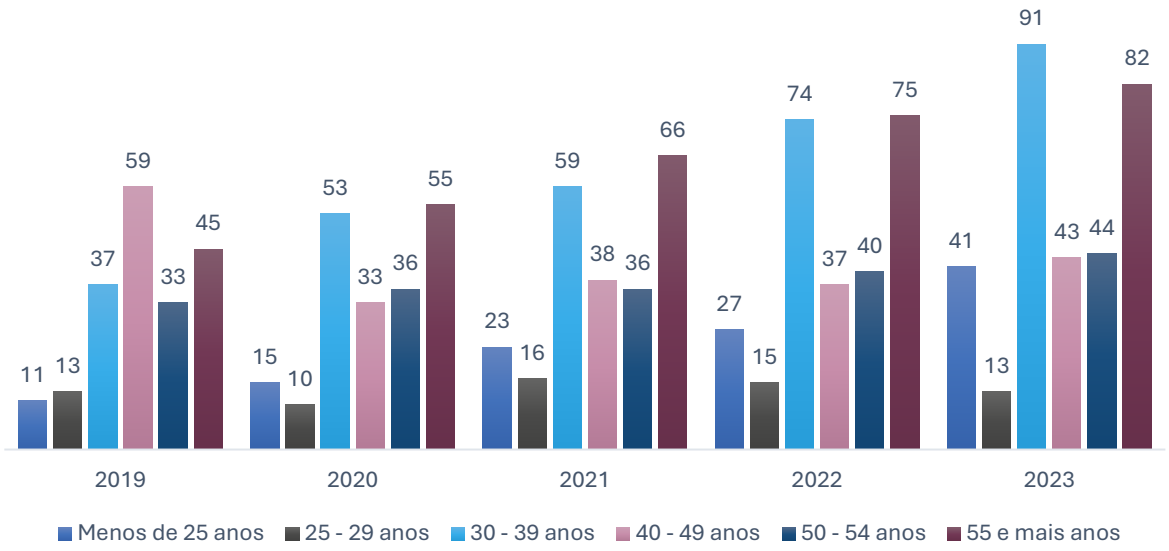


Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

A partir de 2021, o aumento tornou-se mais acentuado, atingindo os 238 beneficiárias/os (120 homens e 118 mulheres), o que demonstra um reforço no alcance da medida. Em 2022, o número voltou a crescer, chegando às/aos 268 beneficiárias/os, com 132 homens e 136 mulheres, verificando-se uma ligeira inversão na predominância de género. Finalmente, em 2023, registou-se o valor mais elevado do período, com um total de 314 beneficiárias/os. Este crescimento foi acompanhado por um aumento tanto no número de homens (158) como de mulheres (156), mantendo-se uma distribuição praticamente igualitária. Estes dados mostram não só a crescente adesão à PSI ao longo dos anos, como também a sua importância crescente enquanto instrumento de apoio social no concelho de Lagoa.

A análise do número de beneficiárias/os em Lagoa por grupo etário revela uma evolução marcada por um crescimento expressivo em praticamente todos os grupos etários, embora com diferentes ritmos e flutuações ao longo do tempo (gráfico 75). O grupo etário dos 55 e mais anos manteve-se consistentemente como o mais representado, passando de 45 beneficiários em 2019 para 82 em 2023. Este aumento progressivo reforça a importância desta prestação para a população mais envelhecida, evidenciando a vulnerabilidade acrescida desta faixa etária.

Gráfico 75 - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º) em Lagoa, por grupo etário, 2019-2023

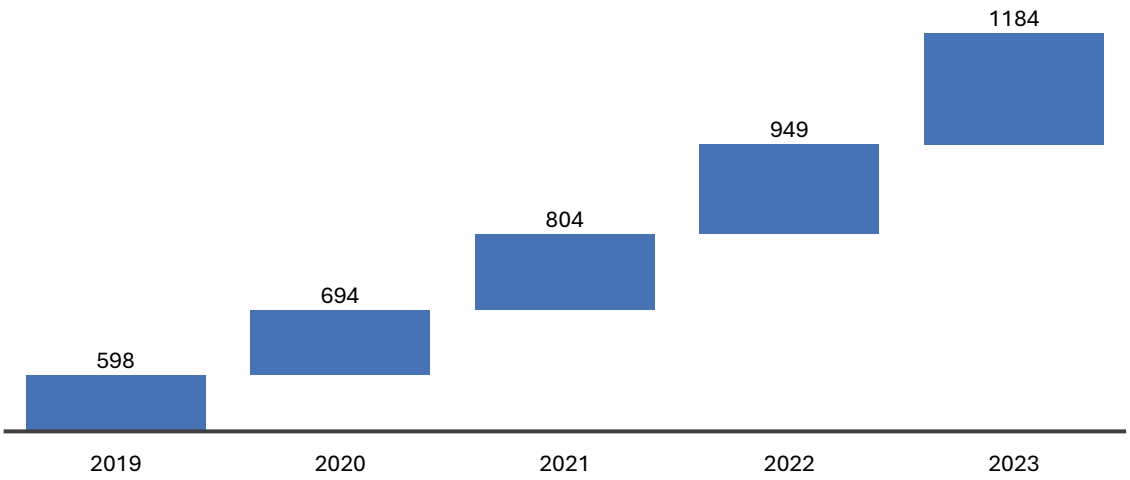


Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

Simultaneamente, observou-se uma subida significativa entre os beneficiários com menos de 25 anos, cujo número cresceu de 11 em 2019 para 41 em 2023, o que pode indicar um agravamento das condições socioeconómicas entre os mais jovens ou uma maior eficácia na identificação e integração deste grupo na resposta social. O grupo dos 30 aos 39 anos registou igualmente um aumento acentuado ao longo do período, particularmente entre 2021 e 2023, atingindo os 91 beneficiários no final do período analisado, o valor mais elevado entre todos os grupos etários nesse ano. Este crescimento poderá refletir situações de instabilidade laboral ou dificuldades de integração profissional em idades ativas. Nos restantes grupos etários - 25-29, 40-49 e 50-54 anos - os valores oscilaram de forma menos acentuada, mas ainda assim com uma tendência geral de aumento, atingindo respetivamente 13, 43 e 44 beneficiários em 2023.

Entre 2019 e 2023, o valor processado da PSI no concelho de Lagoa registou um crescimento contínuo e expressivo, refletindo o reforço da proteção social dirigida a pessoas com deficiência (Gráfico 76). Em 2019, o montante total ascendeu a 598 mil euros, aumentando para 694 mil euros em 2020. Esta tendência de crescimento manteve-se nos anos seguintes, com 804 mil euros processados em 2021 e 949 mil euros em 2022. Em 2023, o valor ultrapassou pela primeira vez a barreira do milhão de euros, situando-se nos 1.184 mil euros. Este aumento constante ao longo dos cinco anos sugere não só um acréscimo do número de beneficiários, como também uma eventual revalorização dos montantes atribuídos ou melhoria no acesso à medida. O crescimento sustentado do valor processado confirma a relevância da PSI no contexto local como instrumento de inclusão e apoio financeiro, sobretudo perante situações de vulnerabilidade associadas à deficiência. Esta evolução reforça a importância de manter e ajustar os mecanismos de proteção social em função das necessidades crescentes da população beneficiária.

Gráfico 76 - Valor processado da prestação social para a inclusão da Segurança Social (€) em Lagoa, 2019-2023



Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

Na tabela seguinte observa-se a evolução do subsídio por assistência de terceira pessoa da segurança social entre 2014 e 2023. Trata-se de uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de terceira pessoa.

Como se pode assinalar, o número de beneficiárias/os no concelho de Lagoa manteve-se relativamente estável, com variações pouco expressivas ao longo do período. Em 2014, o número de beneficiárias/os era de 29, valor que desceu ligeiramente nos dois anos seguintes, para 26 em 2015 e 27 em 2016. A partir de 2017, o número foi aumentando gradualmente, atingindo 31 beneficiárias/os em 2018 e mantendo-se constante nos dois anos seguintes. Nos anos de 2021 a 2023, registaram-se pequenas oscilações: uma diminuição para 27 beneficiárias/os em 2021, seguida de uma subida para 32 em 2022 e uma ligeira redução para 31 em 2023, valor idêntico ao registado em 2018, 2019 e 2020. O número de descendentes ou equiparados acompanhou de perto esta tendência, com pequenas variações entre 27 e 36 ao longo do período. Em 2023, foram contabilizados 33 descendentes ou equiparados, o mesmo número verificado em 2019.

Tabela 66 - Subsídio por assistência de terceira pessoa da segurança social (N.º e €) em Lagoa, 2014-2023

Anos	Beneficiárias/os	Descendentes ou equiparadas/os	Valor processado
	N.º	N.º	€ (milhares)
2014	29	29	29
2015	26	27	26
2016	27	28	31
2017	28	29	35
2018	31	33	43
2019	31	33	42
2020	31	35	42
2021	27	31	40
2022	32	36	46
2023	31	33	46

Fonte: INE, Anual - Instituto de Informática

Quanto ao valor processado, registou-se uma evolução positiva. Em 2014, o montante situava-se nos 29 mil euros, descendo ligeiramente para 26 mil em 2015, mas iniciando depois uma trajetória ascendente. A partir de 2016, os valores processados foram aumentando, atingindo os 43 mil euros em 2018, mantendo-se próximos desse valor nos anos seguintes. Em 2022 e 2023, o montante processado atingiu os 46 mil euros, o valor mais elevado entre 2014 e 2023.

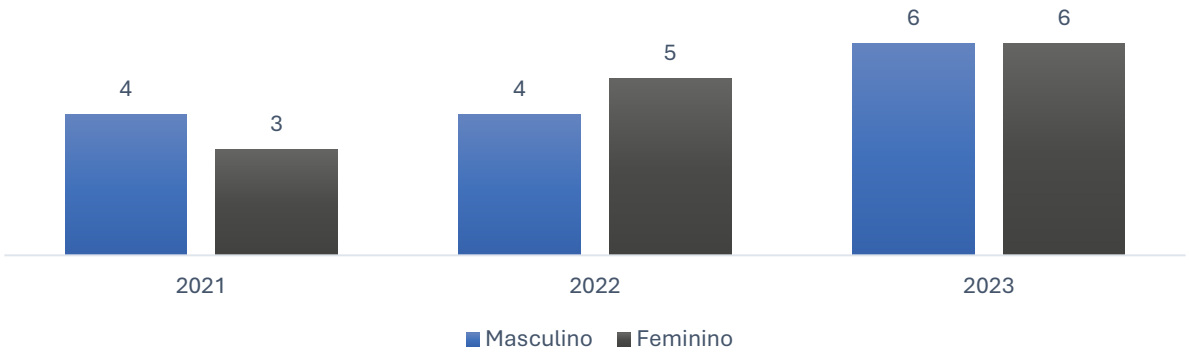
3.6.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para Pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade

Protocolo com a APEXA – Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve

A Câmara Municipal de Lagoa estabeleceu um protocolo de apoio financeiro e de colaboração técnica com a APEXA, visando a integração de pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, em situação de carência económica e residentes no concelho de Lagoa. A avaliação das candidaturas é feita em articulação com a Unidade de Ação Social, com base num diagnóstico socioeconómico e na existência de vaga disponível. O protocolo prevê ainda que a APEXA disponibilize, sempre que solicitado, relatórios e documentação técnica relativa ao funcionamento das respostas que presta.

Entre 2021 e 2023, o número de utentes do Projeto LACUS da APEXA no concelho de Lagoa apresentou uma evolução positiva, tanto no total como na distribuição por sexo (Gráfico 77). Em 2021, o projeto contou com 7 participantes, sendo 4 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. No ano seguinte, observou-se um ligeiro aumento global, com 9 utentes, dos quais 4 eram homens e 5 mulheres, assinalando uma primeira inversão na distribuição por género. Em 2023, o número de utentes aumentou novamente, alcançando 12 participantes, com uma distribuição equitativa entre homens e mulheres (6 cada).

Gráfico 77 - Utentes (N.º) do Projeto LACUS da APEXA, 2021-2023



Fonte: APEXA 2024

Esta evolução mostra um crescimento sustentado na adesão ao projeto ao longo do triénio, assim como uma progressiva aproximação à paridade de género, culminando numa total igualdade no último ano do período analisado.

A caracterização dos utentes do Projeto LACUS da APEXA, entre 2021 e 2023, aponta para uma diversidade significativa de diagnósticos, refletindo a abrangência da intervenção junto de pessoas com diferentes tipos de deficiência e necessidades específicas no concelho de Lagoa (Tabela 67). O diagnóstico mais frequente entre os participantes é o autismo, com três utentes identificados, seguido do défice cognitivo, com dois casos. Os restantes diagnósticos surgem com um utente cada, o que revela uma dispersão considerável, abrangendo condições neurológicas, genéticas, visuais e do desenvolvimento. Entre estes, encontram-se, por exemplo, a Síndrome Bardet Biedl, Esquizofrenia Residual, Hipotonia do Cerebelo, Trissomia 21, Síndrome de Charge, e condições visuais como a hipoplasia dos nervos óticos, cegueira causada por diabetes tipo I e deficiência visual.

Tabela 67 - Utentes (N.º) do Projeto LACUS da APEXA segundo o diagnóstico, 2021-2023

Diagnóstico	Nº
Síndrome Bardet Biedl	1
Esquizofrenia Residual	1
Défice Cognitivo	2
Autismo	3
Hipotonia do Cerebelo	1
Défice intelectual e desenvolvimental	1
Trissomia 21	1
Perturbação de Desenvolvimento intelectual	1
Hipoplasia dos nervos óticos	1
Síndrome de Charge	1
Cegueira causada por diabetes tipo I	1
Deficiência Visual	1

Fonte: APEXA 2024

Também estão representadas perturbações do desenvolvimento intelectual e défices intelectuais e desenvolvimentais, o que reforça a natureza multifacetada das limitações enfrentadas pelos utentes e a necessidade de respostas personalizadas. Esta diversidade diagnóstica sublinha o papel

central do Projeto LACUS enquanto estrutura de apoio inclusiva, capaz de dar resposta a um conjunto heterogéneo de situações, contribuindo para a promoção da autonomia, participação social e bem-estar destas pessoas e respetivas famílias.

A análise das limitações funcionais e das condições de vida das pessoas com deficiência no concelho de Lagoa demonstra uma realidade marcada por vulnerabilidades específicas, fortemente associadas ao envelhecimento, à condição perante o trabalho e às desigualdades territoriais. Os dados demonstram que, embora as limitações afetem todos os grupos etários, são mais expressivas entre a população idosa e feminina, refletindo dinâmicas demográficas e sociais que exigem respostas ajustadas. A progressiva expansão de medidas de apoio, como a PSI e o subsídio por assistência de terceira pessoa, bem como a implementação de projetos como o LACUS, mostram-se fundamentais na promoção da inclusão, autonomia e dignidade das pessoas com deficiência. A análise reforça, assim, a necessidade de políticas públicas integradas, centradas na pessoa e no território, capazes de responder de forma eficaz e equitativa às múltiplas dimensões da exclusão e da incapacidade.

3.7. Vítimas de violência doméstica

De acordo com a definição estabelecida na Convenção de Istambul[2], a violência doméstica inclui todas as formas de agressão física, sexual, psicológica ou económica que ocorram no contexto familiar, na unidade doméstica ou em relações de intimidade, nomeadamente entre cônjuges, ex-cônjuges, companheiros ou ex-companheiros. Esta definição aplica-se independentemente de o agressor coabitar, ou ter coabitado, com a vítima, abrangendo, assim, uma ampla diversidade de situações de violência em contextos relacionais próximos.

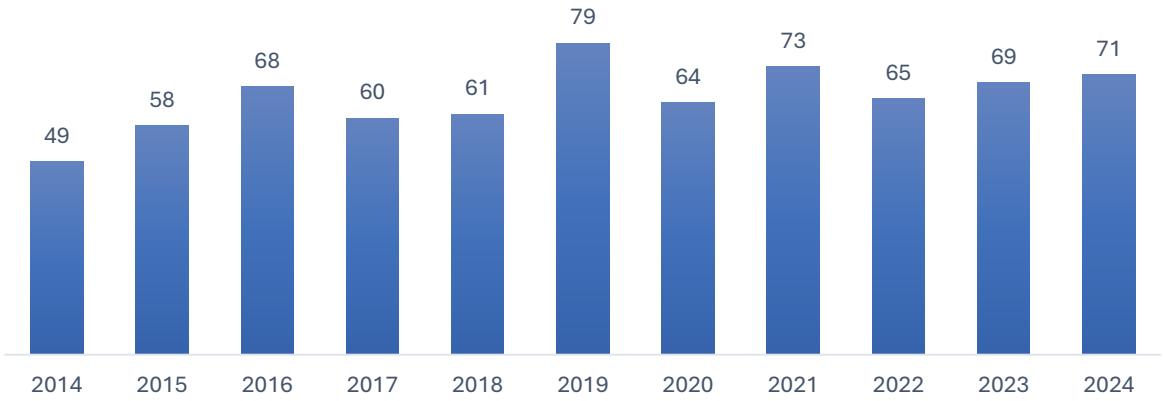
As vítimas de violência doméstica constituem um grupo social particularmente vulnerável, devido à complexidade das relações de dependência, controlo e intimidação a que estão sujeitas, muitas vezes no seio de relações íntimas. Esta vulnerabilidade é agravada por fatores como o isolamento social, a limitação de recursos, o impacto psicossocial da violência e a própria desconfiança nas instituições. Face a este cenário, impõe-se uma resposta integrada e sustentada, que reconheça

[2] Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011.

estas vítimas como prioritárias nas políticas públicas, promovendo a sua proteção, capacitação e reintegração, em conformidade com os princípios da Convenção de Istambul e com uma abordagem centrada nos direitos humanos.

De acordo com os dados disponibilizados pelas autoridades policiais, os crimes de violência doméstica registados no Concelho de Lagoa apresentaram dois picos ao longo do período analisado: um em 2019, com 79 casos, e outro em 2021, com 73 (Gráfico 78). Apesar das flutuações observadas ao longo da série temporal, não é possível concluir que exista uma tendência clara de crescimento ou de redução deste tipo de crime.

Gráfico 78 – Crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (N.º) registados pelas autoridades policiais em Lagoa, 2014-2024



Fonte: INE, Direcção-Geral da Política de Justiça

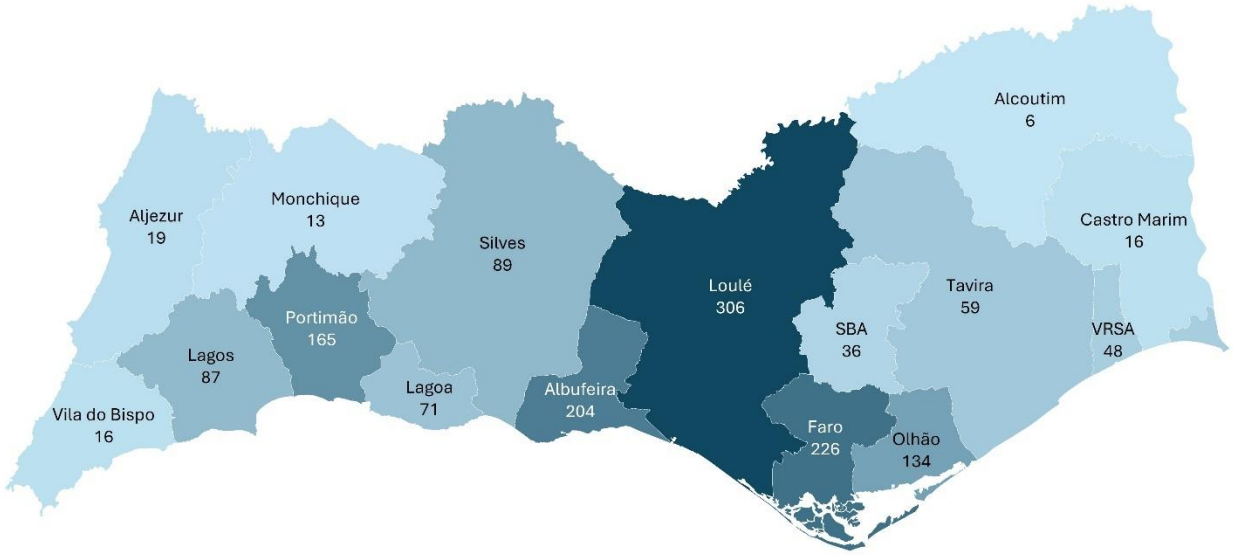
O mapa apresentado mostra os dados referentes ao número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados pelas autoridades policiais em 2024, nos 16 concelhos do Algarve. A análise destes dados revela disparidades significativas entre os diferentes concelhos, que podem ser interpretadas à luz de variáveis como a densidade populacional, o grau de urbanização, os contextos socioeconómicos e o acesso a estruturas de apoio.

O concelho de Loulé surge com o número mais elevado de registos (306), seguido de Faro (226), Albufeira (204) e Portimão (165). Estes concelhos localizam-se em áreas com elevada densidade populacional e maior atratividade, o que poderá traduzir, por um lado, uma maior ocorrência efetiva de casos, mas também uma maior propensão para a denúncia e uma maior capacidade das autoridades em registar as ocorrências de forma eficaz. Por contraste, concelhos de menor

densidade populacional, como Alcoutim (6 casos), Monchique (13), Castro Marim (16) e Vila do Bispo (16) apresentam valores muito mais baixos. Este dado, no entanto, não pode ser interpretado de forma simples como menor incidência do fenómeno: pode refletir subnotificação, invisibilidade social do problema, ou dificuldades de acesso aos mecanismos de denúncia e apoio, muito comuns em territórios isolados ou envelhecidos.

Há ainda concelhos de dimensão intermédia, como Olhão (134), Lagos (87), Silves (89) e Lagoa (71), onde o fenómeno continua a apresentar números preocupantes. É importante realçar que a violência doméstica não é apenas um fenómeno urbano, mas está presente em todo o território, assumindo diferentes formas de expressão e níveis de visibilidade. A sua ocorrência em territórios de baixa densidade, particularmente em zonas envelhecidas, pode ser agravada por fatores como isolamento, dependência económica, estigmas sociais e ausência de respostas especializadas.

Mapa 5 - Crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (N.º) registados pelas autoridades policiais nos Concelhos do Algarve, 2024



Fonte: INE, Direcção-Geral da Política de Justiça

3.7.1. Medidas desenvolvidas pelo Município para vítimas de violência doméstica

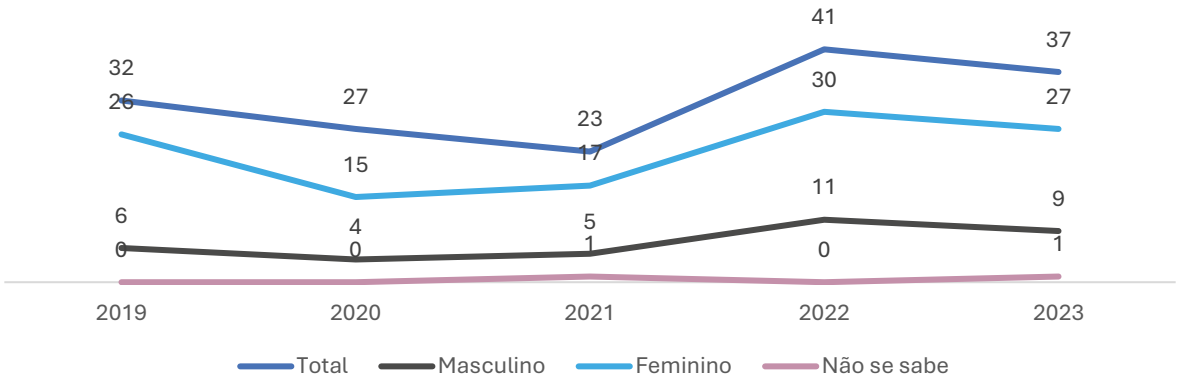
Protocolo com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A Câmara Municipal de Lagoa celebrou um protocolo com a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, bem como com outras entidades parceiras, com vista à implementação e consolidação de uma resposta territorializada na prevenção, proteção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (VMVD). Esta intervenção assenta numa abordagem em rede, de natureza multidisciplinar e intersectorial, enquadrando-se na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – "Portugal + Igual". No âmbito da Lei n.º 112/2009, é reforçada a importância de uma rede nacional qualificada e articulada de apoio à vítima.

Neste sentido, o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), resultado de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lagoa e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) disponibiliza um serviço de acompanhamento especializado a cidadãos e cidadãs vítimas de crime, bem como às suas famílias.

Segundo os dados disponíveis da APAV, registou-se um decréscimo no número de atendimentos entre 2019 e 2021. No entanto, este decréscimo deve ser interpretado com atenção, tendo em conta o contexto da crise pandémica e as limitações nos atendimentos presenciais durante esse período. Após essa fase, observou-se um aumento significativo, com 42 atendimentos registados em 2022, seguido de uma ligeira redução para 37 em 2023 - valores ainda superiores aos verificados em 2019.

Gráfico 79 – Atendimentos (N.º) no GAV em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023

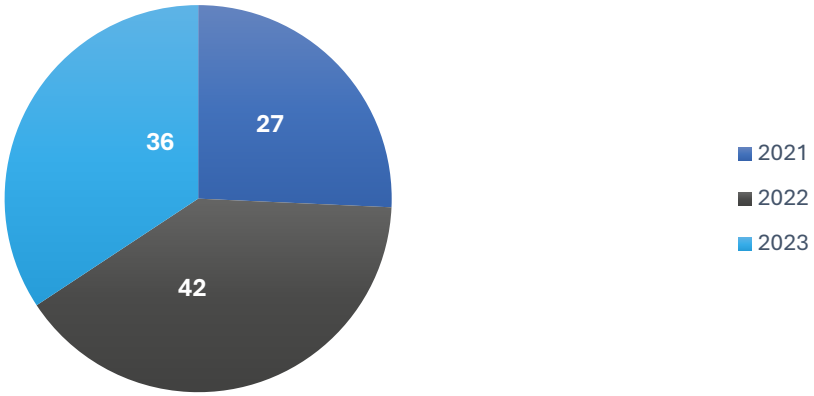


Fonte: GAV – Lagoa

Relativamente ao perfil das vítimas, constata-se que, em todos os anos analisados, a maioria é do sexo feminino, o que evidencia a vulnerabilidade acrescida das mulheres face a este tipo de violência e sublinha a relevância de respostas especializadas e acessíveis no seio da comunidade. Este tipo de serviço revela-se fundamental não só na intervenção perante situações de violência já consumadas, oferecendo apoio essencial às vítimas e suas famílias, mas também na vertente da prevenção.

Os dados seguintes são provenientes dos relatórios estatísticos da APAV relativos à região do Algarve, que incluem a análise dos polos regionais[3]. De acordo com as estatísticas da APAV, o ano de 2021 registou 27 utentes no GAV de Lagoa, sendo este o valor mais baixo do triénio analisado (Gráfico 80). No ano seguinte, 2022, observa-se um aumento acentuado para 42 utentes, o que pode indicar um maior recurso aos serviços de apoio, provavelmente associado a uma maior visibilidade do GAV, maior confiança por parte das vítimas ou, a um acréscimo das situações de violência. Em 2023, o número de utentes desce para 36, embora continue superior ao valor registado em 2021, o que poderá refletir uma estabilização no padrão de procura do serviço.

Gráfico 80 - Utentes (N.º) do GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

A análise da tabela abaixo revela que a maioria dos registos se refere a situações de violência doméstica, representando sempre mais de 85% do total anual, atingindo mesmo valores próximos ou superiores a 90% em 2022 e 2023. Estes dados apontam para a persistência de um padrão estrutural de violência no contexto das relações familiares e de intimidade, sendo esta a realidade

[3] Dados disponíveis no site: https://apav.pt/estatisticas/raa-relatorios-por-servico-proximidade.html

mais expressiva no território de atuação do GAV de Lagoa. A ligeira oscilação na proporção de outros crimes ou formas de violência não altera significativamente esta tendência, sublinhando a necessidade de continuar a investir em respostas específicas, integradas e contínuas no combate à violência doméstica.

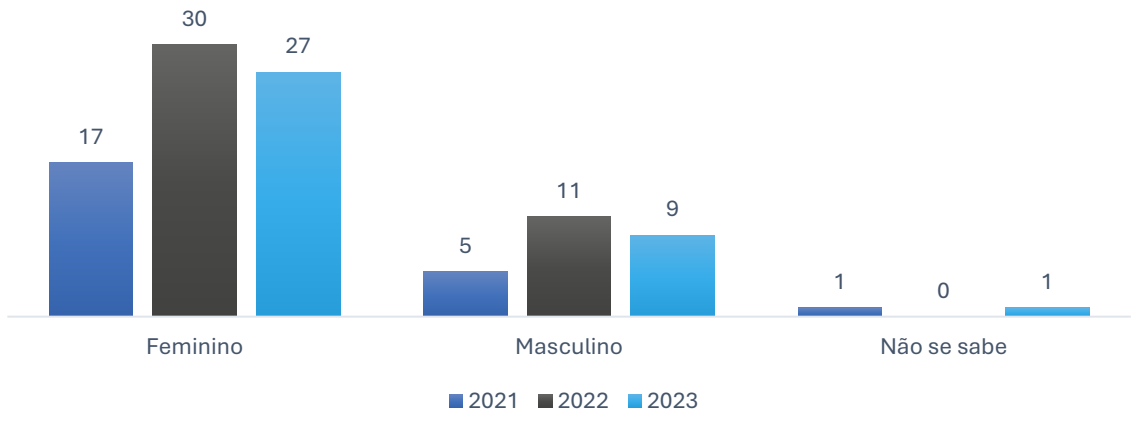
Tabela 68 - Crimes e outras Formas de Violência (N.º e %) registados pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023

Crimes e outras Formas de Violência	2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Violência doméstica	48	87.3	95	92.2	61	93.8
Outros crimes e outra formas de violência	7	12.7	8	7.8	4	6.2
Total	55	100.0	103	100.0	65	100.0

Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

O gráfico seguinte destaca a predominância de vítimas do sexo feminino ao longo dos três anos considerados, reforçando a constatação já amplamente documentada de que a violência - em particular a violência doméstica - incide maioritariamente sobre as mulheres. Ainda que se verifique um aumento no número de vítimas do sexo masculino acompanhadas, o que revela uma dimensão importante que não deve ser negligenciada, os dados mostram que as mulheres continuam a representar a grande maioria dos casos registados de violência.

Gráfico 81 – Sexo da vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registado pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

Os dados relativos à faixa etária das vítimas acompanhadas pelo GAV - Pólo de Lagoa entre 2021 e 2023 evidenciam uma ampla diversidade de idades, sublinhando a transversalidade da violência (Tabela 69). Verifica-se uma presença significativa de vítimas tanto em idades mais jovens como mais avançadas, com destaque para o crescimento de casos entre crianças e idosos. Em 2021, os grupos mais representados foram os adultos jovens e os idosos, enquanto em 2022 se observa uma maior dispersão etária, incluindo um aumento entre as crianças dos 0 aos 10 anos. Já em 2023, nota-se uma concentração nas faixas dos 35 aos 44 anos, dos 0 aos 3 anos e dos 45 aos 54 anos, com uma quebra nas vítimas com 65 ou mais anos. A persistência de casos entre menores ao longo dos três anos reforça a necessidade de respostas específicas para os grupos mais vulneráveis e dependentes.

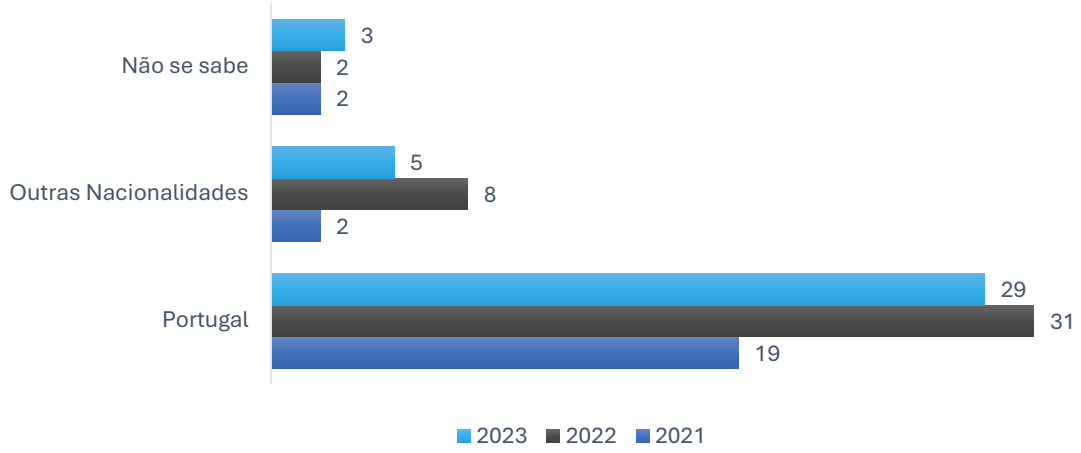
Tabela 69 - Faixas Etárias das Vítimas de Crimes e outras Formas de Violência (N.º, %) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023

Idade da Vítima	2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-3 anos	1	4.3	4	9.8	6	16.2
4-5 anos	0	0.0	2	4.9	2	5.4
6-10 anos	0	0.0	4	9.8	3	8.1
11-17 anos	2	8.7	2	4.9	2	5.4
18-24 anos	4	17.4	2	4.9	1	2.7
25-34 anos	4	17.4	8	19.5	4	10.8
35-44 anos	4	17.4	6	14.6	7	18.9
45-54 anos	2	8.7	3	7.3	6	16.2
55-64 anos	0	0.0	1	2.4	4	10.8
65 ou + anos	4	17.4	5	12.2	0	0.0
Não se sabe	2	8.7	4	9.8	2	5.4

Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

A análise dos dados relativos à nacionalidade das vítimas de crimes e outras formas de violência revela que a maioria é composta por cidadãos portugueses, embora também se observe um número significativo de vítimas de outras nacionalidades, assim como alguns casos em que essa informação não foi registada (Gráfico 82).

Gráfico 82 - Nacionalidade da Vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

A predominância de vítimas nacionais poderá estar associada não apenas à estrutura populacional do concelho de Lagoa, mas também a um maior grau de conhecimento sobre os serviços de apoio existentes ou a uma maior facilidade de contacto com esses serviços. Por outro lado, o crescimento do número de vítimas estrangeiras, em particular no ano de 2022, poderá indicar um progresso na visibilidade e acessibilidade dos serviços junto das comunidades migrantes, tradicionalmente mais vulneráveis e com maiores obstáculos no acesso ao apoio institucional.

Em relação à faixa etária dos autores de crimes e outras formas de violência, a tabela seguinte mostra uma crescente dificuldade na identificação da idade dos autores de crimes registados pelo GAV - Pólo de Lagoa, com a categoria "Não se sabe" a aumentar de 33,3%, em 2021, para 62,2%, em 2023.

Tabela 70 - Faixa etária do/a autor/a de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023

Idade do/a Autor/a	2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
11-17 anos	2	8.3	0	0.0	0	0.0
18-24 anos	4	16.7	2	4.9	1	2.7
25-34 anos	3	12.5	6	14.6	1	2.7

35-44 anos	2	8.3	11	26.8	6	16.2
45-54 anos	0	0.0	0	0.0	4	10.8
55-64 anos	4	16.7	2	4.9	1	2.7
65 ou + anos	0	0.0	0	0.0	1	2.7
75-84 anos	1	4.2	0	0.0	0	0.0
Não se sabe	8	33.3	20	48.8	23	62.2

Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

Entre os dados disponíveis, destaca-se que em 2021 os agressores identificados estavam maioritariamente entre os 18 e 24 anos (16,7%) e os 55 e 64 anos (também 16,7%). Já em 2022, a faixa etária predominante foi a dos 35 a 44 anos, representando 26,8% dos casos, com um aumento notório face a anos anteriores. Em 2023, essa mesma faixa continuou a ter um peso significativo (16,2%), embora com uma ligeira diminuição percentual, seguida da faixa dos 45 a 54 anos (10,8%).

Entre 2021 e 2023, a maioria dos crimes e formas de violência registados pelo GAV - Pólo de Lagoa ocorreu em contextos familiares ou íntimos, com destaque crescente para a violência parental, que atingiu 27% dos casos em 2023 (Tabela 71). As relações com cônjuges, companheiros/as e ex-companheiros/as também mantiveram expressão relevante ao longo do período analisado. Em 2023, surgiu uma maior diversidade nas relações identificadas, como "entidade patronal" e "conhecido", refletindo uma ampliação na tipologia das situações reportadas.

Tabela 71 - Relação entre Autor/a e Vítima de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023

Relação Autor-Vítima	2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Companheiro/a	0	0.0	7	17.1	7	18.9
Conhecido	0	0.0	0	0.0	1	2.7
Cônjuge	4	16.7	5	12.2	4	10.8
Entidade patronal	0	0.0	0	0.0	2	5.4
Ex-companheiro/a	2	8.3	7	17.1	4	10.8
Ex-cônjuge	2	8.3	0	0.0	0	0.0
Ex-namorado/a	0	0.0	1	2.4	1	2.7
Filho/a	1	4.2	1	2.4	2	5.4
Irmão/ã	1	4.2	1	2.4	0	0.0

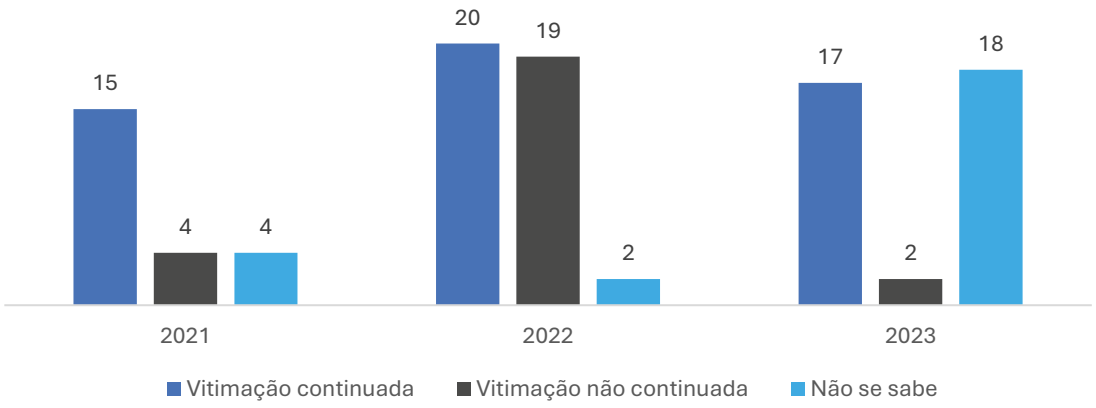
Nenhuma	0	0.0	4	9.8	2	5.4
Neto/a	2	8.3	1	2.4	0	0.0
Padrasto/madrasta	2	8.3	4	9.8	1	2.7
Pai/mãe	1	4.2	7	17.1	10	27.0
Outro familiar	2	8.3	0	0.0	0	0.0
Outra relação	2	8.3	0	0.0	1	2.7
Não se sabe	5	20.8	3	7.3	2	5.4

Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

O gráfico 83 apresenta a evolução do tipo de vitimação, distinguindo entre continuada, não continuada e casos em que o tipo não é conhecido. Em 2021, a maioria dos casos (15) foi de vitimação continuada, com números significativamente inferiores tanto na não continuada (4) como nos casos não identificados (4). Em 2022, os números de vitimação continuada e não continuada aumentaram e aproximaram-se, com 20 e 19 registos respetivamente, representando um pico de vitimações registadas e uma melhoria na categorização dos casos, dado o decréscimo para apenas 2 casos não identificados.

Contudo, em 2023 observa-se uma inversão preocupante: apesar de a vitimação continuada ainda representar um número elevado (17), há uma queda acentuada nos casos da não continuada (2) e um aumento abrupto dos casos classificados como "Não se sabe", que atingem 18, tornando-se a categoria mais numerosa do ano. Este aumento da indefinição pode indicar uma quebra na qualidade da recolha ou no acompanhamento dos casos.

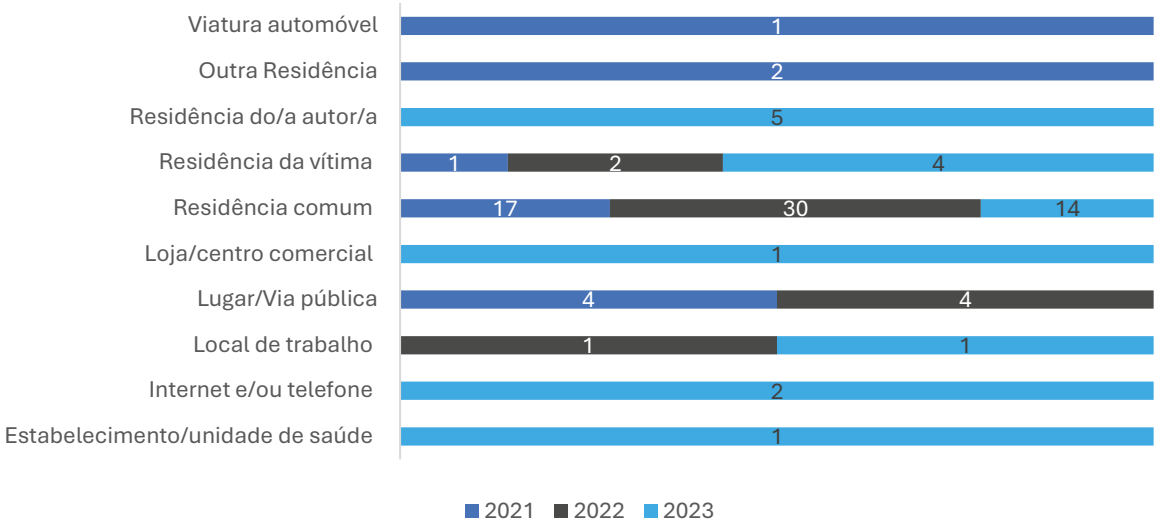
Gráfico 83 - Tipo da Vitimação de Crimes e outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

Entre 2021 e 2023, a residência comum manteve-se como o principal local de crimes e violência, embora com uma descida em 2023 (Gráfico 84). Registou-se um aumento progressivo de ocorrências na residência da vítima e, pela primeira vez em 2023, na residência do autor/a, o que indica uma mudança nos contextos da violência. Paralelamente, diminuíram os casos em espaços públicos, enquanto surgiram novas localizações como a internet, estabelecimentos comerciais e de saúde, evidenciando uma diversificação dos cenários de agressão e um possível alargamento na identificação e denúncia desses contextos.

Gráfico 84 - Local de Crime e de Outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



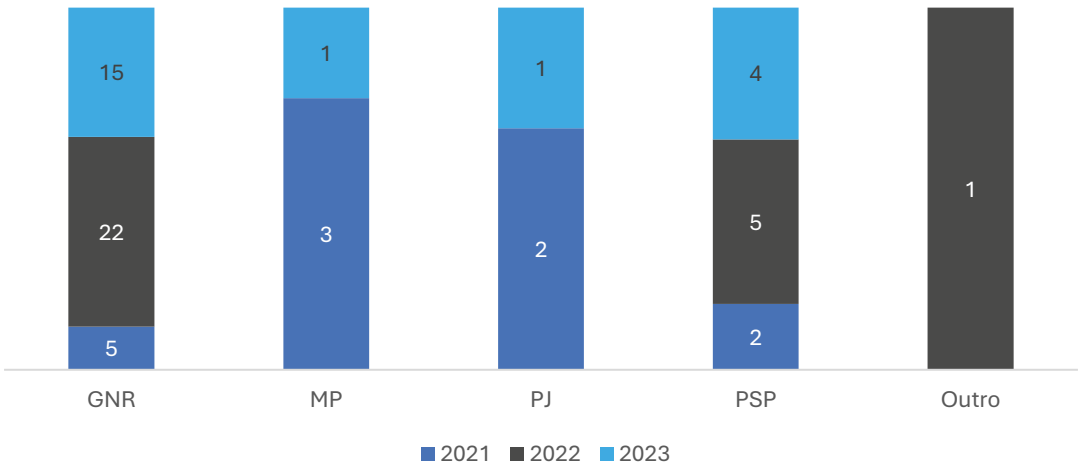
Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

Em relação à apresentação de queixa ou denúncia, em 2021, apenas 12 vítimas formalizaram queixa, número que mais do que duplicou em 2022, atingindo 28. No entanto, em 2023, observou-se uma descida para 21 denúncias, mantendo-se ainda assim acima dos níveis de 2021. Em paralelo, o número de casos em que não foi apresentada queixa oscilou ligeiramente, passando de 8 em 2021 para 10 em 2022 e 11 em 2023. Apesar da ligeira queda em 2023, os dados apontam para uma tendência positiva na procura de justiça por parte das vítimas ao longo do período analisado.

Neste sentido, o gráfico seguinte mostra que a GNR foi, de forma consistente, o principal local de apresentação de queixas ou denúncias de crimes e outras formas de violência entre 2021 e 2023. O número de denúncias feitas na GNR aumentou significativamente de 5 em 2021 para 22 em 2022,

antes de descer para 15 em 2023, mantendo-se ainda assim como a entidade mais procurada. A PSP aparece como a segunda força de segurança mais acionada, com números mais estáveis: 2 em 2021, 5 em 2022 e 4 em 2023. As denúncias junto do Ministério Público (MP) e da Polícia Judiciária (PJ) foram pontuais, registando apenas um caso cada em 2023, após ausência nos anos anteriores. A categoria "Outro" surge apenas em 2022, com um único registo. Estes dados confirmam uma clara preferência pela GNR como canal principal para denúncia, enquanto outros órgãos têm um papel mais residual ou pontual na receção das queixas.

Gráfico 85 - Local de apresentação de queixa/denúncia de Crime e de Outras Formas de Violência (N.º) registadas pelo GAV - Pólo de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Estatísticas APAV Algarve, 2021, 2022 e 2023

Em síntese, os dados analisados relativos ao concelho de Lagoa entre 2021 e 2023 revelam a persistência de um padrão estrutural de violência doméstica, maioritariamente exercida em contexto familiar e com impacto mais acentuado sobre mulheres. As vítimas abrangem diversas faixas etárias, incluindo crianças e idosos, o que evidencia a transversalidade do fenómeno e a necessidade de respostas especializadas. Registou-se uma evolução positiva na apresentação de queixas, em particular em 2022, assim como uma diversificação dos contextos e locais de violência. A GNR manteve-se como principal entidade de denúncia. Esta tendência reforça a importância de manter políticas integradas e sustentadas de prevenção e apoio às vítimas, alinhadas com os princípios da Convenção de Istambul.

3.8. População em situação de Sem-Abrigo

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023[4], foi introduzida uma mudança conceptual relevante ao nível da terminologia utilizada: deixou-se de usar a expressão "sem-abrigo" como uma condição permanente e passou a adotar-se a designação "pessoa em situação de sem-abrigo" (PSSA). Esta alteração reflete o entendimento de que esta situação não deve ser encarada como uma característica definidora da pessoa, mas antes como uma fase transitória da sua vida, passível de superação com o apoio adequado.

A definição de PSSA abrange todos os indivíduos que, independentemente das suas características pessoais ou sociais, se encontrem sem teto - vivendo no espaço público, em abrigos de emergência ou locais precários - ou sem casa, alojados temporariamente em instituições como os Centros de Alojamento Temporário, com vista à sua reintegração e acesso a soluções habitacionais duradouras.

Neste sentido, a PSSA constitui um grupo vulnerável porque enfrenta múltiplas formas de exclusão e precariedade, incluindo a falta de acesso a habitação, rendimento estável, cuidados de saúde, alimentação adequada e redes de apoio social. Estas condições expõem estas pessoas a riscos acrescidos de violência, doenças físicas e mentais, estigmatização social e isolamento, dificultando a sua capacidade de recuperar autonomamente e de exercer plenamente os seus direitos.

De acordo com os dados censitários de 2021, em Portugal, registaram-se 2.127 pessoas sem teto, das quais 1.817 são homens e 310 mulheres, revelando uma forte predominância masculina (cerca de 85%) (Tabela 72). Esta tendência repete-se no Algarve, onde das 404 pessoas sem teto, 341 são homens e 63 mulheres. No concelho de Lagoa, foram contabilizadas 10 pessoas sem teto, sendo 9 homens e 1 mulher, refletindo igualmente a predominância de homens nesta condição. Ao analisar a distribuição por freguesias, constata-se que Ferragudo não registou qualquer pessoa sem teto enquanto em Porches foi identificado apenas um homem nesta situação. A maior concentração de casos verifica-se na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, com um total de sete pessoas (seis homens e uma mulher). Já na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro foram contabilizados dois homens em situação de sem teto.

[4] Publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho.

Estes dados indicam que a realidade da população sem teto em Lagoa é relativamente reduzida em termos absolutos, mas não negligenciável, estando concentrada sobretudo em zonas mais urbanizadas ou com maior densidade populacional, como Estômbar e Parchal. A disparidade de género mantém-se, reforçando a necessidade de respostas específicas que considerem o perfil sociodemográfico desta população. A sua presença, ainda que limitada, exige uma abordagem preventiva e articulada com os serviços sociais locais, tendo em conta as dinâmicas territoriais e os fatores de risco associados.

Tabela 72 - População residente sem teto (N.º) segundo o sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	HM	H	M
Portugal	2127	1817	310
Algarve	404	341	63
Lagoa	10	9	1
Ferragudo	0	0	0
Porches	1	1	0
UF de Estômbar e Parchal	7	6	1
UF de Lagoa e Carvoeiro	2	2	0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A tabela seguinte apresenta a evolução do número de PSSA nos concelhos do Algarve entre 2021 e 2023, distinguindo entre pessoas na situação de sem teto (PST) - que vivem no espaço público ou em locais precários - e pessoas na situação de sem casa (PSC), alojadas temporariamente em equipamentos sociais. A informação apresentada tem por base os dados do Inquérito de Caracterização das PSSA, realizado no âmbito da ENIPSSA nos anos de 2021, 2022 e 2023. Os dados revelam um crescimento preocupante da PSSA no Algarve entre 2021 e 2023, com um aumento expressivo de PST, sobretudo nos concelhos mais urbanizados e turísticos.

Em 2021, no Algarve foram identificadas 674 PSSA, das quais 491 eram PST e 114 PSC. Em 2023, este número duplicou para 1.389 pessoas, com 1.190 PST e 199 PSC. Este crescimento acentuado revela um agravamento da situação social na região, com um predomínio claro de situações mais severas, ou seja, de pessoas efetivamente a viver na rua ou em condições altamente precárias.

Entre os concelhos, Olhão apresenta em 2023 o valor mais elevado, com 317 PSSA - um aumento muito expressivo face aos anos anteriores, cujos dados não são totalmente divulgados. Loulé surge também com números elevados, atingindo 185 pessoas em 2023, seguido de Albufeira com 257

pessoas. Estes três concelhos concentram mais de metade da população sem-abrigo da região em 2023, o que poderá estar relacionado com as dinâmicas urbanas, pressões habitacionais e fenómenos de exclusão social em zonas turísticas. No caso de Lagoa, observa-se um aumento relevante entre 2021 e 2023. O número de PSSA passou de 17 em 2021 para 131 em 2023, com 106 PST e 25 PSC. Esta evolução mostra que a situação se agravou também nos territórios de menor dimensão populacional e com características mistas entre urbano e rural, como Lagoa.

Por outro lado, alguns concelhos como Monchique, Alcoutim e Vila do Bispo mantêm-se com registos nulos ou residuais ao longo dos três anos, o que poderá dever-se a uma menor pressão demográfica e urbana, mas também a limitações na identificação e registo destas situações.

Tabela 73 - Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) nos concelhos do Algarve, 2021-2023

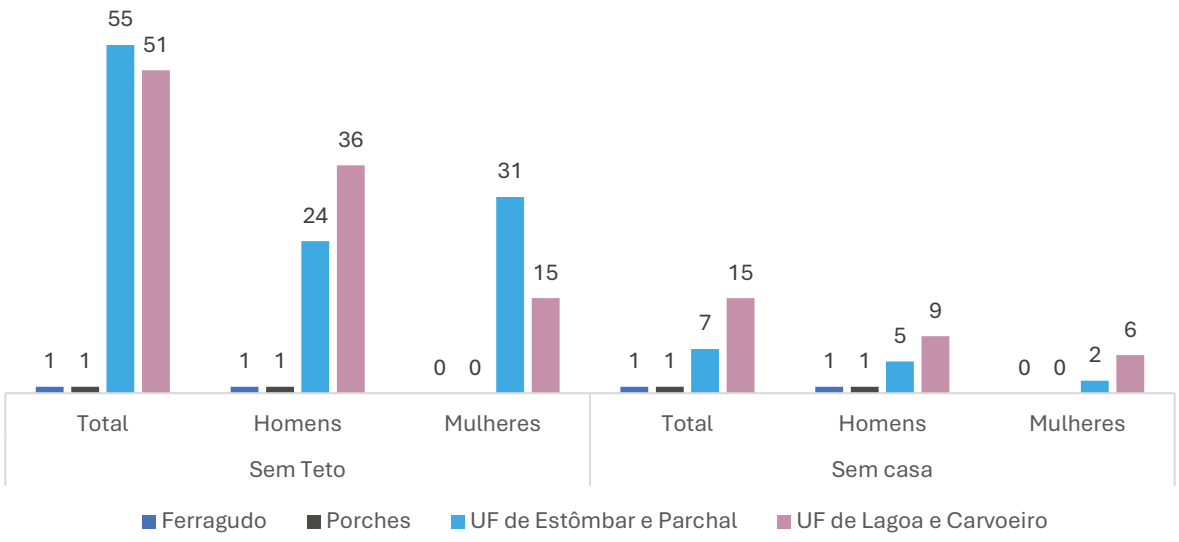
Concelhos	2021			2022			2023		
	PSSA	PST	PSC	PSSA	PST	PSC	PSSA	PST	PSC
Albufeira	88	76	12	183	168	15	257	246	11
Alcoutim	...	...	0	0	0	0	0	0	0
Aljezur	...	...	0	4	4	0	6	6	0
Castro Marim	0	0	0	18	18	0	12	12	0
Faro	151	122	29	x	x	x	127	89	38
Lagoa	17	17	0	130	130	0	131	106	25
Lagos	67	51	16	97	85	12	85	75	10
Loulé	90	71	19	120	100	20	185	145	40
Monchique	0	0	0	...	...	0	...	...	0
Olhão	63	...	...	x	x	x	317	314	3
Portimão	129	119	10	x	x	x	83	67	16
São Brás de Alportel	6	...	...	...	...	...	9	6	3
Silves	0	0	0	4	4	0	...	...	0
Tavira	25	11	14	33	...	...	35	18	17
Vila do Bispo	0	0	0	0	0	0	...	...	0
Vila Real de Santo António	38	24	14	115	96	19	142	106	36
Total	**674**	**491**	**114**	**704**	**605**	**66**	**1,389**	**1,190**	**199**

Fonte: Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, ENPISA, 2021,2022,2023

Nota: ... - Dado confidencial; x - Dado não disponível

O gráfico 86 mostra a distribuição das PSSA no concelho de Lagoa, desagregada por freguesia, sexo e tipo de situação - sem teto (vivendo no espaço público, em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário) e sem casa (encontrando-se em alojamento temporário) - segundo os dados recolhidos pelo município entre agosto de 2022 e março de 2024. No total, verifica-se que as duas uniões de freguesias (Estômbar e Parchal; Lagoa e Carvoeiro) concentram a quase totalidade dos casos identificados. A União de Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta o maior número de PST, com 55 casos, dos quais 24 são homens e 31 mulheres. Além disso, nesta mesma freguesia, existem ainda 7 PSC, sendo 5 homens e 2 mulheres. Já na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, foram contabilizadas 51 PST, com uma distribuição de 36 homens e 15 mulheres, e 15 pessoas PSC, das quais 9 são homens e 6 mulheres. Nas freguesias de menor dimensão, Ferragudo e Porches, os números são residuais, registando-se apenas 1 PST e 1 PSC em cada uma, todas do sexo masculino.

Gráfico 86 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) em Lagoa por Sexo e Tipo de Situação, 2022-2024

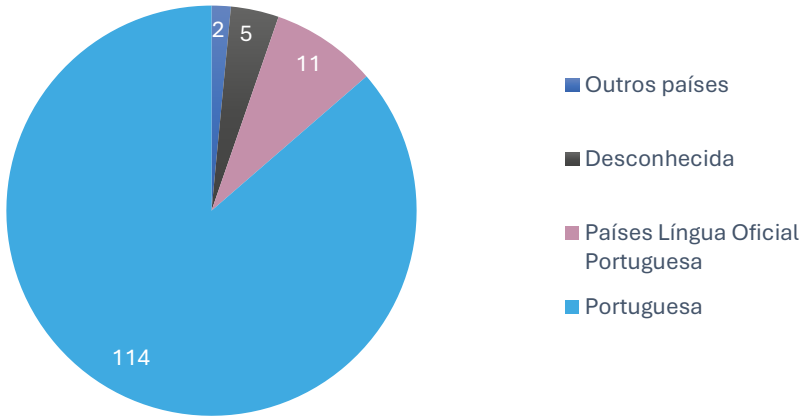


Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Estes dados revelam não só a concentração geográfica das PSSA nas zonas mais urbanizadas do concelho, como também uma presença expressiva de mulheres, particularmente na situação de sem teto, contrariando a tendência nacional de predominância masculina. A existência simultânea de PST e PSC nas quatro freguesias evidencia ainda a diversidade de necessidades habitacionais e sociais no território de Lagoa, exigindo respostas diferenciadas e adaptadas a cada perfil.

Em relação à nacionalidade, os dados registados pelo município indicam que a situação de sem-abrigo em Lagoa afeta maioritariamente a população nacional (114), embora também se verifique a presença de cidadãos estrangeiros, sobretudo provenientes de países com afinidade linguística (11), o que pode refletir dinâmicas migratórias associadas a vulnerabilidades sociais e económicas (Gráfico 87). A existência de casos com nacionalidade desconhecida (5) evidencia limitações no processo de identificação ou na articulação com os serviços de apoio.

Gráfico 87 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (N.º) em Lagoa por Nacionalidade, 2022-2024



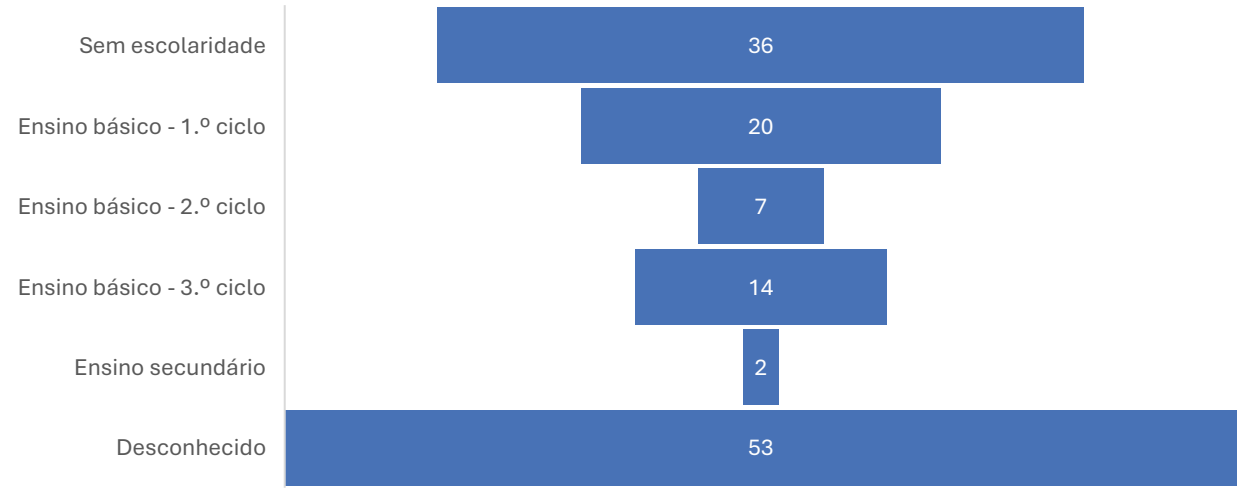
Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

O gráfico seguinte mostra a distribuição das PSSA acordo com o seu nível de escolaridade. Os dados revelam que uma parte significativa desta população apresenta baixas qualificações académicas, sendo que 36 pessoas não têm qualquer escolaridade. Seguem-se 20 pessoas com o 1.º ciclo do ensino básico, 14 com o 3.º ciclo e 7 com o 2.º ciclo. Apenas 2 pessoas completaram o ensino secundário, o que demonstra uma presença residual de níveis de escolaridade mais elevados. Importa ainda referir que em 53 casos o nível de escolaridade é desconhecido, representando a maior categoria isolada do gráfico.

A análise destes dados permite concluir que a falta de habilitações académicas continua a ser um fator fortemente associado à vulnerabilidade social, em especial no que diz respeito à exclusão habitacional. A escassez de competências formais pode dificultar o acesso ao mercado de trabalho e limitar as possibilidades de reintegração social e económica das pessoas em situação de sem-

abrigo, reforçando a necessidade de políticas públicas que combinem apoio social com oportunidades de qualificação.

Gráfico 88 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por Nível de Ensino, 2022-2024

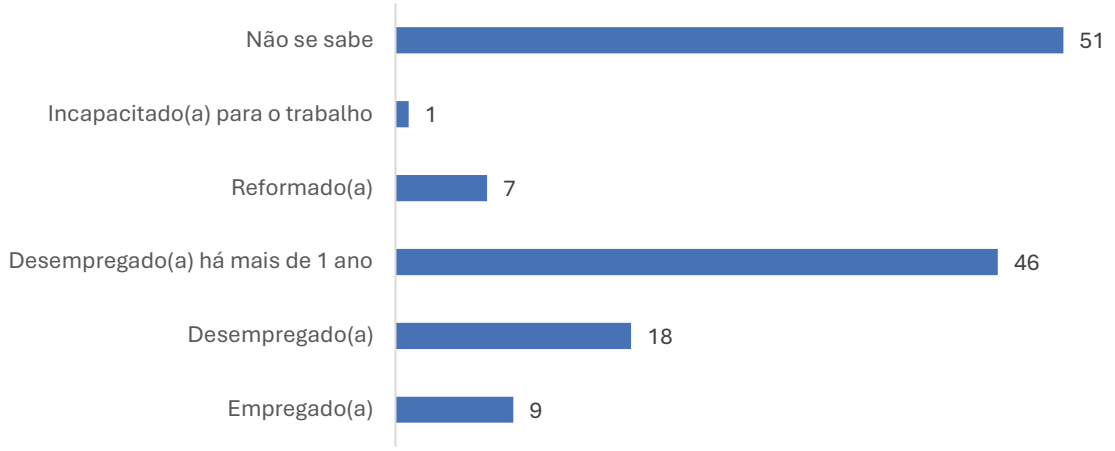


Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Por outro lado, os dados seguintes revelam que a maioria da PSSA se encontra fora do mercado de trabalho ou com um vínculo laboral frágil. O maior grupo é o das pessoas cuja situação profissional é desconhecida, representando 51 casos. Segue-se um número elevado de desempregados há mais de um ano, com 46 pessoas, o que evidencia uma exclusão prolongada do mercado de trabalho, frequentemente associada à dificuldade de reintegração e ao agravamento das condições de vida. Além disso, 18 pessoas estão desempregadas há menos de um ano, enquanto apenas 9 pessoas se encontram empregadas, o que mostra que a situação de sem-abrigo pode persistir mesmo entre quem tem atividade profissional, provavelmente devido à precariedade dos rendimentos ou à ausência de habitação acessível.

Registam-se ainda 7 pessoas reformadas e 1 pessoa incapacitada para o trabalho, revelando que, embora em menor número, também existem situações de sem-abrigo entre pessoas com limitações permanentes ou em idade avançada.

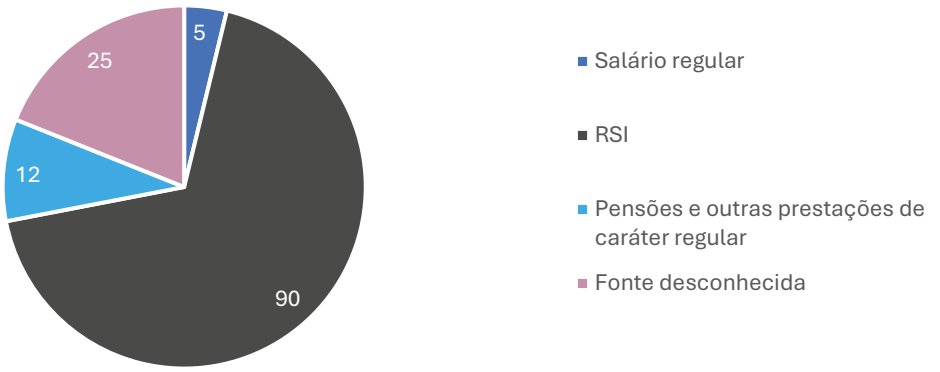
Gráfico 89 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por Situação face ao Emprego, 2022-2024



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Neste sentido, importa referir que a maioria das PSSA (90) tem como fonte principal o RSI, o que reflete um forte grau de dependência de apoios sociais mínimos para a subsistência (Gráfico 90). Este dado evidencia uma condição económica bastante precária, comum entre esta população. Apenas 5 pessoas referem ter um salário regular, o que demonstra que o acesso ao trabalho formal e estável é extremamente limitado neste grupo. Por outro lado, 12 pessoas recebem pensões ou outras prestações regulares, o que pode indicar situações de invalidez, reforma ou subsídios de caráter social. Há ainda 25 casos em que a fonte de rendimento é desconhecida, o que pode apontar para situações de informalidade, ausência de rendimento fixo. Esta realidade reforça a vulnerabilidade económica das pessoas em situação de sem-abrigo em Lagoa e sublinha a importância de respostas integradas que articulem inclusão social, acesso ao emprego e apoio habitacional.

Gráfico 90 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por fonte de rendimento, 2022 - 2024



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

A tabela seguinte mostra os fatores que estiveram na origem da situação de sem-abrigo no concelho de Lagoa entre 2022 e 2024. O motivo mais referido é a insuficiência financeira, com 46 pessoas a identificarem esta causa como determinante, evidenciando a precariedade económica como uma das principais vulnerabilidades que conduz à perda de habitação. O despejo ou desalojamento surge como o segundo fator mais relevante, afetando 9 pessoas, o que reforça a ligação entre instabilidade habitacional e exclusão residencial.

Outros fatores identificados, embora com menor expressão, incluem a dependência de álcool ou substâncias psicoativas (2 casos), a proteção social insuficiente (1 caso), o desemprego (1 caso) e a desinstitucionalização sem garantia de alojamento no âmbito da justiça (1 caso), o que aponta para falhas na articulação entre diferentes setores de apoio e reintegração. Importa ainda destacar que 76 casos foram registados como tendo “outras causas”, uma categoria ampla que pode incluir situações familiares complexas, problemas de saúde mental ou rutura de relações pessoais, entre outras. Esta diversidade de fatores revela a natureza multifacetada do fenómeno da sem-abrigo.

Tabela 74 - Distribuição das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (N.º) em Lagoa por fatores que conduziram à situação de sem abrigo, 2022 - 2024

Fatores que conduziram à situação de sem abrigo	Total
Desemprego	1
Insuficiência financeira	46
Despejo/desalojamento	9
Dependência de álcool/substâncias psicoativas	2
Proteção social insuficiente	1
Desinstitucionalização sem garantia de alojamento - justiça	1
Outras causas	76

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Neste contexto, é fundamental desenvolver medidas que reforcem a prevenção e a intervenção precoce, nomeadamente através da criação de programas de apoio habitacional de emergência, do reforço das respostas sociais de proximidade e da promoção de parcerias com entidades locais e nacionais especializadas. É igualmente fundamental apostar na qualificação profissional, no acesso a cuidados de saúde, na articulação entre serviços sociais, saúde mental e emprego, e na recolha sistemática de dados que permitam acompanhar a evolução do fenómeno e adequar as respostas às realidades do território. Só através de uma abordagem integrada e multidimensional será possível mitigar o impacto da exclusão habitacional e promover a reintegração plena das pessoas em situação de sem-abrigo na comunidade.

Protocolo estabelecido entre Associação "O Companheiro" e o ISS, IP

No final de dezembro de 2021, foi estabelecido um protocolo entre o ISS, IP e a Associação "O Companheiro" que constitui a base para o funcionamento do projeto "alojamento em apartamentos partilhados", com a finalidade de criar 10 camas nesta modalidade.

De acordo com o Manual Técnico Apartamentos Partilhados do ISS, IP[5], o apartamento partilhado "constitui uma resposta de suporte habitacional, na ausência de alternativas de alojamento definitivo". No n.º 1 do Art.º 5.º da Portaria n.º 151/2021 de 16 de julho é referido que "o modelo de apartamento partilhado visa garantir à pessoa em situação de sem-abrigo um alojamento em

[5] O manual encontra-se disponível online: https://www.seg-social.pt/ptss/pssd/menu/acao-social/apoios-respostas-sociais/respostas-sociais-pessoas-situacao-sem-abrigo.

contexto habitacional com carácter transitório e temporário, apoiado por um conjunto diversificado de serviços de apoio social, em estreita ligação com outros recursos da comunidade e com apoio técnico adequado, no sentido de promover a inserção social e a autonomização."

Esta resposta funciona atualmente com dois apartamentos, um localizado em Lagoa e outro em Ferragudo, contando cada um deles, com uma capacidade máxima para 5 utentes.

3.9. Criminalidade

A criminalidade constitui uma das expressões mais visíveis da vulnerabilidade social, refletindo dinâmicas complexas de exclusão, desigualdade e fragilidade comunitária. No concelho de Lagoa, a análise dos dados relativos ao período de 2021 a 2024 revela uma realidade marcada pela prevalência de crimes contra o património, bem como por flutuações noutras tipologias como os crimes contra as pessoas, a violência doméstica e a criminalidade rodoviária. A persistência de níveis elevados de ocorrências, associada a variações anuais significativas, evidencia a necessidade de olhar a segurança não apenas como uma questão de ordem pública, mas como uma dimensão essencial da coesão social.

Neste contexto, a compreensão das tendências criminais locais permite enquadrar medidas de prevenção e intervenção ajustadas às especificidades do território e às vulnerabilidades das populações, em especial nos grupos mais expostos ao risco, como idosos, pessoas em situação de pobreza ou exclusão habitacional. Esta leitura torna-se essencial no âmbito de um diagnóstico social que procura identificar problemáticas estruturais e orientar respostas integradas e eficazes.

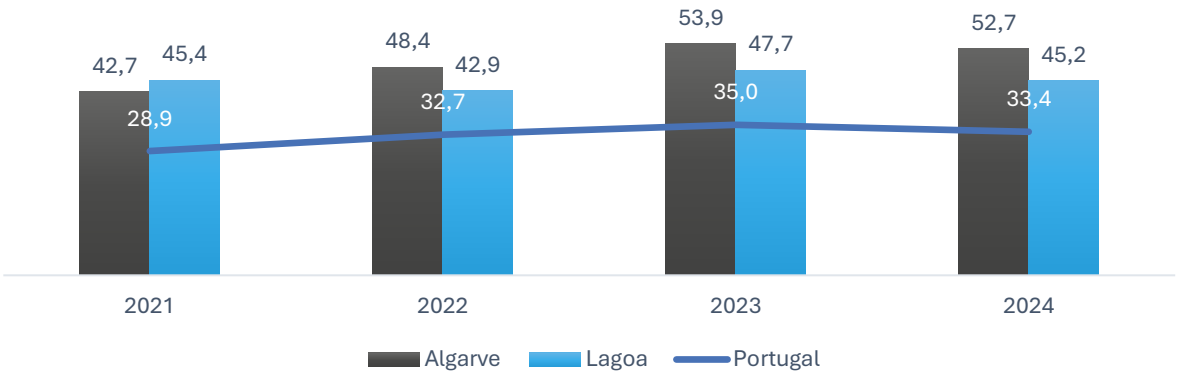
O gráfico seguinte ilustra a evolução da taxa de criminalidade (‰) em Portugal, na região do Algarve e no concelho de Lagoa, entre os anos de 2021 e 2024. De acordo com a Direção-Geral da Política de Justiça, os dados referentes a 2024 são ainda provisórios. Os totais englobam informações provenientes de diversas forças e serviços de segurança, nomeadamente a PJ, a PSP, a GNR, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a Polícia Marítima (PM), a Polícia Judiciária Militar (PJM), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), incluindo também registos de crimes com localização desconhecida ou não classificada, reportados por entidades de âmbito nacional.

A nível nacional, observa-se um crescimento progressivo da taxa de criminalidade entre 2021 (32,0‰, aproximadamente) e 2023 (35,0‰), seguido de uma ligeira descida em 2024 (33,4‰),

mantendo-se ainda assim acima do valor registado no início do período. Esta evolução verifica-se de forma mais acentuada na região do Algarve, onde a taxa de criminalidade aumenta de forma contínua, passando de 42,7‰ em 2021 para 53,9‰ em 2023, registando uma ligeira estabilização em 2024 com 52,7‰. Ao longo de todo o período, a região mantém-se consistentemente acima da média nacional.

No concelho de Lagoa, a taxa de criminalidade apresenta variações menos acentuadas, embora superiores à média nacional durante todo o período. Em 2021, Lagoa registava 45,4‰, valor que desce ligeiramente para 42,9‰ em 2022, aumentando de novo para 47,7‰ em 2023, antes de recuar ligeiramente para 45,2‰ em 2024. Apesar das flutuações, a criminalidade no concelho mantém-se globalmente elevada e próxima dos valores da região algarvia.

Gráfico 91 - Taxa de criminalidade (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2021-2024



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

A análise da criminalidade por tipologia em Lagoa entre 2021 e 2024 revela que os crimes contra o património são os mais prevalentes, mantendo-se relativamente estáveis e atingindo o valor mais elevado do período em 2024 (29.5‰) (Tabela 75). Registam-se também variações significativas nos crimes contra a integridade física, com um pico em 2023 (8.6‰), e nos furtos em veículos, que aumentaram nesse mesmo ano após uma descida em 2022 (4.4‰). A condução sob efeito de álcool mostrou uma tendência crescente até 2023 (1.7‰), estabilizando em 2024 (1.2‰), enquanto a condução sem habilitação legal duplicou em 2022 (1.3‰) e manteve-se estável nos anos seguintes.

Tabela 75 - Taxa de criminalidade (‰) em Lagoa por Categoria de crime, 2021-2024

Ano	Crimes contra a integrida de física	Furto/roubo por esticão e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
2021	7.0	0.5	7.4	1.1	0.7	28.3
2022	6.9	0.5	4.4	1.4	1.3	25.6
2023	8.6	0.3	6.9	1.7	0.8	28.7
2024	6.9	0.4	8.6	1.2	0.8	29.5

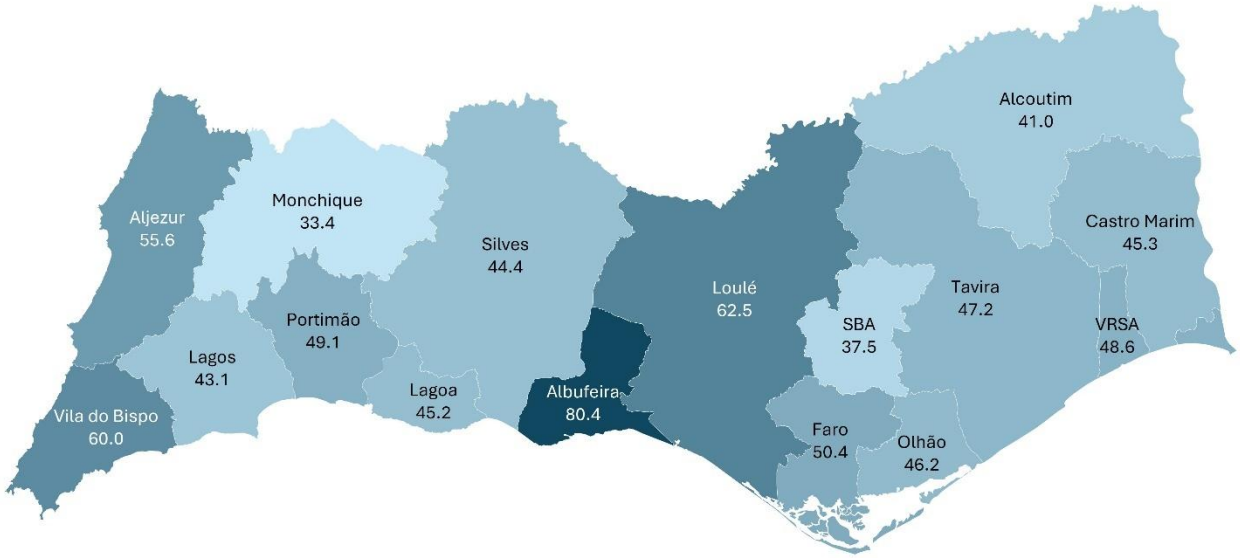
Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Estes dados sugerem uma predominância da criminalidade patrimonial, mas também a necessidade de atenção contínua a fenómenos ligados à segurança rodoviária e violência interpessoal.

A análise da taxa de criminalidade nos concelhos do Algarve em 2024 revela diferenças significativas entre os vários territórios (Mapa 6). O concelho de Albufeira apresenta o valor mais elevado da região, com 80,4‰, destacando-se em relação aos restantes. Segue-se Loulé, com 62,5‰, e Vila do Bispo, com 60,0‰, também com níveis de criminalidade relativamente altos. Por outro lado, os concelhos com taxas mais baixas são Monchique, com 33,4‰, São Brás de Alportel, com 37,5‰, e Alcoutim, com 41,0‰, refletindo uma realidade distinta, possivelmente associada à menor densidade populacional, ruralidade e menor pressão turística. O concelho de Lagoa apresenta uma taxa de 45,2‰, situando-se abaixo da média regional, mas ainda assim dentro do intervalo médio, o que indica a necessidade de atenção continuada às dinâmicas locais de segurança.

Concelhos como Faro (50,4‰), Portimão (49,1‰), Vila Real de Santo António (48,6‰), e Tavira (47,2‰) registam valores intermédios, demonstrando uma certa consistência nas zonas urbanas e litorais mais desenvolvidas economicamente. Estes dados sugerem que os territórios com maior atividade turística ou densidade urbana tendem a apresentar taxas de criminalidade mais elevadas, o que reforça a importância de políticas de prevenção e segurança adaptadas às especificidades de cada concelho.

Mapa 6 - Taxa de criminalidade (‰) nos Concelhos do Algarve, 2024

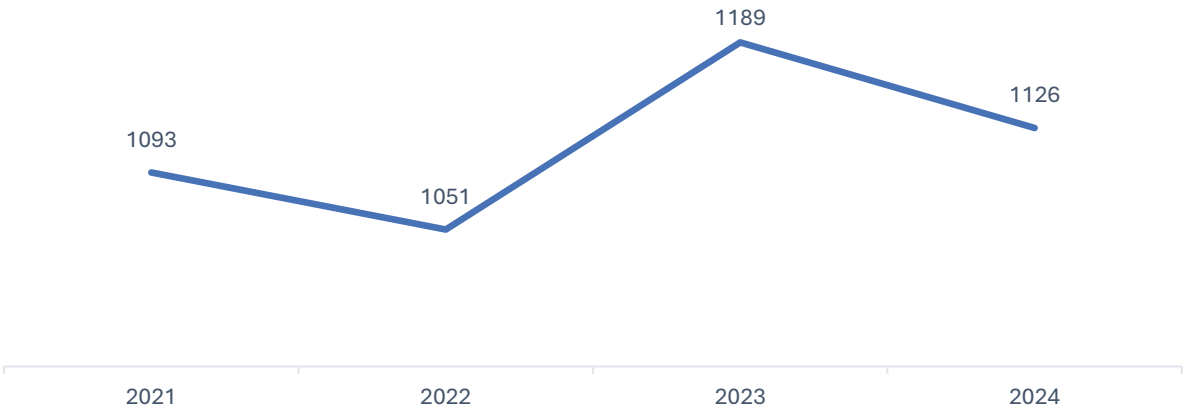


Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

O gráfico seguinte mostra que em 2021, em Lagoa, foram registados 1.093 crimes, seguindo-se uma ligeira descida em 2022, para 1.051 registos. No entanto, em 2023 verifica-se um aumento acentuado, atingindo o valor mais elevado do período analisado, com 1.189 crimes registados. Em 2024, observa-se uma nova descida, com 1.126 crimes, que embora represente uma redução face ao ano anterior, permanece acima dos valores de 2021 e 2022.

A evolução dos dados revela alguma variação no número de crimes registados no concelho ao longo do período em análise, evidenciando, no entanto, uma tendência global de crescimento. O aumento acentuado verificado em 2023 poderá estar relacionado com fatores pontuais, como o acréscimo de população temporária, a realização de eventos sazonais ou mudanças na eficácia das ações de vigilância e registo. A redução ligeira observada em 2024 pode refletir um início de estabilização ou o impacto de estratégias de prevenção e controlo, entretanto, implementadas. Apesar disso, o volume de ocorrências continua elevado, o que reforça a importância de manter e reforçar medidas de segurança e intervenção no concelho.

Gráfico 92 - Evolução dos crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Lagoa, 2021-2024



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Entre 2021 e 2024, a evolução dos crimes registados pelas autoridades policiais em Lagoa mostra variações significativas consoante a categoria (Tabela 76). Os crimes contra o património mantiveram-se como os mais frequentes ao longo de todo o período, com um crescimento global de 681 para 736 ocorrências, e um aumento expressivo nos furtos de veículos, apesar de um abrandamento em 2022. Os crimes contra as pessoas também registaram um aumento em 2023, antes de voltarem a baixar em 2024, mantendo-se, ainda assim, acima dos níveis iniciais.

Esta tendência verifica-se também nos crimes contra a integridade física e nas ofensas voluntárias simples, com oscilações que refletem períodos de maior incidência seguidos de retração. A violência doméstica revelou uma relativa estabilidade. Em contraste, os crimes contra a vida em sociedade diminuíram de forma gradual ao longo dos anos, podendo refletir o impacto positivo de medidas comunitárias.

Na criminalidade rodoviária, destaca-se o aumento da condução com excesso de álcool até 2023, com uma redução no ano seguinte, e variações irregulares na condução sem habilitação legal. Outras categorias, como crimes contra o Estado, contra animais de companhia ou previstos em legislação específica, apresentam valores residuais. Em síntese, os dados confirmam o peso da criminalidade patrimonial em Lagoa e evidenciam a necessidade de respostas ajustadas às dinâmicas próprias de cada tipo de infração.

Tabela 76 – Evolução dos crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Lagoa, segundo a Categoria de crime, 2021-2024

Categoria de crime	2021	2022	2023	2024
Crimes contra as pessoas	288	280	336	282
Crimes de homicídio voluntário consumado	x	x	x	x
Crimes contra a integridade física	168	169	215	172
Ofensa à integridade física voluntária simples	78	84	119	77
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	73	65	69	71
Crimes contra o património	681	628	714	736
Roubo por esticão e na via pública	12	12	7	11
Furto de veículo e em veículo motorizado	179	109	173	214
Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	x	x	x	x
Crimes contra a vida em sociedade	71	82	78	59
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	26	35	43	29
Crimes contra o Estado	8	10	10	...
Crimes contra animais de companhia	4	5	3	...
Crimes previstos em legislação avulsa	41	46	48	33
Condução sem habilitação legal	16	33	20	21

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Nota: ... - Dado confidencial; x - Dado não disponível

Síntese das problemáticas sociais e grupos vulneráveis

(1) População desempregada: dinâmica decrescente no número de pessoas inscritas no IEFP, registando em 2025, níveis semelhantes a 2018 e 2019. O desemprego mantém-se como uma preocupação em Lagoa, especialmente entre os jovens e mulheres, evidenciando desigualdades de género e desafios na transição para o mercado de trabalho.

(2) Imigração: aumento expressivo da população imigrante no concelho com predominância do perfil de elite, apesar de se registar incremento também na migração de sobrevivência ou económica. Em 2023, cerca de 27,3% dos nados-vivos tinham mães com nacionalidade estrangeira. Os assuntos mais tratados no CLAIM estão relacionados com obtenção e renovação de títulos de residência e vistos, seguindo-se a questões de âmbito familiar como reagrupamento familiar e registo das crianças (saúde).

(3) Pessoas idosas em situação de vulnerabilidade: verifica-se um aumento das famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, isto é, idosos/as que vivem sós. As pensões são relativamente baixas e muitas vezes insuficientes para fazer face às despesas. As limitações associadas à idade avançada afetam consideravelmente a qualidade de vida, com muitas pessoas idosas a enfrentar dificuldades em atividades básicas.

(4) Famílias Monoparentais: Observou-se um aumento na proporção de famílias monoparentais entre 2011 e 2021, com Lagoa exibindo valores próximos à média do Algarve, mas acima da média nacional. A maioria dessas famílias é composta por mães com filhos, refletindo um padrão de responsabilidade parental predominantemente feminino.

(5) População Beneficiária de RSI: regista-se uma tendência de quebra de todas as faixas etárias até 2019 e consequente agravamento durante a fase da pandemia de Covid-19, de 2020 a 2022, seguindo-se novo cenário de queda. Maior concentração nos menores de 25 anos de 2014 a 2023.

(6) Pessoas com limitações, deficiência e/ou incapacidade: Há desafios significativos relacionados à inclusão e acessibilidade. Em Lagoa, os dados mostram que as dificuldades mais frequentes estão associadas a ações quotidianas, especialmente entre pessoas com mais de 65 anos, nomeadamente tomar banho ou vestir-se sozinho/a, seguindo-se andar ou subir degraus e memória ou concentração. Apesar dos desafios, observa-se um reforço progressivo das respostas sociais, nomeadamente através de prestações e projetos de inclusão.

(7) Vítimas de Violência Doméstica: Apesar de oscilações nos números, os casos reportados mantêm-se preocupantes, destacando a importância do GAV e a relevância de ações preventivas para proteger principalmente as mulheres, que são a maioria das vítimas atendidas.

(8) População em situação de sem-abrigo: É maioritariamente constituída por pessoas portuguesas, com baixa escolaridade, desempregadas e dependentes de apoios sociais. As causas mais frequentes incluem dificuldades económicas e despejos, entre outros fatores de vulnerabilidade.

(9) Criminalidade: Aumento significativo da taxa de criminalidade no concelho, marcada sobretudo pela predominância dos crimes contra o património e por uma tendência geral de crescimento no número total de ocorrências entre 2021 e 2024.

4. Crianças e Jovens

A infância representa uma etapa fundamental na vida de qualquer pessoa, caracterizada por descobertas, aprendizagens e um intenso desenvolvimento físico, psicológico, emocional e social. Em Portugal, reconhece-se e valoriza-se o direito de todas as crianças a uma infância saudável e protegida, cientes de que um crescimento equilibrado é essencial para o futuro da sociedade.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989, os direitos das crianças organizam-se em torno de quatro pilares fundamentais: i) sobrevivência; ii) desenvolvimento; iii) proteção; e iv) participação. Neste enquadramento, vários instrumentos legais asseguram a tutela desses direitos. A nível internacional, destacam-se a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança e a própria Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990. No contexto nacional, merece especial destaque a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (com as alterações subsequentes), que define as medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, com o objetivo de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

As crianças têm direito a um ambiente familiar seguro, alimentação adequada, habitação condigna, acesso à educação, cuidados de saúde, proteção, tempo para brincar e participar ativamente na vida que as rodeia, entre outros direitos fundamentais. Para compreender de que forma estes direitos são efetivamente garantidos, acessíveis e universais, é importante analisar com atenção a realidade local, neste caso, no interior do concelho de Lagoa. Assim, apresentam-se de seguida alguns dados relevantes sobre a Intervenção Precoce na Infância, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, bem como os agrupamentos escolares existentes no concelho.

4.1. Risco de pobreza e exclusão social no Algarve

A leitura da proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social é fundamental devido ao seu caráter multidimensional, pois considera não apenas o rendimento, mas também a privação material e a intensidade laboral. Permite, assim, compreender de forma mais ampla os desafios sociais que a população enfrenta e orientar as políticas públicas para a promoção

da inclusão, coesão e justiça social, em linha com os objetivos estratégicos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Neste sentido, o gráfico seguinte referente à proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal e nas suas regiões NUTS II[6], permite fazer uma comparação para os anos de 2023 e 2024, no contexto das metas da Europa 2030. Trata-se de indivíduos em risco de pobreza ou que vivem em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa. Em Portugal, verifica-se uma ligeira redução do indicador a nível nacional, passando de 20,1% em 2023 para 19,7% em 2024, o que representa uma evolução positiva, embora ainda limitada, no combate à pobreza e exclusão social.

Nas regiões NUTS II, os dados revelam dinâmicas distintas. Apesar de haver sinais positivos em várias regiões, como o Algarve (descida acentuada, de 22,6% em 2023 para 18,7% em 2024), Madeira (28,1% para 22,9%) e Açores (redução de 31,4% para 28,4%), persistem desigualdades territoriais marcadas, particularmente nas regiões autónomas, que continuam a apresentar níveis bastante superiores à média nacional. O caso do Centro (aumento significativo, de 17,9% para 19,1%) e do Alentejo (passou de 16,4% para 18,3%), que registaram aumentos, sublinha a necessidade de políticas mais direcionadas e ajustadas às especificidades regionais.

Gráfico 93 - Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) em Portugal e NUTS II, 2023 e 2024

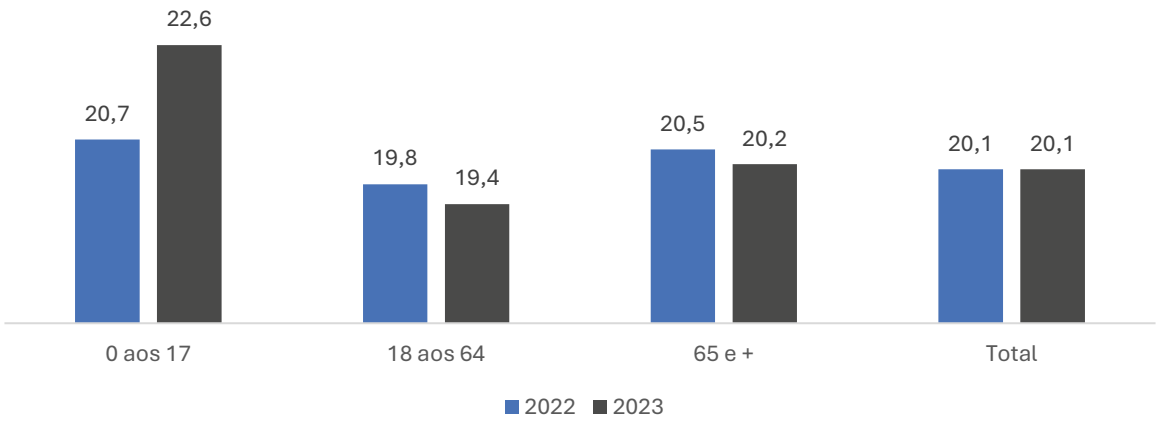
Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

[6] A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a próxima década, designada estratégia Europa 2030, define um novo indicador de monitorização da população em risco de pobreza ou exclusão social, que conjuga as condições de pobreza relativa, de privação material e social severa (em vez de privação material severa utilizada na estratégia Europa 2020) e de intensidade laboral per capita muito reduzida (alterado em relação ao utilizado na estratégia Europa 2020, principalmente no que respeita à idade máxima de aplicação do indicador).

A análise do mesmo indicador, mas segundo o grupo etário, revela que um aumento acentuado do risco no grupo dos 0 aos 17 anos, passando de 20,7% em 2022 para 22,6% em 2023, tornando esta faixa etária a mais vulnerável à pobreza ou exclusão social em 2023 (Gráfico 94). No grupo dos 18 aos 64 anos, o risco diminuiu ligeiramente, de 19,8% para 19,4%, mantendo-se abaixo da média nacional. Já no grupo com 65 anos ou mais, registou-se também uma ligeira descida, de 20,5% para 20,2%, revelando alguma estabilidade. Apesar disso, os níveis de risco continuam elevados, refletindo as dificuldades enfrentadas por muitos idosos, nomeadamente no acesso a rendimentos adequados de reforma, cuidados de saúde ou habitação.

O valor total nacional manteve-se inalterado, fixando-se nos 20,1% em ambos os anos, o que sugere que, apesar das variações dentro dos grupos etários, não houve progressos globais na redução da pobreza e exclusão social. Estes dados reforçam a necessidade de políticas mais eficazes e direcionadas, com especial enfoque na infância e juventude, que em 2023 passaram a constituir o grupo com maior exposição ao risco.

Gráfico 94 - Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) em Portugal quanto ao Grupo etário, 2022 e 2023



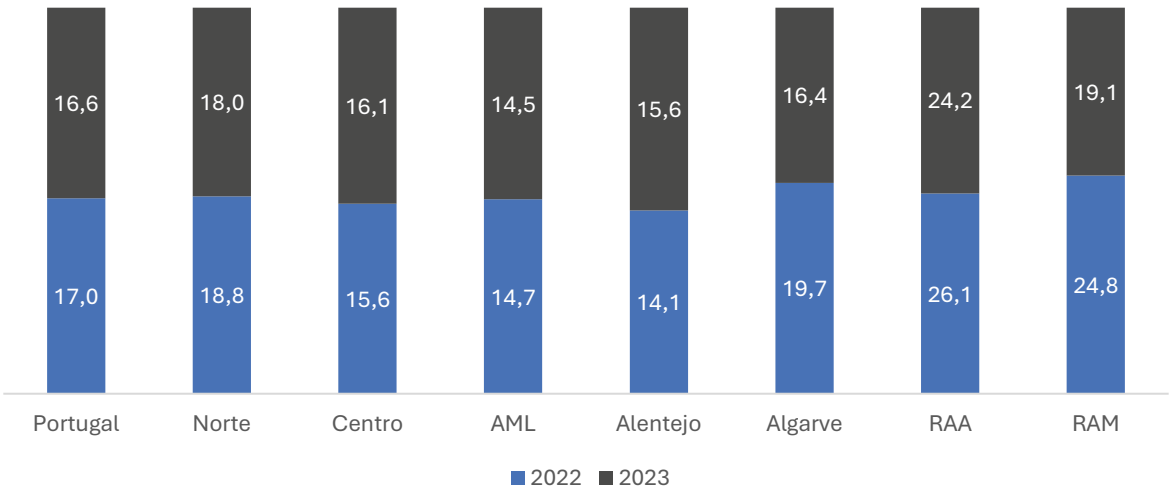
Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

O gráfico seguinte apresenta a taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%), em Portugal e nas regiões NUTS II, nos anos de 2022 e 2023. Este indicador é fundamental para a definição de estratégias de coesão territorial e justiça social, pois permite avaliar até que ponto os sistemas de proteção social estão a cumprir o seu papel de amortecer os efeitos da pobreza. Uma taxa elevada após transferências sociais pode indicar insuficiência nos apoios sociais ou fragilidades estruturais

no mercado de trabalho e nos rendimentos das famílias, exigindo respostas políticas mais ajustadas às realidades locais.

A nível nacional, registou-se uma ligeira redução da taxa, passando de 17,0% em 2022 para 16,6% em 2023, o que indica uma melhoria modesta na eficácia das transferências sociais em reduzir o risco de pobreza. As dinâmicas regionais da taxa de risco de pobreza após transferências sociais revelam uma realidade desigual em Portugal. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registaram reduções significativas, embora os Açores continuem a apresentar a taxa mais elevada do país. O Algarve teve também uma melhoria expressiva, aproximando-se da média nacional. No Norte verificou-se uma ligeira descida, mantendo-se, no entanto, acima da média. Por contraste, o Centro e o Alentejo registaram aumentos, com destaque para o Alentejo, que teve um dos maiores crescimentos relativos. A Área Metropolitana de Lisboa continua a apresentar uma das taxas mais baixas, com uma ligeira descida.

Gráfico 95 - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) em Portugal e NUTS II, 2022 e 2023



Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

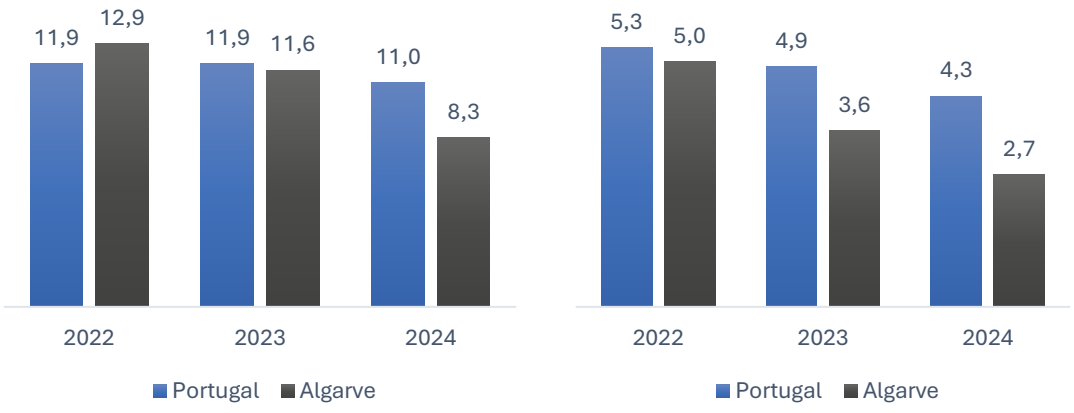
Estes resultados mostram que, embora haja um ligeiro progresso nacional, persistem assimetrias territoriais significativas no risco de pobreza, mesmo após a intervenção das transferências sociais. A eficácia destas transferências varia substancialmente entre regiões, o que levanta questões sobre a adequação e equidade das políticas sociais implementadas.

A análise da taxa de privação material e social e da taxa de privação material e social severa em Portugal e no Algarve, entre 2022 e 2024, revela uma tendência de redução gradual das situações de privação, embora com ritmos distintos entre o país e a região algarvia (Gráfico 96). A nível nacional, a taxa de privação material e social manteve-se estável entre 2022 e 2023 (11,9%), registando depois uma ligeira descida para 11,0% em 2024. Já a taxa de privação severa apresentou uma redução contínua, passando de 5,3% em 2022 para 4,9% em 2023, e atingindo 4,3% em 2024. Estes dados indicam uma melhoria progressiva nas condições de vida da população portuguesa, ainda que de forma moderada.

No Algarve, a evolução foi mais expressiva. A taxa de privação material e social desceu de 12,9% em 2022 para 11,6% em 2023, e posteriormente para 8,3% em 2024, revelando uma quebra significativa de 4,6 pontos percentuais ao longo do período. No caso da privação severa, a descida foi ainda mais marcante: de 5,0% em 2022 para 3,6% em 2023, atingindo apenas 2,7% em 2024. Este desempenho sugere uma melhoria significativa das condições socioeconómicas na região, ultrapassando até o progresso verificado a nível nacional.

Comparando os dois territórios, observa-se que o Algarve, partindo de valores ligeiramente superiores aos de Portugal em 2022, apresenta em 2024 indicadores mais favoráveis, tanto na privação geral como na severa. A sua redução representa um sinal positivo no combate à desigualdade e exclusão social, e é particularmente relevante no contexto dos objetivos da Agenda Europa 2030, onde se procura garantir uma sociedade mais justa, inclusiva e coesa.

Gráfico 96 - Taxa de privação material e social (%) e taxa de privação material e social severa (%) em Portugal e Algarve, 2022 - 2024



Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

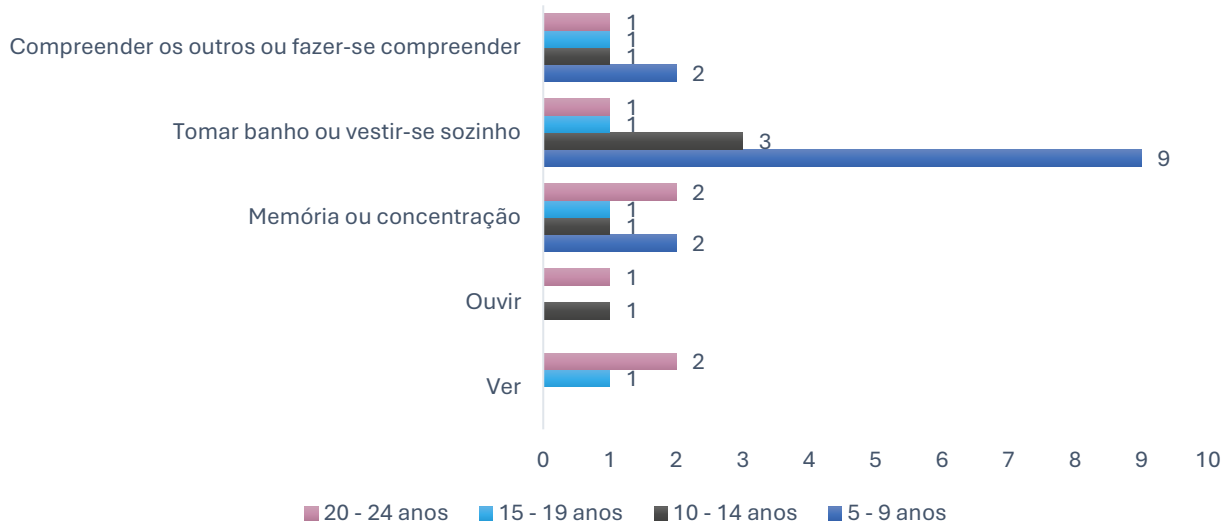
4.2. Crianças e jovens com deficiência e/ou dificuldades

Este capítulo dedica-se à análise da situação das crianças e jovens com deficiência e/ou dificuldades funcionais no concelho de Lagoa, procurando identificar os principais desafios e respostas existentes ao nível social, educativo e de intervenção precoce. Através da exploração de dados estatísticos e normativos, pretende-se compreender melhor as necessidades desta população e refletir sobre as medidas implementadas para promover a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral desde a primeira infância.

O gráfico 97 apresenta dados sobre a população residente em Lagoa, em 2021, com idades entre os 5 e os 24 anos, que reporta não conseguir executar determinadas ações por motivo de dificuldade funcional. As ações consideradas abrangem várias dimensões do funcionamento físico e cognitivo: ver, ouvir, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, e compreender os outros ou fazer-se compreender. Na categoria "andar ou subir degraus", não se regista qualquer criança ou jovem com essa dificuldade.

De uma forma geral, observa-se que, embora os números absolutos sejam baixos, existem sinais de vulnerabilidade funcional em jovens de Lagoa, especialmente nas idades mais precoces, exigindo uma atenção direcionada para o diagnóstico, acompanhamento e inclusão destas crianças e jovens nos sistemas educativos e sociais locais. O maior número de dificuldades encontra-se na categoria "tomar banho ou vestir-se sozinho", particularmente no grupo etário dos 5 aos 9 anos, onde são registadas 9 pessoas com esta limitação. Este valor é substancialmente superior aos restantes grupos etários nesta mesma categoria, sugerindo que dificuldades de autonomia funcional são mais evidentes nas idades mais baixas, possivelmente associadas a deficiências ou atrasos no desenvolvimento.

Gráfico 97 - População residente em Lagoa com dificuldades (N.º), dos 5 aos 24 anos, que não conseguem executar a ação, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

À medida que se progride para grupos etários mais velhos, há uma tendência de diminuição do número de pessoas com dificuldades nesta dimensão, o que pode refletir uma melhoria da autonomia com o crescimento, mas também a possibilidade de institucionalização ou diagnóstico precoce em idades mais jovens.

No que diz respeito às dificuldades sensoriais, como "ver" e "ouvir", estas aumentam ligeiramente com a idade. O grupo dos 20 aos 24 anos é o único a apresentar registos nas duas categorias (2 com dificuldades em ver e 2 em ouvir), o que pode estar relacionado com o agravamento progressivo de certas condições de saúde ou com o impacto acumulado de fatores ambientais e sociais.

As dificuldades cognitivas, como memória ou concentração, são menos frequentes, com apenas um caso identificado. A dificuldade em compreender os outros ou fazer-se compreender está presente em todos os grupos etários, com ligeira predominância no grupo dos 5 aos 9 anos (2 casos), o que poderá estar relacionado com perturbações do desenvolvimento da linguagem ou condições como o espectro do autismo.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, definindo os princípios e as normas que garantem a inclusão como um processo dinâmico que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos.

Este processo concretiza-se através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Por sua vez, o mesmo diploma define as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas em três níveis de Intervenção:

- Medidas Universais – dirigidas a todos os alunos, com o objetivo de promover a sua participação e melhorar as aprendizagens;
- Medidas Seletivas – destinam-se a responder a necessidades de suporte à aprendizagem que não são plenamente colmatadas pelas medidas universais;
- Medidas Adicionais – visam dar resposta a dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem, exigindo, para tal, recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.

A tabela seguinte apresenta a evolução da aplicação das medidas seletivas e adicionais, indicando uma tendência crescente até 2022/23, de 149 para 307, na ordem dos 106%, e ligeiro decréscimo para 282 em 2023/24. Este indicador traduz a forte aposta de Lagoa numa educação de qualidade, promovendo a igualdade e acesso a trajetórias diferenciadas de aprendizagens.

Tabela 77 - Evolução dos/as alunos/as com medidas seletivas e adicionais (N.º), entre os anos letivos 2018/2019 e 2023/2024

Agrupamentos	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
AE Padre António Martins Oliveira	71	68	136	151	183	167
AE Rio Arade	78	134	117	121	124	115
Total	149	202	253	272	307	282

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

No entanto, existem desafios identificados na Carta Educativa, isto é, necessidade de recursos humanos especializados, tais como docentes de educação especial, psicólogos e terapeutas da fala. O referido documento enfatiza a importância de uma abordagem integrada e holística, que envolva famílias, escolas e comunidade para alcançar o perfil esperado dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

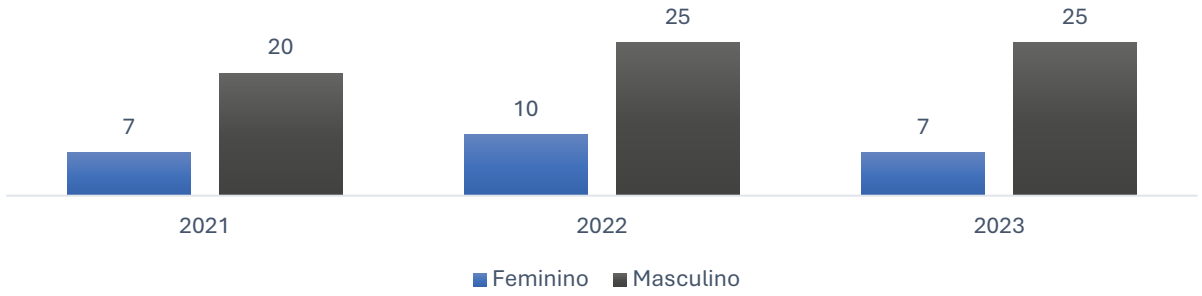
Por outro lado, o apoio prestado no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, e destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos de idade e respetivas famílias, que se enquadrem nas seguintes situações:

- Grupo 1 – Crianças com "alterações nas funções ou estruturas do corpo" que condicionam o seu desenvolvimento normal e a participação nas atividades adequadas à sua idade e contexto social, tendo como referência os marcos esperados de desenvolvimento;
- Grupo 2 – Crianças com "risco grave de atraso no desenvolvimento", em resultado de fatores biológicos, psicoafetivos ou ambientais, que representem uma elevada probabilidade de atraso significativo no seu desenvolvimento.

São elegíveis para intervenção precoce todas as crianças que integrem os grupos 1 ou 2, desde que apresentem cumulativamente quatro ou mais fatores de risco de natureza biológica e/ou ambiental.

Relativamente à Intervenção Precoce na Infância (IPI), resposta social desenvolvida pela Instituição Particular de Solidariedade Social Amigos dos Pequeninos de Silves, apresentam-se de seguida os dados referentes a crianças residentes em Lagoa. O número total de casos acompanhados tem-se mantido relativamente estável, em 2021 ascendia a 27 (20 crianças do sexo masculino e 7 de feminino), 35 em 2022 (25 do sexo masculino e 10 do feminino) e 32 em 2023 (25 do sexo masculino e 7 do feminino).

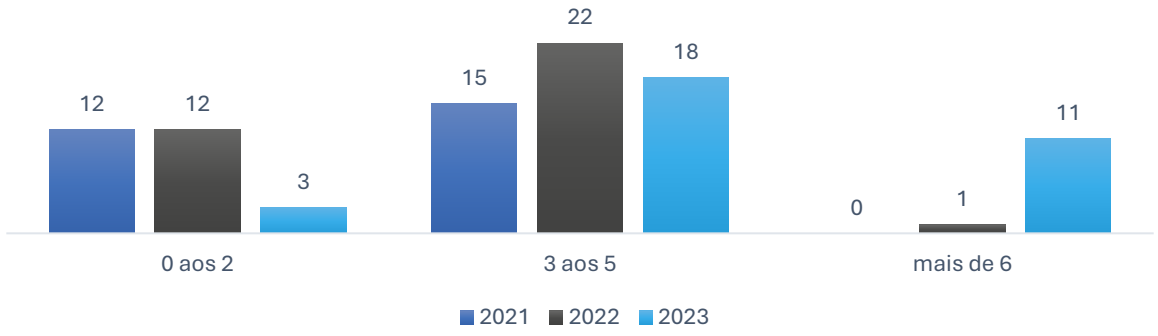
Gráfico 98 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, 2021-2023



Fonte: Amigos dos Pequeninos de Silves, IPSS

No que concerne ao perfil etário destas crianças, verifica-se uma maior concentração na faixa de idades dos 3 aos 5 anos, totalizando 15 em 2021, 22 em 2022 e 18 em 2023. Seguem-se as crianças dos 0 aos 2 anos, representando 12 em 2021 e em 2022 e 3 em 2023. Esta resposta destina-se a crianças até aos 6 anos, pelo que se contabilizava apenas uma em 2022 e 11 em 2023, o que representa um aumento significativo.

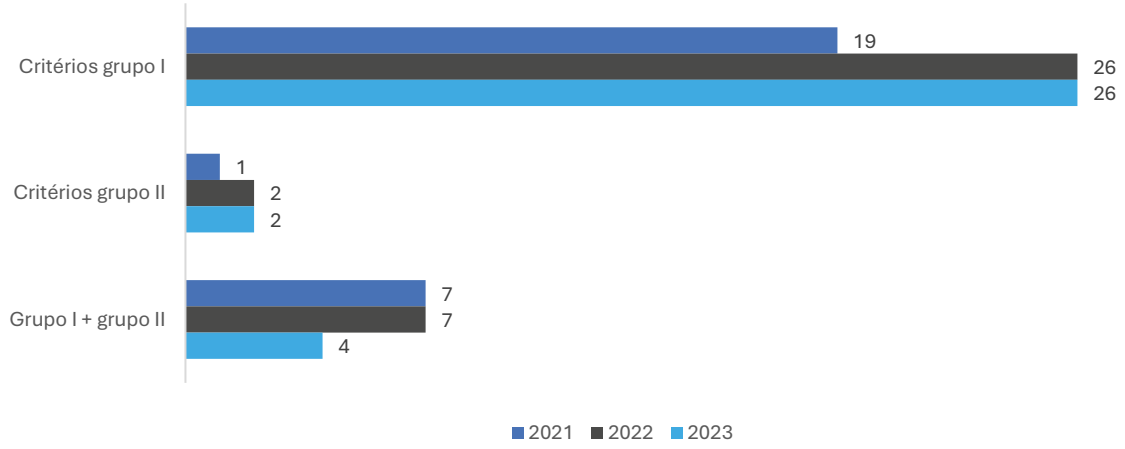
Gráfico 99 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, quanto ao perfil etário, 2021-2023



Fonte: Amigos dos Pequeninos de Silves, IPSS

Relativamente ao diagnóstico e sua distribuição quanto aos critérios de elegibilidade, verifica-se uma maior prevalência de crianças que apresentam critérios do grupo 1 (“Alterações nas funções ou estruturas do corpo”), totalizando 19 em 2021, 26 em 2022 e 26 em 2023. Em menor número surgem as crianças do grupo 2 (“Risco grave de atraso de desenvolvimento”), correspondendo a 1 em 2021, 2 em 2022 e 2 em 2023. Por fim, as crianças que apresentam critérios tanto do grupo 1 como do 2, eram 7 em 2021, 7 em 2022 e 4 em 2023.

Gráfico 100 - Número total de casos acompanhados em IPI (N.º) referentes ao concelho de Lagoa, quanto ao diagnóstico, 2021-2023



Fonte: Amigos dos Pequeninos de Silves, IPSS

Os dados corroboram a importância desta resposta para estas crianças e suas famílias, uma vez que lhes permite acesso a um conjunto diferenciado de atividades e terapias, tais como, apoio social e educativo, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e apoio psicológico.

4.3. Crianças e Jovens migrantes ou de minorias étnicas

A crescente diversidade cultural nas escolas portuguesas é hoje uma realidade incontornável, refletindo as dinâmicas migratórias que marcam a sociedade contemporânea. O aumento significativo de alunos com nacionalidade estrangeira no sistema de ensino público, comprova a necessidade de repensar práticas educativas que garantam inclusão, equidade e sucesso escolar. Este capítulo analisa a evolução da população escolar estrangeira e apresenta as principais medidas implementadas pelo Ministério da Educação para promover a integração linguística e cultural dos alunos migrantes, respondendo aos desafios e oportunidades que a multiculturalidade traz ao contexto educativo.

Neste contexto, importa salientar os dados divulgados pelo *Diário de Notícias*, que indicam um crescimento superior a 160% no número de alunos estrangeiros no Ensino Básico e Secundário ao longo de cinco anos. Atualmente, cerca de 140 mil estudantes de mais de 187 nacionalidades frequentam a escola pública. No ano letivo de 2018/2019, esse número situava-se nos 53 mil, correspondendo a 5,3% do total de alunos matriculados. Em 2023/2024, essa proporção subiu para 13,9%[7]. De facto, embora esta seja uma realidade que se verifica em todo o país, é nas regiões de Lisboa e do Algarve que o fenómeno assume maior expressão.

O gráfico 101 apresenta a evolução da população escolar, com nacionalidades estrangeiras, a frequentar a rede de ensino público em Lagoa, em particular no Agrupamento de Escolas Padre António Martins Oliveira (AEPAMO)[8]. Esta tem registado um aumento contínuo, de 257 estudantes

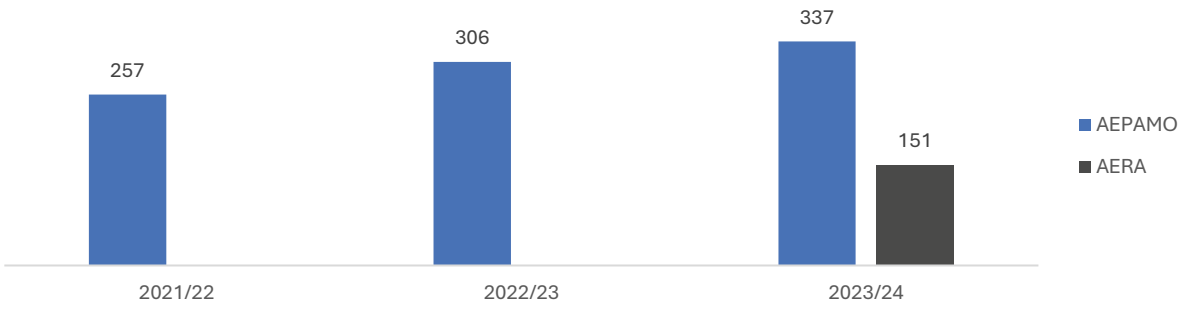
[7] https://www.dn.pt/6142437824/140-mil-187-nacionalidades-estrangeiros-sao-quase-14-dos-alunos-do-basico-e-secundario/ - 15 de setembro de 2024

[8] Foram realizados vários contactos por telefone e e-mail com a Nobel Algarve British International School, para obtenção do número de alunos de nacionalidade estrangeira, mas, no entanto, os mesmos não foram partilhados. A escola de Lagoa alberga cerca de 850 alunos, 460 na secção nacional (currículo português) e 387 na secção internacional (currículo britânico).

no ano letivo de 2021/22, para 306 no seguinte e atingindo 337 em 2023/24, que se traduz numa taxa de variação positiva de 31%.

Tomando em consideração o ano letivo de 2023/24, registava-se um total de 488 estudantes de nacionalidade estrangeira, o que faz com que a proporção destes face ao total de alunos/as inscritos/as ascenda a 15,4%, valor superior aos 13,9% registados a nível nacional.

Gráfico 101 - Alunos/as com nacionalidade estrangeira (N.º) a frequentar a rede de ensino público em Lagoa– Agrupamentos de Escolas de Lagoa



Fonte: Agrupamentos de Escolas de Lagoa (2024)

Face a esta realidade e tendo em consideração que o português não é a língua materna de 3 em cada 10 alunos migrantes, o Ministério da Educação anunciou algumas medidas para promover a "Integração e Sucesso dos Alunos Migrantes", com o foco em estudantes provenientes de países fora da CPLP, tais como:

- Contratação de mediadores linguísticos e culturais (1 mediador por cada 20 alunos);
- Introdução de nível zero na disciplina de Português Língua Não Materna;
- Ensino de Português aos pais dos alunos/as estrangeiros, através do alargamento da rede de cursos de língua portuguesa para estrangeiros e aumento do financiamento (medida suportada pelo PESSOAS2030).

4.4. Crianças e jovens com situações familiares vulneráveis

Este capítulo centra-se na análise das condições de vida de crianças e jovens em contextos familiares vulneráveis no concelho de Lagoa, com especial enfoque na intervenção da Comissão de

Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Através da observação da evolução dos processos instaurados entre 2020 e 2023, identificam-se dinâmicas preocupantes relacionadas com negligência, maus-tratos, exposição a ambientes nocivos e comportamentos de risco. Paralelamente, é analisada a aplicação das medidas de promoção e proteção, bem como os apoios sociais disponíveis, como o abono de família e a Garantia para a Infância, fundamentais na prevenção da pobreza infantil e na promoção do bem-estar. Este enquadramento permite refletir sobre os desafios sociais e a necessidade de respostas integradas que assegurem os direitos das crianças e jovens em situação de maior fragilidade.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficias não judiciárias com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

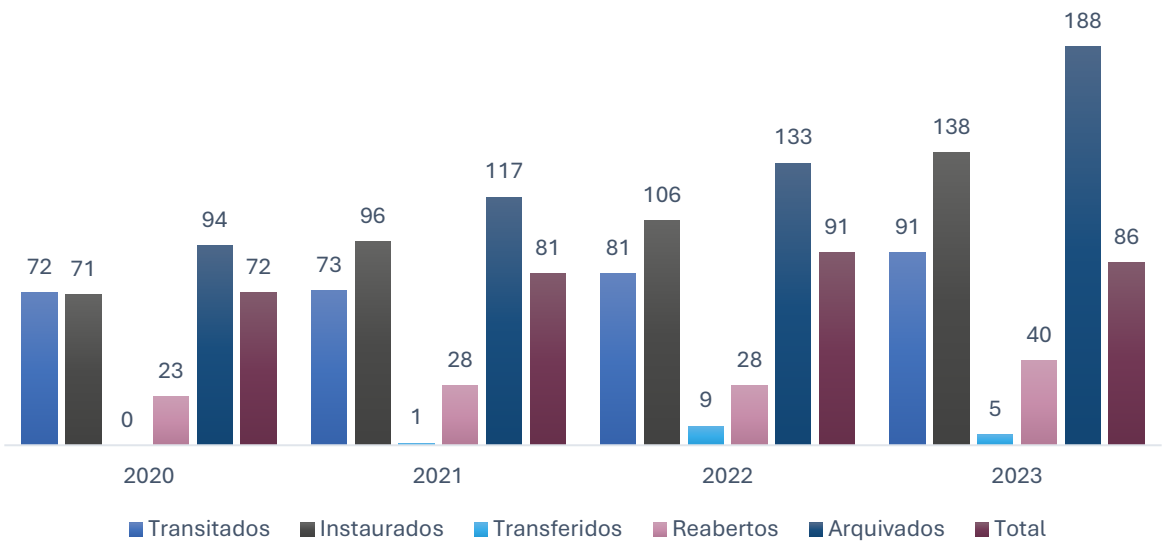
O gráfico seguinte apresenta a evolução da entrada de processos na CPCJ de Lagoa entre 2020 e 2023, permitindo observar um aumento progressivo da atividade da comissão ao longo dos quatro anos. Em 2020, foram instaurados 71 processos, número que cresceu de forma consistente: 96 em 2021, 106 em 2022 e atingiu os 138 em 2023. Este crescimento reflete um aumento na identificação ou sinalização de situações de risco ou perigo envolvendo crianças e jovens no concelho, podendo também indicar um reforço da atuação da CPCJ ou maior sensibilização da comunidade.

O número de processos reabertos mantém-se estável entre 2020 e 2022 (23 a 28 casos), mas regista um aumento significativo em 2023, com 40 reaberturas, o que pode traduzir a persistência de situações problemáticas anteriormente sinalizadas ou a necessidade de reavaliar casos arquivados por reincidência de risco. Em relação aos processos transferidos, nota-se um número residual em 2020 e 2021 (0 e 1, respetivamente), com um aumento em 2022 (9 casos) e uma ligeira diminuição em 2023 (5 casos), sugerindo maior articulação interinstitucional ou mobilidade territorial de algumas famílias acompanhadas.

Quanto ao número de processos arquivados, verifica-se também uma tendência crescente: 94 em 2020, 117 em 2021, 133 em 2022 e 188 em 2023. Por fim, o total de processos aumenta de 72 em 2020 para 86 em 2023, reforçando a ideia de uma intensificação global da atividade da CPCJ de

Lagoa, num contexto de complexificação das problemáticas sociais que afetam crianças e jovens no território.

Gráfico 102 - Entrada de processos na CPCJ em Lagoa (N.º), 2020-2023



Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

Em termos de problemáticas comunicadas (Tabela 78), é possível verificar que:

- estas tendem a concentrar-se na alínea f) – "está sujeita direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional" - Art.º 3º da Lei 147/99 de 1 de setembro, em todos os anos em análise, que engloba situações como exposição ao consumo de álcool, consumo de estupefacientes e violência doméstica. O número de processos é relativamente estável ao longo dos anos;
- seguindo-se a alínea g) do mesmo artigo "assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente o seu desenvolvimento integral", onde se incluem várias situações como *bullying*, comportamentos graves de indisciplina ou antissociais, consumo de bebidas alcoólicas e de estupefacientes, abandono, absentismo e insucesso escolar, e ainda, prática de atos qualificados pela lei penal como crimes por menores de 12 anos. Esta categoria observou um crescimento significativo na ordem dos 53%;
- os processos relacionados com a alínea a) – "Está abandonada ou vive entregue a si própria" - apresentam oscilações demonstrando um pico de ocorrências em 2023;

- relativamente aos casos da alínea b) – "Maus-tratos físicos ou psíquicos ou abuso sexual" - denota-se uma subida expressiva de 2020 para 2023, na ordem dos 142%;
- observou-se um aumento expressivo no que concerne à alínea c) – "Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal", isto é de 11 processos em 2020 para 54 em 2023, o que se traduz num aumento de 391%;
- relativamente aos processos que concerne à alínea d) – "Está aos cuidados de terceiros", estes são raros e estáveis.

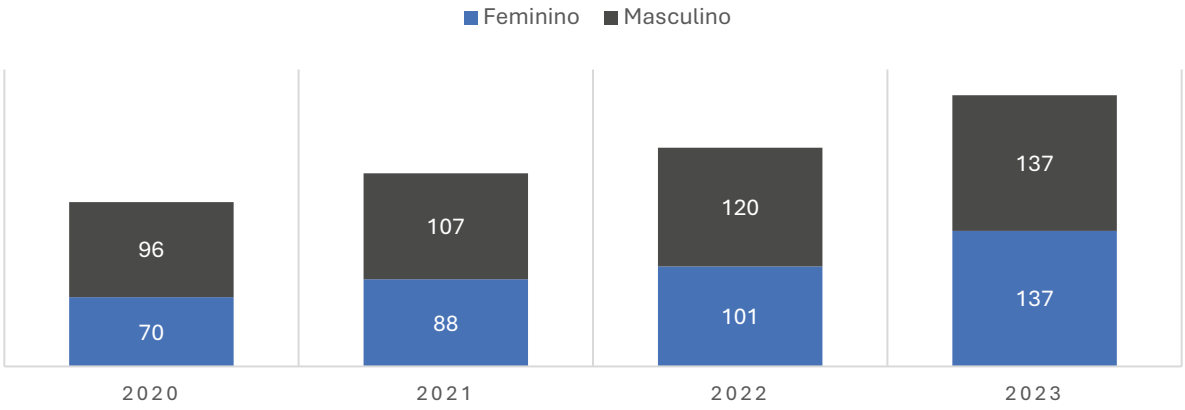
Tabela 78 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por problemáticas comunicadas, 2020-2023

Problemáticas	2020	2021	2022	2023
a) Está abandonada ou vive entregue a si própria	4	1	3	9
b) Maus-tratos físicos ou psíquicos ou abuso sexual	12	20	18	29
c) Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal	11	12	37	54
d) Está aos cuidados de terceiros, durante período em que se observou o estabelecimento com este de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais	1	0	1	1
f) Está sujeita direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional	81	96	92	94
g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente o seu desenvolvimento integral	57	69	73	87
Total	166	198	224	274

Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

De acordo com os relatórios anuais da CPCJ de Lagoa, apresentam-se de seguida a distribuição de processos acompanhados em cada ano, quanto ao sexo das crianças e jovens (Gráfico 103). Até ao ano de 2022 o sexo masculino encontrava-se em maioria, no entanto, em 2023 a distribuição de processos é igualitária em termos de sexo das crianças e jovens visadas, isto é, 137 para cada. Em termos proporcionais, a maior discrepância ocorreu em 2020, quando o sexo masculino representava 58% do total (96 em 166), seguindo-se 2021 com 55% (107 em 195) e 54% em 2022 (120 em 221). Salienta-se que o volume de processos acompanhados tem vindo a aumentar de forma consistente entre 2020 e 2023, correspondendo a uma taxa de variação positiva de 65%.

Gráfico 103 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por sexo, 2020-2023

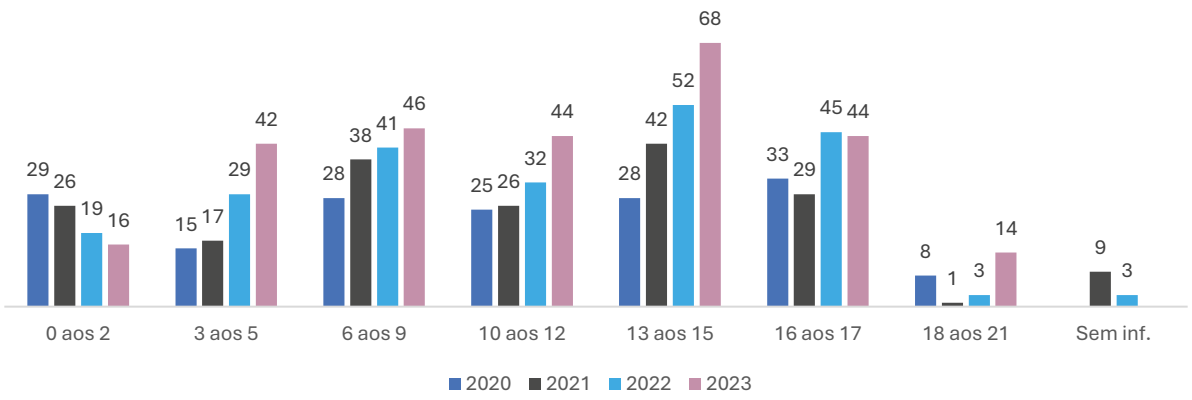


Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

No que concerne à distribuição dos processos quanto ao perfil etário das crianças e jovens, é possível verificar o seguinte:

- Decréscimo consistente do número de crianças entre os 0 e 2 anos de idade, de 29 em 2020 para 16 em 2023;
- Aumento contínuo na faixa etária dos 3 aos 5 anos, de 15 em 2020 para 42 em 2023;
- Acréscimo contínuo dos 10 aos 12 anos de 25 em 2020 para 44 em 2023;
- Dos 13 anos aos 15 também se verificou um aumento de 28 em 2020 para 68 em 2023;
- Oscilações na faixa etária dos 16 aos 17 anos, diminuindo de 33 em 2020 para 29 em 2021, com posterior aumento de 45 em 2022 e decréscimo ainda que pouco significativo para 44 em 2023;
- Em todos os anos em análise verificou-se menor número de processos dos 18 aos 21 anos;
- Tende a observar-se uma maior concentração de casos na faixa etária dos 13 aos 15, à exceção de ano de 2020, onde esse fenómeno se verificou nos 16 aos 17 anos.

Gráfico 104 - Distribuição dos processos da CPCJ (N.º) de Lagoa por idade, 2020-2023



Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

Em relação à distribuição dos processos instaurados pela CPCJ de Lagoa entre 2020 e 2023, organizados por freguesia e outras origens territoriais, verifica-se uma tendência geral de crescimento do número total de processos instaurados, passando de 166 em 2020 para 274 em 2023, o que representa um aumento de cerca de 65% ao longo do período analisado (Gráfico 105).

A União de Freguesias (UF) de Lagoa e Carvoeiro destaca-se sistematicamente como a freguesia com maior número de processos instaurados, com um crescimento contínuo de 68 em 2020 para 113 em 2023. A par desta, a UF de Estômbar e Parchal também regista uma subida relevante, de 66 para 102 processos no mesmo intervalo. Estes dois territórios concentram, de forma consistente, a maioria dos processos ao longo dos quatro anos, o que poderá estar associado à maior densidade populacional, maior diversidade social ou presença de fatores de risco acrescidos nestas áreas.

Porches apresenta uma evolução relativamente estável, com valores oscilando entre os 22 e os 32 processos anuais. Já Ferragudo regista números mais baixos, mas igualmente com ligeiro crescimento, de 9 em 2020 para 14 em 2023. Estas freguesias mantêm uma expressão mais reduzida no total de processos, embora não devam ser desvalorizadas do ponto de vista da vigilância preventiva.

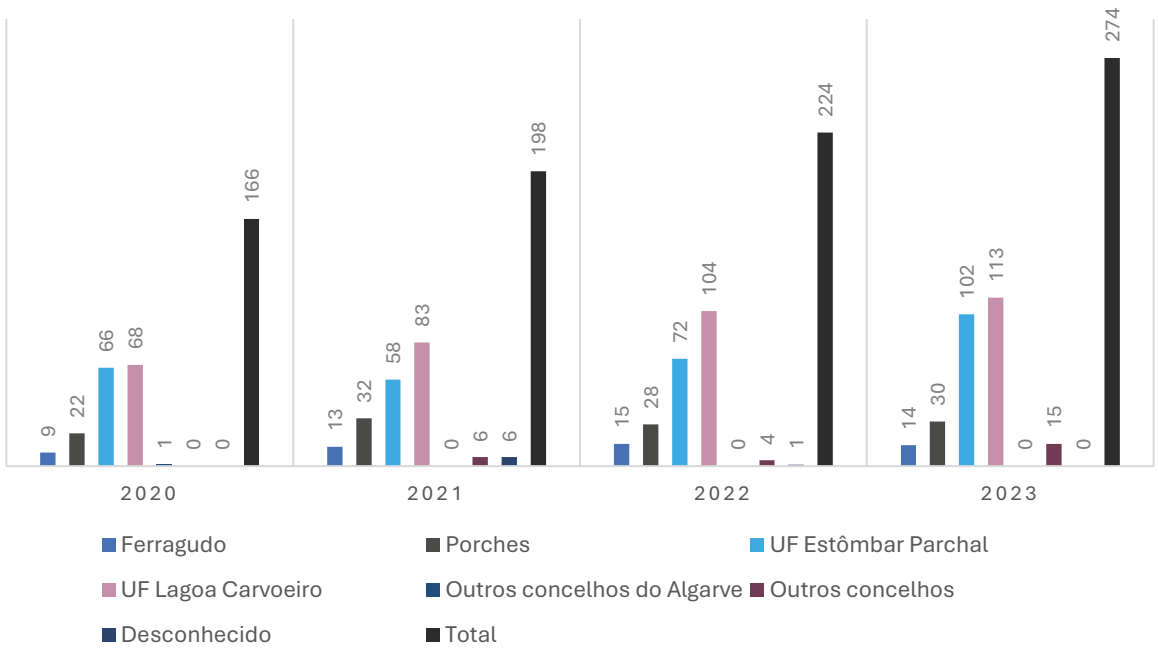
Relativamente às origens externas ao concelho, nota-se um decréscimo acentuado nos casos provenientes de “Outros concelhos do Algarve”, com apenas 1 processo em 2020 e nenhum nos anos seguintes. Por outro lado, os processos oriundos de “Outros concelhos” (fora do Algarve)

aumentam consideravelmente, passando de 0 em 2020 para 15 em 2023, o que pode refletir mobilidade geográfica de famílias com situações de risco sinalizadas noutros territórios.

Finalmente, o número de processos com origem "Desconhecida" é residual e tem vindo a desaparecer, revelando uma melhoria na qualidade do registo e identificação territorial dos casos.

Em síntese, os dados revelam um aumento significativo da atividade da CPCJ de Lagoa, com uma distribuição geográfica que aponta para uma concentração dos casos nas áreas urbanas e mais populosas, reforçando a importância de políticas locais de prevenção e apoio social ajustadas às especificidades territoriais.

Gráfico 105 - Processos instaurados pela CPCJ Lagoa (N.º) por Freguesia, 2020-2023



Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

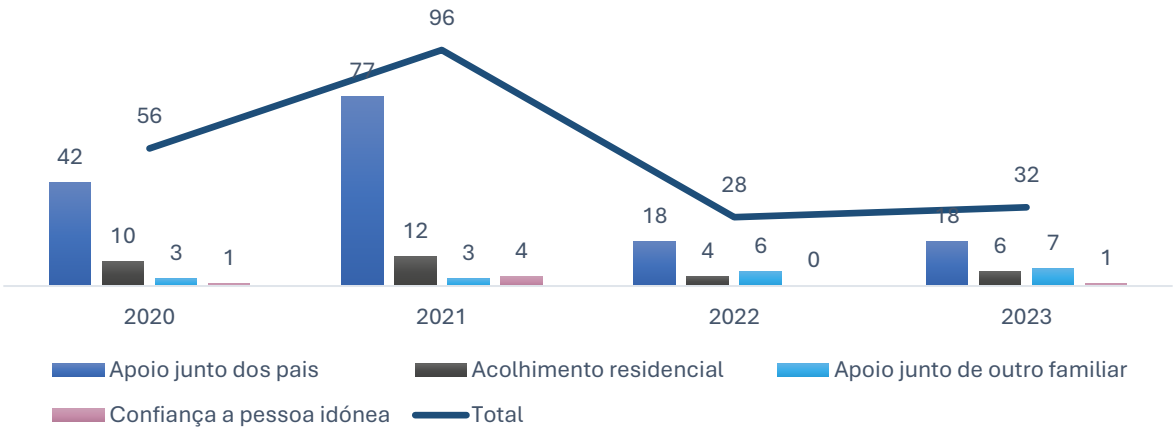
Em relação às medidas de promoção e proteção em execução e acompanhamento promovidas pela CPCJ, podem ser adotadas duas categorias de medidas de proteção: as medidas em meio natural de vida, que consistem em apoiar a criança ou jovem no seu ambiente familiar habitual - seja junto dos pais, de outros familiares, com uma pessoa considerada idónea ou através de apoio à sua autonomia de vida; e as medidas de colocação, que implicam a separação do seu contexto familiar, podendo traduzir-se em acolhimento familiar, acolhimento residencial ou confiança a uma pessoa ou instituição com vista a futura adoção.

Ao longo dos quatro anos analisados, observa-se uma oscilação significativa no número total de medidas aplicadas, com um valor máximo em 2021 (96 medidas) e uma redução acentuada nos dois anos seguintes (28 em 2022 e 32 em 2023), voltando a níveis mais próximos dos registados em 2020 (56 medidas) (Gráfico 106). A medida mais recorrente ao longo dos anos foi o apoio junto dos pais, o que revela uma aposta clara na manutenção da criança no seu meio familiar de origem, desde que garantidas as condições mínimas de segurança e bem-estar. Esta medida registou um aumento muito significativo em 2021 (77 casos), seguido de uma quebra expressiva para 18 casos tanto em 2022 como em 2023.

O apoio junto de outro familiar registou um ligeiro aumento ao longo do período em análise, passando de 3 casos em 2020 e 2021 para 6 em 2022 e 7 em 2023. Este dado aponta para uma crescente valorização da rede familiar alargada como alternativa ao acolhimento institucional. Por outro lado, a medida de confiança a pessoa idónea é residual, com apenas um caso em 2020, quatro em 2021, nenhum em 2022 e apenas um em 2023. Trata-se de uma solução menos frequente, geralmente aplicada em contextos específicos onde não é possível recorrer a familiares diretos ou ao sistema institucional.

O acolhimento residencial, medida que implica a retirada da criança do seu meio habitual e a colocação em instituição, foi aplicada com menos frequência, mas de forma consistente, oscilando entre 4 e 12 casos. Verifica-se uma ligeira subida em 2023 (6 casos) face ao ano anterior (4 casos), o que poderá indicar situações mais graves ou falta de condições de suporte familiar.

Gráfico 106 - Medidas de promoção e proteção em execução e acompanhamento pela CPCJ Lagoa (N.º), 2020-2023



Fonte: Relatórios anuais CPCJ/Lagoa

Abono de família para crianças e jovens da segurança social

O Abono de Família para Crianças e Jovens da Segurança Social funciona como um complemento ao rendimento familiar que permite às famílias fazer face a despesas essenciais, como alimentação, vestuário, educação e cuidados de saúde. Ao mesmo tempo, representa um investimento público na infância, com impacto positivo no percurso escolar, na saúde e no desenvolvimento social e emocional das crianças. Além disso, o abono de família tem também um efeito redistributivo, dado que o seu valor varia em função dos rendimentos do agregado familiar, sendo mais elevado para famílias com menores recursos. Desta forma, contribui para mitigar desigualdades e promover a equidade no acesso a oportunidades desde a infância, reforçando o papel do Estado na proteção social e na coesão social.

A tabela 79 mostra a evolução do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social no concelho de Lagoa entre 2021 e 2023, demonstrando variações tanto no número de beneficiários como no montante processado. Em 2021, registaram-se 2.299 beneficiários diretos, correspondendo a 3.353 descendentes ou equiparados abrangidos pela prestação, com um valor processado de 2.378 mil euros. No ano seguinte, em 2022, observa-se um ligeiro aumento no número de beneficiários (2.355) e de crianças abrangidas (3.469), refletindo um crescimento moderado na cobertura do apoio. O valor processado também aumentou nesse ano, atingindo os 2.562 mil euros.

Em 2023, embora o número de beneficiários tenha diminuído ligeiramente para 2.323 e o número de descendentes abrangidos tenha recuado para 3.431, o valor processado registou um aumento expressivo, situando-se nos 3.840 mil euros. Este acréscimo significativo do montante atribuído, apesar da ligeira redução de beneficiários, pode estar associado à atualização dos escalões de rendimento, aumento do valor mensal do abono, ou à aplicação de medidas de reforço do apoio social às famílias.

Tabela 79 - Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º e €) em Lagoa, 2021-2023

Ano	Beneficiárias/os	Descendentes ou equiparados	Valor processado
	N.º	Nº	€ (milhares)
2021	2299	3353	2378
2022	2355	3469	2562
2023	2323	3431	3840

Fonte: INE - Instituto de Informática

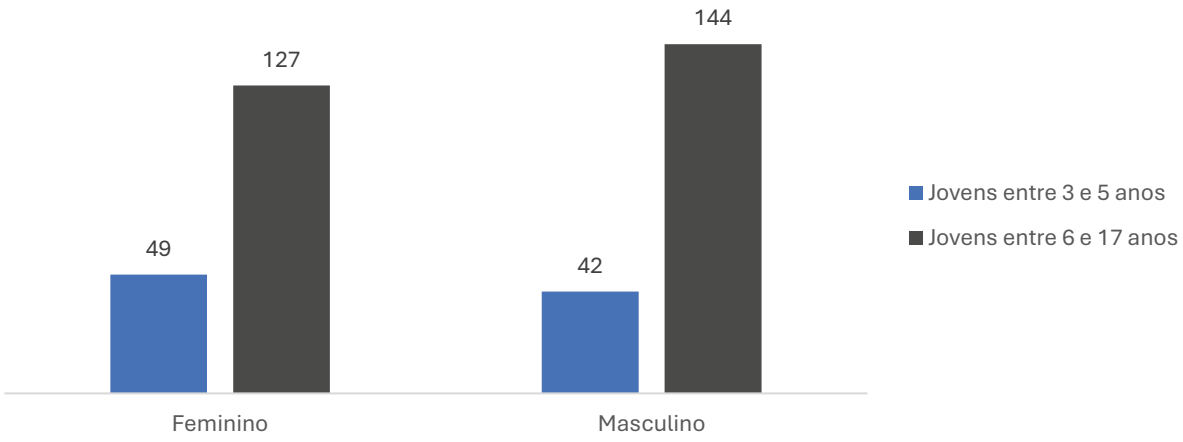
A Garantia para a Infância é uma medida complementar ao abono de família que visa garantir condições mínimas de dignidade e bem-estar a crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade económica. Esta prestação tem como principal objetivo combater a pobreza infantil e promover a igualdade de oportunidades, assegurando que todas as crianças, independentemente da sua origem socioeconómica, tenham acesso a bens e serviços essenciais para o seu desenvolvimento. A medida é atribuída automaticamente pela Segurança Social a crianças e jovens beneficiários do abono de família até aos 17 anos (inclusive), desde que pertencentes a agregados familiares dos 1.º e 2.º escalões de rendimentos. Pode também abranger situações específicas em que o rendimento do agregado familiar seja particularmente reduzido.

A Garantia para a Infância representa, assim, um reforço financeiro importante no apoio às famílias mais carenciadas, complementando o abono de família e contribuindo para melhorar as condições de vida das crianças e jovens, com impacto direto na alimentação, saúde, educação e inclusão social. Trata-se de uma medida integrada no compromisso do Estado português com a garantia europeia para a infância, em alinhamento com as metas da União Europeia no combate à pobreza infantil.

O gráfico 107 mostra a distribuição do número de titulares da Garantia para a Infância do abono de família, referente ao mês de fevereiro de 2025, no concelho de Lagoa, desagregada por sexo e por dois grupos etários: dos 3 aos 5 anos e dos 6 aos 17 anos. Observa-se que, em ambos os grupos etários, os valores são superiores no sexo masculino. No grupo dos 6 aos 17 anos, existem 144 titulares do sexo masculino e 127 do sexo feminino, o que representa a faixa etária com maior número de beneficiários, independentemente do sexo. Esta diferença sugere que há uma ligeira predominância de rapazes a beneficiar da Garantia para a Infância neste escalão etário.

Já no grupo dos 3 aos 5 anos, os números são mais equilibrados, com 49 titulares do sexo feminino e 42 do sexo masculino, refletindo uma diferença menos acentuada entre géneros nesta faixa mais jovem. No entanto, nota-se um valor ligeiramente superior no sexo feminino.

Gráfico 107 - N.º de Titulares de Garantia para a infância do abono de família referente a fevereiro de 2025, residentes no concelho de Lagoa, por sexo



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/PFA)

Ação Social Escolar

A Ação Social Escolar (ASE) assume extrema importância na medida em que apoia alunos economicamente vulneráveis, providenciando acesso a material escolar, refeições, transporte e visitas de estudo.

Nesta matéria, relativamente ao ano letivo 2023/24, a taxa de alunos subsidiados no pré-escolar foi de 74,3%, no 1.º CEB de 64,5%, nos 2.º e 3.º CEB de 37,4% e no secundário de apenas 22%. No global, 1545 alunos/as do ensino público beneficiavam de escalão A e B, o que se traduz em 48,7% dos/as inscritos/as (Tabela 80). Refere-se no Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2023-2030, que o número de alunos/as subsidiados/as na região algarvia é superior ao nacional. De facto, no ano letivo de 2020/21 destacam-se os valores para os mais novos, ou seja, que frequentavam o 1.º CEB com 47,7% e do 2.º CEB com 45,9% de estudantes abrangidos. Neste sentido, ainda que o ano de comparação não seja o mesmo, parece existir um indicador desfavorável para o concelho, que implica um olhar atento e adoção de medidas transformadoras no que concerne a esta realidade social.

Tabela 80 - Número de alunos/as abrangidos/as pela ação social escolar (N.º), por nível de ensino no ano letivo de 2023/24

Nível de Ensino	Escalão A	Escalão B	Escalão A+B	Total Crianças	Proporção (%)
Pré-escolar	153	139	292	393	74,3
1º CEB	255	416	671	1040	64,5
2.º e 3º CEB	234	252	486	1301	37,4
Ensino Secundário	47	49	96	436	22,0
Total	689	856	1545	3170	48,7

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Síntese das crianças e jovens

(1) A análise sobre o risco de pobreza e exclusão social no Algarve apresenta uma melhoria significativa nas condições socioeconómicas da região entre 2022 e 2024, destacando-se no contexto nacional. A proporção da população em risco desceu de forma acentuada, superando a média nacional, e registaram-se avanços expressivos na redução da privação material e social, quer geral, quer severa. Embora o país mantenha desigualdades regionais e geracionais, nomeadamente com crianças e jovens como grupo mais vulnerável, o Algarve surge como exemplo de progresso, reforçando a importância de políticas públicas regionais eficazes alinhadas com os objetivos da Agenda Europa 2030 para a inclusão e coesão social.

(2) Em relação às crianças e jovens com dificuldades funcionais em Lagoa, observam-se vulnerabilidades nas idades mais precoces, sobretudo ao nível da autonomia. Destaca-se ainda a aplicação do regime de educação inclusiva e o aumento das medidas de apoio, apesar da escassez de recursos especializados. A IPI surge como uma resposta fundamental para crianças até aos 6 anos com alterações no desenvolvimento, assegurando apoio multidisciplinar essencial às famílias.

(3) A multiculturalidade nas escolas do concelho de Lagoa está a crescer de forma significativa, refletindo uma realidade nacional em rápida transformação.

(4) Verifica-se um aumento significativo da atividade da CPCJ de Lagoa entre 2020 e 2023, com um crescimento de 65% no número total de processos instaurados. Este aumento reflete não só maior incidência de situações de risco, mas também um reforço da deteção e resposta por parte da comissão. Além disso, observa-se a prevalência de problemáticas graves e complexas, com destaque para situações de exposição a comportamentos prejudiciais (alínea f), comportamentos de risco dos próprios jovens (alínea g), maus-tratos e abuso sexual (alínea b), e negligência afetiva (alínea c), esta última com um crescimento expressivo de 391%.

(5) Confirmam-se também mudanças no perfil das crianças sinalizadas, com aumento de processos entre os 3 e os 15 anos e decréscimo entre os 0 e 2 anos. A faixa etária dos 13 aos 15 anos passou a concentrar a maioria dos casos. Paralelamente, observa-se uma distribuição territorial desigual de casos sinalizados pela CPCJ, com concentração nas freguesias de Lagoa e Carvoeiro e Estômbar e Parchal, apontando para contextos urbanos com maior densidade e fatores de risco social acrescidos.

(6) Existe uma preferência por medidas de proteção em meio familiar, sobretudo o apoio junto dos pais, embora com forte quebra após 2021. Medidas mais disruptivas, como o acolhimento residencial, mantêm-se estáveis, mas pouco frequentes.

(7) Importância crescente do apoio social, nomeadamente através do abono de família e da Garantia para a Infância, com aumento significativo do valor processado, mesmo com ligeira redução no número de beneficiários, refletindo maior investimento no combate à pobreza infantil.

(8) Elevada taxa de alunos com apoio da ação social escolar, especialmente no pré-escolar e 1.º ciclo, reforçando os sinais de fragilidade económica no concelho.

5. Saúde

A saúde e o bem-estar são pilares fundamentais para o desenvolvimento individual e coletivo, influenciando diretamente a qualidade de vida e a sustentabilidade social e económica de qualquer sociedade. A saúde física, mental e emocional permite que as pessoas atinjam o seu potencial máximo, contribuindo para a produtividade, a interação social e a resiliência perante os desafios. O bem-estar, por sua vez, vai além da ausência de doenças, abrangendo a satisfação com as condições de vida, o equilíbrio emocional e o acesso a oportunidades que promovam uma vida plena. Investir na promoção da saúde e no bem-estar é crucial para reduzir desigualdades, fortalecer comunidades e impulsionar o desenvolvimento humano, sendo um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Políticas integradas de saúde pública, educação para estilos de vida saudáveis e redes de apoio social são essenciais para alcançar este propósito, assegurando um futuro mais justo e equilibrado. Dada a importância, o Município de Lagoa tem como desígnio a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde.

5.1. Profissionais de enfermagem e medicina

O estado da saúde no concelho de Lagoa deve ser analisado à luz das dinâmicas demográficas, sociais e territoriais que influenciam a acessibilidade, a cobertura e a qualidade dos serviços disponíveis. Assim, este capítulo apresenta uma análise da evolução recente (2019–2023) dos recursos humanos em saúde, nomeadamente enfermeiros/as, médicos/as e farmácias no concelho de Lagoa, em comparação com a região do Algarve e o contexto nacional.

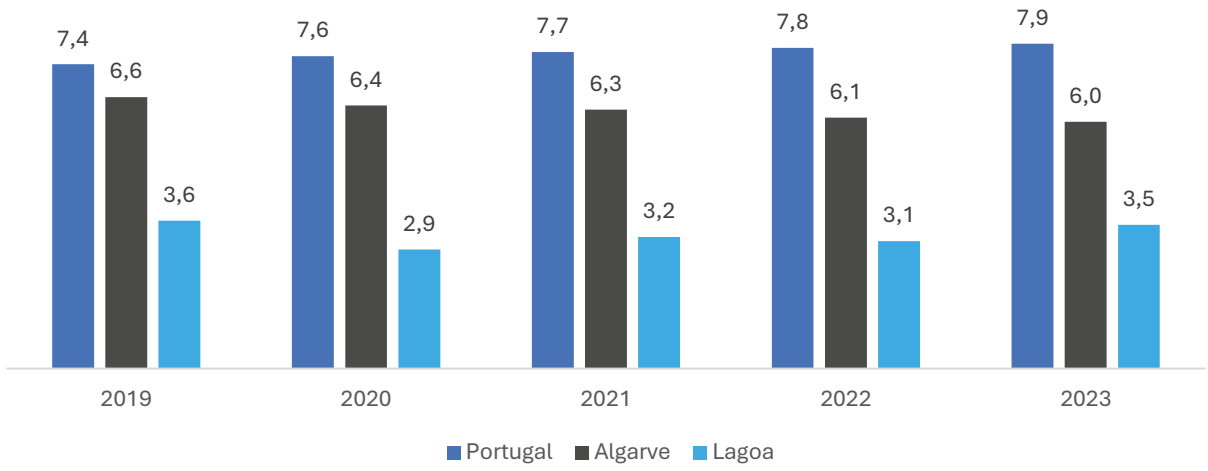
O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de enfermeiras/os por 1000 habitantes entre 2019 e 2023 em Portugal, Algarve e o município de Lagoa. A análise permite identificar disparidades territoriais acentuadas no acesso a cuidados de enfermagem, com Lagoa a destacar-se negativamente, o Algarve a registar uma tendência de decréscimo, e Portugal, no seu conjunto, a apresentar uma evolução positiva, ainda que insuficiente para corrigir as assimetrias regionais.

A nível nacional, observa-se um crescimento contínuo do número de enfermeiros, passando de 7,4 em 2019 para 7,9 em 2023. Este crescimento, embora ligeiro, revela um reforço contínuo da presença destes profissionais no sistema de saúde português. No Algarve, a tendência é inversa: assiste-se a uma ligeira diminuição da densidade de enfermeiros, de 6,6 em 2019 para 6,0 em 2023.

Este declínio sugere um possível desinvestimento ou dificuldade em fixar profissionais na região, o que poderá estar associado a questões estruturais como a sazonalidade, a mobilidade dos recursos humanos ou a atratividade dos serviços regionais.

Em Lagoa, os valores são sistematicamente mais baixos do que os registados nas outras duas escalas, o que evidencia uma menor disponibilidade de profissionais de enfermagem por habitante. Em 2019, o rácio era de 3,6, descendo para 2,9 em 2020 e mantendo-se abaixo dos 3,5 até 2023. Apesar de uma ligeira recuperação entre 2021 e 2023 (de 3,2 para 3,5), os números permanecem muito distantes da média nacional, sugerindo uma situação de carência de recursos particularmente preocupante.

Gráfico 108 - Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Nota: Os dados de 2023 são provisórios

Entre 2019 e 2023, o número total de enfermeiros/as a exercer funções no concelho de Lagoa registou algumas oscilações, com uma redução inicial entre 2019 (83 profissionais) e 2020 (67), seguida de um aumento progressivo até atingir 86 profissionais em 2023, valor superior ao registado no início do período em análise (Tabela 81). Este crescimento poderá refletir um esforço local de reforço dos recursos humanos na área da saúde, eventualmente impulsionado pelos desafios colocados pela pandemia de COVID-19 e pela necessidade de dar resposta a uma população com necessidades crescentes, nomeadamente em contexto de envelhecimento.

Ao desagregar os dados por sexo, observa-se que o número de enfermeiras representa a maioria dos profissionais ao longo de todo o período, com valores que variam entre 53 (2020) e 71 (2023). Já o número de enfermeiros do sexo masculino manteve-se relativamente estável, entre os 14 e os 18 profissionais, não se registando variações significativas neste grupo.

Este predomínio feminino no exercício da profissão de enfermagem em Lagoa está em consonância com a tendência nacional e internacional, onde as mulheres continuam a constituir a larga maioria na profissão. A ligeira recuperação no número total de profissionais verificada após 2020 poderá indicar uma resposta institucional às exigências crescentes do sistema de saúde, bem como uma possível valorização dos cuidados de proximidade, essenciais num território que apresenta características de dispersão populacional e envelhecimento.

Tabela 81 - Enfermeiras/os (N.º) que trabalham em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023

Sexo	2019	2020	2021	2022	2023
HM	83	67	76	76	86
H	18	14	14	14	15
M	65	53	62	62	71

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Nota: Os dados de 2023 são provisórios

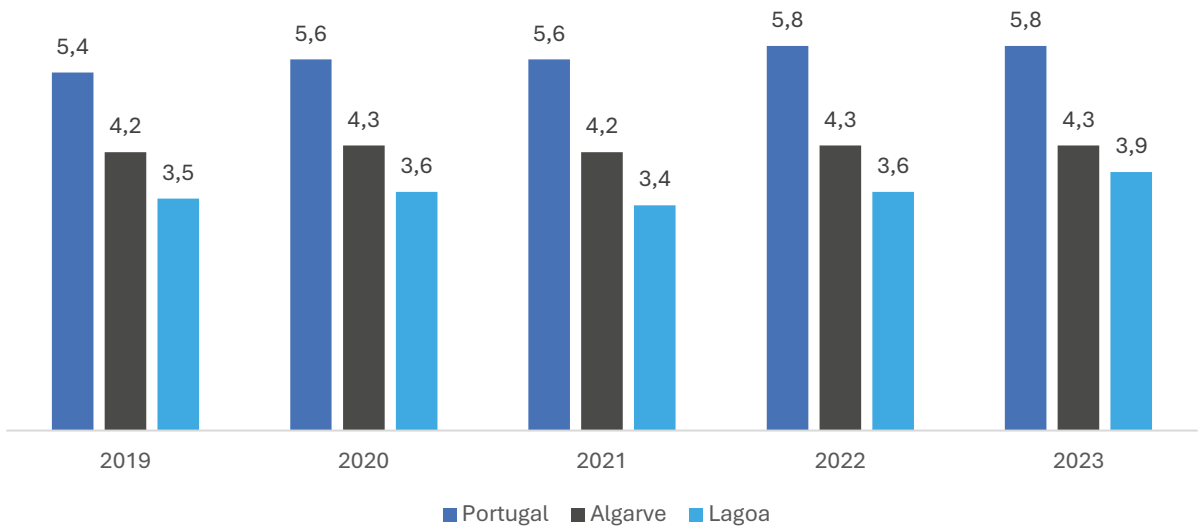
A análise da evolução do número de médicos por 1000 habitantes entre 2019 e 2023 permite identificar importantes assimetrias territoriais no acesso aos cuidados de saúde, particularmente no concelho de Lagoa, quando comparado com a região do Algarve e com a média nacional. Em termos nacionais, o rácio de médicos por 1000 habitantes tem vindo a aumentar de forma consistente, passando de 5,4 em 2019 para 5,8 em 2023, o que traduz um ligeiro, mas contínuo reforço da capacidade de resposta do sistema de saúde português ao longo deste período. A nível regional, o Algarve apresenta valores significativamente abaixo da média nacional, oscilando entre 4,2 e 4,3 médicos por 1000 habitantes, o que revela uma estrutura de cuidados médicos mais instável nesta região, possivelmente condicionada por dificuldades de fixação de profissionais de saúde.

No caso específico de Lagoa, o número de médicos por 1000 habitantes manteve-se constantemente inferior às médias regional e nacional, variando entre 3,4 e 3,9 médicos no período em análise. O valor mais baixo foi registado em 2021 (3,4), recuperando ligeiramente nos dois anos seguintes até atingir 3,9 em 2023. Apesar desta tendência ligeiramente positiva, o concelho

continua a evidenciar uma sub-representação médica, o que pode comprometer a equidade no acesso aos cuidados de saúde, sobretudo numa população envelhecida e potencialmente mais vulnerável a doenças crónicas.

Esta persistente diferença face às médias nacional e regional aponta para a necessidade de reforço dos recursos humanos em saúde no concelho, tanto ao nível da atração e fixação de médicos como da melhoria das condições de trabalho e de investimento em cuidados de proximidade. A sustentabilidade da resposta local depende, assim, de políticas mais eficazes de distribuição territorial de profissionais de saúde, essenciais para garantir a cobertura adequada das necessidades da população de Lagoa.

Gráfico 109 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Nota: Os dados de 2023 são provisórios

Entre 2019 e 2023, o número de médicos residentes no concelho de Lagoa registou uma evolução positiva, traduzida num aumento gradual do total de profissionais ao longo do período. Em 2019, residiam em Lagoa 79 médicos, número que subiu para 96 em 2023, o que representa um crescimento de aproximadamente 21,5%. Esta tendência de crescimento pode estar associada a uma maior atratividade do concelho enquanto local de residência, possivelmente impulsionada por fatores como a qualidade de vida, a proximidade de infraestruturas de saúde na região ou até políticas de descentralização de serviços e incentivos à fixação de profissionais de saúde.

A desagregação por sexo revela que os médicos do sexo masculino continuam a ser maioritários no concelho. O número de homens aumentou de 45 em 2019 para 52 em 2023, mantendo-se sempre superior ao das médicas, cujo número, apesar de ter aumentado ligeiramente entre 2019 (34) e 2022 (40), registou uma ligeira quebra em 2023, descendo para 37. Esta evolução revela não só um crescimento moderado, mas contínuo da presença de médicos em Lagoa, como também uma relativa estabilidade na distribuição por sexo, com uma ligeira predominância masculina que se mantém ao longo dos cinco anos analisados.

Tabela 82 - Médicas/os (N.º) residentes em Lagoa quanto ao sexo, 2019-2023

Sexo	2019	2020	2021	2022	2023
HM	79	83	83	88	96
H	45	46	46	48	52
M	34	37	37	40	37

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

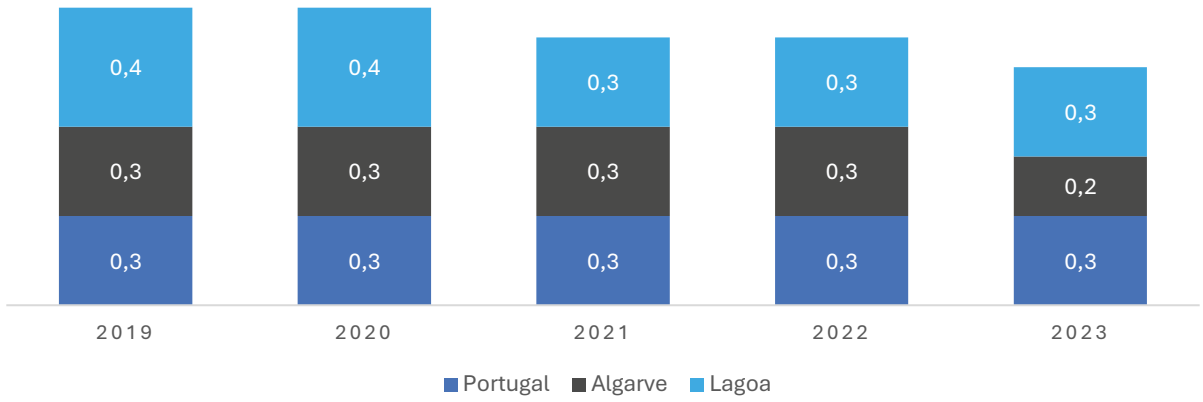
Nota: Os dados de 2023 são provisórios

Quanto ao número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes, entre 2019 e 2023, este manteve-se relativamente estável até 2022 no Concelho de Lagoa, com um rácio de 0,4 em 2019 e 2020 e de 0,3 nos dois anos seguintes. Contudo, em 2023 registou-se uma redução significativa para 0,3 farmácias por 1000 habitantes, aproximando-se assim dos valores observados a nível nacional e regional, mas ainda ligeiramente acima do rácio do Algarve (0,2).

Comparando com os restantes territórios, verifica-se que o rácio nacional de farmácias por 1000 habitantes permaneceu estável ao longo de todo o período, fixando-se consistentemente em 0,3. O mesmo se verifica na região do Algarve até 2022, embora com uma descida em 2023 para 0,2, evidenciando uma ligeira diminuição da cobertura farmacêutica regional.

No caso de Lagoa, apesar da ligeira quebra recente, o concelho manteve, durante grande parte do período, um rácio de farmácias por habitante ligeiramente superior à média nacional e regional, o que poderá ser indicativo de uma boa cobertura deste tipo de serviço de proximidade. Esta disponibilidade assume particular importância num território com uma população envelhecida, onde a acessibilidade a medicamentos e aconselhamento farmacêutico é um fator essencial para a continuidade dos cuidados em saúde.

Gráfico 110 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2023



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

5.2. Indicadores de Mortalidade

Neste capítulo, procede-se à análise comparada das taxas de mortalidade infantil, neonatal e por causas específicas, nomeadamente doenças do aparelho circulatório e tumores malignos, nos períodos mais recentes, abrangendo os contextos nacional, regional (Algarve) e local (Lagoa). A avaliação destes dados permite identificar áreas prioritárias de intervenção, compreender as dinâmicas demográficas e epidemiológicas do concelho e fundamentar estratégias de promoção da saúde e prevenção da doença, com vista à melhoria do bem-estar da população.

A taxa quinquenal de mortalidade infantil é um indicador essencial no diagnóstico de saúde de um território, uma vez que expressa o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por mil nados-vivos. Esta taxa constitui não apenas um reflexo direto das condições de saúde materno-infantil, como também do acesso, qualidade e eficácia dos cuidados de saúde primários, das condições socioeconómicas das famílias e das políticas públicas locais e nacionais.

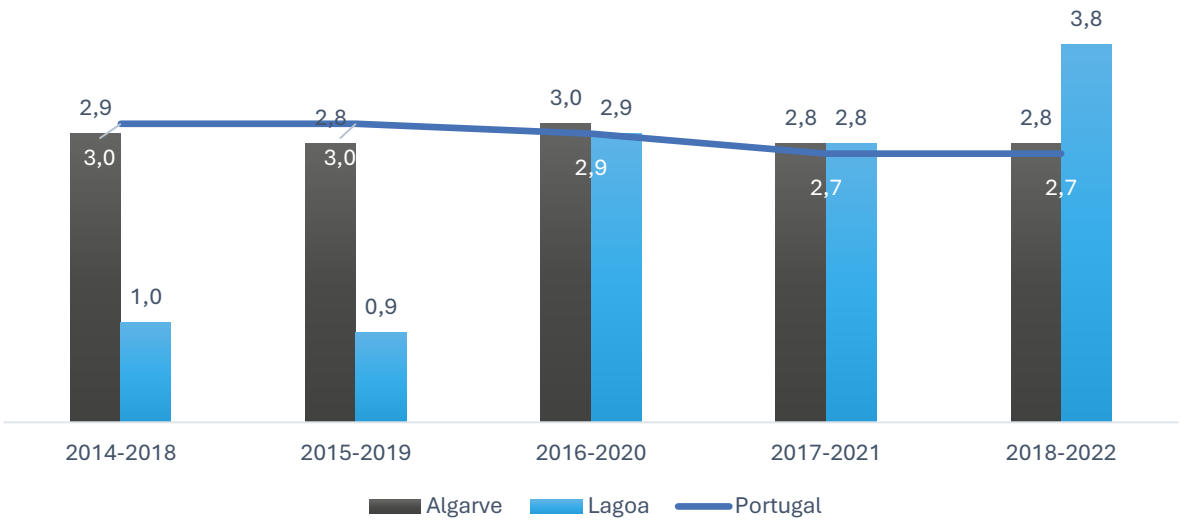
No caso de Portugal, entre os períodos de 2014-2018 e 2018-2022, observa-se uma tendência ligeiramente decrescente da taxa de mortalidade infantil, passando de 3,0‰ para 2,7‰. Este decréscimo, ainda que moderado, revela uma manutenção dos bons indicadores nacionais no

campo da saúde materno-infantil, sustentados por políticas de saúde pública consistentes, pelo acesso universal aos cuidados de saúde e pela qualificação dos profissionais.

No contexto regional, o Algarve apresenta uma variação menos linear. Após uma descida entre 2014-2018 (2,9‰) e 2015-2019 (2,8‰), regista-se um aumento para 3,0‰ no período 2016-2020, seguido de nova estabilização nos períodos seguintes (2,8‰). Esta oscilação poderá estar associada a fatores como variações demográficas, pressão sazonal sobre os serviços de saúde, ou mesmo limitações na resposta local a situações de maior complexidade clínica. Ainda assim, os valores registados no Algarve mantêm-se em linha com a média nacional, não indicando desvios estruturais significativos.

Em Lagoa, a análise da evolução da taxa de mortalidade infantil revela uma realidade mais instável e preocupante. Nos dois primeiros períodos (2014-2018 e 2015-2019), os valores eram notoriamente inferiores à média nacional e regional, com 1,0‰ e 0,9‰, respetivamente. Estes dados poderiam inicialmente sugerir um cenário muito favorável em termos de saúde infantil. Contudo, essa situação altera-se de forma marcada a partir de 2016-2020, quando a taxa sobe abruptamente para 2,9‰, aproximando-se dos valores regionais. Esta tendência ascendente mantém-se em 2017-2021 (2,8‰), culminando com um aumento expressivo para 3,8‰ no período mais recente (2018-2022), o valor mais elevado de todo o intervalo em análise e significativamente superior às médias nacional e regional.

Gráfico 111 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2022



Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Este agravamento da mortalidade infantil em Lagoa, ainda que possa refletir a sensibilidade estatística de um território de pequena dimensão - onde poucos casos têm grande impacto percentual -, não deve ser desvalorizado. Pode indicar fragilidades no acompanhamento pré-natal, na vigilância pós-parto, no acesso a serviços de saúde especializados ou na intervenção social junto de famílias vulneráveis. Adicionalmente, a crescente mobilidade da população, o aumento de residentes estrangeiros e as desigualdades territoriais no acesso a cuidados podem contribuir para este agravamento.

Neste sentido, o aumento da taxa de mortalidade infantil em Lagoa constitui um sinal de alerta no diagnóstico social do concelho. Exige não só uma leitura crítica dos dados, mas também a implementação de medidas de reforço dos cuidados de saúde materno-infantis, da vigilância epidemiológica e da articulação entre saúde e ação social. Este indicador deve ser acompanhado com especial atenção nos próximos anos, com o envolvimento das entidades locais e regionais, de forma a assegurar a equidade na proteção da saúde das crianças e a prevenção de mortalidade evitável.

A análise da taxa quinquenal de mortalidade infantil no Algarve evidencia disparidades intermunicipais significativas, com Lagoa entre os concelhos mais afetados. Entre os concelhos destacam-se Albufeira (4,2‰), Olhão (4,0‰), Vila do Bispo (4,1‰) e Lagoa (3,8‰) com os valores mais elevados da região. Por outro lado, vários concelhos registaram uma taxa de 0‰, nomeadamente Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel. Embora estes valores sejam, à primeira vista, muito positivos, devem ser interpretados com atenção, tendo em conta a reduzida dimensão populacional e o número absoluto de nascimentos, que pode não ter produzido ocorrências suficientes para registar óbitos infantis nesse período. Concelhos como Loulé (2,9‰), Faro (2,5‰), Portimão (2,3‰) e São Brás de Alportel (2,1‰) apresentam valores mais próximos da média nacional, sugerindo um desempenho estável dos seus serviços de saúde materno-infantil. Já Tavira (3,1‰) e Silves (3,0‰) situam-se ligeiramente acima da média regional.

Tabela 83 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) nos Concelhos do Algarve, 2014-2022

Concelhos	2018 - 2022
Albufeira	4,2
Alcoutim	0
Aljezur	0
Castro Marim	0
Faro	2,5
Lagoa	3,8
Lagos	0,8
Loulé	2,9
Monchique	0
Olhão	4
Portimão	2,3
São Brás de Alportel	2,1
Silves	3
Tavira	3,1
Vila do Bispo	4,1
Vila Real de Santo António	1,3

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Por sua vez, a taxa quinquenal de mortalidade neonatal, expressa em número de óbitos por mil nados-vivos durante os primeiros 28 dias de vida, constitui um indicador fundamental para a avaliação da qualidade dos cuidados de saúde prestados durante a gravidez, o parto e o período neonatal imediato. Esta taxa concentra-se num intervalo particularmente sensível da vida, onde se verificam as maiores vulnerabilidades do recém-nascido, sendo por isso influenciada por fatores como a prematuridade, o baixo peso à nascença, a existência de anomalias congénitas, a qualidade da vigilância pré-natal e a capacidade de resposta dos serviços de neonatologia.

Em Portugal, entre 2014-2018 e 2018-2022, a taxa de mortalidade neonatal apresentou uma evolução decrescente, passando de 2,1‰ para 1,8‰. Esta redução revela um desempenho globalmente positivo do sistema nacional de saúde, demonstrando o impacto de políticas públicas consistentes na área da saúde materno-infantil e a eficácia dos serviços de obstetrícia e neonatologia, tanto ao nível da prevenção como da intervenção médica especializada.

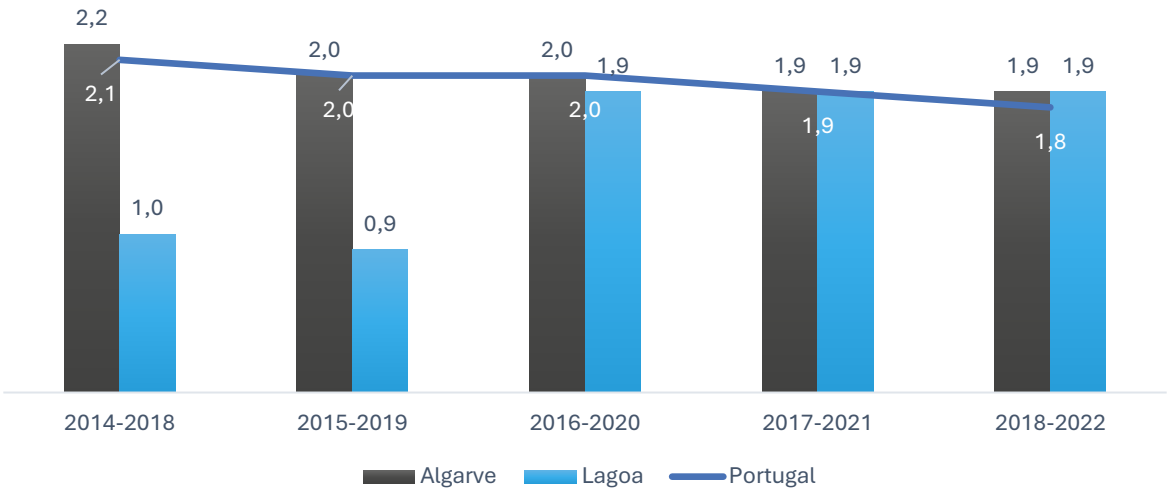
Na região do Algarve, observa-se uma trajetória semelhante à do país, embora com uma ligeira oscilação. A taxa desce de 2,2‰ no período inicial para 2,0‰ nos dois períodos seguintes, estabilizando em 1,9‰ nos últimos dois quinquénios (2017-2021 e 2018-2022). Estes dados indicam uma melhoria na prestação de cuidados perinatais na região, apesar dos desafios que o Algarve enfrenta, nomeadamente no que diz respeito à cobertura dos serviços de saúde em zonas mais afastadas dos centros urbanos, e à sazonalidade demográfica que pode influenciar a pressão sobre os recursos clínicos.

O concelho de Lagoa apresenta um percurso distinto, marcado inicialmente por uma taxa de mortalidade neonatal significativamente inferior à média regional e nacional - 1,0‰ no período 2014-2018 e 0,9‰ em 2015-2019. No entanto, verifica-se um aumento expressivo da taxa para 1,9‰ a partir do quinquénio 2016-2020, valor que se mantém estável nos dois períodos seguintes. Esta convergência em relação às médias nacional e regional pode ter diversas causas, entre as quais se destacam variações demográficas, limitações nos cuidados especializados disponíveis localmente ou alterações no perfil socioeconómico das famílias residentes.

Apesar de não apresentar os valores observados na taxa de mortalidade infantil, a evolução da mortalidade neonatal em Lagoa exige atenção. A estabilização nos 1,9‰ pode indicar que a situação se encontra controlada, mas não necessariamente otimizada. A manutenção desta taxa nos níveis nacionais deve ser acompanhada por uma política local ativa de vigilância pré-natal, apoio social às grávidas em situação de vulnerabilidade e reforço da articulação entre os cuidados de saúde primários e hospitalares. Importa ainda considerar o impacto da presença de população estrangeira e de residentes temporários, cuja integração no sistema de saúde pode ser variável.

Em síntese, embora Lagoa apresente uma taxa de mortalidade neonatal dentro dos parâmetros nacionais, a evolução crescente após um período inicial muito positivo sinaliza a necessidade de manter e reforçar as estratégias locais de prevenção e cuidados em saúde perinatal, promovendo a equidade no acesso a serviços de qualidade e a continuidade de cuidados essenciais no início da vida.

Gráfico 112 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2014-2022



Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

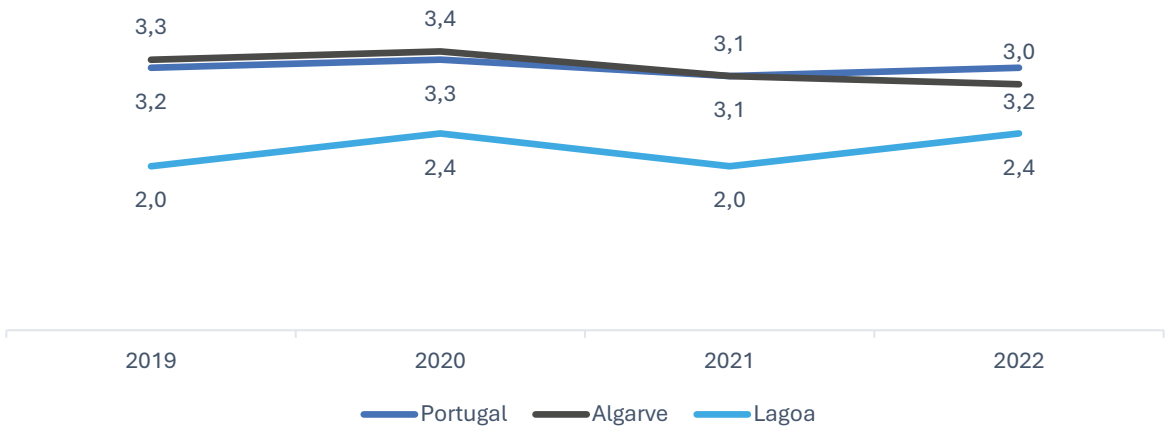
A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório constitui um dos mais relevantes indicadores de saúde em países desenvolvidos, refletindo o impacto de patologias como o enfarte agudo do miocárdio, acidentes vasculares cerebrais (AVC) e outras doenças cardíacas e vasculares. Trata-se de um indicador fortemente associado a fatores como envelhecimento populacional, hábitos de vida (sedentarismo, alimentação, consumo de tabaco e álcool), acesso a cuidados de saúde e eficácia das estratégias de prevenção e tratamento.

A análise deste indicador revele que em Portugal, entre 2019 e 2022, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório oscilou ligeiramente, mantendo-se relativamente estável: 3,2‰ em 2019, 3,3‰ em 2020, 3,1‰ em 2021 e novamente 3,2‰ em 2022. Esta estabilidade, apesar de positiva, deve ser analisada tendo em conta o envelhecimento acelerado da população e o impacto da pandemia de COVID-19, que poderá ter afetado direta ou indiretamente a gestão das doenças cardiovasculares, quer pelo adiamento de diagnósticos e tratamentos, quer por alterações na procura de cuidados médicos.

No Algarve, os valores seguem uma tendência semelhante, com pequenas variações: 3,3‰ em 2019, 3,4‰ em 2020, 3,1‰ em 2021 e 3,0‰ em 2022. Estes dados revelam um padrão paralelo ao nacional, embora com valores ligeiramente superiores nos dois primeiros anos analisados. No concelho de Lagoa, os valores registados situam-se de forma consistente abaixo das médias nacional e regional: 2,0‰ em 2019, 2,4‰ em 2020, 2,0‰ em 2021 e 2,4‰ em 2022. Estes dados

são particularmente relevantes, uma vez que sugerem uma situação local comparativamente mais favorável no que respeita à mortalidade por doenças cardiovasculares.

Gráfico 113 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2022



Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

A taxa de mortalidade por tumores malignos constitui um dos principais indicadores epidemiológicos relacionados com a carga de doença não transmissível. O seu acompanhamento é fundamental no diagnóstico de saúde de um território, pois permite avaliar a eficácia das políticas de prevenção, rastreio, diagnóstico precoce, tratamento oncológico e cuidados paliativos. Os tumores malignos representam, em muitos países desenvolvidos, uma das principais causas de morte, refletindo também desigualdades no acesso à saúde e nos estilos de vida da população.

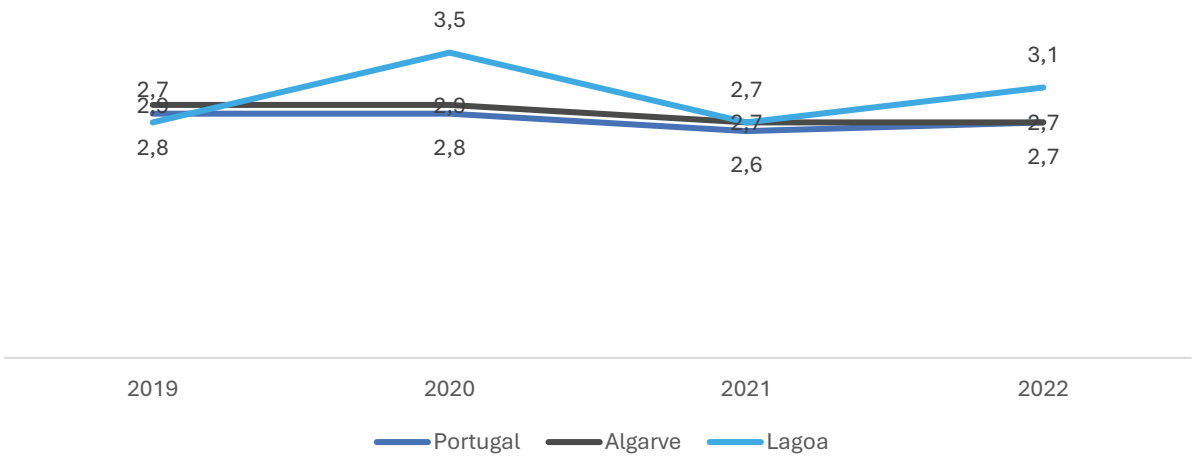
Em Portugal, entre 2019 e 2022, observa-se uma ligeira tendência de descida da taxa de mortalidade por tumores malignos, de 2,8‰ em 2019 e 2020, para 2,6‰ em 2021, seguindo-se um aumento ligeiro para 2,7‰ em 2022. Esta evolução está em linha com os avanços no diagnóstico e tratamento oncológico, bem como com o reforço dos programas de rastreio implementados ao nível nacional. Contudo, assim como a mortalidade por doenças do aparelho circulatório, o impacto da pandemia de COVID-19, com a interrupção ou adiamento de exames e tratamentos, poderá ter influenciado os valores de 2021 e 2022, explicando algumas oscilações no padrão de mortalidade.

A região do Algarve segue uma trajetória muito próxima da nacional, com taxas de 2,9‰ nos anos de 2019 e 2020, descendo para 2,7‰ em 2021 e estabilizando nesse valor em 2022. Estes valores, ligeiramente acima da média nacional nos dois primeiros anos, revelam uma realidade onde o envelhecimento demográfico e possíveis limitações no acesso a cuidados especializados -

sobretudo fora dos centros urbanos - poderão influenciar a mortalidade oncológica. Ainda assim, o ajustamento e estabilização registados a partir de 2021 refletem um esforço de resposta regional, apesar das condicionantes impostas pelo contexto pandémico.

Em Lagoa, a evolução da taxa de mortalidade por tumores malignos entre 2019 e 2022 apresenta um padrão mais irregular, iniciando com 2,7‰ em 2019 - valor semelhante à média nacional - e aumentando significativamente para 3,5‰ em 2020. Esta subida poderá refletir fatores estatísticos associados à dimensão populacional do concelho, mas também pode apontar para fragilidades locais, como atrasos no diagnóstico, limitações no acesso a tratamentos oncológicos especializados ou desigualdades na literacia em saúde. Nos anos seguintes, verifica-se uma redução para 2,7‰ em 2021, voltando a aumentar para 3,1‰ em 2022, valor superior às médias nacional e regional.

Gráfico 114 - Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2019-2022



Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Embora os dados apontem para uma situação comparativamente favorável face aos contextos regional e nacional, como no caso da mortalidade por doenças do aparelho circulatório, a instabilidade observada noutros indicadores, como a mortalidade infantil e por tumores malignos, evidencia a necessidade de uma vigilância contínua e de estratégias de intervenção sustentadas. A tendência crescente de mortalidade infantil e neonatal nos últimos quinquénios, bem como os picos na mortalidade oncológica, são sinais de alerta que devem ser lidos à luz das especificidades territoriais de Lagoa, incluindo a sua dimensão populacional, a sazonalidade demográfica, o envelhecimento da população e a diversidade sociocultural crescente.

5.3. Beneficiários do Subsídio de doença

Este capítulo aborda a dinâmica dos beneficiários do subsídio de doença ao longo de cinco anos, tendo em conta variáveis como o número de pessoas abrangidas, os dias processados e os montantes pagos, bem como os valores e duração média por beneficiário. A análise dos subsídios por doença atribuídos pela Segurança Social constitui um instrumento fundamental para compreender a realidade da saúde da população ativa e a sua articulação com o sistema de proteção social. No concelho de Lagoa, o acompanhamento da evolução destes apoios entre 2019 e 2023 permite avaliar não só os impactos diretos das condições de saúde sobre a capacidade laboral, mas também as desigualdades existentes entre homens e mulheres no acesso, frequência e duração das baixas médicas.

A análise dos subsídios por doença atribuídos pela Segurança Social em Lagoa entre 2019 e 2023 revela oscilações significativas na evolução do número de beneficiários, dos dias processados e dos valores pagos, com padrões diferenciados entre homens e mulheres. Os dados evidenciam não só um aumento global dos subsídios por doença ao longo do tempo, como também uma diferenciação consistente por sexo, com as mulheres a representarem uma fatia maior tanto no número de beneficiárias como nos dias e valores processados.

No que respeita ao número total de beneficiários, observa-se uma descida progressiva entre 2019 (1.482 pessoas) e 2021 (1.142 pessoas), seguindo-se um crescimento em 2022 (1.570) e uma estabilização em 2023 (1.590). Esta tendência poderá estar associada à evolução da pandemia de COVID-19 e ao impacto das medidas de confinamento, mas também a alterações na dinâmica laboral e nos processos de reporte e justificação de ausências por doença. As mulheres representam sistematicamente a maioria dos beneficiários em todos os anos considerados, destacando-se em 2023 com 924 beneficiárias face a 666 beneficiários homens. Esta diferença pode estar relacionada com maior exposição das mulheres a ocupações com riscos físicos e emocionais, ou a maior procura de cuidados e diagnósticos por parte das mulheres.

Tabela 84 - Subsídios por doença da Segurança Social em Lagoa segundo o sexo, 2019-2023

Anos	Beneficiárias/os			Dias processados			Valores processados		
	N.º			N.º			€ (milhares)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2019	1482	630	852	67123	32652	34471	1143	616	527
2020	1326	578	748	75794	36786	39008	1417	753	664
2021	1142	525	617	68858	30308	38550	1335	629	706
2022	1570	681	889	79900	38469	41431	1637	824	813
2023	1590	666	924	78205	36147	42058	1584	762	822

Fonte: INE, Instituto de Informática

No que diz respeito ao número de dias processados, verifica-se um crescimento global ao longo do período analisado, com um total de 67.123 dias em 2019 a atingir 78.205 dias em 2023. As mulheres acumulam, de forma consistente, mais dias de subsídio por doença do que os homens, com destaque para o ano de 2023, em que registam 42.058 dias face a 36.147 dias nos homens. Esta diferença reforça a interpretação de que as mulheres, além de serem mais frequentemente beneficiárias, permanecem mais tempo em situação de baixa médica, o que poderá refletir não apenas diferenças na saúde, mas também no tipo de vínculo laboral e na carga física e mental associada às funções desempenhadas.

Relativamente aos valores processados, os dados revelam um aumento progressivo do montante global ao longo do período, passando de 1,143 milhões de euros em 2019 para 1,584 milhões em 2023. A distribuição por sexo acompanha a tendência verificada nos dias processados: em 2023, as mulheres representaram 822 mil euros pagos, ligeiramente acima dos 762 mil euros atribuídos a homens. No entanto, entre 2020 e 2021 observa-se uma inversão pontual, com as mulheres a ultrapassarem os homens tanto em número de beneficiárias como no valor total dos apoios, com destaque para 2021, em que as mulheres representam mais de 52% do valor pago.

A análise da duração média e do valor médio do subsídio de doença atribuído pela Segurança Social em Lagoa, no período compreendido entre 2019 e 2023, permite observar a evolução do impacto das situações de doença na população ativa e no sistema de proteção social, refletindo tanto fatores de ordem epidemiológica como as condições de trabalho e os níveis de rendimento dos beneficiários.

Tabela 85 - Duração média (Dia) e valor médio (€/ N.º) do subsídio de doença da segurança social em Lagoa, 2019-2023

Anos	Duração média	Valor médio
	N.º	€/ N.º
2019	45	771
2020	57	1069
2021	60	1169
2022	51	1043
2023	49	996

Fonte: INE, Instituto de Informática

No que respeita à duração média das baixas por doença, verifica-se um aumento nos primeiros anos do período em análise, passando de 45 dias em 2019 para 57 dias em 2020 e atingindo um valor máximo de 60 dias em 2021. Esta evolução é coincidente com o contexto da pandemia de COVID-19, que originou não só um aumento das situações de incapacidade temporária para o trabalho, mas também períodos mais prolongados de ausência laboral, quer por contágio direto, quer por medidas de isolamento profilático. A partir de 2022, regista-se uma diminuição gradual da duração média, com 51 dias nesse ano e 49 dias em 2023, sugerindo um regresso progressivo à normalidade ou uma reorganização das respostas clínicas e laborais às situações de doença.

Quanto ao valor médio do subsídio atribuído por beneficiário, também se regista um aumento significativo entre 2019 e 2021, passando de 771 euros para 1.169 euros. Esta subida acompanha o aumento da duração das baixas, mas pode igualmente refletir um ligeiro crescimento dos rendimentos de referência dos beneficiários. Nos anos seguintes, embora se observe uma ligeira diminuição do valor médio, este mantém-se em patamares superiores aos de 2019, com 1.043 euros em 2022 e 996 euros em 2023.

Estes dados evidenciam que, em Lagoa, o subsídio de doença teve uma expressão particularmente relevante durante os anos de maior impacto pandémico, tanto em termos de duração como de valor processado. Ainda que se verifique uma tendência de estabilização recente, o facto de os valores médios continuarem superiores aos do início do período analisado sugere que subsistem situações de doença prolongada e/ou com impacto relevante no rendimento das famílias.

5.4. A saúde mental em Portugal e no Algarve

De acordo com o capítulo 6 do documento disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)[9], em Portugal, os problemas de saúde mental assumem uma dimensão particularmente preocupante no contexto europeu. Em 2019, estima-se que 22% da população portuguesa sofria de alguma perturbação mental, valor significativamente superior à média da União Europeia (16,7%). As perturbações de ansiedade foram as mais prevalentes (cerca de 9%), seguidas das perturbações depressivas (6%) e das relacionadas com o consumo de álcool e drogas (4%). Esta elevada prevalência tem implicações sérias tanto para o bem-estar individual como para a economia do país, sendo estimado que, só em 2019, se tenham perdido quase 310 mil anos[10] de vida produtiva devido a estas condições. Os custos totais associados aos problemas de saúde mental foram avaliados em cerca de 3,7% do Produto Interno Bruto, dos quais mais de 40% se devem à perda de produtividade e à menor participação no mercado de trabalho.

As disparidades de género e rendimento são acentuadas. As mulheres portuguesas apresentam taxas de depressão superiores a 16%, mais do dobro da prevalência entre os homens (7,5%), o que representa a maior diferença entre géneros em toda a UE. Embora, à semelhança do padrão europeu, a depressão tenda a afetar mais pessoas com menores rendimentos, em Portugal essa relação não é linear: os dados apontam para uma incidência particularmente elevada entre o segundo quintil de rendimentos. Ainda assim, a população com menos recursos económicos tem o dobro da probabilidade de sofrer de depressão face aos grupos com rendimentos mais altos.

A taxa de suicídio em Portugal é inferior à média europeia, situando-se em 8,5 por 100 mil habitantes em 2020. No entanto, continua a representar um desafio de saúde pública, com uma incidência particularmente elevada entre os homens e nas regiões do sul do país — nomeadamente Alentejo e Algarve — onde os valores ultrapassam em mais de 70% a média nacional. Após um aumento acentuado entre 2011 e 2014, a taxa de suicídio tem vindo a diminuir, atingindo o seu valor mais baixo da última década em 2020, tendência atribuída à implementação do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio.

No domínio farmacológico, o consumo de psicofármacos tem vindo a crescer. Entre 2017 e 2022, o consumo de antidepressivos aumentou 45%, colocando Portugal entre os países da UE com taxas

[9] Portugal: Perfil de Saúde do País 2023, disponível em: https://www.oecd.org/pt/publications/2023/12/portugal-country-health-profile-2023_eebec3f5.html
[10] Dados do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME, 2022)

mais elevadas. Já o uso de ansiolíticos, apesar de se manter estável, continua elevado. Em 2019, cerca de 1,5 milhões de portugueses — o equivalente a 14,6% da população — receberam prescrição de benzodiazepinas. As mulheres consomem até três vezes mais antidepressivos do que os homens, e tanto os antidepressivos como os ansiolíticos são mais utilizados com o avançar da idade. Importa salientar que dois terços das prescrições de psicofármacos são feitas por médicos de medicina geral e familiar, enquanto apenas 21% são emitidas por especialistas em psiquiatria ou neurologia, o que revela a importância dos cuidados primários neste campo e a necessidade de reforçar a capacitação dos clínicos.

A organização dos serviços de saúde mental em Portugal assenta num modelo descentralizado e hierarquizado, onde os médicos de família representam o principal ponto de entrada. Os cuidados especializados são assegurados por unidades multidisciplinares e, no caso de situações mais graves, por hospitais psiquiátricos e serviços hospitalares gerais. A reforma do setor, acelerada a partir de 2021 com a publicação de um novo quadro estratégico, tem incentivado a desinstitucionalização e a integração dos cuidados em estruturas comunitárias. No entanto, a oferta limitada de profissionais, nomeadamente psicólogos e psiquiatras, continua a comprometer a acessibilidade. Apesar de um aumento de 18% no número de psiquiatras entre 2016 e 2021, cerca de 40% dos estabelecimentos do SNS não cumpriram, em 2022, os tempos máximos de resposta para consultas psiquiátricas prioritárias. Os tempos de espera para psiquiatria infantil são ainda mais prolongados.

As regiões do Sul, como o Alentejo e o Algarve, são especialmente afetadas por estas limitações, devido à menor concentração de profissionais e infraestruturas. Em resposta, o Plano Nacional de Saúde Mental prevê a expansão e redistribuição dos serviços, com o objetivo de promover uma cobertura mais equitativa e eficaz em todo o território nacional. Espera-se que estas medidas contribuam para melhorar a disponibilidade de cuidados de saúde mental e reduzir as desigualdades regionais no acesso a estes serviços fundamentais.

O fenómeno do suicídio em Portugal e no Algarve

A taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente, indicador habitualmente associado ao suicídio, constitui um importante reflexo do estado da saúde mental da população e da capacidade de resposta do sistema de saúde. Em Portugal, este fenómeno continua a representar um problema de saúde pública relevante, embora com expressão regional desigual. A

presente análise incide sobre a comparação entre os valores nacionais e os da região do Algarve, desagregados por sexo.

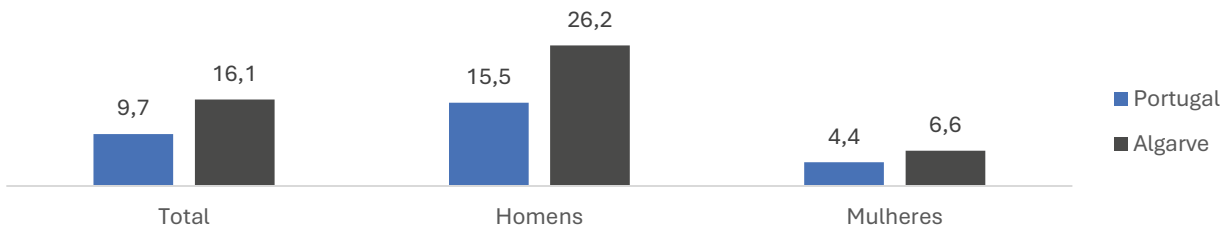
Os dados revelam que, em termos globais, em 2022, a taxa de suicídio em Portugal ascende a 9,7 mortes por 100 000 habitantes, enquanto no Algarve atinge os 16,1, evidenciando uma diferença de cerca de 66%. Esta discrepância coloca o Algarve como uma das regiões com maior incidência de suicídio no país, o que confirma as tendências já assinaladas no *Perfil de Saúde do País 2023*, que identificou o sul do país — nomeadamente o Alentejo e o Algarve — como zonas de maior risco.

A desigualdade entre sexos é marcante e segue a tendência europeia e nacional. No conjunto do território português, a taxa entre os homens é de 15,5, enquanto entre as mulheres é de 4,4. No Algarve, esses valores sobem para 26,2 nos homens e 6,6 nas mulheres, o que representa aumentos respetivos de 69% e 50% face à média nacional. Estes dados indicam que, no Algarve, os homens morrem por suicídio a uma taxa quatro vezes superior à das mulheres, o que torna esta diferença ainda mais acentuada do que a média nacional (onde a razão é de 3,5 vezes).

Esta realidade exige uma abordagem diferenciada, uma vez que a população masculina algarvia se revela particularmente vulnerável, podendo estar mais exposta a fatores de risco como o isolamento social, barreiras culturais no acesso aos cuidados de saúde mental ou maior resistência à procura de ajuda. Por outro lado, a taxa de suicídio feminina, apesar de inferior, mantém-se igualmente acima da média nacional, o que sugere um problema transversal na região.

A elevada taxa global de suicídio no Algarve pode estar associada a lacunas na cobertura dos serviços de saúde mental, nomeadamente a escassez de profissionais especializados e as dificuldades no acesso a consultas de psiquiatria e psicologia. Tal como referido no relatório nacional, entre outubro e dezembro de 2022, cerca de 40% dos estabelecimentos do SNS não cumpriram os tempos máximos de resposta para consultas psiquiátricas prioritárias, sendo estas dificuldades mais evidentes nas regiões do sul.

Gráfico 115 - Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes em Portugal e no Algarve em 2022 (n.º)



Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Dado este contexto, é essencial reforçar os investimentos na saúde mental no Algarve, no âmbito do Plano Nacional de Saúde Mental. Seria importante priorizar:

- O aumento da oferta de profissionais de saúde mental na região;
- A implementação de programas comunitários de prevenção do suicídio, adaptados ao contexto sociocultural algarvio;
- A criação de estratégias específicas de intervenção para a população masculina;
- A melhoria do acesso a serviços de saúde mental nas zonas rurais e mais isoladas.

A análise evidencia de forma clara que o suicídio no Algarve deve ser encarado como uma prioridade regional em matéria de saúde pública, integrando ações estruturadas no âmbito das políticas de saúde mental, com forte articulação entre cuidados primários, especializados e redes de apoio social.

5.5. Estrutura local de saúde

Ao abrigo do Decreto-lei nº 102/2023 de 7 de novembro foi criada, com efeitos a 1 de janeiro de 2024, a Unidade Local de Saúde do Algarve (ULSALG), a qual integra os três hospitais públicos (Faro, Portimão e de Lagos), os três Agrupamentos dos Centos de Saúde do Algarve (ACES) e respetivas unidades funcionais no âmbito dos cuidados de saúde primários, os quatro Serviços de Urgência Básica e o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, entre outras entidades e serviços da região de saúde do Algarve ainda a definir.

Esta alteração visa a prestação integrada de cuidados de saúde primários e hospitalares, o reforço dos cuidados primários na resposta de proximidade e continuidade na assistência em saúde e a aposta na promoção da saúde.

Conforme a informação disponibilizada na página web da ULS Algarve, descrevem-se de seguida a missão, visão e valores.

- **Missão**: A Unidade Local de Saúde do Algarve serve a população residente da região e as pessoas que nos visitam, no respeito pela missão do Serviço Nacional de Saúde, na prestação integrada de cuidados de saúde, e no ensino e investigação, nomeadamente em medicina e nas ciências da saúde, com vista à promoção da saúde, e a prevenção e tratamento da doença, tendo em vista o bem-estar de todos.

- **Visão**: Consolidar-se como unidade de excelência no sistema de saúde, com competência, saber e experiência, dotada dos mais avançados recursos técnicos e terapêuticos, vocacionada para a garantia da equidade e universalidade do acesso e de assistência, com vista à elevada satisfação dos doentes e dos profissionais.
- **Valores**

i. **Trabalho em prol do Utente**: ter uma orientação clara para o doente, respondendo às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas disponíveis.

ii. **Trabalho em Equipa**: a responsabilidade global na prestação de cuidados ao doente é assegurada por um número crescente de profissionais das mais diversas áreas da saúde, que no seu conjunto garantem a prestação de cuidados globais e eficientes. Um trabalho de equipa eficaz produz um elevado desempenho nos profissionais e dá um maior controlo sobre as decisões de gestão favorecendo-se um clima organizacional mais positivo, dinâmico e inovador.

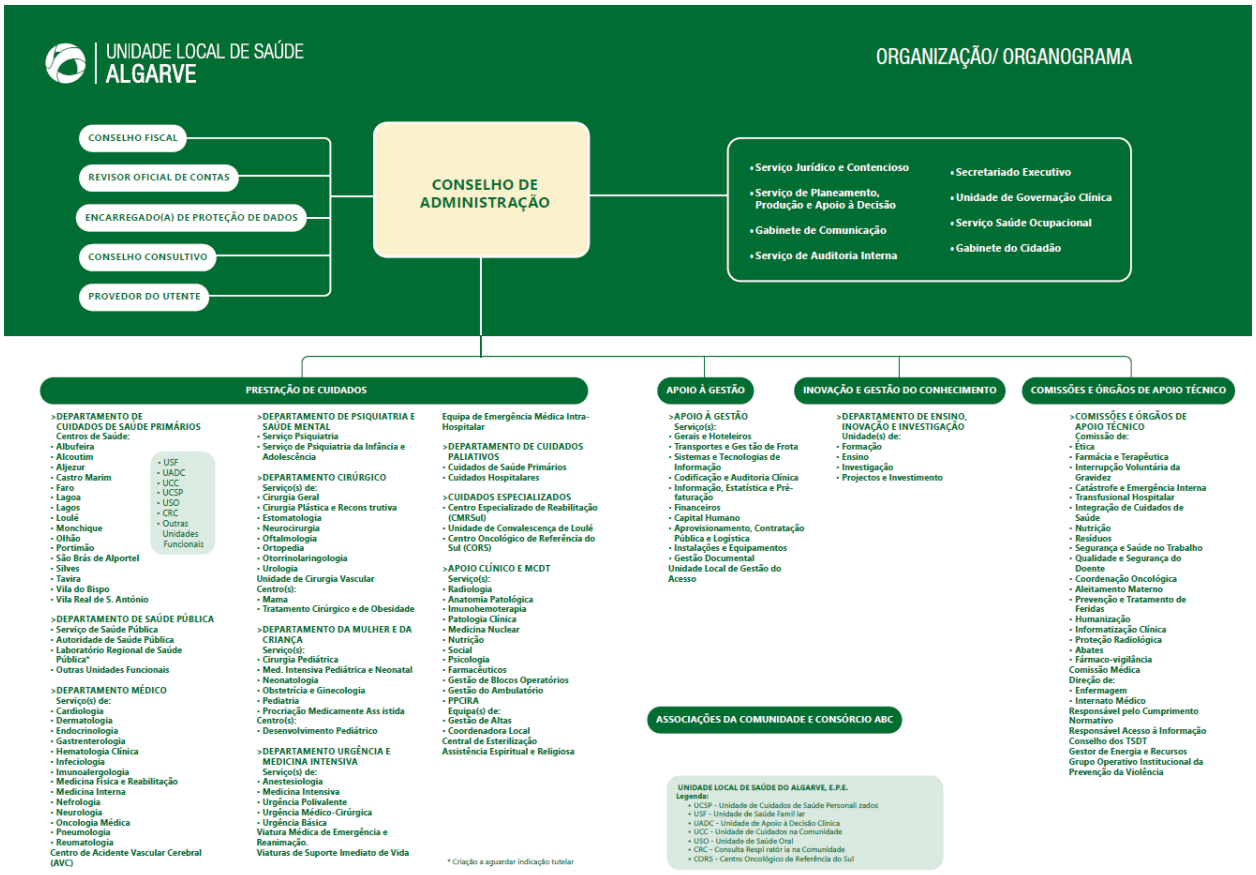
iii. **Aposta na Inovação**: manter um compromisso com a inovação, criando soluções flexíveis que permitam assegurar a prestação dos melhores cuidados disponíveis.

iv. **Gestão Participativa**: ser uma organização onde os colaboradores encontrem espaço para a realização pessoal e profissional. Trata-se de valorizar o papel da gestão enquanto instrumento de realização da missão hospitalar, coerente com um elevado grau de satisfação dos doentes.

v. **Orientação para os Resultados**: ter sempre presente a necessidade de criar valor económico e social, assumindo um comportamento socialmente responsável e coerente para todas as partes.

Na figura seguinte expõe-se o organograma detalhado.

Figura 1 – *Organograma da Unidade Local de Saúde, EPE. Organização dos Serviços*



Fonte: ULS Algarve, EPE.

A ULS Algarve - Barlavento com sede em Portimão, tem como área de intervenção a correspondente aos concelhos de Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo. Por sua vez, o Centro de Saúde Lagoa abrange as seguintes unidades funcionais:

Tabela 86 - *ULS E.P.E. – Barlavento/Centro de Saúde de Lagoa – Unidades Funcionais de Saúde – Ano: 2025*

Unidades Funcionais	Localização	Polos
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Lagoa - UCSP Lagoa	Sede Lagoa	- Polo de Ferragudo; - Polo de Estômbar; - Polo do Parchal; - Polo do Carvoeiro.
Unidade de Saúde Familiar Algar de Lagoa - USF Algar de Lagoa	Concelho de Lagoa	- Polo de Porches

Unidade de Cuidados na Comunidade D'Alagoa - UCC D´Alagoa	Concelho de Lagoa	
Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados URAP – Polo Lagoa (Unidade de Apoio à Decisão Clínica)	Concelho de Lagoa	
Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos ECSCP Barlavento	Barlavento	
Unidade de Saúde Pública – Polo Lagoa USP Polo Lagoa	Concelho de Lagoa	
Unidade de Saúde Oral USO Polo Lagoa	Concelho de Lagoa	

Fonte: ULS Algarve EPE

Em relação aos recursos humanos afetos aos cuidados de saúde primários no Concelho de Lagoa, conforme os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, no Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários, referentes a 31 de agosto de 2025, a UCSP Lagoa destaca-se como a unidade com maior concentração de profissionais, contando com sete médicos, treze enfermeiros e sete secretários clínicos. Conta ainda com um assistente operacional e um interno em formação médica. Esta configuração demonstra que a UCSP é um polo central na prestação de cuidados de saúde primários no concelho, concentrando não só atendimento clínico, mas também a formação de novos profissionais.

Já a USF Algar de Lagoa apresenta uma estrutura mais equilibrada, com sete médicos, sete enfermeiros, cinco secretários clínicos e dois internos, alinhando-se com o modelo de autonomia organizativa e assistencial característico das USF. Embora disponha de uma equipa numericamente inferior à da UCSP, a presença de internos revela igualmente o seu papel pedagógico, enquanto a sua organização poderá permitir uma resposta mais personalizada e centrada na continuidade dos cuidados.

Por sua vez, a UCC D'Alagoa assume uma natureza marcadamente interdisciplinar e comunitária, refletida na diversidade dos seus profissionais. Com um médico e onze enfermeiros, esta unidade

dispõe ainda de técnicos especializados nas áreas da psicologia clínica, nutricionista, técnicos de radiologia e cardiopneumologia, serviço social, higiene oral, terapia ocupacional e fisioterapia. Esta composição confirma a missão da UCC na promoção da saúde, na prevenção da doença e no apoio a populações vulneráveis, através de intervenções comunitárias e domiciliárias, mais do que no acompanhamento clínico convencional.

Finalmente, o seu serviço de atendimento a utentes sem médico atribuído, funciona com uma equipa muito reduzida: dois médicos, um enfermeiro e três secretários clínicos. A limitação de recursos humanos neste setor reflete a sua função transitória e pontual, centrada em garantir o acesso mínimo à saúde para utentes sem médico de família, mas sem uma estrutura assistencial alargada.

Tabela 87 - Recursos Humanos afetos aos Cuidados de Saúde Primários de Lagoa, 2025

Recursos Humanos	Unidades Funcionais			
	SAC e Atendimento a Utentes sem Médico	UCC D'Alagoa	UCSP Lagoa	USF Algar de Lagoa
Médicos/as	2	1	7	7
Enfermeiros/as	1	11	13	7
Secretários Clínicos	3	1	7	5
Assistentes Operacionais	-	-	1	-
Internos	-	-	1	2
Psicologia Clínica e de Saúde	-	1	-	-
Serviço Social	-	1	-	-
Higiene Oral	-	1	-	-
Terapia Ocupacional	-	1	-	-
Fisioterapia	-	1	-	-

Fonte: Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (BI-CSP) do Ministério da Saúde

Na tabela seguinte listam-se as consultas, programas e projetos inerentes a cada Unidade Funcional.

Tabela 88 – Consultas, projetos e programas inerentes a cada Unidade Funcional, 2025

Unidade Funcional	Consultas/ Programas e Projetos
UCSP Lagoa	Consultas de Saúde infantil e Juvenil; Consultas de Saúde Adulto, Consultas de Saúde Idoso; Consultas de Saúde Materna; Planeamento Familiar, Consultas da Diabetes, Rastreio do Cancro do Colo do Útero (RCCU), Consulta de hipocoagulação (INR), Consulta IVG, Recordati Rare Diseases (RRD), Rastreio do Cancro do Colón e reto, Rastreio do Cancro da Mama (RCCR), (RCM), Consulta da Hipertensão, Cessação Tabágica; Nutrição, Psicologia. Serviço Social. Recursos Humanos: Médicos, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
USF Algar de Lagoa	Consultas de Saúde infantil e Juvenil; Consultas de Saúde Adulto, Consultas de Saúde Idoso; Consultas de Saúde Materna; Planeamento Familiar, Consultas da Diabetes, Rastreio do Cancro do Colo do Útero (RCCU), Consulta de hipocoagulação (INR), Consulta IVG, Recordati Rare Diseases (RRD), Rastreio do Cancro do Colón e reto, Rastreio do Cancro da Mama (RCCR), (RCM), Consulta da Hipertensão, Cessação Tabágica; Nutrição, Psicologia. Serviço Social. Recursos Humanos: Médicos, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
UCC D'Alagoa	Programas/Projetos: Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI); Saúde Escolar; Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI); Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA); Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em risco (NACJR); CPCJ Lagoa; Cuidador Informal; Ser Cuidador; Grupo de Preparação para o Parto e Parentalidade; Passo a Passo, Crescer na Parentalidade; Costas a Mexer, Cantinho Amamentação (UCC/UCSP), Peso Saudável; Suporte Básico de Vida; + Contigo (Prevenção do Suicídio), Rastreios (Saúde Oral); Informado, Escolho; Formação à Comunidade Educativa (necessidades educativas especiais, sexualidade entre outras temáticas); Acompanhamento de enfermagem em necessidades educativas especiais; Representação em eventos (ex: Fatacil entre outros). Recursos Humanos: Médicos, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
URAP - Polo Lagoa (Unidade de Apoio à Decisão Clínica)	Recursos Humanos: Nutricionista; Técnicos de Diagnostico e Terapêutica (Radiologia, Fisioterapia, Terapia ocupacional e Cardiopneumologia); Nutrição, Psicologia e Serviço Social. Programas/Projetos – Grupo de

	Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI); Rede Social de Lagoa; Rendimento Social de Inserção; Grupo de Apoio Pessoa Idosa (GAPI);
Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos	Recursos Humanos: Médico, Enfermeiro, Psicóloga e Assistente Social
Unidade de Saúde Publica – Polo Lagoa	Programas: Observatório / Planeamento / Monitorização em Saúde (Perfil de Saúde, Plano Local de Saúde), . Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis(Vigilância Epidemiológica, Investigação de Surtos/ Epidemias/ Pandemias / Endemias, Outros; Cartas sanitárias de risco., PPCIRA), Promoção e Proteção da Saúde (PN Vacinação, PN Saúde Oral, PN Saúde Escolar, Saúde Ambiental, PN Promoção da Atividade Física, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados (Plano Nacional de Literacia em Saúde), PN Saúde Ocupacional Externa), Prevenção da Doença (PN para a Diabetes, PN para a Tuberculose, Programas de Rastreio de Base Populacional (Núcleo de Rastreios)), Eventos, Emergências e Catástrofes (Planos de contingência – Saúde Sazona, Planos de contingência – Saúde Sazonal, Caracterização das estruturas Apoio à Comunidade, Resposta a Emergências e catástrofes, Eventos de massas), Sanidade Internacional (Sanidade Internacional, Consulta do viajante, Centro de vacinação Internacional). Recursos Humanos: Médicos, TDT (Ambiente), Enfermeiros e Assistentes Técnicos.
Unidade de Saúde Oral (USO) – Polo Lagoa	Programas: Programa de Saúde Oral/Rastreios Saúde Oral Recursos Humanos: Dentista e Higienista Oral
Gabinete do Cidadão – Polo Lagoa	O Gabinete do Cidadão funciona como um canal para os cidadãos apresentarem reclamações, sugestões, elogios e pedidos de informação, servindo como um instrumento de gestão e defesa do utente junto de órgãos públicos ou instituições de saúde. Atuando como um elo entre os cidadãos e a instituição, assegurando o direito dos utentes à informação e à defesa dos seus interesses. Recursos Humanos: Assistente Social

Fonte – ULS Algarve EPE

5.6 Utentes e seu perfil

O concelho de Lagoa regista um total de 26.600 utentes inscritos nas diferentes unidades funcionais do sistema de saúde local. A rede encontra-se organizada entre a USF Lagoa (com polos em Lagoa e Porches), que assume o papel central, a UCSP Lagoa (sede) e seus polos (Carvoeiro, Estômbar, Ferragudo e Parchal) e o SAC Lagoa. Contudo, destaca-se a existência de uma proporção significativa de população sem médico de família atribuído (5864 pessoas), algo que deverá nortear a atuação futura.

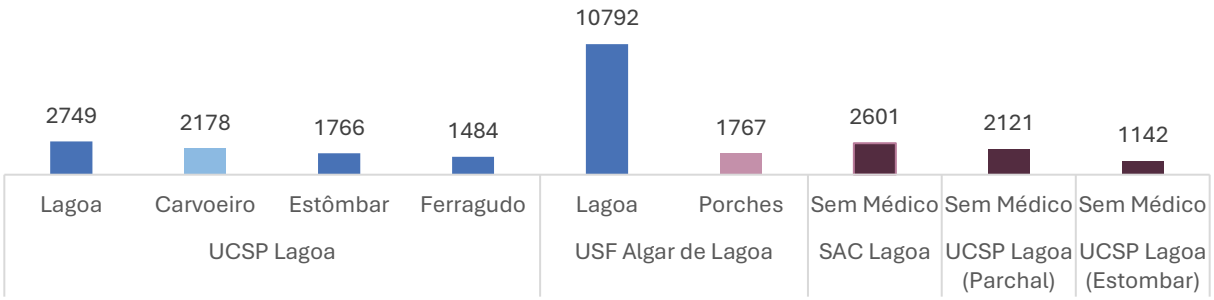
A análise por sexo revela um equilíbrio global entre homens e mulheres, com uma ligeira predominância da população feminina (51,2%), o que reflete a tendência demográfica do concelho, marcada pelo envelhecimento e pela maior longevidade das mulheres. Esta característica traduz-se numa presença mais expressiva no escalão etário acima dos 65 anos, onde as necessidades de acompanhamento em saúde são mais exigentes.

A distribuição por faixas etárias confirma a diversidade de desafios colocados ao sistema local. A população em idade ativa (18-64 anos) representa a maioria dos inscritos (59,8%), exigindo respostas preventivas e de promoção de saúde adaptadas ao contexto laboral, à saúde mental e às doenças crónicas emergentes. Quase um quarto dos utentes (23,4%) corresponde à população idosa, o que acentua a pressão sobre os cuidados de proximidade, apoio domiciliário e respostas integradas de saúde e apoio social. As crianças e jovens, que representam 16,8% do total, continuam a constituir um grupo de relevância em termos de acompanhamento pediátrico e de saúde preventiva.

Em termos territoriais, a USF Algar de Lagoa (Lagoa e Porches) concentra mais de 47% dos utentes do concelho, reforçando o seu papel como unidade de referência. As extensões da UCSP Lagoa, em conjunto, abrangem cerca de 30% da população inscrita, desempenhando uma função essencial de proximidade, sobretudo nas localidades com maior índice de envelhecimento.

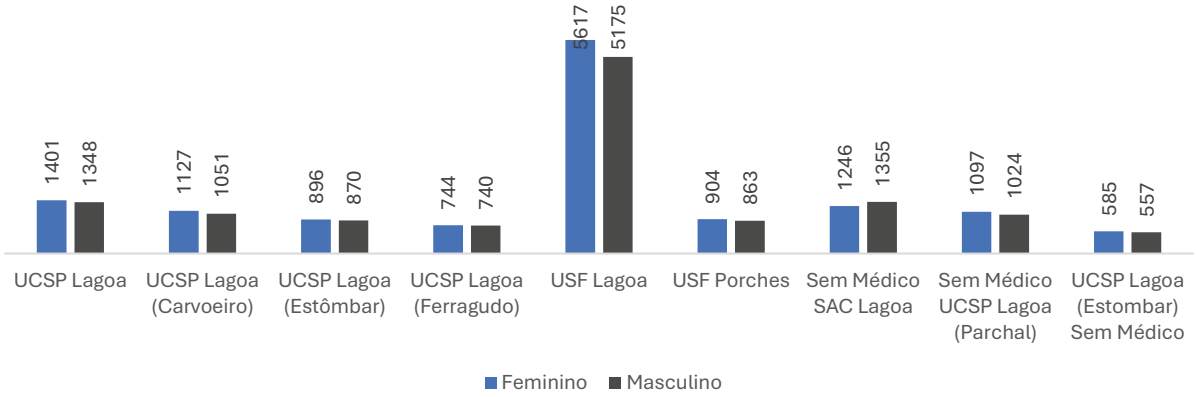
O dado mais crítico refere-se à ausência de médico de família para 5.864 utentes, cerca de 22% da população inscrita. Esta situação distribui-se por todas as idades, afetando quase mil crianças e jovens, mais de 3.600 adultos em idade ativa e mais de 1.200 pessoas idosas. Apesar de o atendimento a estes utentes estar garantido, a existência de acompanhamento clínico regular através da atribuição de médico de família promove a prevenção, o diagnóstico precoce e a gestão de doenças crónicas.

Gráfico 116 – Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, (nº), 2025



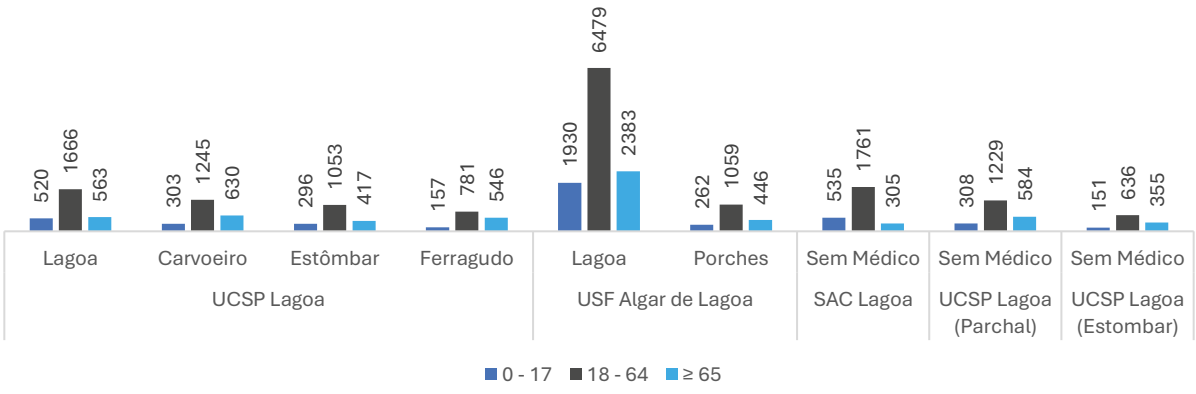
Fonte – ULS Algarve EPE

Gráfico 117 - Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, quanto ao sexo, (nº), 2025



Fonte - ULS Algarve EPE

Gráfico 118 - Utentes do concelho de Lagoa por unidade funcional, quanto ao perfil etário, (nº), 2025



Fonte - ULS Algarve EPE

A evolução do número de utentes com e sem médico de família no concelho de Lagoa, entre 2021 e 2024, evidencia fragilidades estruturais no acesso aos cuidados de saúde primários, revelando assimetrias marcadas entre unidades e polos.

O SAC Lagoa (serviço destinado a utentes sem médico) revela uma tendência crescente, passando de 1.763 em 2021 para 2.656 em 2024.

No seio da UCSP Lagoa, a evolução é desigual entre os polos. Em Carvoeiro e Ferragudo, registou-se uma redução consistente do número de utentes sem médico, sinal de reorganização interna que permitiu assegurar maior cobertura. No entanto, em Estômbar e, sobretudo, em Parchal, a situação agravou-se de forma acentuada. Estômbar, que em 2021 apresentava apenas sete utentes sem médico, regista já 1.160 em 2024, revelando um elevado crescimento. Parchal, por sua vez, mantém-se como um dos polos mais vulneráveis, com valores elevados (1.590 em 2021 e 2.171 em 2024), sem evidência de melhoria.

A sede da UCSP Lagoa apresenta uma situação estável e quase residual no que respeita a utentes sem médico de família, mas os dados mostram uma diminuição do número de utentes com acompanhamento médico (de 4.663 em 2021 para 2.755 em 2024), o que poderá ser resultado de reconfigurações nos serviços.

Por contraste, a USF Algar de Lagoa e o polo de Porches mantêm uma cobertura integral e estável ao longo de todo o período. Não registam utentes sem médico de família e apresentam crescimento contínuo do número de utentes acompanhados (de 8.394 em 2021 para 10.820 em 2024 em Lagoa, e de 1.756 para 1.765 em Porches). Este desempenho reforça a ideia de que as USF apresentam maior robustez organizacional e capacidade de resposta face à pressão demográfica.

Tabela 89 – Evolução do número de utentes com e sem médico em lagoa de 2021 a 2024, (nº)

Unidade Funcional	Local	2021		2022		2023		2024	
		CSP sem médico	CSP com médico	CSP sem médico	CSP com médico	CSP sem médico	CSP com médico	CSP sem médico	CSP com médico
SAC Lagoa	CS Lagoa | SAC e Serviços Clínicos Utentes sem Médico	1 763		2 585		2 789		2 656	
UCSP Lagoa	Polo Carvoeiro	218	2 214	151	2 250	138	2 210	7	2 174
	Polo Estômbar	7	3 242	14	3 187		3 072	1 160	1 760
	Polo Ferragudo	271	1 446	32	1 636	15	1 538	13	1 491
	Polo Parchal	1 590	1 113	1 506	1 092	1 265	1 066	2 171	
	UCSP Lagoa	19	4 663	1	2 877	1	2 719	1	2 755
USF Algar de Lagoa	USF Algar de Lagoa	-	8 394	-	10 162	-	10 298	-	10 820
	USF Algar de Lagoa - Polo Porches	-	1 756	-	1 713	-	1 711	-	1 765

Fonte - SIARS P01.03.R03. Nº de Utentes Inscritos->Local->Ano

A tabela seguinte expõe o número de utentes por médico no concelho em 2025, revelando a elevada carga enfrentada por estes profissionais de saúde, quase todos com um número de utentes acima de 1500, ou seja, nove dos treze.

Tabela 90 – Utentes por médico no concelho de Lagoa, (nº), 2025

Utentes por Médico/a					
UF	**Polo**	**Médico/a**	**Utentes**	**Total**	
UCSP Lagoa	Lagoa	A	1760	8177	20736
		B	989		
	Carvoeiro	C	725		
		D	1453		
	Estômbar	E	1766		
	Ferragudo	F	1484		
USF Algar de Lagoa	Lagoa	G	1786	12559	
		I	1811		
		J	1766		
		K	1826		
		L	1805		
		M	1798		
	Porches	N	1767		

Fonte – ULS Algarve EPE

Em síntese, a rede de saúde de Lagoa encontra-se centralizada numa unidade de grande dimensão, coexistindo com serviços mais pequenos que asseguram proximidade territorial. O perfil etário e a distribuição por sexo refletem o envelhecimento populacional e o consequente aumento da procura de cuidados continuados, mas é a existência de utentes sem médica de família que se constitui como um desafio. No entanto, trata-se de uma dificuldade que se vive com certa intensidade na região algarvia, e não apenas no território em apreço.

5.7. Incidência de problemas na população

A hipertensão arterial assume-se como um dos principais problemas de saúde no concelho de Lagoa, com 6.254 casos registados, dos quais 1.359 já apresentam complicações. Isto significa que cerca de um em cada cinco hipertensos se encontra em situação clínica mais grave, exigindo acompanhamento médico regular e diferenciado.

A USF Algar de Lagoa concentra o maior número absoluto de doentes hipertensos, o que se justifica pela sua dimensão e abrangência populacional. Já na UCSP Lagoa, destaca-se o polo de Estômbar, com a maior carga de casos registados, enquanto os polos de Carvoeiro, Parchal e Ferragudo revelam uma proporção elevada de utentes com complicações, sugerindo maior envelhecimento populacional e fragilidades na prevenção. Em contrapartida, a USF Porches regista uma incidência

menor de complicações, o que pode estar associado a um perfil populacional distinto ou a maior eficácia no acompanhamento.

A situação dos utentes sem médico de família confirma a presença da doença também entre esta população, ainda que em menor número, mas evidencia os riscos de agravamento futuro pela ausência de vigilância clínica continuada.

Em síntese, a hipertensão em Lagoa representa uma fragilidade estrutural em saúde pública, não apenas pelo volume de casos, mas sobretudo pela proporção de situações já complicadas, concentradas em algumas freguesias mais vulneráveis. Este quadro reforça a necessidade de programas de rastreio, vigilância regular e promoção de estilos de vida saudáveis, com atenção particular às populações envelhecidas e sem médico de família.

Tabela 91 – Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho circulatório, (n.º), dezembro de 2024

Unidade Funcional	Local	Aparelho circulatório	
		Hipertensão sem complicações	Hipertensão com complicações
CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	105	10
UCSP Lagoa	Polo Carvoeiro	485	191
	Polo Estômbar	698	162
	Polo Ferragudo	315	141
	Polo Parchal	465	213
	UCSP Lagoa	536	134
USF Algar de Lagoa	USF Algar de Lagoa	1 852	479
	USF Algar de Lagoa - Polo Porches	439	29
		4 895	**1 359**

Fonte: SIARS P02.06.R02

Os problemas de saúde psicológica em Lagoa representam uma das principais fragilidades do concelho em termos de saúde pública, somando 6.747 casos identificados. Entre estes, destacam-se de forma muito expressiva os distúrbios ansiosos e os estados de ansiedade (3.106 casos) e as perturbações depressivas (2.895 casos), que em conjunto representam quase 90% das situações

reportadas. A elevada incidência confirma a relevância da saúde mental como prioridade crescente, refletindo fatores como o envelhecimento populacional, o isolamento, as condições socioeconómicas e a pressão associada ao quotidiano laboral e familiar.

A USF Algar de Lagoa concentra o maior número absoluto de diagnósticos, com 1.437 casos de ansiedade e 1.203 de depressão, evidenciando tanto a dimensão populacional abrangida como a capacidade de identificação e acompanhamento clínico. Também o polo de Estômbar apresenta valores elevados, com 502 casos de ansiedade e 426 de depressão, refletindo a vulnerabilidade local em termos de saúde mental. Em polos de menor dimensão, como Ferragudo e Parchal, apesar dos números absolutos serem mais reduzidos, a proporção de casos em relação ao total de utentes continua a ser significativa, confirmando que este problema é transversal a todo o concelho.

As situações de demência, embora menos numerosas (236 casos), estão associadas sobretudo a territórios mais envelhecidos, como Estômbar e a própria USF Algar de Lagoa, o que sublinha a necessidade de respostas especializadas e de apoio aos cuidadores. Já os comportamentos aditivos, nomeadamente o abuso crónico de álcool (386 casos) e o abuso de drogas (124 casos), mantêm-se presentes e com maior expressão em Carvoeiro e na USF Algar de Lagoa, evidenciando riscos acrescidos para a exclusão social e para a saúde das comunidades.

No seu conjunto, estes dados confirmam que a saúde mental em Lagoa constitui uma problemática de grande impacto social e clínico, com expressão nos vários territórios. A predominância dos distúrbios ansiosos e depressivos, associada ao peso crescente da demência e à persistência dos consumos aditivos, reforça a urgência de reforçar a rede de saúde mental e articular os serviços de saúde com as respostas sociais e comunitárias, garantindo acompanhamento de proximidade e estratégias de prevenção eficazes.

Tabela 92 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, psicológico, (n.º), dezembro de 2024

Unidade Funcional	Local	Psicológico				
		Abuso crónico do álcool	Abuso de drogas	Demência	Distúrbio ansioso / estado de ansiedade	Perturbações depressivas
CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	7	6	2	60	70
UCSP Lagoa	Polo Carvoeiro	118	21	24	256	178
	Polo Estômbar	45	12	35	502	426
	Polo Ferragudo	14	6	23	138	145
	Polo Parchal	15	10	41	294	280
	UCSP Lagoa	50	20	16	267	408
USF Algar de Lagoa	USF Algar de Lagoa	114	44	81	1 437	1 203
	USF Algar de Lagoa - Polo Porches	23	5	14	152	185
		386	**124**	**236**	**3 106**	**2 895**

Fonte: SIARS P02.06.R02

As doenças respiratórias assumem relevância crescente na população do concelho de Lagoa, com destaque para a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC) e a asma, que em conjunto somam 1.284 casos registados. Do total, 352 correspondem a situações de DPOC e 932 a casos de asma, confirmando a predominância desta última patologia.

A USF Algar de Lagoa concentra a maior parte dos registos, com 133 casos de DPOC e 403 de asma, refletindo não só a sua maior dimensão populacional, mas também a capacidade de deteção e acompanhamento clínico. A UCSP Lagoa regista valores mais distribuídos pelos seus polos: em Estômbar, a asma atinge 129 casos, enquanto em Parchal e na sede da UCSP os números rondam os 80 a 90 casos. Já a DPOC tem maior incidência no Polo de Parchal (53 casos) e em Carvoeiro (42 casos), o que poderá estar associado a fatores de envelhecimento populacional, hábitos tabágicos ou exposição ambiental.

Nos polos mais pequenos, como Ferragudo e Porches, os números absolutos são mais reduzidos, mas mantêm expressão relevante em termos relativos, demonstrando que estas patologias respiratórias estão presentes em todas as freguesias do concelho.

Em síntese, os dados confirmam que a asma é a condição respiratória mais frequente em Lagoa, afetando quase três vezes mais pessoas do que a DPOC. No entanto, esta última, pela sua gravidade e forte associação a idades mais avançadas, continua a exigir atenção particular, sobretudo em freguesias envelhecidas como Parchal e Carvoeiro. O quadro reforça a importância de programas de prevenção, rastreio e acompanhamento de doenças respiratórias crónicas, bem como a promoção de estilos de vida saudáveis e medidas de proteção ambiental, fundamentais num concelho onde a pressão turística e urbanística também pode influenciar a qualidade do ar.

Tabela 93 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho respiratório, (n.º), dezembro de 2024

Unidade Funcional	Local	Aparelho respiratório	
		Doença pulmonar obstrutiva crónica	Asma
CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	4	31
UCSP Lagoa	Polo Carvoeiro	42	86
	Polo Estômbar	30	129
	Polo Ferragudo	38	34
	Polo Parchal	53	82
	UCSP Lagoa	32	87
USF Algar de Lagoa	USF Algar de Lagoa	133	403
	USF Algar de Lagoa - Polo Porches	20	80
		352	**932**

Fonte: SIARS P02.06.R02

As doenças endócrinas, metabólicas e nutricionais em Lagoa apresentam valores muito expressivos, revelando-se como uma das áreas mais críticas da saúde pública local. No total, foram registados 3.080 casos de obesidade e 5.125 de excesso de peso, números que traduzem um problema transversal e de elevada prevalência, fortemente associado a estilos de vida, hábitos alimentares e sedentarismo. Estes valores confirmam a tendência de crescimento das doenças crónicas não transmissíveis, que afetam tanto a população adulta em idade ativa como a população idosa.

A diabetes não insulinodependente (tipo 2) constitui outra das principais preocupações, com 1.898 casos identificados, representando uma parte significativa da carga de doença do concelho. A diabetes insulinodependente (tipo 1), com 189 casos, tem menor expressão, mas exige acompanhamento especializado e contínuo. Associadas a estas patologias surgem ainda as alterações do metabolismo dos lípidos, que atingem 7.310 utentes, o que corresponde ao problema mais prevalente deste grupo, refletindo a relação direta com risco cardiovascular.

Entre as unidades funcionais, a USF Algar de Lagoa destaca-se, concentrando a maioria dos registos: 1.455 obesos, 2.580 pessoas com excesso de peso, 677 com diabetes tipo 2 e 3.169 com alterações dos lípidos. Este peso resulta em parte da dimensão da unidade, mas também traduz o impacto crescente destas doenças na sua população abrangida. Os polos da UCSP Lagoa, em particular Estômbar e Carvoeiro, apresentam igualmente valores elevados, com mais de 300 casos de obesidade cada e perto de 800 casos de alterações lipídicas.

Em síntese, os dados confirmam que o sistema endócrino, metabólico e nutricional representa uma área de grande pressão em Lagoa, marcada por altas taxas de obesidade, excesso de peso e alterações do metabolismo dos lípidos, frequentemente associadas à diabetes tipo 2. Este quadro reforça a necessidade de intervenções integradas em saúde pública, orientadas para a promoção de estilos de vida saudáveis, prevenção da obesidade infantil, programas de rastreio e acompanhamento multidisciplinar, de modo a reduzir o impacto destas doenças na qualidade de vida da população e no sistema local de saúde.

Tabela 94 - Problemas dos utentes de Lagoa quanto à Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários, aparelho endócrino, metabólico e nutricional, (n.º), dezembro de 2024

Unidade Funcional	Local	Endócrino, metabólico e nutricional				
		Obesidade	Excesso de peso	Diabetes insulino-dependente	Diabetes não insulino-dependente	Alterações do metabolismo dos lípidos
CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	CS Lagoa | Atendimento a Utentes sem Médico	60	57	14	51	85
UCSP Lagoa	Polo Carvoeiro	321	527	9	165	777
	Polo Estômbar	324	543	34	267	839

	Polo Ferragudo	186	236	19	153	465
	Polo Parchal	255	358	17	211	714
	UCSP Lagoa	229	305	26	234	697
USF Algar de Lagoa	USF Algar de Lagoa	1 455	2 580	61	677	3 169
	USF Algar de Lagoa - Polo Porches	250	519	9	140	564
		3 080	**5 125**	**189**	**1 898**	**7 310**

Fonte: SIARS P02.06.R02

O diagnóstico de saúde de Lagoa evidencia a forte prevalência de doenças crónicas não transmissíveis, em particular a hipertensão arterial, a obesidade, a diabetes e as alterações do metabolismo dos lípidos, que se associam a estilos de vida pouco saudáveis e ao envelhecimento demográfico. A saúde mental surge igualmente como área crítica, destacando-se os distúrbios ansiosos e depressivos, enquanto as doenças respiratórias, como a asma e a doença pulmonar obstrutiva crónica, completam o quadro das principais fragilidades.

Este cenário confirma a necessidade de uma intervenção integrada, centrada em três prioridades estratégicas: reforçar a prevenção e o rastreio das doenças crónicas, integrar a saúde mental como eixo transversal das políticas locais e investir em programas de promoção de estilos de vida saudáveis e de proximidade, particularmente nas freguesias mais envelhecidas e vulneráveis.

5.8. Pessoas com comportamentos aditivos

Em Portugal, de acordo com o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030 (PNRCAD 2030), o álcool continua a ser a substância psicoativa mais consumida, estando presente de forma transversal em todas as faixas etárias, géneros, regiões e grupos socioeconómicos, embora os padrões de consumo variem entre estes segmentos da população. Paralelamente, tem-se verificado um aumento expressivo no consumo de canábis, bem como de outras substâncias psicoativas como a cocaína, as anfetaminas, o ecstasy e o uso não terapêutico de medicamentos psicotrópicos.

Simultaneamente, a utilização generalizada da internet e das redes sociais tem contribuído para o surgimento de novos comportamentos aditivos não associados a substâncias. Entre os mais jovens, observa-se um crescimento preocupante de sinais de uso excessivo da internet, com taxas de dependência moderada estimadas em 0,5% e de dependência severa abaixo de 0,1%. Esta problemática é particularmente visível entre os jovens dos 15 aos 24 anos, onde a prevalência é de 0,2%, segundo dados de Balsa, Vital e Urbano (2018)[11].

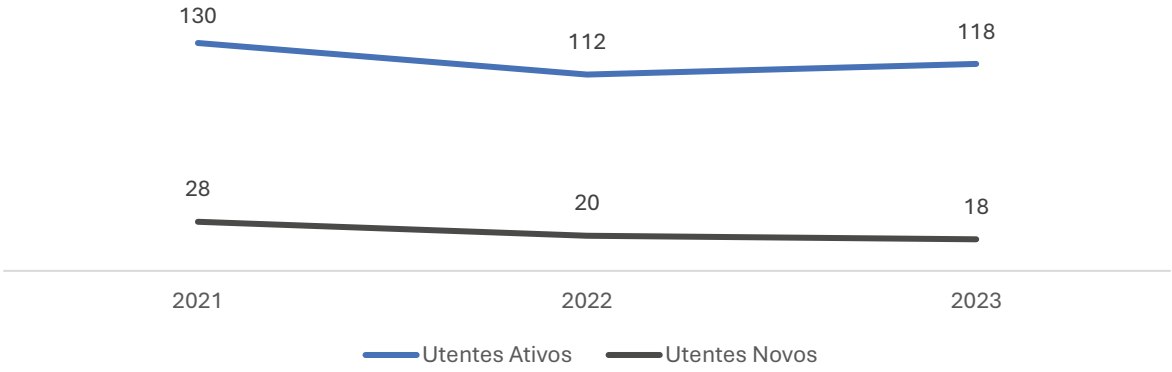
Também o jogo a dinheiro, sobretudo através dos jogos promovidos por instituições oficiais, representa uma preocupação crescente. Em Portugal, estima-se que 0,6% da população manifeste comportamentos de jogo problemático ou patológico, uma proporção que tem vindo a aumentar de forma significativa nos últimos anos.

Os comportamentos aditivos têm implicações significativas em diversas esferas da vida de um indivíduo, afetando sua saúde física, emocional, social e financeira. Estes podem ser causados por uma variedade de fatores, como predisposição genética, ambiente social, traumas ou uso repetido de substâncias ou práticas que ativam o sistema de recompensa do cérebro.

Apresentam-se de seguida alguns dados fornecidos pelas equipas de tratamento do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Algarve, referentes a residentes em Lagoa. Entre 2021 e 2023, observa-se uma tendência global de diminuição no número de utentes, tanto no que respeita aos utentes ativos como aos novos casos. Em 2021, estavam ativos 130 utentes, número que desceu para 112 em 2022, voltando a registar uma ligeira subida para 118 em 2023. Quanto aos utentes novos - ou seja, os casos que iniciaram acompanhamento em cada ano – os valores revelam uma tendência decrescente contínua. Em 2021 foram registados 28 novos utentes, número que caiu para 20 em 2022 e para apenas 18 em 2023.

[11] Balsa, C., Vital, C., & Urbano, C. (2018). *IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17. Relatório final*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD). Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV%20INPG%202016_17_PT.PDF

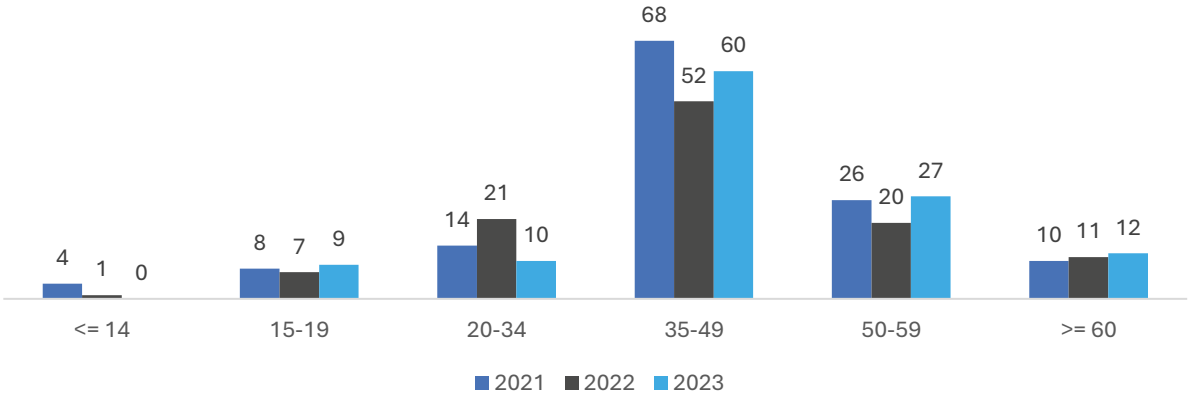
Gráfico 119 - Utentes Ativos e Utentes Novos no Concelho de Lagoa, 2021-2023



Fonte: DICAD – CRI do Algarve

No que concerne ao seu perfil etário, verifica-se uma concentração na faixa etária dos 35 aos 49 anos, representando mais de 50% do total de utentes em 2021 e 2023 e muito próximo dessa proporção em 2022 (46%). Seguem-se os indivíduos dos 50 aos 59 anos e dos 20 aos 34. De salientar que as pessoas até aos 19 anos em acompanhamento representavam em 2021 9%, em 2022 7% e em 2023 8%.

Gráfico 120 – Utentes (N.º) em acompanhamento nas Equipas de Tratamento do CRI do Algarve, residentes em Lagoa, quanto ao perfil etário, 2021-2023



Fonte: DICAD – CRI do Algarve

Em linha com os resultados evidenciados pelo PNRCAD 2030, também uma das substâncias com maior prevalência para os/as utentes de Lagoa é o álcool, aparecendo como segunda substância mais consumida, apenas atrás da heroína. Com importância semelhante surgem a canábis e

cocaína e seus derivados. Na categoria "outros ou sem informação" englobam-se várias substâncias/comportamentos, tais como: jogo, opiáceos, metadona, tabaco, entre outros.

Tabela 95 – Utentes (N.º) em acompanhamento nas Equipas de Tratamento do CRI do Algarve, residentes em Lagoa, quanto à substância principal, 2021-2023

Substância Principal	2021	2022	2023
Álcool	26	22	21
Canábis	17	16	7
Cocaína/ Crack/Base de coca	12	10	17
Heroína	50	43	45
Outros/ Sem informação	25	21	28

Fonte: DICAD – CRI do Algarve

Os dados demonstram que continua a ser necessária sensibilização e intervenção relativamente ao álcool, heroína, cocaína e canábis, mas cada vez mais aos comportamentos aditivos sem substância associada, como jogos e a dependência cada vez maior dos mais jovens no que concerne à utilização excessiva da internet.

Síntese da saúde

(1) Entre 2019 e 2023, os indicadores de saúde em Lagoa evidenciam fragilidades na disponibilidade de recursos humanos e no acesso a serviços, com rácios por habitante inferiores às médias regional e nacional. Apesar de alguns progressos, como o aumento de médicos residentes e de enfermeiros em atividade, persistem dificuldades na fixação de profissionais. A cobertura farmacêutica, embora relativamente positiva, registou uma ligeira quebra.

(2) A taxa quinquenal de mortalidade infantil (2018-2022) em Lagoa foi de 3,8‰, acima das médias nacional (2,7‰) e regional (2,8‰). A mortalidade neonatal (1,9‰), embora em linha com a média regional e nacional, sugere áreas de melhoria em cuidados pré e pós-natais. Lagoa apresenta uma taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório de 2,4‰ em 2022, inferior às médias nacional (3,2‰) e regional (3,0‰). Já a mortalidade por tumores malignos (3,1‰) é superior à média nacional (2,7‰) e regional (2,7‰).

(3) A análise dos subsídios por doença da Segurança Social em Lagoa entre 2019 e 2023 revela diferenças significativas entre homens e mulheres, com estas a assumirem maior representatividade no número de beneficiárias, na duração das baixas e no montante dos apoios. Apesar de uma tendência de estabilização após o período mais crítico da pandemia, os dados mantêm-se acima dos níveis de 2019, sugerindo que subsistem situações de doença prolongada com impacto relevante no rendimento das famílias.

(4) A taxa de mortalidade por suicídio é significativamente mais elevada no Algarve do que no resto do país, especialmente entre os homens.

(5) Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, foi criada a Unidade Local de Saúde do Algarve (ULSALG). Esta alteração visa a prestação integrada de cuidados de saúde primários e hospitalares, o reforço dos cuidados primários na resposta de proximidade e continuidade na assistência em saúde e a aposta na promoção da saúde.

(6) O concelho de Lagoa regista um total de 26.600 utentes inscritos nas diferentes unidades funcionais do sistema de saúde local, , com uma ligeira predominância da população feminina (51,2%). A população em idade ativa (18-64 anos) representa a maioria dos inscritos (59,8%). Quase um quarto dos utentes (23,4%) corresponde à população idosa.

(7) A hipertensão arterial assume-se como um dos principais problemas de saúde no concelho de Lagoa, com 6.254 casos registados. Os problemas de saúde psicológica em Lagoa representam uma das principais fragilidades do concelho em termos de saúde pública, somando 6.747 casos identificados. 3.106 correspondem a distúrbios ansiosos e os estados de ansiedade e as perturbações depressivas são 2.895 casos. Registam-se 1.284 de casos de Doença Pulmonar

Obstrutiva Crónica (DPOC) e asma. Foram registados 3.080 casos de obesidade e 5.125 de excesso de peso. A diabetes não insulinodependente (tipo 2) constitui outra das principais preocupações, com 1.898 casos identificados.

(8) O uso de substâncias como heroína e álcool permanece uma preocupação relevante, sendo estas as mais frequentemente relatadas pelos residentes de Lagoa em tratamento. Embora haja um pequeno declínio em alguns casos, o problema continua a exigir atenção específica e contínua.

Análise SWOT sobre a Saúde

Tabela 96 - Matriz SWOT sobre a Saúde

Forças	Fraquezas
- Existência de uma estrutura organizada de cuidados de saúde primários (UCSP, USF, UCC e serviços complementares). - Presença de profissionais diversificados nas unidades (médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, psicólogos, etc.). - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório abaixo da média nacional e regional. - Reconhecimento institucional do problema da saúde mental e prioridade atribuída no Plano Nacional de Saúde Mental. - Aumento do número de médicos e enfermeiros entre 2019 e 2023.	- Rácio de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes consistentemente abaixo das médias nacional e regional. - Elevada taxa de mortalidade infantil e por tumores malignos. - Dificuldades na fixação de profissionais de saúde. - Taxa de suicídio no Algarve substancialmente acima da média nacional, com destaque para a vulnerabilidade dos homens. - Cobertura farmacêutica com tendência decrescente. - Atendimento reduzido a utentes sem médico atribuído.
Oportunidades	**Ameaças**
- Novo modelo de organização em ULS pode melhorar a articulação e cobertura dos cuidados. - Possibilidade de reforçar cuidados de saúde perinatais e prevenção em saúde infantil. - Grupos de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI) através de Protocolo com Hospital D. Estefânia na área da Saúde Mental. - Consulta da especialidade de Pediatria destinada a utentes do Centro de Saúde de Lagoa. - Promoção de estratégias intersectoriais com a área social e da educação para melhoria da literacia em saúde. - Expansão da telemedicina e saúde digital, que pode melhorar o acesso a serviços de apoio psicológico, especialmente em zonas carenciadas.	- Envelhecimento populacional e aumento de doenças crónicas. - Sazonalidade e mobilidade dificultam a continuidade dos cuidados e a gestão dos recursos. - Pressão sobre os serviços de saúde devido à diversidade sociocultural da população (incluindo estrangeiros residentes). - Impactos socioeconómicos pós-pandemia, como o custo de vida, o desemprego ou o isolamento social, que são fatores de risco agravantes para a saúde mental. - Persistência do consumo de substâncias como heroína e álcool.

- Crescente atenção aos comportamentos aditivos sem substância (ex.: dependência digital) pode fomentar intervenções inovadoras.	

6. Educação

Uma educação de qualidade é fundamental para a promoção do desenvolvimento social, cultural, económico e cívico de uma determinada região. Ao nível individual promove o crescimento pessoal, a formação de competências e o pensamento crítico. Um sistema educativo de qualidade traduz-se no mecanismo mais eficaz para promoção da igualdade e da mobilidade social. A educação promove ainda uma maior qualificação da mão-de-obra, fomenta a cidadania ativa e preserva e transmite valores e tradições às gerações futuras.

O concelho de Lagoa dispõe atualmente da Carta Educativa de 2.ª Geração (2024), elaborada em conformidade com o guião metodológico publicado em maio de 2021 pelo Ministério da Educação, em articulação com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Este documento de planeamento territorial em matéria de educação constitui uma referência fundamental para a avaliação e reestruturação da rede educativa municipal, sendo obrigatório nos termos do regime jurídico em vigor.

O presente capítulo procede à análise da rede escolar e da procura educativa no concelho de Lagoa, com base na informação sistematizada na Carta Educativa de 2.ª Geração. Serão igualmente considerados indicadores estatísticos de escolarização e qualificação da população residente, permitindo aferir o desempenho educativo local face às dinâmicas regionais e nacionais.

6.1. Caracterização da rede escolar

No ano letivo de 2023/2024, a rede escolar do concelho de Lagoa apresenta uma estrutura diversificada, abrangendo a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico, o ensino secundário, o ensino profissional e o ensino artístico, e está distribuída por três tipos de redes: pública, privada e particular de solidariedade social (Tabela 97).

A rede pública está organizada em dois agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira de Lagoa e o Agrupamento de Escolas Rio Arade. O primeiro cobre principalmente as freguesias da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro e de Porches, oferecendo desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário e profissional. Inclui estabelecimentos

como a Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira, a Escola Básica Jacinto Correia, a Escola Básica de Lagoa, entre outras. Já o Agrupamento de Escolas Rio Arade abrange sobretudo a União de Freguesias de Estômbar e Parchal e a freguesia de Ferragudo, com uma oferta centrada no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e na educação pré-escolar, através de diversas escolas básicas e jardins de infância.

A rede privada está representada pela NOBEL Algarve British International School, que oferece ensino desde o pré-escolar até ao secundário, com uma oferta abrangente e internacional. Integra ainda o Conservatório de Artes de Lagoa, dedicado ao ensino artístico.

Por sua vez, a rede particular de solidariedade social assume um papel relevante na educação pré-escolar, estando presente em várias freguesias, com destaque para a União de Freguesias de Estômbar e Parchal. Inclui instituições como o Centro Popular de Lagoa, o Centro Paroquial de Estômbar, o Centro de Apoio Social de Carvoeiro e Porches, bem como associações locais que prestam apoio educativo à primeira infância.

Tabela 97 - Rede escolar no Concelho de Lagoa no ano letivo 2023/2024

Agrupamento de escolas	Freguesia	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	Rede
Padre António Martins de Oliveira de Lagoa	UF de Lagoa e Carvoeiro	Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira, Lagoa	3.º CEB; Ensino Secundário; Ensino Profissional	Pública
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Escola Básica Jacinto Correia, Lagoa	2.º CEB; 3.º CEB; Ensino Artístico	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Escola Básica de Lagoa	Educação pré-escolar; 1.º CEB	
	Porches	Escola Básica de Porches, Lagoa	Educação pré-escolar; 1.º CEB	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Escola Básica de Carvoeiro, Lagoa	1.º CEB	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Jardim de Infância de Carvoeiro, Lagoa	Educação pré-escolar	
Rio Arade	UF de Estômbar e Parchal	Escola Básica Rio Arade, Parchal, Lagoa	2.º CEB; 3.º CEB	Pública
	UF de Estômbar e Parchal	Escola Básica Professor João Cónim, Estômbar, Lagoa	2.º CEB; 3.º CEB	
	UF de Estômbar e Parchal	Escola Básica de Estômbar, Lagoa	1.º CEB	
	UF de Estômbar e Parchal	Escola Básica de Mexilhoeira da Carregação, Lagoa	Educação pré-escolar; 1.º CEB	
	UF de Estômbar e Parchal	Escola Básica de Parchal, Lagoa	Educação pré-escolar; 1.º CEB	

	Ferragudo	Escola Básica de Ferragudo, Lagoa	Educação pré-escolar; 1.º CEB	
	UF de Estômbar e Parchal	Jardim de Infância de Estômbar, Lagoa	Educação pré-escolar	
	UF de Estômbar e Parchal	Jardim de Infância n.º 2 de Parchal, Lagoa	Educação pré-escolar	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	NOBEL Algarve British International School	Educação pré-escolar; 1.º CEB; 2.º CEB; 3.º CEB; Ensino Secundário	Privada
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Conservatório de Artes de Lagoa	Ensino Artístico	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Centro Popular de Lagoa	Educação pré-escolar	Rede Particular de Solidariedade Social
	UF de Estômbar e Parchal	Centro Paroquial de Estômbar	Educação pré-escolar	
	UF de Estômbar e Parchal	Associação Cultural e Desportiva da CHE Lagoense	Educação pré-escolar	
	UF de Estômbar e Parchal	Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social Quinta de São Pedro	Educação pré-escolar	
	UF de Lagoa e Carvoeiro	Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Educação pré-escolar	
	Porches	Centro de Apoio Social de Porches	Educação pré-escolar	

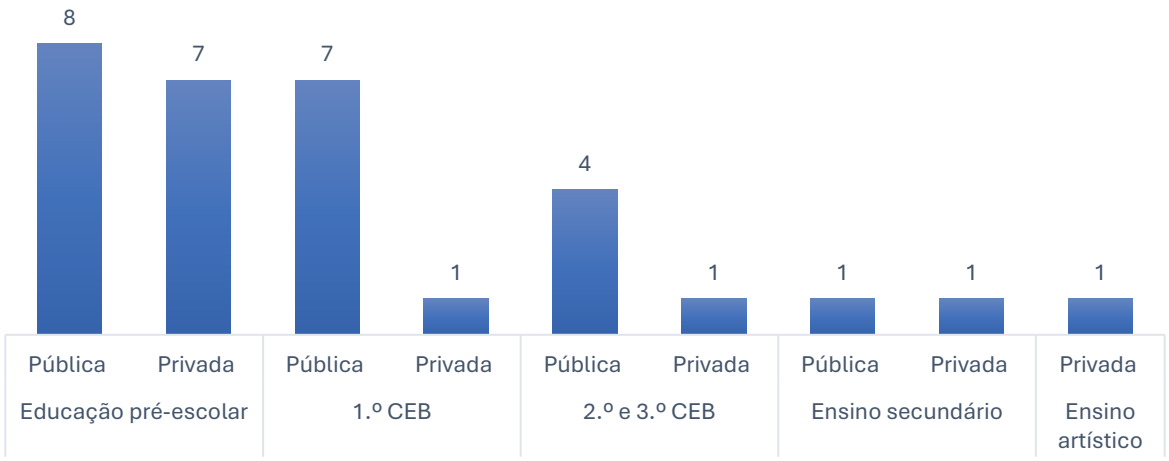
Fonte: Carta Educativa de Lagoa, 2024; CM Lagoa

Em relação à oferta educativa por nível de ensino e natureza jurídica, esta revela-se diversificada e distribuída por vários níveis de ensino, abrangendo tanto estabelecimentos da rede pública como da rede privada (Gráfico 121). A educação pré-escolar destaca-se como o nível com maior número de estabelecimentos, com 8 instituições públicas e 7 privadas, refletindo uma forte cobertura territorial e uma aposta significativa na educação de infância, quer através da rede pública, quer por via de entidades privadas e de solidariedade social.

No que diz respeito ao 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), verifica-se um equilíbrio semelhante, com 7 escolas públicas e 1 privada, assegurando uma cobertura quase total da rede pública para esta fase da escolaridade obrigatória. No 2.º e 3.º ciclos (2.º e 3.º CEB), a oferta é maioritariamente pública, com 4 estabelecimentos, face a apenas 1 privado, o que indica que a continuidade do percurso escolar após o 1.º ciclo depende fortemente da rede pública no concelho.

Quanto ao ensino secundário, a oferta divide-se equitativamente entre 1 escola pública e 1 escola privada, permitindo alguma diversidade na escolha de percurso para os alunos nesta etapa final da escolaridade obrigatória. Por fim, o ensino artístico está representado exclusivamente por 1 estabelecimento de natureza privada, revelando uma oferta especializada, mas limitada a uma única instituição no concelho.

Gráfico 121 - Oferta educativa por nível de ensino e natureza jurídica no Concelho de Lagoa, no ano letivo 2023/2024



Fonte: Carta Educativa de Lagoa, 2024; CM Lagoa

De forma geral, a análise da oferta educativa em Lagoa revela uma forte presença da rede pública nos níveis obrigatórios de ensino, nomeadamente do 1º ciclo até ao 3.º ciclo, bem como no pré-escolar, com a rede privada a surgir como complemento, sobretudo no pré-escolar, secundário e artístico. Esta distribuição assegura uma resposta abrangente às necessidades educativas da população, com particular destaque para a educação de infância e para a continuidade dos estudos ao longo de todo o percurso escolar.

Em termos de procura educativa no concelho, os dados extraídos da Carta Educativa, permitem retirar as seguintes observações:

- O número global de crianças e jovens a frequentar o sistema de ensino tem vindo a aumentar no período em apreço;
- Registou-se um aumento de 3,6 % da população escolar a frequentar o ensino pré-escolar, no entanto, no ensino privado (solidário e lucrativo) registou-se um aumento consistente,

enquanto no público diminuiu, apesar da ligeira recuperação em 2023/24 face ao ano letivo anterior;

- Crescimento expressivo no ensino básico (+ 8%): a rede privada foi responsável por um aumento de 16,4% e a pública por 5,6%;
- Pequena variação ao nível do secundário, que na prática se traduz por um ligeiro aumento na rede privada (9 estudantes, + 4,7%) e oscilações no pública, protagonizando leve quebra (-1 estudante, -0,2%).

Tabela 98 - Procura educativa por nível de ensino e natureza jurídica (N.º) no concelho de Lagoa

Nível de Ensino	Natureza	2021/22	2022/23	2023/24
Pré-escolar	Pública	427	388	393
	Privada	429	473	494
	Total	856	861	887
Ensino Básico	Pública	2216	2303	2341
	Privada	623	681	725
	Total	2839	2984	3066
Ensino Secundário	Pública	437	444	436
	Privada	191	199	200
	Total	628	643	636
Total	Pública	3080	3135	3170
	Privada	1243	1353	1419
	Total	4323	4488	4589

Fonte: Carta Educativa de Lagoa (2024)

Face aos dados expostos, verifica-se um crescimento constante da população escolar do concelho, que poderá estar ligada a várias dinâmicas já exploradas, como uma crescente procura proveniente dos concelhos limítrofes ou por via das migrações, ou mesmo uma combinação de ambas.

6.2. Pré-escolarização e Escolarização

Analisar as taxas brutas de escolarização é fundamental para identificar padrões de acesso à educação, planear políticas públicas, antecipar necessidades de investimento e promover a igualdade de oportunidades. Permite ainda monitorizar a eficácia dos sistemas educativos e

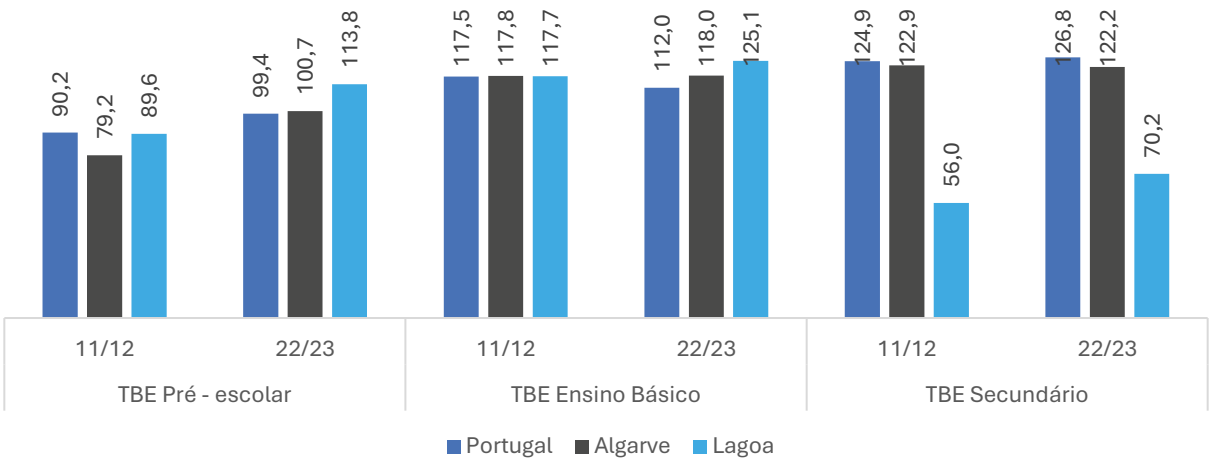
implementar medidas de correção em territórios onde se verifiquem quebras significativas, como é o caso de Lagoa nos níveis de ensino básico e secundário.

A análise da Taxa Bruta de Escolarização (TBE) nos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário permite compreender a evolução da participação da população nos sistemas educativos, independentemente da idade dos alunos, e avaliar o grau de cobertura e acessibilidade da educação num determinado território. Entre os anos letivos de 2011/2012 e 2022/2023, verifica-se uma evolução positiva generalizada em Portugal, na região do Algarve e Lagoa, sobretudo nos níveis do ensino pré-escolar e básico (Gráfico 122).

Em Portugal, a TBE aumentou significativamente no pré-escolar ao passar de 90,2% para 99,4%, e no ensino secundário de 124,9% para 126,8%, no entanto, observou-se uma redução no ensino básico de 117,5% para 112,0%. A região do Algarve segue uma tendência ligeiramente diferente. A TBE no pré-escolar subiu de 79,2% para 100,7%, no ensino básico de 117,8% para 118,0%, e no secundário reduziu ligeiramente de 122,9% para 122,2%. O crescimento expressivo no pré-escolar é particularmente relevante, dado o papel fundamental desta etapa no desenvolvimento inicial das crianças.

Por outro lado, o concelho de Lagoa apresenta uma evolução positiva no que concerne ao indicador para todos os níveis de ensino. Embora tenha registado um aumento notável no pré-escolar (de 89,6% para 113,8%), e no ensino básico de 117,7% para 125,1%, ultrapassando mesmo a média nacional e regional, os dados mais recentes revelam que apesar do aumento da TBE no ensino secundário de 56% para 70,2% estes valores ficam ainda bastante aquém dos valores nacionais e regionais, podendo refletir situações como o decréscimo da população jovem, a deslocação de alunos para estabelecimentos noutros concelhos, casos de abandono escolar em fases precoces ou uma utilização limitada dos recursos educativos existentes no território.

Gráfico 122 - Taxa bruta de Escolarização (%) no Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário em Portugal, Algarve e Lagoa



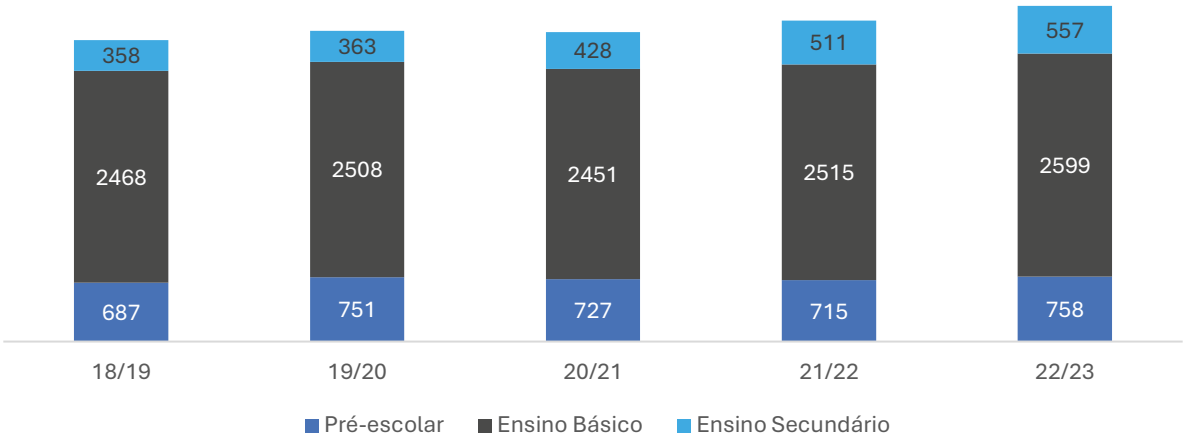
Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

O gráfico 123 apresenta a evolução do número de alunos matriculados no ensino não superior no concelho de Lagoa, entre os anos letivos de 2018/2019 e 2022/2023, desagregados por nível de ensino: pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. Ao longo do período em análise, verifica-se uma tendência de crescimento global no número total de alunos, com especial destaque para o ensino básico, que representa consistentemente a maior fatia da população escolar. Em 2018/2019, estavam matriculados 2.468 alunos no ensino básico, número que sobe de forma progressiva até atingir os 2.599 em 2022/2023. Esta variação, embora não muito acentuada, revela uma ligeira expansão ou estabilização da população em idade escolar obrigatória neste nível.

O ensino pré-escolar apresenta também alguma variação, mas mantém-se relativamente estável. O número de crianças matriculadas passou de 687 em 2018/2019 para 758 em 2022/2023, com um ligeiro decréscimo nos dois anos intermédios (2020/2021 e 2021/2022), o que pode estar relacionado com os impactos da pandemia de COVID-19 na frequência da educação pré-escolar.

O ensino secundário, por sua vez, apresenta uma evolução positiva mais significativa, crescendo de 358 alunos em 2018/2019 para 557 em 2022/2023. Este aumento contínuo pode refletir uma maior permanência dos alunos no sistema educativo, maior valorização do percurso escolar completo e possível estabilização das condições de acesso e continuidade nos estudos após o ensino básico.

Gráfico 123 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) em Lagoa por Nível de ensino

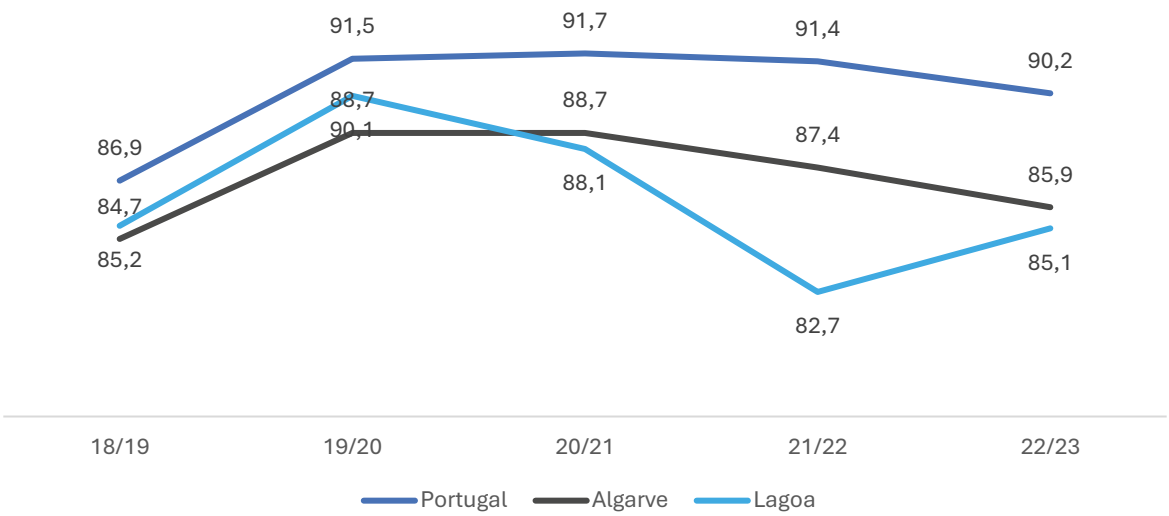


Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No que concerne à taxa de transição/conclusão no ensino secundário, verifica-se que a nível nacional a taxa apresenta uma trajetória de crescimento até 2020/2021, atingindo os 91,7%, e estabiliza ligeiramente nos dois anos seguintes, situando-se nos 90,2% em 2022/2023 (Gráfico 124). Esta estabilidade em torno dos 90% indica uma taxa de sucesso educativo elevada e relativamente consistente.

Na região do Algarve, a taxa também segue uma evolução positiva até 2020/2021, com um valor de 88,7%, mas regista uma quebra nos dois anos seguintes, descendo para 85,9% em 2022/2023. Esta descida pode estar associada a fatores específicos da região, como desigualdades socioeconómicas, abandono escolar precoce ou dificuldades no acesso a percursos formativos ajustados às necessidades dos alunos. No concelho de Lagoa, a evolução da taxa revela maior oscilação e alguma instabilidade. Após atingir os 90,1% em 2019/2020, o valor desce para 88,1% em 2020/2021 e para 82,7% em 2021/2022, recuperando ligeiramente para 85,1% em 2022/2023. Apesar desta recuperação, Lagoa continua abaixo da média nacional e regional, o que pode sinalizar desafios específicos no acompanhamento e retenção dos alunos, bem como na conclusão do percurso secundário.

Gráfico 124 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%) em Portugal, Algarve e Lagoa



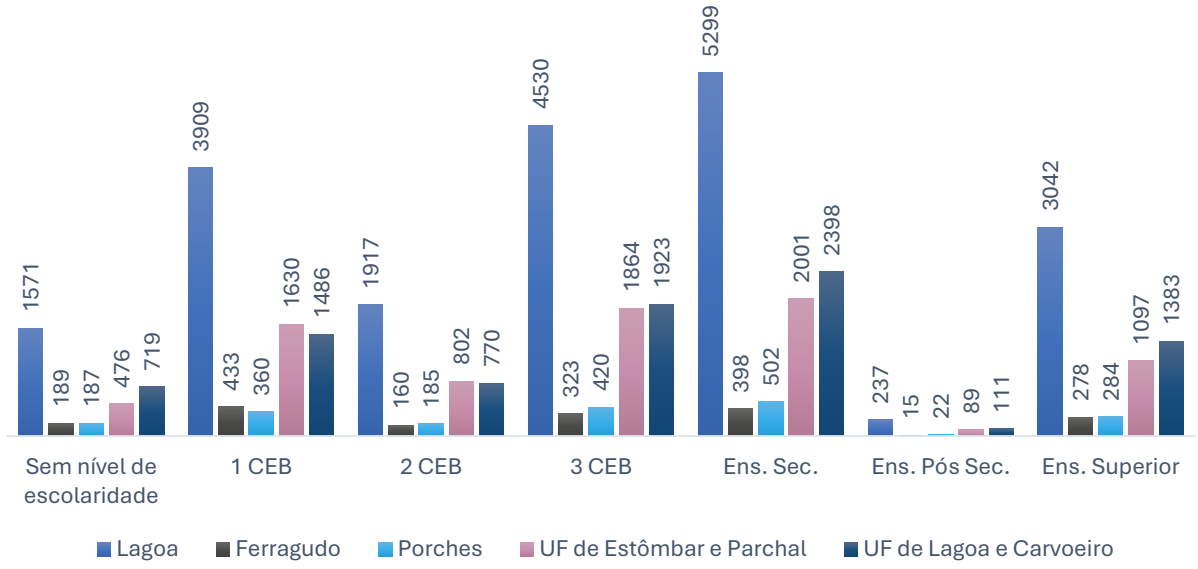
Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Embora Portugal mantenha uma taxa de transição/conclusão elevada e estável, o Algarve e, particularmente, Lagoa registam sinais de retração nos últimos anos. Estes dados alertam para a importância de investir em estratégias de apoio educativo, combate ao abandono escolar e valorização do ensino secundário como etapa fundamental na trajetória de qualificação dos jovens.

6.3. Níveis de Escolaridade

A análise da população residente com 15 ou mais anos de idade no concelho de Lagoa, de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo, revela importantes diferenças internas entre freguesias, bem como a evolução das qualificações no território (Gráfico 125). No total do concelho de Lagoa, o nível de escolaridade mais frequente é o ensino secundário, com 5.299 pessoas, seguido pelo terceiro ciclo de ensino básico, com 4.530 indivíduos, o que reflete um progresso significativo no acesso à educação. Relativamente ao ensino superior, são 3.042, ainda assim abaixo de quem detém apenas o primeiro ciclo (3.909). Contudo, 1.571 pessoas não possuem qualquer nível de escolaridade completo, evidenciando a existência de um grupo com sérias fragilidades em termos de qualificação.

Gráfico 125 - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Nível de escolaridade mais elevado completo em Lagoa e Freguesias



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ao nível das freguesias, a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta o maior número de pessoas com ensino superior (1.383) e ensino secundário (2.398), o que poderá estar relacionado com uma maior concentração de população ativa qualificada, serviços e acessos educativos. Esta freguesia regista também o número mais elevado de pessoas sem escolaridade (719), o que pode indicar uma presença expressiva de faixas etárias mais envelhecidas com baixa qualificação formal. Já a União de Freguesias de Estômbar e Parchal destaca-se por ter uma grande proporção de população com o 1.º ciclo (1.630) e o 3.º ciclo (1.864), bem como um número expressivo com o ensino secundário (2.001), sugerindo uma população em processo de progressiva qualificação, mas ainda com um número considerável de residentes com níveis de escolaridade básicos.

Por outro lado, nas freguesias de Ferragudo e Porches, os números são mais reduzidos, quer em termos absolutos quer relativos. Ambas apresentam valores semelhantes de população com o 1.º ciclo e o ensino secundário, mas em Porches há ligeiramente mais pessoas com ensino superior (284) do que em Ferragudo (278), ainda que ambas tenham uma percentagem considerável de residentes com apenas o 1.º ciclo ou sem escolaridade.

Quanto à proporção da população residente com ensino superior completo em 2011 e 2021, observa-se uma evolução positiva generalizada em Portugal, no Algarve, no concelho de Lagoa e nas

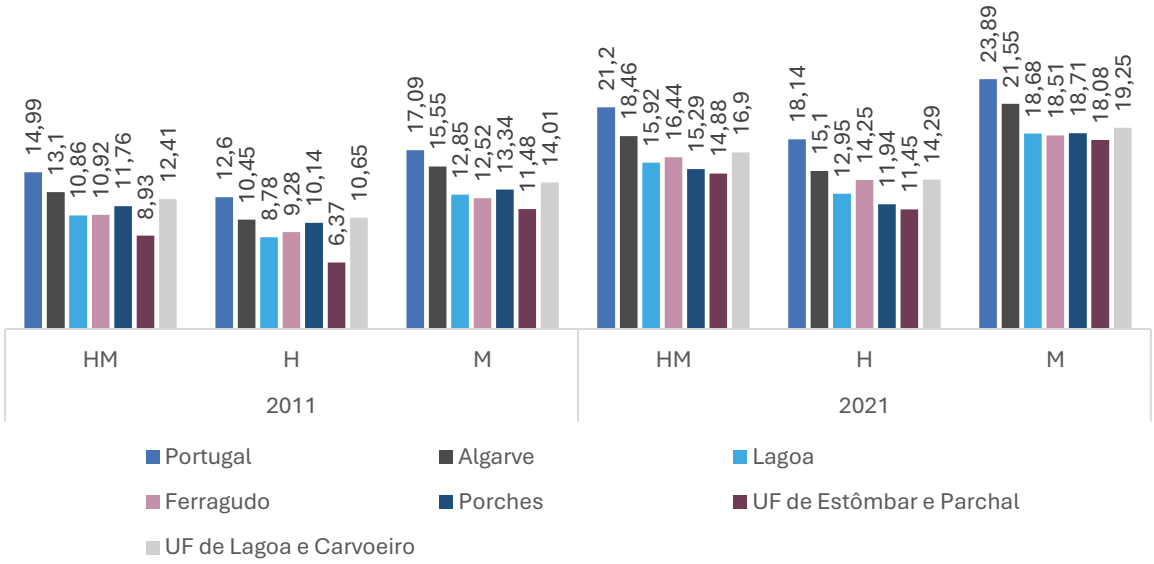
suas freguesias, tanto entre homens como entre mulheres, com destaque para a superioridade feminina ao longo da década (Gráfico 126). A nível nacional, Portugal registou um crescimento significativo: em 2011, 14,99% da população tinha o ensino superior completo, valor que sobe para 21,2% em 2021. A taxa entre as mulheres passou de 17,09% para 23,89%, superando consistentemente a dos homens, que aumentou de 12,6% para 18,14%. Este padrão demonstra uma maior progressão no acesso das mulheres ao ensino superior.

No Algarve, o crescimento também é expressivo, embora os valores se mantenham abaixo da média nacional. Em 2011, apenas 13,1% da população tinha o ensino superior, valor que sobe para 18,46% em 2021. Tal como no país, as mulheres destacam-se: passaram de 15,55% para 21,55%, enquanto os homens passaram de 10,45% para 15,1%. No concelho de Lagoa, o progresso é visível, mas os níveis continuam abaixo das médias nacional e regional. Em 2011, apenas 10,86% da população residente tinha ensino superior completo, aumentando para 15,92% em 2021. A diferença entre sexos também é marcante: em 2021, 18,68% das mulheres tinham ensino superior, contra apenas 12,95% dos homens.

Ao nível das freguesias, todas registam crescimento, embora a disparidade entre sexos persista:

- Ferragudo passou de 10,92% para 16,44% no total, com 18,51% de mulheres com ensino superior, face a 14,25% nos homens.
- Porches evoluiu de 11,76% para 15,29%, com 18,71% nas mulheres e 11,94% nos homens.
- Estômbar e Parchal registava os valores mais baixos em 2011 (8,93%), subindo para 14,88% em 2021. Aqui também se observa um diferencial significativo: 18,08% entre as mulheres e 11,45% nos homens.
- A UF de Lagoa e Carvoeiro apresenta os melhores indicadores no concelho, com um salto de 12,41% para 16,9%, mantendo a maior taxa de mulheres com ensino superior (19,25%) e uma taxa masculina de 14,29%.

Gráfico 126 - Proporção da população residente com ensino superior completo (%) quanto ao sexo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Em síntese, os dados demonstram uma evolução positiva na qualificação da população residente, com destaque para o crescimento expressivo entre as mulheres. No entanto, persiste uma desigualdade de género e um afastamento dos valores de Lagoa e das suas freguesias face às médias nacional e regional, o que aponta para a necessidade de continuar a promover o acesso e valorização do ensino superior, especialmente entre os homens e nas freguesias mais afastadas dos centros urbanos.

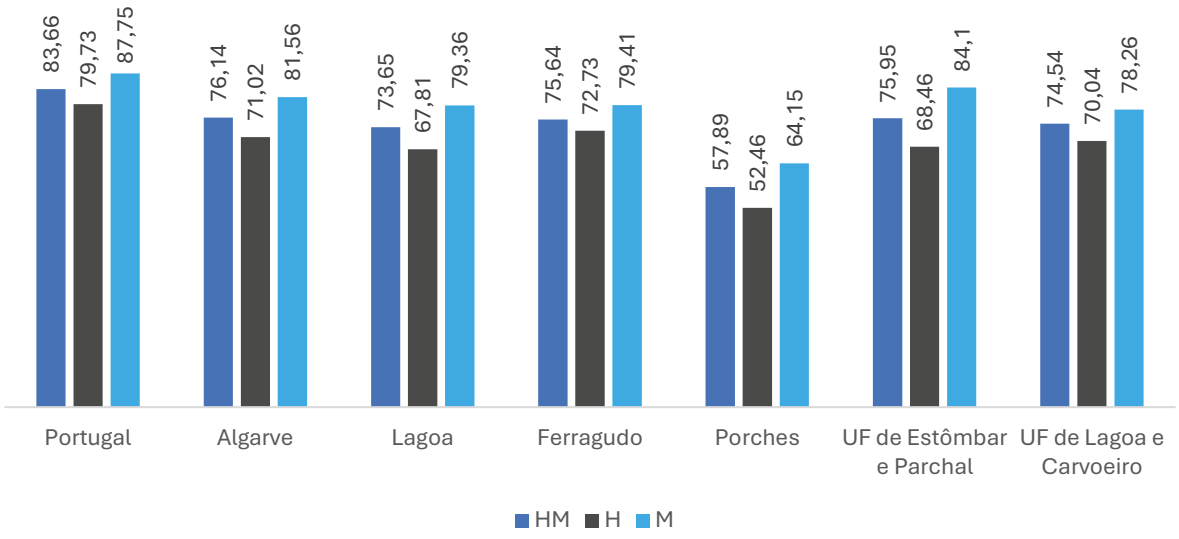
O gráfico seguinte mostra a proporção da população residente com idades entre os 20 e os 24 anos que, em 2021, tinha completado pelo menos o ensino secundário, desagregada por sexo. Esta informação constitui um importante indicador da qualificação escolar dos jovens adultos, sendo também um reflexo das oportunidades educativas nos territórios e do sucesso dos sistemas de ensino locais. Em termos nacionais, Portugal apresenta uma taxa elevada de conclusão do ensino secundário nesta faixa etária (83,66%), com uma clara vantagem das mulheres (87,75%) face aos homens (79,73%). Esta tendência de maior escolarização feminina repete-se em todas as escalas territoriais consideradas.

O Algarve regista uma proporção inferior à média nacional (76,14%), evidenciando disparidades regionais em termos de acesso, permanência e sucesso no sistema educativo. Também aqui as

mulheres (81,56%) superam os homens (71,02%) em mais de dez pontos percentuais. No município de Lagoa, a proporção desce para 73,65%, ficando aquém das médias nacional e regional. A diferença entre os sexos mantém-se significativa: 79,36% nas mulheres face a 67,81% nos homens. Este padrão reforça a ideia de que as jovens mulheres têm, em geral, maiores taxas de sucesso escolar, mesmo em contextos de menor dotação territorial de recursos educativos.

A análise desagregada pelas freguesias do concelho de Lagoa revela assimetrias ainda mais acentuadas. Em Porches, apenas 57,89% dos jovens entre os 20 e os 24 anos têm pelo menos o ensino secundário completo, sendo este o valor mais baixo de todo o conjunto analisado. Destaca-se ainda a baixa percentagem entre os homens (52,46%), o que poderá apontar para vulnerabilidades sociais e educativas localizadas. Por contraste, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta a taxa mais elevada (75,95%), próxima da média do Algarve, com uma taxa feminina particularmente alta (84,1%). Na União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a taxa é de 74,54%, revelando também uma diferença expressiva entre géneros: 70,04% nos homens e 78,26% nas mulheres.

Gráfico 127 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Quanto ao nível de escolaridade das pessoas com 65 ou mais anos em 2021, os dados mostram que a maioria da população idosa em Portugal, e em particular no Algarve e em Lagoa, apresenta baixos níveis de escolaridade, concentrando-se essencialmente no 1.º ciclo ou abaixo (Tabela 99).

Contudo, existem dinâmicas territoriais diferenciadas, sendo possível identificar freguesias com padrões educativos mais frágeis (como Porches e Ferragudo) e outras com maior percentagem de idosos com níveis secundários ou superiores (como a UF de Lagoa e Carvoeiro).

Tabela 99 - População residente com 65 ou mais anos (N.º) por Nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Nenhum	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino superior
Portugal	14.9	55.5	5.4	9.6	6.5	8.1
Algarve	17.9	47.6	5.6	11.3	9.3	8.3
Lagoa	17.9	47.7	5.3	12.1	9.3	7.6
Ferragudo	19.4	48.1	5.1	9.6	10.6	7.1
Porches	18.5	41.3	4.4	13.5	12.6	9.6
UF de Estômbar e Parchal	15.9	56.4	5.0	11.3	6.0	5.3
UF de Lagoa e Carvoeiro	19.1	41.7	5.8	13.2	11.1	9.1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A nível nacional, observa-se que a maioria da população idosa tem como nível de escolaridade mais elevado o 1.º ciclo do ensino básico (55,5%), enquanto 14,9% não completaram qualquer nível de ensino. Apenas uma pequena proporção concluiu o ensino secundário (6,5%) ou superior (8,1%), espelhando a reduzida escolarização das gerações mais velhas. No Algarve, o padrão é semelhante, mas com algumas variações significativas. A percentagem de idosos sem qualquer nível de ensino é mais elevada (17,9%) e apenas 47,6% completaram o 1.º ciclo. Estes dados revelam um maior défice de escolarização entre os idosos da região, embora as percentagens de ensino secundário (9,3%) e superior (8,3%) sejam ligeiramente superiores às nacionais.

No município de Lagoa, a distribuição é muito próxima da realidade regional: 17,9% da população com 65 ou mais anos não tem qualquer nível de escolaridade, e 47,7% completaram apenas o 1.º ciclo. O município destaca-se, no entanto, por apresentar uma das taxas mais elevadas de conclusão do 3.º ciclo (12,1%) entre os contextos analisados, sugerindo uma ligeira vantagem relativa na progressão educativa em gerações mais recentes dentro da população idosa.

As freguesias de Lagoa apresentam disparidades internas relevantes. Ferragudo e Porches têm percentagens particularmente elevadas de idosos sem qualquer escolaridade (19,4% e 18,5%,

respetivamente), bem como baixas taxas de ensino superior (7,1% e 9,6%). Porches evidencia-se também pela reduzida percentagem de indivíduos com o 1.º ciclo (41,3%) e pelos valores elevados no 3.º ciclo (13,5%) e no ensino secundário (12,6%), o que pode refletir uma evolução mais recente no acesso à escolarização, embora a base continue fragilizada.

A União das Freguesias de Estômbar e Parchal apresenta um perfil contrastante, com uma maior proporção de idosos com o 1.º ciclo (56,4%) e uma das percentagens mais baixas de população sem escolaridade (15,9%). No entanto, os níveis mais elevados de ensino são menos expressivos, nomeadamente no ensino superior (5,3%), o que poderá indicar uma trajetória educativa mais estável ao nível básico, mas com menos progressão para níveis pós-obrigatórios.

Já a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta um cenário misto: 19,1% dos idosos não completaram nenhum nível de ensino, mas 13,2% atingiram o 3.º ciclo, 11,1% o ensino secundário e 9,1% o ensino superior. Estes valores são dos mais elevados do concelho nas categorias mais altas de escolarização, sugerindo uma população envelhecida com um perfil educativo relativamente mais qualificado.

6.4. Analfabetismo

O analfabetismo continua a ser um indicador estruturante das desigualdades no acesso à educação e um reflexo das fragilidades históricas dos sistemas educativos, com impactos profundos na inclusão social, na empregabilidade e na cidadania ativa. A sua análise permite identificar os segmentos da população mais vulneráveis à exclusão educativa, compreender padrões territoriais e intergeracionais e orientar políticas públicas de educação ao longo da vida.

O gráfico 128 apresenta a proporção da população residente com 15 ou mais anos de idade que, em 2021, não possuía qualquer nível de escolaridade completo. Este indicador constitui um importante indicador da exclusão educativa, revelando as fragilidades acumuladas nos percursos escolares e sociais, bem como a persistência de desigualdades no acesso à educação ao longo das gerações.

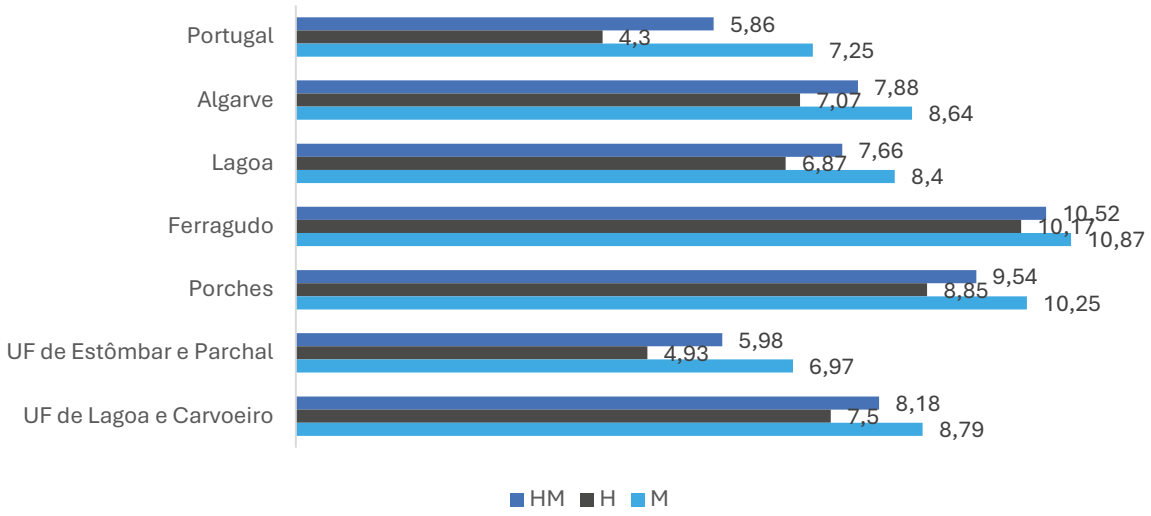
A nível nacional, Portugal registava uma taxa de 5,86% da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de ensino concluído. Esta proporção é significativamente mais elevada entre as mulheres (7,25%) do que entre os homens (4,3%), refletindo legados históricos de menor acesso das mulheres à escolarização, sobretudo nas gerações mais velhas. No Algarve, este valor é superior

à média nacional, atingindo os 7,88%, com uma diferença de mais de 1,5 pontos percentuais entre os sexos (8,64% nas mulheres e 7,07% nos homens). Estes dados revelam uma maior incidência do abandono precoce e da não conclusão de ciclos de ensino na região, provavelmente associada a fatores económicos e estruturais como a sazonalidade do emprego, o turismo ou a desvalorização social da educação em determinadas comunidades.

No município de Lagoa, a proporção de pessoas sem qualquer nível de escolaridade completo é de 7,66%, valor também acima da média nacional. A desigualdade entre sexos é aqui igualmente notória: 8,4% nas mulheres contra 6,87% nos homens. A análise à escala das freguesias do concelho de Lagoa revela disparidades internas relevantes:

- A freguesia de Ferragudo apresenta o valor mais elevado (10,52%), com percentagens praticamente idênticas entre homens (10,17%) e mulheres (10,87%), o que poderá indicar fenómenos estruturais de desvantagem educativa partilhados por toda a comunidade local.
- Porches segue-se com 9,54%, voltando a evidenciar-se a maior vulnerabilidade entre as mulheres (10,25%) face aos homens (8,85%).
- A União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresenta uma taxa de 8,18%, sendo novamente mais elevada no sexo feminino (8,79%) do que no masculino (7,5%).
- Já a União das Freguesias de Estômbar e Parchal regista o valor mais baixo do concelho (5,98%), abaixo das médias regional e nacional, o que poderá refletir uma maior introdução da escolaridade obrigatória nas gerações mais recentes ou uma maior concentração de população com percursos educativos completos. Ainda assim, subsiste a diferença entre sexos: 6,97% das mulheres não completaram qualquer nível de ensino, face a 4,93% dos homens.

Gráfico 128 - Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por Sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

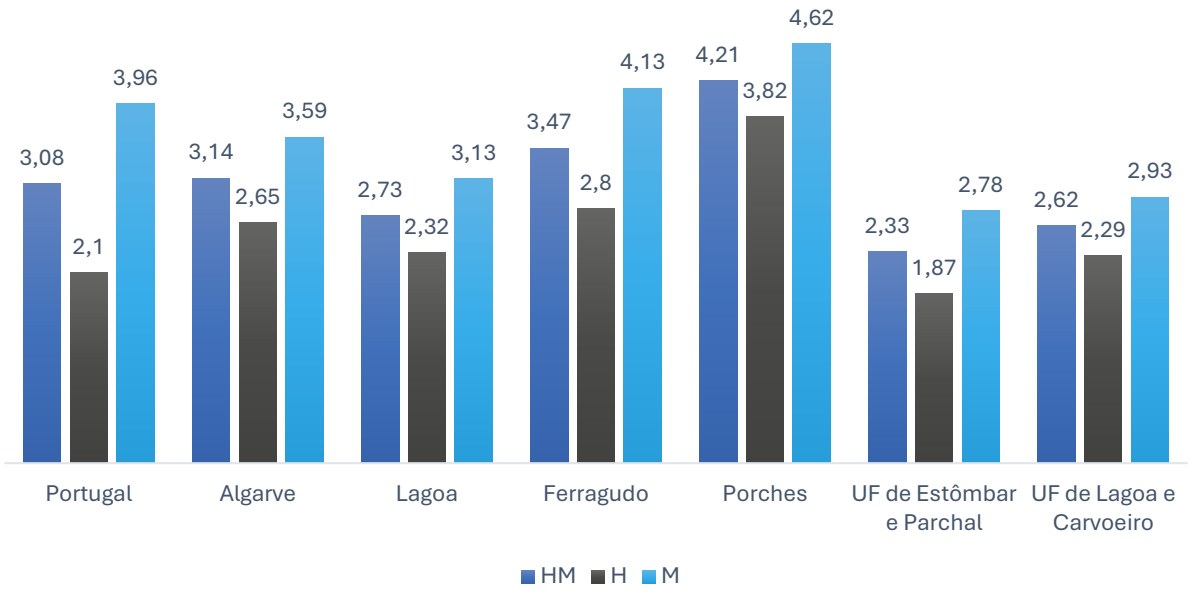
A presença de uma proporção significativa da população com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade completo evidencia a persistência de desigualdades estruturais em matéria de educação, com impacto direto sobre a inclusão social, as oportunidades laborais e a capacidade de participação cívica. A análise revela também que estas desigualdades não são uniformes no território, sendo mais expressivas em freguesias como Ferragudo e Porches, e mais atenuadas em Estômbar e Parchal, exigindo uma atenção diferenciada das políticas educativas e sociais. A clivagem entre homens e mulheres, ainda visível, sublinha a importância de continuar a promover a equidade de género no acesso e sucesso educativo, particularmente nas gerações mais velhas.

A taxa de analfabetismo é um indicador estrutural das desigualdades no acesso à educação, revelando não apenas carências históricas no sistema educativo, mas também a persistência de exclusão social ao longo do tempo. Em termos nacionais, Portugal registava uma taxa média de analfabetismo de 3,08%, com uma diferença marcante entre os sexos: 2,1% nos homens e 3,96% nas mulheres (Gráfico 129). Esta disparidade está associada a fenómenos históricos de discriminação de género no acesso à escola, sobretudo nas gerações mais envelhecidas. Na região do Algarve, a taxa global (3,14%) situa-se ligeiramente acima da média nacional, com 2,65% nos homens e 3,59% nas mulheres. Apesar de ligeiramente inferior ao valor nacional no caso feminino, a diferença entre os sexos mantém-se, refletindo um padrão nacional.

O município de Lagoa apresenta uma taxa de analfabetismo inferior à nacional e à regional (2,73%), embora também aqui se observe uma diferença entre homens (2,32%) e mulheres (3,13%). Esta realidade aponta para melhorias significativas nos níveis de literacia do território, mas não anula a existência de desigualdades de género. Contudo, quando analisamos os dados por freguesia, surgem variações significativas. Porches é a freguesia com a taxa de analfabetismo mais elevada (4,21%), aproximando-se dos níveis das regiões mais vulneráveis do país. Aqui, as diferenças entre sexos são acentuadas: 3,82% nos homens e 4,62% nas mulheres. Ferragudo apresenta também uma taxa elevada (3,47%), superior à do concelho e do país, sendo mais expressiva entre as mulheres (4,13%).

As freguesias com melhores indicadores são a União das Freguesias de Estômbar e Parchal (2,33%) e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (2,62%), ambas com valores abaixo das médias nacional e regional. Ainda assim, verifica-se a mesma tendência de maior analfabetismo entre as mulheres: 2,78% em Estômbar e Parchal e 2,93% em Lagoa e Carvoeiro, face a 1,87% e 2,29% nos homens, respetivamente.

Gráfico 129 - Taxa de analfabetismo (%) por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Estes dados revelam que, apesar da generalização da escolaridade obrigatória ter reduzido drasticamente os níveis de analfabetismo entre as gerações mais jovens, persistem focos

persistentes de exclusão educativa em segmentos mais velhos da população, sobretudo entre as mulheres. A dimensão territorial da análise reforça a importância de políticas de educação ao longo da vida, com enfoque particular em freguesias mais vulneráveis como Porches e Ferragudo, onde persistem maiores dificuldades no combate ao analfabetismo. A erradicação deste fenómeno é essencial para assegurar a plena cidadania e participação social de todos os indivíduos, sobretudo nos territórios de menor densidade e com trajetórias históricas de fragilidade educativa.

A análise da proporção da população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que possui o 3.º ciclo do ensino básico completo, mas não se encontra a frequentar o sistema de ensino, é particularmente relevante para a análise das transições escolares e para a identificação precoce de potenciais situações de abandono escolar, podendo refletir bloqueios no acesso ao ensino secundário ou superior, desmotivação educativa ou inserção precoce no mercado de trabalho.

A nível nacional, 44,2% dos jovens entre os 18 e os 24 anos com o 3.º ciclo completo não prosseguiam estudos, com uma diferença significativa entre os sexos: 46,9% nos homens e 41,4% nas mulheres (Gráfico 130). Esta assimetria sugere que os homens abandonam mais precocemente o sistema educativo, o que poderá estar relacionado com expectativas sociais, entrada antecipada no mercado de trabalho ou menor valorização da escolarização. No Algarve, a proporção sobe para 49,1%, acima da média nacional, com os mesmos padrões de género: 51,1% nos homens e 46,9% nas mulheres. Esta realidade poderá refletir dinâmicas regionais marcadas por oportunidades laborais sazonais e pouco qualificadas, que incentivam a interrupção dos percursos escolares, sobretudo entre os rapazes.

O município de Lagoa regista um valor ligeiramente superior à média regional (49,4%), com 51,9% dos homens nesta condição e 46,9% das mulheres, igualando o padrão do Algarve. A ausência de progressão escolar após o 3.º ciclo neste grupo etário representa um desafio significativo em termos de qualificação futura da população ativa e de combate ao insucesso escolar.

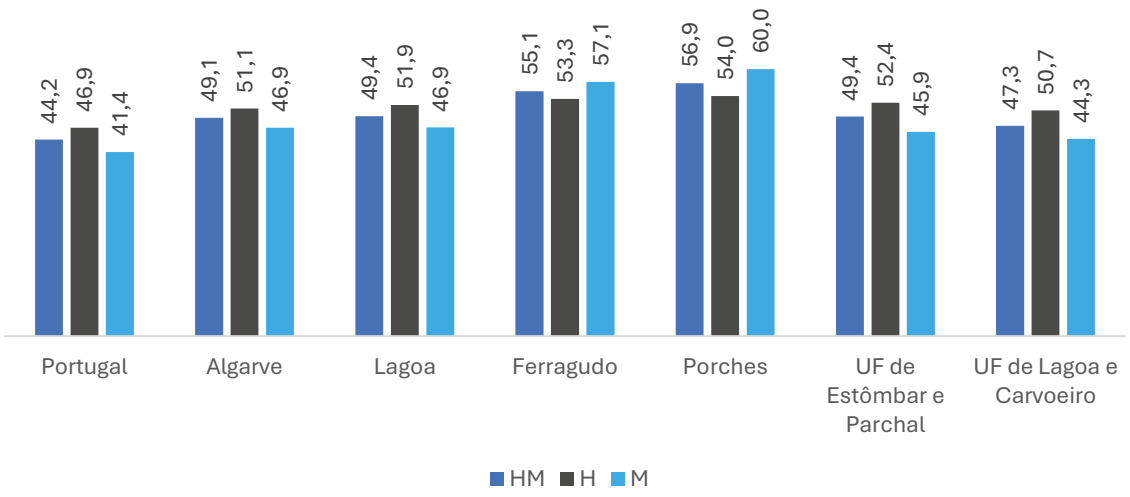
A análise à escala das freguesias revela disparidades internas importantes. Porches destaca-se negativamente com a taxa mais elevada (56,9%), atingindo os 60% entre as mulheres, valor que ultrapassa largamente todas as médias comparadas. Ferragudo também apresenta um valor elevado (55,1%), com 53,3% nos homens e 57,1% nas mulheres, invertendo aqui a tendência nacional de maior abandono entre os homens. Estes números sugerem um bloqueio particularmente expressivo na transição para o ensino secundário nestas freguesias, podendo estar

associado a limitações de oferta formativa, constrangimentos socioeconómicos ou falta de apoio às trajetórias escolares.

As freguesias com valores mais próximos da média nacional são a União das Freguesias de Estômbar e Parchal (49,4%) e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (47,3%). No entanto, também aqui se mantém uma diferença de género: na primeira, 52,4% dos homens e 45,9% das mulheres não prosseguem estudos; na segunda, os valores são de 50,7% e 44,3%, respetivamente.

Estes dados apontam para a persistência de uma significativa percentagem de jovens que concluem apenas a escolaridade obrigatória mínima (9.º ano) e não prosseguem estudos, comprometendo as metas de qualificação do país e o potencial de desenvolvimento social e económico dos territórios.

Gráfico 130 - Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) por sexo, em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021



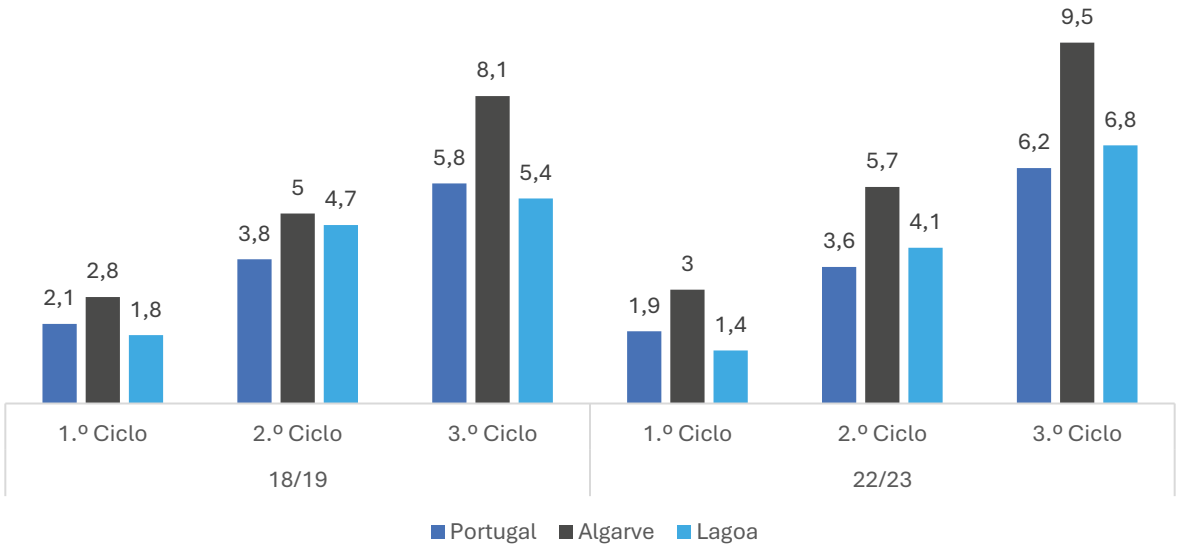
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No ano letivo de 2018/2019, verifica-se que as taxas de retenção e desistência aumentam progressivamente do 1.º para o 3.º ciclo em todos os territórios analisados (Gráfico 131). No 1.º ciclo, os valores são relativamente baixos: 2,1% em Portugal, 2,8% no Algarve e 1,8% em Lagoa. No entanto, no 2.º ciclo, observa-se um agravamento das taxas, com Portugal a registar 3,8%, Lagoa 4,7% e o Algarve com o valor mais elevado (5%). A situação piora significativamente no 3.º ciclo, onde as taxas atingem os 5,8% a nível nacional, 8,1% no Algarve e 5,4% em Lagoa. Este último ciclo do ensino básico revela-se como o mais problemático, especialmente na região algarvia, onde os valores são substancialmente superiores à média nacional.

Já no ano letivo de 2022/2023, apesar de uma ligeira melhoria nos dados nacionais, as tendências gerais mantêm-se. No 1.º ciclo, Portugal regista uma redução para 1,9%, enquanto Lagoa apresenta novamente o valor mais baixo (1,4%) e o Algarve sobe para 3%, o que representa um agravamento relativamente ao período anterior. No 2.º ciclo, os dados revelam uma inversão: o Algarve apresenta agora uma taxa inferior (5,7%) à de 2018/2019, mas ainda acima de Portugal (3,6%) e de Lagoa (4,1%).

No 3.º ciclo, os níveis de retenção e desistência permanecem os mais elevados, agravando-se em todas as regiões. Em Portugal, a taxa sobe para 6,2%, Lagoa atinge 6,8% e o Algarve regista um preocupante aumento para 9,5%, reforçando a vulnerabilidade da região neste nível de ensino. Estes valores evidenciam um problema estrutural na transição para o ensino secundário, com risco acrescido de insucesso escolar e abandono precoce, particularmente no contexto algarvio.

Gráfico 131 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Nível de ensino, em Portugal, Algarve e Lagoa, 2021



Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

A análise indica que embora os primeiros ciclos do ensino básico apresentem taxas relativamente baixas de retenção e desistência, estas aumentam de forma consistente à medida que os alunos progridem no percurso escolar, atingindo níveis críticos no 3.º ciclo. A região do Algarve destaca-se negativamente, especialmente neste último nível, sugerindo a necessidade urgente de reforço de medidas pedagógicas, de apoio psicossocial e de combate à exclusão educativa. Lagoa, embora

apresente melhores resultados do que a média regional, regista também agravamentos no 3.º ciclo, exigindo atenção específica a esta fase de ensino, essencial para garantir a continuidade educativa e a construção de percursos escolares bem-sucedidos.

Síntese da educação

(1) A rede educativa de Lagoa apresenta uma estrutura diversificada e bem distribuída, assegurada por redes pública, privada e solidária. Entre 2021 e 2024, registou-se um crescimento da população escolar, com destaque para a expansão no ensino básico e no setor privado, refletindo dinâmicas demográficas e uma resposta educativa alargada às necessidades locais.

(2) A evolução das taxas brutas de escolarização no concelho revela dinâmicas com particularidades face às tendências nacionais e regionais. Apesar de um crescimento positivo em todos os níveis de ensino, a performance do indicador no secundário fica aquém do país e da região tanto em 2011/12 e 2022/23. Estes indicadores, aliados à oscilação na taxa de transição no ensino secundário, apontam para desafios persistentes na retenção e continuidade dos percursos escolares.

(3) A análise dos níveis de escolaridade demonstra progressos na qualificação da população, com destaque para o crescimento da proporção de residentes com ensino secundário e superior, sobretudo entre as mulheres. Persistem, no entanto, disparidades significativas entre freguesias e grupos etários, com uma elevada percentagem de população idosa com baixa escolarização e uma diferença notória entre géneros.

(4) O concelho de Lagoa apresenta uma taxa de analfabetismo inferior às médias nacional e regional, mas persistem desigualdades significativas entre freguesias e entre sexos, sobretudo nas gerações mais velhas. Ferragudo e Porches registam os valores mais elevados e evidenciam maior vulnerabilidade educativa. A elevada proporção de jovens que não prossegue estudos após o 3.º ciclo e as taxas de retenção no ensino básico, especialmente no 3.º ciclo, apontam para desafios estruturais na transição escolar e na prevenção do abandono precoce.

Análise SWOT sobre a Educação

Tabela 100 - Matriz SWOT sobre a Educação

Forças	Fraquezas
- Existência de uma rede escolar diversificada, abrangendo todos os níveis de ensino (pré-escolar ao secundário, incluindo profissional e artístico). - Crescimento da população escolar nos últimos anos, com destaque para o ensino básico e secundário. - Cobertura significativa no pré-escolar, com forte envolvimento das redes pública e solidária. - Disponibilidade da Carta Educativa de 2.ª Geração, orientadora do planeamento territorial em educação. - Oferta pública sólida nos níveis de ensino obrigatório, garantindo o seu acesso generalizado.	- Taxa bruta de escolarização no ensino secundário aquém da registada a nível nacional e regional. - Elevadas taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo, sinalizando dificuldades estruturais na transição para o ensino secundário. - Desigualdades internas entre freguesias, com zonas mais vulneráveis (ex. Porches e Ferragudo) a apresentarem piores indicadores de qualificação e analfabetismo. - Taxas de analfabetismo e exclusão educativa ainda significativas, sobretudo entre a população mais envelhecida e feminina.
Oportunidades	**Ameaças**
- Reforço de políticas de educação ao longo da vida, especialmente em freguesias com maiores carências educativas. - Aproveitamento do crescimento da população escolar para diversificar e qualificar a oferta educativa, com foco nos níveis secundário e profissional. - Parcerias locais com o tecido social e associativo para reforço da educação pré-escolar e combate ao abandono escolar. - Potencial para atração de famílias jovens e valorização do território como espaço educativo de qualidade.	- Migração escolar para concelhos vizinhos, que pode refletir perceções de desadequação ou insuficiência da oferta local. - Persistência de desigualdades territoriais e de género na qualificação da população. - Insucesso escolar e abandono precoce entre jovens, em especial no final do ensino básico. - Pressão demográfica inversa, com risco de diminuição futura da população jovem e consequente impacto na sustentabilidade da rede escolar.

7. Habitação

O acesso à habitação condigna tem vindo a assumir um papel central nas agendas política, social e territorial, especialmente em contextos marcados por dinâmicas de pressão imobiliária, transformações demográficas e desigualdades no acesso ao mercado habitacional. O concelho de Lagoa, inserido numa região com forte atratividade turística como o Algarve, não é exceção. O presente capítulo dedica-se à caracterização e análise das principais dimensões do sistema habitacional local, evidenciando os desafios, as dinâmicas recentes e as respostas públicas desenvolvidas.

Através da observação do parque habitacional, da estrutura de ocupação dos alojamentos, dos valores das rendas, da incidência da sobrelotação e do estado de conservação dos edifícios, é possível compreender os principais traços da realidade habitacional do concelho. Adicionalmente, são analisadas as dinâmicas do Alojamento Local, cuja expansão e posterior regulação tiveram impactos significativos no mercado de habitação, e a evolução da procura de habitação social, revelando grupos populacionais em situação de vulnerabilidade.

Finalmente, o capítulo apresenta a Estratégia Local de Habitação de Lagoa e os principais instrumentos de apoio municipal ao arrendamento, enquanto resposta às necessidades identificadas. Trata-se, assim, de um contributo essencial para fundamentar políticas públicas de habitação mais eficazes, equitativas e territorialmente ajustadas.

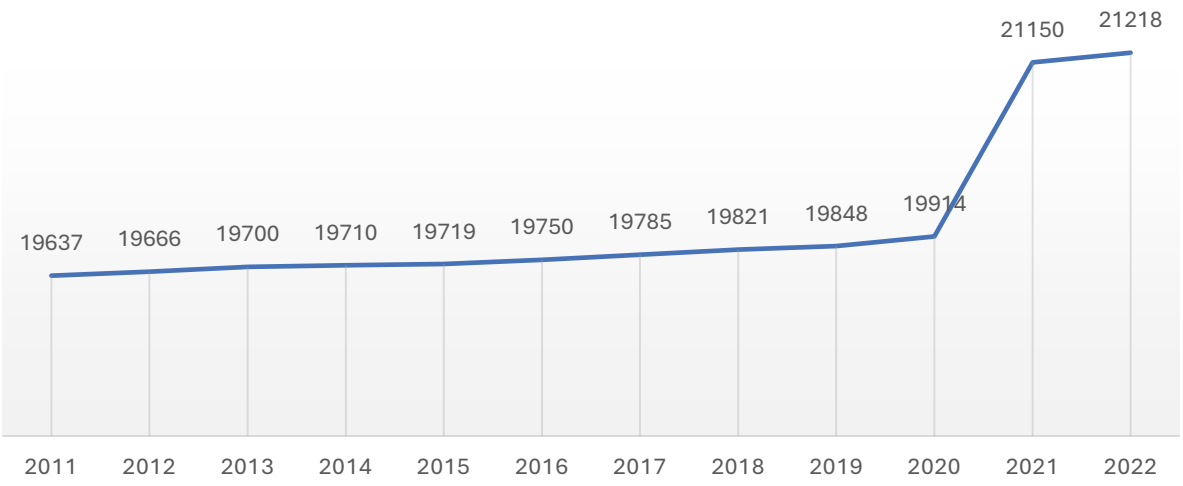
7.1. Parque habitacional

Esta secção dedicada ao parque habitacional de Lagoa procura caracterizar a evolução, composição e condições de uso do edificado residencial no concelho, com base em dados recentes dos censos e estatísticas nacionais. A análise incide sobre o número de alojamentos familiares clássicos, as formas de ocupação habitacional e as dinâmicas associadas ao arrendamento, procurando compreender as transformações ocorridas na última década e os seus impactos no território.

O gráfico 132 apresenta a evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Lagoa entre 2011 e 2022. Durante a maior parte deste período, os valores mantiveram-se relativamente estáveis, com crescimentos muito ligeiros de ano para ano. Entre 2011 e 2020, o parque habitacional aumentou de forma quase impercetível, passando de 19.637 alojamentos em 2011 para apenas 19.914 em 2020, o que revela uma tendência de crescimento moderado, mas constante.

No entanto, entre 2020 e 2021 observa-se uma mudança significativa neste padrão: o número de alojamentos sobe de forma acentuada, atingindo os 21.150. Esta variação representa um acréscimo superior a 1.200 unidades num único ano, contrastando fortemente com a evolução dos anos anteriores. Em 2022, este crescimento abranda ligeiramente, mas mantém-se, atingindo os 21.218 alojamentos.

Gráfico 132 - Alojamentos familiares clássicos (Parque habitacional - N.º) em Lagoa, 2011-2022



Fonte: INE, estatísticas das obras concluídas

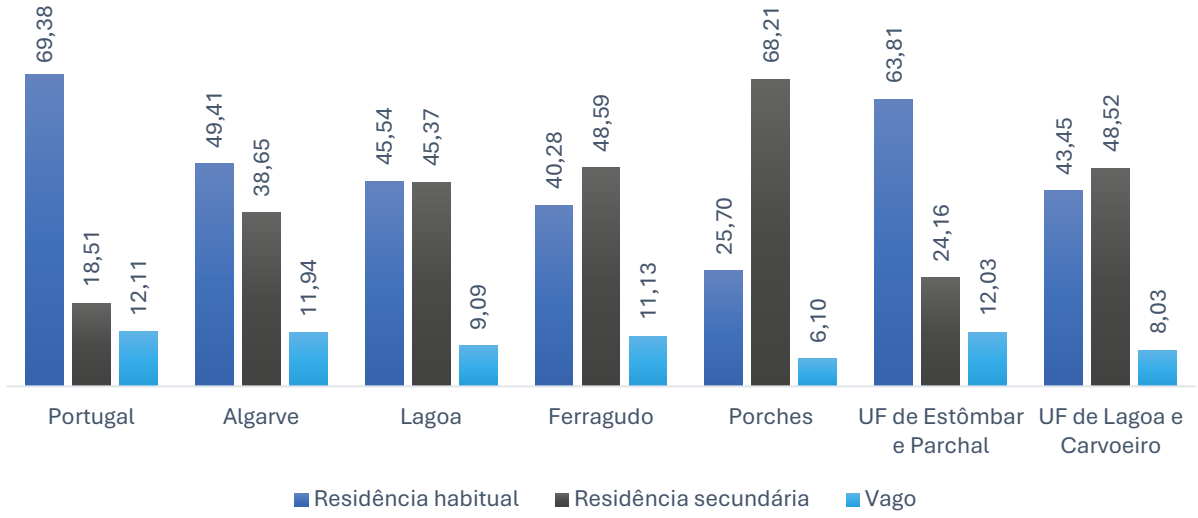
Este salto abrupto entre 2020 e 2021 poderá estar associado a vários fatores, como o registo de novos alojamentos anteriormente não contabilizados, o aumento da construção nova impulsionado por investimentos imobiliários, ou eventuais revisões metodológicas ou administrativas no processo de contagem e registo do parque habitacional. Independentemente da causa, esta inflexão marca uma nova fase na evolução do parque habitacional em Lagoa, com implicações diretas na política de habitação, ordenamento do território e planeamento urbano no concelho.

Em relação às formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (Gráfico 133), observa-se uma predominância clara dos alojamentos afetos a residência habitual à escala nacional, representando 69,38% do total, com menores proporções atribuídas a residências secundárias (18,51%) e a alojamentos vagos (12,11%). Na região do Algarve, a realidade é significativamente distinta: os alojamentos para residência habitual descem para 49,41%, e as residências secundárias assumem uma expressão bastante mais elevada (38,65%), revelando o peso do turismo e da sazonalidade habitacional, com uma percentagem de vagos (11,94%) próxima da média nacional.

No concelho de Lagoa, o padrão aproxima-se do regional, mas com uma particularidade notável: há um equilíbrio quase perfeito entre residências habituais (45,54%) e residências secundárias (45,37%), reforçando o carácter turístico-residencial do território. A percentagem de alojamentos vagos situa-se nos 9,09%, ligeiramente abaixo da média nacional e regional. Ao nível das freguesias, as diferenças tornam-se mais acentuadas. Ferragudo e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro apresentam proporções relativamente equilibradas entre residências habituais e secundárias, com ligeira predominância das segundas. Em Ferragudo, apenas 40,28% dos alojamentos correspondem a residência habitual, enquanto 48,59% são secundárias e 11,13% estão vagos. Na União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, a residência habitual representa 43,45%, com 48,52% afetos a uso secundário e 8,03% vagos.

Em Porches, o padrão é ainda mais distinto: apenas 25,7% dos alojamentos são usados como residência habitual, enquanto 68,21% são de uso secundário. Trata-se da freguesia com maior concentração de residências sazonais, o que sugere forte pressão turística e um perfil demográfico menos estável. A percentagem de alojamentos vagos é a mais baixa de todas as freguesias (6,1%). Por contraste, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal aproxima-se mais da média nacional, com 63,81% de alojamentos afetos a residência habitual, 24,16% a residências secundárias e 12,03% vagos. Esta freguesia apresenta um perfil mais consolidado de ocupação permanente e poderá refletir maior estabilidade habitacional e menos dependência da sazonalidade.

Gráfico 133 - Alojamentos familiares clássicos (%) segundo a Forma de ocupação em Portugal, Algarve, Lagoa e Freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De uma forma geral, os dados mostram um concelho de Lagoa altamente marcado pela sazonalidade, com muitas habitações destinadas a uso temporário, facto particularmente evidente em freguesias como Porches e Ferragudo. Estas dinâmicas colocam desafios importantes à gestão do território, do mercado de habitação e da sustentabilidade das comunidades residentes.

A tabela seguinte mostra a evolução do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, na região do Algarve e no concelho de Lagoa, entre os anos de 2020 e 2024. A nível nacional, observa-se uma tendência de crescimento contínuo e expressivo ao longo do período analisado. Em 2020, foram celebrados 79.878 novos contratos, aumentando sucessivamente até atingir os 98.657 em 2024, o que representa um crescimento acumulado de cerca de 23,5% em cinco anos. Esta evolução indica uma dinâmica positiva no mercado de arrendamento, possivelmente impulsionada por alterações legislativas, procura acrescida de arrendamento face à compra e retoma económica pós-pandemia.

Na região do Algarve, o padrão segue a mesma tendência de crescimento, embora com valores absolutos bastante mais baixos, como seria de esperar devido à dimensão populacional da região. O número de novos contratos passou de 4.684 em 2020 para 5.677 em 2024, num aumento de quase mil contratos. Esta evolução representa um crescimento de cerca de 21,2%, muito próximo do ritmo nacional, sugerindo que o mercado de arrendamento algarvio também recuperou e expandiu,

provavelmente associado à mobilidade interna, à sazonalidade turística e ao aumento da procura habitacional.

No concelho de Lagoa, os números revelam uma trajetória mais irregular e contida. Em 2020, foram celebrados 202 novos contratos, número que desceu ligeiramente em 2021 (193), mas voltou a subir nos dois anos seguintes, atingindo um máximo de 254 em 2023. Contudo, em 2024 observa-se uma quebra para 236 contratos. Esta variação, embora dentro de uma escala reduzida, pode refletir a sensibilidade do mercado local a flutuações económicas, à pressão do turismo sobre o alojamento permanente e à escassez de oferta acessível. O valor de 2024 representa ainda assim um crescimento global de 16,8% face a 2020, embora menos expressivo do que nas escalas nacional e regional.

Tabela 101 - Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (N.º) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2020-2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Portugal	79878	87349	92664	94617	98657
Algarve	4684	5048	5175	5504	5677
Lagoa	202	193	237	254	236

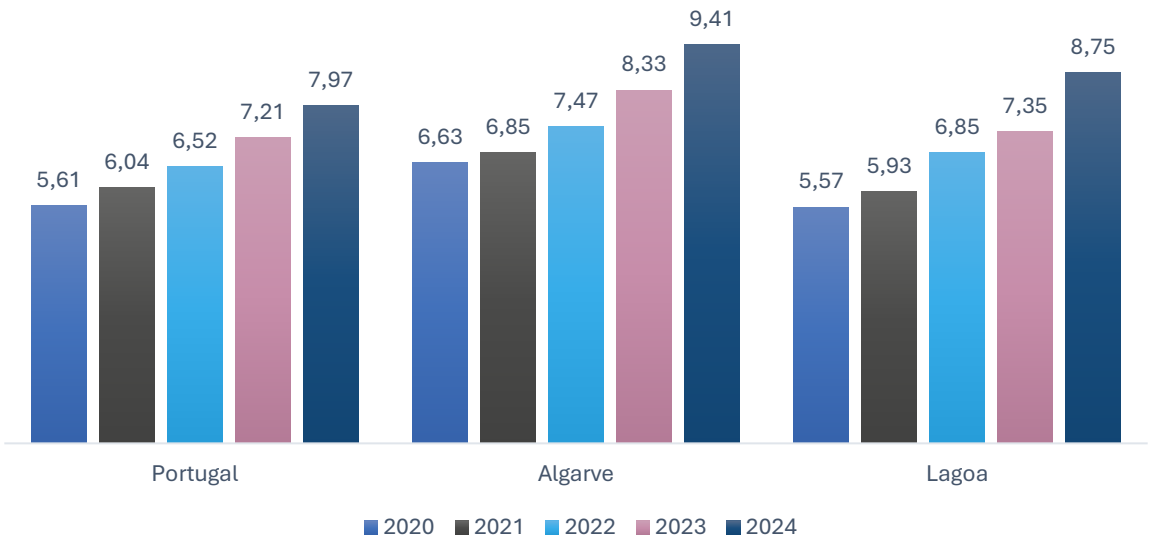
Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

No que concerne à evolução do valor mediano das rendas por metro quadrado (€) em novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares entre 2020 e 2024, verifica-se, a nível nacional, uma tendência de crescimento contínuo ao longo do período em análise (Gráfico 134). Em 2020, o valor mediano situava-se nos 5,61€/m^2 e foi aumentando progressivamente até atingir 7,97€/m^2 em 2024. Este aumento de mais de 2 euros por metro quadrado em cinco anos traduz uma valorização acumulada de cerca de 42%, refletindo a crescente pressão sobre o mercado de arrendamento em Portugal, em particular nas zonas urbanas.

Na região do Algarve, a subida foi ainda mais acentuada. O valor passou de 6,63€/m^2 em 2020 para 9,41€/m^2 em 2024, o que representa uma valorização superior a 42% e uma diferença de mais de 1,4€/m^2 face à média nacional no último ano do período. Esta evolução evidencia a forte procura habitacional na região, impulsionada pelo turismo, pela procura internacional e pela pressão sobre o parque habitacional, com reflexo direto no encarecimento das rendas.

No concelho de Lagoa, os dados acompanham a tendência regional e nacional, embora com particularidades. Em 2020, o valor mediano era de 5,57€/m^2, ligeiramente abaixo da média nacional. A partir de 2021 observa-se um crescimento consistente, atingindo 8,75€/m^2 em 2024. Este aumento de mais de 3 euros por metro quadrado em apenas quatro anos representa uma valorização de aproximadamente 57%, colocando Lagoa acima da média nacional e apenas ligeiramente abaixo da média regional. A escalada dos valores neste concelho é particularmente significativa e poderá estar relacionada com o aumento da pressão turística, a escassez de habitação disponível para arrendamento de longa duração e a crescente procura externa.

Gráfico 134 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) em Portugal, Algarve e Lagoa, 2020-2024



Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Os dados confirmam uma tendência generalizada de subida das rendas no país, mais acentuada no Algarve e em Lagoa, onde o mercado de arrendamento é fortemente condicionado por fatores estruturais e dinâmicas económicas associadas ao turismo e à procura internacional. Estes valores crescentes colocam desafios relevantes em termos de acessibilidade à habitação e de coesão social, particularmente em territórios com forte vocação turística como Lagoa.

7.2. Alojamentos sobrelotados e edifícios com necessidades de reparação

O presente subcapítulo analisa duas dimensões fundamentais da qualidade habitacional no concelho de Lagoa: a sobrelotação dos alojamentos e o estado de conservação dos edifícios. Ambos os indicadores são essenciais para compreender as condições de vida da população e os desafios associados à habitação digna. A sobrelotação habitacional reflete situações em que o número de ocupantes excede a capacidade adequada do alojamento, com implicações na saúde, privacidade e bem-estar das famílias. Por sua vez, a necessidade de reparação dos edifícios aponta para a degradação física do parque edificado e a urgência de intervenções ao nível da reabilitação urbana.

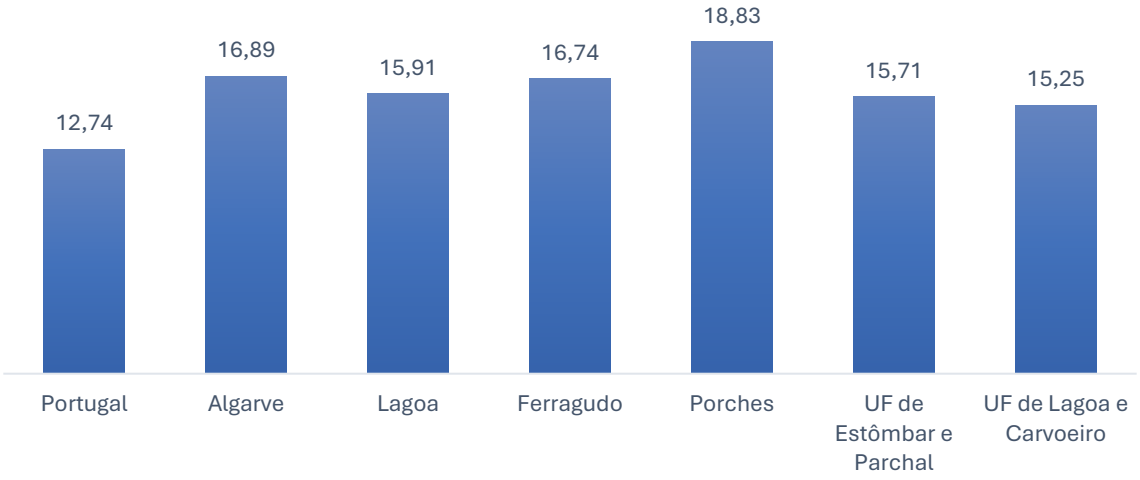
O gráfico 135 apresenta a proporção de alojamentos sobrelotados em 2021. Este indicador é usado para avaliar a qualidade das condições habitacionais e pode estar associado a situações de precariedade, exclusão social e défice de habitação adequada. A nível nacional, a proporção de alojamentos sobrelotados era de 12,74%, enquanto no Algarve, o valor é substancialmente mais elevado, com 16,89%, o que revela uma maior pressão habitacional e possível défice de habitação condigna na região, fenómeno frequentemente associado à sazonalidade laboral e ao elevado custo da habitação. No concelho de Lagoa, a taxa de sobrelotação é também superior à média nacional, situando-se nos 15,91%, embora ligeiramente abaixo da média regional. Este valor confirma a existência de um número significativo de agregados a viver em condições de densidade habitacional elevada.

Ao nível das freguesias, destacam-se diferenças internas relevantes. A freguesia de Porches apresenta o valor mais elevado do concelho, com 18,83% de alojamentos sobrelotados, sendo não só a mais crítica localmente, mas também a que supera todos os valores nacionais e regionais apresentados. Esta realidade pode refletir fenómenos de vulnerabilidade social mais acentuados ou a existência de habitação mais antiga, de menor dimensão, inadequada às necessidades dos agregados residentes.

Ferragudo regista igualmente uma taxa elevada, de 16,74%, próxima da média algarvia. Já a União das Freguesias de Estômbar e Parchal (15,71%) e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (15,25%) apresentam valores próximos da média concelhia, sugerindo uma distribuição relativamente homogénea do fenómeno no território, mas sempre em patamares superiores à média

nacional. Os dados indicam, então, que o concelho de Lagoa enfrenta um problema expressivo de sobrelotação habitacional, com particular incidência em Porches e Ferragudo.

Gráfico 135 – Proporção (%) de alojamentos sobrelotados em Portugal, Algarve, Lagoa e respetivas freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

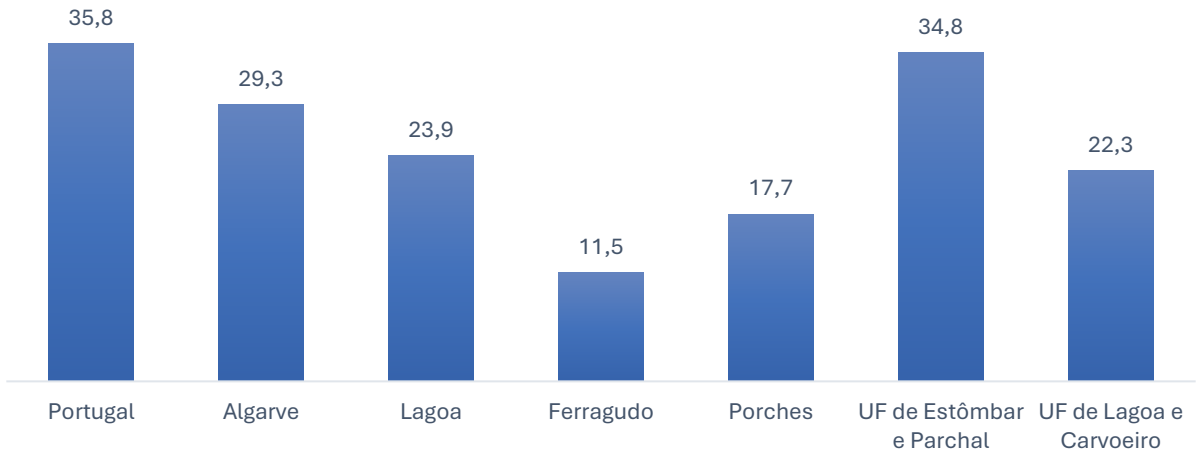
A necessidade de reparação em edifícios, refere-se à percentagem de infraestruturas identificadas com algum nível de degradação física - desde ligeira a acentuada - que requer intervenção ao nível da conservação exterior (fachadas, coberturas, caixilharias ou estruturas), sendo um sinal importante da qualidade do parque edificado e da sustentabilidade habitacional.

Em Portugal, 35,8% dos edifícios apresentavam necessidade de reparação, o que reflete uma realidade estrutural de envelhecimento do edificado e carência de reabilitação urbana em muitos contextos. No Algarve, este valor é inferior, situando-se nos 29,3%, o que pode indicar uma maior renovação do parque habitacional ou menor densidade urbana, embora ainda se trate de uma proporção significativa. O concelho de Lagoa apresenta um valor mais baixo que ambas as escalas supramunicipais, com 23,9% dos edifícios a necessitarem de reparação.

A análise desagregada pelas freguesias do Concelho, demonstra disparidades internas relevantes. A União das Freguesias de Estômbar e Parchal destaca-se negativamente, com 34,8% dos edifícios a necessitarem de reparação, praticamente em linha com a média nacional. Este valor sugere uma maior presença de edificado antigo ou menos intervencionado, refletindo possivelmente dinâmicas socioeconómicas menos favoráveis ou menor atratividade para investimento em reabilitação.

Por contraste, a freguesia de Ferragudo apresenta a proporção mais baixa, com apenas 11,5% dos edifícios identificados com necessidade de reparação, o que pode indicar uma forte renovação urbana, maior investimento em conservação ou presença de construções mais recentes. As restantes freguesias apresentam valores intermédios: Porches com 17,7%, e a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro com 22,3%, ambas abaixo da média regional e nacional. Estes valores, embora não alarmantes, ainda revelam necessidades pontuais de intervenção e manutenção, sobretudo em zonas mais antigas ou de menor valorização imobiliária.

Gráfico 136 - Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) em Portugal, Algarve, Lagoa e respetivas freguesias, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

É de salientar que a análise mostra que Lagoa, no seu conjunto, apresenta um parque edificado em melhores condições do que a média nacional, mas com desigualdades internas relevantes, destacando-se Estômbar e Parchal como área prioritária para políticas de reabilitação urbana e melhoria da qualidade habitacional.

A tabela seguinte apresenta a distribuição dos edifícios no concelho o que permite avaliar o estado de conservação do parque edificado e identificar áreas prioritárias para intervenção ao nível da reabilitação urbana. No total do concelho de Lagoa, existiam 13.558 edifícios. Destes, a maioria - 10.311 - não apresentava qualquer necessidade de reparação, o que representa cerca de 76% do total, sinalizando um parque edificado globalmente em bom estado. Ainda assim, 2.141 edifícios tinham necessidades ligeiras, 714 necessidades médias e 392 necessidades profundas, o que significa que aproximadamente 24% do edificado carecia de algum nível de intervenção.

Analisando por freguesia, a União das Freguesias de Estômbar e Parchal destaca-se por ter o maior número absoluto de edifícios com necessidades de reparação (1.321 no total), sendo também a freguesia com mais edifícios em necessidade profunda (141), o que reforça a leitura de que esta área apresenta um nível mais elevado de vulnerabilidade física no seu parque edificado.

Por outro lado, a União das Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, embora com um total mais elevado de edifícios (6.287), apresenta uma maioria esmagadora em bom estado: 4.882 edifícios sem necessidade de reparação. Ainda assim, contabilizam-se 941 com necessidades ligeiras, 281 com médias e 183 com profundas, valores que, apesar de mais baixos em proporção do que em Estômbar e Parchal, não são negligenciáveis em termos absolutos.

Nas freguesias mais pequenas, os números são menos expressivos, mas reveladores. Em Ferragudo, 1.359 dos 1.536 edifícios não apresentam qualquer necessidade de reparação. Apenas 92 têm necessidades ligeiras, 40 médias e 45 profundas, confirmando um estado de conservação muito satisfatório. Já em Porches, o total de edifícios é de 1.943, dos quais 1.599 estão em bom estado. Os restantes dividem-se por 214 com necessidades ligeiras, 107 com médias e 23 com profundas.

Tabela 102 - Edifícios (N.º) quanto à Dimensão da necessidade de reparação, em Lagoa e Freguesias, 2021

Unidade territorial	Com necessidades ligeiras	Com necessidades médias	Com necessidades profundas	Sem necessidades de reparação	Total
Lagoa	2141	714	392	10311	13558
Ferragudo	92	40	45	1359	1536
Porches	214	107	23	1599	1943
UF de Estômbar e Parchal	894	286	141	2471	3792
UF de Lagoa e Carvoeiro	941	281	183	4882	6287

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os resultados mostram que, embora o parque edificado do concelho de Lagoa seja globalmente sólido, com cerca de três quartos dos edifícios em bom estado de conservação, existem zonas - sobretudo em Estômbar e Parchal - onde as necessidades de intervenção são mais significativas,

quer em termos absolutos quer relativos. Estas áreas deverão constituir prioridades em estratégias municipais de reabilitação urbana e políticas de habitação.

7.3. Setor do Alojamento Local

O setor do Alojamento Local (AL) tem vindo a assumir um papel central nas dinâmicas turísticas e habitacionais dos territórios portugueses, especialmente em regiões com forte vocação turística como o Algarve. O AL representa uma alternativa flexível ao alojamento tradicional, contribuindo para a diversificação da oferta turística, para o aproveitamento do parque habitacional existente e para a dinamização económica local. No entanto, o crescimento deste setor tem também levantado desafios em termos de pressão sobre o mercado de habitação, equilíbrio urbano e sustentabilidade das comunidades residentes.

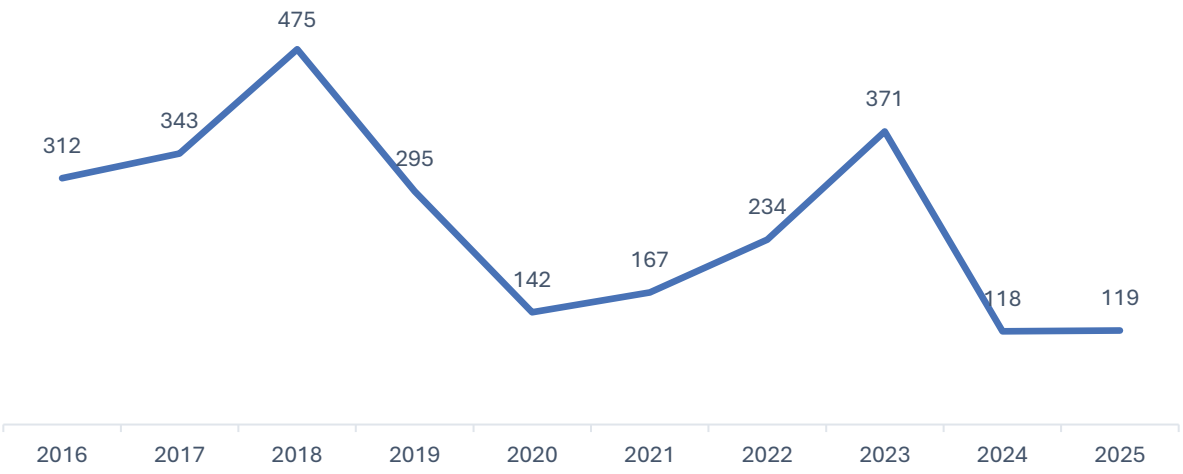
O gráfico 137 ilustra a evolução do número de registos de Alojamento Local no concelho de Lagoa ao longo do período de 2016 a 2025, sendo que os dados relativos a 2025 correspondem ao acumulado até 31 de maio. Estes registos refletem a dinâmica de formalização da oferta de alojamento turístico em contexto local, sendo influenciados por fatores como o crescimento da procura turística, alterações legislativas, conjunturas económicas e políticas municipais de regulação do uso habitacional.

Entre 2016 e 2018 verifica-se um crescimento progressivo e expressivo do número de registos, com os valores a aumentarem de 312 para 343 em 2017 e atingindo um pico de 475 em 2018. Este período corresponde à fase de maior expansão do AL em Portugal, beneficiando de um ambiente regulatório favorável, de elevada atratividade turística e da utilização crescente de plataformas digitais como o Airbnb. A partir de 2019, regista-se uma inversão na tendência, com uma descida para 295 registos, seguindo-se uma quebra ainda mais acentuada em 2020, ano em que se registaram apenas 142 novos alojamentos locais. Esta descida está claramente relacionada com o impacto da pandemia de COVID-19, que provocou uma forte contração na procura turística e incerteza quanto à sustentabilidade do negócio, levando muitos proprietários a adiar ou abandonar a atividade.

Em 2021 e 2022, observa-se uma recuperação gradual, com 167 e 234 registos, respetivamente, sinalizando um retomar progressivo da confiança no setor e a reativação da atividade turística. Esta tendência culmina em 2023, com um novo pico de 371 registos, indicando uma fase de recuperação

forte e renovado dinamismo, possivelmente associada a reestruturações no mercado e à entrada de novos operadores. Contudo, em 2024, o número de registos cai bruscamente para 118, o valor mais baixo desde 2020. Esta descida poderá estar relacionada com novas medidas restritivas impostas a nível nacional ou municipal, nomeadamente em resposta à pressão do AL sobre o acesso à habitação permanente. Em 2025, até ao final de maio, registam-se 119 novos registos, o que sugere uma eventual estabilização da atividade após a forte quebra do ano anterior. Caso esta tendência se mantenha no segundo semestre, 2025 poderá terminar com um valor semelhante ao de 2023 ou ligeiramente inferior, dependendo das condições de mercado e do quadro legal vigente.

Gráfico 137 - Registo de Alojamento Local (N.º) em Lagoa, 2016-2025



Fonte: Registo Nacional de Turismo

A análise mostra a forte sensibilidade do setor de AL às condições externas, alternando entre fases de expansão e contração em resposta a fatores económicos, sanitários e políticos. A evolução mais recente aponta para uma fase de reconfiguração, onde o crescimento é mais moderado e condicionado por uma maior regulação e debate público sobre o impacto do AL no tecido habitacional local.

7.4. Estratégia local de habitação de Lagoa

O tema da habitação tem sido um dos temas fulcrais dos últimos anos. Este é também um tema central em Lagoa, dado que a sua Estratégia Local de Habitação (ELH) foi elaborada em 2021. Esta surgiu em virtude do Programa 1.º Direito (criado em 2018), identificando as carências habitacionais

locais tendo em consideração quatro critérios de "condições indignas", ou seja: precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação e inadequação. Para além destes critérios, os agregados familiares devem apresentar uma "situação de carência financeira" para serem elegíveis, e ainda, ser residentes no território nacional.

O levantamento efetuado verificou a existência de 232 agregados familiares em condições habitacionais indignas, totalizando 668 pessoas. Relativamente à situação indigna mais frequente, reportavam-se 212 famílias (616 pessoas) a viver em insalubridade e insegurança – as situações correspondem a pedidos de habitação no concurso de 2021, famílias com graves carências económicas (apoiadas pelo FES) e que possuem habitação própria, complexos de barracas e habitação social com necessidades de reabilitação onde se inserem a maioria das famílias (168). Seguem-se as situações de precariedade, com 13 famílias nessa situação, sobrelotação com 6 agregados e inadequação com 1 família unipessoal (ou seja, composta por apenas 1 pessoa).

Tabela 103 - Pessoas e famílias quanto ao tipo de situação habitacional indigna (n.º,%) no Concelho de Lagoa

Tipo de Situação Indigna (art.º 5.º DL 37/2028)	Famílias		Pessoas	
	N.º	%	N.º	%
Precariedade	13	5,6	26	3,9
Insalubridade e insegurança	212	91,4	616	92,2
Sobrelotação	6	2,6	25	3,8
Inadequação	1	0,4	1	0,2
Total	232		668	

Fonte: Estratégia Local de Habitação de Lagoa (2021)

De acordo com a programação desenhada ao abrigo do programa, serão executadas até 2026, as seguintes soluções:

- Construção de habitação social: 43 famílias;
- Reabilitação de habitação social: 168 famílias;
- Arrendamento para subarrendamento: 10 famílias;
- Aquisição e reabilitação: 5 famílias;
- Reabilitação para beneficiários diretos: 6 famílias.

Em relação à evolução do parque habitacional municipal de Lagoa entre 2021 e 2023, são apresentados de seguida dados relativos ao número de fogos (habitações), de famílias residentes e

de pessoas efetivamente alojadas (Tabela 104). Os dois principais aglomerados habitacionais em termos de dimensão são o Bairro Municipal de Porches e o Bairro Municipal Jacinto Correia, ambos com número estável de fogos ao longo do triénio: 67 e 65, respetivamente. No entanto, registam-se ligeiras oscilações no número de famílias e pessoas residentes.

Tabela 104 - Parque habitacional de Lagoa

	N.º de fogos			N.º de famílias			N.º de pessoas		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Bairro Municipal de Porches	67	67	67	60	61	61	162	179	181
Bairro Municipal Jacinto Correia	65	65	65	62	61	61	203	198	198
Bairro Municipal Zeca Afonso	15	15	15	14	14	14	38	40	40
Sítio da Passagem	2	2	2	2	2	2	11	11	11
Construção a Custos Controlados – Contratos de Desenvolvimento Habitacional	2	2	2	2	2	2	6	5	6
Marinhas	17	17	17	16	15	15	38	33	33

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Em Porches, verifica-se um ligeiro aumento do número de famílias (de 60 para 61) e um crescimento mais expressivo da população residente (de 162 para 181 pessoas entre 2021 e 2023), sugerindo uma maior ocupação por agregado ou aumento da dimensão das famílias. Já no Bairro Jacinto Correia, o número de famílias manteve-se estável (61 em 2023), com uma ligeira redução da população face a 2021 (de 203 para 198), o que poderá traduzir uma estabilização demográfica ou reestruturações familiares internas.

O Bairro Municipal Zeca Afonso, com 15 fogos, mantém uma ocupação igualmente estável, com 14 famílias residentes e uma população de 40 pessoas em 2023, revelando uma ligeira subida face a 2021. Já nos pequenos núcleos do Sítio da Passagem e a Construção a Custos Controlados, com apenas dois fogos cada, observa-se uma situação estacionária, com dois agregados familiares e população constante de 11 e 6 pessoas, respetivamente, ao longo do período.

O núcleo das Marinhas, com 17 fogos, regista uma ligeira diminuição no número de famílias (de 16 para 15) e uma estabilização do número de pessoas alojadas em 33, após uma quebra em 2022. Esta evolução pode refletir rotatividade no acesso à habitação ou alterações na composição dos agregados.

No que diz respeito à procura de habitação social no concelho de Lagoa, verifica-se que entre 2021 e 2023 houve um crescimento contínuo e significativo da procura. O número de famílias candidatas aumentou de 88 em 2021 para 99 em 2023, o que representa um acréscimo de 12,5% em dois anos. Este aumento é acompanhado por uma subida no número total de pessoas abrangidas, passando de 190 para 228, o que revela uma média de 2,3 a 2,4 pessoas por agregado familiar ao longo do período, valor típico de agregados em contexto de vulnerabilidade social.

A composição etária dos candidatos à habitação social reforça a presença de populações especialmente sensíveis. O número de crianças aumentou de 54 para 66 entre 2021 e 2023, representando quase 29% do total de pessoas em 2023. Estes dados evidenciam a importância da habitação social na proteção de menores e na garantia de estabilidade familiar. Também o número de pessoas idosas em situação de necessidade habitacional aumentou de forma expressiva, passando de 24 para 34, o que representa um crescimento de 41,7%. Este aumento pode refletir fenómenos como o envelhecimento sem rede de suporte, rendimentos insuficientes ou contextos de isolamento.

Relativamente às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, os valores mantêm-se estáveis - entre 10 e 11 casos ao longo dos três anos - o que revela uma presença constante deste grupo entre os requerentes, ainda que com peso relativo inferior.

Tabela 105 - Procura de habitação social em Lagoa

	2021	2022	2023
N.º de famílias	88	91	99
N.º de pessoas	190	216	228
N.º de crianças	54	60	66
N.º de pessoas idosas	24	26	34
N.º de pessoas com deficiência e/ou incapacidade	11	10	11

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Os dados demonstram uma procura crescente de habitação social em Lagoa, tanto em número de agregados como de indivíduos, com destaque para crianças e idosos como grupos particularmente representados. Esta tendência realça a necessidade de reforço das políticas de habitação pública e social, com especial atenção à adequação tipológica das soluções habitacionais às características das famílias e à inclusão de critérios de acessibilidade e acompanhamento social.

7.5. Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para Famílias Carenciadas

Com o objetivo de combater a precariedade habitacional de famílias que vivem em condições socioeconómicas desfavoráveis, muitas vezes agravadas pelo elevado custo das rendas no mercado privado, a Câmara Municipal de Lagoa criou o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para Famílias Carenciadas. Este programa visa melhorar as condições de vida destes agregados familiares, oferecendo-lhes um apoio financeiro que pode assumir duas formas distintas.

Por um lado, o programa pode contemplar a comparticipação no pagamento de rendas em atraso, até ao montante máximo de 1.800,00 € por candidatura. Por outro, pode ser atribuído um subsídio mensal para apoio ao pagamento da renda, durante um período máximo de 24 meses. Em situações devidamente justificadas, esse apoio pode ser renovado, de forma excecional, por mais 12 meses, mediante proposta fundamentada da Unidade de Ação Social.

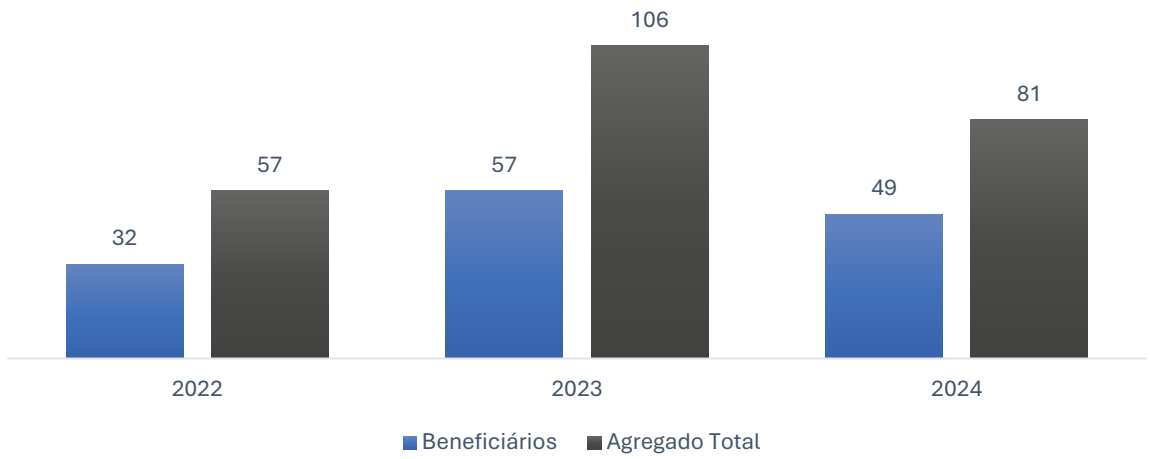
Podem candidatar-se a este programa todos os munícipes que residam permanentemente numa habitação arrendada no mercado privado e que preencham determinados requisitos. É necessário que sejam cidadãos portugueses ou estrangeiros com residência legal em Portugal, com idade superior a 18 anos. À data da candidatura, devem residir no concelho de Lagoa há pelo menos dois anos consecutivos, o que deve ser comprovado por declaração da junta de freguesia respetiva. Não podem ser proprietários, usufrutuários ou arrendatários de outra habitação, nem residir em casa de familiares até ao terceiro grau da linha colateral. Além disso, não podem habitar um imóvel de habitação social ou outro imóvel do município destinado ao mesmo fim, nem estar a beneficiar de outros apoios ao arrendamento.

O rendimento per capita do agregado familiar não pode ultrapassar 80% do salário mínimo nacional. Caso esse limite seja excedido, ainda assim poderá ser considerado elegível se a renda mensal representar mais de 40% do rendimento bruto mensal total do agregado ou da pessoa isolada. Por fim, é exigido que não existam dívidas do candidato ou dos membros do agregado familiar para com o Município de Lagoa.

O gráfico seguinte contém dados referente ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para famílias carenciadas no concelho de Lagoa, no período de 2022 a 2024, distinguindo entre o número

de beneficiários diretos e o agregado total de pessoas abrangidas. Em 2022, foram apoiados 32 beneficiários, correspondendo a um total de 57 indivíduos nos respetivos agregados familiares. Este valor revela desde logo que a maioria dos beneficiários vive em contexto familiar, não se tratando de casos isolados. Por outro lado, no ano seguinte, 2023, verifica-se um aumento significativo tanto no número de beneficiários (57) como no agregado total (106). Este crescimento acentuado sugere um reforço do programa ou um agravamento das condições socioeconómicas que levou mais famílias a recorrer a este apoio. A duplicação do agregado total em relação a 2022 é particularmente expressiva e pode indicar que as famílias apoiadas em 2023 tinham, em média, mais elementos por agregado. Contudo, em 2024, há uma ligeira redução no número de beneficiários para 49, embora o total de pessoas abrangidas pelos agregados continue elevado (81), ainda que inferior ao pico de 2023.

Gráfico 138 - Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para famílias carenciadas em Lagoa, 2022-2024



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

No que diz respeito ao apoio mensal destinado ao pagamento da renda, em 2022 o valor médio do subsídio atribuído situou-se em cerca de 250,00€. Já nos anos de 2023 e 2024, essa média aumentou, fixando-se aproximadamente nos 390,00€.

A análise das medidas complementares de apoio ao acesso à habitação em Lagoa entre 2021 e 2023 revela uma resposta municipal ativa e progressivamente diversificada às dificuldades habitacionais da população. O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento conseguiu abranger 59 famílias em 2021, 40 em 2022 e 49 em 2023. Embora se observe uma quebra entre 2021 e 2022, há uma

recuperação em 2023, ano em que o número de beneficiários atingiu 106 pessoas, demonstrando a importância contínua deste apoio para o acesso e manutenção da habitação.

Tabela 106 - Medidas complementares de apoio ao acesso à habitação (N.º) em Lagoa, 2021-2023

Programa/ Medida	2021			2022			2023		
	N.º de apoios	N.º de famílias	N.º de pessoas	N.º de apoios	N.º de famílias	N.º de pessoas	N.º de apoios	N.º de famílias	N.º de pessoas
Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento	59	59	129	40	40	84	49	49	106
SAAS - pagamento de 1.ª caução e renda	---	---	---	5	3	8	8	8	18
SAAS - pagamento de alojamento de emergência	---	---	---	---	---	---	12	10	19

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

Em 2022, surgem novas respostas através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), nomeadamente o apoio ao pagamento da primeira caução e renda, que beneficiou cinco famílias nesse ano e oito em 2023, representando um total de 18 pessoas nesse último ano. Esta medida reflete uma preocupação crescente com os obstáculos iniciais ao arrendamento, especialmente em contextos de vulnerabilidade económica. Adicionalmente, destaca-se o início, em 2023, do apoio ao alojamento de emergência, com 12 apoios atribuídos nesse ano, beneficiando 19 pessoas. Esta medida assume particular relevância em situações de risco habitacional grave ou perda súbita de alojamento, e evidencia um alargamento da intervenção social para responder a situações críticas de desproteção habitacional.

Síntese da Habitação

(1) O parque habitacional de Lagoa apresenta um crescimento significativo do número de alojamentos entre 2020 e 2022, após um período de relativa estabilidade. Em 2021, menos de metade dos alojamentos eram utilizados como residência habitual, refletindo a forte presença de residências secundárias e de uso turístico, sobretudo em freguesias como Porches e Ferragudo. O número de contratos de arrendamento aumentou até 2023, mas as rendas subiram de forma acentuada, com Lagoa a registar um dos crescimentos mais elevados do país. Estes dados confirmam uma crescente pressão habitacional no concelho, com impacto na acessibilidade à habitação e na sustentabilidade da população residente.

(2) Em 2021, cerca de 16% dos alojamentos em Lagoa estavam sobrelotados, com maior incidência em Porches e Ferragudo, refletindo situações de pressão habitacional. Cerca de 24% dos edifícios apresentavam necessidades de reparação, sendo Estômbar e Parchal a freguesia mais afetada.

(3) Entre 2016 e 2018, o AL em Lagoa registou um crescimento acentuado, seguido de uma quebra a partir de 2019, agravada pela pandemia em 2020. Após uma recuperação até 2023, observou-se nova queda abrupta em 2024, provavelmente devido a mudanças legislativas. Em 2025, os dados parciais apontam para uma estabilização.

(4) A ELH de Lagoa, elaborada em 2021 no âmbito do programa 1.º Direito, identificou 232 agregados familiares (668 pessoas) a viver em condições habitacionais indignas, sobretudo em contextos de insalubridade e insegurança. A estratégia prevê, até 2026, várias soluções habitacionais, como construção e reabilitação de habitação social, subarrendamento e apoio direto à reabilitação.

(5) O parque habitacional municipal apresenta estabilidade em termos de fogos e famílias residentes, com ligeiras variações na ocupação. Observa-se também um aumento contínuo da procura de habitação social entre 2021 e 2023, com destaque para a presença de crianças e pessoas idosas entre os requerentes.

(6) Entre 2021 e 2023, o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento de Lagoa apoiou 148 famílias e 319 pessoas em situação de carência habitacional. O apoio consistiu no pagamento de rendas em atraso e subsídios mensais até 24 meses. Em 2023, foram ainda implementadas medidas complementares, como o apoio ao pagamento de cauções e rendas iniciais, e o alojamento de emergência.

8. Programas e Apoios Sociais Específicos do Município

8.1. Gabinete de Apoio ao Trabalhador

O Gabinete de Apoio ao Trabalhador (GAT) foi criado para responder à necessidade de acompanhamento dos colaboradores municipais, com o objetivo de promover o bem-estar individual e, por consequência, melhorar o funcionamento das equipas de trabalho. Esta estrutura assume também um papel importante na consolidação de uma relação próxima e de confiança entre os funcionários e a entidade empregadora. Em funcionamento desde 1 de outubro de 2019, o GAT oferece atendimentos nas vertentes social e institucional, assegurando o encaminhamento para recursos adequados e/ou o apoio psicológico sempre que necessário. Todo o processo decorre com garantia de confidencialidade relativamente às situações partilhadas pelos trabalhadores.

8.2. Gabinete de apoio social de proximidade

Consciente do contexto delicado que se vive atualmente e atenta ao agravamento das situações de carência económica e fragilidade social da população, a Câmara Municipal de Lagoa criou os GASP - Gabinetes de Apoio Social de Proximidade. Estes gabinetes estão localizados em territórios identificados como prioritários, o que permite reforçar e descentralizar a intervenção social de proximidade, abrangendo todas as freguesias do concelho. O funcionamento dos GASP é assegurado por técnicos de instituições parceiras, em estreita colaboração com a Unidade de Ação Social do Município, proporcionando à população um acesso mais eficaz e direto aos serviços e apoios disponíveis.

Tabela 107 - Localidades onde os GASP estão instalados

Gabinete	Localidade	IPSS
GASP Parchal	Parchal	ACD CHE Lagoense
GASP Ferragudo	Ferragudo	Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo
GASP Carvoeiro	Carvoeiro	Centro de Apoio Social de Carvoeiro
GASP Porches	Porches	Centro de Apoio Social de Porches

GASP Estômbar	Estômbar	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar
GASP Mexilhoeira	Mexilhoeira	ADR – Associação Desportiva e Recreativa – Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro

Os GASP têm como missão prestar um atendimento personalizado e integrado, atuando em diferentes dimensões da ação social. Os seus principais objetivos passam por identificar situações de vulnerabilidade, fazer a mediação entre os cidadãos e os recursos existentes nas diversas entidades e serviços, bem como apoiar o encaminhamento e a implementação de programas e projetos sociais adaptados às necessidades diagnosticadas.

8.3. Gabinete de Apoio à Demência - protocolo com a Associação Alzheimer Portugal

O Município de Lagoa inaugurou um gabinete de apoio destinado a pessoas com demência, no seguimento de um protocolo recentemente estabelecido com a Associação Alzheimer Portugal. Este protocolo tem como finalidade prestar apoio técnico especializado não apenas às pessoas que vivem com demência, mas também a todos aqueles que com elas convivem, sejam cuidadores, familiares, amigos ou profissionais de saúde e apoio social. Paralelamente, visa promover a articulação com as instituições locais, reforçando as competências dos seus profissionais na área das demências e incentivando uma intervenção mais qualificada, integrada e eficaz.

Além do apoio direto, este gabinete pretende também sensibilizar a comunidade de Lagoa para os desafios associados à demência, uma realidade cada vez mais presente e relevante, tanto do ponto de vista social como de saúde pública. No que concerne à análise do perfil dos utentes, entre 2021 e 2023, o GAD sinalizou dois casos em 2023, após dois anos sem registos. Simultaneamente, verificou-se uma oscilação no número de cuidadores informais acompanhados, com um aumento expressivo em 2023.

Tabela 108 - Perfil dos utentes (N.º) do GAD de Lagoa, 2021-2023

Perfil dos utentes	2021	2022	2023
Pessoas com demência / queixas de memória	0	0	2
Cuidadores informais / familiares	26	19	38

Fonte: Gabinete de Apoio na Demência de Lagoa

Entre 2021 e 2023, os serviços prestados pelo GAD registaram um crescimento significativo, com um aumento constante do número de atendimentos, demonstrando uma procura crescente e uma resposta cada vez mais ativa. Apesar da oscilação nos serviços de psicologia, verifica-se um aumento das visitas domiciliárias, o que demonstra uma aposta clara na proximidade e no acompanhamento personalizado de utentes em situação de maior vulnerabilidade. No geral, observa-se um reforço da acessibilidade e do apoio direto a pessoas com demência e seus cuidadores.

Tabela 109 - Apoio / serviços (N.º) prestados do GAD de Lagoa, 2021-2023

Apoio / serviços prestados	2021	2022	2023
Atendimentos	50	105	123
Serviços de Psicologia	3	9	3
Visitas domiciliárias	0	1	3

Fonte: Gabinete de Apoio na Demência de Lagoa

Nota: Em 2023 a técnica esteve ausente em licença de maternidade por 6 meses

8.4. FES - Fundo de Emergência Social

O Fundo de Emergência Social é uma medida de apoio promovida pela Câmara Municipal de Lagoa, em estreita colaboração com as Instituições Particulares de Solidariedade Social com intervenção no concelho conforme estipulado no Regulamento n.º 767/2024 - altera e republica o Regulamento para a Atribuição de Apoios Sociais a Famílias Carenciadas do Concelho de Lagoa (Algarve) — Fundo de Emergência Social. Esta iniciativa visa prestar auxílio a indivíduos e famílias que se encontrem a enfrentar situações de carência económica emergente e pontual, nomeadamente no que respeita a despesas com alimentação, saúde ou pagamentos relacionados com o consumo doméstico de eletricidade e gás.

Este apoio destina-se a munícipes com idade igual ou superior a 18 anos, sejam cidadãos nacionais ou estrangeiros com permanência legal em território português. Os beneficiários devem residir no concelho de Lagoa e estar recenseados numa das suas freguesias, sendo admitidas exceções apenas quando devidamente justificadas e analisadas caso a caso. Para além disso, é exigido que a situação de carência económica esteja devidamente comprovada, designadamente quando o rendimento per capita do agregado familiar não ultrapasse o valor da Pensão Social estabelecida no regime não contributivo em vigor.

Em relação ao número de apoios atribuídos pelo Município de Lagoa através do FES, verifica-se que em 2021 foram concedidos 6.564 apoios, valor que se manteve praticamente inalterado em 2022, com 6.589 apoios. No entanto, em 2023 observa-se uma redução acentuada, com o número de apoios a descer para 5.660.

Tabela 110 – N.º de apoios (N.º) disponibilizados pelo Município de Lagoa através do FES, 2021-2023

N.º de apoios atribuídos	2021	2022	2023
	6564	6589	5660

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

A análise da distribuição por tipo de apoio concedido pelo FES, revela uma forte concentração no apoio alimentar, que registou um crescimento exponencial em 2023. Enquanto em 2021 e 2022 foram atribuídos, respetivamente, 749 e 555 apoios nesta categoria, em 2023 esse número aumentou drasticamente para 4.848 apoios, abrangendo 209 famílias, o que evidencia uma resposta intensificada face a necessidades alimentares crescentes da população.

Outros tipos de apoio, como os destinados ao pagamento de gás e eletricidade, mantêm-se com valores relativamente estáveis ao longo dos três anos, com ligeiras variações que indicam uma continuidade na assistência ao pagamento de serviços básicos. Em 2023, foram concedidos 168 apoios para gás e 118 para eletricidade, abrangendo 91 e 71 famílias, respetivamente.

Apoios mais específicos, como os relativos a execução fiscal de água, ajudas técnicas (próteses auditivas, visuais e dentárias), e medicação, mantêm-se presentes nos três anos analisados. O apoio à medicação destaca-se pela sua consistência, com valores acima dos 360 apoios por ano e um ligeiro aumento para 378 em 2023, cobrindo 126 famílias - sublinhando a importância deste apoio na continuidade terapêutica de utentes vulneráveis.

Em menor escala, os apoios a exames complementares de diagnóstico, transporte para consultas e consultas de especialidade registaram números baixos, mas constantes, indicando que, embora menos frequentes, são respostas direcionadas a necessidades clínicas específicas.

Tabela 111 - Distribuição por tipo de apoio (N.º) pelo Município de Lagoa através do FES, 2021-2023

Tipo de Apoio	N.º de apoios			N.º de famílias abrangidas		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Apoio alimentar	749	555	4848	-	-	209
Gás	206	156	168	-	-	91
Eletricidade	225	145	118	-	-	71
Execução fiscal de água	7	11	9	-	-	7
Ajudas técnicas: próteses auditivas, visuais e dentárias	55	38	42	-	-	40
Medicação	364	364	378	-	-	126
Exames complementares de diagnóstico	10	5	12	-	-	7
Transporte para consultas	8	6	7	-	-	4
Consultas de especialidade	18	7	11	-	-	11

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

8.5. Bolsas de estudo

O Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (cuja informação pode ser encontrada no Regulamento n.º 768/2024 - aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior e Declaração de Retificação n.º 694/2024/2 - retifica o Regulamento n.º 768/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 18 de julho de 2024) consiste num apoio financeiro individual, com uma duração de 10 meses correspondente ao ano letivo. Este subsídio pode acumular com outras bolsas ou apoios semelhantes que o/a estudante já receba, como, por exemplo, os concedidos pela instituição de ensino superior que frequenta. O objetivo principal é ajudar jovens provenientes de famílias com dificuldades económicas a prosseguirem os seus estudos académicos. Todos os anos, a Câmara Municipal de Lagoa abre um concurso público destinado à atribuição destas bolsas a estudantes do ensino superior que ainda não tenham concluído uma licenciatura.

Podem candidatar-se a este programa todos os estudantes que provem estar numa situação económica desfavorável que possa comprometer o início ou a continuação dos seus estudos. É ainda necessário que residam no concelho de Lagoa há mais de três anos, mesmo que tenham saído temporariamente para frequentar o curso. Outro critério essencial é a demonstração de aproveitamento escolar no último ano letivo frequentado, traduzido na transição de ano ou de ciclo de estudos. Podem concorrer estudantes de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, desde que a sua permanência em território português esteja legalizada. Por fim, os candidatos não podem já possuir o grau académico correspondente ao curso em que estão inscritos, mesmo que tenham formação noutra área.

Em 2021 e 2023 foram atribuídas 13 bolsas de estudo, abrangendo o mesmo número de famílias em cada ano. Em 2022, observou-se um ligeiro aumento, com a concessão de 15 bolsas, refletindo um esforço pontual de alargamento do apoio.

Tabela 112 - Atribuição de Bolsas de Estudo (N.º) a Estudantes do Ensino Superior, 2021-2023

Ano	N.º de apoios atribuídos	N.º de famílias abrangidas
2021	13	13
2022	15	15
2023	13	13

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa

8.6. Programa de Incentivo à Natalidade

O Programa Municipal de Incentivo à Natalidade (Aviso n.º 5748/2019 faz a alteração ao Regulamento de Atribuição de Incentivo à Natalidade Regulamento n.º 640/2016 aprovado a 6 de junho de 2016) é uma iniciativa da Câmara Municipal de Lagoa que visa promover o aumento da natalidade e melhorar as condições de vida das famílias residentes no concelho. Funciona como um apoio económico e social às famílias, independentemente da sua situação socioeconómica, reforçando o papel da família na sociedade. Este apoio materializa-se através da atribuição de um subsídio de 2.000 euros por nascimento, dividido em duas componentes: um pagamento inicial de 250 euros e um reembolso de até 1.750 euros em despesas realizadas no concelho durante os dois primeiros anos de vida da criança, com bens e serviços essenciais ao seu desenvolvimento.

Adicionalmente, o Município pode comparticipar financeiramente tratamentos de fertilidade ou fertilização in vitro, mediante comprovação médica de necessidade. São consideradas despesas elegíveis: creche, consultas médicas, medicamentos, tratamentos, vacinas fora do Plano Nacional de Vacinação, produtos de higiene, puericultura, mobiliário, vestuário, calçado, alimentação e material escolar, desde que adquiridos no concelho.

Podem candidatar-se os munícipes cujos bebés tenham até 6 meses de vida, desde que a criança esteja registada como natural de Lagoa e resida com o(s) requerente(s) no concelho, o(s) requerente(s) residam em Lagoa há mais de dois anos contínuos e estejam recenseados há mais de um ano antes do nascimento e, não existam dívidas ao Município por parte do(s) requerente(s).

Entre 2021 e 2023, o número de apoios atribuídos através desta medida social revelou uma tendência global de estabilidade, com uma ligeira quebra em 2022 (Tabela 113). Em 2021, foram concedidos 113 apoios, número que desceu para 95 em 2022 e voltou a subir para 116 em 2023. Esta evolução demonstra uma manutenção do interesse das famílias pelo programa, apesar da ligeira flutuação a meio do período.

Contudo, quando se compara o número de apoios atribuídos com os nados-vivos registados no concelho - 224 em 2021, 191 em 2022 e 216 em 2023 - verifica-se que a cobertura do programa representa menos de metade do total de nascimentos em cada um dos anos. Em termos percentuais, os apoios abrangeram cerca de 50,4% dos nados-vivos em 2021, 49,7% em 2022 e 53,7% em 2023. Esta análise revela que, embora o programa tenha mantido níveis relativamente constantes de atribuição de apoios, existe uma fatia significativa das famílias com recém-nascidos que não beneficiou desta medida.

Tabela 113 - Dados do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, 2021-2023

Anos	Nados-Vivos	N.º de apoios atribuídos	N.º de famílias abrangidas	N.º de crianças abrangidas
2021	224	113	113	113
2022	191	95	94	95
2023	216	116	116	116

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa e INE - Estimativas anuais da população residente

As razões para esta discrepância poderão estar relacionadas com falta de conhecimento sobre o programa, ou até questões burocráticas que possam dificultar o acesso. Ainda assim, a ligeira

subida em 2023, quer no número absoluto de apoios, quer na proporção face aos nados-vivos, pode indicar uma melhoria na divulgação ou na acessibilidade do programa.

8.7. Protocolo com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

A Câmara Municipal de Lagoa estabeleceu um protocolo de colaboração com a DECO – Delegação Regional do Algarve, através do qual passou a disponibilizar atendimento presencial nas instalações da Unidade de Ação Social do Município. Este serviço realiza-se na primeira quarta-feira de cada mês, entre as 9h00 e as 12h30, mediante marcação prévia. A iniciativa teve início a 4 de novembro de 2015.

O principal objetivo deste protocolo é prestar apoio a munícipes em situação de sobre-endividamento. Nestes casos, os cidadãos são encaminhados para atendimento pela Unidade de Ação Social, sendo possível qualquer pessoa nessa situação agendar uma consulta diretamente junto desta unidade. Para além do apoio direto a consumidores sobre-endividados, este protocolo contempla ainda a dinamização de projetos junto da comunidade e das escolas, no âmbito do Gabinete de Novas Iniciativas e Formação.

Adicionalmente, estão previstas sessões de esclarecimento e workshops destinados tanto a consumidores economicamente vulneráveis como a técnicos que integram a rede social do concelho. Com esta parceria, o Município de Lagoa procura aproximar os serviços da população, facilitando o acesso a informação e apoio especializado no domínio da educação financeira e da gestão do endividamento, de forma discreta e acessível.

8.8. Protocolo com os Amigos dos Pequeninos de Silves

A Instituição Particular de Solidariedade Social Amigos dos Pequeninos, sediada em Silves, desenvolve a sua atividade no domínio da proteção à infância, em conformidade com a sua missão institucional. Entre as suas principais valências destacam-se a creche, o jardim de infância e outras formas de apoio destinadas a crianças e jovens. No âmbito da resposta social de Intervenção Precoce na Infância, na área da saúde, a instituição presta acompanhamento direto a um grupo de

32 crianças residentes no concelho de Lagoa, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e bem-estar (a informação detalhada consta no capítulo 4.2). No entanto, este valor representa uma média mensal, não sendo um reflexo efetivo do apoio prestado por esta instituição.

Este protocolo surgiu como forma de colmatar uma necessidade existente no concelho, ou seja, uma resposta social para intervenção precoce na infância. Apesar de esta entidade se localizar no concelho de Silves, desde 2020, passou a receber crianças do concelho de Lagoa.

A instituição desenvolveu recentemente um projeto de enorme valor, nomeadamente a Clínica Vitality Health & Family Care, um espaço dedicado à saúde e bem-estar, de modo diferenciado e integral, com várias valências: pedopsiquiatria, psiquiatria, medicina geral e familiar, pediatria, terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, neurodesenvolvimento pediátrico, osteopatia, fisioterapia, pilates clínico e nutrição. Os serviços podem ser acedidos em Silves e Porches (Lagoa).

8.9. Protocolo com a AEDMADA (Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve) – Apoio diabético

No âmbito do Projeto de Apoio ao Diabético do Algarve, a Câmara Municipal de Lagoa celebrou um protocolo de colaboração com a AEDMADA – Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve, reconhecendo a diabetes como uma doença crónica que exige um acompanhamento médico contínuo e regular por parte de todos os doentes.

Com este acordo, e contando com o apoio financeiro do Município, a AEDMADA compromete-se a prestar cuidados de diagnóstico e seguimento clínico a pessoas com diabetes residentes no concelho, dando especial atenção a crianças e pessoas idosas. Para facilitar o acesso às consultas, a autarquia assegura também o transporte dos utentes até às unidades de saúde onde o acompanhamento é realizado.

8.10. Gabinete de Apoio à Pessoa Reclusa - Protocolo do Município com a Associação "O Companheiro"

A Câmara Municipal de Lagoa estabeleceu um protocolo de cooperação técnica com a Associação O Companheiro, com o objetivo de dar resposta aos numerosos pedidos relacionados com situações de exclusão social que afetam pessoas reclusas, ex-reclusas e os seus familiares.

A Associação O Companheiro, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), dedica-se à promoção da inclusão pessoal, social, laboral e cultural de indivíduos em situação de exclusão. A sua ação centra-se no apoio a reclusos, ex-reclusos e respetivas famílias, incentivando-os a retomar percursos de integração psicossocial e contribuindo, de forma direta ou indireta, para a sua reinserção na sociedade. Paralelamente, a associação promove iniciativas de desenvolvimento social local, com o intuito de tornar mais eficazes os esforços na luta contra a exclusão social e otimizar os recursos disponíveis.

Desde maio de 2017, o Gabinete Sul da Associação O Companheiro funciona nas instalações da Unidade de Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa, colaborando estreitamente com as restantes respostas sociais municipais, num trabalho articulado e complementar.

Em 2021, foram acompanhadas 40 pessoas, número que desceu para 36 em 2022. Em ambos os anos, o número de pessoas isoladas manteve-se em 1, o que indica uma presença marginal, mas constante, de situações de maior vulnerabilidade social. Quanto à distribuição por género, verifica-se um predomínio expressivo de homens: em 2021, 37 dos 40 utentes eram do sexo masculino e apenas 3 do sexo feminino; em 2022, esta tendência manteve-se com 34 homens e apenas 2 mulheres entre os 36 utentes.

Tabela 114 - Perfil dos/as utentes (N.º) acompanhados/as pela Associação O Companheiro, 2021 e 2022

Ano	N.º de famílias	N.º de utentes	F	M	N.º de pessoas isoladas
2021	40	40	3	37	1
2022	-	36	2	34	1

Fonte: CLAIM Lagoa

9. Respostas e Equipamentos Sociais

O Município de Lagoa dispõe atualmente de uma rede de serviços e equipamentos sociais que dão resposta e um elevado número de pessoas. Estas são tradicionalmente mais direcionadas para os grupos mais vulneráveis da sociedade, revelando-se essenciais para combater situações de pobreza, promover a inclusão social e a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Em virtude da Portaria nº66/2021 de 17 de março, que estipula a criação das cartas sociais municipais que surge no âmbito da transferência de competências para os municípios tal como referido nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, as respostas e equipamentos sociais serão alvo de uma análise detalhada na Carta Social Municipal de Lagoa.

No entanto, dada a sua importância, incorporam-se no diagnóstico os quadros-resumo que fazem referência à capacidade instalada localmente.

9.1. Infância e Juventude

Verifica-se uma rede consolidada de respostas sociais dirigidas à infância e juventude, que abrange creches, estabelecimentos de ensino pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL). Existem 7 equipamentos com resposta na valência de creche, com capacidade para 505 crianças até aos 3 anos, e uma taxa de ocupação muito elevada (489 utentes). O pré-escolar conta com 15 equipamentos, distribuídos por entidades do setor social, público e uma privada, abrangendo 840 crianças num total de 881 lugares disponíveis. Os CATL, por sua vez, dispõem de dois equipamentos, com capacidade para 232 crianças, acolhendo 166 utentes.

Tabela 115 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a crianças e jovens no Concelho de Lagoa, 2025

Freguesia (Localidade)	Tipo de Resposta	Equipamento	Instituição	Capacidade	N.º Atual de Utentes	Acordo SS (n.º)	Taxa de Utilização (%)
UF Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Creche	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	120	106	106	88.3

UF Lagoa e Carvoeiro (Carvoeiro)	Creche	Creche "A Escolinha"	Centro de Apoio Social de Carvoeiro	49	49	49	100.0
UF e Estômbar e Parchal (Mexilhoeira da Carregação)	Creche	Centro Paroquial de Estômbar - Creche e Pré-escolar	Centro Paroquial de Estômbar	58	56	58	96.6
UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	Creche	Creche e Jardim de Infância Ché Bebé	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	125	125	57	100.0
UF e Estômbar e Parchal (Mexilhoeira da Carregação)	Creche	Escolinha d'ADR	ADR - Associação desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	60	60	60	100.0
Ferragudo (Ferragudo)	Creche	Creche "O Moinho"	Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	68	66		100.0
Porches (Porches)	Creche	Centro de Apoio Social de Porches	Centro de Apoio Social de Porches	27	27	27	100.0
UF Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Pré-escolar	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	176	157	176	86.0
UF e Estômbar e Parchal (Mexilhoeira da Carregação)	Pré-escolar	Centro Paroquial de Estômbar - Creche e Pré-escolar	Centro Paroquial de Estômbar	50	45	45	90.0
UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	Pré-escolar	Creche e Jardim de Infância Ché Bebé	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	95	95	0	100.0
UF e Estômbar e Parchal	Pré-escolar	Escolinha d'ADR	ADR - Associação desportiva e	25	25	0	100.0

(Mexilhoeira da Carregação)			Recreativa - Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro				
UF Lagoa e Carvoeiro (Carvoeiro)	Pré-escolar	Creche "A Escolinha"	Centro de Apoio Social de Carvoeiro	50	46	0	92.0
Porches (Porches)	Pré-escolar	Centro de Apoio Social de Porches	Centro de Apoio Social de Porches	20	20	0	100.0
UF Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Pré-escolar	Nobel International School Algarve[12]	ECUBAL, SA	65	65	n.a.	100.0
UF e Estômbar e Parchal (Estômbar)	Pré-escolar	JI de Estômbar	Agrupamento de Escolas Rio Arade	25	25	n.a.	100.0
UF e Estômbar e Parchal (Mexilhoeira da Carregação)	Pré-escolar	EB de Mexilhoeira da Carregação	Agrupamento de Escolas Rio Arade	50	45	n.a.	90.0
UF Lagoa e Carvoeiro (Carvoeiro)	Pré-escolar	JI de Carvoeiro	Escolas Padre António Martins de Oliveira	25	25	n.a.	100.0
Porches (Porches)	Pré-escolar	EB de Porches	Escolas Padre António Martins de Oliveira	25	25	n.a.	100.0
UF Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Pré-escolar	JI de Lagoa	Escolas Padre António Martins de Oliveira	125	122	n.a.	97.6
UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	Pré-escolar	JI nº 2 do Parchal	Agrupamento de Escolas Rio Arade	25	25	n.a.	100.0
Ferragudo (Ferragudo)	Pré-escolar	EB de Ferragudo	Agrupamento de Escolas Rio Arade	100	100	n.a.	100.0

[12] É a única entidade privada do setor lucrativo

UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	Pré-escolar	EB do Parchal	Agrupamento de Escolas Rio Arade	25	20		80.0
UF Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	CATL	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	120	54	85	45
UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	CATL	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	184	184	50	100

Fonte: Carta Social e Entidades

Complementarmente, outras iniciativas de apoio à infância e juventude incluem o prolongamento de horário, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e programas de férias desportivas, assegurando respostas mais flexíveis e ajustadas às necessidades das famílias. Estes dados confirmam um investimento consistente na oferta educativa e social de base, com elevada taxa de utilização e cobertura territorial, sendo essenciais para a conciliação entre vida familiar e profissional e para a promoção do bem-estar infantil no concelho.

Tabela 116 - Outros serviços dirigidos a crianças e jovens no Concelho de Lagoa, 2025

Instituição	Resposta	Equipamento Afeto à resposta Social	Local de intervenção	População-alvo	Número de utentes	Capacidade máxima
Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	AAAF	Sede Social (1 sala)	Mexilhoeira da Carregação	Crianças	24	24
Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Férias Desportivas	Escola Básica da Mexilhoeira da Carregação	Mexilhoeira de Carregação	Crianças	Por definir	200
Centro de Apoio Social de Porches	AAAF - Prolongamento Horário (CML)		Porches	3-6 anos	14	25
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Prolongamento do Pré-Escolar	Sede	Parchal, Lagoa	Crianças dos 03 anos aos 06 anos	102	105

Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Atelier de 2º e 3º ciclos	Sede	Parchal, Lagoa	Crianças dos 10 anos aos 15 anos	35	35
Centro Popular de Lagoa	AAAF (protocolado com o Município de Lagoa e o AEPAMOL)	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Lagoa	Crianças	75	75

Fonte: Carta Social e Entidades

9.2. População adulta

Pessoas idosas

Atualmente, o concelho de Lagoa dispõe de uma rede diversificada de respostas sociais para a população idosa. Existem três centros de convívio, com uma taxa de ocupação de 100%. As respostas de centro de dia contam com três equipamentos e uma taxa de utilização média de cerca de 48%, o que indica uma margem para reforço da adesão ou adaptação da oferta.

As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) totalizam quatro equipamentos, todos com taxas de ocupação elevadas, algumas superiores à capacidade formal, sinalizando elevada procura e eventual pressão sobre os serviços. Os Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) estão também disponíveis em quatro equipamentos, com taxas de utilização muito distintas, desde 26,7% até 100%, refletindo disparidades na cobertura e adesão local.

Tabela 117 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a pessoas idosas no Concelho de Lagoa, 2025

Freguesia (Localidade)	Tipo de Resposta	Equipamento	Instituição	Capacidade	N.º Atual de Utentes	Acordo SS (n.º)	Taxa de Utilização (%)
UF e Estômbar e Parchal (Parchal)	Centro de Convívio	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	90	90	30	100
UF de Lagoa e Carvoeiro (Carvoeiro)	Centro de Convívio	Centro Sénior de Carvoeiro	Freguesia de Lagoa e Carvoeiro	15	15		100

UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Centro de Convívio	Centro Sénior de Lagoa	Freguesia de Lagoa e Carvoeiro	27	27		100
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Centro de Dia	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	80	31	31	38.8
Ferragudo (Ferragudo)	Centro de Dia	Centro de Dia e SAD do Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	40	18	14	45.0
UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	30	18	24	60.0
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	ERPI	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	77	77	77	100.0
Porches (Porches)	ERPI	Centro de Apoio Social de Porches	Centro de Apoio Social de Porches	25	25	12	125.0
Ferragudo (Ferragudo)	ERPI	ERPI Lar de S. José	Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	45	45	36	100.0
UF de Estômbar e Parchal (Parchal)	ERPI	Diensino Educação e Lares de Idosos[13]	Diensino Educação e Lares de Idosos	10	10	n.a.	100.0
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	SAD	Equipamento Social do Centro Popular de Lagoa	Centro Popular de Lagoa	25	25	25	100.0
Ferragudo (Ferragudo)	SAD	Centro de Dia e SAD do Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	40	17	14	40.0

[13] Entidade privada-setor lucrativo

UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	SAD	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	50	42	33	84.0
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	SAD	Serenicare - Apoio Domiciliário[14]	Amizades Inabaláveis Lda.	30	8	n.a.	26.7

Fonte: Carta Social e Entidades

Associação Academia Cultural Sénior de Lagoa

Relativamente à população sénior do concelho destacam-se as atividades organizadas no âmbito da Universidade Sénior, de responsabilidade da Associação Academia Cultural Sénior de Lagoa, sediada no "Pátio das Gerações". Estas atividades são sobretudo de carácter cultural, com a finalidade de preservar, difundir e valorizar a cultura e a identidade de Lagoa, através de uma programação cultural estruturada e de qualidade desenvolvida ao longo do ano, dando especial atenção à educação, formação e captação de públicos. O Município de Lagoa, apoia e comparticipa algumas atividades, através de meios adequados nomeadamente disponibilizando também um colaborador para apoio administrativo na respetiva Academia.

Pessoas em situação de dependência

No apoio à população dependente, destaca-se uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) com ocupação total, a Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) com capacidade para 25 utentes e a Equipa Comunitária de Suporte a Cuidados Paliativos (ECSCP) que acompanha atualmente 20 utentes.

Tabela 118 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida a pessoas em situação de dependência, 2025

Freguesia (Localidade)	Tipo de Resposta	Equipamento	Instituição	Capacidade	N.º Atual de Utentes	Acordo SS (n.º)	Taxa de Utilização (%)
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	ECCI	UCC D'Alagoa (CS Lagoa)	ULS do Algarve, E.P.E.	25	Sem dados	n.a.	-

[14] Entidade privada-setor lucrativo

UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	ECSCP	Centro de Saúde Lagoa	ULS do Algarve, E.P.E.	Sem limite de capacidade	20	n.a.	-
UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	ULDM	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	32	32	32	100

Fonte: Carta Social e Entidades

9.3. Família e Comunidade

No que concerne às respostas sociais dirigidas à família e comunidade, verifica-se um enfoque no apoio alimentar e no acompanhamento social. Destacam-se as valências de cantinas sociais e de ajuda alimentar, dinamizadas por entidades como a Santa Casa da Misericórdia de Estômbar e a Freguesia de Lagoa e Carvoeiro, abrangendo beneficiários através da distribuição de cabazes, cartões sociais e refeições confecionadas.

A rede inclui ainda iniciativas integradas nos programas Privação Material (PESSOAS 2030, financiado pelo FSE+) e do Fundo de Emergência Social (FES), que reforçam a capacidade de resposta a situações de carência económica. No seu conjunto, estas ofertas demonstram uma articulação territorializada entre entidades públicas e do setor solidário, essencial para garantir apoio de proximidade, combater a pobreza e promover a inclusão social das famílias mais vulneráveis no concelho.

No âmbito do FES, estabeleceu-se uma parceria entre o Município de Lagoa e as Instituições Particulares de Solidariedade Social com respostas sociais no concelho, com o intuito de apoiar indivíduos e famílias que se encontrem em situação de carência e necessitem de apoios com a alimentação, despesas de saúde e pagamentos de dívidas relacionadas com o consumo de eletricidade e gás.

Como falado anteriormente, salientam-se os Gabinetes de Apoio Social de Proximidade (GASP) dinamizados por entidades como o Centro de Apoio Social de Carvoeiro, a Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, ACD Che Lagoense, Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo, Centro de Apoio Social de Porches, Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, ADR-CCS da Quinta de S. Pedro, com a finalidade de mitigar situações de carência económica.

Tabela 119 - Listagem de equipamentos por tipo de resposta social dirigida à família e comunidade no Concelho de Lagoa, 2025

Freguesia (Localidade)	Equipamento	Tipo de Resposta	Instituição	N.º atual de utentes
UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Cantina Social	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	12
UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Ajuda Alimentar/ PRIVAÇÃO MATERIAL	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	15 cabazes e 91 cartões sociais
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Ação Social da Freguesia de Lagoa e Carvoeiro - ESPAÇODER	Ajuda Alimentar/ PRIVAÇÃO MATERIAL	Freguesia de Lagoa e Carvoeiro	59
UF de Estômbar e Parchal (Estômbar)	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Ajuda Alimentar a Carenciados	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	10
UF de Lagoa e Carvoeiro (Lagoa)	Ação Social da Freguesia de Lagoa e Carvoeiro - ESPAÇODER	Ajuda Alimentar a Carenciados	Freguesia de Lagoa e Carvoeiro	59
UF de Lagoa e Carvoeiro; UF de Estômbar e Parchal UF de Lagoa e Carvoeiro	Centro de Apoio Social de Carvoeiro; Santa Casa da Misericórdia de Estômbar; Centro Popular de Lagoa	FES (Fundo de Emergência Social)	Ajuda alimentar, medicamentos, produtos de higiene pessoal e habitacional, pagamento de luz, consultas, etc	CASC: 157 SCME: 110 em 2024 (16 pessoas em março de 2024)
UF de Lagoa e Carvoeiro, Ferragudo, Porches, UF de Estômbar e Parchal	Centro de Apoio Social de Carvoeiro, ACD Che Lagoense, Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo, Centro de Apoio Social de Porches, Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, ADR-CCS da Quinta de S. Pedro	GASP (Gabinete de Apoio Social de Proximidade)	Atendimento personalizado e encaminhamento que permite à população ter acesso a serviços e apoios sociais colocados à sua disposição.	157 (CASC)

Fonte: Carta Social e Entidades

9.4. Outras respostas e programas

O concelho de Lagoa conta ainda com um conjunto de respostas complementares que visam colmatar lacunas em áreas específicas da intervenção social, com enfoque na saúde, na inclusão e na capacitação comunitária. Entre elas destaca-se o Centro de Terapias, que proporciona acesso a serviços como psicologia, terapia da fala ou fisioterapia a preços sociais, e a Iniciativa Saúde Mental, que assegura consultas de psiquiatria e gerontologia para a população idosa, em articulação com o Hospital de Portimão.

Na área da inclusão social e cidadania, o Programa HART-Lagoa E9G intervém junto de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo o sucesso escolar, a formação, a participação comunitária e o acesso à cultura e ao desporto. Já o Programa CLDS 5G atua em várias frentes, desde a promoção do emprego e qualificação até ao combate à exclusão social infantil e apoio a populações migrantes, contribuindo para a coesão e o desenvolvimento social local. Salienta-se ainda a intervenção precoce para a infância já analisada anteriormente bem como o projeto LACUS e a clínica Vitality.

Tabela 120 - Listagem de outros serviços, iniciativas e programas por problemática social dirigida à família e comunidade no Concelho de Lagoa, 2025

Tipologia	Designação	Breve descrição	Parceria	Pop. alvo	Problemática social	Nº utilizadores	Entidade
Serviço	Centro de Terapias	Melhorar o acesso da população do Concelho de Lagoa a terapias psicossociais (psicologia; terapia da fala; terapia ocupacional; psicomotricidade; fisioterapia), a preços sociais e/ou gratuitos	Psicoespaço; Amigos dos Pequeninos	População em geral	Défice de resposta às necessidades dos munícipes portadores de deficiência ou incapacidade e/ou problemas sensoriais ou do foro neurológico	20 a 30	Centro Popular de Lagoa
Programa	HART Lagoa E9G	O Programa HART-Lagoa E9G tem duas áreas de intervenção, dividida em duas medidas. Medidas 1- Educação, formação e emprego, que visa contribuir para o sucesso escolar, para a redução do absentismo e	IPDJ, Município de Lagoa, ESPAMOL, Junta de Freguesia de Porches, CPCJ, ARTIS XX1, BOIA	Crianças, jovens e famílias	Vulnerabilidade e exclusão social	165	ADR-CCS da Quinta de S. Pedro

		abandono escolar, para a qualificação e formação profissional e a medida 2 - Dinamização Comunitário e Cidadania que visa contribuir para uma maior consciencialização sobre os direitos e os deveres cívicos e comunitários, enquadrando-se também a promoção das artes, do desporto, da cultura, da saúde e da educação.					
Programa	CLDS 5G	O programa CLDS-5G pretende reforçar as políticas de inclusão social e de combate à pobreza no município de Lagoa, tendo como base o diagnóstico social e plano de desenvolvimento social do Município, abrangendo a população que evidencia fragilidades significativas e sendo promotor da mudança tendo em consideração os fatores de vulnerabilidade. Atua também no âmbito da prevenção e combate à exclusão social, particularmente a infantil e população migrante, quebrando ciclos inter geracionais de pobreza e/ou exclusão social,	ISS e Município de Lagoa	Crianças e jovens em exclusão social e/ou pobreza, população desempregada, minorias étnicas, população migrante,	Eixo 1: Emprego, formação e qualificação; Eixo 2: Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, promotor de uma efetiva garantia para a infância; Eixo 4: Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.		ADR-CCS da Quinta de S. Pedro

		garantindo a coesão social e harmonização do território.					
Resposta	IPI	Medida de apoio integrada na comunidade que visa o acompanhamento centrado na criança e na família, mediante ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.	ISS e Município de Lagoa	Crianças dos 0 aos 6 anos	Crianças que tenham alterações (ou risco de alteração) nas funções ou estruturas do corpo que limitam o desenvolvimento individual, social, e a participação nas atividades adequadas à sua idade e contexto social	32	Amigos dos Pequeninos
Serviço	Clínica Vitality	Espaço dedicado à saúde e bem-estar, de modo diferenciado e integral.		Comunidade em geral	Saúde mental para toda a comunidade	Novo serviço	Amigos dos Pequeninos
Projeto	Projeto LACUS	Visa a integração de pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, em situação de carência económica e residentes no concelho de Lagoa.	Município de Lagoa	Pessoas com deficiência física, mental ou sensorial	Pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, em situação de carência económica	12	APEXA

Fonte: Entidades

Apesar da IPSS Amigos dos Pequeninos estar sediada em Silves, existe uma estreita colaboração, já evidenciada noutras secções do diagnóstico, nomeadamente relativamente à intervenção precoce na infância, creche, pré-escolar, centro de atividades de tempos livres e o centro terapêutico que passou a integrar a Vitality Health & Family Care, cujos atendimentos são efetuados quer na sede em Silves, quer na clínica localizada em Porches (Lagoa). Estão disponíveis várias valências, tais como: pedopsiquiatria, psiquiatria, psicologia, terapia da ocupacional, terapia da fala, entre outras. Para além destes serviços, a instituição desenvolve ainda uma linha de instrumentos e materiais terapêuticos denominada por “Amigos Terapeutas”, destinada a diversos profissionais da área da saúde, como terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos entre outros. A marca disponibiliza uma gama variada, desde materiais para avaliação até materiais de intervenção, que podem ser facilmente adquiridos através da loja online.

9.5. Investimentos em Curso

Dadas as tendências demográficas e socioeconómicas traçadas ao longo do documento, bem como, o levantamento feito aos principais problemas sociais e recursos existentes, existem linhas de atuação que se tornam fundamentais e de extrema importância para as entidades parceiras da Rede Social de Lagoa, e, neste sentido, estão em curso importantes investimentos direcionados para a população idosa e para a primeira infância e juventude, tal como sumarizados na tabela 114, nomeadamente:

- O Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo prevê o aumento da capacidade de ERPI no Lar de S. José de 45 para 51 utentes, consolidando a resposta residencial na freguesia de Ferragudo.
- O Centro Popular de Lagoa aumentará a capacidade da sua ERPI de 77 para 97 lugares, reforçando significativamente a oferta na sede de concelho.
- A Associação Desportiva e Recreativa da Quinta de S. Pedro encontra-se a construir uma nova ERPI com 70 lugares em Mexilhoeira da Carregação, representando um contributo importante para a cobertura da população idosa numa zona com menor densidade de resposta.
- O Centro de Apoio Social de Porches prevê não só a ampliação da sua ERPI de 20 para 80 utentes, como também a implementação de um novo serviço de SAD com capacidade para 60 beneficiários. Esta aposta diversificada em Porches contribui para a consolidação de respostas de continuidade e apoio no domicílio.
- O Centro Popular de Lagoa aumentará a capacidade da sua creche de 106 para 158 crianças, respondendo à crescente procura por vagas nesta valência.
- A Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense está a desenvolver um novo equipamento de creche, com capacidade para 90 crianças entre os 4 meses e os 3 anos, em Parchal.
- O Centro Paroquial de Estômbar duplicará a capacidade do seu pré-escolar, passando de 50 para 100 crianças.

- A Santa Casa da Misericórdia de Lagoa encontra-se a realizar a obra de adaptação do edifício do antigo Hospital de Lagoa de modo a permitir a implementação das respostas Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário com capacidade para 30 utentes cada.

Tabela 121 - Investimento em curso por tipo de resposta social no Concelho de Lagoa

Nome da Entidade	Resposta Social	Equipamento	População-alvo	Capacidade Atual	Capacidade final	Localização
Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	ERPI	Lar S. José	População idosa	45	51	Ferragudo
Centro Popular de Lagoa	ERPI	Lar	População idosa	77	97	Lagoa
	Creche	Infantário	Crianças	106	158	Lagoa
Associação Desportiva e Recreativa - CCS da Quinta de S. Pedro	ERPI	Em construção	População idosa	0	70	Mexilhoeira da Carregação
	SAD	Em construção	População idosa	0	60	Mexilhoeira da Carregação
Centro de Apoio Social de Porches	ERPI	CASP	População idosa	20	80	Porches
Centro Paroquial de Estômbar	Pré-escolar	Pré-escolar	Crianças	50	100	Estômbar e Parchal
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Creche	Novo Equipamento	Crianças dos 4 meses aos 3 anos	0	90	Parchal, Lagoa
Santa Casa da Misericórdia de Lagoa	Centro de Dia	Adaptação antigo hospital de Lagoa	População idosa	0	30	Lagoa
	SAD	Adaptação antigo hospital de Lagoa	População idosa	0	30	Lagoa

Fonte: Entidades

9.6. Projeto Radar Social

No contexto da Componente 03 – Respostas Sociais, inserida no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e no âmbito do investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, foi criada a medida C03-i01-m03 – Radar Social. Esta iniciativa prevê a constituição de 278 equipas técnicas multidisciplinares, com carácter piloto, a implementar em Portugal continental por um período de 27 meses. A composição e dimensão destas equipas são ajustadas à população residente de cada concelho e ao alcance territorial da intervenção, estando integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), no seio da Rede Social e das Câmaras Municipais. O apoio financeiro associado ao Radar Social visa assegurar o funcionamento destas equipas, cuja constituição pode variar entre 2 e 6 elementos, consoante a dimensão populacional do concelho, garantindo o seu funcionamento durante os 27 meses de vigência do projeto.

Este está estruturado em duas fases distintas, nomeadamente:

Fase 1: Diagnóstico e Planeamento - Nesta fase inicial, pretende-se atualizar os principais instrumentos de planeamento da Rede Social, nomeadamente o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e o Plano de Ação. Estes documentos devem incluir, de forma detalhada, as atividades a desenvolver no âmbito do Projeto Radar Social, com metas bem definidas e respetivos indicadores de avaliação. Paralelamente, será realizado o mapeamento dos recursos regionais e locais, em articulação com as cartas sociais municipais, com o objetivo de aumentar a eficácia das respostas sociais e melhorar a articulação das intervenções a nível municipal e freguesias.

Fase 2: Georreferenciação Social e Implementação – Esta fase foca-se na execução do plano de ação delineado e na operacionalização de um sistema municipal de georreferenciação social. Este sistema permitirá identificar pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco de pobreza e exclusão social, funcionando em articulação com a rede de parceiros locais. Visa ainda promover a visibilidade e a localização de recursos, respostas e soluções existentes a nível local e regional, incentivando a participação ativa das comunidades e a sustentabilidade das intervenções. Durante esta fase, serão desenvolvidas as ações previstas no Plano de Ação elaborado na fase anterior.

Conclusão

O diagnóstico social do concelho de Lagoa traça um retrato abrangente e fundamentado das dinâmicas demográficas, socioeconómicas e territoriais que influenciam as condições de vida da população, permitindo identificar os principais obstáculos e potencialidades no domínio da coesão social e do desenvolvimento das comunidades locais.

O concelho de Lagoa encontra-se num ponto de inflexão estrutural, marcado por dinâmicas complexas e interdependentes que colocam desafios significativos ao seu desenvolvimento coeso e sustentável. O envelhecimento demográfico acelerado, a quebra da renovação geracional e as assimetrias territoriais entre freguesias revelam um processo de transição demográfica que exige reorientação estratégica das políticas públicas e de planeamento territorial.

No plano socioeconómico, embora se registem progressos na qualificação da população ativa, na criação de emprego por conta de outrem e na aproximação à média regional de rendimentos, persistem fragilidades estruturais: dependência do setor terciário, limitações na diversificação económica, desigualdades de género e dificuldades de retenção de jovens no mercado de trabalho. A mobilidade pendular e o peso das microempresas acentuam os constrangimentos à coesão económica local.

As vulnerabilidades sociais são particularmente visíveis em grupos como idosos isolados, famílias monoparentais, migrantes em situação de precariedade, beneficiários de RSI, pessoas com deficiência, sem-abrigo ou vítimas de violência doméstica. As crianças e jovens representam também um grupo exposto a riscos sociais e educativos, com aumento de sinalizações por negligência, abandono escolar e necessidades de apoio especializado. A multiculturalidade crescente nas escolas e a resposta da CPCJ apontam para novos perfis de risco e complexificação das problemáticas sociais.

A área da saúde continua marcada por limitações no acesso e na cobertura de serviços. A escassez de profissionais, a elevada mortalidade por tumores malignos e as problemáticas de saúde mental e consumos aditivos exigem respostas reforçadas. A integração no novo modelo do SNS (ACES Barlavento) e a articulação com instituições locais devem ser potenciadas como oportunidade de transformação estrutural.

No domínio da habitação, a pressão do mercado turístico e a escassez de alojamentos para residência habitual resultam em forte aumento das rendas e sobrelotação. A Estratégia Local de Habitação e programas municipais como o apoio ao arrendamento têm mitigado parte das carências, mas os dados demonstram que subsistem défices profundos de acessibilidade e de qualidade habitacional.

Na educação, apesar da melhoria dos níveis de escolaridade e da taxa de escolarização no ensino básico, persistem dificuldades ao nível do ensino secundário que continua a registar taxas de transição e de sucesso escolar aquém da média nacional, exigindo investimentos na prevenção do abandono precoce e na equidade intergeracional e territorial. A taxa de analfabetismo, embora inferior à média nacional, é elevada entre os mais idosos e em algumas freguesias.

Por outro lado, o Município tem vindo a investir numa rede robusta de programas e apoios sociais específicos, com gabinetes de intervenção diferenciados (apoio à demência, apoio ao trabalhador, proximidade social, emergência social, incentivo à natalidade, entre outros), reforçando a proximidade, a multidisciplinaridade e a integração das respostas.

Complementarmente, Lagoa dispõe de uma rede de respostas e equipamentos sociais ampla, com forte cobertura na infância, juventude e terceira idade. Contudo, a pressão sobre ERPI, a subutilização de alguns serviços como centros de dia e a necessidade de reforço dos SAD apontam para ajustamentos de oferta. Os investimentos em curso demonstram visão estratégica, com ampliações e construções previstas em várias freguesias, reforçando a capacidade instalada e a equidade territorial.

A implementação do Projeto Radar Social, no âmbito do PRR, introduz uma abordagem inovadora e orientada por dados para a gestão social local, com base em diagnóstico atualizado, georreferenciação e articulação entre parceiros, reforçando a capacidade preditiva e reativa da Rede Social.

Este diagnóstico reforça, assim, a necessidade de uma abordagem integrada e territorialmente ajustada, que articule políticas de habitação, envelhecimento, juventude, inclusão social e desenvolvimento económico local. A promoção da equidade, da participação ativa da comunidade e da coesão social deve continuar a orientar a ação estratégica no concelho de Lagoa.

De seguida apresenta-se uma síntese das principais tendências e mudanças demográficas identificadas:

Tendências demográficas:

- O município de Lagoa apresenta um perfil demográfico marcado por fortes contrastes e transformações estruturais. Apesar de ter registado um crescimento populacional entre 2011 e 2021 superior à média nacional, as dinâmicas intra-municipais demonstram assimetrias relevantes entre freguesias.

- O envelhecimento demográfico é uma tendência dominante, com o aumento expressivo da população idosa, a diminuição dos grupos mais jovens e uma base populacional cada vez mais estreita, refletindo-se num agravamento do índice de dependência e no aumento da idade média.

- A fecundidade mantém-se relativamente elevada face ao padrão nacional, mas os nascimentos não compensam o envelhecimento. A diversidade das formas familiares, a crescente presença de uniões de facto e de famílias monoparentais ou reconstituídas, bem como a elevada taxa de agregados unipessoais, sobretudo compostos por idosos, evidenciam mudanças sociais profundas.

- Destaca-se ainda a importância dos fluxos migratórios, que têm contribuído para a renovação demográfica, embora com impactos diferenciados consoante a origem, a idade e o território de acolhimento. A presença estrangeira, particularmente oriunda da Europa Ocidental, reforça o carácter atrativo de Lagoa, sobretudo nas freguesias litorais.

- As projeções até 2041 apontam para uma tendência de declínio populacional, acentuando-se o envelhecimento, mesmo em cenários mais otimistas. Estes dados reforçam a urgência de políticas públicas integradas que enfrentem os desafios do envelhecimento, promovam a coesão territorial e valorizem os recursos endógenos na construção de comunidades resilientes e sustentáveis.

Tendências Socioeconómicas:

- Entre 2011 e 2023, registou-se uma redução da população ativa, com especial incidência entre jovens e mulheres, o que, associado ao envelhecimento demográfico e ao aumento da população inativa, acentua a pressão sobre a sustentabilidade intergeracional.

- As disparidades entre freguesias e os défices de renovação da população ativa - particularmente críticos em Ferragudo - evidenciam fragilidades territoriais e de género na reposição geracional.

- Simultaneamente, observou-se uma consolidação do emprego por conta de outrem, o crescimento das empresas e um reforço das qualificações da população ativa. No entanto, a forte especialização no setor terciário - especialmente no turismo - expõe o concelho à sazonalidade e a choques externos.

- Apesar dos progressos em termos de rendimentos e da redução da desigualdade salarial, subsistem assimetrias de género e um peso ainda limitado de setores inovadores e de maior valor acrescentado.

- O tecido empresarial permanece dominado por microempresas, embora com um saldo positivo na criação de novas unidades, sobretudo empresariado individual. O concelho revela ainda

elevada mobilidade pendular, com dependência de municípios vizinhos para emprego e educação, o que reforça a necessidade de políticas de articulação territorial.

- Por fim, a melhoria dos indicadores de rendimento e a redistribuição das classes de rendimento para faixas intermédias e superiores sugerem um ligeiro reforço da coesão socioeconómica. Contudo, o poder de compra per capita e a capacidade económica dos agregados mantêm-se abaixo da média regional, sinalizando desigualdades estruturais que exigem respostas estratégicas para a promoção do desenvolvimento equilibrado e inclusivo do território.

Grupos Vulneráveis:

- Apesar de uma tendência decrescente do desemprego desde 2021, persistem fragilidades no acesso ao mercado de trabalho, com impacto mais acentuado nos jovens e nas mulheres, refletindo desigualdades de género e dificuldades na transição laboral.

- A imigração assume um papel cada vez mais relevante na dinâmica social local, com uma crescente diversidade de perfis - desde migrantes de elite a migrantes económicos - e uma proporção significativa de nados-vivos com mães estrangeiras. Esta realidade exige o reforço de respostas públicas, nomeadamente ao nível da regularização documental, reagrupamento familiar e acesso a cuidados de saúde.

- O envelhecimento populacional acentuado traduz-se num aumento de pessoas idosas em situação de isolamento e vulnerabilidade socioeconómica, com limitações funcionais e pensões insuficientes. Também as famílias monoparentais - maioritariamente compostas por mães com filhos - têm vindo a crescer, situando-se acima da média nacional, o que implica desafios acrescidos em termos de apoio social e conciliação da vida familiar.

- As situações de carência económica continuam a afetar camadas jovens, como se evidencia na distribuição etária dos beneficiários de RSI, embora com tendência decrescente recente. Por outro lado, a população com deficiência enfrenta obstáculos significativos de inclusão, sobretudo no que diz respeito à autonomia e acessibilidade, especialmente entre os idosos.

- A violência doméstica mantém-se como uma realidade preocupante, com prevalência de vítimas do sexo feminino, e a população em situação de sem-abrigo continua a refletir múltiplas dimensões de exclusão social, ligadas ao desemprego, baixa escolaridade e ausência de redes de suporte. Adicionalmente, verifica-se um agravamento da criminalidade, com especial incidência nos crimes contra o património, o que reforça a necessidade de medidas de segurança e coesão social.

Crianças e Jovens:

- A situação das crianças e jovens em Lagoa inscreve-se num quadro regional de melhoria das condições socioeconómicas, com destaque para a redução do risco de pobreza e exclusão social no Algarve entre 2022 e 2024. Ainda assim, este grupo etário continua a evidenciar vulnerabilidades

significativas, especialmente em contextos familiares e educativos.

- As dificuldades funcionais em idades precoces e a escassez de recursos especializados colocam desafios à efetivação plena da educação inclusiva, embora se verifique um reforço das medidas de apoio, nomeadamente através da Intervenção Precoce na Infância (IPI), com impacto positivo no acompanhamento de crianças até aos 6 anos.

- A crescente multiculturalidade das escolas reflete uma transformação demográfica relevante e requer abordagens pedagógicas e sociais adequadas à diversidade cultural. Em paralelo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa registou um aumento expressivo de processos instaurados entre 2020 e 2023, associado tanto a maior deteção como a uma incidência crescente de problemáticas complexas, incluindo negligência afetiva, maus-tratos, exposição a comportamentos de risco e abuso sexual.

- As faixas etárias mais críticas situam-se entre os 13 e os 15 anos, com uma concentração geográfica nas freguesias urbanas, onde os fatores de risco social são mais pronunciados. As medidas de apoio em meio familiar permanecem prioritárias, ainda que com redução acentuada após 2021, enquanto as soluções de acolhimento residencial mantêm baixa expressão.

- Por fim, destaca-se o papel crescente da proteção social, com reforço do abono de família e da Garantia para a Infância, refletindo maior esforço público no combate à pobreza infantil. A elevada proporção de alunos apoiados por ação social escolar, sobretudo no pré-escolar e no 1.º ciclo, constitui um indicador persistente da fragilidade económica das famílias com filhos em idade escolar.

Saúde:

- O panorama da saúde no município de Lagoa, entre 2019 e 2023, revela fragilidades estruturais, particularmente ao nível da disponibilidade de recursos humanos e do acesso a cuidados de saúde primários. Os rácios de médicos e enfermeiros por habitante mantêm-se abaixo das médias regional e nacional, refletindo dificuldades persistentes na fixação de profissionais, apesar de alguns progressos recentes. A cobertura farmacêutica, ainda que positiva, registou uma ligeira quebra.

- No domínio dos indicadores de saúde pública, a taxa quinquenal de mortalidade infantil situa-se acima da média nacional e regional, sinalizando a necessidade de reforço nos cuidados pré e pós-natais. Em contrapartida, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é inferior às médias comparativas, enquanto a mortalidade por tumores malignos permanece mais elevada, exigindo maior atenção na prevenção e rastreio oncológico.

- O recurso a subsídios por doença reflete desigualdades de género marcadas, com as mulheres a registarem maior número de baixas, maior duração e montantes médios superiores. A estabilização dos dados pós-pandemia ainda não permitiu um regresso aos níveis pré-2020,

indicando a permanência de quadros clínicos prolongados com impacto económico relevante para as famílias.

- A taxa de mortalidade por suicídio, significativamente elevada na região algarvia, sobretudo entre os homens, constitui um sinal de alerta para a necessidade de estratégias mais robustas de promoção da saúde mental. Por outro lado, o consumo problemático de substâncias como heroína e álcool permanece uma realidade crítica, exigindo respostas terapêuticas continuadas e integradas.

- A integração recente dos cuidados de saúde primários no novo modelo organizativo do SNS, através do ACES Algarve II – Barlavento, constitui uma oportunidade para melhorar a articulação territorial e reforçar a capacidade de resposta no concelho, especialmente face à complexidade crescente das necessidades de saúde da população.

Educação:

- O sistema educativo do concelho de Lagoa apresenta uma estrutura diversificada e territorialmente distribuída, assegurada por redes pública, privada e solidária. Entre 2021 e 2024, verificou-se um crescimento da população escolar, em particular no ensino básico e no setor privado, refletindo a resposta da rede educativa às dinâmicas demográficas locais.

- Apesar de progressos generalizados nas taxas de escolarização, a taxa bruta no ensino secundário permanece abaixo das médias nacional e regional, revelando fragilidades na retenção e continuidade dos percursos escolares. Esta tendência é reforçada pelas oscilações nas taxas de transição e pelas elevadas taxas de retenção no 3.º ciclo, que indicam desafios estruturais persistentes, nomeadamente no combate ao abandono escolar precoce.

- A qualificação da população tem vindo a melhorar, com aumento da proporção de residentes com ensino secundário e superior, sobretudo entre as mulheres. No entanto, subsistem disparidades significativas entre freguesias, faixas etárias e género, com particular incidência entre a população idosa e nas freguesias de Ferragudo e Porches, onde se registam os valores mais elevados de analfabetismo.

- A taxa global de analfabetismo em Lagoa é inferior às médias comparativas, mas a persistência de desigualdades educativas aponta para a necessidade de políticas de educação ao longo da vida, bem como de medidas específicas de apoio à transição escolar, promoção do sucesso educativo e combate às desigualdades socioeducativas.

Habitação:

- O setor da habitação em Lagoa caracteriza-se por uma forte pressão habitacional, resultante da crescente procura turística e da presença significativa de residências secundárias. Menos de metade dos alojamentos são utilizados como residência habitual, especialmente nas freguesias de Porches e Ferragudo, o que contribui para a escassez de oferta acessível e para o aumento

acentuado das rendas, colocando Lagoa entre os concelhos com maior crescimento dos custos de arrendamento no país.

- Em 2021, cerca de 16% dos alojamentos estavam sobrelotados e aproximadamente 24% dos edifícios apresentavam necessidades de reabilitação, sobretudo em Estômbar e Parchal. Estes dados evidenciam défices de qualidade e adequação habitacional, afetando particularmente os agregados em situação de maior vulnerabilidade.

- O alojamento local (AL) registou oscilações significativas na última década, com uma quebra após 2019 e nova retração em 2024, associada a alterações legislativas. Apesar de alguma estabilização em 2025, a pressão do setor turístico continua a condicionar o equilíbrio entre oferta para residentes e para visitantes.

- A Estratégia Local de Habitação (ELH), elaborada no âmbito do programa 1.º Direito, identificou 232 agregados a viver em condições habitacionais indignas, prevendo intervenções estruturais até 2026, através de construção, reabilitação, subarrendamento e apoios diretos. Paralelamente, a procura por habitação social aumentou entre 2021 e 2023, sendo os agregados com crianças e idosos os principais grupos requerentes.

- O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento revelou-se essencial no apoio a famílias em situação de carência habitacional, através de subsídios diretos e medidas complementares como o pagamento de cauções, rendas iniciais e alojamento de emergência. No seu conjunto, estas iniciativas traduzem uma resposta relevante, mas ainda insuficiente face à magnitude das necessidades habitacionais do concelho.

Programas e Apoios Sociais Específicos:

- O Município de Lagoa desenvolve um conjunto diversificado de programas e parcerias no domínio da ação social, orientados para a mitigação de situações de vulnerabilidade, a promoção do bem-estar e a inclusão social. Este esforço municipal concretiza-se através de gabinetes especializados, protocolos com instituições parceiras e medidas de apoio financeiro direto à população.

- Em conjunto, estas iniciativas evidenciam o compromisso do município com uma política social ativa, centrada na proximidade, na articulação interinstitucional e na resposta direta às necessidades identificadas nos diversos segmentos da população, promovendo uma abordagem integrada e humanizada da ação social.

Respostas Sociais:

- Existência de uma rede ampla e diversificada de respostas e equipamentos sociais, direcionados à infância, juventude, população idosa, pessoas em situação de dependência, famílias vulneráveis e à comunidade em geral. Esta rede é essencial para a promoção da inclusão social, para a conciliação da vida pessoal e profissional e para a mitigação da pobreza e exclusão.

- Na infância e juventude, destaca-se uma elevada cobertura na valência de creche (505 lugares, 97% de taxa de ocupação) e no pré-escolar (849 crianças, com ocupação média acima de 90%). Os

Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL), as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), programas de férias e ateliês complementam a resposta às necessidades das famílias. Os investimentos em curso preveem a expansão significativa da capacidade, com novos equipamentos em construção e ampliações planeadas.

- Na população idosa, há uma forte pressão sobre as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), com taxas de ocupação muitas vezes superiores à capacidade formal, demonstrando procura elevada. Os Centros de Dia apresentam menor taxa de utilização (49%), sugerindo necessidade de reavaliação da sua adequação. Os Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) apresentam cobertura desigual. Estão previstos investimentos substanciais na ampliação de ERPI e na criação de novos SAD.

- Para pessoas dependentes, existe uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) com ocupação total e uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). Estas respostas são fundamentais num território envelhecido, com necessidades crescentes de cuidados continuados.

- Na família e comunidade, realça-se o apoio alimentar através de cantinas sociais, cabazes, cartões e refeições, financiadas por programas como o FES e o FEAC. Estas medidas são reforçadas por uma rede institucional entre autarquias e IPSS, fundamental para garantir apoio de proximidade e respostas articuladas.

- Em termos de iniciativas complementares, o concelho dispõe do Centro de Terapias com serviços acessíveis, da Iniciativa Saúde Mental em parceria com o Hospital de Portimão, e dos programas HART-Lagoa E9G e CLDS 5G, orientados para o sucesso educativo, formação, cidadania, apoio a migrantes e combate à pobreza infantil.

- Os investimentos em curso reforçam significativamente a capacidade instalada nas áreas da infância e da terceira idade, com destaque para novas creches, ampliações de ERPI e reforço dos SAD e centros de dia, promovendo maior cobertura e equidade territorial na resposta social.

- Por fim, o Projeto Radar Social, inserido no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), introduz uma abordagem inovadora baseada em diagnóstico social atualizado, georreferenciação e coordenação local, visando melhorar a eficácia e a territorialização das respostas sociais, com enfoque na identificação precoce de situações de risco.

Análise SWOT global

Tabela 122 – Análise SWOT global

Forças	Fraquezas
- Crescimento populacional sustentado evidenciando taxas de fecundidade e natalidade superiores à média nacional, e taxa de mortalidade inferior à média regional e nacional. - A população estrangeira cresceu significativamente, representando 14,8% da população total, acima da média do Algarve. - Melhoria das qualificações da população ativa e crescimento do emprego por conta de outrem. - Diminuição das disparidades nos rendimentos , e crescimento expressivo de escalões médios e altos em termos de agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado. - Existência de uma estrutura organizada de cuidados de saúde primários (UCSP, USF, UCC e serviços complementares) bem como presença de profissionais diversificados - Crescimento da população escolar nos últimos anos, com destaque para o ensino básico e secundário. - Existência de uma rede escolar diversificada, abrangendo todos os níveis de ensino. - Boa cobertura educativa na infância e 1.º ciclo, com programas de ação social escolar. - Investimento municipal continuado em programas e apoios específicos: Radar Social, CLAIM, GAV, GAPI, Incentivo à Natalidade, bolsas, arrendamento, etc. - Existência de Estratégia Local de Habitação (ELH) com diagnósticos e planos estruturados até 2026.	- Envelhecimento demográfico elevado, com desequilíbrios acentuados entre freguesias (ex: Ferragudo), com implicações na renovação geracional, com pressão sobre sustentabilidade intergeracional e sobre sistemas de proteção social. - Redução da população jovem e em idade ativa, afetando o dinamismo económico a médio e longo prazo. - Tecido económico pouco diversificado, fortemente dependente do setor terciário e vulnerável à sazonalidade. - Disparidades entre freguesias (Ferragudo, Porches com mais défices) e desigualdades socioeconómicas estruturais. - Cerca de 35,4% da população depende de municípios vizinhos para trabalhar ou estudar, com mobilidade interna abaixo da média nacional. - Serviços de saúde fragilizados: cobertura de médicos/enfermeiros abaixo das médias nacional e regional, mortalidade elevada por tumores e suicídio, escassez de profissionais especializados, sobretudo em saúde mental e apoio psicológico. - Grupos vulneráveis persistentes, como beneficiários de RSI, sem-abrigo, vítimas de violência doméstica. - Abandono e retenção escolar persistente no 3.º ciclo, especialmente em contextos vulneráveis. - Persistência de abandono escolar e analfabetismo na população idosa e do sexo feminino; fragilidade do ensino secundário.

- Rede local sólida e robusta de respostas sociais com cobertura territorial alargada (infância, juventude, idosos, dependência). - Consolidação de equipamentos sociais e educativos com visão estratégica e novas construções planeadas. - Dinamismo institucional e intersetorial com articulação entre município, IPSS e entidades da saúde, educação e proteção. - Abertura institucional à inovação social e tecnológica, evidenciada pela participação em projetos-piloto e boas práticas locais.	- Falta de habitação a custos acessíveis, com pressão turística sobretudo pelo alojamento local e fenómeno de sobrelotação. - Insuficiência de plataformas integradas de dados sociais (ou sua articulação), dificultando o cruzamento de informação e monitorização contínua. - Baixa literacia digital em segmentos vulneráveis, que limita o acesso a direitos, apoios e programas públicos.
Oportunidades	**Ameaças**
- Potencial de captação de população migrante jovem como fator de rejuvenescimento e diversidade cultural e com potencial para revitalização económica e social. - Crescimento da rede de cuidados continuados e de proximidade com foco na autonomia dos idosos. - Modelo ACES Barlavento como reforço potencial da articulação e cobertura em saúde primária. - Reforço da ação educativa: expansão da intervenção precoce, combate ao insucesso escolar e apoio psicossocial. - Vitalidade do tecido associativo, com papel central na inclusão e resposta de proximidade. - Projetos-piloto inovadores, como o Radar Social, permitindo mapeamento e gestão contínuo das vulnerabilidades. - Acesso a financiamento estruturante nacional e europeu (PRR, Algarve 2030, 1.º Direito, FSE+, etc.) aplicáveis a habitação, equipamentos sociais e saúde, permitindo reforço da capacidade e implementação de inovações sociais.	- A dependência dos fluxos migratórios para compensar o declínio natural pode ser uma ameaça caso ocorram mudanças nas dinâmicas migratórias ou persistam dificuldades na sua integração (barreiras linguísticas, administrativas, culturais, ...) - O envelhecimento da população ativa e a baixa renovação geracional podem comprometer o crescimento económico a longo prazo. - O poder de compra abaixo da média nacional e regional pode limitar o crescimento económico e a atração de novos investimentos. - Agravamento de fenómenos de exclusão e fragmentação social (nomeadamente em população migrante, idosa, sem-abrigo, jovem NEET, crianças e jovens vítimas de maus-tratos, negligência, abusos e vítimas de violência e discriminação). - Persistência de quadros clínicos prolongados e impacto económico da doença nas famílias. - Risco de saturação dos serviços públicos locais face ao crescimento demográfico e aumento da

- Digitalização dos serviços sociais, potenciando eficiência e redução de barreiras de acesso e a oportunidade de criação de modelos de intervenção ais ágeis, integrados e centrados na pessoa. - Fortalecimento das redes intermunicipais e transversais, com partilha de boas práticas, formação técnica e mecanismos de apoio mútuo. - Valorização das práticas participativas e ambientais como eixo de ação social e comunitária (ODS, Pactos Locais de Inclusão).	população flutuante (acesso à saúde, educação, habitação, ...). - Pressão imobiliária crescente, com risco de gentrificação e expulsão de residentes locais, bem como acarretando dificuldades crescentes para jovens, famílias numerosas, pessoas idosas e outras populações vulneráveis. - Risco de saturação das respostas sociais locais, sem reforço de recursos humanos e técnicos. - Descontinuidade ou instabilidade dos financiamentos estruturais, com impacto na sustentabilidade dos programas locais.